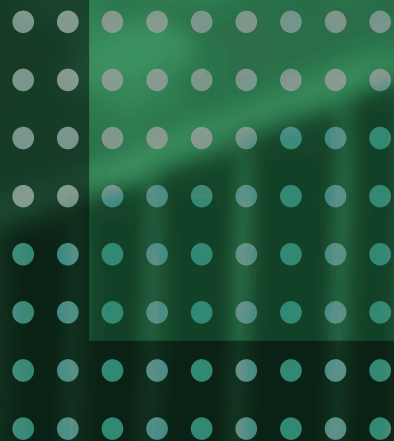




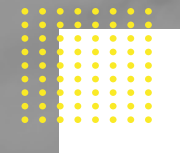
RELATÓRIO DE GESTÃO INTEGRADO 2020

Ministério da Justiça e Segurança Pública



MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA





RELATÓRIO DE GESTÃO INTEGRADO 2020

Ministério da Justiça e Segurança Pública



MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA



LISTA DE SIGLAS

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnica
AC - Atos de Concentração
Acnur - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ACP - Ação Civil Pública
ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AEAL – Assessoria Especial de Assuntos Legislativos
AECI – Assessoria Especial de Controle Interno
AFD – Assentamento Funcional Digital
AFEPAR - Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares
AGU - Advocacia-Geral da União
AISP - Agências de Inteligência de Segurança Pública
AN – Arquivo Nacional
ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil
ANCINE – Agência Nacional de Cinema
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP – Academia Nacional de Polícia
ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres
Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APH - Atendimento Pré-Hospitalar
API - Application Programming Interface
ASINT – Assessoria Especial Internacional
BCB - Banco Central do Brasil
BF – Balanço Financeiro
BGU – Balanço Geral da União
BI – Business Intelligence
BIM – Building Information Modeling
BNB - Banco do Nordeste do Brasil
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNFAE - Base Nacional de Fraudes ao Auxílio Emergencial
BNFBE - Base Nacional de Fraudes Bancárias Eletrônicas
BNPB - Banco Nacional de Perfis Balísticos

BO – Balanço Orçamentário
BOPE - Batalhão de Operações Especiais
BP – Balanço Patrimonial
BSC – Balanced Scorecard
CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CADMAT – Cadastro de Materiais do SIADS
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CBMDF - Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
CCAF - Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal
CCD - Código de Classificação de Documentos
CCIA - Comitê de Controle Interno Administrativo
CCOP - Centro de Coordenação de Operações
CCP - Comitê de Políticas do Consumidor
CDC - Código de Defesa do Consumidor
CDCI - Coordenação de Doutrina e Capacitação em Inteligência
CdE - Centro de Excelência
CEF – Caixa Econômica Federal
CEPAC - Comissão de Estudos Permanentes de Acidentes de Consumo
CEPI – Comissão Executiva do Programa de Integridade
CERIAN - Centro Regional de Inteligência Antinarcóticos
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CFDD - Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos
CFP – Curso de Formação Profissional
CFTV - Circuito Fechado de Televisão
CGA – Comitê de Governança Administrativa
CGCONTAB - Coordenação-Geral de Contabilidade
CGDI - Comitê de Governança de Dados e Sistemas de Informação
CGDS – Coordenação-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais

CGE – Comitê de Governança Estratégica
CGEn - Coordenação-Geral de Ensino
CGGE - Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional
CGGIRC – Comitê de Gestão, Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos
CGL - Coordenação-Geral de Licitações e Contratos
CGLO – Coordenação-Geral de Licitação de Obras
CGPA - Coordenação-Geral de Pesquisa Aplicada
CGPRE – Coordenação-Geral de Polícia de Repressão a Drogas e Facções Criminosas
CGRC – Comitê de Gestão de Riscos e Controles Internos
CGU – Controladoria-Geral da União
CIA - Conselho Internacional de Arquivos
CIAF – Curso de Investigação e Análise Financeira
CIAT - Centros de Investigação de Acidentes de Trânsito
CICCN – Centro Integrado de Comando e Controle Nacional
CICCN-DF – Centro Integrado de Comando e Controle Nacional de Brasília
CIG – Comitê Interministerial de Governança
CIISP - Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública
CIOF – Centro Integrado de Operações de Fronteira
CIS - Center for Internet Security
CISC – Coordenação de Integração, Segurança e Ciência de Dados
CISSP - Certified Information System Security Professional
CNCp – Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual
CNDC – Conselho Nacional de Defesa do Consumidor
CNIg - Conselho Nacional de Imigração
CNJ - Conselho Nacional de Justiça
CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público
Codearq - Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Arquivos
COGEP - Coordenação de Gestão de Pessoas
COGER - Corregedoria-Geral

COMJIB – Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero Americanos
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONAD – Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas
Conare – Comitê Nacional para os Refugiados
CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos
CONATRAP – Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
CONNECTA - Sistema de Comunicações Processuais
CONJUR - Consultoria Jurídica
CorSusp – Corregedoria do Sistema Único de Segurança Pública
CPAD – Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos
CPADS - Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos
CPEP – Cadeia Produtiva da Edificação Penal
CPGC - Comissão de Planejamento e Gerenciamento de Contratações
CPI – Curso de Procedimentos de Inteligência
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CQCT - Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco
CTAI - Coordenação de Transparência e Acesso à Informação
CT-CGE – Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica
CTIC – Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação
CTQG – Câmara Técnica de Qualidade do Gasto
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
DCons – Demonstrações Contábeis
DCPLAM - Divisão de Custos, Planejamento e Monitoramento
DEE – Diretoria de Ensino e Estatística
DELINST - Delegacias de Controle de Segurança Privada
DEMIG - Departamento de Migrações
Denatran - Departamento Nacional de Trânsito
DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional
Detran - Departamento Nacional de Trânsito
DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa

DGA – Diretoria de Gestão de Ativos
DHPP - Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa
DIBRARQ - Diretório Brasil de Arquivos
DICOR – Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado
DINT - Diretoria Inteligência
DMFin – Delegacia Modelo de Investigação e Análise Financeira
DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DNAISP - Difusão da Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública
DNISP - Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOU – Diário Oficial da União
DPAT – Divisão de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio
DPDC - Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor
DPF – Departamento de Polícia Federal
DPPDD - Departamento de Projetos e de Políticas de Direitos Coletivos e Difusos
DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal
DPRNM - Documento Provisório de Registro Nacional Migratório
DPU – Defensoria Pública da União
DRCI – Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional
DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação
DTIC - Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação
DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais
EAD – Ensino à Distância
e-ARQ Brasil - Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos
EB – Exército Brasileiro
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
EDARQ - Equipe de Educação do Arquivo Nacional
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EJUS - Estratégia Nacional de Promoção de Políticas de Justiça

ENAM - Escola Nacional de Mediação e Conciliação
ENAMP - Escola Nacional do Ministério Público
ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
ENAPRES - Escola Nacional de Prevenção e Solução de Conflitos
Encceja – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENCCEJA PPL – Exame Nacional de Certificação das Competências de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade
ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro
ENCE – Etiqueta Nacional de Conservação de Energia
ENDC – Escola Nacional de Defesa do Consumidor
Enem – Exame Nacional do Ensino Médio
ENISP - Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública
EPI - Equipamentos de Proteção Individual
EPR - Equipamentos de Proteção Respiratória
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
ERA – Reunião de Avaliação da Estratégia
ESPEN - Escola de Formação e Aperfeiçoamento Penitenciário
ETP - Estudos Técnicos Preliminares
Europol - Serviço Europeu de Polícia
FCPE - Funções Comissionadas do Poder Executivo
FDD – Fundo Nacional de Direitos Difusos
FDDD – Fundo de Defesa de Direitos Difusos
FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos
FELCC - Fuerza Especial de Lucha Contra el Crimen
FELCN - Fuerza Especial de Lucha Contra el Narcotráfico
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
FNEDC - Fórum Nacional das Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor
FNOSP - Fórum Nacional de Ouvidores do Sistema Único de Segurança Pública
FNSP – Fundo Nacional de Segurança Pública
FNSP – Fundo Nacional de Segurança Pública
FOCOPEN - Força de Cooperação Penitenciária

FTIP – Força Tarefa de Intervenção Penitenciária
FUNAD – Fundo Nacional Antidrogas
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNAPOL – Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal
FUNPEN – Fundo Penitenciário Nacional
GAEP - Grupo de Ações Especiais Penais
GDACE - Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos
GDAPEF – Gratificação de Desempenho de Atividade de Agente Penitenciário Federal
GDAPEN – Gratificação de Desempenho de Atividade de Assistência Especializada do Departamento Penitenciário Nacional
GDAPS – Gratificação de Desempenho de Atividade em Políticas Sociais
GDATPF – Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Federal
GDATPRF - Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Rodoviária Federal
GDM – Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas
GDPGPE - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
GEAAPF - Gratificação Específica de Atividades Auxiliares da Polícia Federal
GEAAPGPE - Gratificação Específica de Atividades Auxiliares do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
GEAAPRF - Gratificação Específica de Atividades Auxiliares da Polícia Rodoviária Federal
GECAM - Grupo de Enfrentamento aos Crimes Ambientais
GECDH - Grupo de Enfrentamento aos Crimes Contra os Direitos Humanos
GEFIS - Grupo de Enfrentamento ao Contrabando, Descaminho e Crimes Contra a Saúde Pública
GEFRAV - Grupo de Enfrentamento às Fraudes Veiculares
GEFRON - Grupo de Operações em Fronteira
GENARC - Grupo de Enfrentamento ao Narcotráfico
GEPAT - Grupo de Enfrentamento aos Crimes Contra o Patrimônio
GETARM - Grupo de Enfrentamento ao Tráfico de Armas

GFUNAD – Sistema de Gestão de Ativos do FUNAD
GIAT - Grupos de Investigação de Acidentes de Trânsito
GM – Gabinete do Ministro
GOC - Grupo de Operações com Cães
GPOL – Gerenciamento de Procedimentos Operacionais
GPOs - Group Policy Object
GRR – Grupo de Resposta
GSI - Gabinete de Segurança Institucional
GTA - Guia de Transparência Ativa
HCPA - Hospital de Clínicas de Porto Alegre
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibict – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICE – Immigration and Customs Enforcement
ICMPD – Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias
ICSEdb - International Child Sexual Exploitation image database
iGestContrat – Índice de Capacidade em Gestão de Contratos
IGesTI – Índice de Capacidade em Gestão de TI
iGestPessoas – Índice de Capacidade em Gestão de Pessoas
iGG – Índice Integrado de Governança e Gestão Pública
iGovContrat – Índice de Governança e Gestão de Contratações
iGovPessoas: Índice de Governança e Gestão de Pessoas
iGovPub – Índice de Governança Pública
iGovTI – Índice de Governança e Gestão de TI
IML – Instituto Médico Legal
INC – Instituto Nacional de Criminalística
INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
Interpol - International Criminal Police Organization
IPAE – Índice de Produtividade de Atividades Especiais
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPO – Índice de Produtividade Operacional
ISP - Inteligência de Segurança Pública

LAI – Lei de Acesso à Informação
LDI - Longa Distância Internacional
LDN - Longa Distância Nacional
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LED - Listagem de Eliminação de Documentos
LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
LME - Limites de Movimentação e Empenho
LOA – Lei Orçamentária Anual
LP – Limites de Pagamento
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MAIS - Meio Ambiente Integrado e Seguro
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
ME – Ministério da Economia
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MJSP – Ministério da Justiça e Segurança Pública
MMFDH - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MP - Ministério Público
MPCon - Ministério Público do Consumidor
MPDFT - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
MPV – Medida Provisória
MRE - Ministério das Relações Exteriores
MTb - Ministério do Trabalho
NBCT SP – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público
NCMEC - National Center for Missing and Exploited Children
NE – Notas Explicativas
NEAC - Núcleo de Estatística e Análise Criminal
NETP – Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
NIST - National Institute of Standards and Technology
NPM - Network Performance Monitor
OBJUS - Observatório de Políticas de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública
OBMigra - Observatório das Migrações Internacionais
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OE's - Organizações Estrangeiras
OIM – Organização Internacional para Migrações

OIT – Organização Internacional do Trabalho
 OMPI - Organização Mundial da Propriedade Intelectual
 OMS - Organização Mundial de Saúde
 ONSV II - Operação da Operação Nacional de Segurança Viária II
 ONU - Organização das Nações Unidas
 ORN1 - Órgão de Registro Nível 1
 OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
 OUVCON - Colégio de Ouvidores do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor
 OuvJus - Rede de Ouvidorias
 PAAHM – Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante
 PAC – Plano Anual de Capacitação
 PAC – Plano Anual de Contratações
 PAC – Procedimentos de Apuração de Conduta
 PACCO - Programa de Apoio ao Combate ao Crime Organizado
 PAD – Processos Administrativos Disciplinares
 Paep - Planejamento Anual de Ensino e Pesquisa
 PAP - Procedimento Administrativo Padrão
 PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
 PCCom - Plano de Contratações Compartilhadas
 PCDF - Polícia Civil do Distrito Federal
 PDP – Plano de Desenvolvimento de Pessoas
 PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
 PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
 PE – Planejamento Estratégico
 PECPF - Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal
 PECPRF - Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal
 PEP - Painel Estatístico de Pessoal
 PEST - Políticos, Econômicos, Sociais e Tecnológicos
 PETIC - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
 PF – Polícia Federal
 PGC - Planejamento e Gerenciamento das Contratações

PGDeARQ – Política de Gestão de Documentos e Arquivos do Poder Executivo Federal
 PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
 PGT - Plano de Gestão Estratégica e Transformação Institucional
 Pje - Processo Judicial Eletrônico
 PLANISP - Plano Nacional de Inteligência de Segurança Pública
 PMI – Project Management Institute
 PNAD – Política Nacional sobre Drogas
 PNAT – Política Nacional de Trabalho no Âmbito do Sistema Prisional
 Pnatrans - Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito
 PNETP – Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
 PNISP - Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública
 PNLD – Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro
 PNSP – Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social
 PNSPDS – Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social
 PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
 PO - Project Owner
 POC - Proof of concept
 POP – Procedimentos Operacionais Padrão
 POSIC – Política de Segurança da Informação e das Comunicações
 PPA – Plano Plurianual
 PPIF – Programa de Proteção Integrada e de Fronteira
 PR - Presidente da República
 PRF – Polícia Rodoviária Federal
 Procon - Programa de Proteção e Defesa do Consumidor
 PROGED - Programa de Gestão de Documentos
 Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
 PSPs - Provedores de Serviços de pagamento
 RAE – Reuniões de Avaliação da Estratégia

RDC-ARQ - Repositório Arquivístico Digital Confiável
 REDCOPEN – Rede de Cooperação Penitenciária
 Rede SIC – Rede do Serviço de Informação ao Cidadão
 REDE-LAB - Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro
 RENACCOR - Rede Nacional de Unidades de Polícia Judiciária Contra a Corrupção
 Renacon - Rede Nacional de Ouvidores do Consumidor
 RENIPEN - Rede Nacional de Inteligência Penitenciária
 RIBPG - Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos
 RIF - Relatório de Inteligência Financeira
 RMIS – Reunião de Ministros do Interior e da Segurança
 RMJ – Reunião de Ministros da Justiça
 RUASP – Rede de Universidades e Academias da Segurança Pública
 SAA - Subsecretaria de Administração
 SARD – Sistema de Análise Remota de Dados
 SCF – Sistema de Contabilidade Federal
 SE – Secretaria Executiva
 SEGEN - Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública
 SEGES - Secretaria de Gestão
 SEI – Sistema Eletrônico de Informações
 SEJUC - Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania
 Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
 SENACON – Secretaria Nacional do Consumidor
 SENAD – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
 Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
 SENAJUS – Secretaria Nacional de Justiça
 SENAPRED – Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas
 SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública
 SEOPI – Secretaria de Operações Integradas
 Sesc - Serviço Social do Comércio
 Sesi - Serviço Social da Indústria
 SGA – Sistema de Gestão de Ativos
 SG-MJSP – Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública
 SGP - Secretaria de Gestão de Pessoas e Desempenho de Pessoal

SIAC - Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal
 SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços
 SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
 SIAN – Sistema de Informação do Arquivo Nacional
 SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
 SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
 SIB - Sistemas de Identificação Balística
 SIC – Sistema de Informações de Custos do Governo Federal
 SIG - Sistema de Informações Gerenciais
 SIGA - Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo
 SIGEPE - Sistema de Gestão de Pessoas
 SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias
 SINAB - Sistema Nacional de Análise Balística
 SINAR - Sistema Nacional de Arquivos
 Sindec - Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor
 SinDNA – Sistema Integrado de DNA
 SINESP - Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas
 SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
 SIPEC – Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
 SISBACEN - Sistema de Informação do Banco Central
 SISBAD - Sistema Brasileiro de Alerta sobre Drogas
 SISBIN - Sistema Brasileiro de Inteligência
 SISCOENA - Sistema de Controle de Engenharia e Obras Prisionais
 SISCONARE - Sistema para Processamento de Solicitações de Reconhecimento da Condição de Refugiado
 SISCRIM – Sistema Nacional de Gestão de Criminalística
 SISDEPEN - Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional
 SISG – Sistema de Serviços Gerais
 SISNAD - Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas
 SISP - Subsistema de Inteligência de Segurança Pública
 SISREF – Sistema de Registro Eletrônico de Frequência
 SMP - Serviço Móvel Pessoal

SNAR - Sistema Nacional de Alertas Rápidos de Recall
 SNDC - Sistema Nacional de Defesa do Consumidor
 SOC - Security Operations Center
 SPAs – Substâncias psicoativas
 SPF – Sistema Penitenciário Federal
 SPIUnet – Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União
 SPO - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
 SPREV – Secretaria Especial de Previdência Social
 SPU – Secretaria de Patrimônio da União
 SR – Superintendência Regional
 STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado
 STN – secretaria do Tesouro Nacional
 SUSP - Sistema único de Segurança Pública
 SUSPEP - Superintendência de Seguros Privados
 SVP - Serviço Voluntário de Pesquisa
 SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threatens
 TACs - Termos de Ajustamento de Conduta
 TCCs - Trabalhos de Conclusão de Cursos
 TCE – Tomada de Contas Especiais
 TCU – Tribunal de Contas da União
 TED – Termos de Execução Descentralizada
 TI – Tecnologia da Informação
 TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
 TJDF - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
 TransformaGov - Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado
 TRF - Tribunal Regional Federal
 TTD - Tabela de Temporalidade e Destinação
 UBA - User Behavior Analytics
 UFC - Universidade Federal do Ceará
 UFF - Universidade Federal Fluminense
 UFs - Unidades Federativas
 UG – Unidade Gestora
 UGGIRC – Unidade de Gestão, Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos
 UGRC - Unidade de Gestão de Riscos e Controles Internos
 UnB – Universidade de Brasília
 UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

UniPRF – Universidade Corporativa da Polícia Rodoviária Federal
 UNODC – Organização das Nações Unidas para Crimes e Drogas
 UPC – Unidades Prestadoras de Conta
 USFC - Universidade Federal de Santa Catarina
 USP – Universidade de São Paulo
 USPTO – United States and Trademark Office
 VPAs – Variações Patrimoniais Aumentativas
 VPAs – Variações Patrimoniais Aumentativas
 VPDs – Variações Patrimoniais Diminutivas

CAPÍTULO 01 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

Visão Geral Organizacional	21
Alta Administração do Ministério da Justiça e Segurança Pública	25
Estrutura de Governança	26
Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública	27
Modelo de Negócios do Ministério da Justiça e Segurança Pública	28
Cadeia de Valor	30
Políticas e Programas de Governo	35
Ambiente Externo	43
Materialidade das Informações	51

CAPÍTULO 02 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Governança e Estratégia do MJSP	54
Principais Ações de Supervisão, Controle e de Correição Adotadas para Garantia da Legalidade, Legitimidade, Economicidade e Transparência na Alocação de Recursos	60

Estratégia e Alocação de Recursos	65
Apoio da Estrutura de Governança à Capacidade do MJSP de Gerar Valor	77
Relacionamento com a Sociedade	81

CAPÍTULO 03 RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Riscos e Controles Internos	90

CAPÍTULO 04 RESULTADO E DESEMPENHO DA GESTÃO

Declaração do Secretário-Executivo	115
Principais Resultados Alcançados pela Secretaria-Executiva	119
Objetivo Estratégico - Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira	237
Objetivo Estratégico - Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão	288
Objetivo Estratégico - Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública	301
Objetivo Estratégico - Aperfeiçoar a gestão do sistema prisional	315

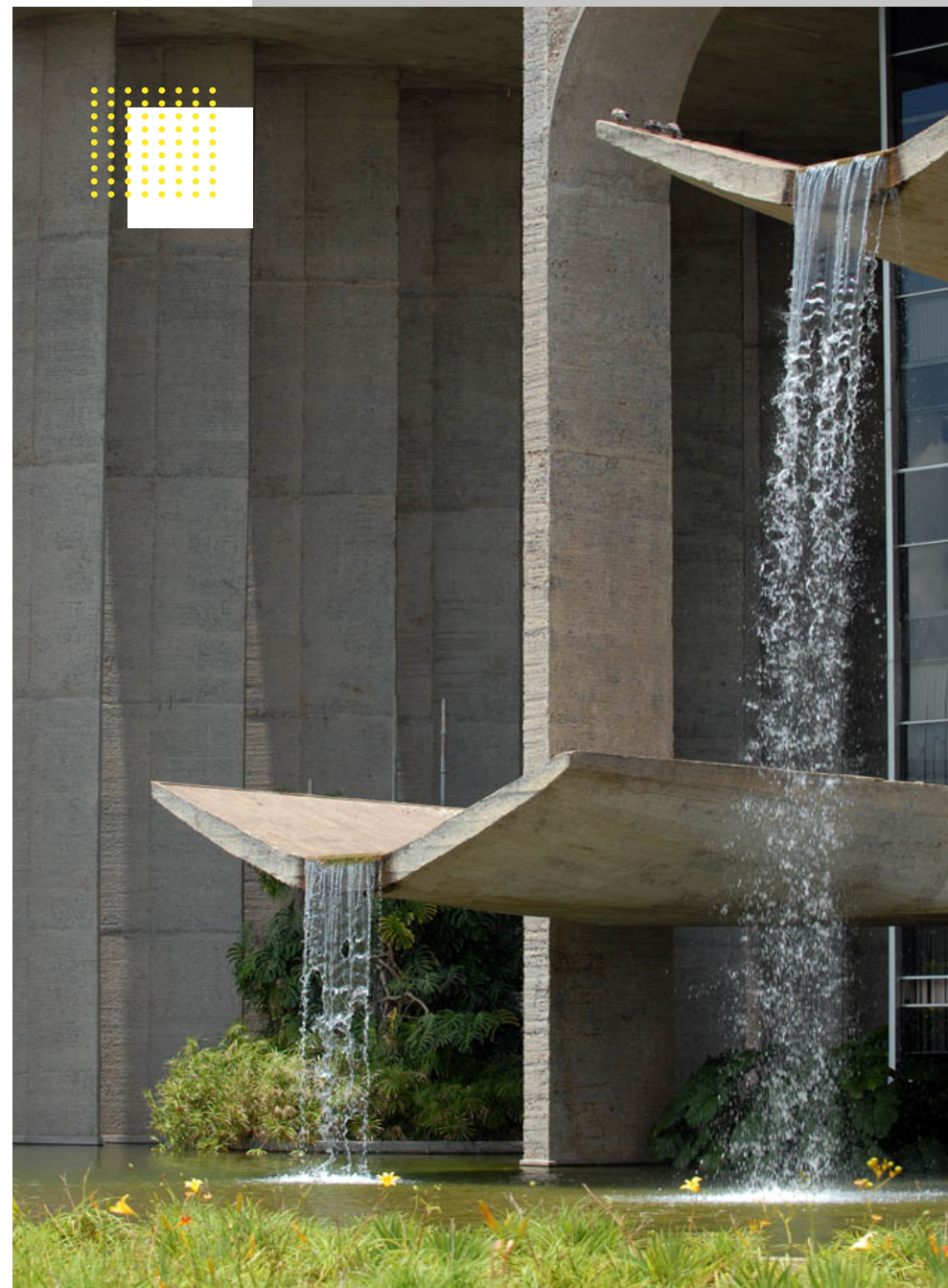
■	Objetivo Estratégico - Promover a gestão e a alienação do produto de crimes	343
■	Objetivo Estratégico - Ampliar a escala e a efetividade das ações de defesa da concorrência e do consumidor	350
■	Objetivo Estratégico - Aprimorar mecanismos de gestão do conhecimento e da preservação e difusão da memória arquivística nacional	362

CAPÍTULO 05 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

■	Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	380
■	Declaração do Contador	384
■	Gestão Contábil	387

CAPÍTULO 06 ANEXOS

■	Declaração do Subsecretário de Planejamento e Orçamento	391
■	Declaração do Subsecretário de Administração	395



MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE

Apresento, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição da República Federativa do Brasil a prestação de contas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na forma deste Relatório de Gestão (RG), de acordo com as orientações constantes da Decisão Normativa TCU nº 187, de 9 de setembro de 2020, e do Guia Relatório de Gestão na Forma de Relato Integrado, procurando demonstrar de modo claro e objetivo, à sociedade brasileira e aos órgãos de fiscalização e controle, em relação ao ano de 2020, o desempenho e os resultados obtidos pela Pasta.

Inicialmente, registro agradecimento especial ao Presidente da República, pela sua confiança, liderança, apoio, empenho e contribuição em dar as condições necessárias para boa execução dos grandes desafios existentes desta Pasta, a qual dedico os resultados atingidos neste ano de 2020.

Devo necessariamente comentar sobre as dificuldades enfrentadas no cenário decorrente da Pandemia COVID-19, o qual requereu do Ministério respostas firmes, seguras e ágeis, a fim de preservar o bom funcionamento da consecução das políticas e da prestação dos serviços sob nossa responsabilidade. O enfrentamento das adversidades, com determinação, foco e inovação, levaram ao alcance de melhores resultados em diversos setores e, ao cabo, ao cumprimento da missão institucional.

Alguns números de destaque merecem ser apresentados de imediato, no trecho inicial desta mensagem:

Recorde de apreensão/destruição de drogas (em Kg): mais de 2,7 milhões em 2020 (comparativamente: 1,3 milhão em 2019 e 1,0 milhão em 2018).



André Mendonça

Ministro da Justiça e
Segurança Pública

No combate à corrupção em 2020, destacam-se as operações deflagradas pela Polícia Federal, que resultaram na apreensão de cerca de R\$ 6,1 bilhão em bens e valores relacionados à atividade criminosa.

O Ministério priorizou a atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública federais e estaduais, conforme prevê o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). O resultado foi o aumento de apreensões, o bloqueio de bens oriundos do crime e a desarticulação das organizações criminosas. O diálogo estabelecido pelo Ministério com as Secretarias de Segurança Pública foi primordial para o enfrentamento a outros tipos de crimes, como os crimes cibernéticos ligados à pirataria e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

As atuações estruturantes são fundamentais para o fortalecimento do clima organizacional. A fim de fortalecer e assegurar um padrão conjunto de conduta, pautado em princípios e ações de integridade, de transparência e de ética, foi promovida a construção da Campanha “Integridade, Transparência e Compromisso: Uma Gestão por Resultados”. O macro conceito da Campanha se desdobra nas questões temática específicas, com as seguintes ênfases: Legalidade, Imparcialidade, Moralidade, Transparência, Eficiência, Inovação, Coordenação e Reconhecimento.



Com o conhecimento dos dados orçamentários e financeiros da Pasta pela gestão atual, concluiu-se que havia a necessidade de estabelecer orientações rigorosas, com o objetivo de alterar o cenário existente e alcançar melhores índices de eficiência do gasto público realizado pelo Ministério. Além das diretrizes, foi essencial estabelecer um acompanhamento mais de perto da evolução dos números.

Como resultado, foi obtido em 2020 o percentual de 97,34% de execução orçamentária (comparativamente: 90,4% em 2019 e 83,8% em 2018) – sobre o orçamento discricionário do órgão superior (30000) inclusive emendas parlamentares e as despesas conexas às entidades da administração indireta vinculadas ao MJSP, quais sejam, Fundação Nacional do Índio e Conselho Administrativo de Defesa Econômica, não abrangendo os créditos extraordinários relativos ao combate à Pandemia COVID-19, as despesas remuneratórias e com benefícios e a reserva de contingência.

O êxito se intensifica quando se verificou que o valor empenhado em 2020 foi de cerca de 425 milhões a mais em relação a 2019 e de cerca de R\$ 1,7 bilhão a mais em relação a 2018.

Alcançou-se, além de um maior grau na eficiência do gasto público, o próprio fortalecimento orçamentário do Ministério.

Por fim, neste tópico cumpre citar a edição da Portaria MJSP nº 543, de 28 de setembro de 2020, que regulamentou o regime de aplicações financeiras dos fundos da Pasta, acrescentando a arrecadação destes em R\$ 71,6 milhões.

Foram adotadas várias estratégias administrativas para minimizar, ao máximo, os efeitos causados pela Pandemia COVID-19.

A atuação coordenada dos órgãos com competência de fiscalização e controle nas rodovias federais estabeleceu uma maior proteção para os corredores logísticos, evitando os impactos das eventuais restrições locais de transporte e deslocamento, o que resultou na manutenção da hígideza da atuação logística no País.

O Ministério recebeu, por intermédio de duas Medidas Provisórias - 942, de 2020 (convertida na Lei nº 14.033, de 4 de agosto de 2020), e 965/2020 (não convertida em Lei) -, créditos extraordinários, sendo disponibilizados recursos para o combate à Pandemia COVID-19 na ordem de R\$ 247.723.622,00, com exclusão de parte da segunda Medida Provisória, destes, tendo sido empenhados R\$ 237.289.979,00, portanto, uma execução de cerca de 96%.

As principais ações dizem respeito à aquisição de EPIs e insumos para os profissionais de segurança pública, inclusive aqueles atuantes nas regiões fronteiriças e de divisas, bem como para os Sistemas Penitenciários Federais e Estaduais.

O MJSP atua, ainda, promovendo prevenção e combate à Pandemia COVID-19 por intermédio do mapeamento de ações nas terras indígenas prioritárias, do monitoramento de casos de tráfico de pessoas (relacionado ao acúmulo de migrantes ocasionado pelo fechamento de fronteiras), do acompanhamento de situações relacionada ao fluxo migratório e, ainda, da participação na elaboração de Termos de Ajustamento de Condutas relacionados aos impactos da doença no Brasil.

É importante destacar a atuação no combate ao desvio dos recursos públicos destinado ao enfrentamento da Pandemia COVID-19. Ações repressivas foram deflagradas em todo o Brasil: em um período de aproximadamente 9 meses foram realizadas 67 operações especiais de polícia judiciária que possibilitaram o cumprimento de 1.104 mandados de busca e apreensão e 146 mandados de prisão (entre prisões temporárias e preventivas). As investigações abrangem contratações que totalizam o montante de R\$ 2,13 bilhões.

Registra-se o maior repasse de recursos em prol da segurança pública na história do País. Trata-se de fato institucional que merece devido registro histórico e comemorativo. Foram repassados, na modalidade fundo-a-fundo, aos Estados e ao DF cerca de R\$ 1,2 bilhão (comparativamente, em

2019 o repasse se deu na ordem de R\$ 262,8 milhões).

A Criação da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública – SEGEN pelo Decreto nº 10.379, de 28 de maio de 2020, nasceu do diagnóstico preciso, ao que se procurou responder com agilidade, sobre a necessidade de se especializar o tratamento das áreas de gestão dos recursos e de promoção do ensino no cenário da segurança pública, destacando-as da área finalística, cujas missões precípuas, relacionadas à arquitetura das políticas públicas e à engenharia das operações de combate ao crime, demandavam atenção própria e focada. A nova Secretaria surge para gerir os recursos e procedimentos relacionados ao Fundo Nacional de Segurança Pública, de acordo com as políticas e operações definidas, além de apoiar as unidades federativas na adequada execução dos recursos transferidos fundo-a-fundo, além daqueles aportados através de convênios.

A SEGEN foi responsável pela construção do Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública – ComprasSusp, instituído pela meio da Portaria MJSP nº 669, de 15 de dezembro de 2020, cujas finalidades passam pela racionalização e centralização de aquisições e contratações destinadas ao atendimento dos diversos órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP; dentre os objetivos do Programa está o de estabelecer diretrizes, parâmetros e elementos mínimos a serem observados para contratações pela Administração Pública, propiciando, por exemplo, aquisições de equipamentos padronizados (coletes, armas, munições, viaturas, dentre outros), isto, com maior celeridade administrativa e com custos menores, em decorrência do ganho de escala.

Apesar do pouco tempo de sua criação, a SEGEN foi responsável pela viabilização e êxito na condução do maior repasse da história para a segurança pública do país (acima referido). O desembaraço de burocracias, a busca por soluções otimizadas e o exercício da transparência vêm e devem continuar sendo as marcas desta nova Secretaria.

A SEGEN é responsável, ainda, por toda a área de ensino em segurança pública, a fim de atender as demandas de políticas públicas e necessidades operacionais da Pasta e das unidades federativas. Foram disponibilizados 60 cursos EaD (a quantidade de capacitações mais que dobrou em relação a 2019, quando foram ofertados 26 títulos). A procura por cursos na plataforma EaD também cresceu e bateu recorde de matrículas – registrando 161.702 mil inscritos. Os aprovados foram 126.466 mil. Nos dois casos, os indicadores estão bem acima da meta de 100 mil inscritos anuais. Dois novos cursos foram desenvolvidos e ofertados para profissionais do SUSP no tema enfrentamento à Pandemia COVID-19. Merecem registro as capacitações EaD no idioma espanhol para profissionais do Mercosul e o lançamento do curso especificamente criado sobre o Protocolo Nacional de Investigação e Perícia em Crimes de Feminicídio, que contou com contribuições do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

O Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social é o principal instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (criada pela Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018), devendo auxiliar na consignação das diretrizes a serem observadas pelos entes federados na execução de recursos recebidos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP.

O Plano deve propiciar a contínua melhoria de procedimentos metodológicos e estatísticos, que vão desde a coleta de dados para entendimento do fenômeno criminal no País até a otimização da prevenção e da resposta adequada a sua ocorrência em todo o território nacional e em suas fronteiras, além de contribuir para proporcionar, em prol da sociedade, um planejamento moderno, técnico, integrado entre os entes federados e, sobretudo, um planejamento realista, para a busca de um Brasil mais justo e seguro.

No processo de elaboração do Plano 2020-2030, que está em vias de conclusão, o MJSP recebeu importante consultoria prestada pela

Controladoria-Geral da União (CGU), além de ter realizado consulta pública, oportunizando-se a ampla participação, além de outros atores, das forças de segurança do País.

A elaboração do Plano é uma ação governamental complexa, que consiste em estruturar e coordenar um conjunto dos principais indicadores, ações estratégicas, metas de resultado e de ferramentas de governança para melhorar as condições de segurança pública e acesso a direitos para toda a população brasileira.

É conclusão unânime a de que é imperativo, na área da segurança pública, melhorar procedimentos informativos, que vão desde a coleta de dados, passando pela elaboração de relatórios e estatísticas, redundando no alcance dos resultados, otimizando-se a prevenção e a resposta adequadas à contraposição das ocorrências criminais em todo o território nacional, inclusive nas fronteiras.

Deve-se almejar considerável redução de índices de eventos como mortes violentas, acidentes e mortes no trânsito, vitimização de profissionais de segurança pública, reincidência criminal e crimes contra o patrimônio e a incolumidade da sociedade e, ainda, alcançar melhoria nas condições de cumprimento de pena e de ressocialização de apenados. Tudo deve concorrer para a melhoria das condições de vida de cada brasileiro e brasileira.

O novo Plano deve ser moderno, técnico, fruto de integração entre os entes federados e, sobretudo, ser realista – buscando um Brasil mais seguro e justo, quebrando uma lógica meramente contextual e transitória das ações em segurança pública e defesa social e estabelecendo um rol de perspectivas claras e alcançáveis para o futuro e para as novas gerações.

O Projeto “Em Frente Brasil” já apresenta resultados positivos. Nas localidades em que o projeto ocorreu, percebe-se a redução da incidência de crimes violentos no exercício de 2020 (homicídios dolosos caíram, em média, 9,4% e roubos 34,4% nas cidades selecionadas em relação ao ano

de 2019).

O projeto servirá como modelo para a elaboração do Programa Nacional de Enfrentamento aos Homicídios e demais Crimes Violentos, com uma atuação integrada entre os governos federal, estadual e municipal.

Em relação ao tráfego das rodovias federais, verificou-se: redução de 9,7% no número de feridos (79.073) por acidentes de trânsito em relação a 2019 (71.370); redução de 0,9% no número de óbitos (5.289) por acidentes em rodovias federais, em relação a 2019 (5.322). Houve ainda, a realização de 116.245 ações de Educação para o Trânsito.

É importante registrar que, nas rodovias e estradas, o MJSP tem agido no sentido de garantir a livre circulação das riquezas do país, bem como os direitos constitucionais daqueles que circulam pelas rodovias, estradas e áreas de interesse da União.

No âmbito da política penitenciária, importante registrar que foram criadas cerca de 21.819 vagas em 2020 e realizados investimentos de mais de R\$ 560 milhões, merecendo destaque o estabelecimento de projetos referenciais arquitetônicos atingiu-se maior agilidade na construção de novas unidades prisionais e economia de recursos públicos.

Registra-se 453 movimentações de presos, sendo que, em conjunto com outras forças de segurança estaduais e federais, foram realizadas cerca de 20 (vinte) ações de escoltas de presos de elevada periculosidade, entre os estados e o Sistema Federal. Nesse sentido, os presídios federais registraram a inclusão de 126 presos de alta periculosidade e/ou líderes de organizações criminosas. Houve também, atuação em unidades prisionais de Roraima, Rio Grande do Sul e Pará, contribuindo, significativamente, para a redução dos índices de criminalidade naquelas localidades.

Com base nas estatísticas oficiais de janeiro a setembro de 2020, comparado com o mesmo período de 2019, identifica-se a diminuição dos principais indicadores criminais: redução de 14,43% nos crimes de estupro; de 9,97%

nos roubos a instituições financeiras; de 24,83% nos roubos de carga; de 24,77% nos roubos de veículos; de 13,26% nos latrocínios. Cabe enfatizar que os méritos na redução dos índices são igualmente dos Estados, e não só das ações do governo federal.

Em 2020, foram realizadas operações integradas com órgãos de segurança pública e Forças Armadas. Alguns destaques:

- (i) Operação Verde Brasil II, que reforçou ações de fiscalização, repressão ao desmatamento ilegal e demais crimes ambientais, além de ações subsidiárias na faixa de fronteira, terras indígenas, unidades federais de conservação ambiental e nos estados da Amazônia Legal;
- (ii) Operação Onda Verde Itinerante Pará, que apoiou o Ibama no combate a ilícitos ambientais na floresta Amazônica, atuando também no combate a incêndios florestais e a queimadas no pantanal sul-mato-grossense; e
- (iii) operações do Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas (VIGIA), que resultaram na apreensão de diferentes tipos de drogas, veículos, dinheiro em espécie, cigarros e demais produtos que totalizam cerca de R\$ 2,18 bilhão.

Ao longo do ano de 2020, foram apoiadas 109 operações nos estados, onde o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por meio da Secretaria de Operações Integradas, prestou todo apoio e assistência às forças de segurança pública, auxiliando na melhoria das atividades desempenhadas.

Foram coordenadas, planejadas e executadas 27 operações integradas, ainda, por meio da Secretaria de Operações Integradas, dentre as quais se destacam as de enfrentamento ao tráfico de drogas, contrabando de cigarros e armas de fogo e receptação (crimes transfronteiriços), homicídios, porte e posse ilegal de armas de fogo, estelionatos em redes sociais, abuso ou exploração sexual infantil, pirataria digital e outros. Duas dessas operações policiais (sobre exploração sexual infantil – Operação Luz na Infância – e pirataria digital – Operação 404) foram coordenadas

para deflagração conjunta em cinco países distintos (Estados Unidos da América, Reino Unido, Argentina, Paraguai e Panamá), além do Brasil, onde estavam a maioria dos alvos.

No que se refere à segurança de fronteiras, tivemos o incremento na Operação Hórus do Programa VIGIA, que passou de 268 operadores empregados por dia no início de 2020 para 650 operadores.

O Ministério ampliou a gestão de bens apreendidos de criminosos, o que resultou na realização de mais de 120 leilões contra 11 leilões em 2019. O resultado foi uma arrecadação recorde para o Fundo Nacional Antidrogas, que, somados a outros atos de gestão, alcançou este ano R\$ 138,5 milhões contra os R\$ 92 milhões do ano anterior.

Conforme apontado anteriormente, em 2020, houve a apreensão e o sequestro de cerca de R\$ 1.248 bilhão em apreensão e sequestro de bens ligados ao tráfico de drogas, armas e facções criminosas, um novo recorde, que somados aos quase R\$ 654 milhões referentes a 2019, superam, em apenas dois anos, a soma dos resultados obtidos no período de 2015 a 2018.

Destaca-se que os recursos provenientes dos leilões de bens apreendidos do narcotráfico são sistematicamente investidos na Política Nacional de Drogas, tanto no que tange à redução da oferta quanto da demanda de drogas. Desde a mudança da legislação sobre gestão de bens apreendidos, ocorrida em 2019, foram investidos R\$ 78,5 milhões, dos quais R\$ 40 milhões só em 2020, por meio de 17 projetos.

As medidas para o fortalecimento da segurança pública são muitas, mas não são as únicas entregas neste ano. A agilidade no reconhecimento da condição de apátridas e refugiados, bem como o lançamento da plataforma “Naturalizar-se virtual” possibilitaram a inclusão social de estrangeiros em vulnerabilidade. Ações de combate ao tráfico de pessoas e o combate à corrupção também foram fortalecidas, como a criação de cartilha, em cinco idiomas, voltada para ajudar o cidadão na identificação de suspeitos

de aliciamento de pessoas e a celebração de acordos internacionais que possibilitaram o repatriamento de ativos extraviados dos cofres públicos.

Em relação à Venezuela, sua situação impacta diretamente o Brasil, em especial diante da existência de fronteira terrestre entre os países. Nos últimos dois anos passaram pelo território brasileiro mais de 450 mil venezuelanos. A chegada deste grande número de pessoas em um curto espaço de tempo representa um enorme desafio aos órgãos responsáveis pelo ordenamento de nossas fronteiras e pela regularização migratória dos venezuelanos. A Operação Acolhida, estruturada pelo Governo Brasileiro para resposta humanitária ao fluxo migratório venezuelano, continuou a exercer suas atividades de maneira exemplar, sendo, a experiência brasileira, uma referência mundial para a condução e recepção digna de grandes fluxos migratórios, adequando suas ações às medidas sanitárias necessárias à manutenção das condições de saúde tanto de venezuelanos recém chegados ao Brasil, quanto dos já residentes no País, nacionais e imigrantes.

Quanto aos refugiados, imigrantes e pedidos de naturalização, houve em 2020 a resolução de 100 mil solicitações de refúgio, sendo 45% venezuelanos reconhecidos, além da autorização de 1.318 pedidos de residências de imigrantes no Brasil e a ampliação para todo o país da plataforma Naturalizar-se, sistema que desburocratiza os processos de naturalização do imigrante reduzindo o prazo de análise dos pedidos de 500 para 5 dias. Também foi celebrado o Acordo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Justiça para o desenvolvimento de ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

O Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional – DRCI atuou no bloqueio de cerca de R\$ 257 milhões, em 2020, merecendo destaque o bloqueio de cerca de R\$ 130 milhões em moedas digitais (criptoativos) nos EUA. Também houve avanço no Projeto Estratégico de reestruturação da Rede Nacional de Laboratórios

de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro - REDE-LAB e do Projeto Estratégico de fortalecimento das Polícias Judiciárias dos Estados na luta contra a corrupção.

Em 2020, foram tramitados 374 processos com pedidos de cooperação jurídica internacional com repercussão patrimonial (em potencial, passíveis de recuperação dos ativos), sendo 243 pedidos ativos e 131 pedidos passivos.

Na proteção e defesa do consumidor, em 2020, deve-se comemorar a inclusão de 358 novas empresas na plataforma Consumidor.gov.br, representando um aumento de 150% no número de empresas cadastradas (comparativamente: passando de 131, em 2019, para 336, em 2020. Registrou-se um índice de resolução de conflitos de 78%, no prazo de 7 dias.

A Pasta promoveu ações para impedir o superendividamento, mirando na proteção da saúde financeira dos mais vulneráveis – neste contexto, a notificação de empresas e as orientações aos consumidores foram de relevo.

Em 2020, na Escola Nacional do Direito do Consumidor (ENDC), houve aproximadamente 40 mil vagas preenchidas nos cursos ofertados (comparativamente: aumento de mais de 200%, em relação ao período anterior)

No âmbito do exercício das atribuições da Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON ainda se destacam as publicações do Guia de boas práticas e orientações às plataformas de comércio eletrônico para medidas de combate à venda de pirataria e do Guia de boas práticas e orientações para a implementação de medidas de combate à pirataria pelos Provedores de Serviços de pagamento.

A SENACON passou a participar da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e efetivou-se adesão à plataforma internacional de denúncias de golpes e fraudes transnacionais, econsumer.gov.

O Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD, em 2020, repassou recursos

da ordem de R\$ 248 milhões, de modo a propiciar a execução de projetos estruturados sob os eixos temáticos incentivados pelo FDD.

O Arquivo Nacional vem intensificando sua interação com os demais órgãos da Administração Pública, das diferentes esferas federativas e entidades privadas. Destaca-se o aprimoramento de mecanismos tecnológicos capazes de preservar e dar acesso aos documentos históricos e correntes em formato digital. Já o desenvolvimento do novo Sistema de Informação do Arquivo Nacional - Novo SIAN permitiu ampliar a segurança e facilitar o acesso dos usuários aos documentos preservados no Arquivo Nacional; em 2020, foram mais de 10 milhões de acessos às bases de dados do órgão (comparativamente: 9,3 milhões de acessos em 2019).

O Arquivo Nacional está cumprindo, de acordo com suas atribuições institucionais e técnicas, importante papel perante o desenvolvimento do Sistema Único de Processo Eletrônico em Rede (SUPER.BR) – que substituirá o SEI, isso em importante parceria com a Secretaria-Geral da Presidência da República, o Ministério da Economia e a Advocacia-Geral da União.

Nas atuações em prol da população indígena, cumpre registrar o combate à Pandemia COVID-19, em que foram investidos cerca de 41,6 milhões em ações preventivas, com a entrega de 499 mil cestas de alimentos distribuídas (entre recursos próprios da FUNAI, de doações e itens adquiridos com recursos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos); 107.664 mil kits de higiene e limpeza distribuídos. Registra-se, ainda, a destinação de 13,4 milhões para ações de proteção territorial, com suporte a 311 barreiras sanitárias; 370 ações de fiscalização em 146 Terras Indígenas; 200 mil itens de EPIs enviados às unidades descentralizadas; além da operação da Central de Atendimento da Funai à COVID-19.

A edição da Instrução Normativa FUNAI nº 9, de 2020, disciplinou a atividade de Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados, estabelecendo marco referencial que harmoniza o

direito de propriedade e demarcação de terras indígenas, procurando-se atingir, a partir deste marco, a resolução de cerca de 750 processos administrativos pendentes de regularização e o pagamento de cerca de R\$ 13 milhões em indenizações em processos de regularização fundiária - valores esses relativos às benfeitorias de boa-fé erguidas em Terras Indígenas de diferentes estados, entre elas, Caramuru/Paraguassu (BA), Serrinha (RS) e Las Casas (PA).

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica procedeu à notificação de 454 atos de concentração (comparativamente: quantitativo 10% superior à média de entrada de casos, comparando aos últimos 5 anos). As operações notificadas representaram um valor de R\$ 501,7 bilhões.

Destaca-se, ainda, o envio pelo MJSP da proposta de Decreto para aprimoramento da estrutura organizacional do CADE, incluído a criação do posto de corregedor no âmbito da Instituição.

Na área da segurança pública, é indiscutível a adoção de uma estratégia no enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive na faixa de fronteira, aliada à implementação de melhorias contínuas no processo de gestão de modo a concretizar as políticas públicas sob a responsabilidade do Ministério. Dessa forma, acelerada, cada vez mais, a integração dos órgãos integrantes da Pasta, tendo como fruto o trabalho mais aproximado e concordante entre os diversos agentes de segurança pública, o que norteou o planejamento de ações e das operações, com entregas efetivas que demonstram a melhora expressiva dos principais indicadores criminais.

No contexto da harmonização da atuação dos diversos órgãos da Pasta, o papel do Sistema de Governança e do Comitê de Governança Estratégica (CGE) é indispensável na condição de instância para avaliar e aprovar as iniciativas de gestão: estratégica, administrativa, de políticas públicas, de riscos e controles internos, de transparência e de integridade. O CGE é

presidido pelo próprio Ministro e composto pelos titulares dos órgãos que compõem o Ministério e vem realizando reuniões mensais para discussão e acompanhamento de matérias de caráter estratégico para a Pasta, bem como o monitoramento das ações que integram o Planejamento Estratégico.

Outra ação importante que irá proporcionar a melhoria dos resultados dos próximos exercícios, foi a autorização para a realização de concursos públicos para a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, num total de 3.000 vagas, metade para cada Unidade. Espera-se alcançar o mesmo objetivo em relação às carreiras do DEPEN e outras que sejam avaliadas como deficitárias em seus quadros.

Importantes alterações na estrutura regimental do Ministério foram estudadas e propostas, encontrando-se em tramitação, como a criação de novas diretorias na PF e na PRF, reorganizações no âmbito do DEPEN, da SENASP, além da transformação da SENAD em uma Secretaria Nacional responsável pela recuperação e gestão de ativos, um tipo de estrutura comum em outros países, mas ainda não estruturada da melhor forma em nosso País.

No ano de 2020, a Ouvidoria-Geral do MJSP coordenou diversas ações locais e nacionais visando o fortalecimento da pauta com foco na segurança pública, dentre elas, destaca-se a doação de veículo utilitário para cada uma das ouvidorias que compõem o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP dos Estados e Distrito Federal. Os veículos servirão para auxiliar a missão das ouvidorias, no recebimento e tratamento das manifestações dos cidadãos, bem como reforçar o monitoramento permanente da atividade policial.

Perpassadas as notícias positivas sobre o exercício 2020, deve-se manter o nível da atuação administrativa da Pasta, com os devidos aprimoramentos necessários, com vistas à superação de desafios, previsíveis ou não. Neste sentido, a atuação ministerial deverá ser guiada pelas seguintes diretrizes:

- fortalecimento da capacidade de gestão do MJSP, com a revisão e aperfeiçoamento dos seus processos de trabalho, a fim de alcançar os objetivos institucionais e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade;
- aprimoramento do grau de integração e convergência de esforços entre os órgãos do MJSP;
- intensificação da utilização de ferramentas de gerenciamento, análise e compartilhamento de dados, visando maior confiabilidade de relatórios e subsídios e tornando mais segura e efetiva a tomada de decisões;
- aprimoramento do combate à corrupção, ao crime violento e ao crime organizado;
- ampliação da capacidade de o Estado investir no enfraquecimento e desarticulação das organizações criminosas e da criminalidade como um todo – fortalecimento da sistemática nacional de alienação de bens confiscados dos criminosos;
- elevação do nível de articulação entre os órgãos de segurança pública e de inteligência;
- priorização do Projeto “Em Frente Brasil”, inclusive com iniciativas para sua transformação em Programa;
- aprimoramento da gestão prisional, com constante ampliação do número de vagas e fortalecimento do controle das unidades prisionais; e
- fortalecimento do enfrentamento ao tráfico de drogas, sobretudo por meio da alienação dos bens confiscados de criminosos.

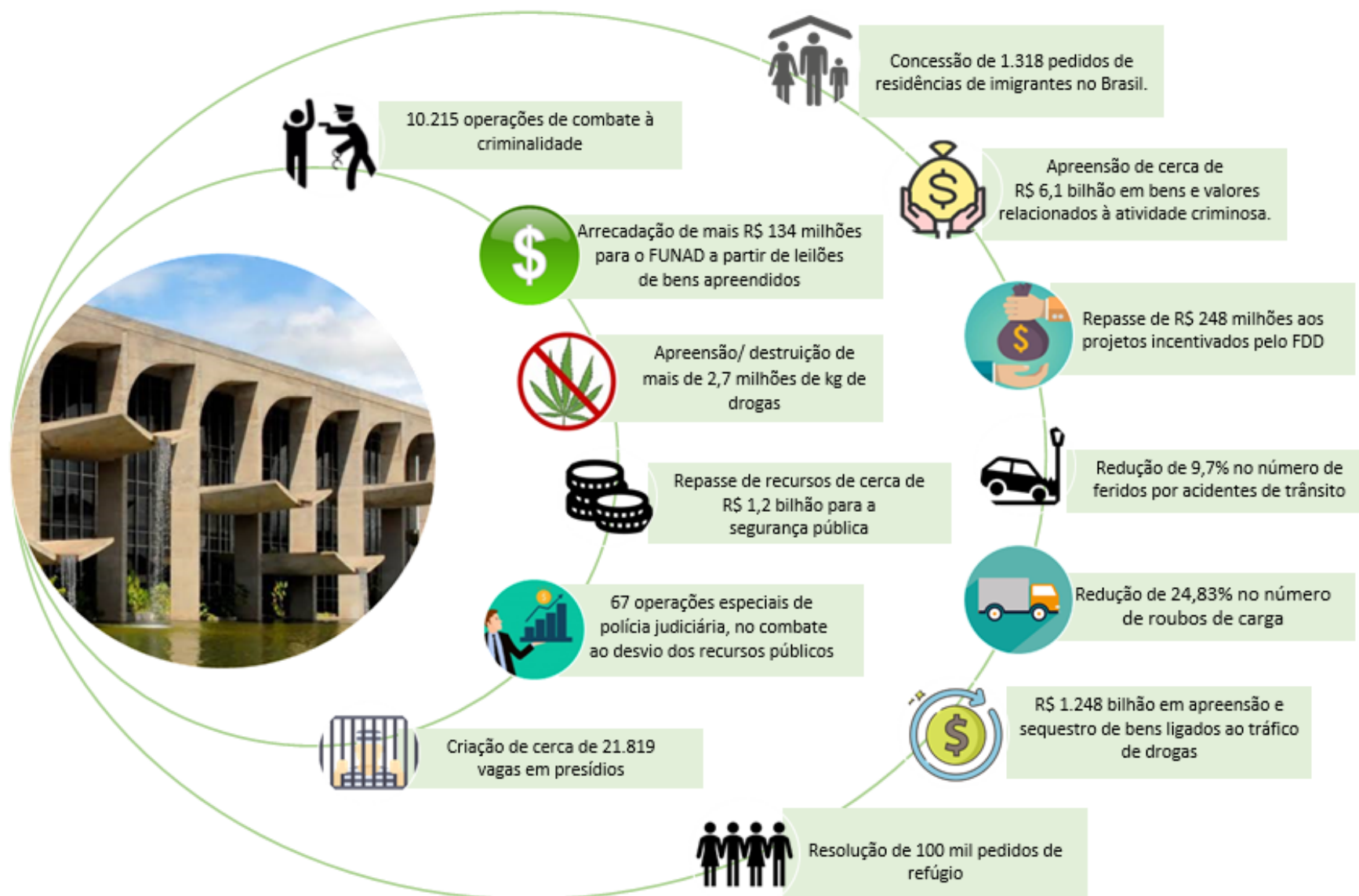
Por fim, tal como foi pautada a gestão ao longo do exercício de 2020, fica assegurada a aplicação do trabalho integrado na elaboração do presente Relatório de Gestão, alinhado à precisão e à fidedignidade de dados e informações.

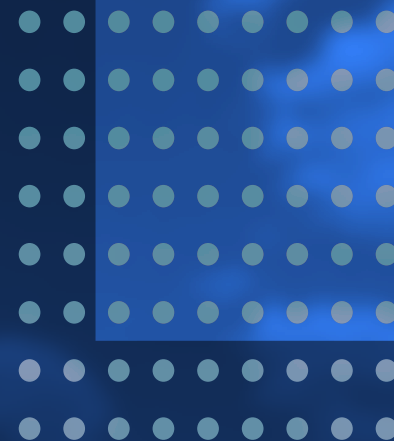


André Luiz de Almeida Mendonça

Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA EM NÚMEROS





CAPÍTULO
01

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

Ministério da Justiça e Segurança Pública



MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA



VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP é um órgão da administração pública federal direta que passou, em 2019, por alterações significativas em sua estrutura organizacional. Ao longo de 2020 ocorreram novas alterações e aperfeiçoamentos nessa estrutura no intuito de adaptá-la à realidade de suas unidades e melhor atender os anseios da sociedade. Dessa forma, no início de 2020, o Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do MJSP, foi alterado pelo Decreto nº 10.139, de 28 de maio de 2020, que criou a Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública – SEGEN, com o objetivo de dar tratamento focado nos temas de gestão, ensino e pesquisa na área da segurança pública, tirando essa responsabilidade das demais Secretarias do Ministério que atuam na área de segurança pública. A partir dessa alteração, tais Secretarias tiveram suas atribuições alteradas para que o foco de suas atuações fossem centradas principalmente em pensar, desenvolver e executar, no âmbito de suas competências, as políticas e estratégias nacionais para a segurança pública.

Em outubro, o Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, passou por nova alteração com a publicação do Decreto nº 10.515, de 8 de outubro de 2020, que alterou a estrutura regimental do Ministério por meio do remanejamento de cargos em comissão e funções de confiança para o Ministério da Economia, bem como da transformação de funções de confiança e substituição de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder

Executivo - FCPE. Tais mudanças visaram à adequação da estrutura regimental da Polícia Rodoviária Federal às necessidades do órgão.

Atualmente as competências do MJSP previstas na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 incluem, entre outras atribuições: a defesa da ordem jurídica; o combate ao tráfico de drogas e crimes conexos; a defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor; nacionalidade, imigração e estrangeiros; a prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo e cooperação jurídica internacional; a coordenação de ações para combate a infrações penais em geral, com ênfase em corrupção, crime organizado e crimes violentos; a coordenação do Sistema Único de Segurança Pública - Susp; a coordenação e administração da política penitenciária nacional. Tem ainda as competências estabelecidas nos § 1º e 2º do art. 144 da Constituição, exercidas por meio da Polícia Federal -PF e da Polícia Rodoviária Federal - PRF respectivamente e as competências que são delegadas aos órgãos vinculados. É o caso dos direitos da população indígena, que fica a cargo da FUNAI e da defesa da ordem econômica nacional, que fica a cargo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Para atender as competências atribuídas ao Ministério, a estrutura regimental desta Pasta, prevista atualmente no Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, são as seguintes:

Sete órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública:



- Assessoria Especial de Controle Interno - AECl;
- Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares - AFEPAR;
- Assessoria Especial de Assuntos Legislativos - AEAL;
- Assessoria Especial Internacional - ASINT;
- Gabinete - GM;
- Secretaria-Executiva - SE e
- Consultoria Jurídica – CONJUR.

Dez órgãos específicos singulares:

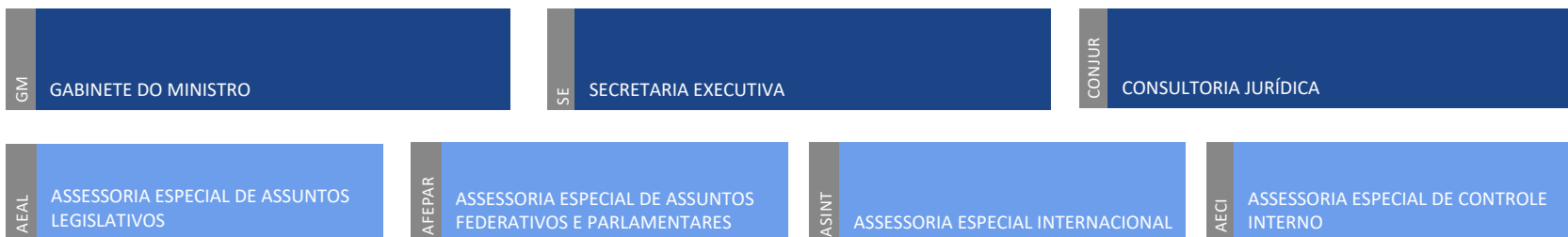
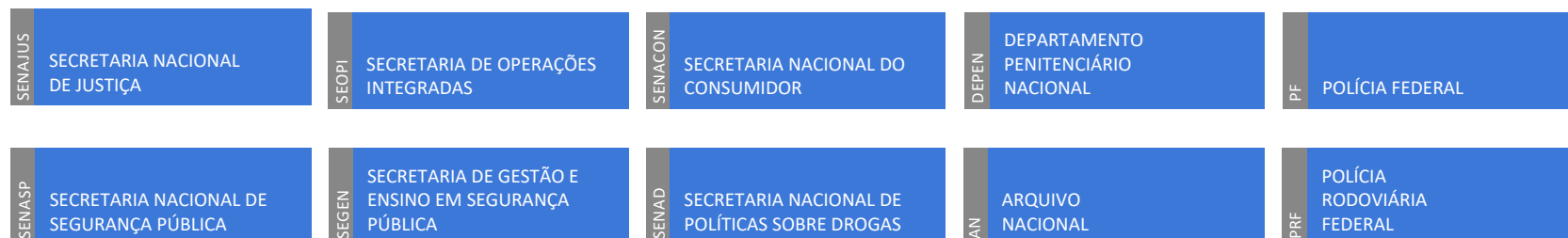
- Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas - SENAD,
- Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP,
- Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON,
- Secretaria Nacional de Justiça - SENAJS,
- Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN,
- Secretaria de Operações Integradas - SEOPI,
- Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - SEGEN,
- Polícia Federal - PF,
- Polícia Rodoviária Federal - PRF e
- Arquivo Nacional - AN.

Duas unidades vinculadas:

- Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e
- Fundação Nacional do Índio - Funai.

A estrutura do MJSP detalhada no Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterada pelo Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019, está representada no organograma a seguir:

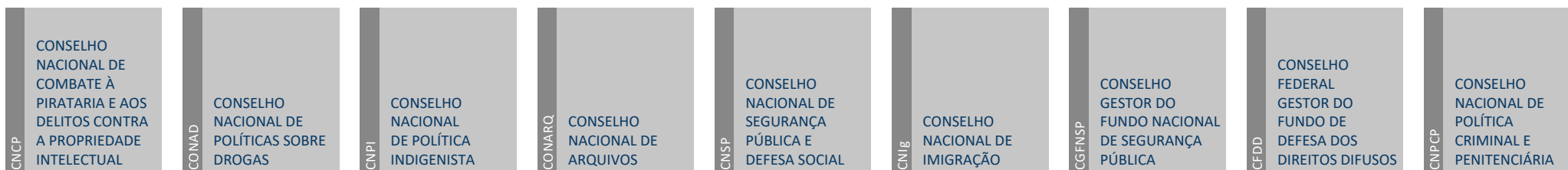
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Órgãos de assistência
direta e imediata ao
MinistroÓrgãos de específicos
e singulares

Entidades Vinculadas



Órgãos Colegiados



O Ministério da Justiça e Segurança Pública tem como missão trabalhar para a consolidação do Estado Democrático de Direito. Para tanto, cultua internamente valores fundamentais para atuação responsável e comprometida de seus colaboradores com os princípios da administração pública. Além disso, trabalha incansavelmente para ser reconhecido pela sociedade como protagonista no alcance de níveis adequados na defesa da cidadania e na proteção de direitos.

QUEM SOMOS

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como protagonista no alcance de níveis adequados na defesa da cidadania e na proteção de direitos.

MISSÃO

Trabalhar para consolidação do Estado Democrático de Direito.

VALORES INSTITUCIONAIS

- Integridade
- Ética
- Defesa do Interesse Público
- Respeito
- Legalidade
- Resultados
- Valorização do Capital Humano
- Inovação
- Transparência
- Sustentabilidade

ALTA ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA



ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública



TERCIO ISSAMI TOKANO
Secretário-Executivo



**CLAUDIO
DE CASTRO
PANOIEIRO**
Secretário
Nacional de Justiça



**JULIANA
OLIVEIRA
DOMINGUES**
Secretária
Nacional do
Consumidor



**LUIZ ROBERTO
BEGGIARA**
Secretário
Nacional de
Políticas sobre
Drogas



**CARLOS RENATO
MACHADO PAIM**
Secretário
Nacional de
Segurança Pública



**JEFERSON
LISBÔA
GIMENES**
Secretário de
Operações
Integradas



**JOSÉLIO
AZEVEDO DE
SOUSA**
Secretário de
Gestão e Ensino
em Segurança
Pública



**TÂNIA MARIA
M. FERREIRA
FOGAÇA**
Diretora-Geral do
Departamento
Penitenciário
Nacional



**ROLANDO
ALEXANDRE DE
SOUZA**
Diretor-Geral da
Polícia Federal



**EDUARDO
AGGIO DE SÁ**
Diretor-Geral da
Polícia Rodoviária
Federal



NEIDE DE SORDI
Diretora-Geral do
Arquivo Nacional



MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA
Presidente da Fundação Nacional do Índio



ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica

* O Conselho Administrativo Econômico – CADE e a Fundação Nacional do Índio – FUNAI são órgãos que possuem relatórios de gestão próprios.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A governança pública, de acordo com o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, consiste em um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

A implementação do Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública SG-MJSP se deu a partir da publicação Portaria nº 86, de 29 de janeiro de 2019. Atualmente o SG-MJSP é regulamentado pela Portaria nº 86 de 23 de março de 2020 e tem como finalidade estabelecer o modelo de tomada de decisão sobre planejamento estratégico, políticas públicas, integridade, riscos e controles, informação, recursos de tecnologia da informação e comunicação, dados e sistemas de informação, contratações, pessoal e transparência. A governança do MJSP incorporará os princípios, as diretrizes e os mecanismos definidos na política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e as recomendações oriundas de manuais, guias e resoluções aprovados pelo Comitê Interministerial de Governança - CIG, nos termos do inciso II do art. 9º do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017.

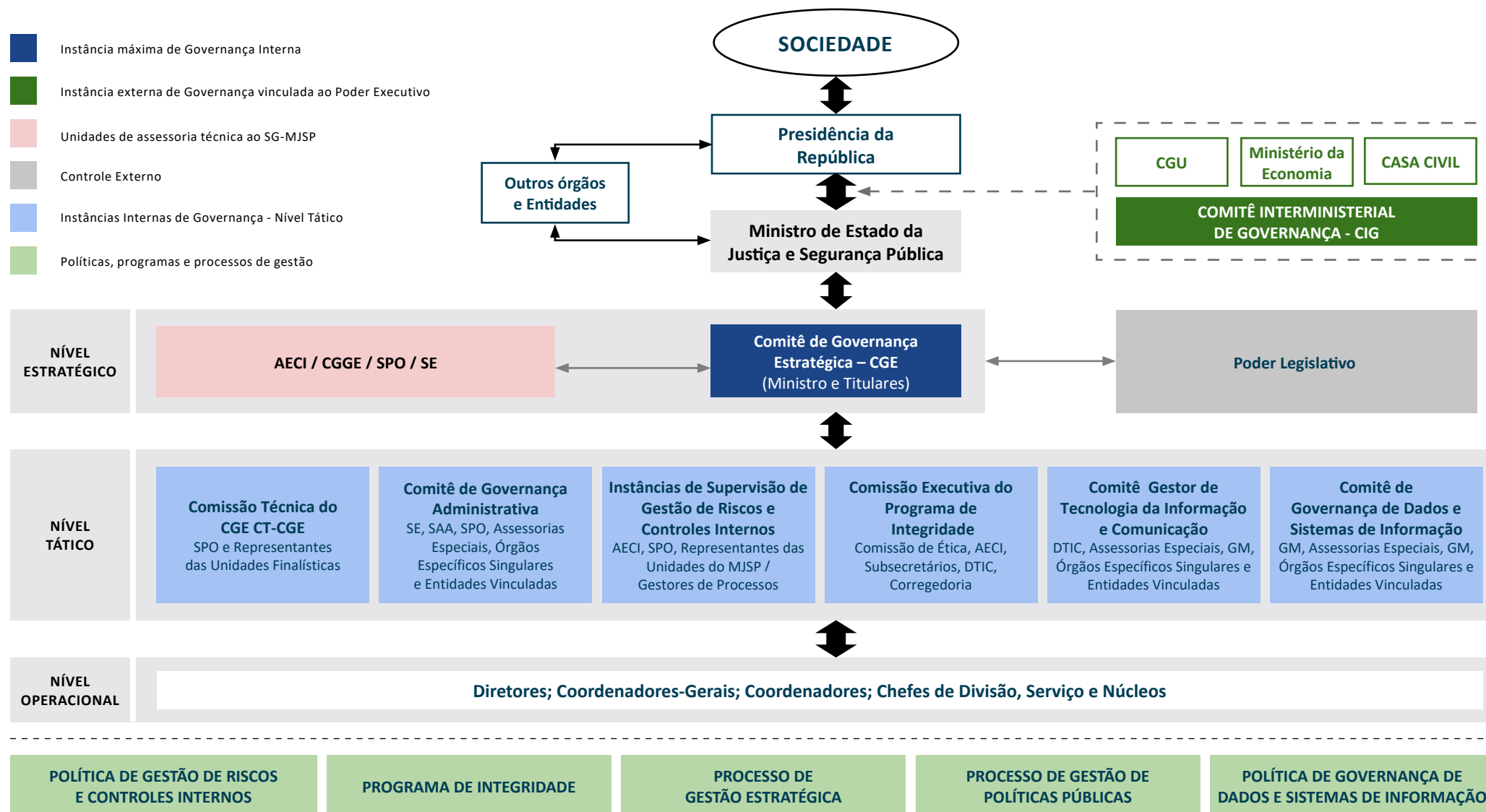
Os elementos da governança do MJSP contemplam a gestão: estratégica, administrativa, de riscos e controles internos, de integridade, de políticas públicas, de transparência, de dados e de sistema de informação. A gestão de tais elementos é realizada por instâncias de governança, representadas pelos seguintes comitês, comissões e instâncias:

- Comitê de Governança Estratégica - CGE;
- Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica - CT-CGE;
- Comitê de Governança Administrativa - CGA;
- Comissão Executiva do Programa de Integridade do Ministério da Justiça e Segurança Pública - CEPI;
- Instâncias de Supervisão de Gestão de Riscos e Controles Internos;
- Comitê de Governança de Dados e Sistemas de Informação - CGDI; e
- Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - CTIC.

O Comitê de Governança Estratégica consiste na instância máxima do Sistema de Governança do Ministério, com atribuição de avaliar e aprovar as iniciativas de gestão estratégica, de gestão de riscos e controles internos, de gestão de transparência, de gestão de integridade, de gestão de políticas públicas, de gestão administrativa, de gestão de dados e sistemas de informação e de tecnologia de informação e comunicação.

Com o intuito de ilustrar o SG-MJSP, segue abaixo modelo esquemático da estrutura de governança do MJSP com seus níveis decisórios, elementos e instâncias:

SISTEMA DE GOVERNANÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA



MODELO DE NEGÓCIOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

INSUMOS



Força de Trabalho
26.572 servidores efetivos



Orçamento
R\$ 17,8 bilhões



Custos
R\$ 2,8 bilhões

ESTRATÉGIA

PRODUTOS/SERVIÇOS

RESULTADOS

IMPACTO



Fortalecimento ao enfrentamento
à criminalidade com enfoque em
organizações criminosas,
corrupção, lavagem de dinheiro
e atuação na faixa de fronteira

- Condenados com perfil genético coletado
- Pessoas atendidas por alternativas penais diversas da prisão
- Vagas no sistema prisional
- Autorização de residência para fins laborais e de investimento



67.012 processos
de reconhecimento
da condição de
refugiado decididos



6.885 operações
de polícia judiciária
deflagradas pela PF



21.819 vagas geradas
no sistema prisional

Prevenção e
combate à
corrupção e
à lavagem de
dinheiro



Aperfeiçoamento da coordenação
estratégica e da integração dos
órgãos de segurança pública

- Mortalidade em acidentes de trânsito em rodovias federais
- Capacitações disponibilizadas ao público externo
- Operações de polícia judiciária



114.351 atividades
educacionais ofertadas
para as pessoas
privadas de liberdade



119.000 pessoas
privadas de
liberdade
envolvidas
em atividades
laborais



117,44% de processos
de naturalização
decididos



Aperfeiçoamento da gestão
do sistema prisional

- Atividades educacionais para as pessoas privadas de liberdade
- Combate à criminalidade nas rodovias federais
- Pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades laborais



3.295 operações de
combate à criminalidade
nas rodovias federais



100% de obras
audiovisuais
analisadas



2.308.586
documentos
acessados do
acervo do Arquivo
Nacional

Proteção e
segurança
da sociedade



Acesso à justiça
e proteção dos
direitos do cidadão

- Lavagem de dinheiro e corrupção
- Processos de naturalização



Gestão da alienação
do produto de crimes

- Alienação de bens apreendidos
- Reconhecimento da condição de refugiado
- Ativos leiloados



Ampliação da escala e da
efetividade das ações de
defesa da concorrência e
do consumidor

- Resolutividade das demandas na plataforma
Consumidor.gov.br



Aprimoramento dos
mecanismos de gestão e
disseminação do conhecimento
com foco no público externo

- Documentos do acervo do Arquivo Nacional



118.530 pessoas
atendidas por
alternativas
penais diversas
da prisão



3.774 ativos
leiloados pelo
MJSP



49,42 de taxa de
mortalidade em
acidentes de trânsito em
rodovias federais



80% de solicitações
de autorização de
residência para
fins laborais e
de investimento
decididas



78% de resolutividade das
demandas na plataforma
Consumidor.gov.br



258.121 vagas
preenchidas em
capacitações
disponibilizadas ao
público externo no
âmbito das temáticas
do Ministério da Justiça
e Segurança Pública

Garantia de
direitos do
cidadão, do
migrante, do
refugiado e
dos povos
indígenas

Acesso à
informação

Gestão efetiva
e eficiente
dos recursos
apreendidos
do crime para
financiamento
de políticas
públicas

Defesa da
Concorrência
e do
Consumidor

CADEIA DE VALOR

A Cadeia de Valor do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP é um importante instrumento de gestão e possui impacto relevante em diversos instrumentos de gestão utilizadas pelo MJSP, pelo Poder Executivo Federal e pelos órgãos de controle, como: Planejamento Estratégico, Relatório de Gestão, Modelo de Custos, Estrutura Regimental, Planejamento Orçamentário, Políticas Públicas, Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC, Gestão de Riscos, Integridade, Dimensionamento da Força de Trabalho, Mapeamento e Redesenho de processos (com ou sem automação) e Carta de Serviços. Além disso, é útil para comunicar o que a instituição faz, tanto ao público externo como ao recém-chegado na organização, ao proporcionar uma visão sistêmica da operação e dos processos e produtos entregues pelo Ministério.

De acordo com o Guia Técnico de Gestão Estratégica – TransformaGov, a Cadeia de Valor é uma ferramenta de diagnóstico e gestão que permite representar uma organização como um conjunto de subsistemas (atividades), com entradas (insumos), processos de transformação e saídas (produtos). A forma como as atividades da cadeia de valor é organizada e executada, determina os custos e afeta os resultados da organização.

No ano de 2020 foi realizada uma atualização na Cadeia de Valor do MJSP por força da publicação do Decreto nº 10.139, de 28 de maio de 2020, que alterou o Decreto nº 9.662, de 2019, impactando a estrutura regimental do Ministério. O referido normativo criou a Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública e promoveu alterações de competências na estrutura da Secretaria Nacional de Segurança Pública e Secretaria de Operações Integradas, o que tornou necessária a alteração da Cadeia de Valor, especificamente em relação aos processos e sua arquitetura, bem como às unidades responsáveis por tais processos.

Ainda em 2020, iniciou-se um trabalho de reexame da Cadeia de Valor do MJSP a partir da assinatura do Plano de Gestão Estratégica e Transformação Institucional - PGT, celebrado entre o MJSP e a Secretaria de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia - ME no âmbito do programa TransformaGov, instituído pelo Decreto nº 10.382, de 28 de maio de 2020. Essa iniciativa visa padronizar conceitos e a estrutura da Cadeia de Valor conforme metodologia do Órgão Central (ME) para identificação de processos finalísticos e padronização dos de gerenciamento e suporte. Pretende-se concluir, ainda no primeiro semestre de 2021, esse reexame da Cadeia de Valor, contemplando a identificação dos 3 níveis - macroprocesso, processo e processo de trabalho ou serviço.

Cumprir destacar outra iniciativa realizada pelo MJSP que consistiu na vinculação dos processos da Cadeia de Valor ao Planejamento Estratégico da Pasta, que culminou com a identificação dos processos estratégicos da Cadeia de Valor. Um dos principais objetivos dessa identificação de processos estratégicos é direcionar futuras iniciativas do Ministério em ações de melhorias nos processos organizacionais, sendo a vinculação com a estratégica um dos critérios possíveis para a priorização de processos a serem objeto dessas ações. Além disso, a indicação dos processos estratégicos na Cadeia de Valor tem o intuito de atender ao disposto no Manual de Gestão de Riscos do MJSP, que estabelece a necessidade de priorização de processos para a realização do gerenciamento de riscos.

Os critérios utilizados para a identificação dos processos estratégicos, considerando os atributos indicados acima, foram os seguintes:

- Associação da finalidade dos indicadores e dos projetos com os produtos ou serviços dos processos elencados na arquitetura de processos (trata-se de um documento que permite um maior detalhamento dos processos da Cadeia de Valor). Para os projetos e indicadores que impactam mais de um processo, predominou o critério de maior proximidade entre esses elementos;
- O processo será considerado estratégico caso tenha pelo menos 1 (um) projeto ou 1 (um) indicador associado;
- Em relação aos processos finalísticos, o alinhamento foi realizado com projetos e indicadores associados aos objetivos estratégicos da perspectiva de sociedade e governo e habilitadores; e
- Em relação aos processos de governança, gestão e suporte, o alinhamento foi realizado com projetos e indicadores associados aos objetivos estratégicos da perspectiva de fundamentos.

Atualmente a Cadeia de Valor do MJSP é composta por:

- 08 Cadeias: 7 Finalísticas e 1 de Governança, Gestão e Suporte;
- 27 Macroprocessos: 21 Finalísticos e 6 de Governança, Gestão e Suporte;
- 126 Processos: 86 Finalísticos e 40 de Governança, Gestão e Suporte;
- 63 Processos Estratégicos: 53 Finalísticos e 10 de Governança, Gestão e Suporte.

As informações detalhadas da cadeia de valor, podem ser acessadas também por meio do link: <https://legado.justica.gov.br/Acesso/governanca/planejamento-estrategico>

LEGENDA



Processos Estratégicos

Trata-se de processo que possui vinculação com o Planejamento Estratégico, ciclo 2020-2023, especificamente em relação aos atributos "indicadores e projetos estratégicos".



Processos Finalísticos



Processos de Governança, Gestão e Suporte



Cadeia de Valor Integrada

GESTÃO DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO

Gerir ações referentes ao combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, inclusive a ENCCLA

PF / SENAJUS / SENASP

Gerir a implantação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia Contra lavagem de Dinheiro

SENAJUS

Prevenção e
Combate à
Corrupção e
à Lavagem
de Dinheiro

GESTÃO DA POLÍTICA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Coordenação estratégica de integração, inteligência e operações em segurança pública

Gerir a integração de sistemas de dados e informações de interesse da Segurança Pública

DEPEN / PRF / PF / SEOPI / SENASP

Promover o fortalecimento de mecanismos de governança em segurança pública

SENASP

Fomentar a indução e a disseminação de ações de prevenção em segurança pública

SENASP

Apoiar a estruturação das instituições de segurança pública

SENASP

Gerir inteligência do Sistema Penitenciário

DEPEN

Gerir conhecimento e ações de inteligência em segurança pública

PRF / PF / SEOPI

Gerir bancos de dados biométricos afetos à segurança pública

PF / SENASP

Gerir estratégia de operações integradas de segurança pública

DEPEN / PRF / PF / SEOPI / SENASP

Gerir dados, informações e estatísticas do sistema prisional

DEPEN

Gerir estabelecimentos penais federais

DEPEN

Produzir informações integradas em segurança pública

DEPEN / PRF / PF / SEOPI / SENASP

Gestão do conhecimento em segurança pública e valorização de profissionais

Fomentar conhecimento de temas afetos à segurança pública

DEPEN / PRF / PF / SEOPI / SENASP

Fomentar a indução e a disseminação de ações de valorização de pessoal de segurança pública

SENASP

Promover capacitações em segurança pública

PRF / PF / SEOPI / SENASP

Atualizar doutrina em segurança pública e de inteligência penitenciária

DEPEN / PRF / PF / SEOPI / SENASP

Acreditação e Fiscalização de Atividades Afetas à Segurança Pública

Controlar a aquisição e a movimentação de armas de fogo de uso permitido

PF

Credenciar empresas de segurança de trânsito

PRF

Controlar a produção e a movimentação de precursores químicos

PF

Controlar a execução das atividades de segurança privada

PF

Controle migratório e polícia aeroportuária, marítima e de fronteiras

PF

Controlar o fluxo migratório internacional

Realizar atividades de Polícia Marítima, Aeroportuárias e de Fronteiras

Coordenação da implantação da política nacional de segurança pública e defesa social

Realizar monitoramento e avaliação da execução do PND

GM / SE / AECI

Gestão de segurança viária

PRF

Promover o resgate emergencial e o atendimento pré-hospitalar em rodovias federais

Promover a segurança e a livre circulação nas rodovias federais

Promover educação para o trânsito

Fiscalizar o trânsito em rodovias federais

Gestão de investigações e operações em segurança pública

Gerir operações da Força Nacional

SENASP

Gerir Investigações Criminais

PF

Realizar Identificação Criminal

PF

Gerir Atividades Criminalísticas

PF

Garantir segurança patrimonial e pessoal em rodovias federais

PRF

Gerir operações policiais e suporte tático e técnico operacionais

PRF / PF

Realizar escolta e segurança de dignitários e autoridades

PRF / PF

Prover Proteção a Testemunhas e Réus Colaboradores

PF

Gerir operações de prevenção e repressão a crimes e ilícitos em rodovias federais e em áreas de interesse da União

PRF

Gerir ações de inteligência policial para a produção de conhecimentos no interesse da investigação criminal

PF

Proteção e
Segurança da
Sociedade

PROTEÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS DO CIDADÃO

Garantia dos direitos da população prisional

DEPEN

Fomentar a aplicação de alternativas penais
em substituição à prisãoPromover ações de reintegração social
em estabelecimentos penaisFortalecer a rede de controle e
participação social na execução penalPromover a valorização, a capacitação e a qualidade de
vida dos trabalhadores dos serviços penais

Gerir ações de ampliação de vagas e modernização dos estabelecimentos prisionais

Garantia dos direitos dos migrantes e refugiados

SENAJUS

Decidir sobre reconhecimento da
condição de refugiadoDecidir sobre processos de autorização de
residência laboral a imigrantes

Produzir conhecimento na temática migratória

Decidir sobre processos de expulsão

Decidir sobre concessão, perda e cancelamento de
autorizações de residênciaDecidir sobre processos de nacionalidade, naturalização,
igualdade de direitos e apátrida

Proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas

Promover a gestão territorial e
ambiental em terras indígenasPreservar e promover os bens
culturais dos povos indígenasPromover os direitos sociais,
culturais e de cidadania dos
povos indígenasPromover a demarcação e
regularização fundiária de
terras indígenasPromover a proteção territorial e dos
povos indígenas isolados

FUNAI

Garantia dos direitos da criança e do adolescente

Fiscalizar a adoção internacional de
crianças e adolescentesGerir a política de
classificação indicativa
para obras audiovisuais

PF

SENAJUS

Enfrentamento ao tráfico de pessoas

Coordenar a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

SENAJUS

Proteção dos direitos do cidadão

Qualificar Organizações da Sociedade
Civil de Interesse Público - OSCIP e
Organizações Estrangeiras - OEArticular políticas de
modernização, aprimoramento
e acesso ao sistema de justiçaPromover estudos e diagnósticos
sobre o sistema de justiçaDisseminar conhecimento sobre
métodos consensuais de
solução de conflitos

SENAJUS

Gerir a Política de Prevenção e Reparação de Danos Coletivos e Difusos

CFDD

Garantia de
direitos do
cidadão, do
migrante, do
refugiado e
dos povos
indígenas

GESTÃO DE ATIVOS E DA POLÍTICA SOBRE DROGAS

Gestão de ativos e efetivação da arrecadação

Gerir ativos

Articular medidas para efetivar a
arrecadação de recursos

SENAD

Gestão e articulação da política sobre drogas

Articular a Política sobre Drogas

Fomentar a Política sobre Drogas

SENAD

Gestão efetiva
e eficiente
de recursos
apreendidos
do crime para
financiamento
de políticas
públicas

DEFESA DA CONCORRÊNCIA E DO CONSUMIDOR

Proteção da concorrência

Controlar concentrações
de mercado

Disseminar a cultura da concorrência

Combater cartéis e abuso
de posição dominantePromover a Cooperação Governamental Internacional
para o Controle de Concentrações
e Combate a Condutas AnticompetitivasGerir ações de garantia da efetividade
das decisões do CADE

CADE

Defesa do consumidor

Gerir a Política Nacional das
Relações de ConsumoCoordenar o Sistema Nacional
de Defesa do ConsumidorGerir a produção do conhecimento
sobre a defesa do consumidorPromover a defesa do consumidor junto aos
órgãos federais, agências reguladoras
e mercado de consumoFiscalizar o cumprimento das normas de
defesa do consumidor e aplicar sanções
em âmbito nacional

SENACON

Defesa da
concorrência e
do consumidor

PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NACIONAL

Promoção do Acesso ao Patrimônio Documental Nacional

Gerir o Sistema de Gestão de
Documentos de Arquivo - SIGA

AN

Preservar o patrimônio documental nacional

AN

Gerir a Política Nacional de Arquivos

AN

Preservar o patrimônio documental e bibliográfico relativo
às sociedades indígenas e à política indigenista

FUNAI

Acesso à
informação

COOPERAÇÃO GOVERNAMENTAL E INTERSETORIAL

Articulação entre os poderes

Instruir e opinar sobre processos de declaração
de utilidade pública para fins de desapropriação
para fins de interesse público

SENAJUS

Qualificar a elaboração normativa, em articulação com
atores do Poder Público e da sociedade

AEAL / DEPEN / PF / PRF / SENACON / SENAD / SENAJUS / SENASP / SEOPI

Instruir e opinar sobre processos de
provimento e vacância relacionados a
membros do Poder Judiciário

SENAJUS

Analisar atos para sanção ou veto presidencial

AEAL

Articulação internacional

Conduzir negociações de acordos e
consultas bilaterais e multilaterais

SENAJUS

Gerir a cooperação jurídica internacional

SENAJUS / CADE / AN / PF

Participação
e suporte
à tomada
de decisão
do Governo
Federal

GOVERNANÇA, GESTÃO E SUPORTE

Gestão e controle institucional

Gerir estratégia

CONJUR / CADE / FUNAI / AN

Gerir estrutura organizacional

GM / SE

Gerir informações de custos

SE / PF

Realizar atos de correição

COGER / FUNAI / DEPEN / PF / PRF

Gerir portfólio de
programas e projetos

SE / AN / CADE / PF / PRF / DEPEN / FUNAI

Prover assessoria de
assuntos legislativos

AEAL

Promover a transparência, o acesso
à informação e o controle social

GM / PRF / PF / DEPEN / CADE / FUNAI / AN

Gerir Políticas Públicas

Gerir transferências públicas

SE / SENAJUS / SENACON / SENAD
SENASP / SEOPI / DEPEN / PRF / PF
CADE / AN / FUNAI

Prover consultoria jurídica

CONJUR / CADE / FUNAI / AN

Gerir ouvidoria

GM / PRF / PF / DEPEN / CADE / FUNAI

Prover assessoria internacional

ASINT

Gerir processos organizacionais

SE / AN / CADE / PF / PRF / DEPEN / FUNAI

Gerir riscos, integridade
e controle interno

AECL / FUNAI / CADE

Prover assessoria
parlamentar e federativa

AFEPAR

Gerir informação

SE / AN / CADE / PF / PRF / DEPEN / FUNAI

Prestar contas da gestão

GM / SE / CONJUR / SENAJUS / SENACON
SENAD / SENASP / SEOPI / DEPEN / PRF / PF
CADE / AN / FUNAIGestão orçamentária,
financeira e contábilGerir programação
financeira

Gerir orçamento

GM / SE / SENAJUS
SENACON / SENAD
SENASP / SEOPI
DEPEN / PRF / PF
CADE / AN / FUNAI

Gerir contabilidade

SE / PF / FUNAI / DEPEN / CADE

Gerir emendas
parlamentaresGM / SE / SENAJUS / SENACON
SENAD / SENASP
SEOPI / DEPEN / PRF / PF / CADE
AN / FUNAI / AFEPAR

Gestão de pessoas

Gerir atos de
aposentadoria e pensõesGerir saúde e segurança
ocupacional

Gerir programa de estágio

Gerir despesas de pessoal

Gerir informação funcional

Gerir o desenvolvimento
humano organizacionalSE / AN / CADE / PF / PRF
DEPEN / FUNAI

Comunicação

Gerir comunicação
institucionalPromover a
comunicação internaGerir relacionamento
com a imprensa

GM

Gestão da logística

Gerir contratos de
aquisição de bens e
de serviçosSE / DEPEN / PF / PRF / CADE / AN
FUNAI / SENASP

Gerir suprimentos

Gerir patrimônio

Gerir projetos
de arquitetura e
engenhariaSE / DEPEN / PF / PRF / CADE
AN / FUNAIGerir o planejamento
das contratações e a
seleção de fornecedoresSE / DEPEN / PF / PRF / CADE
SENASP / AN / FUNAIGovernança da
tecnologia da informação

Gerenciar soluções de TIC

Gerenciar serviços
e suporte de TIC

Avaliar gestão de TIC

Gerenciar processos
de TIC

Prover governança de TIC

SE / PF / PRF / CADE / AN / FUNAI

POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO

As políticas do Ministério da Justiça e Segurança Pública tem sua atuação alinhada às políticas e programas do governo federal. Dentre elas destaca-se o Plano Plurianual – PPA, instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República. Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de quatro anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas.

No ano de 2020, por meio da Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, foi instituído novo PPA para o quadriênio de 2020 a 2023. Cabe ressaltar que o referido planejamento governamental, em seu desenho, se desdobra em Programas Temáticos que são os principais instrumentos para expressar e orientar as ações do governo com intenção de integrar os entes e setores, com o objetivo de entregar bens e serviços à sociedade a partir de recortes nas políticas públicas, otimizando, assim, seus recursos, sejam eles financeiros, humanos, logísticos ou materiais.

Dentre as principais informações infralegais (gerenciais) no PPA 2020-2023, destacam-se:

Indicador – é um instrumento que permite medir o desempenho do programa no enfrentamento do problema ao longo do tempo;

Metas Anuais – quantifica e comunica a transformação da realidade almejada a cada ano;

Resultado Intermediário – é um produto (bem ou serviço) ou um resultado da ação governamental, que contribui de forma relevante para o alcance do objetivo e meta do programa. Os resultados intermediários são escolhas

prioritárias do órgão para o período e devem estar compatíveis com a capacidade operacional e financeira do órgão; e

Ações não orçamentárias – são operações nas quais resultam bens ou serviços que contribuem para atender o objetivo de um programa e são financiadas por recursos que não integram a Lei Orçamentária Anual. Sempre que possível, as ações não orçamentárias estão associadas a produtos.

No PPA 2020-2023, o MJSP está inserido em três Programas Temáticos:

- a) O Programa 5015 - Justiça - que visa propiciar os meios de ações, projetos e atividades, a garantia e a proteção social, a igualdade de oportunidades, o acesso e disponibilidade serviços de atuação do Estado, que formam a base da política de acesso à justiça, à promoção e proteção de direitos da cidadania, que possibilitarão a coesão social exigida para o desenvolvimento do País e a consolidação do Estado Democrático de Direito.
- b) O Programa 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento – que tem por objetivo o enfraquecimento da criminalidade através de operações de combate ao crime organizado.
- c) O Programa 0617 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, que não será tratado neste Relatório, considerando que a FUNAI apresenta seu próprio Relatório de Gestão.

Além dos objetivos e das metas do PPA, o Ministério também possui iniciativas que visam atender os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, agenda mundial adotada em 2015 pela Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável a serem atingidas até 2030.

Dessa forma, a vinculação entre as políticas públicas desenvolvidas pelo Ministério, bem como com os Objetivos e as Metas do PPA e os objetivos propostos pela ODS podem ser compreendidos conforme quadros abaixo:

PROGRAMA 5015 - JUSTIÇA

POLÍTICAS PÚBLICAS DO MJSP VINCULADAS À TEMÁTICA DO PROGRAMA DE JUSTIÇA

- 1. Política Nacional de Arquivos - Conselho Nacional de Arquivos**
- 2. Política de Gestão de Documentos e Arquivos:**
 - Eixo - Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA)
 - Eixo - Preservação do Acervo Arquivístico
 - Eixo - Difusão e Acesso ao Acervo Arquivístico
- 3. Política de Defesa da Concorrência:**
 - Eixo - Promoção da Prevenção e Repressão às Infrações contra a Ordem Econômica
 - Eixo - Fomento e Disseminação da Cultura da Concorrência
- 4. Política Nacional das Relações de Consumo:**
 - Eixo - Prevenção e Redução de Conflitos
 - Eixo - Prevenção e Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual
 - Eixo - Regulação e Fiscalização
 - Eixo - Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – PROCONS
- 5. Proteção e Defesa dos Direitos Difusos e Coletivos**
- 6. Política de Gestão de Ativos Apreendidos**
- 7. Política Nacional de Modernização, Aperfeiçoamento e democratização do Acesso à Justiça e à Cidadania:**

Eixo - Estratégia Nacional de Promoção de Políticas de Justiça -EJUS

Eixo - Escola Nacional de Prevenção e Solução de Conflitos – ENAPRES

Eixo - Classificação Indicativa

Eixo - Qualificação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP's e Organizações Estrangeiras - OE's

8. Política de Cooperação Jurídica Internacional Civil

9. Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia:

Eixo - Refúgio

Eixo - Migração Laboral

Eixo - Apatridia e Naturalização

Eixo - Residência

Eixo - Retirada Compulsória

10. Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Objetivo do PPA	Meta do PPA	Indicador do PPA	Vinculação com ODS	Resultados Intermediários	Indicador Estratégico	Meta Estratégica
1210 - Fortalecer a Promoção de Direitos e a Aplicação da Justiça.	050X - Alcançar 80% do índice de direitos promovidos aos cidadãos, de acesso ao acervo da memória nacional, da defesa do mercado concorrencial e do consumidor e da aplicação da justiça na gestão de ativos.	Índice de Direitos Promovidos.	ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes.	ARQUIVO NACIONAL: Ampliação da capacidade de atendimento das demandas de informações sobre o acervo do arquivo nacional a partir do aperfeiçoamento e da inovação do atendimento ao usuário.	Percentual de usuários atendidos para acesso ao acervo.	100% de usuários atendidos, por ano, até 2023

			Não se aplica	CADE: Ampliação da capacidade de análise de processos de atos de concentração.	Número de processos de Atos de Concentração - AC decididos pelo Cade no ano/ número total de processos de AC notificados ao Cade no ano	Manter abaixo de 40 dias até 2020.
			Não se aplica	SENACON: Ampliação da capacidade de análise de processos de conflitos de consumo.	Percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br	70% de média resolutividade no Consumidor.gov.br, por ano, até 2023.
			ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes; e ODS 17 - Parcerias e meios de implementações.	SENAD: Ampliação da quantidade de ativos destinados pela SENAD.	Percentual de ativos destinados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.	55% de ativos leiloados até 2023;
			ODS 5 - Igualdade de gênero; ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 10 - Redução das desigualdades; e ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	SENAJUS: Ampliação da capacidade de análise de processos de naturalização.	Processos de naturalização decididos	56,8 % de processos de naturalização decididos até 2023; 2020: 47%
				SENAJUS: Ampliação da capacidade de obras para fins de classificação indicativas	Percentual de obras analisadas para fins de classificação indicativa.	100% de obras analisadas, por ano, até 2023

PROGRAMA 5016 - SEGURANÇA PÚBLICA, COMBATE À CORRUPÇÃO, AO CRIME ORGANIZADO E AO CRIME VIOLENTO**POLÍTICAS PÚBLICAS DO MJSP VINCULADAS À TEMÁTICA DO PROGRAMA DE SEGURANÇA PÚBLICA,
COMBATE À CORRUPÇÃO, AO CRIME ORGANIZADO E AO CRIME VIOLENTO****1. Política de Fortalecimento do Sistema Penitenciário:**

Eixo - Modernização e Aparelhamento

Eixo - Retomada do Controle das Unidades Penais

Eixo - Penitenciárias Federais

2. Política de Inteligência Penitenciária: Eixo – SISDEPEN e Eixo – RENIPEN**3. Política de Promoção da Cidadania do Preso e do Egresso:**

Eixo - Alternativas Penais

Eixo - Atenção ao Egresso

Eixo - Trabalho

Eixo - Educação

Eixo - Controle e Participação Social na Execução Penal

Eixo - Saúde

Eixo - Grupos Específicos - Mulheres e LGBT

4. Política de Obras Penitenciárias**5. Política de Prevenção e Repressão à Criminalidade**

Eixo - Polícia Judiciária

Eixo - Polícia Marítima, Aeroportuária e de Fronteiras

Eixo - Polícia Administrativa

Eixo - Segurança de Pessoas e Direitos Humanos

6. Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal

- 7. Política de Inteligência Policial - Alerta Brasil**
- 8. Programa de Proteção Integrada de Fronteira**
- 9. Política de Aparelhamento e Modernização da PRF**
- 10. Política de Policiamento e Fiscalização nas Rodovias Federais**
- 11. Política Pública sobre Drogas**
- 12. Política de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro**
- 13. Política Nacional de Segurança Pública:**
 - Eixo - Enfrentamento à Criminalidade Violenta
 - Eixo - Promoção da Segurança e Defesa da Mulher
 - Eixo - Aprimoramento de Governança e Gestão das Ações de Segurança Pública e Defesa Social
 - Eixo - Valorização dos Profissionais de Segurança Pública
 - Eixo - Fortalecimento de Segurança nas Fronteiras
 - Eixo - Municípios
- 14. Política de Pronto Emprego - Força Nacional**
- 15. Política de Integração Operacional:**
 - Eixo - Modernização e Expansão dos Centros Integrados de Comando e Controle
 - Eixo - Fortalecimento dos Órgãos de Segurança Pública no Combate ao Crime Organizado na Faixa de Fronteira
 - Eixo - Combate ao Crime Organizado
 - Eixo - Fortalecimento das Agências de Inteligência de Segurança Pública
 - Eixo - Coordenação, Governança e Capacitação

Objetivo do PPA	Meta do PPA	Indicador do PPA	Vinculação com ODS	Resultados Intermediários	Indicador Estratégico	Meta*
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento	050N - Realizar 40.000 operações de combate à criminalidade durante o período do PPA.	Índice de Operações de Combate à Criminalidade.	ODS 4 - Educação de qualidade; e ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes.	DEPEN : Ampliação das operações de força de cooperação penitenciária realizadas pelo DEPEN	Quantidade de operações realizadas pela Força de cooperação penitenciária.	12 operações até 2023; 2020: 3 operações
			ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 10 - Redução das desigualdades; ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis; ODS 15 – Vida terrestre; e ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes.	PF : Ampliação das operações de combate à criminalidade deflagradas pela Polícia Federal.	Quantidade de operações de polícia judiciária deflagradas pela Polícia Federal.	38.650 operações até 2023; 2020: 4.484 operações
			ODS 3 - Saúde e bem estar; ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis; ODS 15 - Vida terrestre; e ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes.	PRF : Ampliação das operações de combate ao crime realizadas pela Polícia Rodoviária Federal.	Operações de combate à criminalidade.	3.726 operações até 2023; 2020: 465 operações

			ODS 5 - Igualdade de gênero; ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes.	SENASP: Ampliação do número de municípios com alto índice de violência contemplados pela metodologia de enfrentamento à criminalidade violenta desenvolvida pela SENASP.	Número de municípios com alto índice de violência que implantaram a metodologia de enfrentamento à criminalidade violenta	60 municípios até 2023; 2020: 5 municípios
			ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes.	SEOPI: Ampliação do número de operações integradas - planejadas e coordenadas pela SEOPI.	Quantidade de operações integradas planejadas e coordenadas.	80 operações integradas até 2023; 2020: 20 operações

*As metas previstas serão objeto de reavaliação visando um melhor dimensionamento nos quantitativos de operações a serem realizadas na vigência do PPA 2020-2023. Os ajustes serão implementados no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP no exercício de 2021 quando da primeira janela do ciclo de revisão do PPA 2020-2023 e refletidos no Planejamento Estratégico 2020-2023 do Ministério.

Para maiores detalhes sobre o Plano Plurianual podem ser encontrados no link: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa>, e sobre a Carteira de Políticas Públicas do MJSP acessando o link: <https://www.justica.gov.br/Acesso/governanca/carteira/capa>

AMBIENTE EXTERNO

Sendo o MJSP um órgão de temáticas plurais e transversais, com complexas políticas públicas sob sua responsabilidade, faz-se essencial uma maior compreensão do contexto em que se encontra inserido, permitindo determinar a sua atuação positiva sobre os produtos e os serviços entregues à sociedade.

Um dos principais desafios do exercício de 2020, nesse cenário externo com impactos diretos na sociedade, foram as ações enfrentadas pelo MJSP, em relação à pandemia provocada pela COVID-19, de forma a garantir o bom funcionamento das políticas a cargo desta Pasta, bem como alcance de melhores resultados no cumprimento da missão institucional.

Dessa forma, foi instituído na Pasta pela Secretaria-Executiva, desde o início da pandemia, um fluxo de reuniões com os Chefes de Gabinetes das unidades do Ministério e com os participantes da COVID/CCOP-GAB – CRISE, no intuito de promover um acompanhamento das ações e iniciativas implementadas na prevenção e combate à pandemia, além das reuniões realizadas com a participação da Assessoria Especial de Controle Interno do MJSP, com Tribunal de Contas da União – TCU e com a Controladoria-Geral da União - CGU.

No sentido de comunicar aos órgãos de controle e à sociedade sobre as ações desenvolvidas pelo Ministério no enfrentamento à pandemia, também foi disponibilizado no site do MJSP (<https://www.gov.br/mj/>

[pt-br](#)), um painel contemplando um Relatório Situacional – COVID-19, por meio do qual pode-se monitorar a execução orçamentária e outras medidas adotadas para o enfrentamento da crise. O link do referido painel foi encaminhado para conhecimento e acompanhamento junto aos órgãos de controle visando dar transparência ativa à execução deste Ministério.

No que diz respeito ao processo de execução do orçamento autorizado, vários expedientes foram encaminhados para as unidades integrantes da estrutura deste Ministério com o objetivo, entre outros, de reiterar a orientação de que os créditos extraordinários abertos para atender ao combate à pandemia devem possuir relação direta com essas ações, não podendo ser utilizados para outras despesas que não as que justificaram o ato de abertura desse orçamento excepcional e destacar a importância de que a execução desse crédito extraordinário tenha relação direta com o combate à pandemia sendo de extrema importância que todos os itens a serem adquiridos sejam entregues em tempo hábil para atenderem ao fim a que se destinam.

Ressalta-se que, em que pese a pandemia causada pela COVID-19 seja uma crise de saúde pública, as medidas restritivas adotadas em 2020 foram sendo praticadas em efeito cascata por estados e alguns municípios, envolvendo bloqueio total de quase todas as atividades comerciais não essenciais, novas regras para circulação de pessoas, restrição do funcionamento de estabelecimentos comerciais e tráfego de veículos, interrupção de transportes intermunicipal e interestaduais, entre outros,

causando forte impacto na logística de transporte do país, ameaçando o abastecimento alimentar, especialmente pela matriz de transporte nacional ser 60% baseada no modal rodoviário. Diante desse cenário, o MJSP, por meio da Polícia Rodoviária Federal - PRF, atuou nos principais corredores logísticos com o intuito de minimizar os impactos das restrições e garantir que o Brasil mantivesse sua logística de abastecimento.

Nesse período foram realizadas diversas escoltas de equipamentos e suprimentos hospitalares como ventiladores pulmonares e demais materiais necessários ao tratamento da COVID-19. A escolta se fez necessária como garantia de entrega das cargas nos seus destinos vez que, com a falta no mercado, o transporte desses produtos passou a correr riscos de saques ou desvios.

Entrementes, as diversas medidas de proteção e redução de riscos em face da COVID-19 realizadas pelo MJSP também tiveram como principais público-alvo os profissionais de segurança pública federais e estaduais, profissionais do sistema penitenciário e servidores da Fundação Nacional do Índio - Funai, além das medidas de proteção ao consumidor, preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, ações nas terras indígenas prioritárias, monitoramento de possíveis casos de tráfico e contrabando de pessoas decorrentes do acúmulo de migrantes em razão do fechamento de fronteiras, acompanhamento de atividades com o propósito de cuidar do fluxo migratório, assim como medidas de retenção do contágio e negociação de Termos de Ajustamento de Condutas relacionados aos impactos da Covid -19 no Brasil.

Importante destacar a articulação realizada constantemente pela Pasta

com as unidades integrantes da sua estrutura e os órgãos centrais dos sistemas estruturantes, aos quais se sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica, o que possibilitou a manutenção e melhoria da gestão orçamentária e financeira a cargo da Pasta. Como resultado, registra-se a melhoria da eficiência da gestão na execução orçamentária e financeira do MJSP no exercício de 2020, em que o percentual de execução foi de 97%. Em números absolutos, houve uma majoração de aproximadamente R\$ 1 bilhão nos valores empenhados se comparado a 2019 e de R\$ 2,7 bilhões se comparado a 2018. Ou seja, além de ocorrer o fortalecimento no orçamento do MJSP, conseguiu-se o orçamento com mais eficiência para as políticas públicas a cargo do Ministério e em benefício da sociedade.

Ainda no âmbito do ambiente externo, ressalta-se a atuação do Ministério, por meio do Sistema Único de Segurança Pública – Susp, instituído pela Lei nº 13.675, sancionada em 11 de junho de 2018, com o objetivo de criar uma arquitetura uniforme para a segurança pública para todo o Brasil, a partir de ações de compartilhamento de dados, operações integradas e colaborações nas estruturas de segurança pública federal, estadual e municipal. Como órgão central do Susp, o MJSP tem contribuído para o enfrentamento da criminalidade, da violência e das organizações criminosas em todo o país, apoiando estados e municípios por meio operações combinadas, em todo o território nacional, a partir de ações ostensivas, investigativas, de inteligência ou mistas, com a participação de outras instituições, vinculadas ou não vinculadas aos órgãos de segurança pública e defesa social.

Em 2020, com a instituição do Programa de Compras Eficientes para o

Sistema Único de Segurança Pública – ComprasSusp, o MJSP deu mais um passo importante no apoio aos órgãos integrantes do Susp. O referido projeto estratégico permitirá que aquisições da área de segurança pública sejam feitas em conjunto e em grande escala, preferencialmente por sistema de registro de preços, melhorando a qualidade dos equipamentos adquiridos, reduzindo custos de contratações e evitando desperdício de tempo e de recursos públicos. Com a publicação da Portaria GM nº 669, de 2020, o Ministério passará a mapear as contratações mais relevantes e alinhadas ao Plano Nacional de Segurança Pública, a partir das necessidades dos estados. Por meio de Cadernos de Referência Técnica e do Plano Anual de Atividades, o órgão identificará as necessidades de contratações dos entes federados para disponibilizar as atas de registro de preços. Ressalta-se que a adesão ao programa não é obrigatória, dessa forma, os estados e o DF continuarão com a autonomia para a realização de suas compras.

Com o objetivo de fortalecer sua estrutura para atender aos anseios da sociedade e cumprir sua missão institucional, o Ministério também encaminhou ao Ministério da Economia solicitação para realização de concursos, que foi autorizada no final de 2020, prevendo vagas de diferentes cargos e níveis, para compor a força de trabalho da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal.

Destacam-se ainda as pautas legislativas e acordos assinados pelo Ministério, no ano de 2020, ou em andamento, em âmbito nacional e internacional:

- O MJSP, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores - MRE, atuou nos casos omissos das Portarias de restrição de trânsito internacional no Brasil, as quais necessitavam de autorização específica deste Ministério.
- A Pasta também foi acionada, em especial no âmbito do Centro de Coordenação de Operações - CCOP, para acompanhar os casos de repatriação de brasileiros do exterior, juntamente com o MRE.
- Foram assinados, em 2020, 12 Atos Internacionais, entre Tratados e Memorandos de Entendimento interinstitucionais, com 6 países e 2 Organismos Internacionais, em sua maioria relacionados à Cooperação Policial, Anticorrupção e Defesa do Consumidor.
- Ainda, foram iniciadas as negociações para a futura assinatura de 39 Atos com 28 países e 3 Organismos Internacionais, destacando-se os acordos relacionados às matérias de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal e Transferência de Pessoas Condenadas.
- Acordo de capacitação com a Universidade de Salamanca, Espanha. O convênio interinstitucional abre portas para que profissionais da Justiça e Segurança Pública do MJSP façam mestrado e doutorado na Instituição de ensino, em áreas ligadas ao combate à corrupção, políticas de integridade, políticas públicas e governança global.
- O MJSP, por meio da Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon, assinou o acordo de adesão ao Econsumer, plataforma internacional de denúncias de fraudes e golpes nas relações de consumo transfronteiriças. O acordo foi firmado com a Comissão Federal de Comércio dos Estados Unidos (Federal Trade Commission).
- Foi promulgado o Acordo Quadro de Cooperação entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados para a Criação de Equipes

Conjuntas de Investigação, assinado em San Juan, Argentina, em 2 de agosto de 2010.

- Foi promulgado o Acordo de Cooperação Estratégica entre o Brasil e o Serviço Europeu de Polícia - Europol, firmado em Haia (Holanda), em 11 de abril de 2017, que tem por finalidade estabelecer relações de apoio entre os países membros da União Europeia e o Brasil na prevenção e combate ao crime organizado, terrorismo e outras formas de crime internacional, em especial por meio do intercâmbio de informações operacionais, estratégicas e técnicas.
- O MJSP e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha firmaram, no dia 18 de dezembro de 2020, um termo de cooperação para ampliar as ações voltadas a buscas de pessoas desaparecidas e aos direitos humanos dos presos.

O Ministério também acompanhou a tramitação de vários projetos apresentados ao Congresso Nacional envolvendo temas de justiça e segurança pública, incluindo processos de discussão e votação das matérias junto aos parlamentares, com os seguintes destaques:

- PL 1179/2020 - dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (COVID-19). A proposição foi aprovada pela Câmara dos Deputados na forma do substitutivo, retornou ao Senado Federal e em maio foi para a sanção presidencial;
- Medida Provisória nº 948/2020 - dispõe sobre o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e cultura

em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). No final de julho a matéria vai à votação na Câmara dos Deputados e em seguida no Senado Federal. O Projeto de Lei de Conversão foi remetido à sanção em agosto;

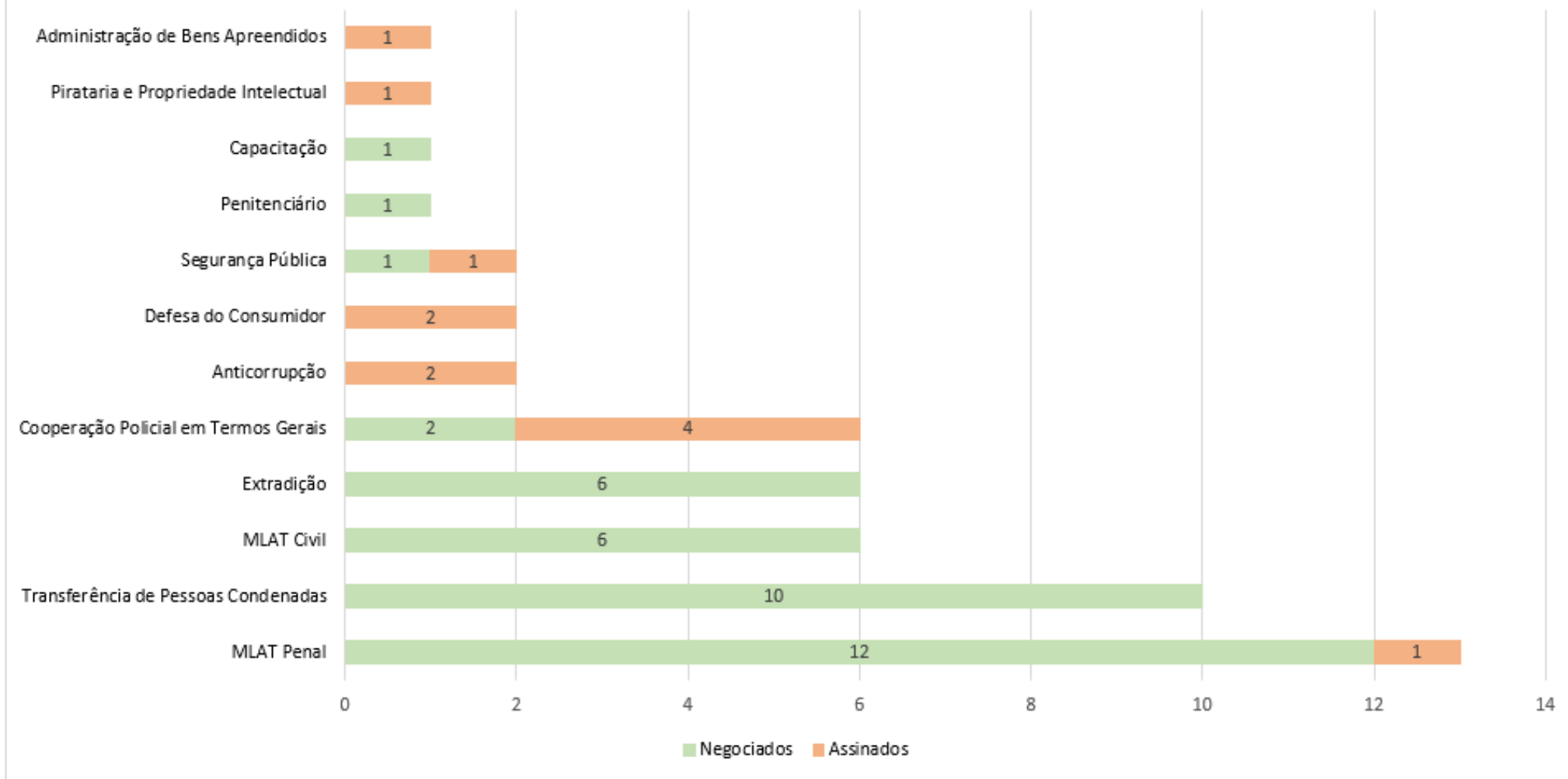
- PL 1291/2020 - define como serviço essencial a proteção à mulher, idoso, criança ou adolescente em situação de violência, que deverá ser resguardado pelas medidas de enfrentamento à emergência de saúde pública da COVID-19. Disciplina o atendimento e as medidas protetivas durante a vigência de estado de emergência humanitário e sanitário, teve seu processo de votação iniciado na Câmara dos Deputados, foi aprovado pelo Senado Federal e remetido à sanção em julho de 2020;
- PL 5013/2019 - cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro, foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 2019. Em 2020 o Senado Federal concluiu sua apreciação e a matéria foi remetida à sanção em setembro;
- PL 2810/2020, altera o art. 339 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dar nova redação ao crime de denúncia caluniosa, foi aprovado pela Casa em agosto e pelo Senado Federal em dezembro, tendo sido remetido à sanção logo em seguida;
- PL 1142/2020 - dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da COVID-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à COVID-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais

para o enfrentamento à COVID-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública. Após várias emendas e destaques apresentados, a matéria foi aprovada em maio pela Câmara e em junho pelo Senado. Foi transformada em norma jurídica em julho;

- PL 7843/2017 - dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública; altera as Leis nºs 7.116, de 29 de agosto de 1983, 13.460, de 26 de junho de 2017, 12.682, de 9 de julho de 2012, e 12.527, de 18 de novembro de 2011; e dá outras providências, foi aprovado em dezembro pela Câmara dos Deputados, em fevereiro de 2021 pelo Senado Federal e aguarda a sanção presidencial;
- PL 5675/2013 - altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, que define os crimes contra a ordem tributária, para reduzir a pena prevista nos crimes descritos no art. 7º, e suprimir a modalidade culposa, e PL 123/2019, que altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para incluir os programas de combate e prevenção de violência contra a mulher como modalidade de projeto apoiado pelo Fundo Nacional de Segurança Pública e altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, autorizando o uso de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública em ações envolvendo prevenção e combate à violência doméstica e familiar, foram aprovados pela Câmara dos Deputados e aguardam a análise do Senado Federal; e
- PL 4253/2020 - estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; altera as Leis

nºs 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, e as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, teve sua apreciação finalizada pelas duas casas legislativas e também foi remetido à sanção do Presidente.

ATOS ASSINADOS E EM NEGOCIAÇÃO POR ÁREA TEMÁTICA



Fonte: ASINT/MJSP

Ainda considerando que compreender o ambiente externo é parte fundamental para nortear as ações do Ministério no alcance de seus objetivos, identifica-se no âmbito do Ministério as principais oportunidades e ameaças do Órgão:

OPORTUNIDADES



Ações estratégicas de segurança pública do Governo Federal no âmbito nacional e internacional

Fortalecimento de sistemas de inteligência



Maior articulação com parceiros nos cenários nacional e internacional.

Projeção e relevância dos temas do Ministério para a sociedade e para órgãos das esferas governamentais



Ambiente favorável ao combate à corrupção e à criminalidade

Aumento de cooperação entre países



Alta demanda da sociedade por melhoria da segurança pública

Padronização de equipamentos na temática de segurança pública



RISCOS



Crescente sofisticação das práticas criminosas

Ataques de facções criminosas a servidores das forças de segurança pública



Disparidade da infraestrutura de tecnologia, de comunicação e de logística de parceiros do Ministério

Elevado impacto social e econômico da criminalidade organizada e violenta



Fluxo migratório de grupos vulneráveis

Percepção negativa da sociedade em relação às polícias, ao Sistema de Justiça e ao serviço público



Mudanças legislativas que impactam negativamente a gestão de políticas públicas

Disparidades de infraestrutura de órgãos de segurança pública no país



Cumpre salientar que, apesar das dificuldades enfrentadas durante o ano de 2020, o órgão teve uma atuação internacional ativa por meio do trabalho contínuo de adesão do Brasil a Convenções Multilaterais e a negociação de acordos e memorandos interinstitucionais bilaterais, nas diversas áreas de sua competência.

O Ministério mostrou-se estar continuamente engajado nas atividades de cooperação técnica para o desenvolvimento e nas ações de assistência humanitária internacionais, a exemplo da participação brasileira no Programa EUROFRONT, um novo programa de Gestão Integrada de Fronteiras na América Latina, financiado pela União Europeia; da assinatura de projetos de cooperação técnica, bilateral e multilateralmente, com 03 países e 09 Organismos Internacionais; da atuação do Ministério no Grupo de Trabalho Interministerial sobre Cooperação Humanitária Internacional - GTI-Humanitário, aprovado pelo Decreto nº 9.860, de 5 de junho de 2019, onde atuou nos trâmites de controle migratório, a fim de permitir a pronta decolagem para o Líbano das cargas com a doação humanitária brasileira; e na 22ª fase da “Operação Nova Aliança”, iniciativa conjunta entre a Polícia Federal brasileira, a Secretaria Nacional Antidrogas do Paraguai e a Força Tarefa Conjunta do Paraguai, com o objetivo de combater a produção e o tráfico de maconha em território paraguaio, além da eliminação do cultivo e apreensão da droga.

MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

Os temas materiais são fruto do processo de identificação, avaliação e priorização dos temas relevantes que podem impactar geração de valor do Ministério no curto, médio e longo prazo. Em 2020, a materialidade foi definida a partir de critérios que refletem a importância institucional do órgão e as entregas de valor à sociedade. A partir dos temas materiais anteriores foram elaborados 41 projetos estratégicos finalísticos, definidos no âmbito do Planejamento Estratégico para 2020-2023, relacionados aos 11 objetivos estratégicos e vinculados às 73 Políticas Públicas do Ministério e que visam contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas.

DEFINIÇÃO DE 41 PROJETOS ESTRATÉGICOS



RELACIONADOS A 11 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2020-2013



VINCULADOS ÀS 73 POLÍTICAS PÚBLICAS DO MINISTÉRIO



QUE CONTRIBUEM PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) DA AGENDA 2030 DAS NAÇÕES UNIDAS.



TEMAS MATERIAIS – PROJETOS PRIORIZADOS

Aprimoramento do monitoramento das visitas no Sistema Penitenciário Federal

Maximização da geração de vagas em unidades prisionais

Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - SISDEPEN

Força de cooperação penitenciária

Centro de Excelência sobre Redução da Oferta de Drogas - CdE

Fomento à criação e à estruturação de unidades de combate à corrupção nas polícias civis

Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública - Pró-Vida

SINESP big data e inteligência artificial

Tratamento do passivo e modernização do processo de naturalização

Observatório de Políticas de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública - OBJUS

Fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos

Sistema Nacional de Análise Balística - SINAB

Fomento ao trabalho remunerado no sistema prisional

Videoconferência para audiências judiciais no sistema prisional

Brasil M.A.I.S.

ePol - Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária

Prometheus

Alerta Brasil 3.0

Programa Nacional de Redução de Mortes no Trânsito

Reorientação do policiamento baseado em inteligência

Reestruturação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro – REDE-LAB

Desenvolvimento de projetos padronizados para unidades penais, desenvolvimento e implementação do Building Information Modeling - BIM

Rede de Centros Integrados de Inteligência

Sistema Inteligente de Consciência Situacional

Programa de Apoio ao Combate ao Crime Organizado - PACCO

Programa de Transformação Digital

PPP Rádio Digital

Programa VIGIA

Aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA

ComprasSUSP - Estratégia de Compra Nacional do Sistema Único de Segurança Pública

Sistema para Processamento de Solicitações de Reconhecimento da Condição de Refugiado - SISCONARE

Pró-Segurança

Em Frente Brasil

Fortalecimento do Fundo de Defesa de Direitos Difusos junto à sociedade

Fortalecimento do Arquivo Nacional digital

Rede Nacional de Inteligência Penitenciária - RENIPEN

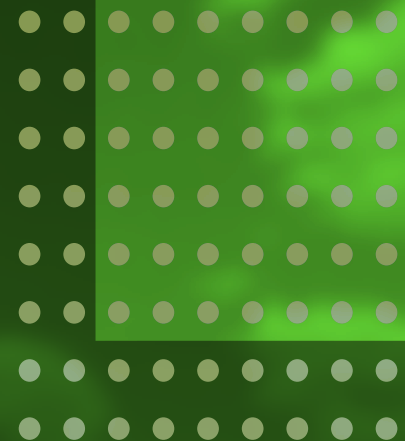
Disponibilização do sistema Recall.gov.br

Alienação de ativos em todo o Brasil

Dinamização da plataforma Consumidor.gov.br, com foco na desjudicialização

Banco Nacional Multibiométrico e Rede Integrada de Bancos Multibiométricos - ABIS Nacional

Modernização e ampliação do escopo da Escola Nacional de Mediação e Conciliação - ENAM, para transformar-se na Escola Nacional de Prevenção e Solução de Conflitos - ENAPRES



CAPÍTULO
02

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública



MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA



GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA DO MJSP

Buscando aprimorar cada vez mais seus mecanismos de governança e alcançar resultados mais efetivos para a sociedade, o Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP iniciou, ainda em 2019, a elaboração do Planejamento Estratégico 2020-2023, por meio de um trabalho conjunto com suas unidades, sendo aprovado por meio da Portaria nº 895, de 19 de dezembro de 2019.

Ressalta-se que o processo de elaboração do planejamento estratégico do MJSP seguiu as orientações da Portaria nº 86, de 29 de janeiro de 2019, que define o Sistema de Governança do Ministério, a qual foi substituída pela Portaria nº 86, de 2020 de 23 de março de 2020.

Assim como no ciclo anterior, o Planejamento Estratégico 2020-2023 foi validado, cumprindo-se as seguintes etapas: análise ambiental e desdobramento da estratégia, com a elaboração do mapa, dos indicadores, das metas e dos projetos estratégicos.

Diagnóstico e Diretrizes Estratégicas

Sendo o MJSP um órgão de temáticas plurais e transversais, com complexas políticas públicas sob sua responsabilidade, considerou-se essencial uma maior compreensão do contexto em que se encontrava inserido, permitindo determinar a sua atuação positiva sobre os produtos e os serviços entregues à sociedade.

Dessa forma, identificada a necessidade de revisitar a análise de seus ambientes interno e externo, de modo a reconhecer eventuais mudanças

de cenários, e sendo considerada parte integrante da elaboração do Planejamento Estratégico 2020-2023, o MJSP fez uso de ferramentas para melhor enquadramento contextual de sua atuação, sendo elas:

- (i) Cadeia de Valor, revista com a atualização de processos finalísticos e de suporte sob responsabilidade da Pasta; e
- (ii) análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threatens – forças, fraquezas, oportunidades e ameaças), que consiste na combinação das ferramentas mencionadas anteriormente, representando os fatores internos e externos à organização que impactam significativamente nas atividades e na entrega de valor aos seus clientes. Tal ferramenta avalia variáveis internas, identificando forças e vulnerabilidades.

Tendo como referência os fatores internos e externos identificados na análise SWOT, o Gabinete do Ministro e a Secretaria-Executiva aprovaram a proposta para direcionar a estratégia de atuação do órgão para o período 2020-2023. Tais proposições de diretrizes estratégicas consistem em temas orientadores para a realização da estratégia, exercendo o papel de direcionamento na elaboração dos objetivos, dos indicadores e respectivas metas e dos projetos estratégicos.

Conforme estabelecido pelos incisos I e II do art. 1º do Anexo I da Portaria nº 86, de 23 de março de 2020, cabe ao Comitê de Governança Estratégica – CGE a definição das diretrizes estratégicas do Ministério e a promoção do alinhamento e da convergência de seu planejamento com as diretrizes estratégicas.

O Planejamento Estratégico 2020-2023 observará as seguintes diretrizes estratégicas:

I - fortalecimento da segurança pública, intensificando o combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento, com enfoque na integração de políticas públicas entre os entes federados e no controle de fronteiras, a fim de promover o desestímulo da prática criminosa;

II - incentivo à utilização de ferramentas e práticas de gerenciamento, análise e compartilhamento de grandes volumes de dados, visando maior confiabilidade na tomada de decisão;

III - otimização da gestão de bens apreendidos oriundos do crime, com foco na alienação;

IV - aprimoramento da gestão prisional, com ênfase na ampliação do número de vagas em unidades prisionais por meio de construções, reformas e incentivo às penas alternativas, bem como ações cooperadas com as unidades federativas para o aperfeiçoamento do controle das unidades prisionais, por meio de inteligência, operações e assistências;

V - fortalecimento da capacidade de gestão do Ministério, por intermédio da melhoria dos processos organizacionais e riscos envolvidos, visando alcançar os objetivos institucionais e a qualidade dos serviços prestados ao cidadão;

VI - aperfeiçoamento de práticas de gestão de pessoas, do conhecimento e de competências, com incentivo ao desenvolvimento e à valorização de talentos, em prol da qualificação pessoal, profissional e organizacional;

VII - otimização da integração e da convergência de esforços entre as unidades do Ministério; e

VIII - aperfeiçoamento da comunicação interna e externa, com o fortalecimento da transparência.

O MAPA ESTRATÉGICO

Tendo como missão institucional “Trabalhar para a consolidação do Estado Democrático de Direito”, o MJSP tem o propósito de assegurar à população a preservação de seus direitos e garantias fundamentais previstos no art. 5º da Constituição Federal de 1988, notadamente na elaboração e na execução de políticas públicas voltadas à segurança pública, ao acesso à justiça e à promoção e à proteção de direitos. Dentre suas diversas temáticas, o órgão empreende esforços no enfrentamento à corrupção, à lavagem de dinheiro, ao crime organizado, à criminalidade violenta e ao financiamento ao terrorismo. Além disso, atua na defesa da concorrência e do consumidor, no aprimoramento da gestão do sistema prisional, na garantia de direitos dos cidadãos, dos migrantes, dos refugiados, dos povos indígenas e da população prisional, bem como na preservação da memória arquivística nacional e na gestão e alienação do produto de crimes de tráfico de drogas.

A fim de possibilitar o cumprimento de sua missão, bem como alcançar a visão de futuro de “Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da cidadania, na proteção de direitos, na integração da política de segurança pública, na cooperação jurídica internacional e no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento”, o MJSP desdobrou sua estratégia em objetivos estratégicos, os quais estão relacionados a indicadores e a projetos estratégicos, disponíveis em <https://legado.justica.gov.br/Acesso/governanca/planejamento-estrategico-2020-2023>.

Os valores, por sua vez, são o esteio de uma sociedade, família, pessoa e, conseqüentemente, das instituições públicas e privadas. Segundo o professor Maximiliano (2017), valores estão na base das normas de conduta, estabelecendo padrões morais que influenciam os inúmeros

aspectos do comportamento das pessoas, além de serem os atributos que estruturam a cultura organizacional e as suas práticas. Por exemplo, a maneira como o chefe trata seus subordinados, como os funcionários tratam os clientes, ou seja, como as pessoas se inter-relacionam. Isso se aplica tanto para o setor privado quanto para o público.

De acordo com o Guia da Política de Governança Pública (2018) do Governo Federal, para fortalecer a confiança nas instituições, um dos pontos essenciais é a autoridade gerada pelo compartilhamento de um conjunto de valores e costumes que coadunam com as convicções dominantes na sociedade.

Assim, alinhado à missão e à visão, estabelecer os valores institucionais é fundamental para deixar claro para os públicos interno e externo em quais padrões de conduta os integrantes da instituição devem se pautar. Foram escolhidos, portanto, pelos servidores e pela alta administração, os valores listados a seguir:

- Integridade - Estimulamos o comportamento honesto e incorruptível, isto é, faça a coisa certa, do jeito certo, pelos motivos certos, sempre, mesmo que ninguém esteja observando.
- Ética - Orientamos nossas ações de acordo com padrões éticos, que devem servir de critério nas tomadas de decisões.
- Defesa do interesse público - O nosso trabalho está centrado no princípio da supremacia do interesse público sobre o particular.
- Respeito - Prezamos pelo comportamento respeitoso, em qualquer situação, com o patrimônio público, com os princípios da administração pública e entre quaisquer pessoas, independente de posição hierárquica, raça, gênero, idade ou orientação sexual.

- Legalidade - A nossa obediência é somente às leis e às normas.
- Resultados - O foco do nosso processo de trabalho está nos resultados, sempre com objetivo de gerar entregas satisfatórias à sociedade.
- Valorização do capital humano - Buscamos proporcionar satisfação e entusiasmo aos nossos dirigentes, servidores, estagiários e colaboradores e estimulamos o seu crescimento profissional. O maior patrimônio de uma instituição está relacionado ao corpo funcional.
- Inovação - Buscamos soluções inovadoras para o aperfeiçoamento contínuo.
- Transparência - Em nossos atos, a transparência é a regra e o sigilo a exceção.
- Sustentabilidade - Utilizamos apenas o necessário, com respeito ao limite dos recursos, pois o desperdício compromete o atendimento das necessidades futuras.

MISSÃO

Trabalhar para a consolidação do Estado Democrático de Direito

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da cidadania, na proteção de direitos, na integração da política de segurança pública, na cooperação jurídica internacional e no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

VALORES

Integridade/ Ética/ Interesse Público/ Respeito/ Legalidade/ Resultados/ Capital Humano/ Inovação/ Transparência/ Sustentabilidade

SOCIEDADE E GOVERNO

Fortalecer o enfrentamento à criminalidade com enfoque em organizações criminosas, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira

Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão

HABILITADORES

Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública

Promover a gestão e a alienação do produto de crimes

Aperfeiçoar a gestão do sistema prisional

Ampliar a escala e a efetividade das ações de defesa da concorrência e do consumidor

Gerir políticas referentes aos povos indígenas

Aprimorar mecanismos de gestão e de disseminação do conhecimento com foco no público externo

FUNDAMENTOS

Promover a valorização e o desenvolvimento dos servidores

Aprimorar e integrar a gestão e a governança institucional

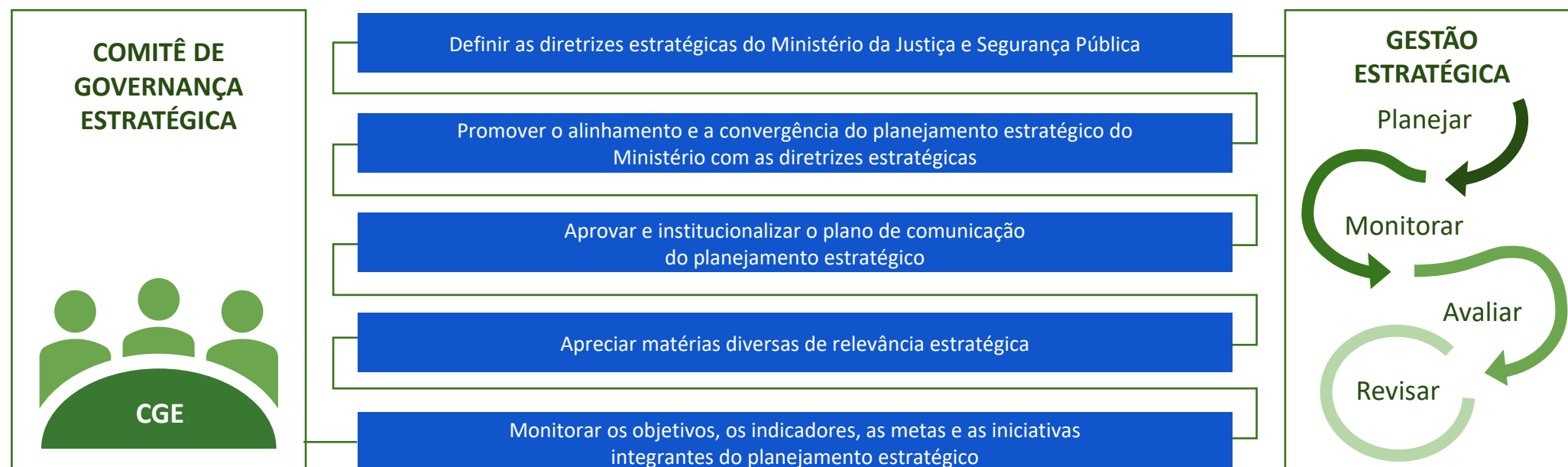
Fortalecer e ampliar a estrutura e os serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

Elaborado a partir da metodologia Balance Scorecard - BSC, o Mapa Estratégico é a representação visual da estratégia do MJSP a partir da combinação e da integração de 11 objetivos, divididos nas três perspectivas mencionadas anteriormente: Sociedade e Governo, Habilitadores e Fundamentos. Com a finalidade de direcionar os esforços para o alcance dos objetivos estratégicos, foram elaborados indicadores com suas respectivas metas, a fim de mensurar o progresso do órgão e de identificar pontos de destaque e de melhorias. Além dos 43 indicadores estratégicos, 51 projetos estratégicos foram selecionados para compor a carteira de projetos do órgão, de modo a refletir as principais entregas e indicar o grau de êxito na consecução das iniciativas voltadas à transformação exigida por aqueles objetivos.

Para a gestão dos projetos, incluindo as atividades de definição, monitoramento e controle da carteira estratégica, aplica-se a metodologia do Project Management Institute – PMI, como referência e adaptada à realidade do Ministério.

O Sistema de Governança do MJSP, instituído pela Portaria nº 86, de 23 de março de 2020, tem como objetivo organizar o processo decisório quanto à gestão estratégica, gestão de riscos e controles internos, integridade, gestão de políticas públicas, transparência e gestão administrativa, além de ser considerado um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

O Comitê de Governança Estratégica – CGE é a instância máxima desse Sistema de Governança para avaliar e aprovar, dentre outras, as iniciativas de gestão estratégica.



De acordo com o art. 3º do Anexo X da Portaria nº 86/2020, os resultados serão avaliados e monitorados periodicamente, no âmbito do CGE, com periodicidade preferencialmente mensal. Esse rito foi estabelecido de modo a integrar as rotinas de gestão das principais entregas das políticas prestadas pelo Ministério, acompanhando a evolução do planejamento estratégico, sendo composto pelos seguintes eventos:

a) Reunião Mensal de Monitoramento: oportunidade de titulares ou seus representantes apresentarem os resultados dos indicadores e dos projetos estratégicos afetos a suas unidades. Na ocasião, são discutidos os aspectos de desempenho não esperados e as linhas de tendência, bem como realizadas as considerações gerenciais decorrentes do contexto retratado. Nesse sentido, a reunião mensal permite que os titulares das diferentes áreas tenham contato com os temas e desafios estratégicos do órgão, de modo a identificar e tratar tópicos, riscos e desafios transversais, que ensejem soluções integradas e sinérgicas.

b) Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE: realizada quadrimestralmente, tem como foco refletir sobre os grandes resultados da estratégia e a identificação das oportunidades de ajustes em função das variáveis ambientais.

Dessa forma, o processo pode ser visualizado por meio de um conjunto de eventos ou reuniões sistemáticas, que permitem o compartilhamento de informações e a interação entre os seus participantes.

A fim de realizar eventuais ajustes e dar início ao monitoramento, foi realizada a revisão do planejamento estratégico por meio da Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE no mês de fevereiro de 2020, sendo validada pelo Comitê de Governança Estratégica – CGE, a partir da publicação da Resolução CGE nº 9, de 10 de março de 2020.

No período compreendido entre março e julho de 2020, em virtude do contexto de pandemia causada pela COVID-19, foram suspensas as reuniões

do Comitê de Governança Estratégica – CGE. Sendo assim, os indicadores estratégicos foram coletados pelas unidades de acordo com a periodicidade, demonstrando o nível de atingimento das respectivas metas de seus objetivos estratégicos. Em relação aos projetos estratégicos, as unidades informaram a situação do andamento de suas atividades, tendo como foco a relação entre o planejado e o executado durante o período.

As reuniões foram retomadas em 06 de agosto, e seguiram de forma contínua e recorrente até novembro, quando foi realizada a última reunião do ano de 2020.

Além da gestão estratégica, o MJSP conta ainda com instâncias em seu sistema de governança que apoiam a gestão de riscos e controles internos, integridade, gestão de políticas públicas, informação, recursos de tecnologia da informação e comunicação, dados e sistemas de informação, transparência e gestão administrativa. Nesse sentido, a Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica – CT-CGE auxilia na implementação das recomendações do Comitê Interministerial de Governança – CIG, contribuindo para a adoção de princípios e diretrizes de governança pública, especialmente relacionados à proposição de carteira de políticas públicas e programas do Ministério, e decorrentes atualizações. Frise-se que as políticas públicas estão alinhadas à carteira de projetos estratégicos.

Menciona-se ainda a relevância das Instâncias de Supervisão de Gestão de Riscos e Controles Internos, as quais apoiam e dão suporte aos diversos níveis hierárquicos do Ministério na integração das atividades de gestão de riscos e controles internos aos processos e às atividades organizacionais. A metodologia de gestão de riscos e controles internos está alinhada à gestão estratégica na medida em que orienta a sua implementação nos processos de trabalho considerados críticos, priorizados a partir do alinhamento da cadeia de valor ao planejamento estratégico. Assim, espera-se assegurar o alcance dos objetivos estratégicos, subsidiando a tomada de decisão, contribuindo para o aprimoramento dos processos e mitigando a ocorrência de possíveis desvios, a partir do gerenciamento de riscos e controles internos.

PRINCIPAIS AÇÕES DE SUPERVISÃO, CONTROLE E DE CORREIÇÃO ADOTADAS PARA GARANTIA DA LEGALIDADE, LEGITIMIDADE, ECONOMICIDADE E TRANSPARÊNCIA NA APLICAÇÃO DE RECURSOS.

No processo de supervisão, além dos mecanismos de gestão estratégica, o MJSP conta com instâncias em seu sistema de governança que apoiam as decisões ministeriais e do Comitê de Governança Estratégica (CGE) e propõem iniciativas de gestão de riscos e controles internos, de gestão de transparência, de gestão de integridade, de gestão de políticas públicas, de gestão administrativa e de gestão de dados e sistemas de informação. Como mecanismo de controle e com o objetivo de garantir a conformidade e a legalidade de sua atuação, observando os princípios e as normas previstos no ordamento jurídico, o MJSP utiliza diversos tipos de controles internos administrativos, se subordina ao controle exercido por outros órgãos e Poderes, e também se vincula ao controle social.



Os controles internos administrativos envolvem um conjunto de ações, processos, atividades e rotinas que buscam assegurar o atingimento dos objetivos estabelecidos pela organização, sem desvios no curso da gestão. Para aprimorar tais controles, o MJSP impulsionou ao longo do ano de 2020, a implantação de dois relevantes programas, a saber: a Política e Gestão de Riscos e Controles Internos e o Programa de Integridade.

Na implantação do gerenciamento de riscos, deu-se continuidade à realização de projetos pilotos das unidades do MJSP com o objetivo de introduzir a dinâmica de gerenciamento de riscos em seus processos de trabalho e capacitar os servidores na disseminação e sistematização da prática em suas áreas de atuação.

Desse modo, em alinhamento com os processos relacionados na Cadeia de Valor do MJSP, foram identificados 296 processos de trabalhos organizacionais, dos quais 69 foram considerados estratégicos para a organização e serão submetidos à gestão de riscos em todas as suas etapas, cuja conclusão está prevista até o fim de 2021.

No que diz respeito ao Programa de Integridade, ao longo do exercício de 2020 foi executada a etapa de expansão do referido Programa para as políticas públicas sob responsabilidade do Ministério e também para fornecedores e organizações públicas ou privadas com os quais o MJSP mantém contratos.

Assim, as políticas públicas foram analisadas em todas as suas etapas, quais sejam: formalização, execução, avaliação e prestação de contas, assim como em outras atividades, a fim de identificar potenciais riscos à integridade. Como resultado, foi elaborado o Plano de Integridade por

meio do qual será monitorado as medidas de tratamento para mitigar os riscos de nível médio, alto ou extremo identificados.

Quanto ao relacionamento com as empresas privadas foi instituída pela Portaria MJSP n.º 513, de 15 de setembro de 2020, a obrigatoriedade de um programa de integridade no âmbito das empresas contratadas pelo MJSP, cujos valores sejam iguais ou superiores a dez milhões de reais.

Para além disso, foi lançada em novembro de 2020, a nova campanha do MJSP, sob o slogan "Integridade, Transparência e Compromisso. Uma Gestão por Resultados", com o objetivo de fortalecer a cultura institucional e o compromisso com uma gestão por resultados.



Demais informações sobre integridade e gestão de riscos estão evidenciadas na seção deste Relatório, sob o título: "Riscos, oportunidades e perspectivas".

A fim de articular a supervisão exercida por outros órgãos e Poderes,

especialmente pelo Tribunal de Contas da União - TCU, pelo Ministério Público e também pela atuação interna de órgãos do Poder Executivo, a exemplo da Controladoria-Geral da União - CGU, o MJSP instituiu o Comitê de Controle Interno Administrativo CCIA "com a finalidade de manter permanente acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas da União e pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, de que trata o Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000". O CCIA tem ainda como finalidade melhoria dos controles internos administrativos do MJSP.

A partir da anuência e determinação do Ministro são realizadas reuniões sistemáticas, com representantes previamente designados de todas as unidades da Pasta, em que são informadas e solicitadas providências para o saneamento das recomendações exaradas pela CGU decorrentes de trabalhos de auditoria diversos, além de alertas e orientações quanto aos processos mais relevantes julgados pelo TCU e demais assuntos na área de controles.

Para monitorar o cumprimento de suas recomendações, a CGU criou o Sistema e-AUD, que permite o acompanhamento em tempo real das providências adotadas pelos gestores para apresentação de justificativas e adoção de medidas corretivas.

No ano de 2020, das recomendações contidas no e-AUD, verifica-se que foram concluídas 168 recomendações, com cancelamento ainda de 20 recomendações, totalizando 188 recomendações encerradas, por terem sido atendidas ou sem pendências com a Controladoria-Geral da União-CGU.

Ressalta-se que as recomendações em monitoramento, que no início do ano eram de 246 recomendações, diminuíram para 188 no final do exercício 2020, portanto, houve uma redução de 58 recomendações nesta

situação, o que irá possibilitar uma melhor gestão para o exercício de 2021.

Importante ressaltar ainda que das 188 recomendações, 140 estão sob análise da CGU quanto ao atendimento, que representa 74,47% do total das recomendações e 25,53% sob a responsabilidade dos gestores do MJSP.

Em relação às determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União registra-se a criação do Sistema de Comunicações Processuais – CONECTA, que envia para os órgãos, de modo eletrônico, Ofícios para encaminhamento de Acórdãos e solicitações diversas.

O assessoramento ao Ministro coloca a AECL, neste assunto, como o responsável direto pelo processo de monitoramento do pleno atendimento às recomendações/determinações do TCU, de forma a evitar atrasos no atendimento.

Em 2020, entraram 692 comunicações do TCU, no âmbito do MJSP, com um total de 688 já atendidas e 4 dentro do prazo de atendimento.

Já em relação aos Acórdãos do TCU foram publicados 905 (novecentos e cinco) em 2020, que tratam de diversos assuntos relacionados às unidades do MJSP, assim distribuídos:

- 175 processos que tratam de Denúncias; Acompanhamento; Monitoramento; Prestação de Contas; Relatórios de Acompanhamento; Relatórios de Auditoria; e Representação; e
- 730 processos de outros tipos/assuntos: Aposentadoria; Atos de Admissão; Pensões Cíveis; Consultas; Tomada de Contas Especial; e etc.

Dos 175 Acórdãos 91,43% (160 Acórdãos) já se encontram atendidas ou sem necessidade providências, e apenas 8,57% (15 Acórdãos) encontram-se em andamento e dentro do prazo determinado.

ACORDÃOS

	Sem necessidade de providências/ atendidas	Em andamento	TOTAL
Acompanhamento	5	0	5
Denúncia	12	0	12
Monitoramento	18	1	19
Prestação de Contas	15	3	18
Relatório de Acompanhamento	3	3	6
Relatório de Auditoria	21	1	22
Representação	86	7	93

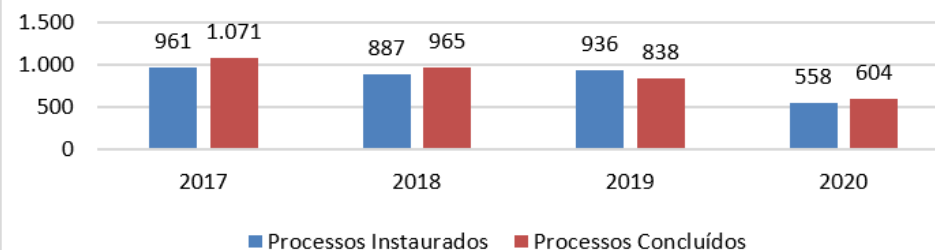
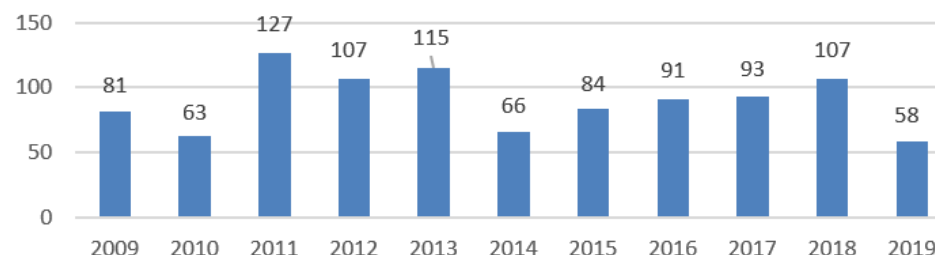
Fonte: Assessoria Especial de Controle Interno/ MJSP

CORREGEDORIA

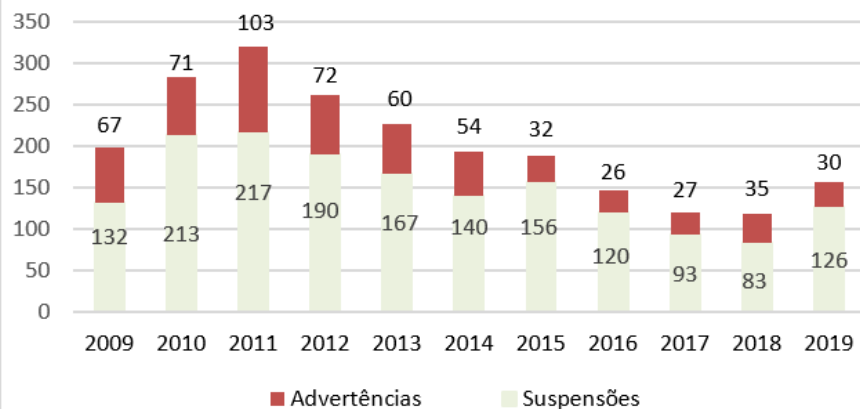
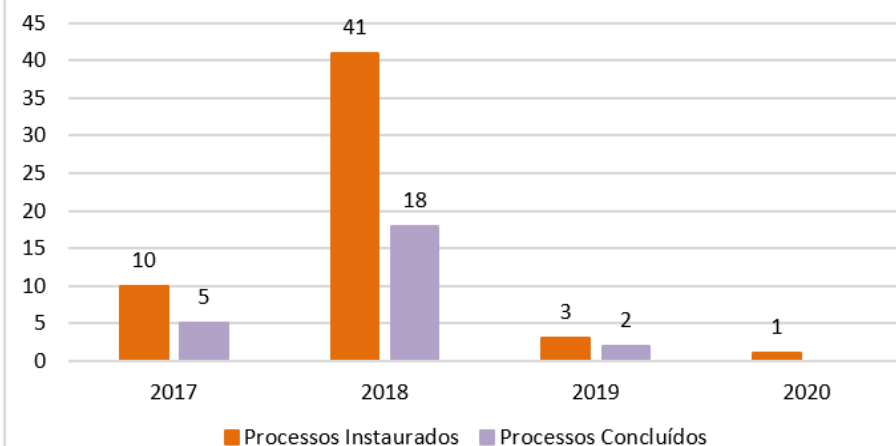
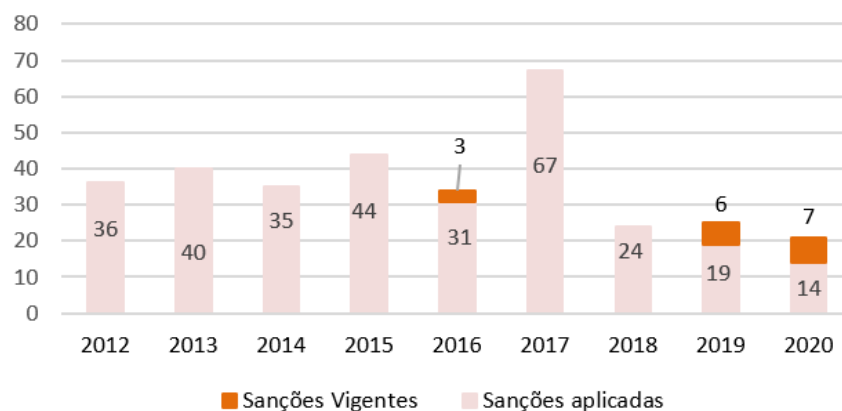
No que diz respeito às ações de correição, a Corregedoria-Geral - COGER tem o papel fundamental de apurar possíveis irregularidades, cometidas por agentes públicos que exerçam suas atribuições funcionais no MJSP, bem como de empresas que atentem às normas previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e demais normativos correlatos.

Como unidade seccional do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (Decreto nº 5.480/2005), a COGER tem como foco o fortalecimento da instituição, mediante a adoção de medidas preventivas de controle de irregularidades, bem como a repressão de práticas ilícitas, ocorridas no âmbito dos órgãos do MJSP.

Especificamente quanto à competência para instaurar e conduzir procedimentos administrativos disciplinares e sindicâncias patrimoniais, nos quadros seguintes são apresentados os resultados das atuações das Corregedorias do MJSP, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do Departamento Penitenciário Nacional, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica e da Fundação Nacional do Índio, nos processos de apuração instaurados contra servidores públicos e empresas privadas, assim como as respectivas sanções e demais penalidades aplicadas:

**Processos de apuração disciplinar de agentes públicos
instaurados e concluídos nos últimos 4 anos**

**Sanções expulsivas aplicadas a agentes públicos
2009 a 2019**

**Resumo dos processos apuração disciplinar de agentes públicos de
2008 a 2020**

Processos instaurados	17.395
Em instrução	1.040
Relatório final	138
Aguardando julgamento	162
Concluídos	16.055

**Demais Penalidades
2009 a 2019****Processos instaurados contra entes privados/pessoa jurídica****Sanções aplicadas a entes privados / pessoa jurídica**

ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Com o intuito de permitir uma visão mais clara do direcionamento de recursos no âmbito do MJSP, bem como da segregação da despesa entre despesas Finalísticas e despesas de Governança, Gestão e Suporte, o Ministério tem buscado, desde o ano de 2018, manter um alinhamento entre as suas rubricas orçamentárias e os Macroprocessos da sua Cadeia de Valor, atualizando suas informações a cada novo ajuste e repactuação pela qual a Cadeia de Valor do Ministério é submetida.

Dessa forma, é possível verificar a execução do orçamento discricionário a partir dos macroprocessos da Cadeia de Valor que, por sua vez, guardam vinculação com os objetivos estratégicos do Ministério, conforme figura a seguir:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Fortalecer o enfrentamento à criminalidade com enfoque em organizações criminosas, corrupção, lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira

Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão

Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública

Aprimorar mecanismos de gestão do conhecimento e da preservação e difusão da memória arquivística nacional

Promover a gestão e a alienação do produto de crimes

Aperfeiçoar a gestão do sistema prisional

Ampliar a escala e a efetividade das ações de defesa da concorrência e do consumidor

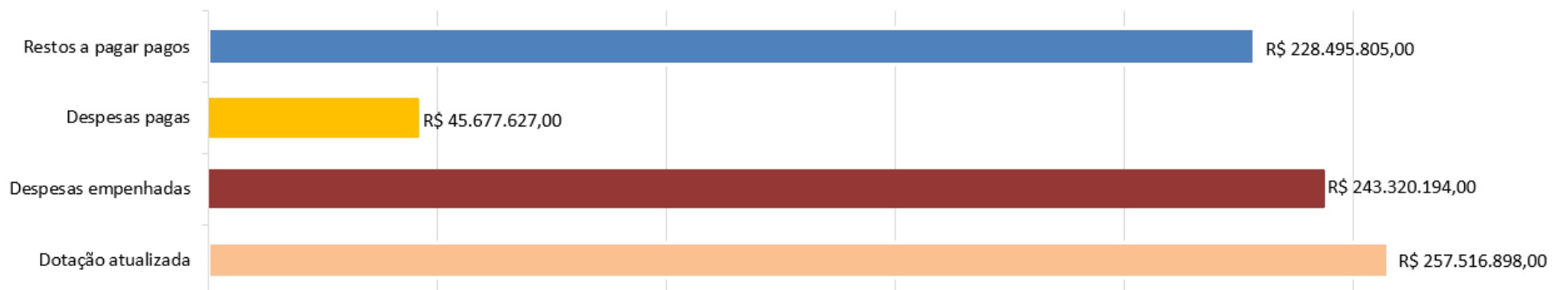
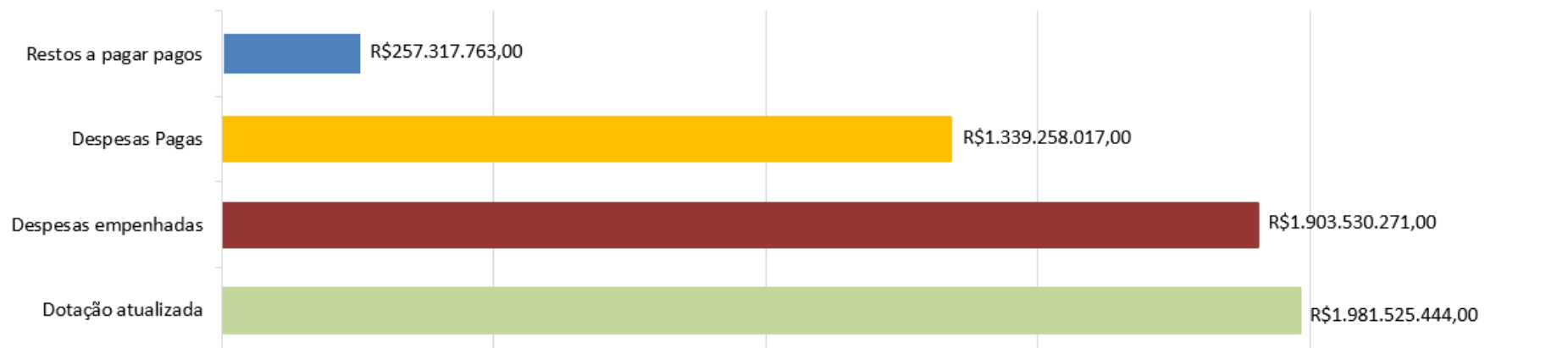
Gerir políticas referentes aos povos indígenas

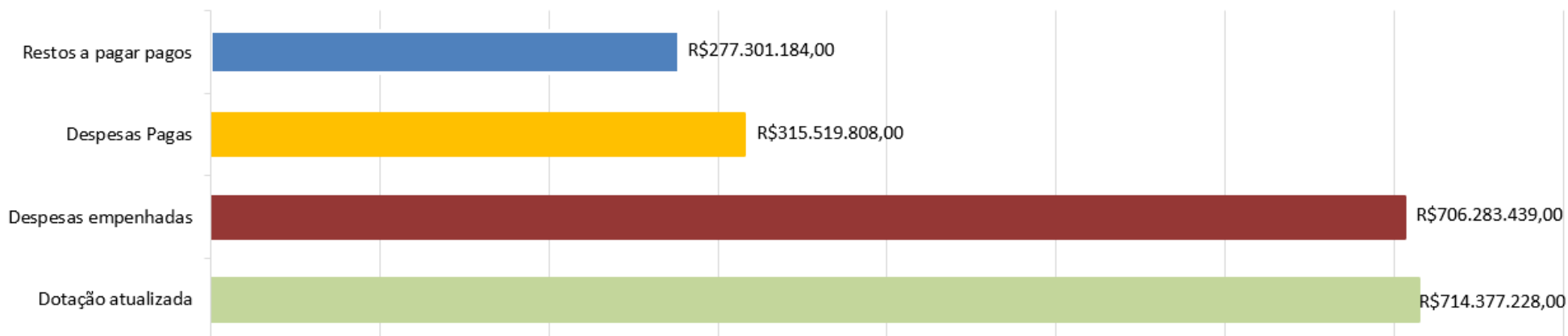
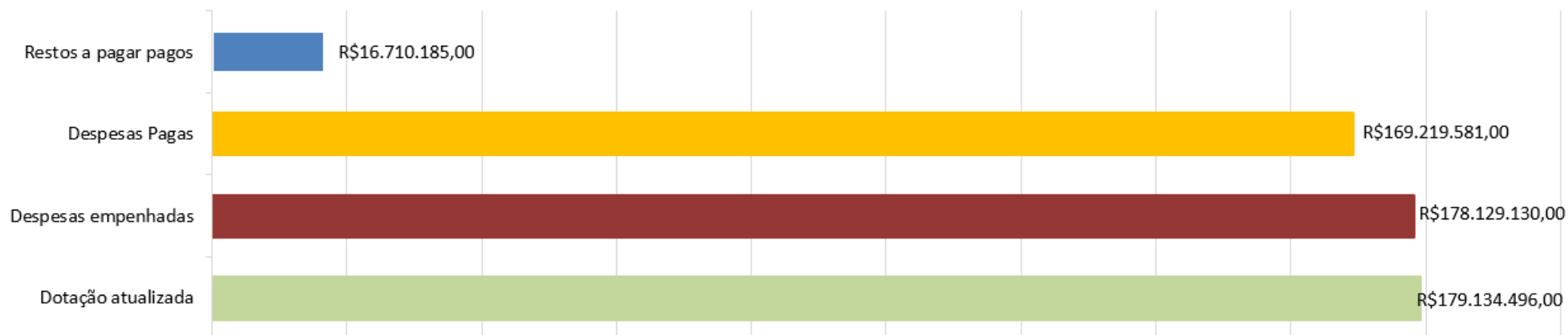
Promover a valorização e o desenvolvimento dos servidores

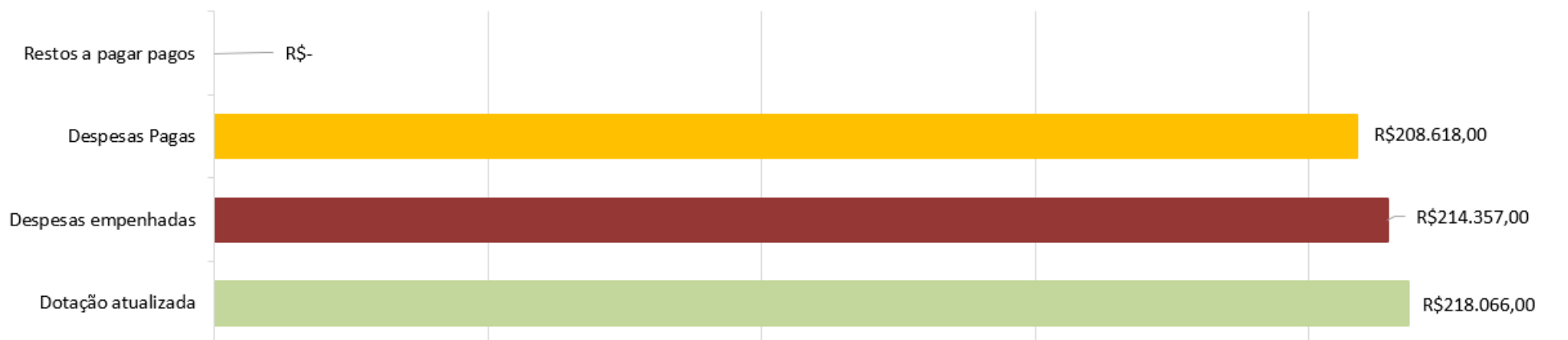
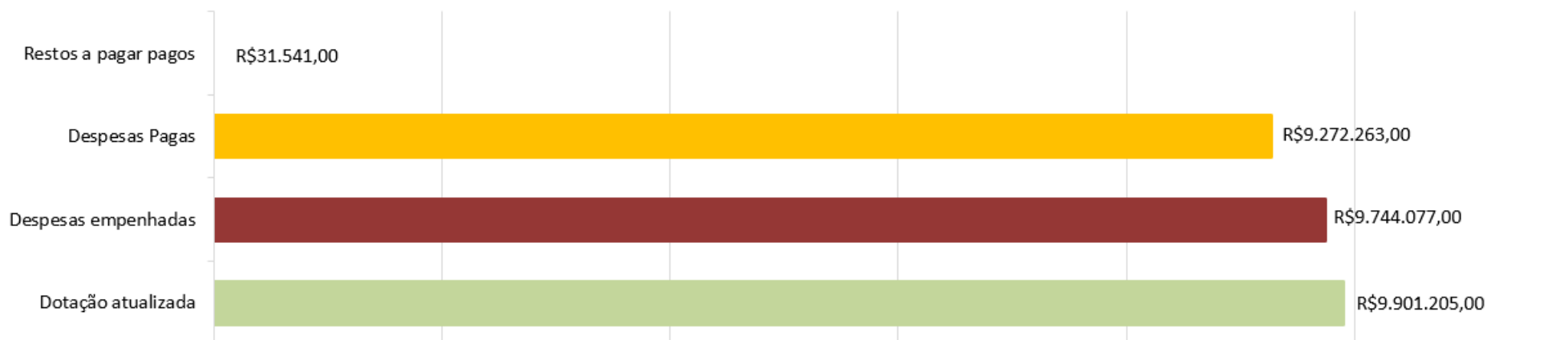
Aprimorar e integrar a gestão e a governança institucional

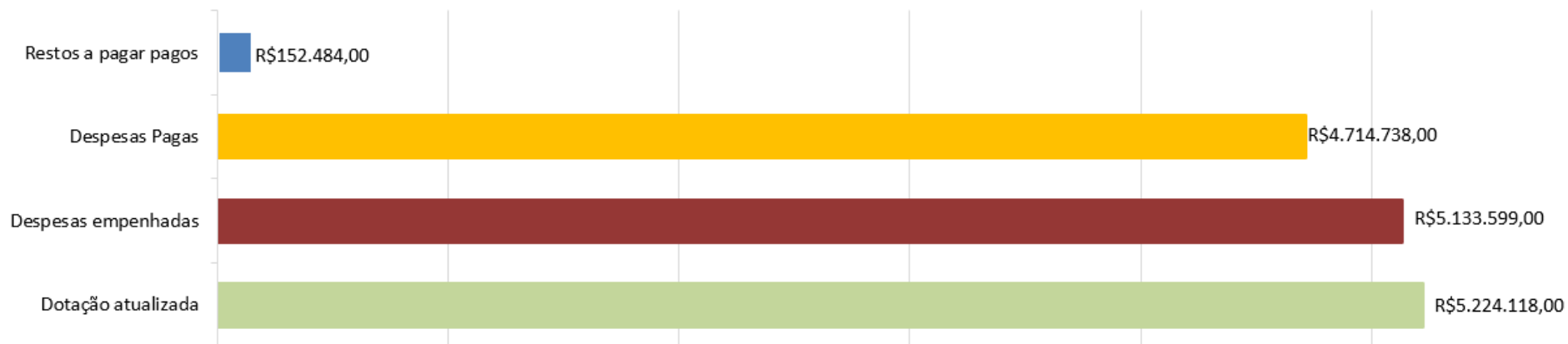
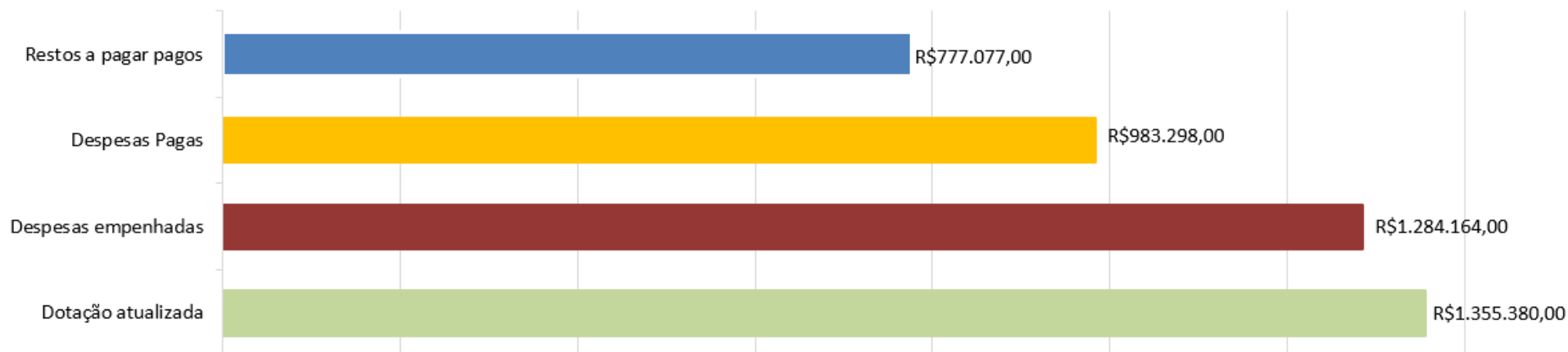
Fortalecer e ampliar a estrutura e os serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO POR MACROPROCESSO DA CADEIA DE VALOR

MACROPROCESSO FINALÍSTICO
Garantia dos Direitos da População Prisional**MACROPROCESSO FINALÍSTICO**
Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública

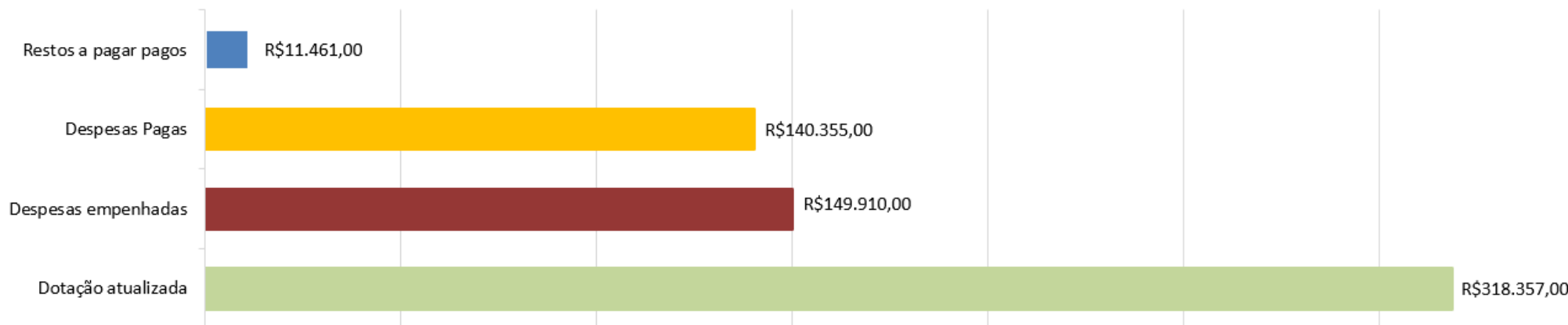
MACROPROCESSO FINALÍSTICO
Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública**MACROPROCESSO FINALÍSTICO**
Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais

MACROPROCESSO FINALÍSTICO**Acreditação e Fiscalização de Atividades Afetas à Segurança Pública****MACROPROCESSO FINALÍSTICO****Articulação Internacional**

MACROPROCESSO FINALÍSTICO
Defesa do Consumidor**MACROPROCESSO FINALÍSTICO**
Garantia dos Direitos dos Migrantes e Refugiados

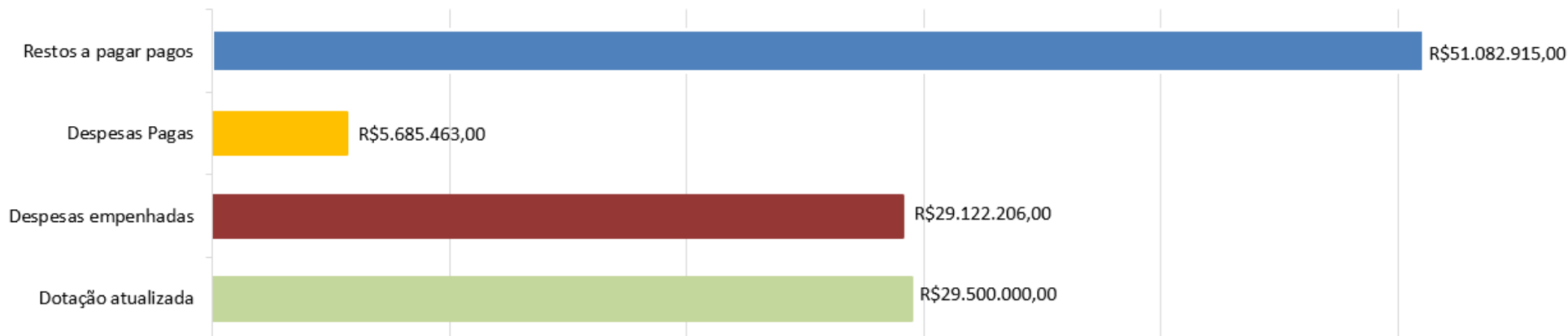
MACROPROCESSO FINALÍSTICO

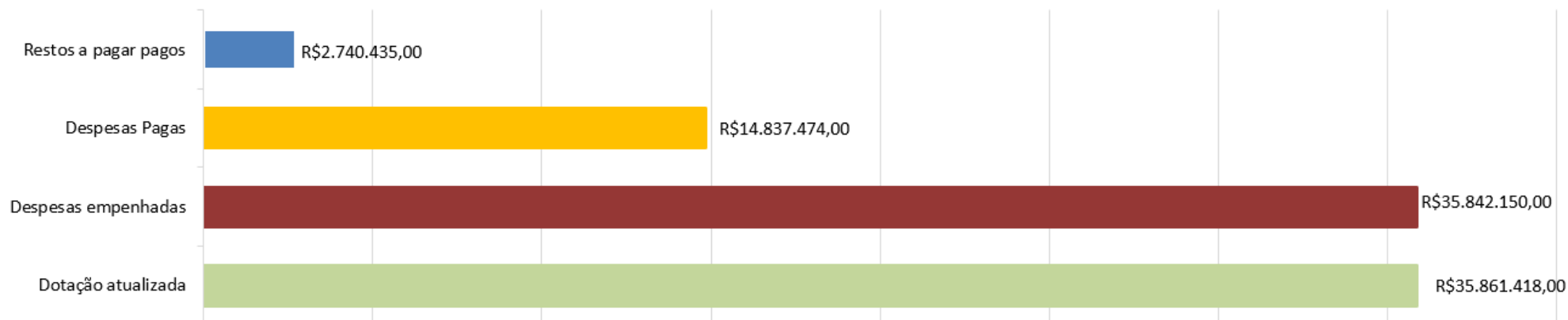
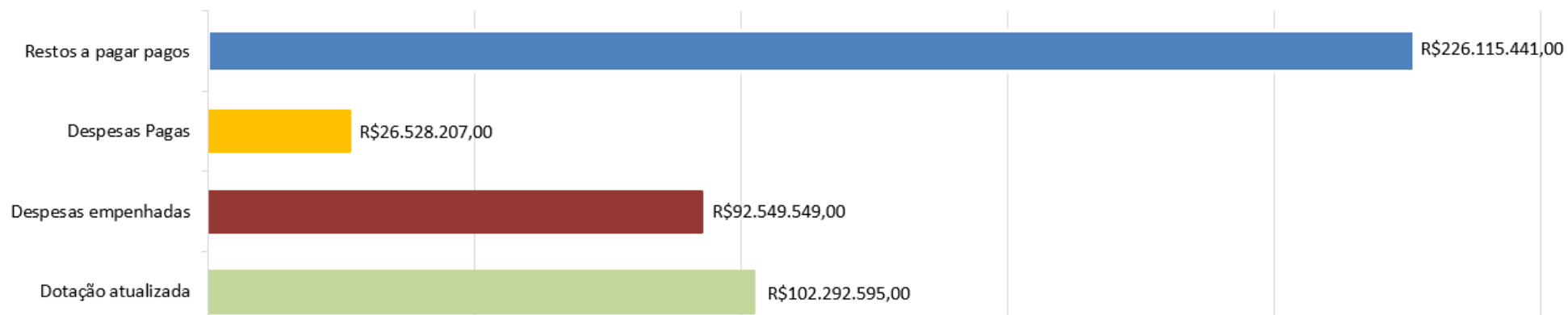
Gestão da Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

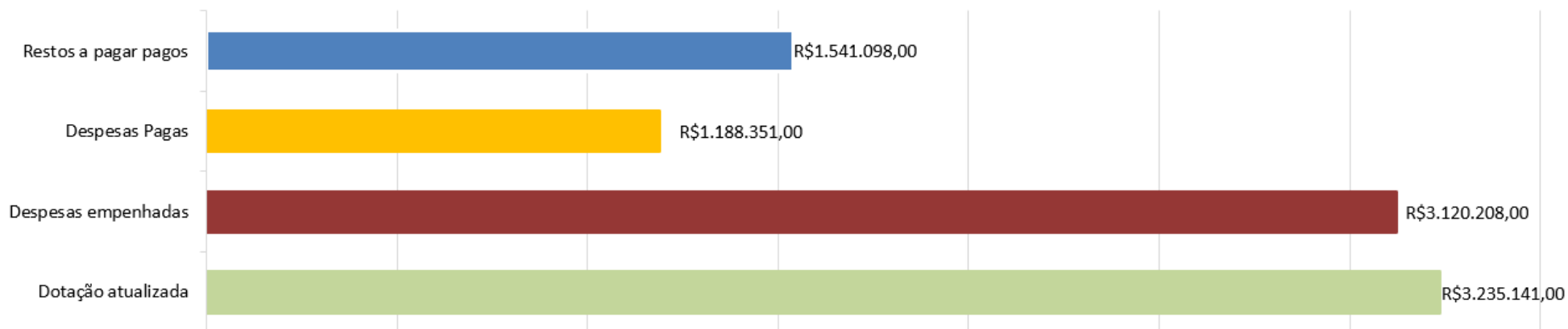
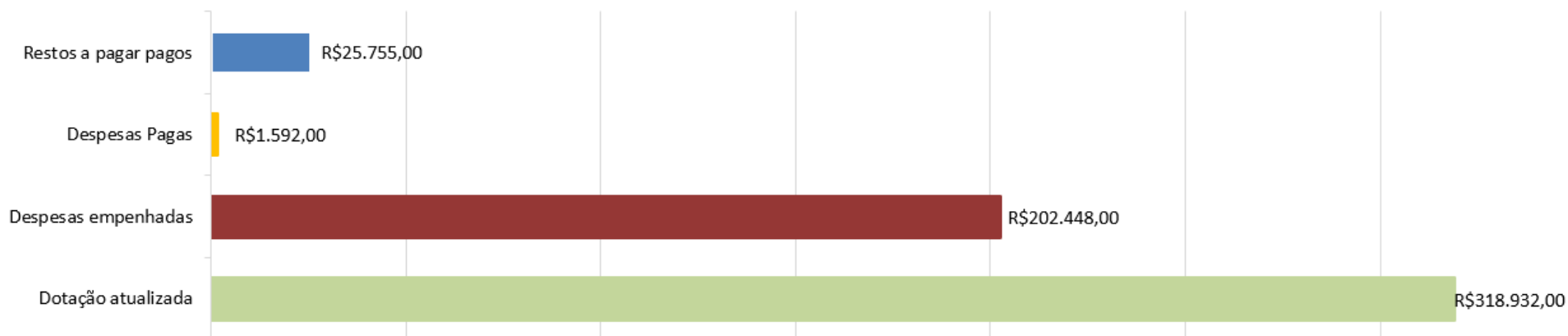


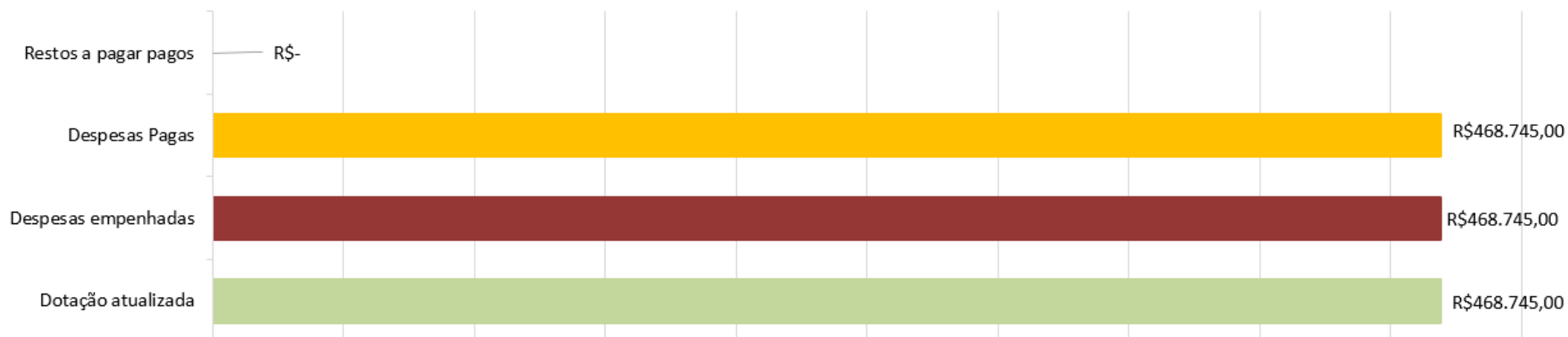
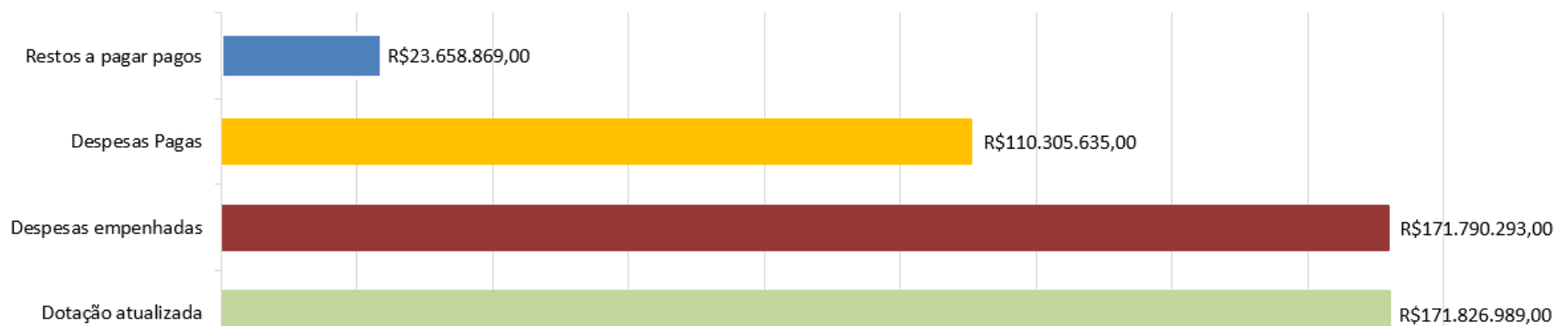
MACROPROCESSO FINALÍSTICO

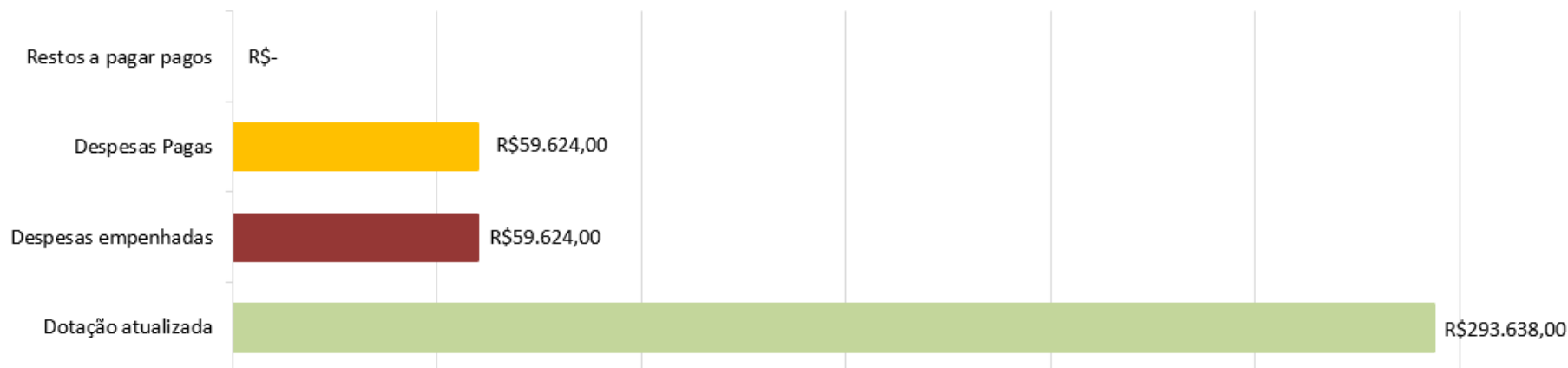
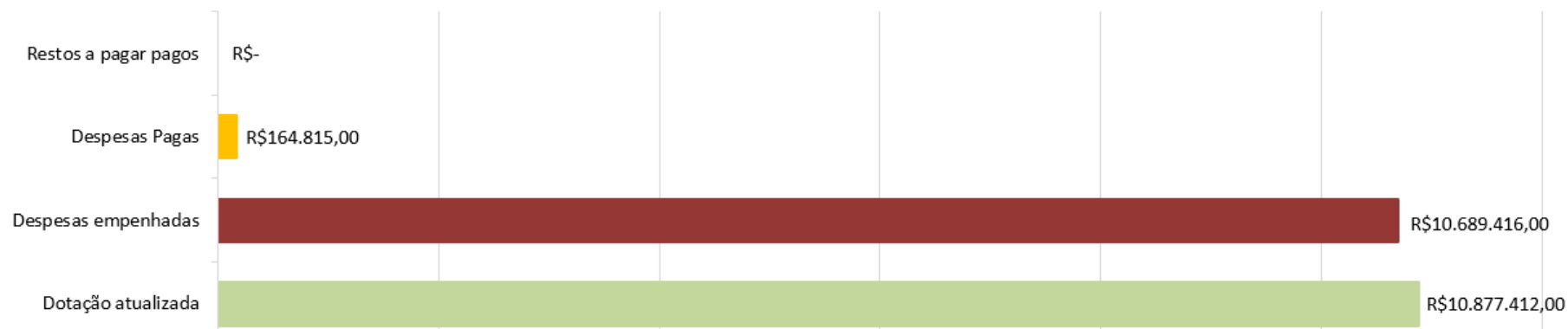
Gestão e Articulação da Política sobre Drogas

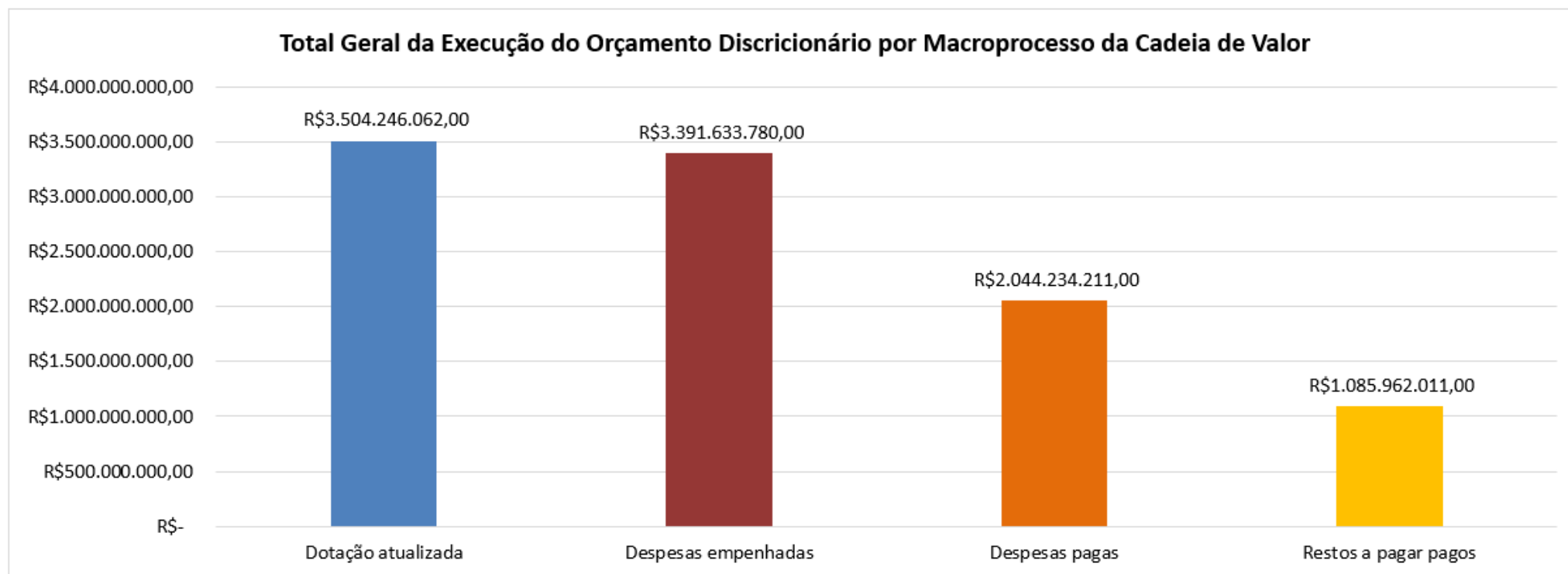


MACROPROCESSO FINALÍSTICO
Gestão de Segurança Viária**MACROPROCESSO FINALÍSTICO**
Proteção dos Direitos do Cidadão

MACROPROCESSO FINALÍSTICO
Promoção do Acesso ao Patrimônio Documental Nacional**MACROPROCESSO FINALÍSTICO**
Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

MACROPROCESSO FINALÍSTICO
Articulação entre Poderes e Setores**MACROPROCESSO FINALÍSTICO**
Controle Migratório e Polícia Aeroportuária, Marítima e de Fronteiras

MACROPROCESSO FINALÍSTICO
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente**MACROPROCESSO FINALÍSTICO**
Gestão de Ativos e Efetivação da Arrecadação

**TOTAL GERAL DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO
MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS**

Fonte: Tesouro Gerencial (encerramento 2020)

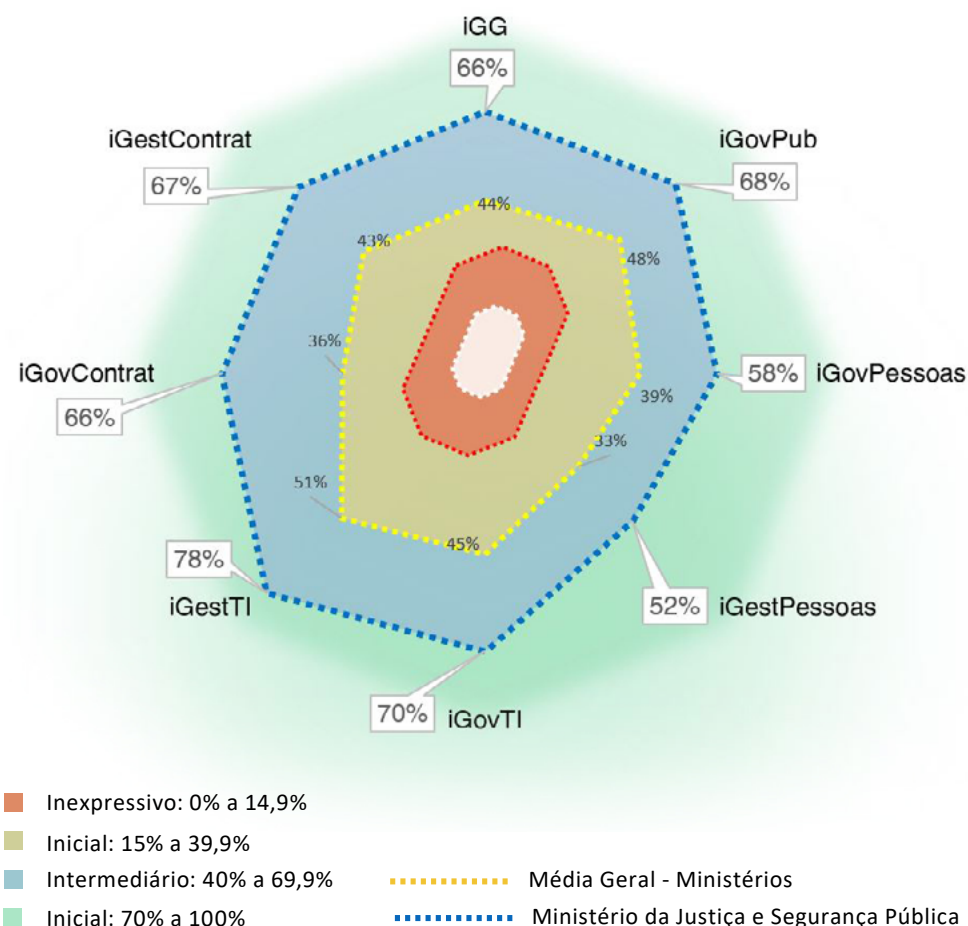
Registre-se que 60% do montante direcionado para despesa Finalísticas referem-se à Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública. E que 83% do montante direcionado para despesas de Governança, Gestão e Suporte referem-se à Gestão da Logística.

Execução do Orçamento Discricionário por Macroprocesso da Cadeia de Valor
MACROPROCESSO DE APOIO

VALORES	GESTÃO DA LOGÍSTICA	OBRAS E REFORMAS	GESTÃO DE PESSOAS	GOVERNANÇA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	GESTÃO E CONTROLE INSTITUCIONAL	TOTAL GERAL
Dotação Atualizada	1.126.077.389	110.853.959	2.040.360	111.923.558	98.886	1.350.994.152
Despesas Empenhadas	1.109.302.619	107.855.610	2.040.359	111.495.358	-	1.330.693.946
Despesas Pagas	706.375.425	71.188.913	1.872.280	53.022.072	-	832.458.690
Restos a Pagar Pagos	248.590.172	18.279.222	72.906	27.163.213	-	294.105.513

Fonte: Tesouro Gerencial (encerramento 2020).

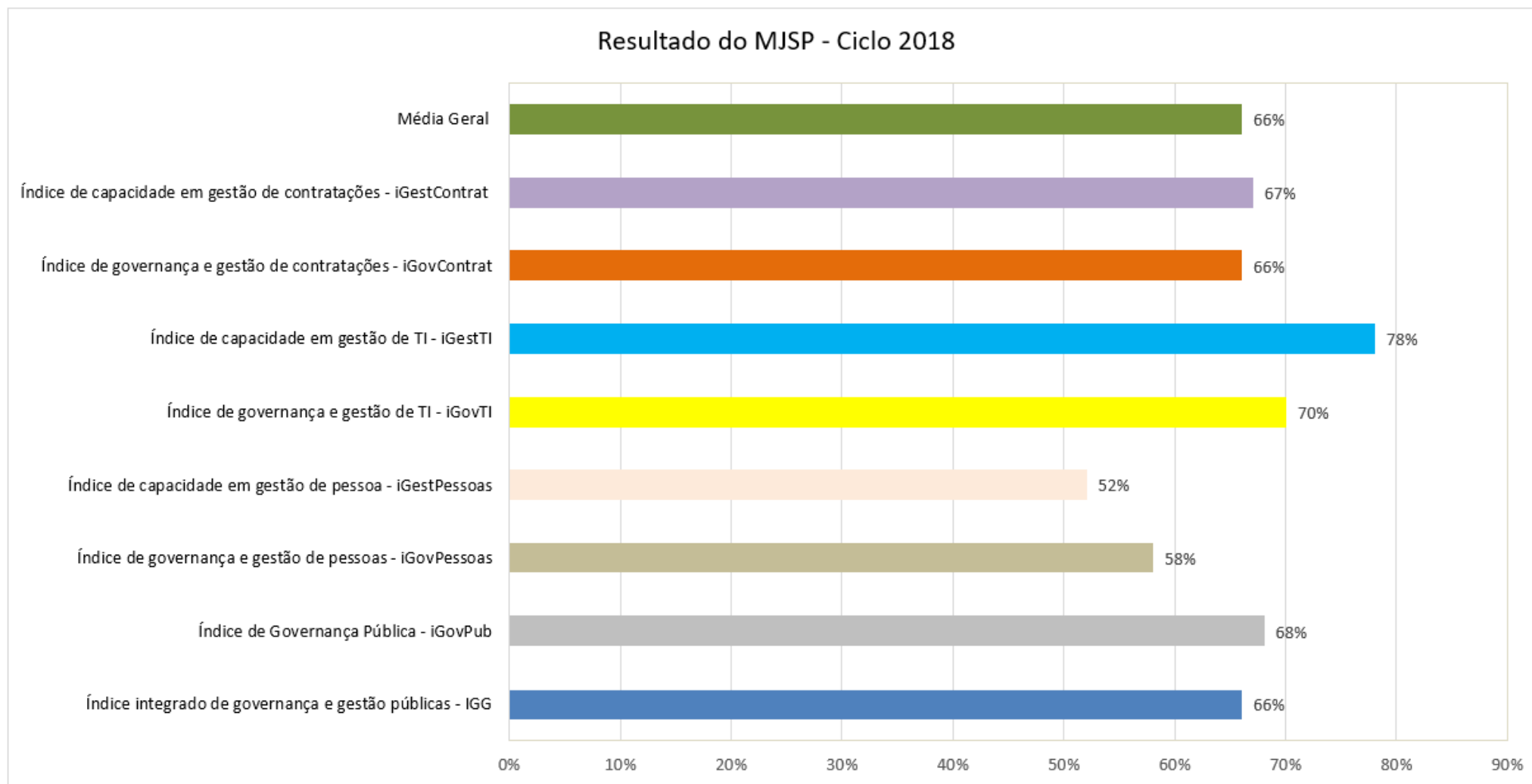
APOIO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA À CAPACIDADE DO MJSP DE GERAR VALOR



O MJSP vem implementando diversas medidas para melhorar o seu grau de maturidade nas boas práticas de governança e gestão, de forma a atingir e cumprir com eficiência os objetivos estratégicos e a missão institucional desta Pasta, com geração de valor para a sociedade.

Sobre o assunto, a egrégia corte de contas emitiu o Acórdão TCU nº 2.699/2018-Plenário, informando dos resultados dos trabalhos de auditoria, que buscou identificar e avaliar o grau de maturidade da governança na Administração Pública do MJSP, referente ao ciclo 2018.

Nela são apresentados os valores do Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas - iGG, Índice de Governança Pública - iGovPub, Índice de Capacidade em Gestão de Pessoas - iGestPessoas, Índice de Governança e Gestão de Pessoas - iGovPessoas; Índice de Governança e Gestão de TI - iGovTI; Índice de Capacidade em Gestão de TI - iGestTI; Índice de Governança e Gestão de Contratações - iGovContrat e Índice de Capacidade em Gestão de Contratos - iGestContrat comparados às médias obtidas pelas organizações do mesmo tipo, segmento e com todas as 498 organizações participantes, cujos resultados da auto avaliação do MJSP foram os seguintes:

MJSP - Resultado e colocação entre Ministérios (Sem CGU) - Ciclo 2018

MJSP - Resultado e colocação entre Ministérios (Sem CGU) - Ciclo 2018

COLOCAÇÃO DO MJSP COM RELAÇÃO AOS DEMAIS MINISTÉRIOS – Ciclo 2018

Média Geral	1º COLOCADO
Índice de governança e gestão de TI - iGovTI	1º COLOCADO
Índice de governança e gestão de contratações - iGovContrat	1º COLOCADO
Índice integrado de governança e gestão públicas - IGG	2º COLOCADO
Índice de capacidade em gestão de TI - iGestTI	2º COLOCADO
Índice de Governança Pública - iGovPub	2º COLOCADO
Índice de governança e gestão de pessoas - iGovPessoas	2º COLOCADO
Índice de capacidade em gestão de pessoa - iGestPessoas	3º COLOCADO
Índice de capacidade em gestão de contratações - iGestContrat	3º COLOCADO

Em relação aos citados índices, cujos resultados colocaram o MJSP em grau de maturidade satisfatório, quando comparado com outros Ministérios, coloca em 1º com a exclusão da CGU.

Nos exercícios seguintes, 2019 e 2020, houve avanço na gestão do MJSP em sua capacidade de gerir os recursos aliada à melhora de sua governança e gestão, atingindo uma maturidade acima da avaliada anteriormente. Citam-se os seguintes itens em que ocorreram avanços:

AVANÇOS NOS ÍNDICES DE GOVERNANÇA DO MJSP – 2019-2020

PERFIL GOVERNANÇA ORGANIZACIONAL



1110	Estabelecer o Modelo de governança da Organização
1130	Zelar por princípios de ética e conduta
2110	Gerir riscos da Organização
2121	O modelo de gestão estratégica da organização está estabelecido
2132	A alta administração monitora o desempenho da gestão dos processos finalísticos
3110	Promover transparência, responsabilidade e prestação de contas
5120	Prestar serviços públicos em meio digital com qualidade

PERFIL GOVERNANÇA ORGANIZACIONAL



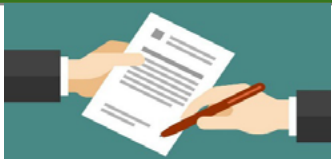
4110	Realizar planejamento da gestão de pessoas
4130	Assegurar o adequado provimento das vagas existentes
4150	Desenvolver as competências dos colaboradores e dos gestores
4160	Construir e manter ambiente de trabalho ético e favorável

PERFIL DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE TI



4220	Gerir serviços de tecnologia da informação
4240	Gerir riscos de tecnologia da informação
4260	Estabelecer processos e atividades para a gestão da segurança da informação

PERFIL DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE CONTRATAÇÕES



4330	Gerir riscos em contratações

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

O MJSP disponibiliza canais a fim de garantir uma adequada comunicação junto à sociedade. Nesse sentido, a Ouvidoria-Geral, unidade vinculada ao Gabinete do Ministro, é a responsável por promover a interlocução entre os cidadãos e o órgão, por meio dos canais de ouvidoria e acesso à informação, bem como por fornecer dados e sugestões para o aprimoramento da gestão.

Para o desempenho de suas atividades regimentais a Ouvidoria dispõe da Rede do Serviço de informação ao Cidadão - Rede SIC e da Rede de Ouvidorias - OuvJus, as quais abrangem todas as unidades do Ministério.

A unidade aperfeiçoa a transparência das informações no âmbito do Ministério, como forma de ampliar a participação social.

De igual modo, a Ouvidoria-Geral empreendeu ao longo do ano diversas iniciativas no sentido de consolidar o funcionamento em rede e de fomentar as estruturas colegiadas para a uniformização de procedimentos voltados às suas atividades, cujos principais dados e informações encontram-se a seguir:



OUVIDORIA MJSP EM NÚMEROS

TOTAL DE MANIFESTAÇÕES

11385



4364

Concluídas



11

Em
Tratamento

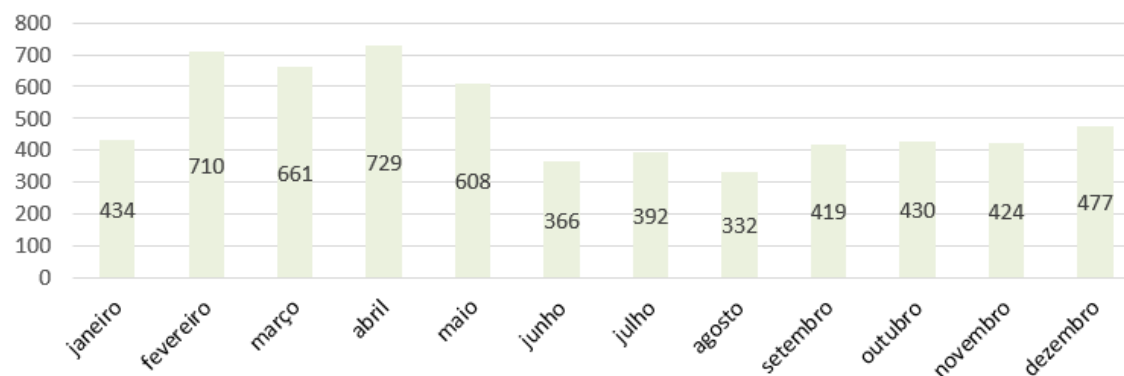
1607

Manifestações
Arquivadas

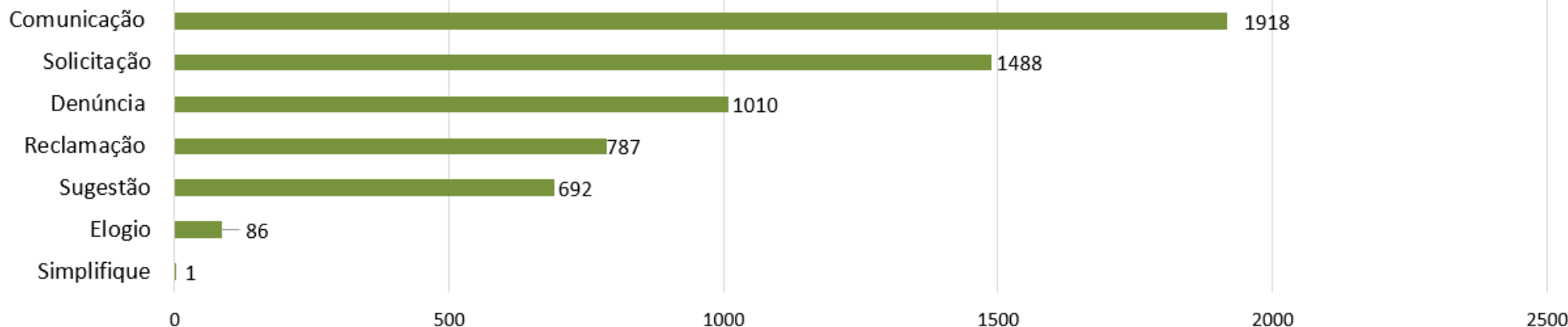
5403

Manifestações
direcionadas
para outros
órgãos

Quantidade de Manifestações Encaminhadas ao MJSP no Ano de 2020



Tipos de Manifestações

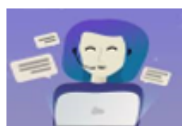
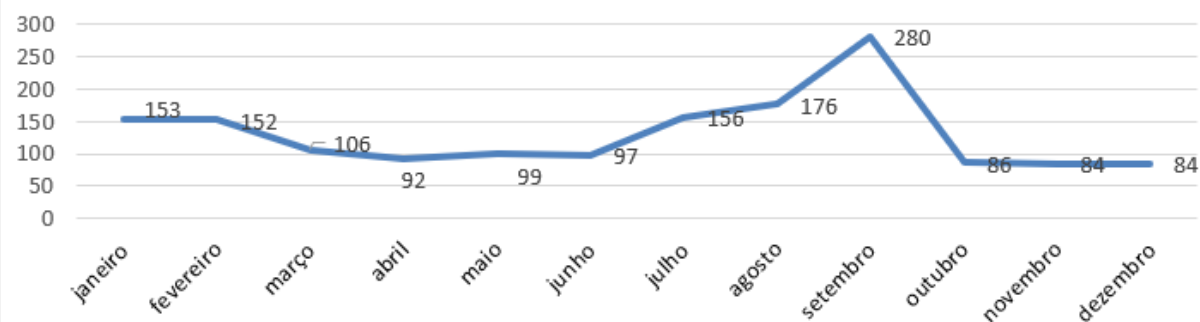


Fonte: Dados extraídos plataforma Fala-BR.

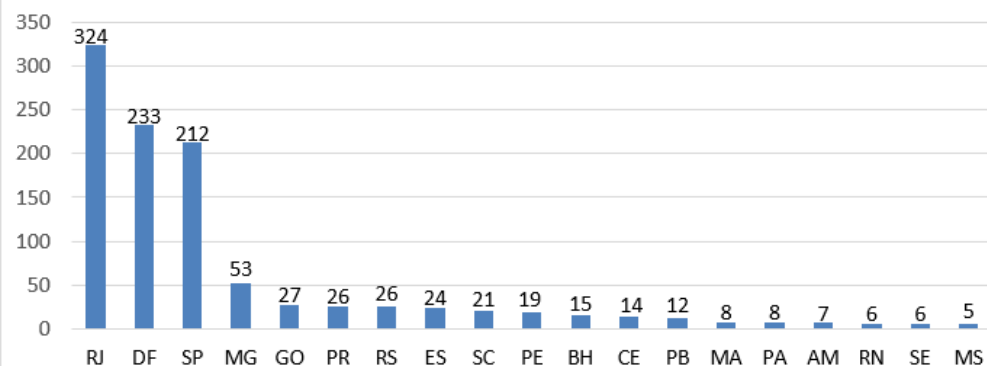
ACESSO À INFORMAÇÃO 2020

TOTAL DE MANIFESTAÇÕES

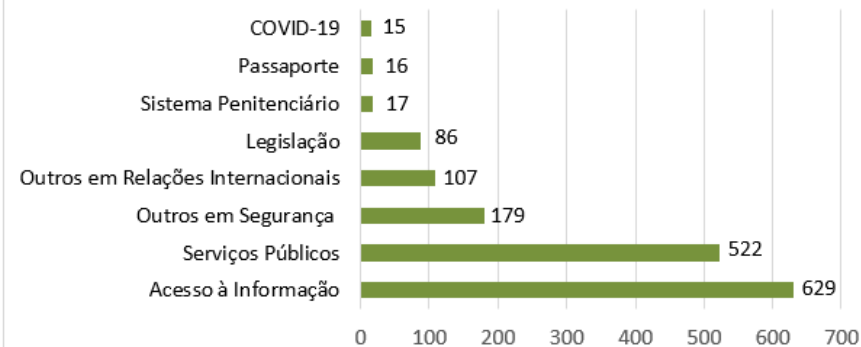
2552

1550
ConcluídasMédia de
Atendimento
17,40
Dias1002
Manifestações
direcionadas para
outros órgãosQuantidade de Manifestações de Acesso à Informação Encaminhadas
ao MJSP no Ano de 2020

Pedido de Acesso à Informação por Municípios



Principais Assuntos dos Pedido de Acesso à Informação

TOTAL DE RECURSOS
3681ª INSTÂNCIA
148 (40,2%)
Chefe Hierárquico2ª INSTÂNCIA
179 (48,6%)
Autoridade Máxima do Órgão3ª INSTÂNCIA
38 (10,3%)
CGU4ª INSTÂNCIA
3 (0,8%)
CMRI

Canais de Comunicação

Para o recebimento e tratamento das manifestações, a ouvidoria utiliza a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, disponível em <https://falabr.cgu.gov.br>.

Além do canal informatizado supracitado, o cidadão pode encaminhar cartas ou realizar suas manifestações presencialmente, sem a necessidade de agendamento prévio. Embora não sejam canais para registro de manifestações, a Ouvidoria disponibiliza e-mail e telefone para prestação de esclarecimentos gerais.

Ressalte-se que no ano de 2020, considerando o contexto da pandemia internacional da COVID-19, os atendimentos presenciais foram temporariamente suspensos, como medida de prevenção ao contágio do coronavírus.

Resultados dos Serviços da Ouvidoria e da Lei de Acesso à Informação - LAI

Ainda em 2020, a Ouvidoria-Geral envidou esforços em conjunto às unidades internas e à Agência Brasileira de Inteligência e ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI, para a habilitação do MJSP como Órgão de Registro Nível 1 (ORN1).

A habilitação é medida necessária para que o MJSP possa realizar o tratamento de informações classificadas em todos os graus de sigilo, sendo que sua efetivação depende do cumprimento de uma série de requisitos.

Para apoiar a implementação de ações de tratamento de informações classificadas, o MJSP dispõe da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos – CPADS, presidida pelo Ouvidor-Geral.

A unidade trabalhou ainda na edição do normativo que disciplina o funcionamento das atividades regimentais de transparência ativa e acesso à informação. Como resultado, foi publicada a Portaria nº 369, de 29 de julho de 2020.



Demais ações:

- Doação de 27 veículos utilitários, distribuídas a cada uma das Ouvidorias do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP dos Estados e do Distrito Federal.
- Lançamento do Guia Prático para Gestão de Ouvidorias de Segurança Pública, trazendo esclarecimentos sobre as competências das ouvidorias e orientações gerais.
- Coordenação do Grupo Temático: Indicadores de qualidade das ouvidorias, do Fórum Nacional de Ouvidores do Sistema Único de Segurança Pública - FNOSP, tendo por resultado a proposta de implementação do método de cálculo dos indicadores para ouvidorias na temática da segurança pública.
- Lançamento do Módulo de Participação Cidadã no aplicativo Sinesp Cidadão, ferramenta tecnológica para o recebimento de incidentes.
- Reuniões do Fórum Nacional de Ouvidores do Sistema Único de Segurança Pública e do Colégio de Ouvidores do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.
- Participação na Campanha de conscientização voltada ao público interno sobre Integridade, Transparência e Compromisso: Uma Gestão por Resultados.
- Pesquisa de Satisfação do MJSP, em novembro e dezembro de 2020.
- Publicação do Plano de Dados Abertos Novembro/2020 – Novembro/2022.

**Carta de Serviços ao Cidadão**

A carta de serviços ao cidadão do Ministério abrange todos os serviços prestados pelo órgão, totalizando 33 serviços públicos e encontra-se no novo Portal gov.br, disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/ministerio-da-justica-e-seguranca-publica>.

Importante destacar que, considerando a publicação do Decreto Nº 10.332, de 28 de abril de 2020, que institui a Estratégia de Governo Digital

para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências; as Cartas de Serviços referentes aos órgãos vinculados foram centralizadas no portal único gov.br, ficando a responsabilidade do cadastro dos serviços e atualização dos conteúdos a cargo do respectivo órgão.

Formas de participação cidadã em processos decisórios

Por meio do Canal de Ouvidoria os cidadãos podem sugerir melhorias na prestação dos serviços. No ano de 2020 a rede recebeu 692 sugestões, as quais foram formalizadas e encaminhadas às unidades responsáveis.

Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A Coordenação de Transparência e Acesso à Informação - CTAI, da Ouvidoria-Geral do MJSP, considerando as orientações do Guia de Transparência Ativa - GTA para os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e no cumprimento das obrigações contidas na LAI atualiza o Portal Institucional “Quem é quem” Link: <https://www.justica.gov.br/Acesso/institucional/sumario/quem-e-quem>, disponibiliza informações dos principais cargos e seus ocupantes a partir de DAS. 4 ou função equivalente; currículos conforme modelo padrão; endereços, e-mails e telefones das unidades.

Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Todos os serviços prestados pelo MJSP podem ser acessados eletronicamente, no Portal gov.br e também na página do MJSP, pelo link: <https://www.gov.br/mj/pt-br>

As informações de publicação obrigatória, segundo a LAI, também podem ser acessadas por meio do Portal Institucional, através do link: <https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br>

Em termos de instalações, a Ouvidoria-Geral está localizada no andar térreo do Anexo II, do Palácio da Justiça, com acessibilidade e acomodação para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, gestantes, idosos e enfermos.

Em termos de instalações, a Ouvidoria-Geral do MJSP está instalada no andar térreo do Anexo II do Palácio da Justiça. Já a Ouvidoria PRF está localizada no átrio central do prédio sede, com acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, gestantes, idosos e enfermos.

COMUNICAÇÃO SOCIAL DO MJSP

A Comunicação Social é um setor estratégico nos órgãos governamentais, um instrumento para potencializar o sucesso organizacional. É a área responsável por conferir transparência a serviços, projetos, políticas públicas, entre outras ações do governo. Também figura no rol de suas competências a tarefa de promover a interlocução com a sociedade, valorizando a cidadania a partir do exercício do direito à informação.

Foi com esse espírito de fomento à transparência que a Comunicação Social do MJSP trabalhou, em 2020, no relacionamento com seus diversos públicos interno e externo.

O período foi profícuo na construção da imagem institucional associada a valores (essenciais) de competência, comportamento ético e responsabilidade social. A produção da Comunicação Social evidencia isso com os números apresentados a seguir.

Um dos destaques da Assessoria de Comunicação Social do MJSP foi a campanha institucional “Integridade, Transparência e Compromisso – Uma Gestão por Resultados”, cujo objetivo foi expandir os princípios éticos que devem estar presentes numa boa gestão pública, na busca por melhores resultados e serviços para a sociedade.



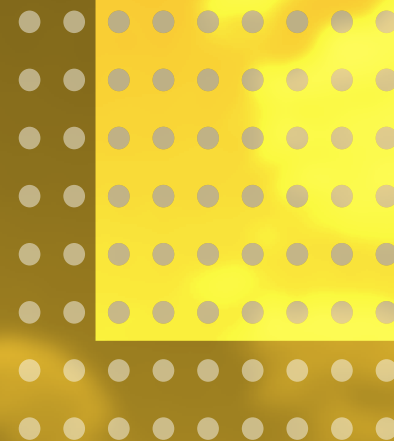
RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE EM NÚMEROS

ASSESSORIA DE IMPRENSA	TOTAL
Atendimento à imprensa	1.936
Produção de matérias (site)	737
Audiorelease	114

PRODUÇÃO GRÁFICA/PUBLICIDADE	TOTAL
Produção gráfica (cartaz, folder, banner)	1.213
Produção e edição de vídeos institucionais	82
Cards redes sociais	1.308
Cartilha	678 p.
Apresentações	12
Logomarca	56

WEB DIGITAL**	MJSP	TOTAL
Produção de conteúdo para redes sociais	5.557	5.557
 Facebook	✓	1.813
 Twitter	✓	2.280
 Instagram	✓	1.590
 Flickr/Google Fotos	✓	2.438
 Youtube	✓	69
 Youtube (Ao vivo)	✓	47

Fonte: ASCOM/MJSP – ano 2020



CAPÍTULO
03

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Ministério da Justiça e Segurança Pública



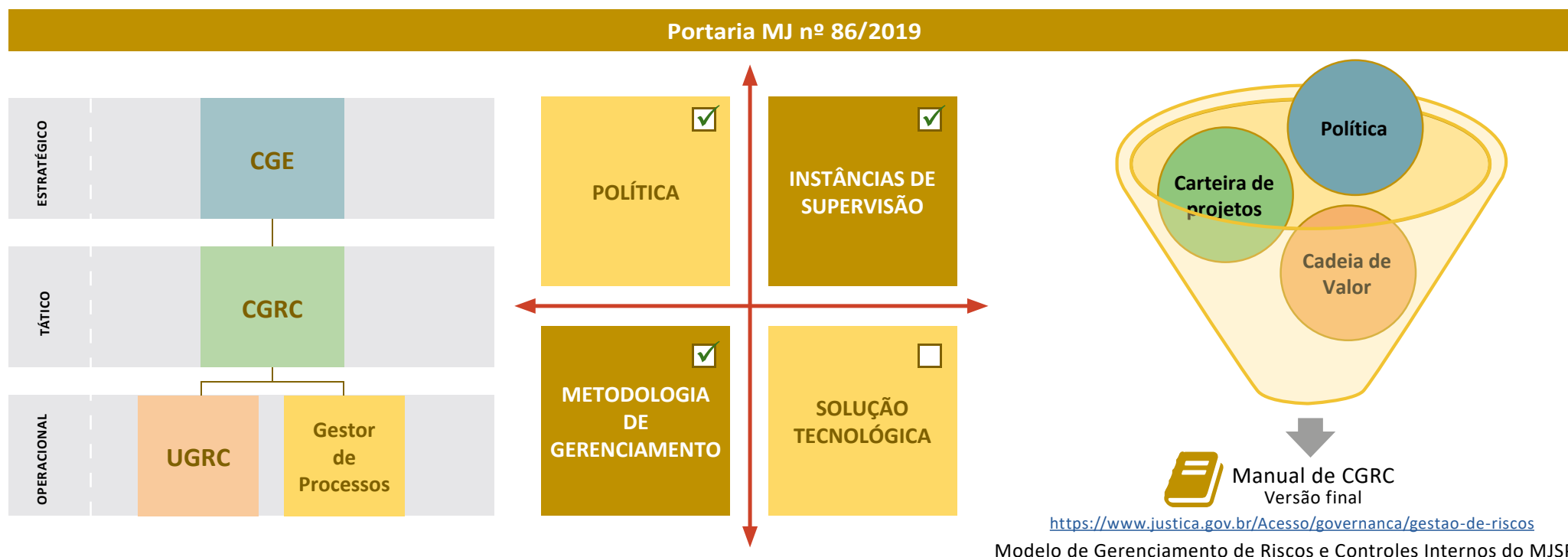
MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL

RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Com a publicação da IN Conjunta CGU/MP Nº 1/2016 fica explícita a necessidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal institucionalizarem práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos e à governança. Nesse sentido, o Ministério adota medidas, desde 2017, para implementação do seu processo de gerenciamento de riscos. Recentemente, com a publicação da Portaria nº 86, de 23 de março de 2020, que instituiu o Sistema de Governança do MJSP e da Fundação Nacional do Índio, o Órgão reafirmou a importância da gestão de riscos como um dos elementos de governança.

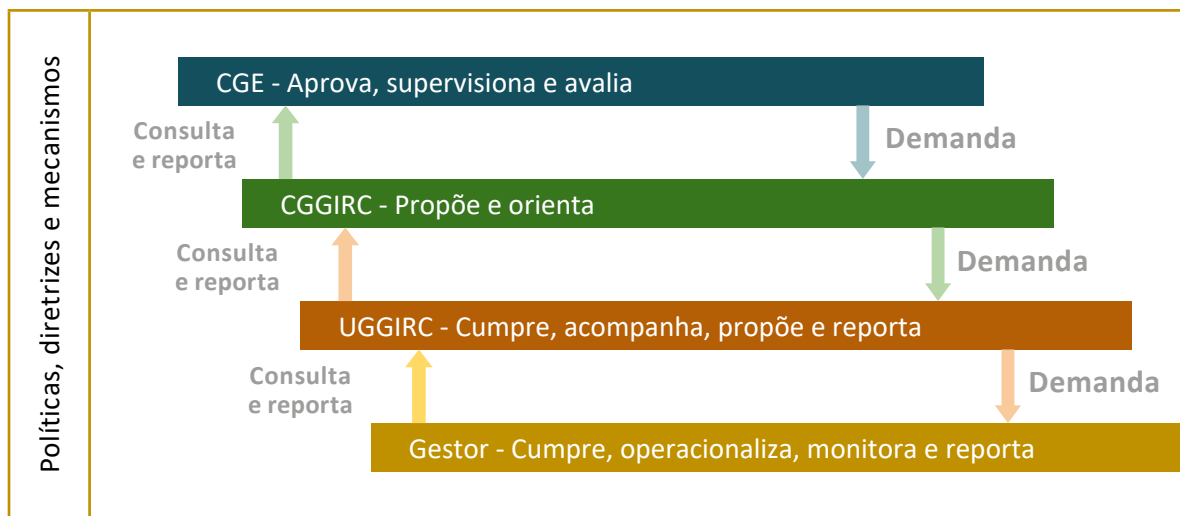
O Modelo de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos da Gestão do MJSP é constituído por conjunto de instrumentos, mecanismos e agentes institucionais, que tem como propósito assegurar o alcance dos objetivos estratégicos da organização por meio de um gerenciamento de riscos e controles internos da gestão eficaz.



A Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, na qual estão estabelecidos princípios, objetivos, diretrizes e responsabilidades, visa estruturar o processo de gerenciamento dos riscos e controles internos de forma que fiquem alinhados ao planejamento estratégico e levem em consideração as características específicas e a cultura organizacional do Ministério.

As instâncias de supervisão viabilizam o modelo de relacionamento de riscos e controles internos entre os níveis estratégico, tático e operacional:

- a) **nível estratégico:** Comitê de Gestão Estratégica - CGE, constituído pelo Ministro de Estado da Justiça e demais dirigentes dos órgãos que integram a estrutura organizacional do Ministério, ao qual compete definir as diretrizes para o gerenciamento de riscos e controles internos;
- b) **nível tático:** Comitê de Gestão, Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos - CGGIRC, integrado por servidores com capacitação nos temas afetos ao Comitê e vinculados à Assessoria Especial de Controle Interno - AEI e à Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional - CGGE, cuja atribuição é conceber, estruturar e implementar a gestão de riscos e controles internos, a partir de diretrizes definidas pelo CGE; e
- c) **nível operacional:** Unidade de Gestão, Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos - UGGIRC, instituído internamente em cada órgão do MJSP, é composto pelo respectivo dirigente e por servidores com capacitação nos temas de gestão, governança, integridade, riscos e controles internos. São os apoiadores da disseminação da cultura de riscos e responsáveis pelo gerenciamento em suas esferas de responsabilidade. O Gestor de Processos, por sua vez, é todo e qualquer responsável pela execução de um processo de trabalho, cabendo-lhe identificar o risco, conduzir os procedimentos diários de gerenciamento e manter controles internos eficazes.



Modelo de Relacionamento das Instâncias de Supervisão PGGIRC

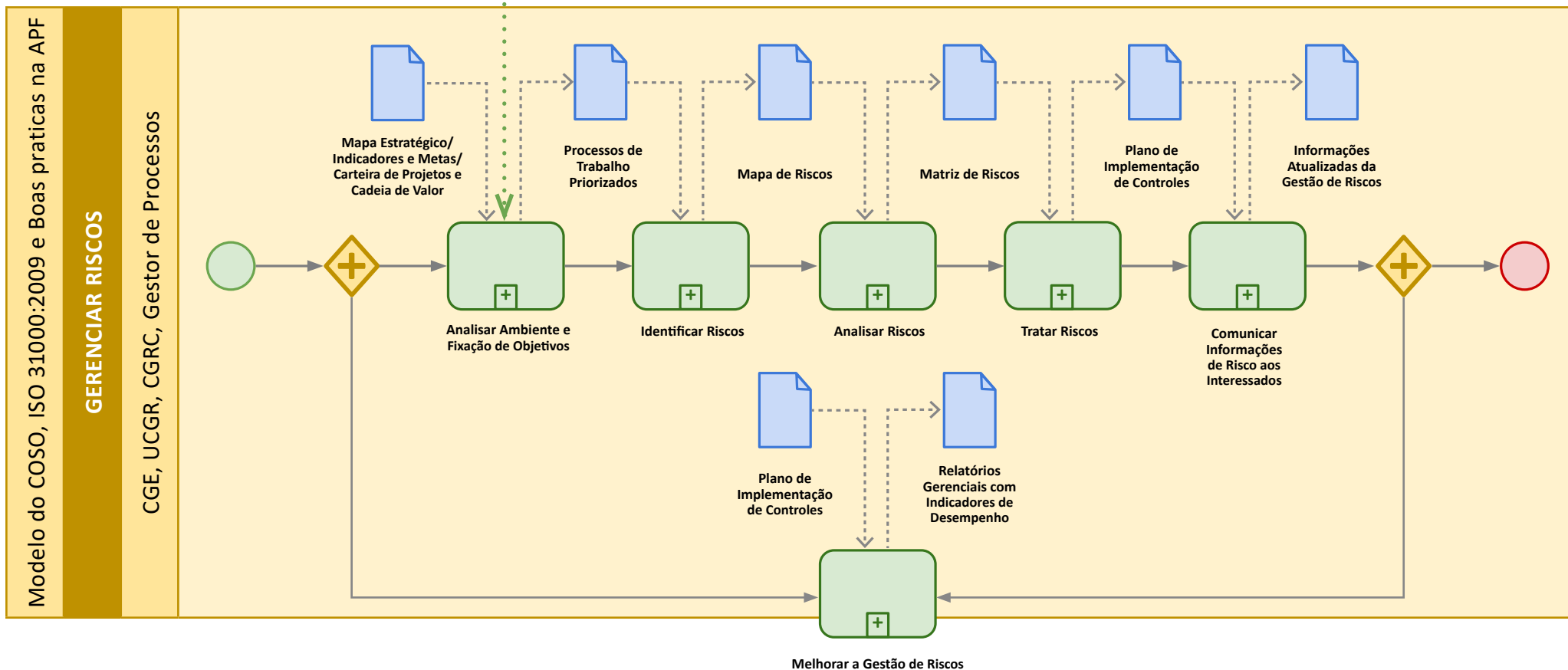
No sentido de garantir a integração ao processo de Planejamento Estratégico - PE do Ministério, conforme previsto na metodologia do MJSP, o ciclo do processo de gerenciamento de riscos acompanha o ciclo do PE e ocorre em até 90 (noventa) dias da data de aprovação do Plano Estratégico do MJSP, ou 60 (sessenta) dias, nos casos de repactuação. Ainda, na definição dos processos de trabalho prioritários para o gerenciamento de seus riscos ocorre pelo alinhamento desses à consecução do PE. Para tanto, a metodologia contempla as seguintes etapas:

Comitê de Gestão
Estratégica - CGE

Processo de Planejamento Estratégico do Ministério da Justiça e Segurança Pública

Documentos relativos ao Processo
de Planejamento Estratégico

90 dias após a aprovação do Plano ou 60 dias nos casos de repactuação do Plano



Etapas da Metodologia de Gestão de Riscos e Controles Internos do MJSP

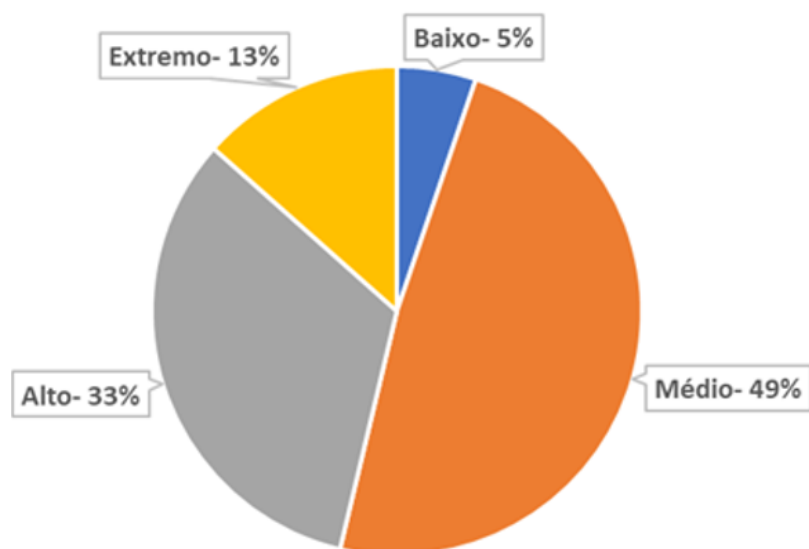
Lançado em novembro de 2019, dentre as medidas conduzidas para implantação da gestão de riscos no âmbito do Ministério, o Sistema de Gerenciamento de Risco (Agir), representou a consolidação do Modelo de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos da Gestão do MJSP.

Percebida como uma prática relevante e essencial para assegurar o alcance dos objetivos estratégicos da organização, subsidiar a tomada de decisão e contribuir para o aprimoramento dos processos gerenciais do Ministério, no exercício de 2020, a implantação da gestão de riscos contou com apoio consistente do nível estratégico e das lideranças do MJSP.

Merece destaque, a continuidade dos projetos pilotos realizados nas unidades do MJSP com o objetivo de introduzir a dinâmica do gerenciamento de riscos em seus processos de trabalho e capacitar os servidores protagonistas na disseminação e sistematização da prática na unidade.

A abordagem adotada nos pilotos se deu por meio de oficinas de apresentação dos elementos teóricos e execução de atividades práticas para aplicação da metodologia de gerenciamento de riscos do MJSP nos principais processos de trabalho, indicados pelas unidades a partir do alinhamento da Cadeia de Valor aos elementos estabelecidos no Planejamento Estratégico 2020-2023 do Ministério.

Os projetos pilotos ocorreram no AN, no DEPEN, na PF, na PRF, na SE, na SENACON, na SENAD, na SENAJUS, na SENASP e na SEOPI, bem como no Plano Nacional de Segurança Nacional Pública - PNSP.



Unidade	Baixo	Médio	Alto	Extremo	Total
AN	-	1	7	4	12
DEPEN	-	11	10	4	25
PNSP	-	6	6	4	16
SENACON	1	11	4	2	18
SENAJUS	2	7	1	2	12
SENASP	1	7	1	1	10
SEOPI	2	8	7	0	17
PF	1	3	1	0	5
PRF	-	11	7	1	19
TOTAL	7	65	44	18	134

Riscos Identificados

Do total de riscos identificados foram apresentadas propostas de ações de controle para mitigação dos riscos, dentre os quais destacamos:

Principais Riscos	Mitigação
 Sistema Penitenciário Nacional – Estratégias de Operação; Dados, Informações e Estatísticas; Ampliação de Vagas e Modernização dos estabelecimentos prisionais	Estruturar, em conjunto com os atores envolvidos, a gestão da informação prisional e em segurança pública de forma a contribuir para o processo de formulação, execução e avaliação de políticas públicas. Atuação preventiva da força nas principais penitenciárias estabelecendo acordos de cooperação com os respectivos estados. Capacitação de agentes, vinculada à atuação/estágio na Força de Cooperação Penitenciária. Criação do Plano de Segurança Orgânica. Revisão e Modelagem do termo de Cooperação. Consolidar orientações sobre a execução de recursos fundo a fundo no site do Depen (publicação de dúvidas frequentes, orientações técnicas, modelos de documentos, treinamentos etc.) Orientar os servidores estaduais responsáveis pelo fundo a fundo na UF. Adotar planejamento anual de fiscalizações. Estabelecimento de padrões para gestão da informação prisional.



Operações integradas, ações de inteligência em segurança pública e Plano Nacional de Segurança Pública

Elaborar orientações e capacitar os entes federados visando a integração das operações e dos Planos de Segurança Pública ao PNSP e à PNSPDS.

Implantar modelo de governança do PNSP.

Definir estrutura necessária para a coordenação do planejamento, monitoramento da execução e avaliação do plano considerando todos os atores envolvidos.

Criação de unidade administrativa e orçamentária.

Difusão da Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública - DNAISP.

Nomear um Grupo de Trabalho para trabalhar propostas para ampliação do prazo para mobilização e preenchimento do quadro efetivo de servidores para a SEOPI.

Capacitação presencial e à distância.

Criar protocolos de difusão de conhecimento de inteligência em conjunto pelas Diretorias de Operações e Inteligência para subsidiar as operações integradas.

Promover mecanismos que visem a integração das agências de inteligência de segurança pública.

Elaborar Plano de Mobilização de acordo com o cronograma e entregas dos Projetos Estratégicos.

Padronizar e automatizar a elaboração de documentos de inteligência.

Identificar as necessidades das agências de inteligência e capacitar os agentes, visando a padronização dos processos e integração das informações.



Morosidade da consolidação e adequação da Gestão documental nos órgãos e entidades integrantes do SIGA

Revisar do instrumento de controle de Grau de Maturidade e realização de diagnóstico periódico dos órgãos e entidades do SIGA.

Elaborar/revisar Instrumentos Normativos.

Adotar de sistema informatizado para monitoramento do SIGA.

Ampliar das ações de capacitação aos órgãos e entidades do SIGA e e compartilhamento de práticas e experiências em Gestão de Documentos.

Implantação do sistema informatizado de governança do SIGA, revisão de normas, publicação do decreto da Política de Gestão de Documentos e Arquivos do SIGA, elaboração de manual de procedimentos de gestão de documentnos e arquivos para adoção pelos órgãos setoriais e seccionais do SIGA, ampliação do Programa de Capacitação do SIGA.

Reestruturação das câmaras técnicas consultivas, realização de censo dos arquivos públicos, articulação com arquivos estaduais e municipais para publicação de políticas estaduais de gestão de documentos e arquivos em seu âmbito de atuação, avaliação da Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados.

Fortalecimento do progama de difusão do acervo (remodelagem do programa editorial, reformulação do conjunto de parcerias, ampliação das ações educacionais), planejamento da contratação de prestação de serviços, Elaboração de manual com recomendações de segurança e preservação do acervo, treinamento periódico das equipes terceirizadas que trabalham direta ou indiretamente com o acervo, definição de protocolos e procedimentos em casos de sinistro, elaboração do plano

de emergência, Modernização e manualização do sistema de controle climático com ampliação da área de monitoramento, Ampliação da capacidade de armazenamento de documentos digitais.



Política de Prevenção e Reparação de Danos Coletivos e Difusos

Aprimorar os instrumentos e procedimentos de análise de projetos encaminhados para serem financiados pelo FDD.

Estruturar processo de Acompanhamento e Fiscalização dos projetos pelo FDD.

Elaborar relatório de Políticas Públicas atendidas pelo fundo.

Elaboração de proposta a ser encaminhada ao Ministério da Economia para uso da Plataforma +Brasil para projetos federais (TED's)

Elaboração de manual de procedimentos de formalização.

Melhorar a planilha de Controle de Diligências pela Área Técnica.

Estruturar processo de conferência dos projetos aprovados pelo Conselho com o orçamento disponível.



Identificação Criminal

Modernização do Sistema Nacional de Informações Criminais.

Modernização e implementação do sistema multibiométrico.

Definição de processos, padrões e procedimentos técnico-científicos.

Integração e operacionalização de sistemas.

Proposição de alterações nos instrumentos legais que regulam a identificação humana.



Fiscalização, segurança e a livre circulação nas rodovias federais e Educação para o trânsito

Atividades de Treinamento para o efetivo.

Firmar parcerias com outros órgãos para compartilhamento de informações.

Investimento em novas tecnologias de comunicação.

Proposição de alterações normativas.

Aprimorar a política de distribuição de efetivo.

Elaborar metodologia de controle de solicitações de intervenções em infraestrutura.

Adotar articulação legislativa proativa, com monitoramento de projetos que impactem na atuação da PRF.

Estudos técnicos, relatórios sobre fatores que promovam a segurança viária.

Criar indicadores estratégicos de fomento a melhorias em infraestrutura.

Reuniões periódicas com os gestores nacionais do órgão para tratar da importância da realização de ações de educação para o trânsito.

Planejamento de utilização de Indenização pela Flexibilização Voluntária do Repouso Remunerado nas ações de educação para o trânsito.

Reuniões periódicas com setor de comunicação para produção de conteúdo para as ações de educação para o trânsito.



Classificação Indicativa

Criação de um guia específico de análise de obras voltado ao segmento das artes visuais.

Criação de uma legislação específica para o segmento de internet, que imponha aos provedores a implementação de sistemas de identificação de conteúdos.

Melhoria dos sistemas de controle parental existentes.

Restabelecimento das exposições nas dependências do Ministério da Justiça após contratação de empresa especializada em manutenção de projetores de cinema e de serviço de projetorista.

Implementação de um novo fluxo e de uma nova documentação para a diminuição do tempo necessário à análise processual.



Banco de Dados Biométricos

ACT com aviso prévio para desmobilização.

Comprometimento formal da autoridade competente do estado com o cumprimento das metas. Vínculo da doação das aquisições com o cumprimento das metas.

Reuniões rotineiras com o Comitê Gestor.

Sensibilização da instância superior, subsidiada por diagnósticos atualizados, que evidenciam as necessidades dos laboratórios e consequências para o atingimento das metas.

Tendo em vista os ajustes no conteúdo de indicadores, metas e projetos estratégicos do Planejamento Estratégico 2020-2023 do Ministério da Justiça e Segurança Pública (RESOLUÇÃO CGE Nº 10, DE 25 DE AGOSTO DE 2020) e no sentido de garantir a integração ao processo de Planejamento Estratégico (PE) do Ministério, foi necessário rever a previsão de implantação do gerenciamento de riscos no âmbito do Ministério.

Assim, de forma a consolidar, em todas as Unidades do MJSP, a aplicação sistemática de procedimentos e práticas de gestão para as atividades de identificação, avaliação e tratamento dos riscos associados aos seus processos de trabalho, bem como o monitoramento das ações de mitigação estabelecidas, a implantação integral da gestão de riscos ocorrerá no exercício de 2021.

Para tanto, conforme estabelecido na Metodologia do Ministério, a Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional - CGGE, em parceria com as Unidades, por meio da vinculação dos processos de trabalho organizacionais contidos na Cadeia de Valor do MJSP com os produtos do Planejamento Estratégico 2020-2023 (indicadores, metas e projetos estratégicos), identificou os processos considerados estratégicos, para os quais o gerenciamento de riscos será obrigatório. Conforme apresentado na tabela a seguir:

UNIDADES	PROCESSOS DA CADEIA DE VALOR	
	TOTAL	ESTRATÉGICO
SE	30	6
SENAJUS	25	9
SENAD	11	3
SENASP	17	5
SEGEN	18	3
SENACON/CFDD	13	3
SEOPI	11	5
DEPEN	39	13
PF	55	6
PRF	46	13
ARQUIVO NACIONAL	31	3
TOTAL	296	69

Riscos de Integridade das Instâncias Internas de Apoio à Governança e das Unidades Finalísticas

Conforme estabelecido no Decreto nº 9.203, de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração federal direta, autárquica e fundacional, o Ministério da Justiça e Segurança Pública vem estruturando e implantando o seu Programa de Integridade por meio de um conjunto estruturado de medidas com o objetivo de promover ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção.

Iniciado a partir da adoção de medidas de disseminação voltadas à cultura de integridade junto às unidades desta pasta e de todos os seus servidores, o processo de implantação do Programa de Integridade do MJSP foi executado em três fases, de acordo com a orientação contida na Portaria-CGU. nº 1.089, de 2018, alterada pela Portaria-CGU - nº 57, de 2019, quais sejam:

- ✓ Fase 1 - Constituição da unidade de gestão de integridade.
- ✓ Fase 2 - Aprovação do Plano de Integridade, a partir de seis etapas, seguidas para a elaboração deste trabalho.
- ✓ Fase 3 - Expansão das medidas do Plano de Integridade para as Unidades que executam políticas públicas e para fornecedores e organizações com os quais o Ministério mantenha relação.

A fase 1 se deu com a criação da Comissão Executiva do Programa de Integridade - CEPI, formada pelos seguintes membros: Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, Presidente da Comissão de Ética, Corregedor-Geral, Ouvidor-Geral, Subsecretário de Administração, Subsecretário de Planejamento e Orçamento, e agentes de integridade das unidades finalísticas.

A fase 2 se concretizou com a aprovação do Plano de Integridade do MJSP, que contempla, entre outros pontos, o levantamento dos riscos para a integridade e o estabelecimento de medidas de tratamento. Foram estabelecidas de medidas de tratamento aos riscos identificados, destacados a seguir:

PRINCIPAIS RISCOS	MEDIDAS DE TRATAMENTO
 IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE INTEGRIDADE	Elaborar e implementar o Plano de Integridade do MJSP; Elaborar plano de capacitação sobre gerenciamento de riscos e integridade; Avaliar o grau de maturidade da gestão de risco de integridade do MJSP; Plano de comunicação do processo de integridade do MJSP.
 APRIMORAMENTO DE PROCEDIMENTOS DA CORREGEDORIA- GERAL	Elaborar manual de procedimentos de Corregedoria; Instituir ferramenta tecnológica para vídeo conferências; Implementar sistema de gravação e transcrição de oitivas; Revisão de normativos internos e de competência para instaurar procedimentos disciplinares; Instituir canal próprio para recebimento de notícia crime; Automação e integração de rotinas específicas para o sistema de cartório; Incrementar ações de treinamento na CGU da área Correcional; Norma estabelecendo os requisitos e procedimentos de classificação da informação.
 GESTÃO DE PESSOAS	Elaborar plano de capacitação para servidores e dirigentes do MJSP sobre gerenciamento de riscos e integridade; Reforçar e orientar sobre o fluxo existente de recrutamento e seleção de estagiários; Implementar documento chamado Ficha de Parentesco; Revisar procedimento operacional padrão no sentido de atualizar os termos da declaração de parentesco, conforme a legislação, quando necessário; Revisar normas, procedimentos internos e implantar ações de conscientização do público interno quanto ao uso das informações; Implementar processo seletivo/disponibilização de funções comissionadas para as unidades / Elaboração de normativo; Processo seletivo / capacitação / cursos de aperfeiçoamento.

 APRIMORAMENTO DE PROCEDIMENTOS DA OUVIDORIA-GERAL	Unificar o canal de recebimento de denúncia; Promover ações de divulgação do canal de denúncia no âmbito interno e externo; Procedimento de transparência ativa do MJSP; Atualizar a Portaria da Política de Dados Abertos do MJSP; Revisar o conteúdo do portal institucional; Elaboração de manual de rotina de trabalho; Fomento de política apoio e validação das ouvidorias estaduais; Atualização do manual de inspeção Prisional.
 FORTALECIMENTO DA COMISSÃO DE ÉTICA	Promover capacitações para divulgação de normativos e de valores éticos; Alteração do Regimento Interno para modificação de periodicidade de reuniões da Comissão de Ética do MJSP; Implementação do banco de decisões da CE/MJSP.
 ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	Utilização do SIOP somente por pessoas autorizadas; Controles de acesso lógico; Formulário para cadastro de usuários do CADIN; Acompanhamento da conformidade de operadores de Sistemas corporativos.

Das 34 medidas acima destacadas, encontra-se em andamento apenas a ação “Fomento de política apoio e validação das ouvidorias estaduais”, as demais foram concluídas.

Em atendimento a algumas dessas medidas, foram realizadas as seguintes ações nas fases 1 e 2:

- Publicação das seguintes Portarias:

- Portaria - MJSP nº 86, de 19 de janeiro de 2019, alterada pela de nº 86, de 23 de março de 2020, que define o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- Portaria - MJSP nº 430, de 15 de abril de 2019, que disciplina os procedimentos a serem adotados para impedir o nepotismo em nomeações,

designações ou contratações de agentes públicos no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

- Portaria - MJSP nº 431, de 15 de abril de 2019, que regulamenta a consulta sobre a existência de conflito de interesses e o pedido de autorização para o exercício de atividade privada por servidor público em exercício no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- Realização de ações de conscientização dos servidores e colaboradores do Ministério, quais sejam:
 - Divulgação interna da campanha “Faça a coisa certa, sempre”, com vídeos e palestras.
 - Criação dos valores institucionais (integridade, ética, interesse público, respeito, legalidade, resultados, capital humano, inovação, transparência e sustentabilidade), com a participação tanto da alta administração quanto dos servidores.
 - Divulgação da campanha "Integridade, Transparência e Compromisso. Uma Gestão por Resultados", com vídeos.

Na fase 3 as medidas adotadas tiveram como objetivo ampliar o alcance do Programa de Integridade do MJSP de forma a contemplar as políticas públicas conduzidas no âmbito do Ministério, bem como os agentes públicos ou privados com as quais o órgão e suas unidades mantenham relações. Nesse sentido, foram identificados, analisados e avaliados pelas Unidades do Ministério os riscos para a integridade relativos às políticas públicas e programas por elas implementadas e monitoradas, bem como estabelecidas as medidas de tratamento aos riscos avaliados como de nível médio, alto ou extremo. As Unidades envolvidas na 3ª fase são:

- Secretaria-Executiva / Subsecretaria de Administração;
- Secretaria-Executiva / Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicações;
- Secretaria Nacional de Justiça;
- Secretaria Nacional do Consumidor;
- Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas;
- Secretaria Nacional de Segurança Pública;
- Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública;
- Secretaria de Operações Integradas;
- Departamento Nacional Penitenciário;
- Polícia Federal;
- Polícia Rodoviária Federal;
- Arquivo Nacional.

Elaborada a partir dos 64 eventos de riscos para a integridade identificados, a matriz de riscos foi aplicada para cada política pública ou programa do Ministério, na qual a unidade responsável, após a identificação dos seus controles existentes, avaliou os riscos residuais e propôs medidas de tratamento para os de nível médio, alto ou extremo. Os resultados das avaliações foram os seguinte:

- 2.925 eventos de riscos identificados;
- 2.466 eventos de riscos de nível baixo identificados;
- 459 eventos de riscos de nível médio ou acima de médio identificados;
- 133 medidas de tratamentos identificadas.

Como resultado foi elaborado um Plano de Integridade, por meio do qual se dará o acompanhamento e monitoramento das 133 medidas de tratamento que serão implementadas para mitigar os riscos identificados.

PRINCIPAIS RISCOS	MEDIDAS DE TRATAMENTO
 Agentes privados e fornecedores	Estruturar e compartilhar Cartilha de Procedimentos de contratação;
	Implementar plano de capacitação contínua de fiscais de contrato e reforçar a equipe de fiscalização;
	Orientar sobre: a forma de comunicação entre servidores/pregoeiros e fornecedores; a segurança da informação nos processos administrativos; procedimentos a serem observados na elaboração de requisitos para qualificação técnica;
	Atualizar a norma vigente de gestão patrimonial;
	Implementar rito de revisão do processo de faturamento por amostragem;
	Elaborar normativo que conste sanções e suas dosimetrias para condutas nas contratações;
	Incluir, nos Editais, orientações referentes aos impactos e consequências da Lei Anticorrupção;
	Formalizar o fluxo do procedimento de concessão de reajustamento contratual;

Revisar os fluxos e procedimentos de conferência do processo de concessão;

Implementar rito de revisão do processo de faturamento por amostragem;

Formalização do Serviço de Análise de Despesas no âmbito da CGL, via novo texto do Regimento Interno;

Implantar sistema e metodologia transversal de acompanhamento de contratos;

Implantar rotina e metodologia específicas de acompanhamento de contratos;

Melhorar as especificações técnicas do objeto a ser contratado em TI, a partir de avaliação de contratações similares anteriores;

Revisar e aperfeiçoar as especificações e os procedimentos de fiscalização em TI;

Aperfeiçoar o procedimento de fiscalização e treinar equipes de fiscalização TI;

Acompanhar as atividades das empresas contratadas e verificar se os serviços estão de acordo com o contratado.



Democratização do Acesso à Justiça e à Cidadania, Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, Cooperação jurídica Internacional, Migração, Refúgio e Apatridia, Tráfico de Pessoas.

Criar rotinas de monitoramento do planejamento estratégico e dos indicadores estratégicos;

Elaborar plano de treinamento dos servidores responsáveis: pela elaboração do planejamento estratégico e dos indicadores estratégicos; e pela fiscalização e prestação de contas;

Adotar critérios para definição das políticas públicas em consonância com a política e planejamento estratégico;

Estabelecer protocolos de atuação para fiscalização e prestação de contas;

Criar um novo sistema de OSCIP;

Elaborar cronograma de reuniões do DPJUS com a equipe de Planejamento Estratégico;

Basear a produção das normas destinadas às questões de gestão e governança da política em pesquisas e estudos, do próprio órgão ou por meio de consultores especialistas;

Definir o conteúdo programático específico para os indicados que comporão a representação institucional do Conare;

Elaborar portaria instituindo o Programa de Capacitação dos membros do Conare;

Criar e conduzir comitê gestor próprio de governança para implementar e acompanhar autoavaliação, riscos e controles acerca das políticas e ações do setor;

Instituir o Observatório de Políticas de Justiça (OBJUS); e

Elaborar cronograma de reuniões periódicas com representantes dos órgãos e atores envolvidos para gerar engajamento na execução das políticas públicas.



Relação de Consumo
e Proteção, e Defesa
dos Direitos Difusos e
Coletivos

Elaborar manuais de procedimentos que envolvam todas as etapas do processo de planejamento, formalização e implementação dos projetos de políticas públicas;

Elaborar manual dos procedimentos de análise, formalização, execução, fiscalização.;

Estruturar processo de acompanhamento e fiscalização dos projetos de forma que exista dupla revisão do pedido de liberação de despesa;

Elaborar controle de diligências, especificando prazos e ações, incluindo os controles e verificações futuras, feitos pela área de formalização;

Elaborar Plano de Capacitação da equipe: de fiscalização e monitoramento dos instrumentos de repasse; e de prestação de contas;

Manualizar as rotinas de prestação de contas;

Estruturar processo de execução e fiscalização dos projetos de modo que seja realizado concomitantemente à liberação de recursos.;

Elaboração de manual dos procedimentos de análise; formalização; acompanhamento e fiscalização dos projetos pelo FDD; e

Criação de novo sistema de recall, para facilitar a externalização das rotinas de apresentação de novas campanhas de recall e de relatórios de chamamento aos fornecedores.



Gestão de Ativos
apreendidos em favor
do Fundo Nacional
Antidrogas

Estrutura de planejamento e execução orçamentária;

Aperfeiçoar os canais de comunicação entre entidades afins para a obtenção rápida de informações;

Aprimorar o fluxo de comunicação dos atores envolvidos com a política de gestão de ativos;

Aprimorar as ações de formalização e de prestação de contas no caso de irregularidades;

Promover, por meio de treinamento e alocação de servidores, ajustes nos procedimentos de prestação de contas, com check list e fluxograma de procedimentos;

Sistematizar a realização constantes de treinamentos, tanto presenciais e EAD, sobre prestação de contas;

Elaborar estudo visando a criação de projeto piloto para viabilizar o levantamento de dados e informações relacionados à oferta de drogas; e

Elaborar normativo estabelecendo os procedimentos internos de fiscalização; elaboração de check list e fluxograma de fiscalização.



Gestão das ações de
Segurança Pública e
Pronto Emprego da
Força Nacional

Estabelecer processos e instrumentos de avaliação do projeto piloto no âmbito da equipe técnica do projeto;

Elaborar Relatório de Gestão do Conhecimento do piloto contendo uma síntese de todas entregas, etapas, lições aprendidas e sugestões de melhoria;

Propor a instituição de unidade de avaliação de políticas de segurança pública no âmbito da SENASP;

Edificar uma base sólida de dados sobre as instituições de segurança pública e indicadores criminais com base;

Criar sistemática de monitoramento da base de dados sobre as instituições de segurança pública;

Atribuir à área técnica de Gerência de Projetos a responsabilidade pelo monitoramento e reporte das Políticas Públicas;

Estruturar os fluxos de trabalho;

Institucionalizar ambiente de mapeamento de processos sistematicamente, contemplando inclusive as mudanças advindas do regimento interno e demais mudanças extraordinárias; e

Estruturar o processo de acesso a informações de interesse das áreas envolvidas na avaliação.



Ações de ensino e
pesquisa na área de
Segurança Pública

Atualização da Portaria nº 63 (pagamento de hora-aula);

Criação de um banco de tutores, de conteudistas e pesquisadores; e

Planejamento Anual de Ensino e Pesquisa – Paep.



Fortalecimento
e promoção da
cidadania no Sistema
Penitenciário
Nacional

Criar procedimentos internos para o processo de formalização e planejamento de políticas;

Sistematizar o processo de transparência da política por meio de campo específico em site oficial do Depen;

Criar e Instituir Plano de Capacitação;

Criar ferramentas para análise e melhoria contínua dos processos;

Criar normas e procedimentos internos de alteração de política de trabalho e renda;

Atualizar o texto da Política Nacional de Educação em Serviços Penais e do Guia de Referência para a Gestão da Educação em Serviços Penais;

Realizar Diagnóstico das Escolas Estaduais de Serviços Penais;

Sistematizar processo de Ciclo de Reuniões Técnicas com as Escolas Estaduais de Serviços Penais;

Atualizar a Matriz Curricular Nacional de Educação em Serviços Penais;

Realizar acordo de trabalho para estruturação da ESPEN;

Editar normas internas (IN ou Portaria) para melhoria do fluxo das atividades em assuntos relacionados à ESPEN;

Desenvolver banco de dados no site do DEPEN com todos os normativos e regramentos institucionalizados atualizados;

Instituir processo de mapeamento dos conhecimentos e habilidades; e

Realizar procedimentos internos para alteração de instrumentos de repasse de recursos.



Policamento e
Fiscalização nas
Rodovias Federais

Criar normas e procedimentos internos – Elaborar: portaria; e plano de comunicação;

Elaborar plano de contingência para garantir recursos que reduzam o impacto em caso de ocorrência;

Oferta de curso a distância para todos os gestores e efetivo em planejamento, gestão baseada em evidências, metas e indicadores; e

Sistematizar cronograma de execução.



Gestão de
Documentos
e Arquivos da
Administração
Pública Federal

Desenvolver o Sistema de Informações Gerenciais do SIGA - SIG/SIGA;

Realizar diagnóstico do nível de maturidade em gestão de documentos dos órgãos e entidades do SIGA;

Verificar o nível de aderência das práticas, dos procedimentos e dos processos de trabalho adotados às diretrizes da política de Gestão de Documentos e Arquivos e às normas e orientações técnicas expedidas no âmbito do SIGA; Expedir diretrizes e orientações técnicas aos órgãos e entidades públicas para elaboração dos seus respectivos Planos de Ação para implementação do Programa de Gestão de Documentos;

Instituir processo de monitoramento da execução dos Planos de Ação para implementação do Programa de gestão de Documentos ;

Criar instrumentos para otimizar o acompanhamento do planejamento estratégico, agilizar o monitoramento das entregas executadas e fornecer informações tempestivas e precisas para a tomada de decisão;

Implantar o processo de monitoramento e avaliação da política e do programa de gestão de documentos e arquivos;

Revisar os formulários de avaliação ex-ante para a Política de Gestão de Documentos e Arquivos aplicados em 2019;

Ampliar o processo de capacitação, aperfeiçoamento e treinamento dos servidores; e

Prever ações de gestão de documentos e arquivos, bem como a elaboração dos Planos de Gestão de Documentos.

Além disso, como uma das ações para mitigar os riscos à integridade do MJSP inerentes às atividades de que trata esta terceira fase, foi publicada a Portaria MJSP nº 513, de 15 de setembro de 2020, que dispõe sobre a implantação de Programa de Integridade em empresas contratadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Por fim, destaca-se a necessidade e importância da nova Campanha do Ministério da Justiça e Segurança objetivo de fortalecer a cultura institucional e o compromisso com uma gestão por resultados do Pública com nosso Programa de Integridade, com o slogan "INTEGRIDADE, TRANSPARÊNCIA E COMPROMISSO. Uma Gestão por Resultados", lançada pelo Ministro André de Mendonça, no dia 23 de novembro de 2020.

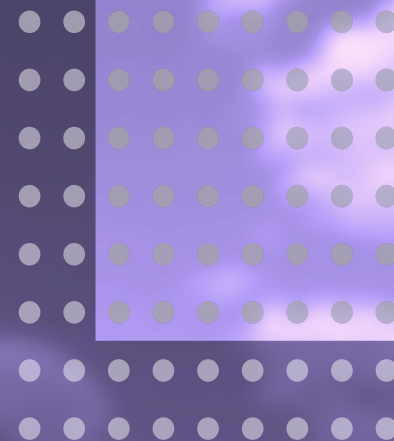


O tema Justiça e Segurança Pública é reconhecido como prioritário pelo conjunto da sociedade, pelo governo federal e, especialmente, pelo MJSP. Nesse contexto, a cooperação intergovernamental em seus diversos níveis é imprescindível, e os desafios na atuação do Ministério estão associados à identificação de mecanismos e instrumentos que possam fortalecer e integrar as instituições de segurança pública federais, estaduais, distritais e municipais, de forma a garantir que haja o aprimoramento e ampliação da prevenção, do controle, da fiscalização e da repressão da criminalidade a fim de reduzir homicídios, crimes violentos, corrupção e lavagem de dinheiro.

No enfrentamento desses desafios a gestão de riscos e da integridade são considerados componentes fundamentais e essenciais para assegurar o alcance dos objetivos estratégicos, subsidiar a tomada de decisão e contribuir para o aprimoramento dos processos gerenciais do Ministério, o que, por sua vez, aumenta a qualidade na prestação dos serviços públicos e a confiança da sociedade no Ministério.

Nesse sentido, a manutenção de um alto nível de integridade e o desenvolvimento de uma cultura organizacional baseada em elevados valores padrões de conduta, constitui política pública fundamental no âmbito do MJSP, a ser constantemente promovida e incentivada pelos seus gestores e suas lideranças.

Importante registrar que, tendo em vista os ajustes no conteúdo de indicadores, metas e projetos estratégicos do Planejamento Estratégico 2020-2023 do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Resolução CGE nº 10, de 25 de agosto de 2020) e no sentido de garantir a integração ao processo de Planejamento Estratégico (PE) do Ministério, foi necessário rever a previsão de implantação do gerenciamento de riscos no âmbito do Ministério, a implantação integral da gestão de riscos ocorrerá no exercício de 2021



CAPÍTULO
04

RESULTADO E DESEMPENHO DA GESTÃO

Ministério da Justiça e Segurança Pública



MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL

DECLARAÇÃO DO SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MJSP

Tercio Issami Tokano
Secretário-Executivo

Incumbe à Secretaria-Executiva - SE do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, nos termos do Decreto nº 9.662, de 2019, e da Portaria MJSP nº 1.222, de 2017, assistir o Ministro de Estado no alcance da sua missão institucional, assegurando o adequado funcionamento do órgão.

Ao longo de 2020, sem dúvida o ano mais desafiador dos últimos tempos, a atuação da SE objetivou consolidar aquelas ações que já estavam em curso e, ao mesmo tempo, avançar em novas proposições, à luz de sua missão institucional, promovendo a coordenação e a articulação entre todas as unidades e órgãos integrantes da estrutura do Ministério, almejando garantir, ademais, que as políticas públicas que exigem a participação e mobilização conjunta, fossem desenvolvidas de maneira sinérgica e harmônica.

Em um cenário de tantas incertezas que assolaram o país e o mundo, a SE do MJSP exerceu importante papel na promoção de produtos e serviços que permitiram ao MJSP e aos entes federativos parceiros atuarem de forma tempestiva e eficaz nas ações de enfrentamento ao novo Coronavírus (COVID-19).

Dentre as ações, destaca-se a atuação conjunta com o Ministério da Economia-ME, para a compra de Equipamentos de Proteção Individual - EPI's, tais como máscaras, álcool em gel e óculos de proteção, com valor total estimado de R\$ 28.234.379,48 (vinte e oito milhões, duzentos e trinta e quatro mil trezentos e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos), os quais foram distribuídos para agentes de segurança pública dos estados, municípios e Distrito Federal, bem como do sistema penitenciário nacional, totalizando mais de 100 (cem) órgãos contemplados.

Oportuno registrar que, a SE do MJSP possui assento no Centro de Coordenação de Operações do Comitê de Crise - CCOP do governo federal, instituído para supervisionar e monitorar os impactos do COVID-19, com vistas a operacionalizar e eliminar gargalos de logística de insumos hospitalares, além de outras medidas.

Com o intuito de promover a transparência ativa e o acesso à informação durante o período de pandemia, a SE operacionalizou painel com as ações capitaneadas por esta Pasta, além de Relatório Situacional, cujos dados estão sendo lançados com periodicidade semanal no portal do MJSP.

Em relação às medidas internas para a garantia da continuidade dos serviços do Ministério, bem como da proteção da saúde e segurança sanitária

dos servidores, a SE implementou, em caráter exepcional e episódico, o trabalho remoto dos seus servidores, o que seguramente contribuiu para minimizar a transmissão do vírus, especialmente entre aqueles considerados grupos de risco.

Para além disso, visando o aperfeiçoamento do modelo de governança, o Secretário-Executivo atuou na execução e priorização do Planejamento Estratégico, juntamente com o Ministro de Estado, velando para o atingimento dos objetivos e metas integrantes da carteira de projetos e de indicadores do MJSP, instância na qual são definidas as diretrizes estratégicas do Ministério e acompanhados os resultados de desempenho de cada unidade organizacional.

Ao longo do exercício de 2020, com vistas à melhoria dos processos administrativos e contratuais no âmbito do MJSP, foram realizadas ações de centralização de atividades de gestão, no sentido de otimizar o planejamento das contratações, ampliando a realização de compras compartilhadas e identificando novas oportunidades de ganhos de escala nas contratações. Nesse sentido, foi publicada a Portaria MJSP nº 405, de 23 de novembro de 2020, que institui os mecanismos de governança, o planejamento e o gerenciamento das contratações, traçando diretrizes para o compartilhamento e a centralização de compras no âmbito da Pasta, e criando a Comissão de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - CPGC.

A modernização dos sistemas e processos de trabalho foram realizados com foco, precipuamente, na eficiência, transparência e accountability, dando ênfase à efetividade, à integridade e à redução de custos e de riscos.

Nessa toada, a SE, por intermédio de sua Diretoria de Tecnologia da Infomação e Comunicação - DTIC/SE, enviou esforços para a internalização e absorção do portal Consumidor.gov.br da Secretaria

Nacional do Consumidor, gerando uma economia de aproximadamente R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) por ano. Outra notável redução de custos decorreu da atuação em conjunto da DTIC/SE e do Departamento Penitenciário Nacional para a absorção do SISDEPEN, sistema que anteriormente estava sendo sustentado pelo Serpro e que possuía um custo anual, em 2018, de R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), o qual, em 2021, passará a ter um custo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), ou seja, uma redução de 99,5%!

Do ponto de vista orçamentário, a atuação da SE contribuiu sobremaneira para viabilizar, em 2020, o maior repasse da história para apoio a ações de segurança pública, sendo transferidos R\$ 1.257.697.385,00 (um bilhão, duzentos e cinquenta e sete milhões, seiscentos e noventa e sete mil trezentos e oitenta e cinco reais) para os Fundos de Segurança Estaduais e Distrital, a partir de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP.

Cabe registrar, ainda, que o Ministério encerrou o exercício de 2020 com a execução de 98,63% do seu orçamento discricionário, exclusive os Créditos Extraordinários de combate à pandemia COVID-19, uma das maiores execuções da história.

Outra iniciativa digna de registro foi o lançamento, por meio da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento da SE, do Painel de Acompanhamento do Orçamento COVID -19, que congrega os gastos do MJSP, de forma detalhada, com a prevenção e combate à pandemia, disponibilizado para os órgãos de controle CGU e TCU, bem como publicado no site do MJSP, assegurando transparência para a atuação do Ministério.

Quanto à atuação no processo de mapeamento das necessidades de recursos adicionais por parte das unidades finalísticas, para atuação na prevenção e combate à COVID-19, a SE viabilizou a publicação de duas Medidas Provisórias - MPV que abriram Créditos Extraordinários para o

combate à Pandemia. A primeira, MPV 942/2020, disponibilizou o valor de R\$ 199.824.650,00 (cento e noventa e nove milhões, oitocentos e vinte e quatro mil seiscentos e cinquenta reais) e foi convertida na Lei nº 14.033, de 04 de agosto de 2020. A segunda, a MPV 965/2020, disponibilizou o valor de R\$ 408.869.802,00 (quatrocentos e oito milhões, oitocentos e sessenta e nove mil oitocentos e dois reais) e teve seu prazo de vigência encerrado no dia 10 de setembro de 2020.

Por fim, registra-se que este Relatório de Gestão tem como fito apresentar à sociedade e aos órgãos de controle os principais atos de gestão empreendidos pelos dirigentes do MJSP durante o exercício de 2020, os quais foram orientados pela missão institucional desta Pasta e em atendimento aos princípios administrativos da legalidade, eficácia, eficiência e economicidade da gestão dos órgãos integrantes do MJSP.

O enfrentamento à criminalidade, diante da diversificação do crime em escala internacional com o surgimento de novos produtos e modos de operação e o uso de novas tecnologias, requer o aprimoramento da atuação da área de segurança pública, especialmente nas atividades de inteligência e de integração entre os órgãos.

Frente aos desafios que envolvem a área de segurança pública no país, para a consecução deste objetivo estratégico, o MJSP vem elaborando e aperfeiçoando políticas públicas no intuito de contribuir para a criação de um ambiente mais seguro à sociedade, às empresas e ao próprio governo, de modo a mitigar a violência no país, reverter a sensação de insegurança e proporcionar melhoria na qualidade de vida cotidiana e da própria democracia.

Dentre as principais linhas de atuação do Ministério, destaca-se o uso inteligente da tecnologia e das informações disponíveis ao Estado, com ações voltadas para: i) a coordenação estratégica e a integração de dados, oferecendo inteligência analítica aos órgãos de segurança pública para uma

tomada de decisão mais efetiva e eficaz quando da proposição de políticas baseadas em evidências; ii) o aprimoramento constante no controle sobre rotas de atuação do crime e na articulação internacional; iii) a modernização de soluções tecnológicas utilizadas nos órgãos do Ministério e compartilhadas em diversas Unidades da Federação, que contribuem na investigação criminal, na produção de provas, na identificação de criminosos e na resolução de crimes, incluindo aqueles relacionados à lavagem de dinheiro; iv) o aperfeiçoamento dos processos de produção e disseminação do conhecimento na área de inteligência, envolvendo a criação e disponibilização de canal seguro de informações e a capacitação de profissionais para o apoio no combate ao crime organizado; e v) o fomento para a estruturação nas polícias civis de unidades exclusivas com vistas à prevenção e ao combate à corrupção, assim como o treinamento permanente de forças policiais relacionado à exploração, à análise e ao cruzamento de dados de difícil recuperação obtidos em investigações e operações policiais de combate a crimes e de corrupção. Outro eixo de atuação do Ministério é o aprimoramento do controle de deslocamento de veículos em operações de combate ao roubo, ao furto e à clonagem de veículos em rodovias federais; à diminuição de crimes violentos, tais como homicídios, feminicídios e latrocínios em ações de prevenção social e de repressão policial; e à contenção de crimes transnacionais e delitos conexos às regiões de fronteira e divisas que apresentam elevados índices de criminalidade, violência e vulnerabilidade socioeconômica, com a intensificação de ações integradas e articuladas junto aos órgãos de segurança pública, de controle aduaneiro, de defesa e outras instituições afins.

RESULTADO E DESEMPENHO DA GESTÃO

Em atendimento à Decisão Normativa TCU 187, de 2020, o resultado e desempenho da gestão do Ministério da Justiça e Segurança Pública será demonstrado neste capítulo em duas partes:

A primeira irá apresentar o resultado da atuação do Ministério quanto às temáticas sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva, quais sejam:

- a) gestão orçamentária e financeira;
- b) gestão da tecnologia da informação;
- c) gestão de custos;
- d) gestão de pessoas;
- e) gestão de licitações e contratos;
- f) gestão patrimonial e infraestrutura; e
- g) sustentabilidade ambiental.

Ressalta-se que o acompanhamento da gestão dessas atividades são indispensáveis no desempenho da governança do órgão e contribuem diretamente para aumento da eficiência da gestão.

Informações adicionais sobre as temáticas tratadas neste item, poderão ser encontradas no link: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas>.

A segunda demonstrará os resultados desta Pasta, por meio dos resultados dos principais projetos e indicadores, previstos no Planejamento Estratégico, vinculados à Cadeia de Valor do Ministério, onde são agrupados os macroprocessos e processos resultando nas entregas para a sociedade.

Serão também apresentadas as causas/impedimentos para o alcance dos objetivos e justificativas para o resultado, bem como os desafios remanescentes e próximos passos, conforme orientações previstas na 3ª Edição do Guia para Elaboração, na forma de Relatório de Gestão Integrado, publicado pelo Tribunal de Contas da União.

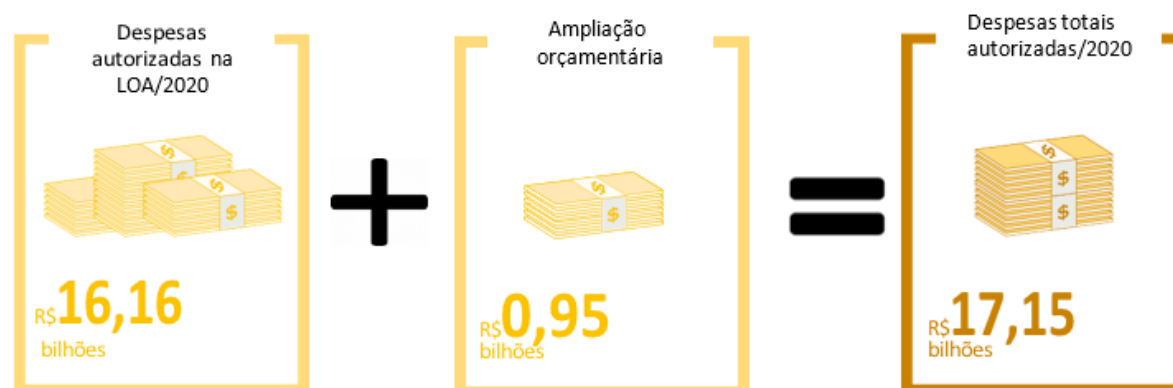
PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS PELA SECRETARIA EXECUTIVA

I - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Lei Orçamentária Anual de 2020 – LOA/2020, consignou inicialmente aos órgãos da administração direta do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Órgão 30000 (assistência direta e imediata e órgãos específicos singulares), dotação orçamentária no total de R\$ 16,16 bilhões. Contudo, suplementações de dotações da ordem de R\$ 0,95 bilhão redimensionaram o orçamento/2020 para a cifra de R\$ 17,15 bilhões.

Os dados analisados excluíram os valores da reserva de contingência e os recebidos de outros Ministérios, bem como informações conexas às entidades da administração indireta vinculadas ao MJSP, quais sejam, Fundação Nacional do Índio e Conselho Administrativo de Defesa Econômica e as informações relativas aos Créditos Extraordinários abertos, para o combate à pandemia causada pela COVID-19, que é tratada em tópico específico.

VARIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA



EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO MJSP DE 2018 A 2020

	2018	2019	2020
DOTAÇÃO ATUALIZADA	15.136.980.777,00	16.608.296.735,00	17.155.708.041,00
DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	14.233.460.611,98	15.969.830.367,54	16.936.823.370,53
DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)	12.535.777.776,36	13.228.465.015,48	14.542.313.052,30
DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)	1.829.018.557,67	12.450.366.734,60	13.795.280.172,04
RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)	1.099.159.167,46	1.774.413.404,20	2.457.617.823,65
% de execução (Despesa Empenhada/Dotação Atualizada)	94,03%	96,16%	98,72%

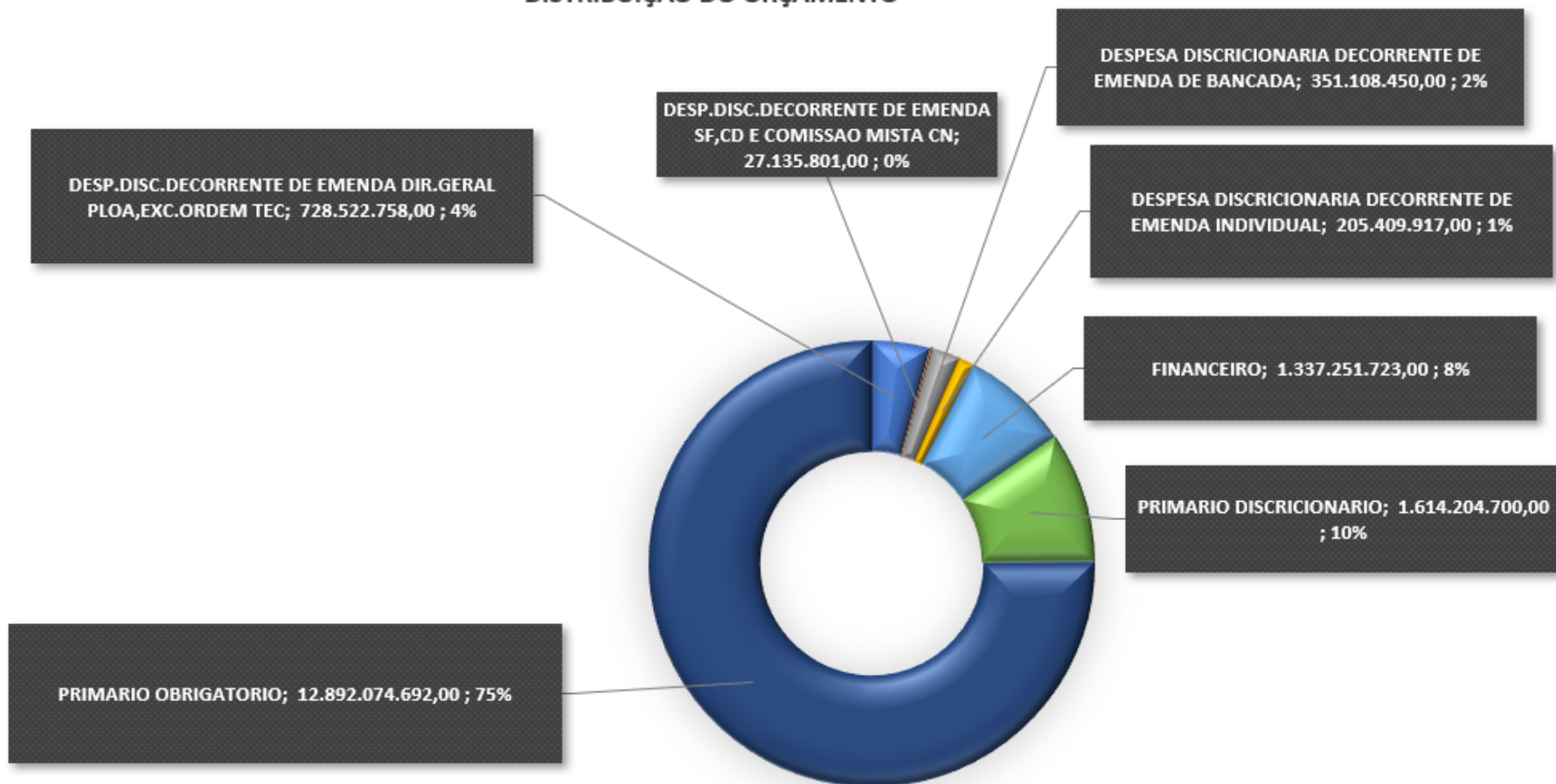
Percebe-se um incremento na execução (Despesa Empenhada) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no exercício de 2020, com majoração de aproximadamente R\$ 1 bilhão se comparado a 2019 e de R\$ 2,7 bilhões se comparado a 2018.

Essa evolução na execução já tinha ocorrido no exercício de 2019 em comparação com o exercício de 2018, que apresentou um aumento de R\$ 1,7 bilhão nos valores empenhados.

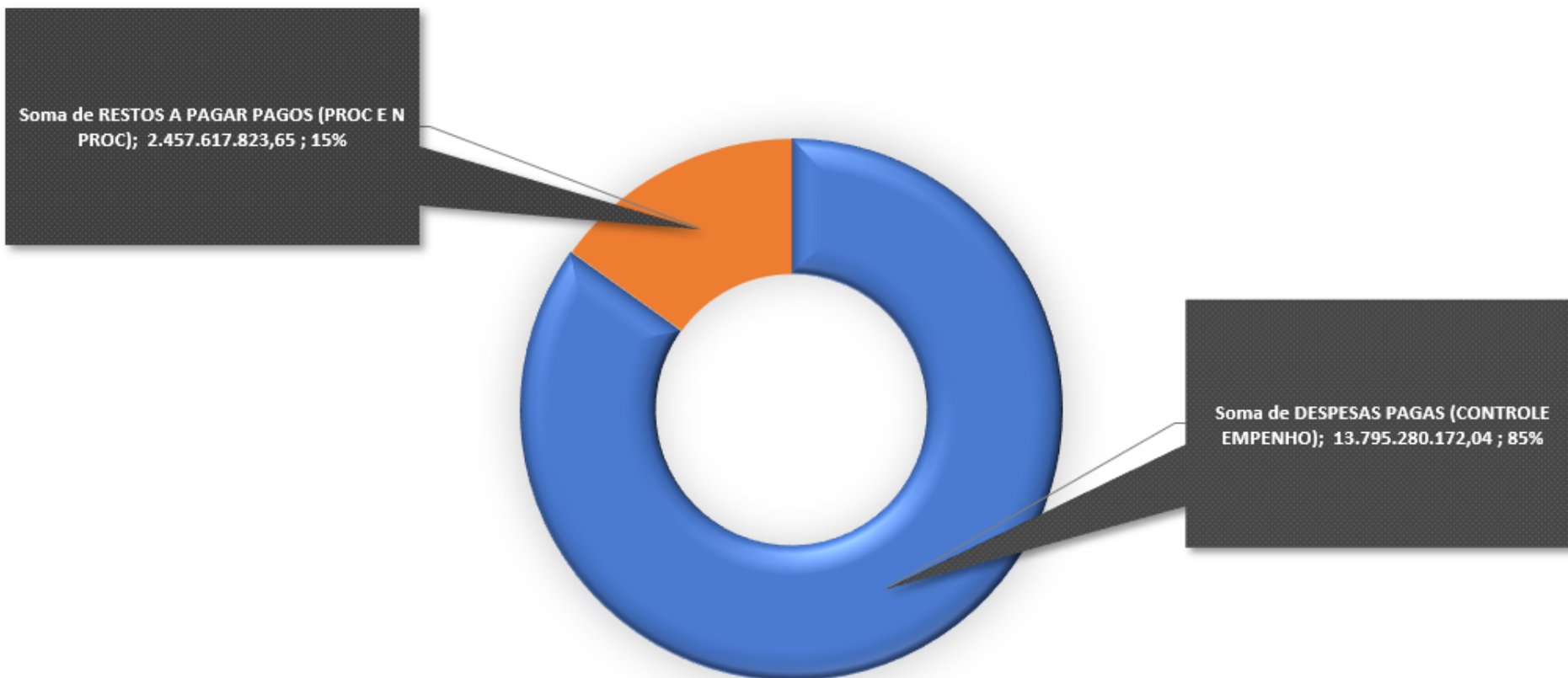
Cabe destacar que, esse incremento também é observado nos pagamentos, tanto de despesas do exercício (Despesa Paga), onde observa-se um incremento de R\$ 1,3 bilhão em 2020 em comparação a 2019. Constata-se, também, uma evolução de 683 milhões em 2020 em relação a 2019 nos pagamentos em restos a pagar.

DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO E VALOR TOTAL PAGO EM 2020, INCLUSIVE RESTOS A PAGAR

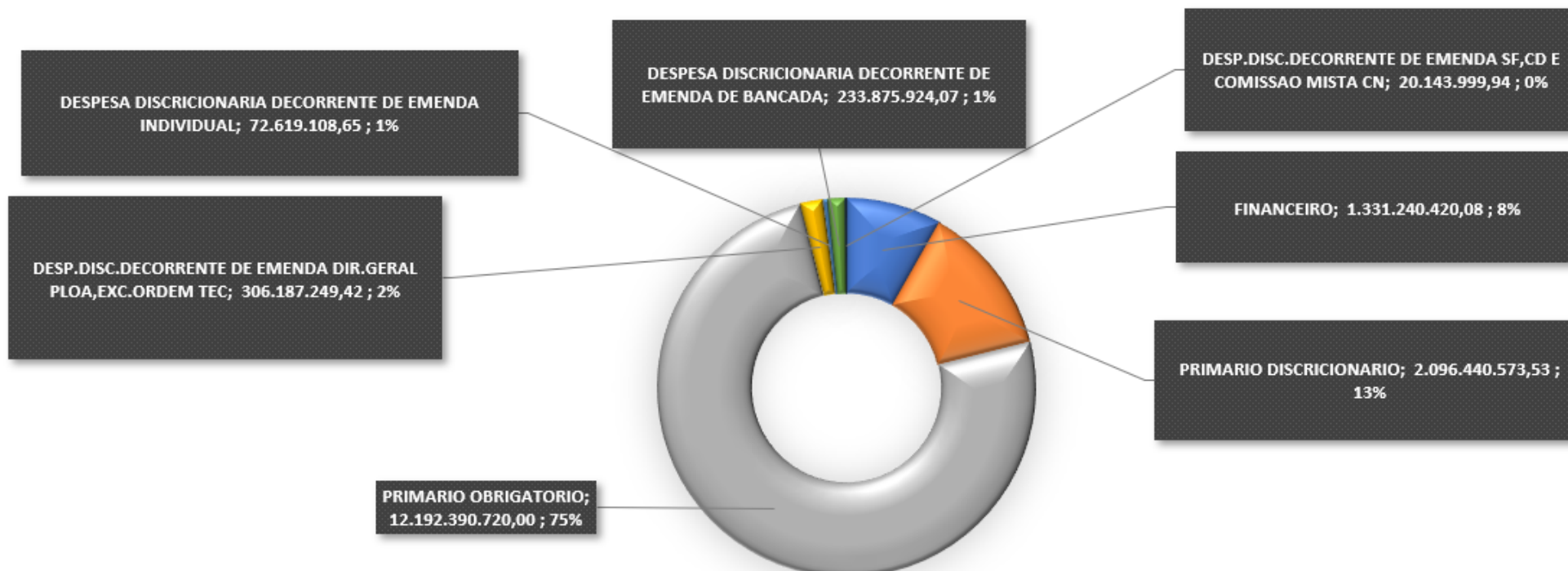
DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO



VALORES TOTAIS PAGOS PELO MINISTÉRIO EM 2020



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - VALOR TOTAL PAGO 2020



Execução Orçamentária

Em face das peculiaridades das políticas públicas a cargo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a maior despesa do Órgão diz respeito à folha de pessoal (despesas obrigatórias).

Em 2020, o Ministério recebeu dotação de R\$ 17,15 bilhões. Desse total, foram empenhadas R\$ 16,93 bilhões, liquidadas R\$ 14,54 bilhões e pagas despesas no montante de R\$ 13,79 bilhões, o que reflete um índice de execução de 98,72% (Despesa Empenhada/Dotação Atualizada).

Execução Financeira

O valor total pago em 2020 (despesas do exercício mais de restos a pagar) totalizou R\$ 16,25 bilhões, dos quais a maior parte foi direcionado ao pagamento de despesas obrigatórias. Nesse montante, inclui-se as despesas com a folha de pessoal, benefícios assistenciais aos servidores, sentenças judiciais, despesas relacionadas ao Fundo Penitenciário Nacional, que por força da decisão do Supremo Tribunal Federal, em sede da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 347 e do Fundo Nacional de Segurança Pública, por força da Ação Civil Ordinária ACO 3.329, têm seu orçamento tratado como obrigatório, constando no anexo III da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020), como despesa que não sofrerá limitação de empenho.

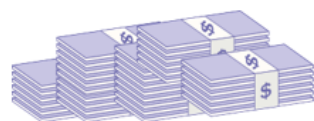
O segundo maior gasto se refere às despesas discricionárias que atendem todas as políticas finalísticas a cargo do MJSP, bem como supre todos os contratos que dão sustentabilidade a essas políticas.

Fato relevante na gestão orçamentária do MJSP, em 2020, diz respeito à alteração do indicador de resultado primário das despesas do Fundo Nacional de Segurança Pública, por força de decisão do Supremo Tribunal Federal, que transformou as despesas em obrigatórias, o que implica na utilização do indicador de resultado primário atual para elaboração deste Relatório de Gestão Integrado.

Alocação Orçamentária – Finalidade dos recursos

A LOA/2020 fixou ao Ministério da Justiça e Segurança Pública dotação, inclusive, as emendas individuais e coletivas, para o atendimento de despesas cujas finalidades podem ser assim sintetizadas: 1) Despesas de Governança, Gestão e Suporte: gastos relacionados à manutenção do MJSP em suas atividades meio, que dão sustentabilidade para a implementação das políticas a cargo da pasta (despesas de pessoal, contratos, despesas de TI, reformas, aquisições, manutenções, etc.); e 2) Despesas finalísticas: gastos relacionados diretamente com a implementação das políticas públicas.

Despesas de Governança, Gestão
e Suporte



R\$ **13,10** (76,40%)
bilhões

Despesas autorizadas/2020



R\$ **17,15**
bilhões

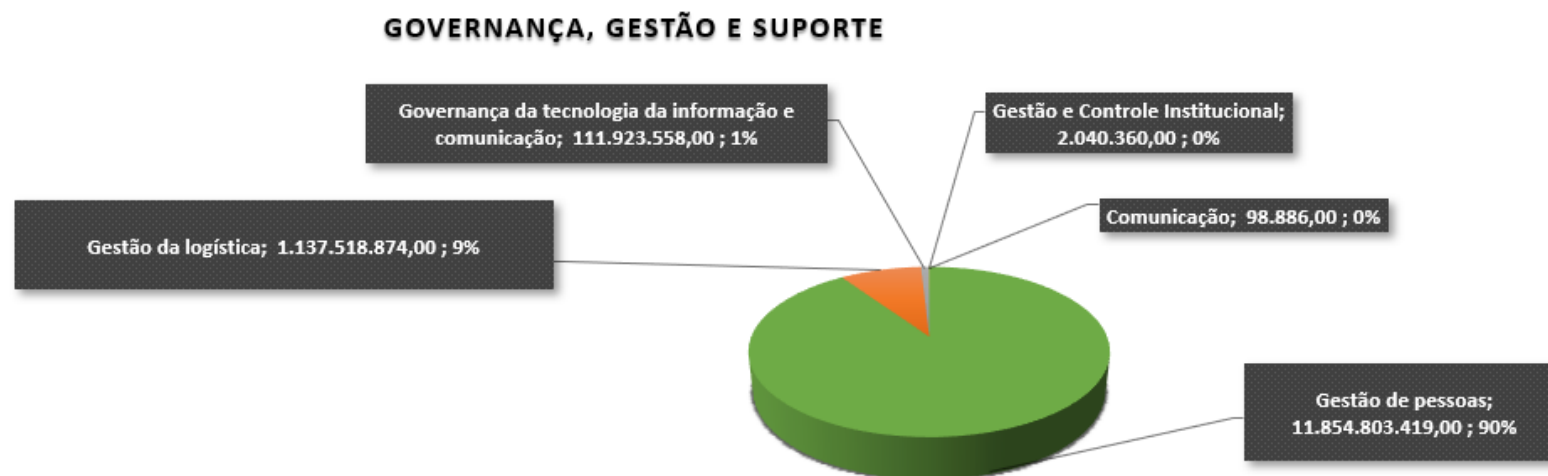
Despesas Finalísticas



R\$ **4,04** (23,60%)
bilhões

Despesas de Governança, Gestão e Suporte

- **Gestão de Pessoas:** Retrata os principais processos de gestão de pessoal, capacitação e desenvolvimento de pessoas e clima organizacional, aqui estão inseridos os gastos com auxílios (transporte, alimentação, pré-escolar, funeral), benefícios, indenizações e ajudas de custo, despesas de pessoal e encargos sociais, além dos gastos com capacitação de servidores;
- **Gestão da Logística:** Retrata os principais processos de gestão de suprimentos, patrimônio e segurança institucional e gestão de eventos, aqui estão inseridos os gastos com prestação de serviços e manutenção organizacional, aquisição de equipamentos e materiais, serviço de apoio às atividades finalísticas;
- **Obras e reformas (integra o macroprocesso de Gestão da Logística):** construção, reforma, manutenção de edificações/ instalações (Segregado dos valores da Gestão da Logística);
- **Governança da tecnologia da informação e comunicação:** Retrata os principais processos para gerenciar a estratégia de TIC, desenvolvimento, operações e desempenho de serviços de TIC, aqui estão inseridos gastos com manutenção e aprimoramento de sistemas, aquisição de equipamentos de TIC, que são fundamentais às atividades Finalísticas e de Governança, Gestão e Suporte;
- **Gestão e controle institucional:** Retrata os principais processos de gestão interna do Ministério, dando suporte e direcionamento para que os processos finalísticos possam ser executados.



Despesas Finalísticas

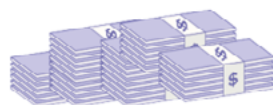
- **Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública:** Conjunto de processos que envolvem a produção de inteligência, a gestão de ações de integração, a gestão do sistema prisional federal, a produção de informações, a prevenção e a gestão de dados associados à segurança pública.
- **Gestão do conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais:** Conjunto de processos executados pelo Ministério cujo enfoque está na produção, fomento e disseminação de conhecimentos específicos em Segurança Pública, proporcionando maior transparência para a sociedade e contribuindo para a capacitação de atores com atuação na temática de segurança pública no país;
- **Controle Migratório e Polícia Aeroportuária, Marítima e de Fronteiras:** Retrata o trabalho do Ministério no que tange ao controle das fronteiras brasileiras e à atuação em conjunto com outras pastas para garantir uma sociedade segura e o direito de ir e vir dos cidadãos e estrangeiros. O DPF é responsável pela execução deste processo;
- **Acreditação e Fiscalização de Atividades Afetas à Segurança Pública:** Retrata o trabalho do Ministério no fortalecimento do controle de empresas privadas que atuam na segurança pública, bem como a movimentação de armas de fogo e precursores químicos no país;
- **Gestão de Segurança Viária:** Retrata os processos relacionados à segurança das rodovias federais, bem como do atendimento a vítimas de acidentes e promoção da educação do trânsito, buscando, assim, a criação de um ambiente seguro e de livre circulação;
- **Gestão de investigações e operações em segurança pública:** Retrata os processos que envolvem a execução de operações de segurança pública, com enfoque nas investigações e operações da Força Nacional;
- **Garantia dos direitos da população prisional:** Retrata os processos que visam garantir os direitos às pessoas privadas de liberdade e promover uma atuação que permita a sua reintegração à sociedade. Ademais, trata-se do fomento à aplicação de alternativas penais, da valorização dos trabalhadores dos serviços penais e da ampliação de vagas no sistema prisional, em articulação com os estados;
- **Proteção dos direitos do cidadão:** Retrata os processos que envolvem a proteção dos direitos difusos e de aprimoramento das políticas de justiça;
- **Articulação entre poderes e setores:** Compreende à execução de processos afetos a políticas públicas lideradas por outros órgãos, poderes e setores ou a assuntos dos quais o Ministério é partícipe, mas que não constituem a sua vocação principal;

- **Gestão e Articulação da Política Sobre Drogas:** Retrata os processos que envolvem a articulação com diversos atores envolvidos na política de drogas bem como no fomento à sua implementação por meio da elaboração de estudos e pesquisas e a formação de atores envolvidos;
- **Articulação internacional:** Compreende a atuação do Ministério em processos afetos à cooperação jurídica internacional em matéria civil e penal, inclusive em assuntos de prestação internacional de alimentos, subtração internacional de crianças, adoção internacional, extradição, transferência de pessoas condenadas e transferência da execução da pena e recuperação de ativos;
- **Promoção do Acesso ao Patrimônio Documental Nacional:** Retrata a atuação do Ministério no desenvolvimento de instrumentos normativos, visando à implementação e ao acompanhamento da política de gestão de documentos nos órgãos e entidades da administração pública federal, conforme as orientações emanadas da Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal (SIGA);
- **Defesa do Consumidor:** Compreende a gestão de processos associados à Gestão da Política Nacional de Relações de Consumo, monitoramento e defesa dos direitos do consumidor, produção de conhecimento no tema e à disseminação dessa temática junto à sociedade;
- **Garantia dos direitos dos migrantes e refugiados:** Retrata a atuação do Ministério no que tange à promoção e garantia dos direitos dessa parcela da sociedade, por meio da gestão de processos decisórios sobre o tema e na produção de conhecimento;
- **Gestão da Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro:** Retrata a atuação do Ministério no planejamento e execução de políticas públicas que propiciem a prevenção e o enfrentamento da corrupção, da lavagem de dinheiro e do crime organizado;
- **Enfrentamento ao tráfico de pessoas:** Retrata a atuação do Ministério da Justiça e Segurança Pública na coordenação da política nacional e no plano de enfrentamento ao tráfico de pessoas, gestão de redes de núcleos e postos, bem como a produção e disseminação de conhecimentos na temática;
- **Gestão de Ativos e efetivação da arrecadação:** Gestão de processos que envolve a custódia, alienação e destinação de ativos (bens, valores e direitos) perdidos em favor da União ou custodiados cautelarmente. Além disto, envolve processo associados à atualização normativa no tema e o estabelecimento de acordos e parcerias.

DESPESAS FINALÍSTICAS

Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública	R\$ 2.487.762.237,00
Gestão de investigações e operações em segurança pública	R\$ 723.206.863,00
Garantia dos direitos da população prisional	R\$ 258.436.898,00
Gestão do conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais	R\$ 179.134.496,00
Controle Migratório e Polícia Aeroportuária, Marítima e de Fronteiras	R\$ 171.826.989,00
Proteção dos direitos do cidadão	R\$ 121.283.049,00
Gestão de Segurança Viária	R\$ 35.861.418,00
Gestão e Articulação da Política Sobre Drogas	R\$ 30.050.000,00
Acreditação e Fiscalização de Atividades Afetas à Segurança Pública	R\$ 218.066,00
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	R\$ 293.638,00
Enfrentamento ao tráfico de pessoas	R\$ 318.932,00
Gestão da Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro	R\$ 318.357,00
Articulação entre poderes e setores	R\$ 468.745,00
Articulação internacional	R\$ 12.651.205,00
Defesa do Consumidor	R\$ 12.024.118,00
Gestão de Ativos e Efetivação da Arrecadação	R\$ 10.877.412,00
Garantia dos direitos dos migrantes e refugiados	R\$ 1.355.380,00
Promoção do Acesso ao Patrimônio Documental Nacional	R\$ 3.235.141,00

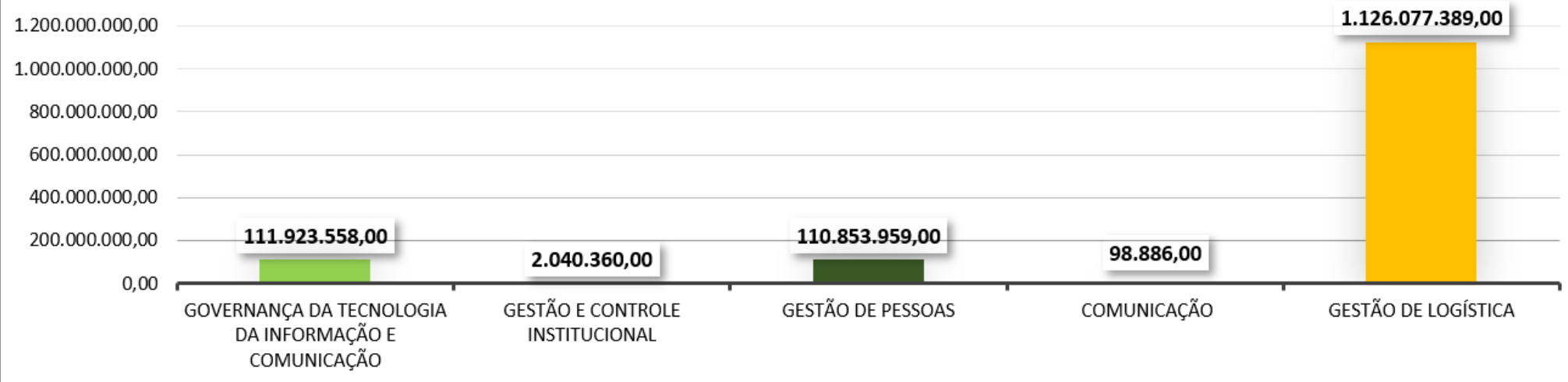
ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO MJSP

Despesas de Governança, Gestão
e SuporteR\$ **1,35** (27,83%)
bilhãoDespesas RP 2, 8, 9 FNSP e
Funpen /2020R\$ **4,85**
bilhões

Despesas Finalísticas

R\$ **3,50** (72,17 %)
bilhões

ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO DE GOVERNANÇA, GESTÃO E SUPORTE



O Orçamento do Ministério classificado com indicador de resultado primário atual 2 – Discricionário, 8 – Emenda de Comissão, 9 – Emenda Relator-Geral, do Fundo Penitenciário Nacional e do Fundo Nacional de Segurança Pública, exceto emendas individuais classificadas com indicador de resultado primário atual 6 – emenda individual impositiva e 7 – emenda de bancada, no ano de 2020 correspondeu a R\$ 4,85 bilhões, sendo que R\$ 1,35 milhão foi referente a despesas de Governança, Gestão e Suporte, gastos que englobam despesas com comunicação, tecnologia da informação, logística, obras e reformas e gestão de pessoas. A maior alocação de recursos ficou por conta das despesas com Gestão da Logística, cujo aporte foi de R\$ 1,12 bilhão.

DESPESAS FINALÍSTICAS

Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública	R\$ 1.981.525.444,00
Gestão de investigações e operações em segurança pública	R\$ 714.377.228,00
Garantia dos direitos da população prisional	R\$ 257.516.898,00
Gestão do conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais	R\$ 179.134.496,00
Controle Migratório e Polícia Aeroportuária, Marítima e de Fronteiras	R\$ 171.826.989,00
Proteção dos direitos do cidadão	R\$ 102.292.595,00
Gestão de Segurança Viária	R\$ 35.861.418,00
Gestão e Articulação da Política Sobre Drogas	R\$ 29.500.000,00
Acreditação e Fiscalização de Atividades Afetas à Segurança Pública	R\$ 218.066,00
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	R\$ 293.638,00
Enfrentamento ao tráfico de pessoas	R\$ 318.932,00
Gestão da Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro	R\$ 318.357,00
Articulação entre poderes e setores	R\$ 468.745,00
Articulação internacional	R\$ 9.901.205,00
Defesa do Consumidor	R\$ 5.224.118,00
Gestão de Ativos e Efetivação da Arrecadação	R\$ 10.877.412,00
Garantia dos direitos dos migrantes e refugiados	R\$ 1.355.380,00
Promoção do Acesso ao Patrimônio Documental Nacional	R\$ 3.235.141,00

Em despesas Finalísticas foram alocados R\$ 3,50 bilhões distribuídos nas diversas políticas a cargo da pasta, que no quadro acima encontram-se alinhadas aos Macroprocessos do Ministério. O Macroprocesso com maior alocação de recursos foi o de Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública com R\$ 1,98 bilhão, seguido pelo de Gestão de investigações e operações em segurança pública com R\$ 714 milhões. Outrossim, no que tange à distribuição dessas despesas por Programa de Governo, 3,34 bilhões se referem ao de Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento, 124,24 milhões ao de Justiça, 9,28 milhões ao de Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais e 26,37 milhões ao de Gestão e Manutenção do Poder Executivo.

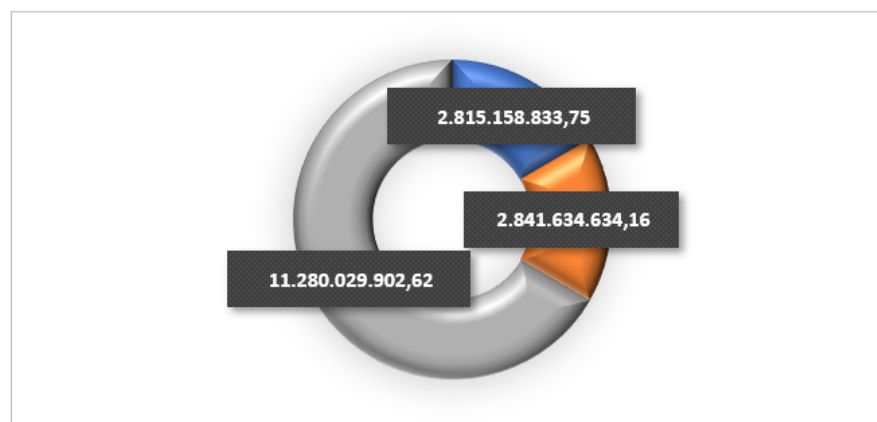
DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO MJSP EM 2020 E 2019 POR INDICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO

	2020					2019					Em R\$ 1,00	
Despesa	Dotação atual (a)	Empenhado (b)	Liquidado (.c)	Pago (d)	RP Pago* (e)	Dotação Atual (f)	Empenhado (g)	Liquidado (h)	Pago (i)	RP Pago* (j)	Variação R\$ (K)=d-i	Variação % (l)=d/i
PRIMARIO OBRIGATORIO	12.892.074.692,00	12.724.635.082,27	11.912.080.713,62	11.181.958.589,05	1.010.432.130,95	11.069.831.143,00	10.719.616.654,37	10.257.740.805,06	9.512.776.625,18	825.543.540,63	1.669.181.963,87	118%
PRIMARIO DISCRICIONARIO	1.614.204.700,00	1.604.482.999,04	970.396.848,73	955.619.647,09	1.140.820.926,44	3.735.584.666,00	3.513.438.809,21	1.902.105.490,38	1.869.174.529,70	834.474.522,22	913.554.882,61	51%
FINANCEIRO	1.337.251.723,00	1.331.889.662,46	1.331.055.929,62	1.331.055.929,62	184.490,46	1.097.672.827,00	1.067.862.946,11	1.067.620.906,98	1.067.620.906,98	243.902,90	263.435.022,64	125%
DESP.DISC.DECORRENTE DE EMENDA DIR.GERAL PLOA,EXC.Ordem Tec	728.522.758,00	710.291.458,88	308.300.479,19	306.187.249,42							306.187.249,42	
DESPESA DISCRICIONARIA DECORRENTE DE EMENDA DE BANCADA	351.108.450,00	347.010.573,41	2.100,00	2.100,00	233.873.824,07						2.100,00	
DESPESA DISCRICIONARIA DECORRENTE DE EMENDA INDIVIDUAL	205.409.917,00	196.172.706,26	332.656,92	312.656,92	72.306.451,73						312.656,92	
DESP.DISC.DECORRENTE DE EMENDA SF,CD E COMISSAO MISTA CN	27.135.801,00	22.340.888,21	20.144.324,22	20.143.999,94							20.143.999,94	
DESPESA DISCRICIONARIA E DECORRENTE DE EMENDA INDIVIDUAL						113.554.783,00	98.494.399,35	997.813,06	794.672,74	50.398.782,99	794.672,74	0%
DESP. DISCRIC. DECOR. EMENDA DE BANCADA						591.653.316,00	571.645.218,25	-	-	63.752.655,46	-	
Total Geral	17.155.708.041,00	16.936.823.370,53	14.542.313.052,30	13.795.280.172,04	2.457.617.823,65	16.608.296.735,00	15.971.058.027,29	13.228.465.015,48	12.450.366.734,60	1.774.413.404,20	1.344.913.437,44	111%

Execução por Grupo e Elemento de Despesa

Grupo de natureza de despesa: classe de gasto em que foi realizada a despesa.

Elemento de despesa: classificação dos insumos utilizados ou adquirido



ELEMENTO DE DESPESA	Valor Empenhado (R\$ 1,00)	Valor Pago (R\$ 1,00)
11-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.604.998.726,95	5.172.479.461,89
01-APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	3.185.264.105,71	2.995.244.731,45
13-OBRIGACOES PATRONAIS	1.334.920.864,97	1.333.857.609,13
Demais elementos	1.154.846.204,99	1.063.977.533,29
TOTAL	11.280.029.902,62	10.565.559.335,76

ELEMENTO DE DESPESA	Valor Empenhado (R\$ 1,00)	Valor Pago (R\$ 1,00)
39-OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	690.794.936,89	461.875.927,90
41-CONTRIBUICOES	466.065.201,90	389.371.728,81
40-SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	290.727.193,53	170.831.438,60
Demais elementos	1.394.047.301,84	1.130.948.336,24
TOTAL	2.841.634.634,16	2.153.027.431,55

DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO MJSP EM 2020 E 2019 POR GRUPO DE DESPESA

Despesa	2020					2019					Em R\$ 1,00	
	Dotação Atual (a)	Empenhado (b)	Liquidado (.c)	Pago (d)	RP Pago* (e)	Dotação Atual (f)	Empenhado (g)	Liquidado (h)	Pago (i)	RP Pago* (j)	Variação R\$ (K)=d-i	Variação % (l)=d/i
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.342.532.756,00	11.280.029.902,62	11.260.294.160,56	10.565.559.335,76	736.811.046,72	10.872.282.333,00	10.766.299.636,37	10.752.518.214,20	10.040.189.544,61	667.535.602,72	525.369.791,15	105%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.912.485.204,00	2.841.634.634,16	2.205.277.578,01	2.153.027.431,55	480.866.570,38	3.024.182.445,00	2.748.117.206,66	2.101.069.111,15	2.037.992.342,87	424.136.366,92	115.035.088,68	106%
INVESTIMENTO	2.900.690.081,00	2.815.158.833,75	1.076.741.313,73	1.076.693.404,73	1.239.940.206,55	2.711.831.957,00	2.455.413.524,52	374.877.690,13	372.184.847,12	682.741.434,56	704.508.557,61	289%
TOTAL	17.155.708.041,00	16.936.823.370,53	14.542.313.052,30	13.795.280.172,04	2.457.617.823,65	16.608.296.735,00	15.969.830.367,54	13.228.465.015,48	12.450.366.734,60	1.774.413.404,20	1.344.913.437,44	111%

DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO MJSP EM 2020 E 2019 POR GRUPO DE DESPESA

Despesa	2020					2019					Em R\$ 1,00	
	Dotação Atual (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	Pago (d)	RP Pago* (e)	Dotação Atual (f)	Empenhado (g)	Liquidado (h)	Pago (i)	RP Pago* (j)	Variação R\$ (K)=d-i	Variação % (l)=d/i
0032-PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO	12.848.661.824,00	12.758.947.332,79	12.359.198.255,49	11.627.741.574,71							11.627.741.574,71	
5016-SEGURANCA PUBLICA, COMBATE A CORRUPCAO, AO CRIME ORGANIZADO	3.999.299.002,00	3.885.011.386,60	2.005.144.840,91	2.004.020.413,66							2.004.020.413,66	
5015-JUSTICA	174.372.360,00	163.029.057,87	51.175.611,06	51.115.677,14							51.115.677,14	
0909-OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	124.086.539,00	120.566.457,92	117.595.209,49	103.203.371,18	22.103.873,25	100.531.108,00	98.597.974,22	98.597.974,22	76.494.100,97	13.510.207,67	26.709.270,21	135%
0910-OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	9.288.316,00	9.269.135,35	9.199.135,35	9.199.135,35		5.254.068,00	5.245.235,82	5.245.235,82	5.245.235,82	-	3.953.899,53	175%
2060-COORDENACAO DE POLITICAS DE PREVENCAO, ATENCAO E REINSERCAO						-	-	-	-	2.840.371,16		
2070-SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA					356.555,99	-	-	-	-	79.354.911,69	-	
2085-REDUCAO DO IMPACTO SOCIAL DO ALCOOL E OUTRAS DROGAS: PREVENCAO					51.726.567,37	32.971.153,00	31.626.529,69	8.598.771,23	8.598.771,23	103.885.812,05	-	
2081-JUSTICA, CIDADANIA E SEGURANCA PUBLICA					1.429.251.772,25	4.171.649.689,00	3.727.530.766,57	1.283.437.035,29	1.277.796.386,03	638.044.962,96	-	
1453-NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI					60.860,00	-	-	-	-	2.969.320,00	-	
0089-PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO					262.896.564,37	4.199.928.199,00	4.180.523.047,77	4.179.660.236,37	3.917.088.638,39	262.709.892,30	-	
2020-CIDADANIA E JUSTICA						-	-	-	-	339.006,72	-	
2071-PROMOCAO DO TRABALHO DECENTE E ECONOMIA SOLIDARIA						1.011.600,00	697.441,69	697.441,69	697.441,69	-	-	
2112-PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA JUSTICA E S					691.221.630,43	8.096.950.918,00	7.925.609.371,79	7.652.228.320,86	7.164.446.160,47	670.440.656,78	-	
1127-SISTEMA UNICO DE SEGURANCA PUBLICA - SUSP						-	-	-	-	318.262,87	-	
TOTAL	17.155.708.041,00	16.936.823.370,53	14.542.313.052,30	13.795.280.172,04	2.457.617.823,65	16.608.296.735,00	15.969.830.367,54	13.228.465.015,48	12.450.366.734,60	1.774.413.404,20	1.344.913.437,44	111%

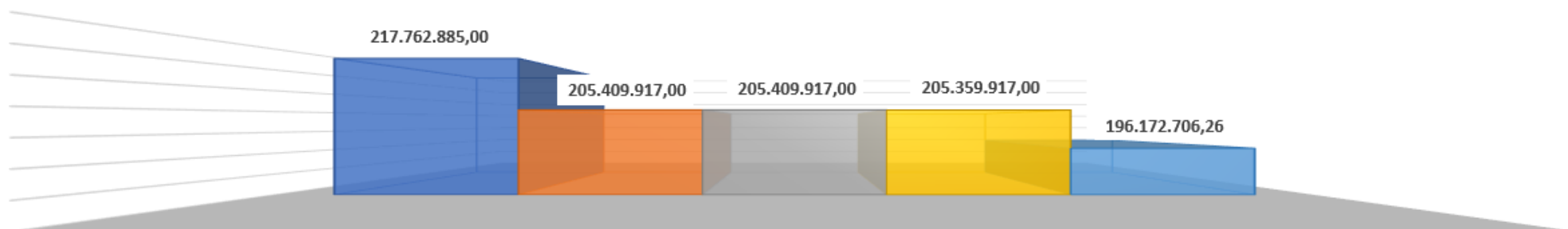
Gestão de emendas parlamentares

A Lei Orçamentária Anual de 2020 – LOA/2020 consignou inicialmente aos órgãos da administração direta do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Órgão 30000 – MJSP), dotação orçamentária de emendas parlamentares individuais no total de R\$ 217,7 milhões. Contudo, cancelamentos de dotações da ordem de R\$ 12,3 milhões redimensionaram o orçamento/2020 para a cifra de R\$ 205,4 milhões. Os dados analisados excluíram os valores da reserva de contingência e os recebidos de outros Ministérios, bem como informações conexas às entidades da administração indireta vinculadas ao MJSP, quais sejam, Fundação Nacional do Índio e Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

VARIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA



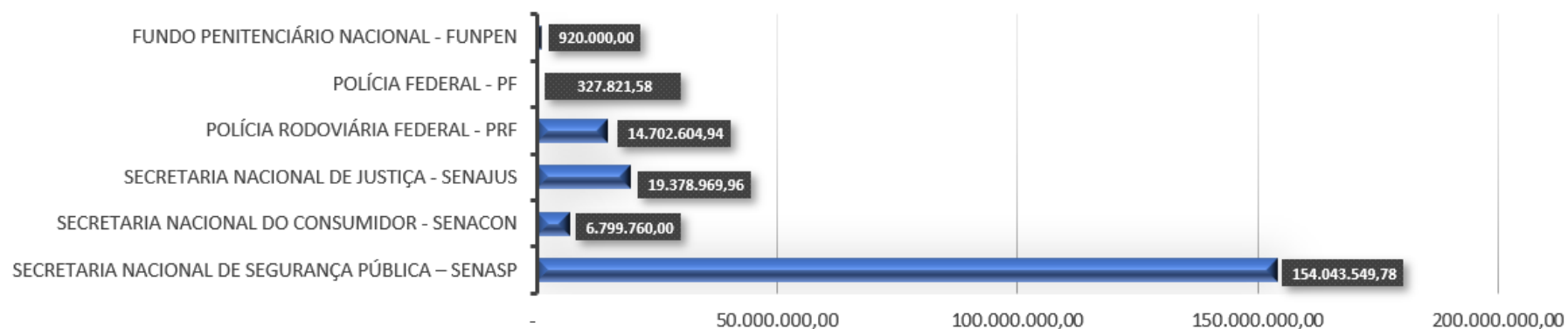
EMENDAS 2020



TOTAL

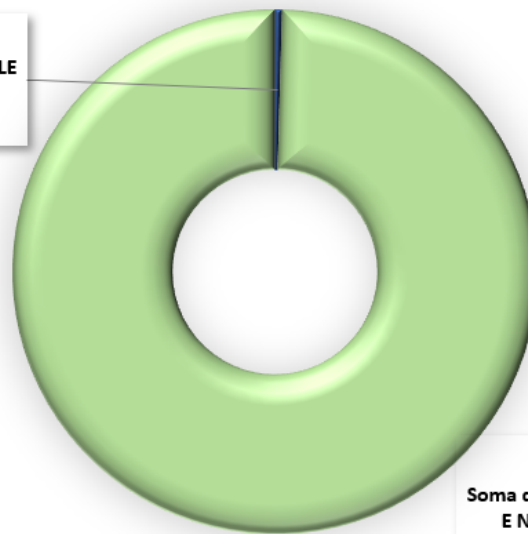
	Total
■ Soma de LOA (SIAFI)	217.762.885,00
■ Soma de Autorizado	205.409.917,00
■ Soma de Emenda Aprovada (Dot Atual)	205.409.917,00
■ Soma de Valor Priorizado (por Beneficiário)	205.359.917,00
■ Soma de Empenhado	196.172.706,26

VALORES EMPENHADOS DE EMENDAS INDIVIDUAIS POR UNIDADE



VALORES PAGOS EM EMENDAS PELO MINISTÉRIO EM 2020

Soma de DESPESAS PAGAS (CONTROLE
EMPENHO); 312.656,92 ; 0%



Soma de RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC
E N PROC); 72.306.451,73 ; 100%

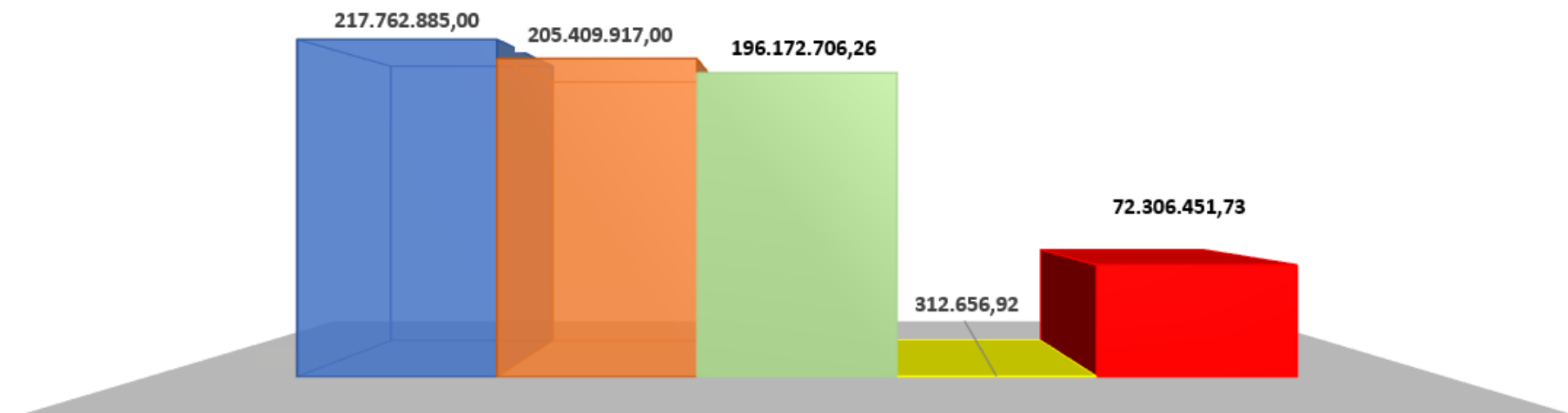
Execução Orçamentária

As emendas possuem um procedimento próprio de execução, inclusive deve-se levar em consideração o valor priorizado pelo parlamentar, que a cada divulgação do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias pode sofrer alterações.

Conforme disposto no art. 67 da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, os autores das emendas deverão indicar os beneficiários específicos e a ordem de prioridade para efeito da aplicação dos limites de execução.

Cabe observar que, o limite de emendas individuais corresponde a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida, conforme prevê o § 9º do art. 166 da Constituição Federal.

RESTOS A PAGAR DE EMENDAS INDIVIDUAIS



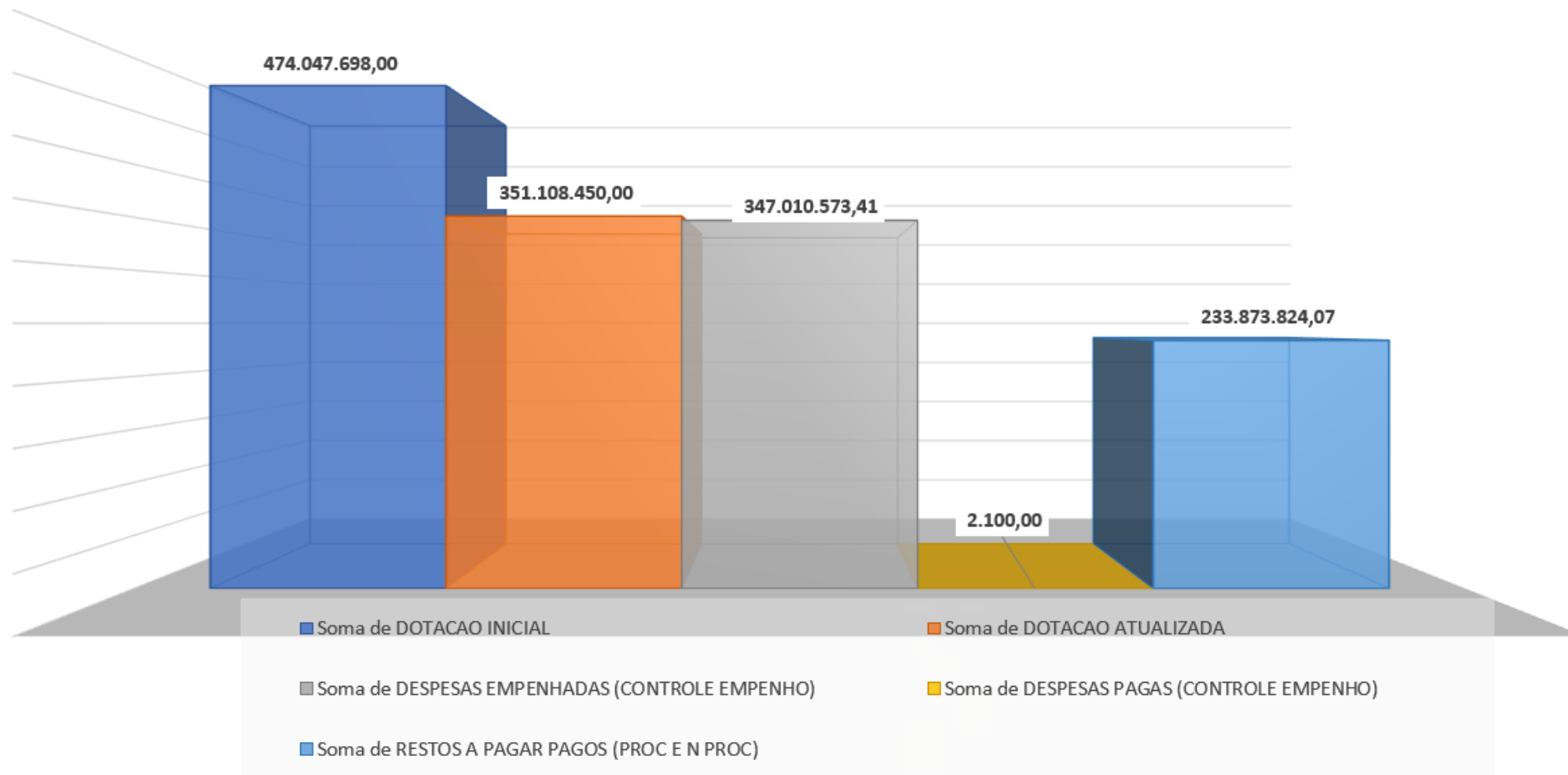
■ Soma de DOTACAO INICIAL

■ Soma de DOTACAO ATUALIZADA

■ Soma de DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)

■ Soma de DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)

■ Soma de RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)

EMENDAS DE BANCADA IMPOSITIVA

Entretanto, conforme §3º do art. 63 da Lei nº 13.898, de 2019, caso seja verificado que as reestimativas da receita e da despesa poderão resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal, os montantes de execução obrigatória das programações, poderão ser reduzidos em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas primárias discricionárias.

Em 2020, o MJSP geriu 413 emendas individuais (RP6), relativas às unidades que integram este relatório de gestão. Ocorre que, das 413 emendas, 380 foram priorizadas, ou seja, o parlamentar alocou limite de empenho para que pudessem ser executadas. Sendo assim, dos R\$ 205.359.917,00 priorizados, R\$ 196.172.706,26 foram empenhados, o que representa 95,53% de execução.

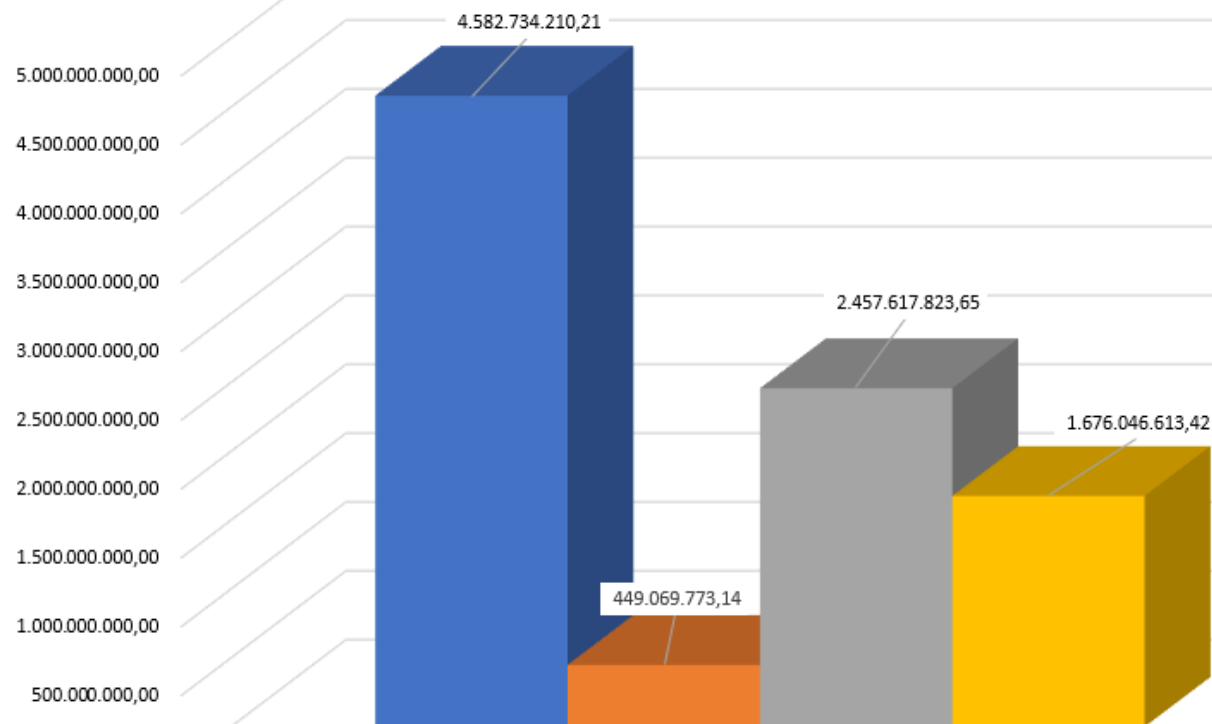
Gestão de Restos a Pagar

Os órgãos da administração direta do Ministério da Justiça e Segurança Pública iniciaram o exercício de 2020 com um estoque de restos a pagar na monta de R\$ 4,5 bilhões, cancelamentos ocorridos durante o ano, na ordem de R\$ 0,449 bilhão, redimensionaram esse valor para R\$ 4,1 bilhões, dos quais foram pagos R\$ 2,4 bilhões. Os dados analisados excluíram os valores recebidos de outros Ministérios.

VARIAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (processados e não processados)

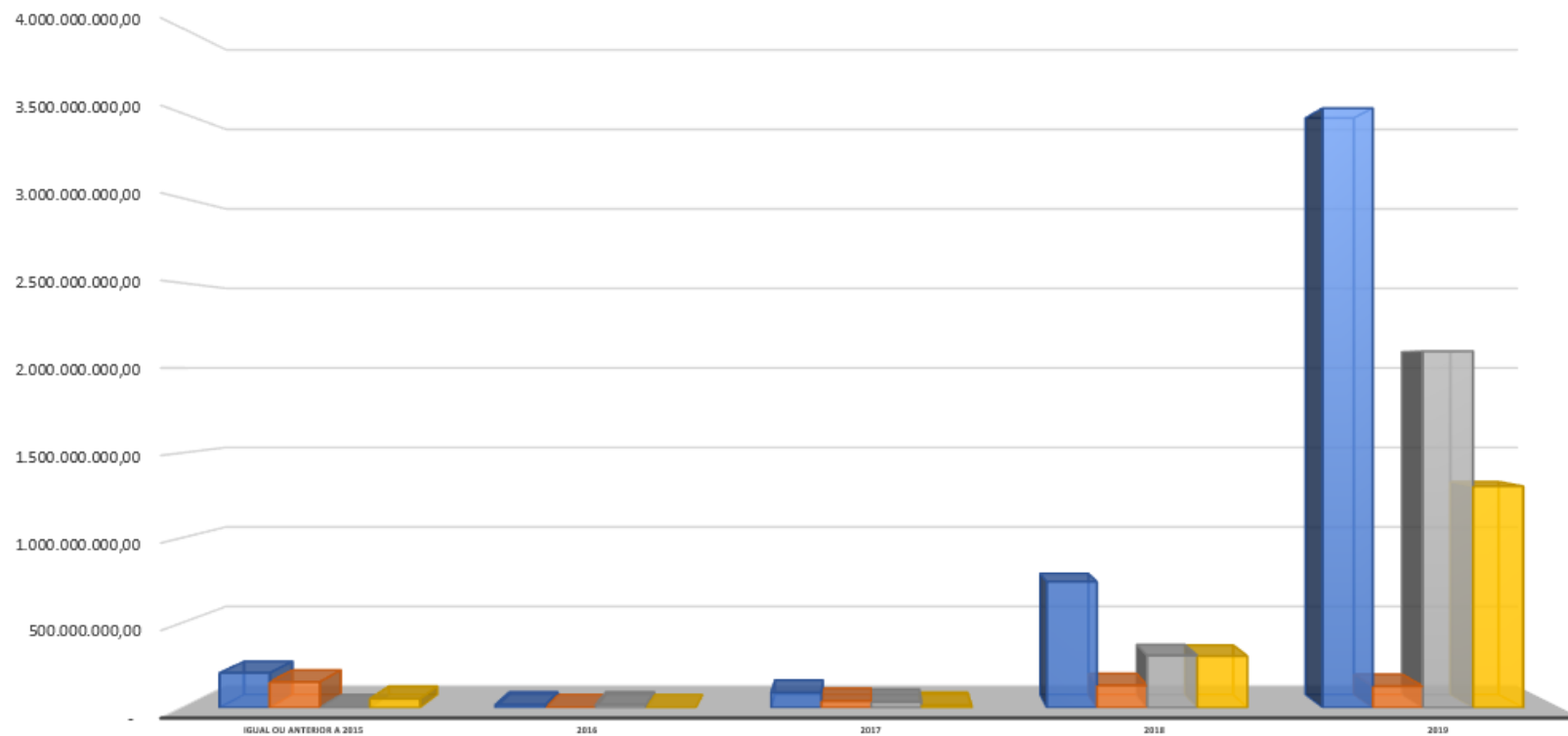


RESTOS A PAGAR

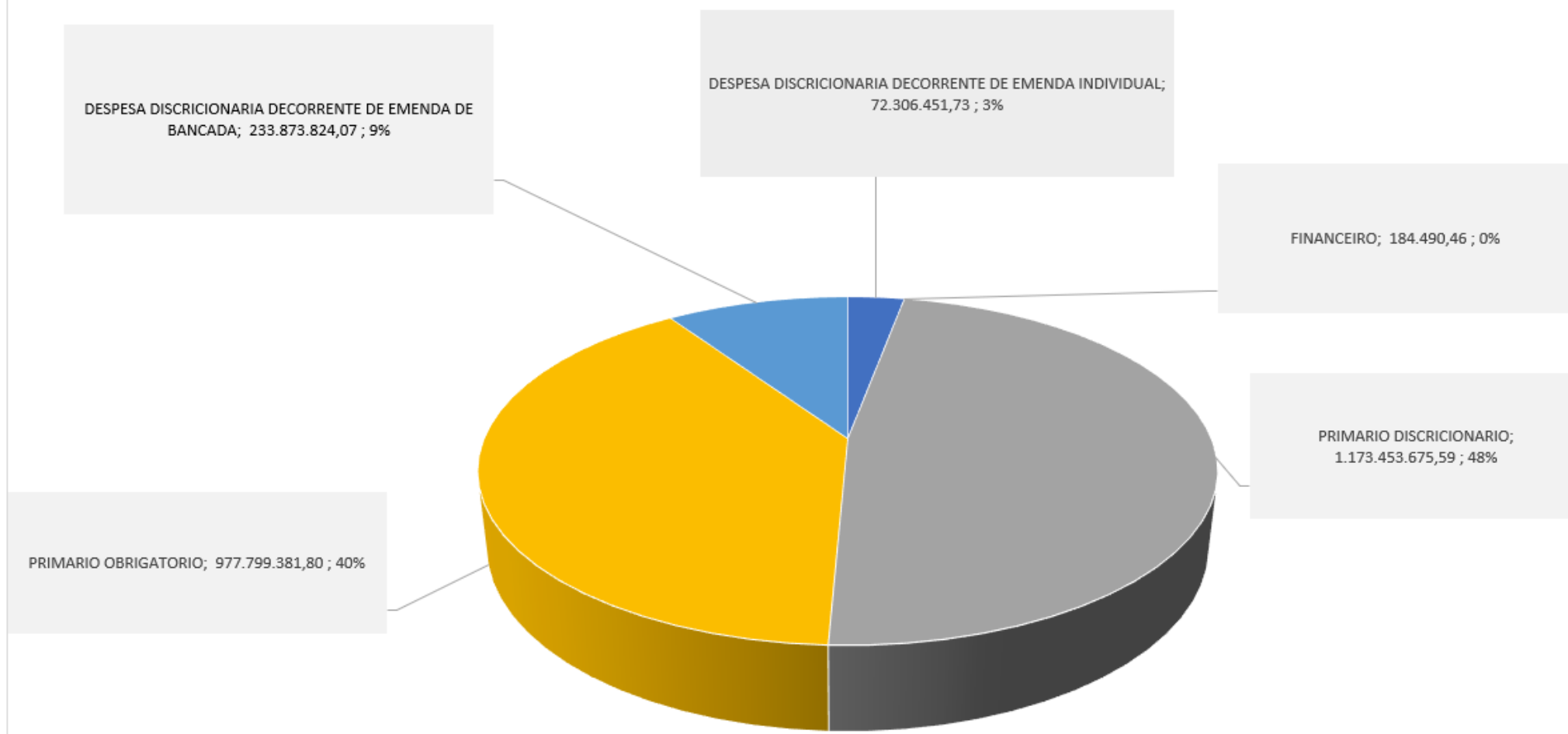


	Total
■ Soma de RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC E N PROC)	4.582.734.210,21
■ Soma de RESTOS A PAGAR CANCELADOS (PROC E N PROC)	449.069.773,14
■ Soma de RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)	2.457.617.823,65
■ Soma de RESTOS A PAGAR A PAGAR (PROC E N PROC)	1.676.046.613,42

RESTOS A PAGAR POR ANO DE INSCRIÇÃO

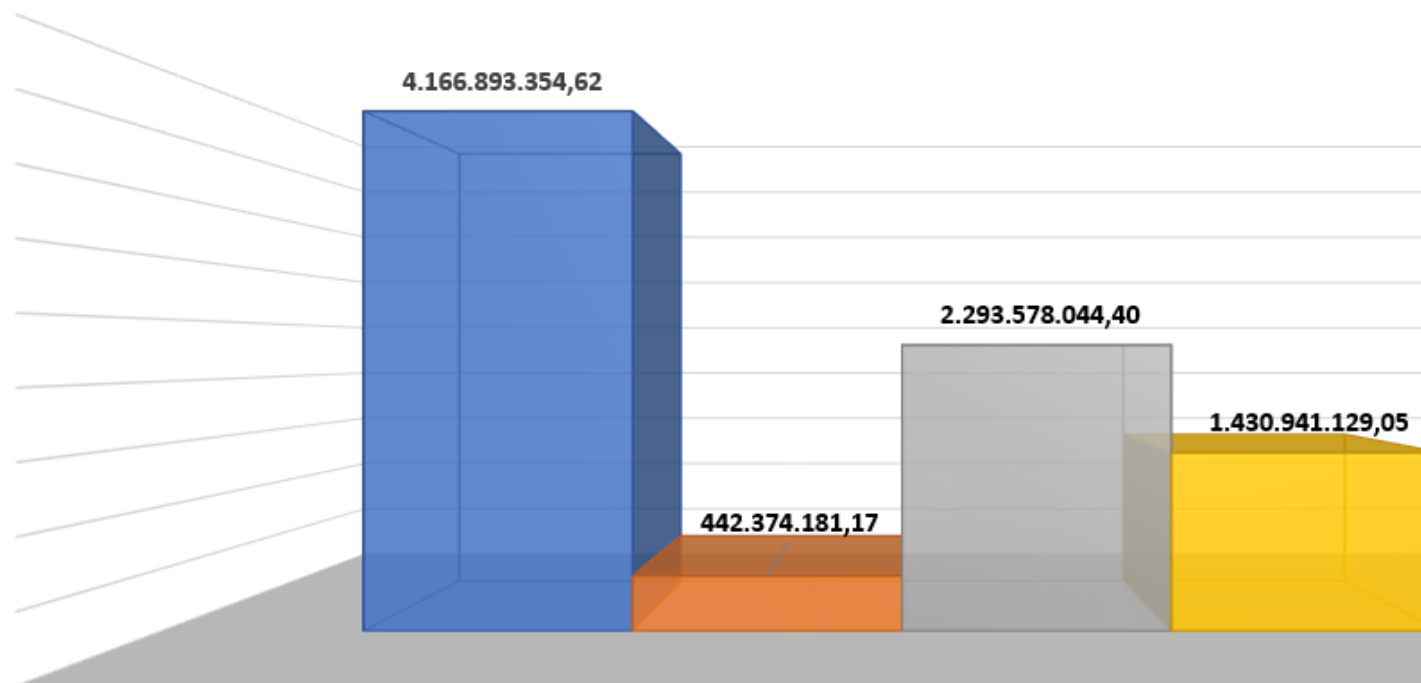


	igual ou anterior a 2015	2016	2017	2018	2019
■ Soma de RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC E N PROC)	204.750.816,24	17.955.536,58	89.433.335,52	742.093.570,91	3.528.285.735,26
■ Soma de RESTOS A PAGAR CANCELADOS (PROC E N PROC)	151.734.880,38	105.546,44	40.006.399,40	130.986.246,41	126.236.700,51
■ Soma de RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)	417.640,99	17.330.717,82	34.761.743,90	306.924.252,39	2.098.183.468,55
■ Soma de RESTOS A PAGAR A PAGAR (PROC E N PROC)	52.598.294,87	519.272,32	14.665.192,22	304.183.072,10	1.303.865.566,20

RESTOS A PAGAR POR RESULTADO PRIMÁRIO

O quadro abaixo retrata a inscrição de restos a pagar nas unidades gestoras executoras do MJSP, aqui percebe-se um valor inferior de inscrição por ocasião de parte do orçamento do MJSP ser executado por outros Ministérios.

RESTOS A PAGAR INSCRITOS NAS UNIDADES EXECUTORAS DO MJSP

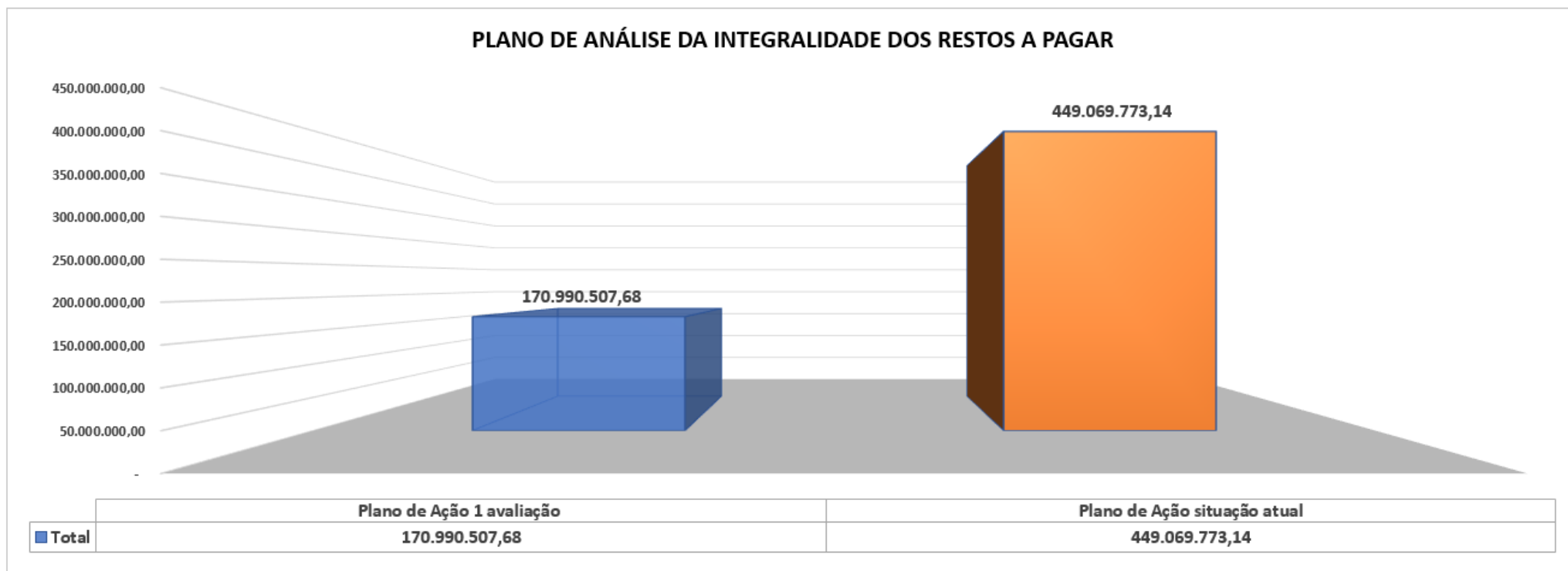


	Total
■ Soma de RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC E N PROC)	4.166.893.354,62
■ Soma de RESTOS A PAGAR CANCELADOS (PROC E N PROC)	442.374.181,17
■ Soma de RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)	2.293.578.044,40
■ Soma de RESTOS A PAGAR A PAGAR (PROC E N PROC)	1.430.941.129,05

Plano de Análise da Integralidade dos Restos a Pagar

No dia 12 de março de 2020, o Ministério da Justiça e Segurança Pública implementou um plano de ação para que todos os empenhos inscritos em restos a pagar no órgão orçamentário 30000 – MJSP fossem analisados e, no caso de ausência de lastro de continuidade, cancelados. O plano resultou em uma redução significativa dos restos a pagar do Ministério.

No início do plano, ou seja, até o início de março de 2020, haviam sido cancelados, do orçamento sob a gestão das unidades que integram este relatório de gestão, R\$ 170,9 milhões de restos a pagar, sendo que no final do exercício de 2020, apurou-se um montante cancelado de 449 milhões.



CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO PARA ENFRENTAMENTO À COVID-19**Contingenciamento das Despesas**

O contingenciamento consiste na postergação do fluxo de liberação de limites de movimentação e empenho - LME e de limites de pagamentos - LP, retardando ou impedindo a execução de parte das despesas discricionárias (custeio e investimento) previstas na Lei Orçamentária Anual em função da insuficiência de receitas.

Ocorre que, com a publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que reconhece para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, notadamente para as dispensas do atingimento dos resultados fiscais, previstos no art. 2º da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, e da limitação de empenho de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, não ocorreu contingenciamento do orçamento aprovado na Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2020, ou seja, todo o orçamento do MJSP restou disponível para execução.

Crédito Extraordinário para Enfrentamento à COVID-19

O MJSP foi atendido por duas Medidas Provisórias (MPV) que abriram Créditos Extraordinários para o combate à Pandemia.

A primeira foi a MPV 942/2020 que disponibilizou o valor de R\$ 199.824.649 e foi convertida na Lei nº 14.033 de 04 de agosto de 2020. A segunda foi a MPV 965/2020 que disponibilizou o valor de R\$ 408.869.802 e teve seu prazo de vigência encerrado no dia 10 de setembro de 2020.

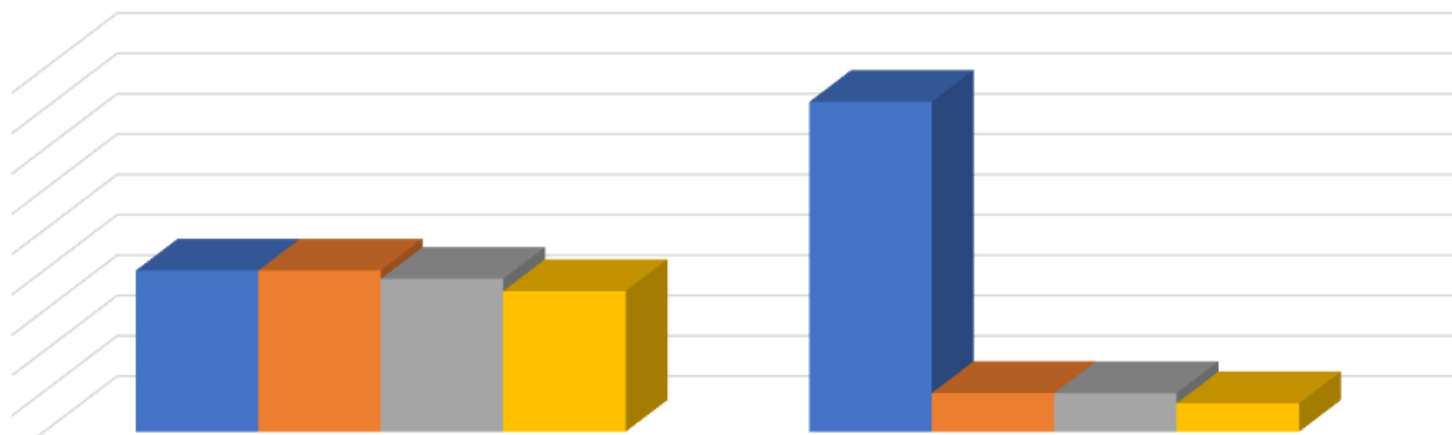
Com relação ao orçamento autorizado na MPV 942/2020 foi empenhado R\$ 189.426.533, o que representa 95% de execução.

No que tange à MPV 965/2020, cabe esclarecer que, por não ter sido convertida em Lei, parte dos recursos autorizados foram bloqueados, tornando-se indisponíveis para execução por parte do MJSP.

Nesse sentido, restaram disponíveis para execução R\$ 47.898.972, dos quais foram empenhados R\$ 47.863.446, o que representa aproximadamente 100% de execução dos valores disponíveis.

No sentido de comunicar aos órgãos de controle e à sociedade sobre as ações desenvolvidas pelo Ministério no enfrentamento à pandemia, também foi disponibilizado no site do MJSP (<https://www.gov.br/mj/pt-br>), um painel contemplando um Relatório Situacional – COVID-19, por meio do qual pode-se monitorar a execução orçamentária, com as respectivas medidas adotadas para o enfrentamento da crise, como distribuição de cestas básicas e kits de higiene e limpeza para a população indígena, distribuição de equipamentos de proteção individual EPIs para os agentes de segurança pública e para o sistema penitenciário, medidas para a proteção do consumidor, medidas normativas adotadas, dentre outras informações da atuação do MJSP na prevenção e combate à COVID-19. O link do referido painel foi encaminhado para conhecimento e acompanhamento junto aos órgãos de controle visando dar transparência ativa à execução deste Ministério.

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO COVID-19



Soma de DOTACAO ATUALIZADA	199.824.649	408.869.802
Soma de ORÇAMENTO DISPONÍVEL	199.824.649	47.898.972
Soma de DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	189.426.533	47.863.446
Soma de DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)	174.357.166	35.187.579

EXECUÇÃO POR NATUREZA DE DESPESA DETALHADA – COVID-19

RÓTULOS DE LINHA	Soma de DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	Soma de DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)
MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	122.792.345	122.585.112
INDENIZACOES	36.081.530	21.000.645
MATERIAL HOSPITALAR	21.812.368	15.482.201
MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	15.494.383	13.499.448
DEMAIS	41.109.352	36.977.338
TOTAL	237.289.979	209.544.745

GESTÃO DOS FUNDOS

O Ministério da Justiça e Segurança Pública se utiliza de seis fundos públicos como fontes de recursos para o financiamento de suas atividades:

FUNAPOL - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal

Instituído pela Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 e regulamentado pelo Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997, tem por finalidade proporcionar recursos e meios destinados a aparelhar a Polícia federal e a manter suas atividades essenciais e competências típicas. Gerido e utilizado pela Polícia Federal.

FUNAD - Fundo Nacional Antidrogas

Instituído pela Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, tem seus recursos destinados ao desenvolvimento, à implementação e à execução de ações, programas e atividades de repressão, de prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social de dependentes de substâncias psicoativas. Gerido pela SENAD no Ministério da Justiça e Segurança Pública, sendo parcela da arrecadação destinada aos órgãos de segurança pública federais, estaduais e distrital.

Com a publicação da Lei nº 13.886, de 17 de outubro de 2019, ocorreu uma otimização da gestão de ativos do Fundo o que pode ser percebido pela majoração significativa da arrecadação.

FDD - Fundo de Defesa de Direitos Difusos

Instituído pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, tem por finalidade promover ações de reparação e de prevenção de danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

O FDD é administrado pelo Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos. O fundo apoia projetos apresentados por órgãos públicos e entidades civis, que são selecionados por editais de chamamento publicados a cada 2 (dois) anos. Gerido e utilizado pela Secretaria Nacional do Consumidor.

FUNAN - Fundo Nacional do Arquivo Nacional

Instituído pela Decreto nº 88.771, de 27 de setembro de 1983, tem por finalidade centralizar recursos e financiar, atividades do Arquivo Nacional, a cujo crédito serão levados todos os recursos destinados a atender às suas necessidades, observado o disposto nos Decretos-Leis nºs 1.754 e 1.755, de 31 de dezembro de 1979. Gerido e utilizado pelo Arquivo Nacional.

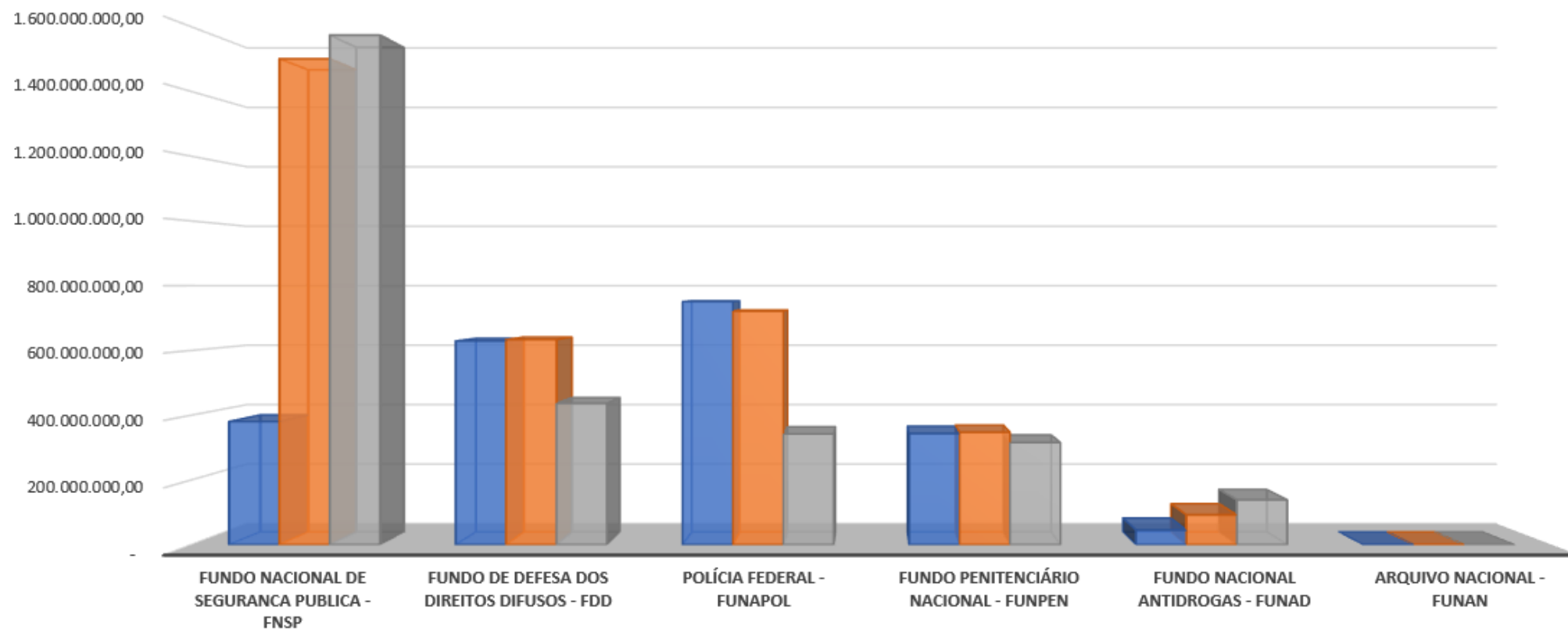
FNSP - Fundo Nacional de Segurança Pública

Instituído pela Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, tem como objetivo apoiar projetos na área de segurança pública e de prevenção à violência, enquadrados nas diretrizes do plano de segurança pública do Governo Federal. Com a publicação da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que direcionou uma fonte específica de receita para o Fundo, bem como previu o repasse obrigatório de parte dos recursos para os Estados e o Distrito Federal, ocorreu uma otimização do processo de execução e um fortalecimento do orçamento do Fundo. Gerido e utilizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública.

FUNPEN - Fundo Nacional de Segurança Pública

Instituído pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994 e regulamentado pelo Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994, tem por finalidade proporcionar recursos e meios destinados a financiar e apoiar as atividades e os programas de modernização e aprimoramento do Sistema Penitenciário Brasileiro. Por força da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 347, foi incluído no anexo de despesas obrigatórias da Lei de Diretrizes Orçamentária de 2019. Gerido e utilizado pelo Departamento Penitenciário Nacional.

RECEITA LÍQUIDA



	FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - FNSP	FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - FDD	POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL	FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL - FUNPEN	FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS - FUNAD	ARQUIVO NACIONAL - FUNAN
■ 2018	380.391.246,48	629.167.495,03	750.927.806,06	343.586.699,52	45.228.201,97	186.438,28
■ 2019	1.500.917.846,81	633.502.846,75	721.430.056,88	347.456.492,88	92.038.133,84	109.559,34
■ 2020	1.573.847.303,87	436.603.519,50	341.994.125,15	315.465.820,04	138.558.416,18	25.548,25

Conformidade da gestão orçamentária e financeira

Considerando a diversidade de temas afetos ao Ministério, demandando conhecimentos específicos de cada área de atuação das unidades do órgão, a execução orçamentária e financeira no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ocorre de forma descentralizada, conferindo aos gestores maior assertividade e celeridade no atendimento de suas entregas.

Neste contexto, os registros de conformidade de gestão, efetuados pelos servidores responsáveis indicaram que os atos de gestão orçamentária e financeira praticados pelas unidades do MJSP, em 2020, guardaram total conformidade com as normas legais aplicáveis à matéria.

Registre-se que, esta Pasta Ministerial tem incentivado a adoção de medidas com vistas à conformidade dos atos de gestão, a exemplo do engajamento no cumprimento das recomendações e determinações dos órgãos de controle interno e externo; da disseminação de orientações técnicas e normativas proferidas pelos órgãos centrais; do aprimoramento dos controles internos de forma a nortear o desenvolvimento das atividades, de capacitações dos servidores responsáveis pela conformidade de gestão, entre outras medidas.

Principais desafios e ações futuras

DESAFIOS

- Aprimorar o Painel do Orçamento do MJSP, plataforma que permite aos gestores acompanharem a execução orçamentária e financeira do Ministério, sendo um facilitador para a tomada de decisão;
- Aprimorar o Painel de Custos do MJSP, plataforma que permite aos gestores acompanharem os custos do Ministério, sendo um facilitador para a tomada de decisão;
- Adequar o planejamento visando às aquisições e contratações de forma a atender tempestivamente às demandas de prevenção e enfrentamento à pandemia causada pelo Coronavírus (COVID-19);
- Manter um orçamento robusto no MJSP e obter um elevado índice de

sua execução a despeito do cenário incerto decorrente da pandemia COVID-19, e a imposição advinda com as Emendas Constitucionais nº 100 e 102, referentes à impositividade da execução do orçamento;

- Realizar o maior repasse de recursos da história do FNSP, no equivalente a R\$ 1.257.697.385,00, visando ao apoio a ações de segurança pública para os fundos de segurança estaduais e distritais – Eixo de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública e ao Eixo Enfrentamento à Criminalidade Violenta;
- Garantir no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP as condições para que os recursos destinados ao financiamento das políticas nesta área, sejam executados na sua plenitude, cuja finalidade precípua é realizar compras e aquisições de bens e serviços, de forma mais eficiente, em benefício das instituições e órgãos integrantes do SUSP.

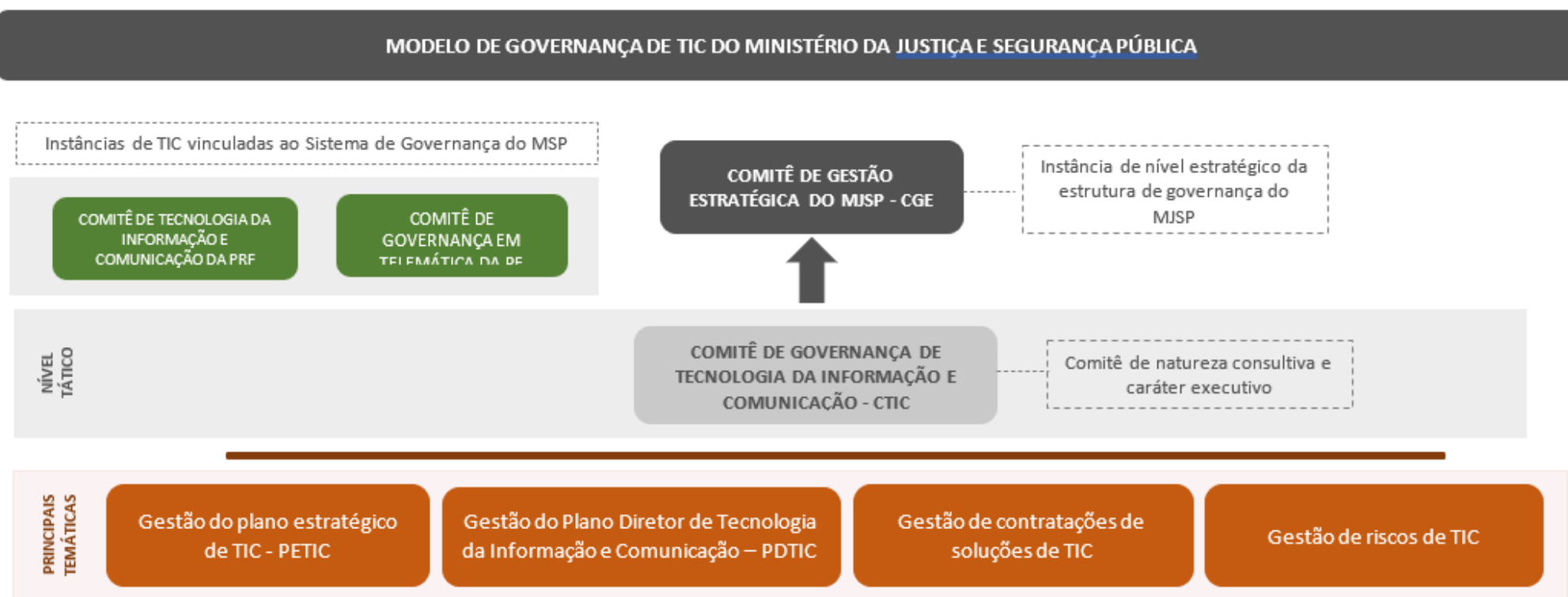
AÇÕES

- Aprimoramos a Cartilha de Emendas Parlamentares 2021, instrumento que contempla os principais programas e projetos do MJSP, e respectivas entregas que passou a contar com infográficos com informações resumidas e didáticas acerca das entregas contidas na Cartilha de Emendas para fins de aperfeiçoar a comunicação do Ministério com os parlamentares;
- Aperfeiçoamos o alinhamento das rubricas orçamentárias aprovadas na LOA à Cadeia de Valor, macroprocessos e carteira de políticas públicas do Ministério;
- Elaboramos um painel de monitoramento da execução das despesas afetas à prevenção e enfrentamento à pandemia causada pela COVID-19, disponibilizado no site do MJSP (<https://www.gov.br/mj/pt-br>), contemplando dados sobre as medidas que estão sendo adotadas pela Pasta e as distribuições dos equipamentos de proteção individual; monitoramento da execução do orçamento; o número de pessoas contaminadas entre a população indígena; entre outras ações;
- Evoluímos a plataforma do Painel do Orçamento do MJSP, que permite aos gestores acompanharem a execução orçamentária e financeira do Ministério, sendo um facilitador para a tomada de decisão;
- Atuamos na busca por economias contratuais onde ocorreu a absorção, pela área de tecnologia da informação do Ministério, do portal Consumidor.gov.br da Secretaria Nacional do Consumidor, que gerou uma economia de aproximadamente R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) por ano;
- Desenvolvemos ações de conscientização dos servidores em relação à utilização dos ativos de TIC, visando a segurança da informação;
- Instituímos mecanismos de governança, diretrizes e procedimentos para o planejamento e o gerenciamento de contratações públicas de bens, serviços, obras, soluções de tecnologia da informação e comunicação, e para o compartilhamento e centralização de contratações no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com a publicação da Portaria nº 405, de 23 de novembro de 2020;
- Atuamos com o intuito de reduzir o estoque de Restos a Pagar das Unidades, no montante de R\$ 549.509.962,69, em empenhos melhorando a integridade dos RAP's e contribuindo para a Gestão do MJSP mais eficiente;
- Revisamos normativos referente aos macroprocessos “licitações e contratos”, a exemplo do estabelecimento de diretrizes para elaboração do preço referencial de uma contratação, que consequentemente traz redução dos preços licitados diante de uma estimativa representativa do mercado; e
- Buscamos melhoria da eficiência energética dos prédios, como por exemplo, a substituição de lâmpadas fluorescentes para tecnologia led, com o objetivo de reduzir as contas de energia.

II - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Modelo de governança de Tecnologia da Informação do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, Polícia Federal - PF, Polícia Rodoviária Federal - PRF e Arquivo Nacional - AN, integrado ao Sistema de Governança do MJSP, tem como principais instâncias o Comitê de Governância de Tecnologia da Informação e Comunicação do MJSP, o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação da PRF e o Comitê de Governança em Telemática da PF, responsáveis por, dentre outros, deliberarem sobre a execução das estratégias de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, revisão periódica do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, acompanhamento de projetos, processos e indicadores, aprovação de planos, políticas, normas e procedimentos TIC.

A estrutura de governança de TI está prevista na Portaria MJSP nº 86, de 23 de março de 2020, podendo ser ilustrada conforme modelo abaixo:



As áreas de TIC do MJSP, PF, PRF e AN seguem uma série de normativos que visam manter a conformidade legal da gestão de Tecnologia da Informação: regulamentos e guias elaborados pelo Governo Federal, Órgãos de Controle, Ministério da Economia, como por exemplo a Lei 8.666, de 1993 e as Instruções Normativas IN-01/2019-ME e IN-05/2017-MP, orientam fluxos de contratações e uma gama de procedimentos de TIC que subsidiam a qualidade em sua gestão.

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Os dados apresentados abaixo demonstram os valores empenhados em despesas de TIC (em milhões de reais) no âmbito do MJSP (Administração Direta, Fundo de Defesa de Direitos Difusos, Fundo Penitenciário Nacional, Fundo Nacional de Segurança Pública e Fundo Nacional Antidrogas, excluindo o CADE e a FUNAI por realizarem relatórios próprios), PF, PRF e AN no que tange ao indicador do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, que identifica os gastos de TI pelas naturezas de despesas.

VALORES EMPENHADOS (em milhões R\$)						
ÓRGÃO	2019			2020		
	Custeio	Investimento	Total	Custeio	Investimento	Total
MJSP	140,6	21,4	162,0	138,4	56,6	195,0
Arquivo Nacional	5,0	1,9	6,9	5,1	3,2	8,3
PRF	49,7	9,0	58,7	68,2	12,0	80,2
PF	100,4	102,6	203,0	92,4	147,8	240,2
Total Geral	295,7	134,9	430,6	304,1	219,6	523,7

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

Na comparação de 2020 com 2019, o total das despesas empenhadas apresentou um acréscimo de 21% em relação a 2019. Considerando o conjunto dos órgãos, o investimento teve um aumento de 62,7% enquanto as despesas de custeio tiveram um aumento de 2%.

CONTRATOS MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TIC (VIGENTES EM 2020)

Entre as contratações relevantes referentes à Tecnologia da Informação – TI destacam-se as de sustentação de sistemas, suporte de infraestrutura, serviços de fábrica de softwares, subscrição de softwares e sistemas, atendimento aos usuários, fornecimento de equipamentos etc.

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

MJSP	CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	Serviços de empresa especializada na prestação de serviço de service desk e sustentação de infraestrutura de tecnologia	5.538.093,71
MJSP	CTIS TECNOLOGIA S.A	Fábrica de Software	4.341.636,87
MJSP	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO	Serviços especializados em Tecnologia da Informação (TI) necessários para o desenvolvimento, manutenção, treinamento, hospedagem dos sistemas estratégicos do Ministério da Justiça e Cidadania	4.168.315,37
MJSP	TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS SA TELEBRAS	Prestação de serviços de rede de dados de longa distância para a Infovia de Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública - denominada Infovia-MJ.	2.303.630,15
MJSP	MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	Renovação de Licenças Adobe Creative Cloud CCE ETLA e licenças de direito de uso do Single App CCE ETLA	1.018.812,00

MJSP	INGRAM MICRO BRASIL LTDA	Serviços de fornecimento de subscrição de licenças de software, aplicativos e sistemas operacionais, destinados aos equipamentos e estações de trabalho e servidores de rede do Ministério da Justiça	894.037,45
MJSP	ACECO TI S.A.	Manutenção da Sala Cofre	749.382,33
MJSP	INFOSEC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - ME	Empresa especializada para fornecimento e instalação de Solução de Auditoria e Gerenciamento de Serviços do AD (Microsoft Active Directory), Servidor de Arquivos (Microsoft File Server), Correio Eletrônico (Microsoft Exchange Server), Solução de Portal de Permissionamento Automático, Solução de Classificação de Dados Sensíveis e Solução de Análise em tempo real e prevenção de comportamentos suspeitos, incluindo treinamento para operacionalização do software, bem como execução de serviços de planejamento, implementação e testes, além de transferência de conhecimentos e operação assistida, com garantia (manutenção e suporte técnico)	709.854,97
MJSP	GARTNER DO BRASIL SERVICOS DE PESQUISAS LTDA	Empresa especializada em fornecimento de licenças anuais para acesso a bases de conhecimento de pesquisas de mercado em Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, aconselhamento imparcial em TIC	660.731,68
MJSP	DELTAPOINT CONSULTORIA E TREINAMENTOS EIRELI	Fábrica de Software	603.787,59

MJSP	3CORP TECHNOLOGY S/A INFRAESTRUTURA DE TELECOM	Empresa especializada no fornecimento de solução integrada de telefonia VoIP contemplando licenças, atualizações e suporte técnico, sem dedicação exclusiva de mão de obra e aquisição de equipamentos para atendimento das necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP	499.561,59
MJSP	SIMPRESS COMÉRCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS S.A	Empresa especializada para Prestação de serviços de impressão (outsourcing), por registro de preços com fornecimento de equipamentos, sistema de gerenciamento de impressões, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos com fornecimento de peças e componentes, suprimentos, insumos/consumíveis (toner, cilindro), exceto papel, em conformidade com os padrões técnicos estabelecidos	410.652,00
MJSP	AMERICA TECNOLOGIA DE INFORMATICA E ELETRO-ELETRONICOS	Serviços de suporte técnico equipamentos de infraestrutura armazenamento de dados	307.266,52
MJSP	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	Créditos Universais de Nuvem Oracle (Oracle Cloud Universal Credits)	280.224,04
MJSP	SERVIX INFORMATICA LTDA	Empresa especializada na prestação de serviços de atualização e sustentação do Software Netbackup e Netbackup Appliance	268.441,60

MJSP	DFTI - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - ME	Serviços especializados no fornecimento de Solução de Antivírus para execução em ambiente computacional do Ministério Justiça e Segurança Pública	162.440,01
MJSP	LANLINK SOLUCOES E COMERCIALIZACAO EM INFORMATICA S/A	Consultoria Técnica Especializada	152.538,75
MJSP	CLARO S.A.	TV por assinatura	87.067,02
MJSP	TELEFONICA BRASIL S.A.	Empresa para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC (fixo-fixo e fixo-móvel) e de Serviço Móvel Pessoal - SMP (Móvel-Móvel, Móvel-Fixo e dados), nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI)	47.769,85
MJSP	SUPORTE INFORMATICA SOLUCOES LTDA	Equipamentos de infraestrutura de backup em fita	1.140,00
PF	EMPRESA SERV. FEDERAL DE PROC. DE DADOS - SERPRO	Promasp Contrato 07/2017	10.628.592,29
PF	STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A.	Nova fábrica de software (Grupo 02) Contrato 02/2020	10.037.345,99

PF	ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.	Suporte de infraestrutura Contrato 10/2015	7.344.195,16
PF	STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A.	Fábrica de Software Contrato 06/2015	7.152.877,47
PF	CLARO S.A	Serviços de Telecomunicações (RedeWan) Contrato 05/2019	4.937.960,96
PF	TELTEC SOLUTIONS LTDA	Switch Core Nova Sede Contrato 15/2020	4.276.676,00
PF	INGRAM MICRO BRASIL LTDA	Subscrições das versões Enterprise e serviços de gerenciamento técnico de conta e consultoria técnica especializada Contrato 13/2019	3.840.410,52
PF	RESOURCE TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA LTDA	Desenvolvimento e sustentação de sistemas informatizados Contrato 03/2020	2.653.664,00
PF	DECISION SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	Serviços de Manutenção de Backup e Storage Contrato 05/2018	2.501.772,00
PF	ACECO T.I	Manutenção da Sala Cofre Contrato 03/2018	1.603.787,68

PF	FAST SECURITY TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	Antivírus e antispam Contrato 11/2017	1.560.000,00
PF	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	Suporte técnico com atualização de versões para softwares de Banco de Dados Oracle Contrato 06/2017	1.545.970,15
PF	SITA INC DO BRASIL LTDA	Transmissão segura de dados de vôos API e PNR Contrato 09/2018	1.520.352,00
PF	IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA	Licença ZOS Contrato 06/2019	1.376.583,55
PRF	Algar	Suporte a Infraestrutura de TI	3.458.559,11
PRF	CTIS	Suporte a Ambientes de B	3.245.277,15
PRF	CTIS	Fabrica de Software	1.899.040,79
PRF	IBRTEC	Serviços de Engenharia para Radio Comunicação	992.350,80

PRF	Teradata	Serviços Técnicos Especializados	859.266,09
AN	CONNECTCOM	Prestação de serviço de infraestrutura de rede, adm e suporte técnico de TI	2.026.103,25
AN	TIM	Prestação de serviço de link de internet	528.764,88
AN	GREN4T	Prestação de serviço de manutenção de sala cofre	409.048,00
AN	UNITECH	Prestação de manutenção preventiva e corretiva de storages	83.134,68
AN	UNITECH	Prestação de manutenção preventiva e corretiva de fitoteca quantum	221.242,08

PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS NA ÁREA DE TIC POR CADEIA DE VALOR DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Iniciativas	Cadeia de Valor	Resultados, Benefícios ou Impactos
Contratação do novo ambiente de alta disponibilidade para serviços críticos de TIC (novo Datacenter)	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Ampliação da capacidade de provimento de serviços críticos de TIC com alta disponibilidade e confiabilidade.
Contratação de ativos de infraestrutura de núcleo de rede e de balanceamento de tráfego de aplicações	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Maior capacidade de tráfego de dados, aumento da disponibilidade e da segurança das aplicações providas por meio da infraestrutura de TIC.
Contratação de Estações de Trabalho e Notebooks para a modernização do ambiente de trabalho institucional	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Ampliação da produtividade das equipes de servidores com o uso de melhores equipamentos.
Recontratação e ampliação das subscrições de softwares Adobe (Acrobat Pro e Creative Cloud)	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Ampliação da capacidade de produção de documentos e de conteúdo audiovisual por todas as áreas da instituição
Contratação de serviços da nuvem Oracle	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Possibilitar a internalização e absorção do portal Consumidor.gov.br da Secretaria Nacional do Consumidor
Recontratação e expansão dos serviços de INFOVIA do Governo Federal	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Expansão da capacidade de transmissão de dados entre as unidades do Ministério da Justiça localizadas em Brasília-DF

Implantação e aprimoramento das boas práticas existentes no guia ITIL (IT Infrastructure Library).	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Melhoria dos processos de gestão de serviços de TIC. No momento, já foram implantados os processos de gestão de requisições, incidentes, mudanças, problemas, conhecimento, configuração e ativos de TIC, nível de serviço, catálogo de serviços, portfólio e capacidade
Desenvolvimento de painéis de indicadores	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Monitoramento de praticamente todos os aspectos da cadeia de prestação de serviços de TIC por meio de indicadores em painéis analíticos, que foram construídos para permitir o acompanhamento por parte da gestão de TIC
Estruturação da tecnologia do Banco Nacional de Perfis Balísticos e da rede nacional com 37 Sistemas de Balística nos Estados e PF	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Criação de Banco de Dados Nacional de Perfis Balísticos, possibilitando a análise de vestígios coletados em diferentes locais de crime e a identificação de convergências entre estes
Apoio no GT de Cadeia de Custódia da SENASP	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Possibilidade de desenvolvimento de sistema de gestão da criminalística para os Estados Brasileiros, com a utilização dos conceitos necessários para o atendimento da Lei 13.964/19
Desenvolvimento do TED com UFPR para construção de solução escalável (IPAD 4.0) para análise de evidências em dispositivos móveis	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	O processo de construção do TED foi suspenso aguardando definições do GT de Cadeia de Custódia da SENASP

Proposta de criação das centrais para recebimento, tratamento e armazenamento de vestígios digitais	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	A proposta foi apresentada para a DPSP e houve a recomendação de apresentação no GT de Cadeia de Custódia. Aguardando o avançar das discussões para apresentação
Análises e estudos do ambiente de Azure DevOps para apoiar projetos de nuvem;	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Esta ação visa consolidar o conceito de DevOps nas áreas de desenvolvimento e infraestrutura do Ministério, permitindo entregas contínuas, ágeis e de qualidade das aplicações desenvolvidas pela Fábrica de Software
Apoio técnico no projeto de extração de dados veiculares	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Aquisição proposta pela SEOP. Realização de estudos técnicos para análise de efetividade e viabilidade da aquisição. Verifica-se, até o momento, que uma pequena parcela dos veículos apreendidos é suportada pela solução. Será realizada um teste do conceito
Apoio na fase de planejamento da contratação da solução de leilões de ativos da SENAD	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Foi identificada plataforma de leilões que fora desenvolvida pelo Estado de MG. Assinado Acordo de Cooperação Técnica para a absorção do sistema pelo MJ. Em fase de análise do sistema
Estruturação do Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP da DTIC alinhado ao PETIC e ao PDTIC;	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Foi realizado estudo confrontando os planos e foram identificadas oportunidades de ajustes no PDP 2021 para atendimento do PETIC e PDTIC

Apoio na absorção do Pro-consumidor e do Consumidor.gov.br que estavam hospedados e sendo desenvolvidos na estrutura do Banco do Brasil	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Esta ação permite melhorar o nível de governança do MJSP em relação aos sistemas, agilizando as entregas das próximas evoluções, além de diminuir o custo de desenvolvimento e sustentação de infraestrutura
Contratação de empresa especializada em aconselhamento de tecnologia com base de conhecimento do mercado de TIC	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Esta contratação apoia diversas iniciativas próprias da DTIC/SE e diversas outras ligadas as múltiplas áreas de negócio do ministério, possibilitando um aconselhamento imparcial acerca das últimas tendências tecnológicas
Contratação de capacitação CISSP para área de Segurança da Informação do ministério	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Realizada capacitação de 7 servidores da DTIC no CISSP que possui foco na gestão de riscos em TIC
Implantação de solução da nuvem privada criptografada (next cloud)	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Permitirá a troca de informações sensíveis entre as agências de inteligência
Realização de concurso Público de servidores temporários BIGDATA	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	O fortalecimento da equipe de TI do MJSP ampliará a capacidade do Ministério para realizar a integração e análise de grandes volumes de dados na segurança pública, acelerando a disponibilização para os estados de ferramentas e serviços para enfrentamento à criminalidade

Apoio no projeto de Inteligência em Fontes abertas, Mídias Sociais, Deep e Dark Web	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Processo de contratação foi suspenso pelo requisitante. Será retomada em 2021
Apoio no planejamento da contratação de solução de Plataforma de Monitoramento para as Penitenciárias Federais e sede do DEPEN	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Foram construídos o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência. Em razão dos valores obtidos durante a pesquisa de preços, será necessária readequação do projeto. Terá continuidade em 2021
Apoio no planejamento de solução de inteligência para monitoramento das visitas nos parlatórios físicos e virtuais das Penitenciárias Federais	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Considerando tratar-se de solução com inovações tecnológicas na área de inteligência artificial, o levantamento de valores de referência teve dificuldades em encontrar fornecedores. Processo com continuidade em 2021
Aplicação do modelo de maturidade do Gartner – IT Score for Enterprise Architecture & Technology Innovation	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Estudo e desenvolvimento de metodologia para melhorar a maturidade da arquitetura empresarial do MJSP, iniciando pela forma de atuação da DTIC perante as áreas de negócio
Manutenção e criação de controle dos projetos da DTIC para monitoramento em PWA e BI	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Melhor controle, pela gestão DTIC, dos projetos de contratações de TIC no âmbito do MJSP

Solução para gestão de solicitações de Convites e Audiências para Agenda do Ministro desenvolvida	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	A solução tecnológica visa agilizar e controlar o processo de agenda do Ministro, como solicitação de reunião, convites para eventos e audiências com o Ministro."
Solução auxiliar para a gestão dos mais de 100 canais de videoconferência do DEPEN desenvolvida	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Melhoria na prestação dos serviços de apoio à Justiça do DEPEN
Desenvolvimento do Painel de acompanhamento dos processos de Naturalização	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Esta ação permite consolidar e apresentar informações de forma mais ágil dos processos de Naturalização do Ministério, de acordo com as necessidades da área de negócio
Desenvolvimento de Solução e Painel de acompanhamento do Em Frente Brasil	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Esta ação permite consolidar e apresentar informações de forma mais ágil do projeto Em Frente Brasil, de acordo com as necessidades da área de negócio.
Integração de bases e backend de criação de usuário disponibilizado para o Córtex	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Esta ação permite aumentar o nível de governança e auditoria nas consultas realizadas pelo sistema Córtex, além de permitir maior autonomia da área negocial em relação aos acessos aos usuários.

Elaboração do Guia da arquitetura de dados analíticos para o MJSP	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	O Guia de Arquitetura de Dados Analíticos visa mitigar problemas de incompatibilidade, governança e segurança dos dados, assim como a escalabilidade e extensibilidade para adição e consumo de dados
Otimização do contrato do contrato de Fábrica de SW e processos correlatos	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Aumento do número de sistemas desenvolvidos/ absorvidos e entregue em produção para uso das áreas de negócios, saindo de 7 em 2019 para 26 em 2020
Análise de vulnerabilidades de sistemas por meio de POC (Proof of concept) de soluções de vulnerabilidades (contratação de ferramentas de vulnerabilidades)	Governança. Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Aumento da segurança pela análise do sistema de ponto eletrônico por meio de POC identificando-se vulnerabilidades graves provocando na descontinuidade da aplicação
Novos contratos da fábrica de software	Governança. Gestão e Suporte (DTI/PF/MJSP)	Modernização e ganhos de eficiência na realização das atividades finalísticas da PF, por meio do desenvolvimento de sistemas informatizados
Novo contrato de empresa de suporte de infraestrutura	Governança. Gestão e Suporte (DTI/PF/MJSP)	Serviços de TI em nível de qualidade, estabilidade e segurança adequados para a realização das atividades finalísticas e de suporte da PF

Desenvolvimento dos sistemas SISMIGRA – Periféricos, Nova intranet, SISCAER – Armas, RAPINA, API – SINCAC, AGENDA-PF, ePOL (última release)	Governança. Gestão e Suporte (DTI/PF/MJSP)	Modernização e ganhos de eficiência na realização das atividades finalísticas da PF, por meio do desenvolvimento de sistemas informatizados
Parceria com a USP para implantação do Sistema de Inovação da PF	Governança. Gestão e Suporte (DTI/PF/MJSP)	Estabelecimento de processos e atividades voltados para a gestão da inovação na PF
Serviço de monitoramento por inteligência	Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (DTIC/PRF/MJSP)	Aumento significativo de apreensões de dinheiro em espécie sem origem declarada
Interconexões de bases de dados com outras instituições	Gestão da Política Integrada de Segurança Pública (DTIC/PRF/MJSP)	Apreensões significativas de drogas e armas
Digitalização de processos previstos no plano de transformação digital	Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão (DTIC/PRF/MJSP)	Facilitação da interação do cidadão com a PRF
Implementação de processos de governança e central de atendimento com NOC	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/PRF/MJSP)	Aumento da disponibilidade dos sistemas e garantia de continuidade dos sistemas do órgão
Desenvolvimento do NOVO SIAN	Preservação da Memória Nacional (COTIN/AN/MJSP)	Sistema irá facilitar o acesso às informações custodiadas no AN

Projeto DIBRArq	Preservação da Memória Nacional (COTIN/AN/MJSP)	Sistemas para acesso centralizado à diversos acervos custodiados por inúmeras instituições arquivísticas
Portal de Acervos dos Presidentes	Preservação da Memória Nacional (COTIN/AN/MJSP)	Portal para acesso e difusão de todo acervo documental de todos os ex-presidentes do Brasil
Portal Guia de Fontes	Preservação da Memória Nacional (COTIN/AN/MJSP)	Sistema para facilitar acesso a todos os fundos (conjuntos documentais de uma mesma proveniência) custodiados pelo AN
Expansão do Armazenamento lógico da instituição	Preservação da Memória Nacional (COTIN/AN/MJSP)	Aumento da capacidade de armazenamento da instituição, frente ao grande acervo digital custodiado pelo AN

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS NA ÁREA DE TIC POR CADEIA DE VALOR DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

SECRETARIA-EXECUTIVA

- Implantação dos controles do CIS (Center for Internet Security);
- Adoção de Framework de segurança da informação;
- Capacitação dos servidores em segurança da informação;
- Planejamento e execução de campanhas de conscientização dos usuários em segurança da informação;
- Elaboração da proposta de política de classificação de documentos;
- Contratação Security Operations Center – SOC;
- Contratação de ferramentas de vulnerabilidades.

POLÍCIA FEDERAL

- Melhoria na segurança do ambiente Microsoft com implantação da solução de segurança para gerenciamento de credenciais de administrador local (LAPS) em 7 estados com respectiva revisão de Group Policy Object (GPOs);
- Melhoria no monitoramento e na utilização dos links locais de rede (MPLS) com implantação de solução de monitoramento de performance de rede (Network Performance Monitor - NPM) com alertas pró ativos;
- Implantação de solução de segurança (Advanced Threat Analytics - ATA) de análise comportamental de usuário (User Behavior Analytics - UBA) no domínio Microsoft;
- Documentação e revisão de políticas de segurança da informação, em especial a de acesso a administrador local;
- Melhoria no processo de resposta a incidentes de segurança com o amadurecimento do processo de tratamento.

POLÍCIA RODoviária FEDERAL

- Implantação de Camada de Segurança para Aplicações (WAF);
- Atualização de dispositivo de segurança de rede de monitoramento de tráfego (Firewall);
- Ajustes no ambiente de TIC para aderência a Lei Geral de Proteção de Dados;
- LGPD;
- Disseminação de campanhas de Segurança da Informação e Comunicação para todos os colaboradores.

ARQUIVO NACIONAL

- Modernização da solução de backup da instituição e;
- Aquisição de novas soluções para combate a vírus e spam.

Principais Desafios e Ações

A efetiva operação do Sistema Único de Segurança Pública - Susp somente foi possível a partir de intenso compartilhamento de dados e da firme iniciativa do Governo Federal de facilitar e simplificar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos, por meio da transformação digital. Soma-se a isso, a entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, que imprimem às áreas de TIC do MJSP e órgãos vinculados desafios crescentes, especialmente em relação ao aprimoramento dos mecanismos de governança de dados e ao desenvolvimento de competências analíticas para tirar proveito desse mundo de novas possibilidades.

Os esforços para ampliar o compartilhamento de dados e a transformação digital do governo, fizeram-se ainda mais necessários em decorrência da pandemia da COVID-19, com os obstáculos ao atendimento presencial aos cidadãos e a ocorrência de fraudes no pagamento dos benefícios. O crescimento de casos de invasões a sistemas informatizados e vazamentos de dados, tudo isso em um cenário de trabalho remoto dos servidores do MJSP, contribuíram para aumentar os desafios das áreas de TIC do MJSP.

No campo da governança de TIC, uma iniciativa promissora será a unificação dos Planos Diretores de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTICs do MJSP e órgãos vinculados (PF, PRF e FUNAI), o que possibilitará um melhor aproveitamento de recursos por meio da ampliação das compras compartilhadas, com ganhos de escala e padronização de soluções, além de, eventualmente, possibilitar o compartilhamento de infraestruturas de TIC entre os órgãos.

A determinação do Governo para que as áreas de TI optem, preferencialmente, pela computação em nuvem, impõe desafios adicionais de definição e operação de requisitos para os contextos de segurança pública, dentre outros aspectos relevantes.

Outros desafios e ações futuras que se descortinam no horizonte e merecem ser registrados são:

Pessoal

DTIC/SE/MJSP

1. Grande quantidade de atividades e contratos sob responsabilidade da área de infraestrutura e serviços;
2. Limitação de pessoal nas equipes da Coordenação-Geral de Infraestrutura e Serviços;
3. Falta de equipe para estruturar a área de inovação e de integração das bases de dados;
4. Equipe de servidores pequena, sendo necessária a atuação em vários processos aquisitivos e de desenvolvimento ao mesmo, fato esse que gerou acúmulo de demandas e sobrecarga de trabalho dos servidores;
5. Em razão da pequena equipe, foram indicados integrantes técnicos das próprias áreas de negócio, dificultando a atuação dos servidores da CPSP/CGISP no acompanhamento das soluções a serem adquiridas;
6. Falta de equipe, chegando a ficar 15 projetos em paralelo para 2 servidores, além de apoiar outras áreas, executar demandas e outros;

7. Falta de engajamento da Contratada junto ao MJSP, resultando na solicitação de aplicação de diversas penalidades, além das tratativas desgastantes do dia a dia junto à Contratada;
8. Rotatividade dos servidores da área de SIC; e
9. Auxiliar os novos servidores temporários na curva de aprendizado inicial sobre o funcionamento da área, das demandas e projetos e dos conhecimentos específicos das tecnologias.

Governança de TIC e Segurança da Informação

DTIC/SE/MJSP

1. Execução de processos de contratação com alto nível de complexidade, que demandaram grande aprofundamento técnico das equipes responsáveis pelo planejamento;
2. Nível de automação de processos e fluxos, ainda aquém do desejado para viabilizar uma operação mais ágil da infraestrutura;
3. Quantidade de exigências e entraves formais para a execução dos processos de contratações, que são impostos pelas instâncias de controle interno e externo;
4. Aumentar o entendimento das áreas de negócio para criar uma visão das necessidades convergentes e redundantes;
5. Manutenção e/ou aumento da produtividade dos times de Desenvolvimento mesmo trabalhando de forma remota em função da Pandemia COVID-19;
6. Ausência de capacitação para os servidores;
7. Promoção do engajamento das áreas de negócio em relação ao provimento das suas necessidades na área de infraestrutura de TIC;
8. Implementação e divulgação dos acordos de nível de serviços de infraestrutura de TIC e de atendimento aos usuários que sejam transparentes para as áreas negociais, garantindo assim um nivelamento das expectativas;
9. Formalização de uma estratégia ampla de continuidade de negócios e de gestão de riscos de TIC, ponderada de acordo com a criticidade dos ativos de informação sustentados;
10. Unificação do processo de gestão de identidades de forma a permitir o acesso seguro, individualizado e auditável aos serviços e aplicações de TIC;
11. Estruturar a área metodologias e conhecimento (capacitações) para atuar nas suas competências regimentais, com ferramentas e processos de trabalho;
12. Implantação, gestão e fiscalização a contento das ferramentas de vulnerabilidades, bem como do contrato de Serviço de Centro de Operações de Segurança - SCO (Security Operations Center - SOC);

13. Implantação dos controles do CIS;
14. Implantação do framework do NIST;
15. Capacitação dos servidores em segurança da informação;
16. Contratações de ferramenta de auditoria de segurança e de equipamentos para autenticação;
17. Pouco engajamento das áreas negociais em determinados projetos de TIC;
18. Risco das áreas de negócio não entenderam o seu papel na distribuição de competências dos normativos de planejamento das soluções de TIC;
19. Desenvolvimento de projetos de forma independente e sem comunicação à DTIC, por parte da área de negocial;
20. Problemas de comunicação entre área negocial e área técnica; e
21. Dependência de procedimentos e informações por parte da área negocial para o desenvolvimento dos processos aquisitivos. Tal fato pode impossibilitar ou atrasar as contratações.

DTI/PF/MJSP

1. Fortalecer a área de segurança da informação, por meio da criação de unidade dedicada na estrutura da DTI, composta por servidores públicos devidamente capacitados para documentar e revisar processos e políticas, bem como implementar ferramenta de gestão de vulnerabilidades em conjunto com colaboradores da nova empresa contratada para suporte de infraestrutura; e
2. Aprimorar a governança das contratações de TIC no âmbito geral, estabelecendo parâmetros de conformidade, riscos e controles.

COTIN/AN/MJSP

1. Implantação de solução para prevenção a perda de dados na rede interna da instituição. Por se tratar de uma casa Arquivística se faz necessário incrementar as camadas de segurança para perda e danos nos documentos arquivísticos.

Dados

DTIC/SE/MJSP

1. Aprimoramento dos processos de compartilhamento e governança de dados; e
2. Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709, de 2018).

DTI/PF/MJSP

1. Fortalecer a área de gestão e governança de dados, por meio da criação de unidade dedicada na estrutura da DTI, composta por servidores públicos devidamente capacitados, tendo como metas revisão de processos e políticas, implementação de catálogo de dados, gestão de dados mestres, implementação de processo de verificação e manutenção da qualidade dos dados e mapeamento e melhoria da arquitetura de dados; e
2. Implantar o Data Lake da Polícia Federal, que possibilite o armazenamento, processamento, consulta e gestão de dados de investigação e inteligência policial, com ganho de eficiência para as atividades finalísticas da Polícia Federal.

Sistemas e Infraestrutura

DTIC/SE/MJSP

1. Aumentar a capacidade de internalizar sistemas de informações desenvolvidos por órgãos parceiros do MJSP ou de outras empresas que possuem contrato diretamente com as áreas de negócio;
2. Risco de os créditos de nuvem não serem suficientes para absorver todas as soluções desenvolvidas;
3. Falta de engajamento das áreas de negócios para atuarem no processo ágil; e
4. Reforçar a infraestrutura de TIC do MJSP para suporte a ambientes de Bigdata.

DTIC/PRF/MJSP

1. Infraestrutura de TI em Nuvem Pública;
2. Sistemas PRF Multiagência; e
3. Conectividade Móvel.

COTIN/AN/MJSP

1. Fortalecimento do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal - SIGA e sua atuação como sistema estruturador das atividades de gestão de documentos de arquivo da Administração Pública Federal por meio de um sistema informatizado estruturante, de acordo com os requisitos do Modelo e-ARQ Brasil SIGAD;
2. Aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Informações do Arquivo Nacional - SIAN e ampliação da disponibilização do acervo em meio digital, com vistas à ampliação da capacidade de recolhimento, custódia e preservação e do acesso aos documentos da Administração Pública Federal;

3. Implantação de solução de auditoria avançada para gerenciamento de acesso à rede da instituição. Com o aumento do uso interno da rede (localmente e remotamente), se faz necessário, melhorar as capacidades de auditoria de acesso interno e externos; e
4. Implantação de solução para monitoramento e gerenciamento das aplicações da instituição. A TI da instituição mantém diversos sistemas e portais, muitos destes estão passando por reformulações quanto à tecnologia. Atualmente se faz necessário ferramentas para auxiliar os analistas nas melhorias das aplicações, descobrindo falhas em códigos e possíveis gargalos em bancos.

Inovação e Integração

DTIC/SE/MJSP

1. Aumentar a integração com as áreas negociais do MJSP, possibilitando um atendimento mais célere das demandas apresentadas para o atendimento dos projetos prioritários e estratégicos de referidas áreas;
2. Identificação das inovações tecnológicas e como estas podem ser utilizadas nos projetos prioritários das áreas negociais do MJSP;
3. Risco de ser necessário mudar uma tecnologia ou um ambiente devido às mudanças de direcionamento das tecnologias em situação inovadora;
4. Implantação de soluções inovadoras e integradas de segurança pública;
5. Colaboração compartilhada entre as unidades vinculadas do MJSP; e
6. Desenvolvimento de soluções de TI de forma colaborativa.

DTIC/PRF/MJSP

1. Solução Federal de Inteligência Artificial.

Digitalização de Serviços

DTIC/SE/MJSP

1. Implementação e acompanhamento do Plano de Transformação Digital do MJSP.

III - GESTÃO DE CUSTOS

Conformidade legal (art. 50, §3º, da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, e Portaria-STN 157, de 9 de março de 2011).

As questões referentes aos gastos públicos e seu controle têm sido a preocupação de legisladores e gestores há muito tempo. A Lei nº 4.320, de 1964, “Lei dos Orçamentos Públicos”, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, prevê, desde sua sanção, a necessidade de apuração e controle de custos por parte da administração pública, conforme disposto nos artigos 85 e 99:

Art. 85. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

Art. 99. Os serviços públicos industriais, ainda que não organizados como empresa pública ou autárquica, manterão contabilidade especial para determinação dos custos, ingressos e resultados, sem prejuízo da escrituração patrimonial e financeiro comum.”

Nesse mesmo contexto, o Decreto-lei nº 200, de 1967, que dispõe sobre a organização da administração pública, também trata da questão de custos:

Art. 25. A supervisão ministerial tem por principal objetivo, na área de competência do Ministro de Estado: (...)

IX - Acompanhar os custos globais dos programas setoriais do Governo, a fim de alcançar uma prestação econômica de serviços. (...)

Art. 30. Serão organizadas sob a forma de sistema as atividades de pessoal, orçamento, estatística, administração financeira, contabilidade e auditoria, e serviços gerais, além de outras atividades auxiliares comuns a todos os órgãos da Administração que, a critério do Poder Executivo, necessitem de coordenação central. (...)

§ 3º É dever dos responsáveis pelos diversos órgãos competentes dos sistemas, atuar de modo a imprimir o máximo rendimento e a reduzir os custos operacionais da Administração. (...)

Art. 79. A contabilidade deverá apurar os custos dos serviços de forma a evidenciar os resultados da gestão. (...)

Art. 94. O Poder Executivo promoverá a revisão da legislação e das normas regulamentares relativas ao pessoal do Serviço Público Civil, com o objetivo de ajustá-las aos seguintes princípios: (...)

XI - Instituição, pelo Poder Executivo, de reconhecimento do mérito aos servidores que contribuam com sugestões, planos e projetos não elaborados em decorrência do exercício de suas funções e dos quais possam resultar aumento de produtividade e redução dos custos operacionais da administração. (...)

Art. 95. O Poder Executivo promoverá as medidas necessárias

à verificação da produtividade do pessoal a ser empregado em quaisquer atividades da Administração Direta ou de autarquia, visando a colocá-lo em níveis de competição com a atividade privada ou a evitar custos injustificáveis de operação, podendo, por via de decreto executivo ou medidas administrativas, adotar as soluções adequadas, inclusive a eliminação de exigências de pessoal superiores às indicadas pelos critérios de produtividade e rentabilidade.”

É importante salientar que a Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, tornou ainda mais importante e necessária a apuração e o controle de custos por parte dos gestores públicos, identificando necessidades e impondo responsabilidades:

Art. 4º. A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição: (...)

e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos; (...)

Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes: (...)

§ 3º A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Desde o início do ano 2000, todas as Leis de Diretrizes Orçamentárias

Anuais tratam essa temática.

Para atender as determinações do Sistema de Administração Financeira Federal - SIAFI, o Ministério previu a competência de coordenar os trabalhos relacionados ao sistema de custos, no âmbito das atribuições da Secretaria-Executiva, em regimento interno, por meio da Portaria nº 1.370, de 15 de agosto de 2014, posteriormente revogada pela Portaria nº 1.222, de 21 de dezembro de 2017, que trouxe o seguinte texto:

Art. 77. À Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional: (...)

XIV - coordenar, acompanhar e disseminar o Sistema de Custos do Governo Federal e prestar apoio, assistência e orientação na elaboração de relatórios gerenciais do Sistema de Informações de Custos das unidades administrativas e entidades subordinadas do Ministério;

[...].

A partir de 2014, o Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, por intermédio da Divisão de Custos, Planejamento e Monitoramento, da Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional da Subsecretaria de Orçamento e Planejamento da Secretaria-Executiva DCPLAM/CGGE/SPO/SE, desenvolveu diversas atividades visando empregar um sistema de apuração de custos que fosse capaz de fornecer aos gestores informações que demonstrem a qualidade do gasto do Ministério frente às suas realizações e execução de suas políticas públicas.

Nesse cenário, com a atualização do Planejamento Estratégico, aprovado pelo Ministro de Estado, por meio da Portaria nº 1500, de 16 de setembro de 2015, revogada pela Portaria nº 675, de 14 de agosto de 2017 e atualmente regida pela Resolução nº CGE nº 11, de 30 de setembro de

2020, foi mapeada e instituída a Cadeia de Valor do Ministério, documento essencial para nortear a setorial de custos. Na referida Cadeia, estão retratados os processos e macroprocessos dos órgãos que compõem o MJSP, divididos em duas grandes vertentes: a) a cadeia finalística, onde estão mapeadas as grandes entregas à sociedade e o próprio Governo; e b) a cadeia de Governança, Suporte e Gestão, em que está alocada as ações de apoio à cadeia finalística.

Em 2016 foi publicada a Portaria nº 492, de 27 de abril de 2016, instituindo a forma de organização do órgão setorial do Sistema de Custos do Governo Federal, no âmbito do Ministério. No referido normativo, a Secretaria-Executiva foi designada como responsável por atuar como órgão setorial do Sistema, com as seguintes atribuições:

- I - apurar os custos dos projetos e atividades, de forma a evidenciar os resultados da gestão, considerando as informações financeiras da execução orçamentária e as informações detalhadas sobre a execução física, nos termos do art. 137, § 1º, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986;
- II - prestar apoio, assistência e orientação na elaboração de relatórios gerenciais do Sistema de Informações de Custos - SIC, das unidades administrativas do Ministério da Justiça e entidades a ele vinculadas;
- III - apoiar o órgão central do Sistema de Custos do Governo Federal;
- IV - elaborar e analisar relatórios oriundos do SIC;
- V - elaborar relatórios analíticos com o uso de indicadores de custos, tendo por base os relatórios do SIC;

VI - subsidiar os gestores do órgão com informações gerenciais, a partir do SIC, com vistas a apoiá-los no processo decisório;

VII - promover, quando necessário, conferências ou reuniões técnicas, com a participação das unidades administrativas do Ministério da Justiça e entidades a ele vinculadas;

VIII - elaborar estudos e propor melhorias com vistas ao aperfeiçoamento da informação de custo;

IX - solicitar, ao órgão central, acesso ao SIC;

X - promover a disseminação das informações de custos nas entidades vinculadas ao Ministério da Justiça;

XI - prestar informação e apoio na realização de exames de auditorias que tenham por objeto os custos dos projetos e atividades a cargo do Ministério da Justiça;

XII - comunicar a autoridade responsável sobre a falta de informação da unidade administrativa gestora a respeito da execução física dos projetos e atividades a seu cargo, nos termos do art. 137, § 2º, do Decreto nº 93.872 de 1986; e

XIII - elaborar os relatórios de análise de custos que deverão compor o Relatório de Gestão, a Prestação de Contas do Presidente da República, conforme normativos e orientações dos órgãos de Controle Interno e Externo.

Parágrafo único. A Secretaria Executiva exercerá as atividades de que

trata este artigo por intermédio da Divisão de Custos, Planejamento e Monitoramento da Coordenação Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (DCPLAM/CGGE/SPO/SE/MJ).

Considerando a importância da unicidade, integridade e equivalência das informações de caráter gerencial a serem produzidas em todos os órgãos e unidades que compõem a sua estrutura, o Ministério editou a Portaria nº 34, de 11 de janeiro de 2017, estabelecendo seu Modelo de Apuração de Custos, baseado na Cadeia de Valor, conforme descrito abaixo:

Art. 1º. Estabelecer o Modelo de Apuração de Custos do Ministério da Justiça e Cidadania, baseado na Cadeia de Valor, na forma descrita no Manual de Apuração de Custos do Ministério da Justiça e Cidadania, aprovado por este instrumento.

§ 1º O modelo tratado no caput é baseado na utilização de centros de custos, estabelecidos de acordo com a Macrofunção SIAFI 021133 - Centro de Custos;

§ 2º O Detalhamento de custos é utilizado para indicar o atributo para o qual será efetuada a marcação gerencial, visando a obtenção de informações parametrizadas segundo a necessidade do modelo, e é identificado por um código composto por até onze posições alfanuméricas, assim definidas:

I - as seis primeiras posições do código indicarão os atributos definidos pelo modelo, conforme consta no Manual de Apuração de Custos desta;

II - as sétima, oitava, nona, décima e décima primeira posições poderão receber codificações de livre escolha dos órgãos e entidades vinculadas que compõem a Estrutura Organizacional do Ministério da Justiça e Cidadania.

Art. 2º A utilização dos centros de custos e as rotinas de trabalho inerentes à implementação e desenvolvimento do modelo, são de aplicação obrigatória no âmbito do Ministério da Justiça e Cidadania, seus órgãos e entidades vinculadas.

Art. 3º A coordenação dos trabalhos de implantação e consolidação do modelo de apuração de custos no âmbito do Ministério da Justiça e Cidadania será exercida pela Divisão de Custos, Planejamento e Monitoramento - DCPLAM/CGGE/ SPO/SE/MJ, em consonância com o estabelecido na Portaria MJC nº 492, de 27 de abril de 2016.

Parágrafo único. O início da utilização dos centros de custos nas unidades ocorrerá de forma paulatina, de acordo com cronograma a ser estabelecido pela DCPLAM, em comum acordo com os diversos órgãos e entidades vinculadas.

Art. 4º A íntegra do Manual de Apuração de Custos estará disponível no ambiente de internet do Ministério da Justiça e Cidadania.

Desde então, o Ministério, por meio da DCPLAM/CGGE/SPO/SE, vem desenvolvendo diversas atividades no sentido de disseminar e aperfeiçoar o modelo de custos e buscando desenvolver sinergia e dinamizar os resultados da metodologia visando apoiar a melhoria da gestão dos recursos públicos à disposição da Pasta.

O ano de 2020 foi muito profícuo para Setorial de Custos do MJSP. Nesse exercício, foi implementado ao modelo de custos, no âmbito das unidades internas e vinculadas, com exceção do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, a apuração de custos com pessoal ativo, incorporando ao modelo o custo de maior representatividade para os órgãos públicos.

Durante a implementação, foram mapeadas todas as Unidades Organizacionais - UORGs envolvidas e, posteriormente, encaminhada pesquisa de distribuição de pessoal baseada nos processos da Cadeia de Valor, o que possibilitou a identificação dos custos de pessoal por Cadeia, Macroprocesso e processo.

Além disso, houve o aperfeiçoamento da forma de publicação e divulgação dos dados através de painel interativo desenvolvido na plataforma do **Business Intelligence** - BI, visando fortalecer a transparência na gestão pública, evidenciando os recursos consumidos pelos órgãos.

A iniciativa faz parte de um conjunto de boas práticas de governança para uma mudança de paradigmas na gestão do gasto público com foco na transparência. A forma interativa e intuitiva na apresentação dos painéis de custos permite que o usuário visualize as informações, confrontado as despesas mensais, comparado os resultados das unidades e os dados acumulados em determinado período (meses e anos), além da possibilidade de exportar tais informações de forma personalizada.

Esse painel serviu de apoio para análises em prazo tempestivo das informações de custos do órgão, facilitando a identificação de distorções e agilizando as correções dos dados referente às suas despesas. A base de dados desse modelo é o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC do Tesouro Nacional, um sistema estruturante confiável do Governo Federal.

O referido painel é disponibilizado a todos servidores do Ministério no ambiente da intranet, no site do “Você.MJ”, no link: <https://justicagovbr.sharepoint.com/sites/SetorialdeCustosdoMJ>, onde é possível a realização de várias pesquisas (por unidade, programa, diárias e passagens entre outras), além de identificar os custos incorridos com as atividades finalísticas e de governança, gestão e suporte do Ministério, conferindo com isso, maior accountability das atividades desenvolvidas.

Como resultado dos avanços e das inovações realizadas no modelo de custos pela equipe da Setorial de Custos, no ano de 2020 o MJSP foi premiado como o 2º colocado no Ranking de Desempenho da Qualidade da Informação de Custos entre as setoriais do poder executivo federal, por meio do boletim anual foco em custos da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que tem por objetivo apresentar uma visão geral dos custos do Governo Federal e também fomentar a elaboração de modelos personalizados de custos que atendam às necessidades de gestão dos órgãos públicos, desde a perspectiva estratégica, voltada aos programas de governo, até a operacional, direcionada à avaliação de desempenho de cada órgão.

O Ranking de Desempenho foi elaborado a partir de indicadores da implementação da contabilidade de custos por competência e da utilização das ferramentas de detalhamento de custos à disposição no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

A nota do MJSP foi de 9,44 de 10, ficando atrás somente do Comando da Aeronáutica, com 9,47. O cálculo foi realizado a partir da soma ponderada dos indicadores: a regularidade, calculada pela existência ou não de registro contábil mensal para itens de custos de funcionamento com consumo recorrente em 2019; a dispersão, calculada pela média ponderada dos coeficientes de variação dos mesmos itens da regularidade; e a personalização, que é calculada pela verificação do uso de detalhamento dos centros de custos, estruturados de forma sistêmica.

Outro destaque de 2020 foi o X Encontro de Gestão de Custos do Setor Público, realizado no 19 de novembro de 2020 com o objetivo de apresentar uma visão geral dos custos do Governo Federal, bem como o ranking de desempenho sobre a qualidade da informação de custos, oportunidade em que o Ministério também foi parabenizado pelo trabalho desenvolvido nessa área.

Estimativa de Custos

A seguir, serão apresentadas as estimativas de custos do MJSP por área de atuação, incluindo todos os seus órgãos e CADE e Funai, que são unidades vinculadas integrantes do macroprocesso Defesa da Concorrência e do Consumidor, Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, respectivamente, demonstrando a distribuição dos recursos consumidos entre as áreas finalísticas e de suporte. Ressalta-se que, para que houvesse a possibilidade de comparação entre os anos, os custos com pessoal provenientes da folha de pagamento não foram considerados, pois a apuração desses custos iniciou-se em 2020.

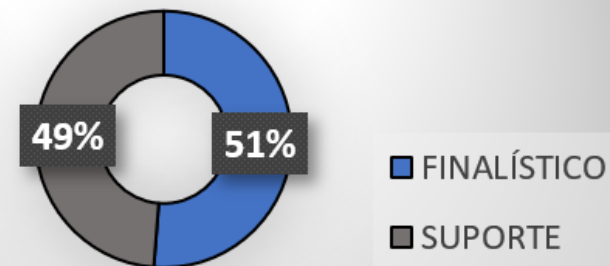
Também serão indicados os custos por natureza de despesa, separando os valores das unidades meio e unidades finalísticas.

Por fim, apresenta-se a estimativa de custos por programa governamental, mais especificamente, os programas do Plano Plurianual do Governo Federal - PPA 2020-2023.

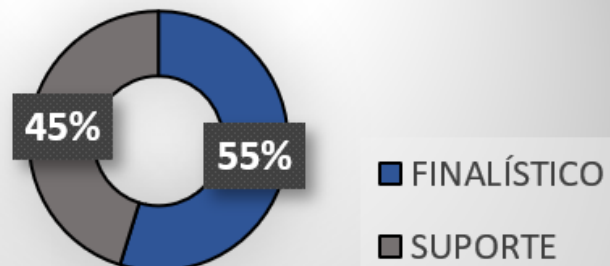
Obs: Para que houvesse a possibilidade de comparação entre os anos, os custos com pessoal provenientes da folha de pagamento não foram considerados, pois a apuração desses custos iniciou em 2020.

CUSTOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO

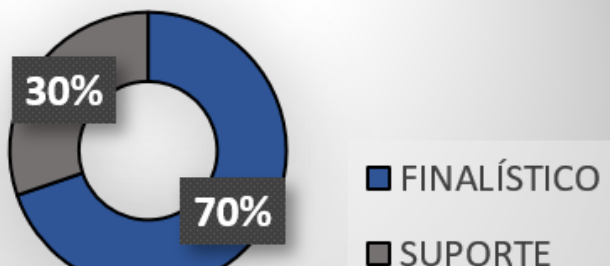
2018



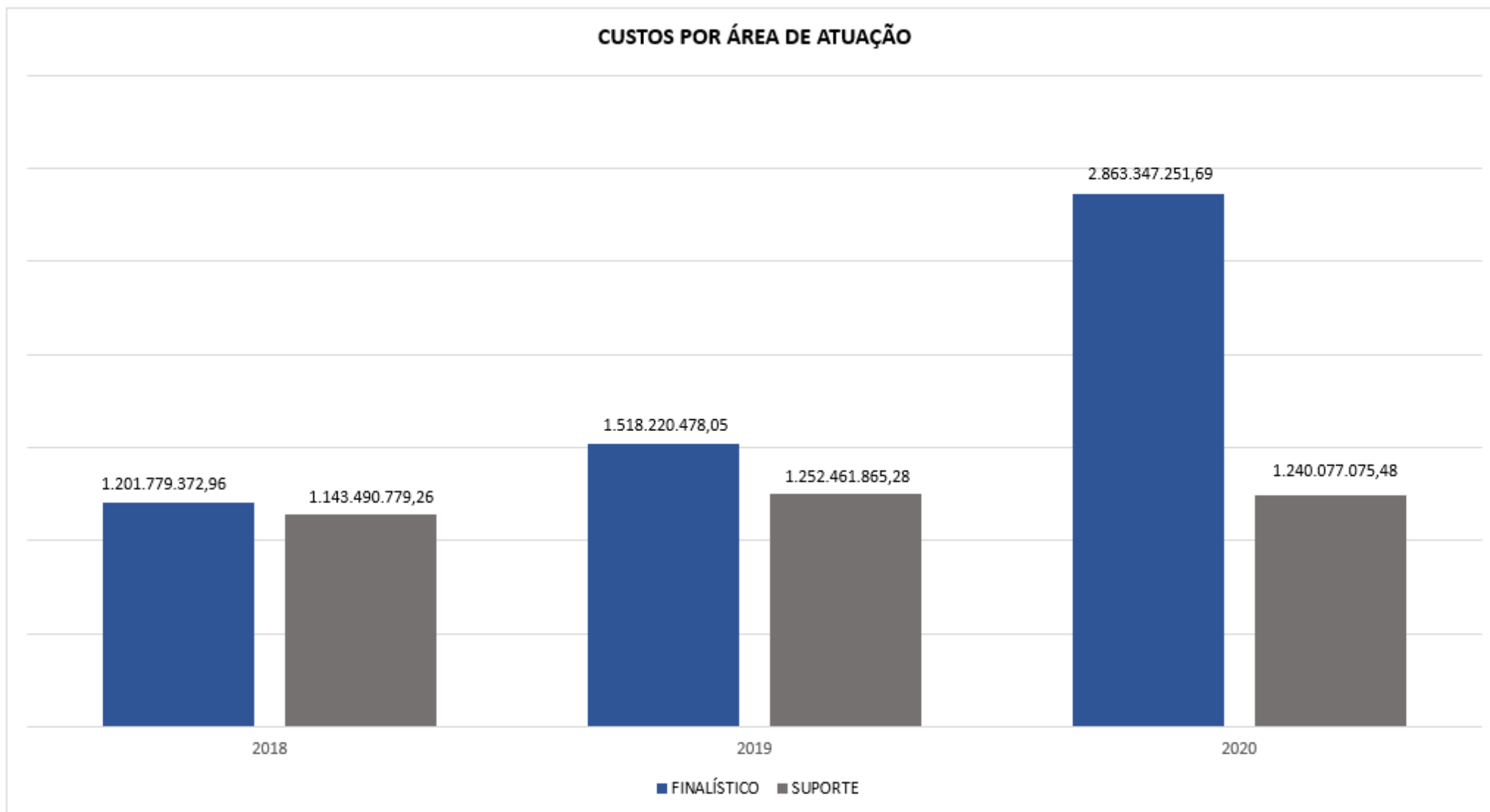
2019

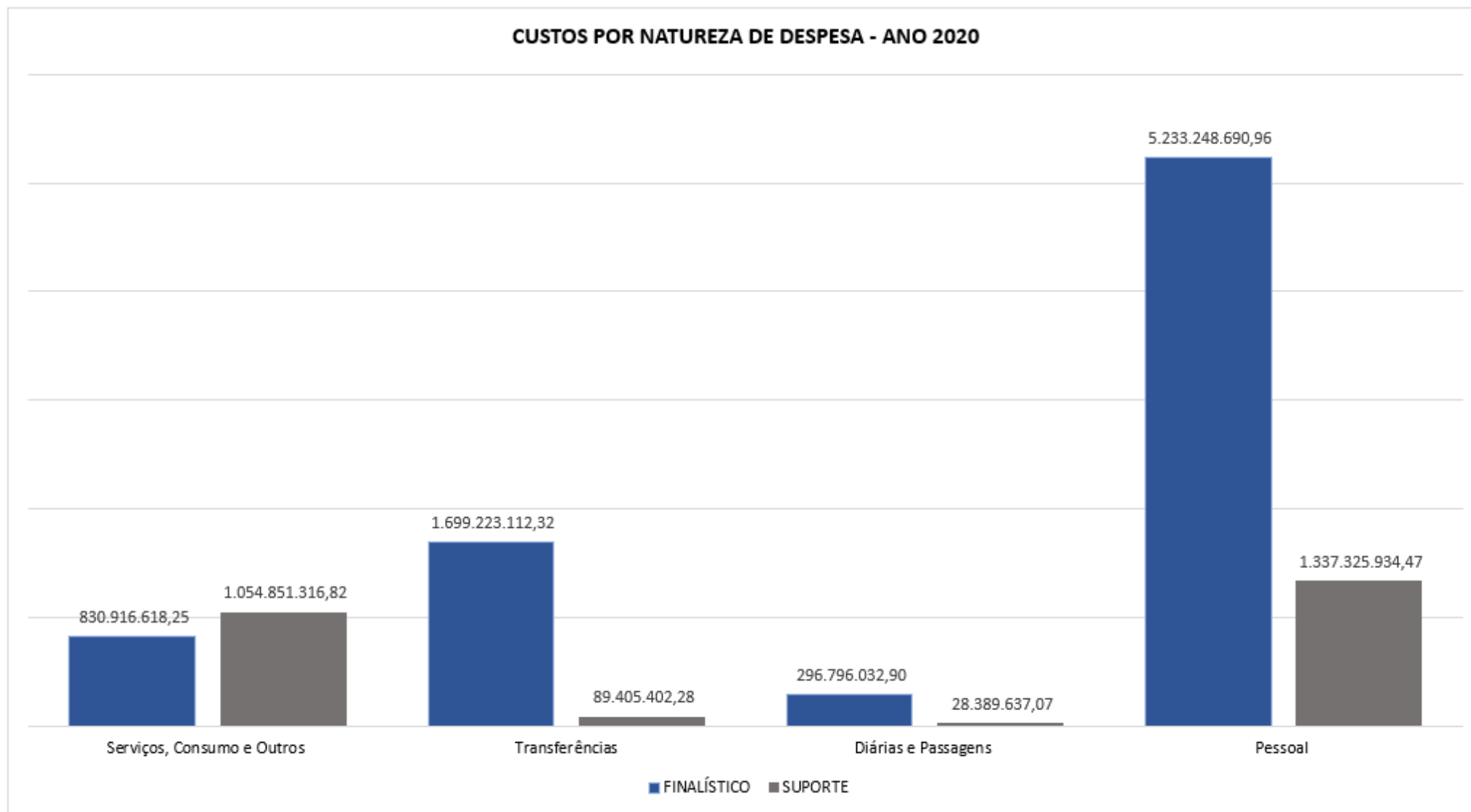


2020



CUSTOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO

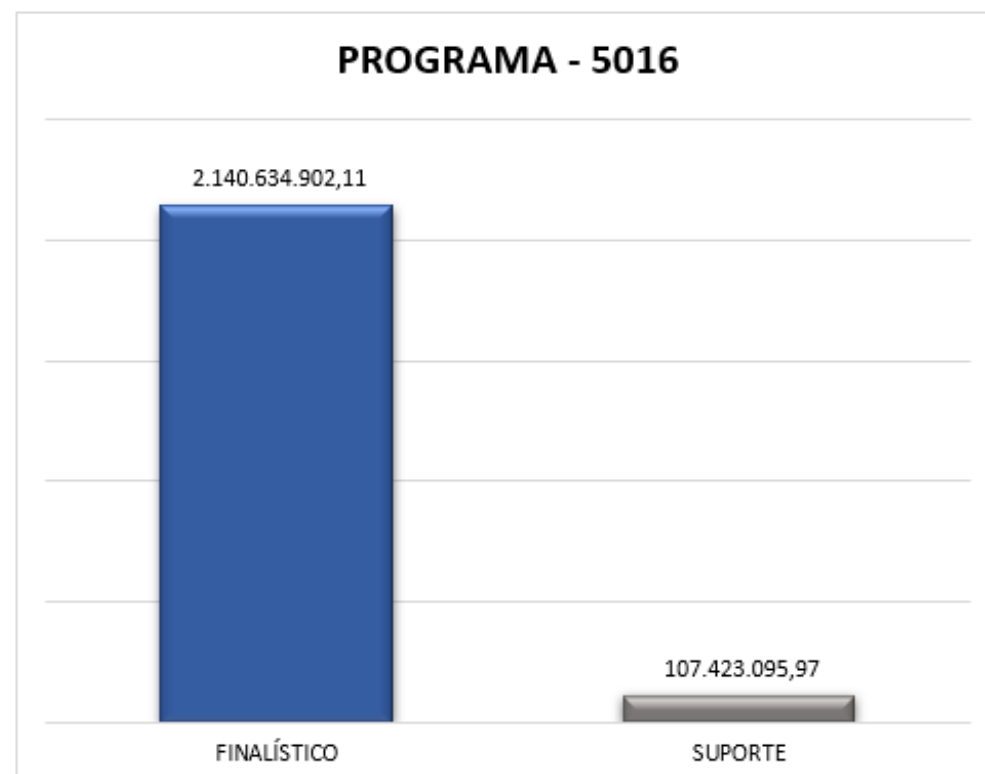
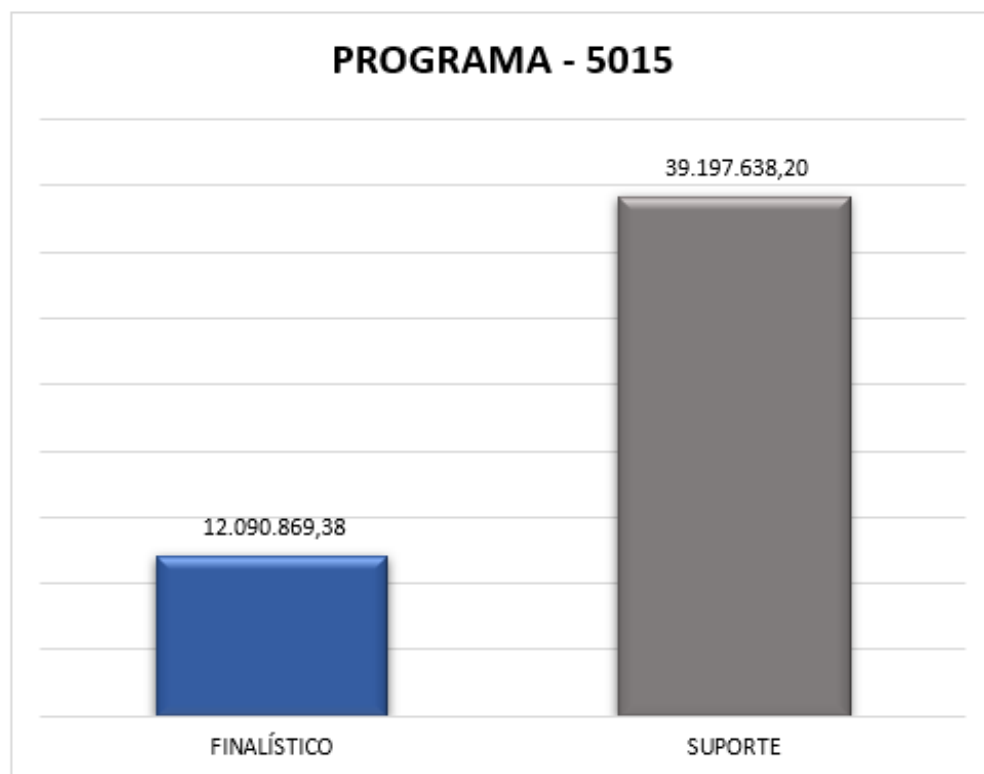


CUSTOS POR NATUREZA DE DESPESA - ANO 2020

Estimativa de custos por programa governamental, demonstrando em que medida eles se relacionam com o alcance da missão institucional da UPC e contribuem para ele

O Plano Plurianual, instituído pela Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, para o quadriênio de 2020 a 2023, é um dos principais instrumentos de planejamento governamental. Por meio dele, as ações e políticas do governo são orientadas visando a entrega bens e serviços à sociedade por meio da otimização de seus recursos (financeiros, humanos, logísticos ou materiais).

O MJSP tem sua atuação alinhada às políticas e programas do governo federal e utiliza-se da ferramenta de custos para acompanhar o desempenho das suas unidades a partir dos custos liquidados, vinculados às ações orçamentárias dos programas do PPA, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos do Ministério e, conseqüentemente, da sua missão institucional.



Principais desafios e ações futuras para alocação mais eficiente de recursos e melhoria da qualidade dos gastos públicos

Nos últimos anos, a Setorial de Custos tem tentado identificar e compreender a complexidade e diversidade de temas de competência do MJSP e estabelecer um modelo (sistema) de apuração de custos que contemplasse todas as atividades desenvolvidas, de modo a fornecer informações com a acurácia necessária, abrangendo os resultados do Ministério como um todo.

Nesse sentido, foi construído um modelo de apuração de custos baseado nos processos da Cadeia de Valor. O objetivo desse trabalho foi obter os custos do Ministério, utilizando a metodologia do Planejamento Estratégico a partir da Cadeia de Valor do MJSP.

Superada essa etapa, vê-se a necessidade de aperfeiçoar e aprofundar ainda mais o modelo de custos, detalhando além dos processos da Cadeia de Valor, para que os gestores possam consumir as informações e apoiá-los nas análises e tomada de decisão no ambiente do Ministério.

O desafio de prover informações de custos, vem acompanhando as ações de melhoria da gestão e direcionamento dos esforços em projetos e atividades, que demonstrem à sociedade os caminhos escolhidos pelo Ministério, na entrega dos valores definidos como essenciais ao nosso cliente – o cidadão – e que devem ser percebidos por esse.

A Setorial de Custos do MJSP, pretende continuar seu trabalho de aprimoramento da informação de custos e por consequência a melhoria da transparência da qualidade do gasto público, por meio da disponibilização de relatórios mensais em painéis gerenciais. Por fim, a setorial de custos está sempre buscando aperfeiçoar o modelo de custos adotado pelo MJSP, com vistas a apoiar o órgão e seus gestores com informações de quanto custa entregar uma política pública para

sociedade que envolve bens e serviços, e contribuir para a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações do Ministério.



IV - GESTÃO DE PESSOAS

O desempenho das áreas de Gestão de Pessoas do MJSP, no exercício de 2020, será apresentado da seguinte forma:

- **Conformidade Legal;**
- **Avaliação da Força de Trabalho;**
- **Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas;**
- **Detalhamento da Despesa de Pessoal;**
- **Avaliação de Desempenho e Remuneração;**
- **Capacitação;**
- **Principais Entregas; e**
- **Principais Desafios e Ações Futuras.**

CONFORMIDADE LEGAL

O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP observa as diretrizes da Constituição Federal e da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, bem como o conjunto de regras e normativos estabelecidos ou referendados pelo Governo Federal. Nesse sentido, as áreas de gestão de pessoas do MJSP acompanham a legislação publicada, bem como as orientações expedidas pelo Ministério da Economia - ME, por meio da Secretaria de Gestão de Pessoas e

Desempenho de Pessoal - SGP - órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC.

Normas e Legislações 2020	228 atos	09 Leis
		03 Medidas Provisórias
		16 Decretos
		88 Portarias
		26 Instruções Normativas
		70 Notas
		16 Outros

Fonte: CGGP/SAA/SE e AN

Indicadores de Conformidade

A avaliação de conformidade nos processos de Gestão de Pessoas é realizada por meio de indicadores, em observância às normas e ao cumprimento dos procedimentos específicos. Os indicadores em prática no MJSP, são os que seguem:

INDICADORES DE CONFORMIDADE	
1	Controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Renda.
2	Controle e acompanhamentos dos registros de admissão, desligamento e concessões no Sistema E-Pessoal.
3	Atendimento das recomendações e recomendações dos Órgãos de Controle.

Fonte: CGGP/SAA/SE e AN

Em 2020, todos os servidores gerenciados pela Secretaria Executiva - SE e pelo Arquivo Nacional - AN, entregaram a Declaração de Bens e Rendas ou autorizaram seu acesso, conforme dispõe a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

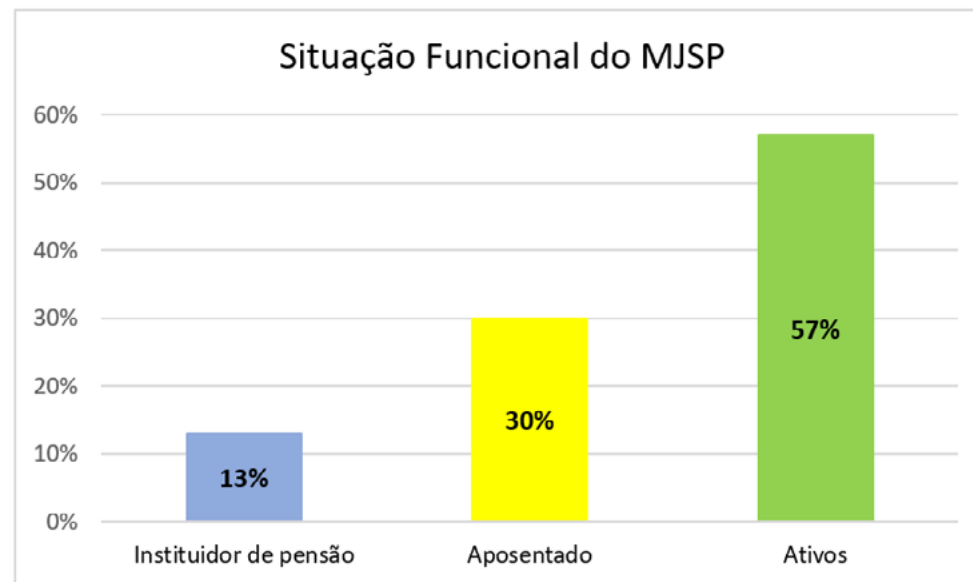
Além disso, todos atos de admissão/desligamento e de concessão de aposentadoria/pensão civil, no ano de 2020, em relação aos vínculos gerenciados pela SE e pelo AN, foram registrados no Sistema E-Pessoal, de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 78/2018.

Já com relação às determinações e recomendações dos Órgãos de Controle, elas serão apresentadas em item específico deste Relatório de Gestão.

AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

O Quadro de Pessoal do MJSP é composto pela estrutura do Núcleo Central, servidores geridos pela Secretaria-Executiva - SE, que contempla os órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, a Secretaria Nacional de Justiça - Senajus, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - Senad, Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon, Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp, Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - Segen e Secretaria de Operações Integradas - Seopi. Ademais, cabe salientar que o Departamento Penitenciário Nacional - Depen, Polícia Federal - PF, Polícia Rodoviária Federal - PRF, e o Arquivo Nacional - AN, fazem gestão de pessoal de forma autônoma em relação ao Núcleo Central da Pasta. Assim, o Ministério conta ao todo com 7 Unidades de Gestão de Pessoas, sendo a unidade setorial vinculada à Secretaria-Executiva.

Conforme dados extraídos do Painel Estatístico de Pessoal - PEP, o Quadro de Pessoal do MJSP é distribuído, por situação funcional, da seguinte forma:



Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – Dez 2020

Situação Funcional	Vínculos
Ativos	28.429
Aposentado	15.297
Instituidor de pensão	6.629
Total Geral	50.356

Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – Dez 2020

¹ Disponível em <https://www.painel.pep.planejamento.gov.br/>. Extração realizada com base na folha de pagamento de Dezembro de 2020.

Do total de servidores e empregados públicos em atividade, temos a seguinte composição:

Situação Funcional	Servidores
Ativo Permanente	26.740
Ativo em Outro Órgão	445
Exercício Temporário (Art. 93, 8.112)	403
Cedido/Requisitado	393
Nomeado em Cargo Comissionado	196
Excedente a Lotação	184
Contrato Temporário	26
Requisitados de Outros Órgãos	24
Sem Vínculo	10
Requisitado Militar do GDF	4
Requisitado Militar das Forças Armadas	3
Celetista	1
Total Geral	28.429

Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – Dez 2020

Além dos servidores do Quadro de Pessoal do MJSP, a exemplo do gerenciado pela SE (Núcleo Central), em atividade no Ministério, compõem a força de trabalho: servidores/empregados de outros órgãos no exercício de cargos comissionados; servidores sem vínculo com a Administração

Pública; profissionais contratados por tempo determinado (sob a égide da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993); servidores de outras carreiras com exercício descentralizado; e empregados em exercício temporário.

COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO (Núcleo Central)		
SITUAÇÃO FUNCIONAL	QUANTITATIVO	%
Ativo Permanente (*)	391	40,56
Excedente a lotação	0	0
Contrato temporário	32	3,32
Exercício Descentralizado de Carreira	86	8,92
Exercício Temporário	20	2,07
Natureza Especial	1	0,10
Requisitado	257	26,66
Sem vínculo	177	18,36
TOTAL	964	100,00

(*) não computados 24 servidores com afastamento de longa duração (licença para tratar de interesses particulares, dentre outros), nem os servidores cedidos.

Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – Dez 2020

O quadro de pessoal do MJSP, em razão de seu papel institucional, é formado por 6 carreiras vigentes, voltadas para as áreas finalísticas da organização, e 3 planos de cargos, para as atividades administrativas e de suporte:

- **Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais.**
- **Carreira de Agente Federal de Execução Penal.**
- **Carreira de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal.**
- **Carreira de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal.**
- **Carreira Policial Federal.**
- **Carreira Policial Rodoviário Federal.**
- **Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE).**
- **Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal (PECPF).**
- **Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (PECPRF).**

Registre-se, ainda, que os cargos efetivos, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista e Estatístico, integrantes do PGPE, do PECPF e do PECPRF, têm estrutura remuneratória especial, instituída pela Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010.

DISTRIBUIÇÃO NAS CARREIRAS E PLANOS DE CARGOS

Carreira/Plano de Cargos	Servidores
Departamento de Polícia Federal (Carreira de Policial Federal)	11.084
Departamento de Polícia Rodoviária Federal (Carreira Policial Rodoviário Federal)	11.028
Departamento de Polícia Federal (Plano Especial de Cargos do DPF)	2.319
Departamento Penitenciário Nacional - Quadro de Pessoal do MJ	1.379
Servidores sem Plano/Carreira	1.059
PGPE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (Art. 1º, Lei nº 11.357/2008)	952
Departamento de Polícia Rodoviária Federal - Plano Especial de Cargos do DPRF	523
ERCE - Estrutura Remuneratória Especial de Cargos Específicos (Anexo XII, Lei nº 12.277/2010)	52
Políticas Sociais (Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais)	31
PCC - Plano de Classificação de Cargos	2
Total Geral	28.429

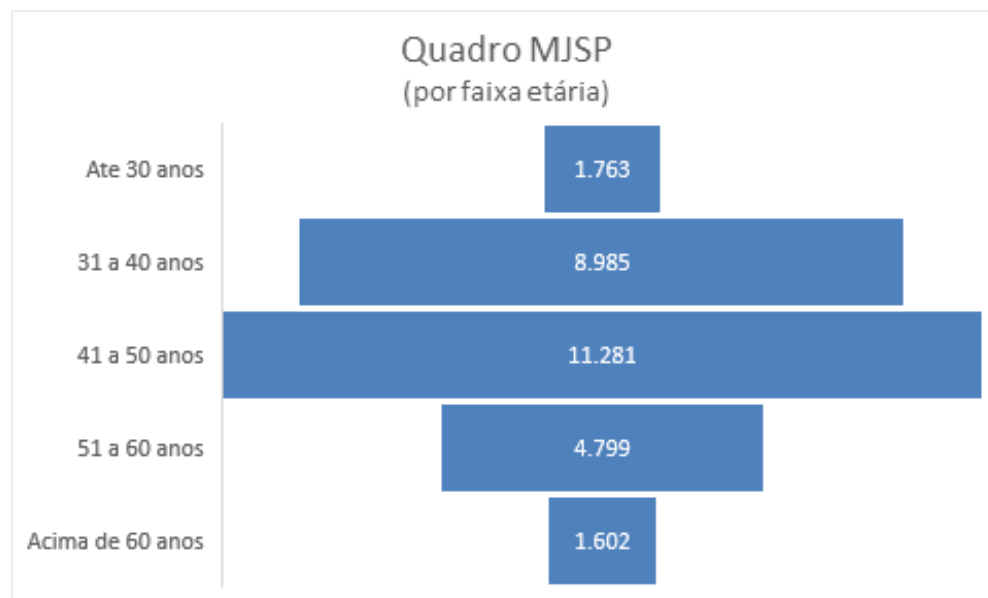
Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – Dez 2020

O quadro de servidores efetivos do MJSP vinha sendo reduzido a cada ano, principalmente, em razão de aposentadorias. No entanto, no ano de 2020, houve autorizações para provimento de cargos das carreiras da PF e da PRF, contribuindo para o aumento do efetivo, mas insuficiente para atender às expostas demandas.

Já para os cargos do PGPE, PEC-DPF e PEC-DPRF, bem como para a Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, não houve provimento nos últimos anos, agravando-se, assim, o déficit de servidores nas outras unidades finalísticas deste Ministério, bem como nas áreas administrativas e de suporte.

Envelhecimento do Quadro de Servidores Ativos

A distribuição, por faixa etária, do quadro de servidores em atividade:



O quadro de servidores, no contexto da SE (Núcleo Central), por exemplo, apresenta índice preocupante, uma vez que 29,69% do efetivo, ou seja, 174 servidores efetivos estão com idade acima de 50 anos.

IDADE DOS SERVIDORES EFETIVOS (GERENCIADOS PELA SE)		
IDADE	QUANTITATIVO	%
Até 30	8	1,37%
31 a 40	249	42,49%
41 a 50	155	26,45%
51 a 60	106	18,09%
Acima 60	68	11,60%

Fonte: SIAPE

Destaca-se, ainda, no que tange especificamente à gestão de pessoal da PF e PRF, que seus quadros são compostos em sua maioria por policiais, que têm regra de aposentadoria especial, cujo um dos requisitos é ter idade igual ou superior a 53 anos.

Previsão de Aposentadorias

O quadro de pessoal do MJSP e seus órgãos vinculados é composto por servidores públicos federais, cujas regras observam o disposto nas Emendas Constitucionais - EC 20/98, EC 41/03 e EC 103/2019, as quais estabelecem o tempo mínimo de contribuição, idade mínima ou condições especiais para aposentadoria dos servidores públicos.

Para exemplificar a situação da projeção de aposentadorias para os próximos exercícios, os dados gerenciados pela SE e AN evidenciam que há previsão de que 330 servidores se aposentem até o final do ano de 2021, uma vez que já completaram ou estão prestes a completar os requisitos necessários para isso. Tal número, relação ao quantitativo de servidores das unidades citadas, alcança o expressivo percentual de 35% do Quadro de Pessoal.

Até o final do ano de 2024, a previsão é de que 365 servidores, geridos no âmbito da SE e AN, completem os requisitos para aposentadoria. Embora a possibilidade dessas aposentadorias acontecerem na totalidade seja reduzida, cada vez que um servidor se aposenta, agrava mais a situação do déficit de pessoal, uma vez que não há a reposição de imediato.

APOSENTADORIAS - PREVISÃO (2021 a 2024)					
ANO	2021	2022	2023	2024	TOTAL
TOTAL	330	8	17	10	365

Fonte: SIAPE

Evasão dos Servidores

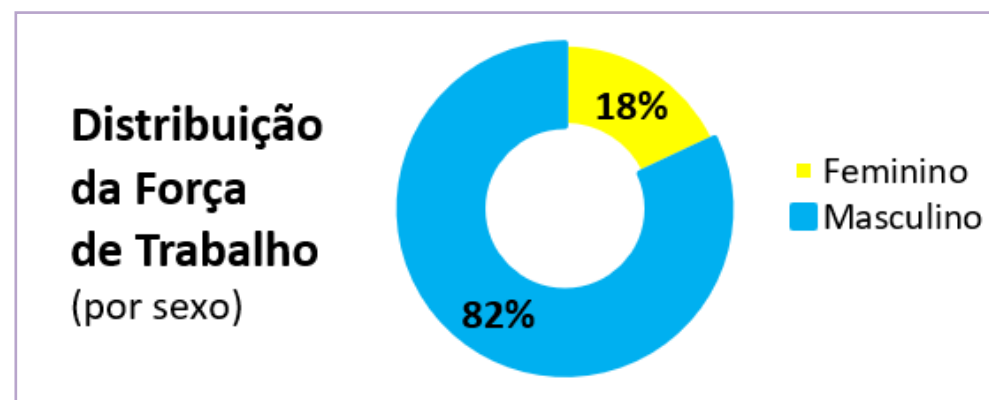
A evasão de servidores, a título de exemplo, no contexto de gestão da SE e AN, ocorre, principalmente, em função de Aposentadorias, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

EVASÃO DE SERVIDORES		
Aposentadoria	30	75%
Posse em outro cargo inacumulável	2	5%
Exoneração	1	2,5%
Outros	7	17,5%

Fonte: SIAPE

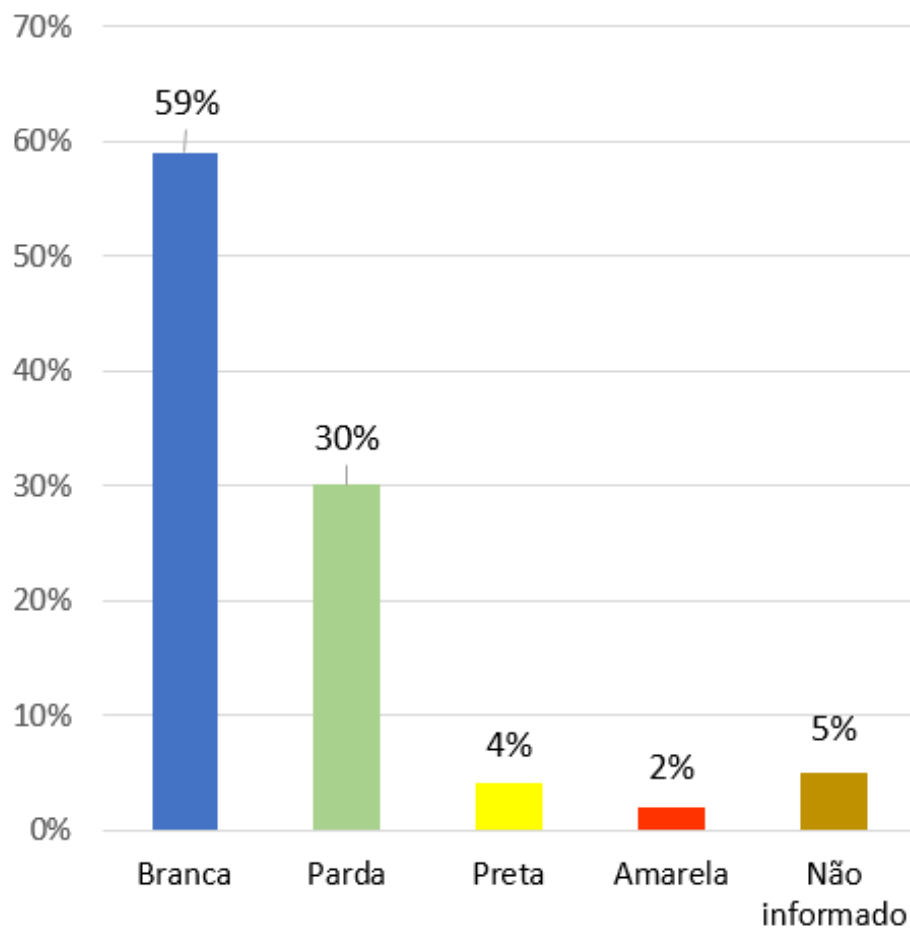
Força de Trabalho

A distribuição do Quadro de Pessoal do MJSP, por sexo e etnia, apresenta a seguinte situação, conforme os dados extraídos do PEP:



Fonte: SIAPE

Distribuição da Força de Trabalho (por etnia)



Como exemplo do detalhamento destes dados, temos os relativos aos órgãos gerenciados pela Secretaria-Executiva (Núcleo Central):

ETNIAS	
Amarela	2,49%
Branca	56,54%
Indígena	0,41%
Parda	30,91%
Preta	5,19%
Não informado	4,46%

Fonte: SIAPE

964 servidores²



Feminino
49,27%



Masculino
50,73%



PNE
1,56%

² Força de trabalho gerenciada pela SE; não foram computados os servidores em exercício em outros órgãos nem os servidores com afastamento de longa duração.

ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS**a) Necessidade de Recursos Humanos**

O provimento de cargos efetivos é feito por meio de concurso público, de acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Em 2020, para subsidiar o pedido junto ao Ministério da Economia - ME, as unidades desta Pasta (não incluídos AN, DEPEND, PF e PRF) foram consultadas por meio de processo específico, quanto ao perfil necessário, a fim de suprir as vacâncias ocorridas desde 2014.

No pedido, também foram considerados os macroprocessos, produtos e serviços prestados pela unidade; o posto de trabalho ou processo crítico com carência de servidores; os resultados que se pretende alcançar com o fortalecimento institucional e indicadores para mensurá-los; e os impactos à missão institucional ou à sociedade, em caso de não alocação de mais servidores, dentre outros fatores, tais como: a evasão de servidores e as projeções de aposentadorias.

Já com relação à PF e à PRF, as unidades de gestão de pessoas desses órgãos instruíram processo individualizado, solicitando autorização para realização de concurso público.

Não obstante, PF e PRF obtiveram, em 2020, a autorização para o provimento de cargos com aproveitamento de candidatos de concursos públicos anteriores.

PEDIDOS DE CONCURSO PÚBLICO – 2019

CARREIRA/PLANO	ÓRGÃO	SITUAÇÃO	QTDE DE CARGOS
Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais	MJSP	Não autorizado	115
Plano Geral de Cargos do Poder Executivo	MJSP	Não autorizado	250
Carreira Policial Federal	PF	Autorizado	500
Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal	PF	Não autorizado	508
Carreira de Policial Rodoviária Federal	PRF	Autorizado	1.500
Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal	PRF	Não autorizado	138
TOTAL			3.011

Fonte: SEI

AUTORIZAÇÕES DE PROVIMENTO DE CARGOS – 2020

CARREIRA/PLANO	ÓRGÃO	AUTORIZAÇÃO	QUANTITATIVO DE CARGOS
Carreira Policial Federal	PF	Decreto nº 10.513/2020	15
Carreira de Policial Rodoviária Federal	PRF	Decreto nº 10.378/2020	609
TOTAL			624

Fonte: SEI

b) Recomposição da Força de Trabalho (Concurso Público)

Destaca-se que, desde o exercício de 2014, o MJSP vem buscando obter autorização para realização de concurso público para provimento dos cargos da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais e dos Planos (PGPE, PEC-DPF e PEC-DPRF), a fim de minimizar o déficit de servidores no âmbito da Pasta. Entretanto, todos os pedidos foram indeferidos pelo Órgão Central do SIPEC.

c) Seleção e Recrutamento de Pessoas

Outros processos de recrutamento e seleção são realizados com frequência, de âmbitos interno e externo ao Ministério, com oportunidades para servidores efetivos para fins de movimentação para compor força de trabalho, remoção, percepção de gratificações e funções, respeitando os normativos aplicáveis e utilizando de editais e canais institucionais de comunicação, inclusive o Portal do Servidor (mantido pelo ME).

Registre-se, ainda, a existência de Termos de Cooperação com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, que viabilizam a atuação dos empregados da empresa no Ministério.

d) Processos seletivos

No ano de 2020, foi autorizada a contratação de pessoal, nos termos da Lei nº 8.745/1993, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional, conforme Portaria ME/MJSP nº 21.073, de 2 de outubro de 2020, com previsão de contratação de 107 profissionais de nível superior para atividades de atender a encargos temporários de obras e serviços de engenharia destinados à construção, à reforma, à ampliação e ao aprimoramento de estabelecimentos penais.

Ademais, em 2020, foi realizado novo Processo Seletivo Simplificado para

contratação, por tempo determinado, com a autorização de 35 (trinta e cinco) vagas de profissionais para o desenvolvimento de atividades inerentes ao Projeto SINESP Big Data e Inteligência Artificial, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP. Até o dia 31/12/2020, 23 profissionais foram contratados.

e) Liberação de servidores do MJSP a outros órgãos (cessão/requisição)

Atualmente, há 171 servidores, no escopo de gestão da Secretaria-Executiva (Núcleo Central), cedidos/requisitados para outros órgãos da Administração Pública (alguns com poder de requisição, casos que prescindem da concordância do órgão de origem).

LIBERAÇÃO DE SERVIDORES		
ÓRGÃO	TOTAL	%
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	37	22,02
Fundação Nacional do Índio	28	16,67
Controladoria-Geral da União	17	10,12
Presidência da República	12	7,14
Advocacia Geral da União	11	6,55
Ministério da Economia	11	6,55
Defensoria Pública da União	6	3,57
Fundação Escola Nacional de Administração Pública	6	3,57

DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

Conforme dados extraídos do Painel Estatístico de Pessoal, conforme situação funcional do vínculo, as despesas de pessoal do MJSP totalizaram montante superior a R\$ 11 bilhões:

Situação funcional	Despesas Detalhadas	%
Ativos	R\$6.997.806.236,22	62%
Aposentado / Reservas / Reformas	R\$3.185.722.608,42	28%
Instituidor de Pensão (Benefícios)	R\$1.082.573.212,12	10%
Total Geral	R\$11.266.102.056,76	100%

Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – Dez 2020

**DETALHAMENTO COM O PESSOAL EM ATIVIDADE,
POR ELEMENTO DE DESPESA**

Elemento de Despesa	Despesa anual
Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$5.603.217.782,25
Obrigações Patronais	R\$1.333.857.609,13
Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado	R\$30.614.540,57
Contribuição a Entidade Fechada Previdência	R\$14.531.851,11
Despesas de Exercícios Anteriores	R\$8.625.290,44
Sentenças Judiciais	R\$4.126.217,04
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$2.667.774,00
Indenizações e Restituições Trabalhistas	R\$150.548,87
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pes. Militar	R\$10.898,69
Contratação Por Tempo Determinado - Pes. Civil	R\$3.724,12
Total Geral	R\$6.997.806.236,22

Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – Dez 2020

Para exemplificar, o detalhamento das despesas teve um gasto superior a 185 milhões com pessoal ativo, no contexto de gestão da SE e do AN. Desse valor, cerca de 77% correspondem às despesas com remuneração (vantagens fixas e gratificação natalina). Nesse mesmo escopo, o gasto com pessoal inativo e pensionistas, no período, superou 138 milhões de reais.

PESSOAL ATIVO - 2020 185.130.573,09			
Vantagens Fixas 133.733.485,33 72,24%	Gratificação Natalina 10.309.433,00 5,57%	Contrato Temporário 971.204,46 0,52%	Exercício Anterior 1.085.660,81 0,59%
Encargos Patronais 18.580.004,77 10,04%	Pessoal Requisitado 9.535.794,15 5,15%	Decisão Judicial 258.436,38 0,14%	Vantagens Variáveis 434.847.004,42 6,45%
PESSOAL INATIVO - 2020 86.551.617,83		PENSIONISTAS - 2020 52.300.160,66	
Vantagens Fixas 79.745.411,51 92,14%	Gratificação Natalina 6.626.263,73 7,66%	Vantagens Fixas 48.301.410,74 92,35%	Gratificação Natalina 3.918.051,90 7,49%
Pessoal Requisitado 35.920,46 0,04%	Decisão Judicial 144.022,13 0,17%	Exercício Anterior 12.392,01 0,02%	Decisão Judicial 68.306,01 0,13%
Vantagens Variáveis - 0%		Vantagens Variáveis - 0%	

Fonte: SIAPE/SIAFI

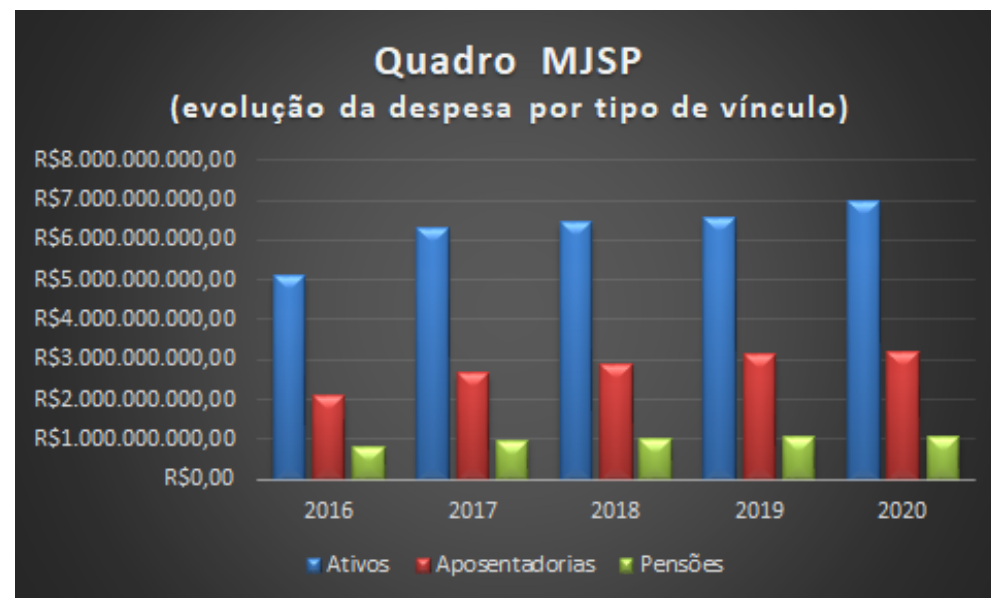
Evolução dos Gastos com Pessoal

Conforme dados extraídos do PEP, a evolução das despesas de pessoal do Quadro de Pessoal do MJSP, consideradas as despesas com aposentadores e pensões, temos a seguinte evolução:



Fonte: Painel Estatístico de Pessoal

No ano de 2020, a partir da mensuração dos dados dos servidores geridos pela SE (Núcleo Central) e AN, houve redução das despesas com os servidores ativos, em razão de gastos com a rubrica “Gratificação por Exercício de Cargo em Comissão”. Já com relação aos inativos e pensionistas, houve uma pequena variação.



Fonte: Painel Estatístico de Pessoal

AValiação DE DESEMPENHO E REMUNERAÇÃO**a) Avaliação de Desempenho**

Para cada tipo de carreira ou Plano existente, no âmbito do MJSP, há uma sistemática específica de avaliação de desempenho, para fins de gratificação de desempenho; promoção e progressão; e avaliação do estágio probatório.

AValiação DE DESEMPENHO	
Servidores Avaliados	901
Pedidos de Reconsideração	15
Recursos	0

Fonte: SIAPE/SEI

b) Gratificação de Desempenho

O desempenho dos servidores (integrantes do PGPE, do PEC-DPF e do PEC-DPRF) é aferido anualmente por meio de processo de avaliação de desempenho, que utiliza como referência as metas de desempenho individual somadas ao cumprimento das metas de desempenho institucional definidas para cada ciclo avaliativo

A avaliação de desempenho individual dos servidores é realizada anualmente com o objetivo de verificar o seu desempenho no exercício das atribuições do cargo ou função para o alcance dos objetivos organizacionais e impacta diretamente na remuneração.

O servidor do MJSP, conforme o cargo efetivo que ocupa, faz jus à Gratificação de Desempenho de Atividade em Políticas Sociais - GDAPS, Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos - GDACE, Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas - GDM, e Gratificação de Desempenho de Atividade de Assistência Especializada do Departamento Penitenciário Nacional - GDAPEN, Gratificação de Desempenho de Atividade de Agente

Penitenciário Federal GDAPEF, Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Federal - GDATPF e Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Rodoviária Federal – GDATPRF.

c) Promoção e Progressão funcional

Para o desenvolvimento do servidor, é necessário o preenchimento de determinados requisitos, previstos nas leis específicas de cada carreira ou plano, podendo ter como base critérios de antiguidade ou merecimento, mediante o instituto de “promoção” e “progressão”. Destaca-se, ainda, que cada regulamento disciplina o interstício, o período de avaliação, além dos critérios e dos efeitos financeiros aplicáveis.

No instituto da “promoção”, ocorre a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior, ou seja, mudança de classe. Já na “progressão”, ocorre a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe.

No caso do PGPE, em razão da não regulamentação do instituto da promoção, a mudança de classe/padrão observa o disposto no Decreto nº 84.669, de 29 de abril 1980, conforme determinado no art. 72 da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006. Dessa forma, a mudança de padrão dentro da mesma classe ocorre por “progressão horizontal”, enquanto a mudança de classe por “progressão vertical”.

Nesse sentido, a título de exemplo, apresentam os números das avaliações processadas pela SE e pelo AN:

1 CARREIRA
e 1 PLANO455
Progressões
(8 Portarias)97
Promoções
(3 Portarias)

Fonte: SIAPE/SEI

d) Estágio Probatório

A título de evidência, em 2020, no contexto de gestão da Secretaria-Executiva – SE (Núcleo Central), 01 (um) servidor concluiu o estágio probatório, adquirindo a estabilidade:

ESTÁGIO PROBATÓRIO	
CARREIRA/PLANO	QUANTITATIVO
Plano Geral de Cargos do Poder Executivo	1
TOTAL	1

Fonte: SIAPE/SEI

e) Composição Remuneratória dos Servidores do MJSP

Com exceção de algumas categorias específicas, basicamente a remuneração dos servidores efetivos ocupantes dos cargos de níveis superior, intermediário e auxiliar do PGPE, do Plano Especial de Cargos do Departamento da Polícia Federal - PEC-DPF e do Plano Especial de Cargos do Departamento da Polícia Rodoviária Federal PEC-DPRF, é composta por Vencimento Básico e Gratificação de Desempenho (Gratificação De Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Federal - GDATPF ou Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo

à Polícia Rodoviária Federal - GDATPRF), com valores fixados em lei.

Dentre os cargos específicos, a remuneração dos servidores dos cargos de Arquiteto, Economista e Engenheiro é composta pelas parcelas: Vencimento Básico e Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE, cujos valores são superiores ao da GDPGPE.

Já com referência aos servidores ocupantes do cargo de Médico, por meio da Lei nº 12.702/2012, foi instituída a Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas (Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDM-PGPE, Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal - GDM-PECPPF ou Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal GDM-PECPRF), com valores superiores e não acumulável com a GDPGPE.

No caso de cargo de nível auxiliar, ainda há o pagamento da Gratificação Específica de Atividades Auxiliares estabelecida em cada Plano (Gratificação Específica de Atividades Auxiliares do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GEAAPGPE, Gratificação Específica de Atividades Auxiliares da Polícia Federal - GEAAPF ou Gratificação Específica de Atividades Auxiliares da Polícia Rodoviária Federal - GEAAPRF).

Destaca-se que, às remunerações são acrescidas as vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei (adicional por tempo de serviço, dentre outras).

O MJSP também conta com servidores das carreiras de Desenvolvimento de Políticas Sociais; de Agente Federal de Execução Penal; de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal; e de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal, cuja remuneração é composta por Vencimento Básico e Gratificação de Desempenho (Gratificação de Desempenho de Atividade

em Políticas Sociais - GDAPS, Gratificação de Desempenho de Atividade de Assistência Especializada e Técnico-Administrativa do Departamento Penitenciário Nacional - GDAPEN ou Gratificação de Desempenho de Atividade de Agente Penitenciário Federal - GDAPEF).

Já as carreiras de Policial Federal e Policial Rodoviário Federal são remuneradas por meio de subsídio.

CARREIRA/PLANO	REMUNERAÇÃO INICIAL (R\$)	REMUNERAÇÃO FINAL (R\$)
Carreira Policial Federal – Delegado e Perito Criminal	23.692,74	30.936,91
Carreira Policial Federal – Agente, Escrivão e Papiloscopista	12.522,50	18.651,79
Carreira Policial Rodoviário Federal	9.899,88	16.552,34
Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais	7.350,46	15.208,69
Estrutura Remuneratória Especial de Cargos Específicos – Arquiteto, Economista e Engenheiro	6.242,41	13.184,99
Carreira de Agente Federal de Execução Penal	5.572,23	10.357,30
Carreira de Especialista em Assistência à Execução Penal	5.407,70	7.805,48
PEC PF – NS	5.101,67	8.924,85
PEC PRF – NS	5.096,87	8.924,85
PGPE – NS	5.035,29	9.040,36
Médico do PEC PF – NS (20 horas)	4.385,67	7.322,85
Médico do PEC PRF – NS (20 horas)	4.385,67	7.322,85
PEC PF – NI	4.252,76	5.298,82
PEC PRF – NI	4.252,76	5.298,82
Médico do PGPE (20 horas)	4.044,00	6.869,74
Carreira de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal	3.662,28	5.182,46
PGPE – NI	3.419,97	4.514,23
PEC PF – NA	***	3.283,99
PEC PRF – NA	***	3.283,99
PGPE – NA	***	3.123,14

Fonte: Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais e dos Ex-Territórios nº 80.

(***) Considerando que todos os cargos de nível auxiliar foram extintos ou estão em extinção, não há previsão de remuneração inicial para essa categoria funcional.

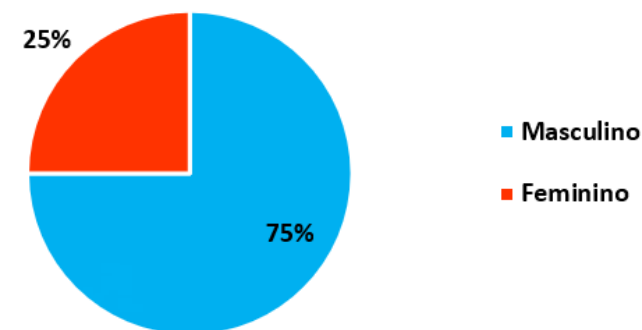
f) Cargos Gerenciais Ocupados por Servidores com vínculo

Dados do PEP indicam um total de 3.638 cargos ou funções distribuídos nos diversos órgãos e unidades da estrutura do MJSP. Sua distribuição, conforme tipo de cargo ou função:

Tipo de cargo	Cargos e funções
FGR	1.889
FCPE	833
DAS	503
FCT	411
NES	1
Ministro de Estado	1
Total Geral	3.638

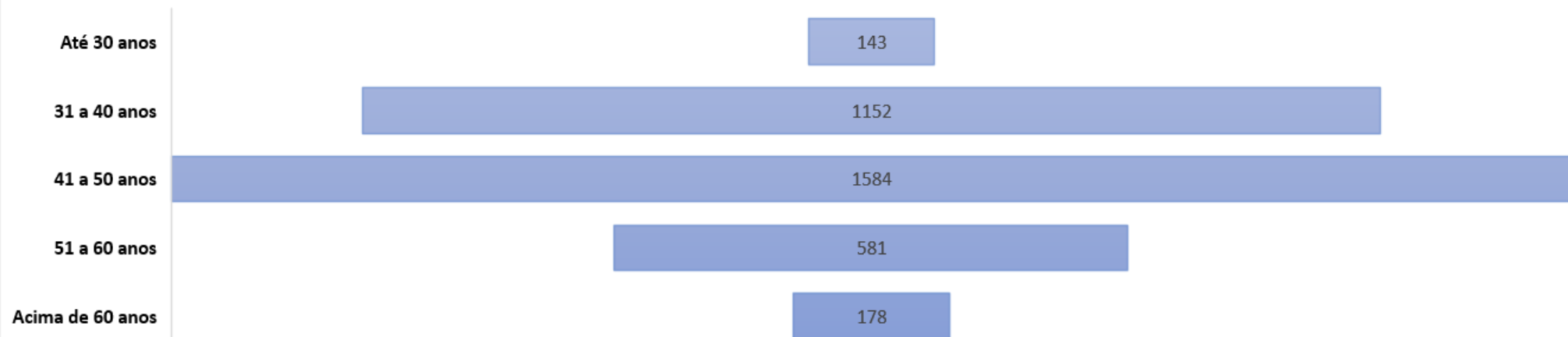
Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – Dez 2020

OCUPAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO POR GÊNERO



Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – Dez 2020

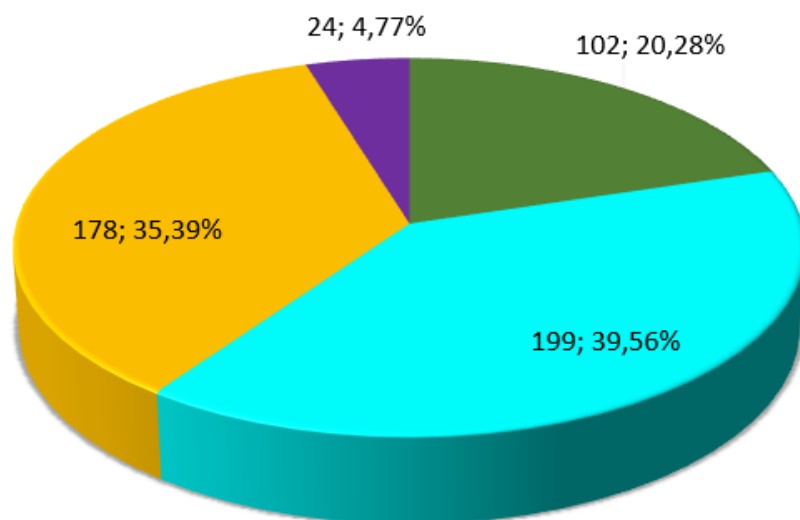
OCUPAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO POR FAIXA ETÁRIA



Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – Dez 2020

A título de exemplo, no escopo da gestão de pessoal da SE e do AN, 59,84 % dos cargos são ocupados por servidores efetivos, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

CARGOS GERENCIAIS - DAS E FCPE



- Servidores do MJSP
- Servidores de outros órgãos
- Servidores sem vínculo
- Sem ocupação (vagas desocupadas)

Fonte: SIAPE

CAPACITAÇÃO

a) Estratégia e números

As ações de capacitação do Ministério integram o Plano Anual de Capacitação - PAC, alinhado às principais diretrizes e normativos que regulamentam as ações de desenvolvimento de servidores da administração pública federal. Para a elaboração do PAC 2020, foram considerados os apontamentos realizados pelas unidades do Ministério e pelos servidores no Levantamento de Necessidades de Treinamento e na Pesquisa de Satisfação.

Cabe ressaltar que, a Polícia Federal - PF, por meio da Academia Nacional de Polícia - ANP, realiza a formação e capacitação de seus servidores, e também de público externo, por meio de ações de capacitações presenciais e a distância (ead.pf.gov.br). Promove, também, a oferta de cursos de pós-graduação específicos aos quais possui credenciamento junto ao MEC em temas da área de Ciência Policial, além de promover convênios específicos para mestrados em convênio com universidades brasileiras.

Já no âmbito da Polícia Rodoviária Federal - PRF, a Universidade Corporativa promove a qualificação de diversos servidores nas mais variadas áreas, com destaque especial aos cursos nas áreas de inteligência policial e operações especializadas e ao Curso de Formação Profissional, gerando importante incremento na força de trabalho do órgão.

O quadro a seguir, a título de exemplo, demonstra os números consolidados relativos à capacitação de servidores, gerenciados pela SE e pelo AN, no exercício:

CAPACITAÇÃO 2020	
DADO	TOTAL
Servidores capacitados	2.074
Horas de capacitação	24.025
Investimento	R\$985.805,55

Fonte: CGGP/SAA/SE e AN

Dentre as ações de capacitação, destacam-se as seguintes:

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO			
AÇÃO	ÓRGÃO	DESCRIÇÃO	CAPACITADO
Gestão da Informação e Documentação – Conceitos Básicos em Gestão Documental	AN	Curso a distância oferecido pela ENAP para servidores de áreas técnicas	55
Ética e Serviço Público	AN	Curso a distância oferecido pela ENAP para os servidores	33
Sistema Eletrônico de Informações SEI! Usar	AN	Curso a distância oferecido pela ENAP para servidores que trabalham com processo administrativo eletrônico	38
Coding BOOTCAMP-Enap/Le Wagon	SE	Programa de treinamento técnico imersivo e intensivo, que ensina as habilidades de programação mais relevantes para os profissionais dos setores público e privado	8
Negociação Avançada em Termo de Ajustamento de Conduta	SE	Ação de desenvolvimento com a finalidade de aprimorar as funções institucionais relacionadas à negociação na resolução alternativa de conflitos, desenvolvendo a competência legalmente instituída na Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei de Ação Civil Pública).	50
4º Ciclo de Capacitação em Licitações e Contratos.	SE	Ação de desenvolvimento com a finalidade de capacitar servidores do MJSP e de suas unidades vinculadas, especialmente aqueles que atuam no processo gestão de contratações, com temas afetos ao planejamento, execução e controle, abordando aspectos legais, doutrinários, jurisprudenciais e de boas práticas pretendidas pela Administração Pública para uma eficaz e eficiente execução de contratações	865

Fonte: CGGP/SAA/SE e AN

b) Ações voltadas para valorização/reconhecimento dos servidores.

No âmbito do MJSP, há a prática de registro de elogio nos assentamentos funcionais, sendo que, no exercício de 2020, foram efetivados, a título de exemplo, 190 elogios a servidores, gerenciados pela SE e pelo AN.

c) Ações voltadas para o bem-estar no contexto organizacional e das condições de trabalho.

Destacam-se as seguintes iniciativas:

AÇÕES PARA BEM-ESTAR ORGANIZACIONAL			
EVENTO	TIPO DE AÇÃO	ÓRGÃO	PARTICIPANTES
COVID 19	Campanha (e-mail marketing e intranet)	MJSP	Todos os servidores
Vacinação contra a gripe	Campanha	SE	800
Combatendo a ansiedade	Curso	SE	61

Por meio de parceria da SE com a Fundação de Seguridade Social – GEAP, em Brasília, foi oferecido atendimento médico, psicológico e nutricional aos beneficiários, com vista à redução aos fatores de risco, iniciativa que gerou o total de 200 atendimentos, em 2020.

Além disso, destacam-se as campanhas de conscientização “Setembro Amarelo”, “Outubro Rosa”, “Novembro Azul” e “Dezembro Vermelho” (no caso do AN), por meio de campanha via e-mail marketing e publicações na intranet.

d) Teletrabalho e demais ações voltadas para a maximização do desempenho e da eficiência no contexto em que o órgão atua.

Em 2020, a SE continuou com a atualização dos planos de trabalho dos servidores em teletrabalho, com a inclusão de indicadores de processo, a fim de possibilitar o acompanhamento da atuação do processo inscrito no programa de gestão, com o início dessa aferição foi possível verificar a melhoria na eficiência de processos organizacionais que, com a implementação do teletrabalho, apresentaram maximização de performance e resultados respectivos, dentre esses pode-se citar o processo “Melhoria da Gestão de Diárias e Passagens e Ressarcimento ao Erário”. Para além disso, o teletrabalho propiciou o ganho de 20% de produtividade individual, em comparação ao servidor que atua no mesmo processo presencialmente.

PRINCIPAIS ENTREGAS

No MJSP, foi publicada a Portaria do Ministro nº 11, de 06 de março de 2020, que atualizou a Política de Desenvolvimento de Pessoas no âmbito da Pasta, em conformidade com as diretrizes do Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.506, de 02 de outubro de 2020, iniciando, assim, a execução do PDP-2020.

Destaca-se, ainda, que foi realizado o primeiro processo seletivo para estágio remunerado no MJSP, conforme preconiza a Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019, nos termos do Edital de Abertura nº 03, de 25 de março de 2020. Foram recebidos 984 (novecentos e oitenta e quatro) processos de inscrição, dos quais 414 candidatos foram classificados na fase de análise curricular, compondo as listas de classificação do cadastro reserva do MJSP, conforme Edital nº 6, 25 de junho de 2020. No decorrer do exercício, foram publicados 50 editais de segunda fase, para preenchimento de 74 vagas de estágio, sendo convocados 222 candidatos do cadastro reserva.

Foi firmado o Termo de Execução Descentralizada nº 01/2020, de 31 de agosto de 2020, para realização de 01 (uma) turma de Mestrado Profissional em Gestão Pública destinada aos servidores, gerenciados pela SE, com oferta de 20 (vinte) vagas. As atividades acadêmicas para os selecionados para o mestrado, nos termos do Edital Aluno Regular PPGP nº 2/2020 - Turma 2020.2, iniciarão no início de 2021.

Houve a otimização do processo de avaliação para percepção da Gratificação de Desempenho, por meio da publicação da Portaria nº 255, de 22 de maio de 2020, que dispõe sobre os critérios e os procedimentos para avaliação de desempenho individual e institucional para efeito de atribuição da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, de que trata o art. 7º-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos

- GDACE, instituída pelo art. 22 da Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, aos servidores gerenciados pela SE.

Ainda em 2020, foi implementando o módulo de avaliação do Sistema de Gestão de Pessoas (SIGPE-AD) no Núcleo Central do MJSP. Dessa forma, o cadastramento dos Planos de trabalho dos servidores com percepção da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) e da Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos (GDACE), bem com o processamento das avaliações e a comunicação dos resultados ocorreram por meio do sistema, o que gerou maior celeridade e transparência, proporcionando a realização da avaliação por múltiplas fontes (servidor, chefia e pares).

No âmbito do Projeto Gestão por Competências, que prevê como entregas: o Sistema Competências; o mapeamento das competências (organizacionais, gerenciais, comportamentais, técnicas e individuais); e a construção de trilhas de aprendizagem, foi possível o desenvolvimento do módulo Currículo, parte do módulo Posto de Trabalho e parte das Tabelas de Apoio, ficando a disponibilização da ferramenta para o exercício de 2021. Quanto ao mapeamento das competências organizacionais, gerenciais, comportamentais, técnicas e individuais, esse iniciou-se em junho de 2020, com a execução do Contrato nº 55/2020. No ano de 2020, foram mapeadas e aprovadas as competências organizacionais, comportamentais e gerenciais.

As competências técnicas foram levantadas pelos próprios servidores, após oficinas realizadas para capacitação e orientação, e validadas pelos respectivos gestores, após análise e sugestões da empresa contratada para apoio técnico ao mapeamento de competências no Núcleo Central do MJSP. O processo de mapeamento e validação das competências técnicas tem previsão de encerramento em 2021.

No AN, a Coordenação de Gestão de Pessoas - COGEP da Coordenação-Geral de Administração atuou de forma eficaz, com o objetivo de aplicar as inovações sistêmicas e legais, especialmente em março de 2020, no qual implementou a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Frequência – SISREF, e ao longo do ano adequação do Programa de Desenvolvimento de Pessoal – PDP.

Com a pandemia da COVID-19, teve como trabalho base a consolidação institucional do Plano de Trabalho das atividades presenciais e remotas, especialmente no que tange ao controle de frequências e afastamentos dos servidores no SISREF, SIGEPE e SIAPE.

No âmbito do Arquivo Nacional, a COGEP, também, elaborou o edital e efetivou processo seletivo para reforço da força de trabalho respectiva, que, ao final, selecionou 23 servidores de outros órgãos do Poder Executivo Federal, dando início aos processos de requisição. E, ainda, coordenou o Grupo de Trabalho do Programa de Gestão, no qual foram discutidas as particularidades da unidade para implementação do Programa de Gestão e criada a tabela de atividades.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Em 2020, no Núcleo Central do MJSP, foram iniciadas as tratativas para formalização de Protocolo de Intenções entre a Subsecretaria de Administração - SAA e a Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - SEGEN, visando promover a ampliação das ações de capacitação e intercâmbio de treinamentos e cursos, ficando, para 2021, a formalização do acordo, bem como o fortalecimento das ações no âmbito dessa parceria, que tem como objetivo proporcionar a participação de mobilizados em ações de desenvolvimento do Ministério.

A publicação dos normativos internos complementares à Política de Desenvolvimento de Pessoas, nos termos da Portaria nº 11, de 06 de março

de 2020, também ficaram para o ano seguinte (2021), a saber: Programa de Incentivo Educacional; afastamentos e licenças para capacitação, Gratificação por Encargo de Curso e Concurso.

Outra meta não alcançada foi a disponibilização do Sistema Competências, por meio do qual será possível verificar as competências de cada posto de trabalho e individuais de cada servidor, bem como as lacunas de competências no Núcleo Central do MJSP, permitindo melhor direcionamento das ações de desenvolvimento, e oferecendo subsídios para movimentação de pessoal, processos seletivos internos, dimensionamento da força de trabalho, entre outros. A primeira versão em ambiente de produção ainda não foi entregue.

O atraso na disponibilização do Sistema aos servidores decorre da transição de contrato da fábrica de software ocorrida no final de 2020. Espera-se que uma primeira versão seja disponibilizada ainda no primeiro trimestre de 2021 aos gestores e servidores do Núcleo Central do MJSP.

Quanto à avaliação de desempenho, com a adoção do SIGEPE-AD, a evolução da ferramenta para possibilitar a avaliação aos servidores cedidos a outros órgãos, bem como incluir os procedimentos para recurso e reconsideração, é um desafio junto ao Órgão Central, responsável pelo sistema.

No âmbito do AN, a Coordenação de Gestão de Pessoas da Coordenação-Geral de Administração terá, para o exercício de 2021, como principais desafios: o planejamento do retorno das atividades presenciais; a digitalização do legado das pastas funcionais dos servidores, no Assentamento Funcional Digital – AFD; a preparação física (acondicionamento em caixas) e digital (AFD) do acervo arquivístico de aposentados e pensionistas (pastas funcionais e processos), a ser encaminhado ao Ministério da Economia; negociação e implementação do SIGEPE-AD; elaboração do PDP - Arquivo Nacional com base na nova redação do artigo 14 da Portaria MJSP nº 32/2020; verificação das metas individuais e institucionais do ciclo de avaliação 2020/2021; e implementação do Programa de Gestão no Arquivo Nacional.

V - GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONFORMIDADE LEGAL

Além das normas que subsidiam de forma geral as contratações públicas, Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e Decretos nº 7.892, de 2013, nº 5.450, de 2005, recentemente revogado pelo Decreto nº 10.024, de 2019, destacam-se os seguintes normativos que orientam os processos de contratações no MJSP: Decreto nº 7.746, de 2012, que estabelece critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável; a Instrução Normativa SEGES/ME nº 01, de 2019, que estabelece o Plano Anual de Contratações; IN SEGES/MP nº 05, de 2017, que estabelece regras e diretrizes para contratação de serviços sob o regime de execução indireta; IN STI/ME nº 01, de 2019, que dispõe sobre contratação de Soluções de Tecnologia da Informação; IN SEGES/ME nº 40, de 2020, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP em aquisições ou contratações de serviços, e sobre o Sistema ETP Digital; IN SEGES/ME nº 73, de 2020, que apresenta diretrizes para realização de pesquisa de preços; e IN SLTI/MP nº 01, de 2010, que apresenta critérios de sustentabilidade ambiental nas contratações.

As diretrizes trazidas pelas Instruções Normativas e pelo arcabouço legal referente ao processo de contratação são cotidianamente objetos de estudos internos e oficinas entre as equipes do MJSP.

Nessa toada, ao final do exercício, foi publicada a Portaria nº 405 de 20 de novembro de 2020 do Gabinete do Ministro, que instituiu os mecanismos de governança e determinou as diretrizes e procedimentos para o planejamento e o gerenciamento de contratações de bens, serviços, obras, soluções de tecnologia da informação e comunicação, e para o compartilhamento e centralização de contratações no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

UNIDADES DO MJSP		TENDÊNCIAS DE CONTRATAÇÃO
1	SE	Logística, Serviços Gerais, Manutenção Predial, Obras e Serviços de Engenharia, TIC e Equipagem para as unidades finalísticas
2	SENASP	Segurança Pública
3	DEPEN	Logística, Serviços Gerais, Manutenção Predial, Obras e Serviços de Engenharia, TIC e Equipagem
4	AN	Logística, Serviços Gerais, Manutenção Predial, TIC e Equipagem
5	PRF	Logística, Serviços Gerais, Manutenção Predial, TIC e Equipagem
6	PF	Logística, Serviços Gerais, Manutenção Predial, TIC e Equipagem

DETALHAMENTO DOS GASTOS DAS CONTRATAÇÕES

A estrutura do MJSP possui 6 unidades administrativas responsáveis pela gestão de contratações e pela gestão orçamentária e financeira dos contratos administrativos. São elas: Secretaria-Executiva - SE, a Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - SEGEN; a Polícia Federal - PF; a Polícia Rodoviária Federal - PRF; o Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN e o Arquivo Nacional – AN.

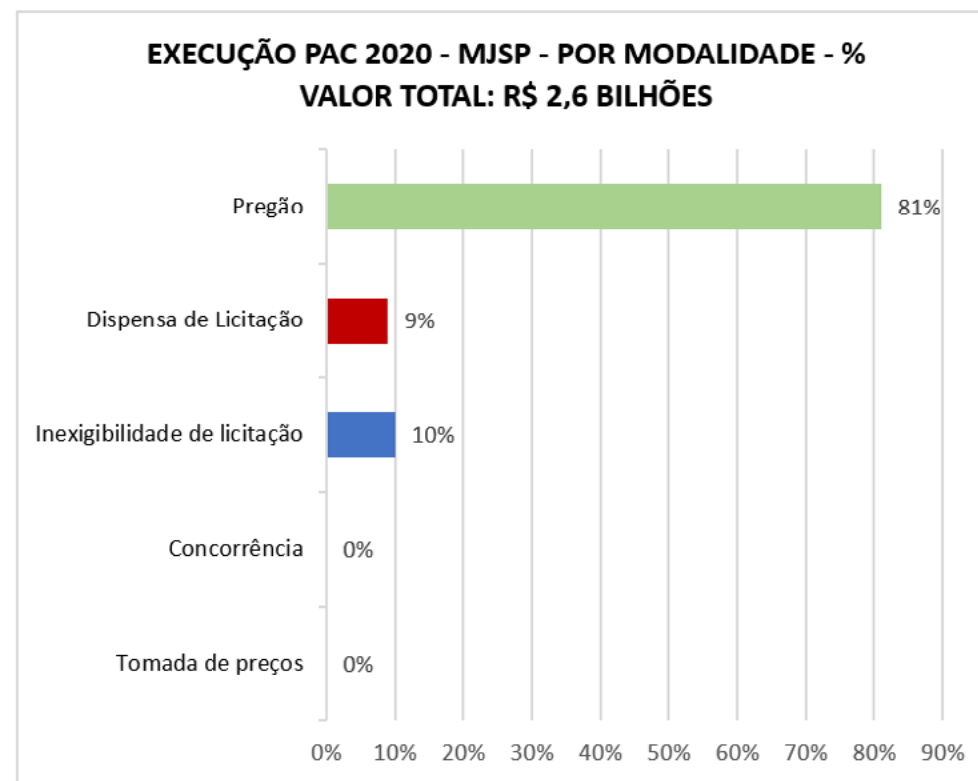
Salienta-se que somente a unidade licitante da Secretaria-Executiva - SE, UASG 200005 da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos da Subsecretaria de Administração (CGL/SAA), atende o Gabinete do Ministro, a Secretaria-Executiva - SE, a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO, a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC, as Coordenações-Gerais da Subsecretaria de Administração: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP; Coordenação-Geral de Arquitetura e Engenharia - CGAE; Coordenação-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais - CGDS, a própria Coordenação-Geral de Licitações e Contratos - CGL; além das demandas oriundas da Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON, da Secretaria Nacional de Justiça - SENAJUS e da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD, sendo assim consideradas unidades centrais do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

As Unidades do MJSP geriram em 2020 cerca de 2.457 contratos administrativos, que totalizaram o valor contratado de R\$ 1.528.062.924,17.

As finalidades dos contratos estão assim representadas:

POR FINALIDADE			
	QTDE	%	R\$
Funcionalidade Administrativa	1.204	49%	R\$ 576.455.778,54
TIC	367	15%	R\$ 137.408.230,26
Outros	886	36%	R\$ 814.198.915,37
TOTAL	2.457		R\$ 1.528.062.924,17

Com relação ao Plano Anual de Contratações do MJSP (PAC 2020), informa-se que, com base nos levantamentos dos dados disponíveis, foram registradas a expectativa de contratações, na monta de R\$4.882.781.457,23 (quatro bilhões, oitocentos e oitenta e dois milhões, setecentos e oitenta e um mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e vinte e três centavos), sendo alcançado cerca de 54%, em termos de valores, mediante a execução de R\$2.625.005.756,12 (dois bilhões, seiscentos e vinte e cinco milhões, cinco mil setecentos e cinquenta e seis reais e doze centavos), com 81% das contratações realizadas mediante pregão eletrônico.



Fonte: CGL/SAA/SE/MJSP

Trazendo uma outra visão das contratações, segue abaixo tabela com os quantitativos relacionados a cada modalidade de contratação, incluindo os casos de contratação direta:

CONTRATAÇÃO POR MODALIDADE		
MODALIDADE	QTDE	%
Pregão	582	37%
Dispensa (incisos do art. 24 da 8.666/93; art. 4º da Lei nº 13.979/2020; §1º, art. 3º, Lei 12.850/13)	762	49%
Inexigibilidade (incisos do art. 25 da 8.666/93)	190	12%
Concorrência	4	0%
Tomada de Preços	1	0%
Convite	0	0%
Leilão	1	0%
RDC	10	1%
SRP (Adesão e Participação)	191	1%
TOTAL	1569	100%

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

Nº do Processo	Objeto resumido	Valor total estimado	Justificativa da relevância
08084.001780/2019-52	Serviço de Eventos (Nacional)	R\$ 1.249.398,50	Em face do rol de competências regimentais atribuídas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, como a defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais, políticas sobre drogas, a defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor, bem como em razão da grande variedade de temas relacionados à sua área de competência, esta Pasta Ministerial necessita realizar no decorrer do exercício financeiro uma série de eventos, como congressos, simpósios, workshops, seminários, exposições, fóruns e outras reuniões similares a fim de cumprir suas atribuições institucionais.
08006.000247/2020-30	Contratação de Fábrica de Software	R\$ 19.399.850,00	O provimento da solução visa garantir a continuidade dos diversos serviços públicos digitais providos às unidades finalísticas e meios do MJSP e órgãos cobertos, como se verifica, apenas parcialmente, pelo contrato atual da fábrica (SEI 08006.001519/2017-13).

08006.000180/2019-08	Aquisição de sala cofre (Datacenter)	R\$ 6.693.198,00	A reestruturação necessária, deve possibilitar a implementação de ambientes com alta disponibilidade e que consigam proporcionar uma imagem fiel e em tempo real do panorama local e global dos eventos e dos recursos envolvidos nas operações e incidentes relacionados à segurança pública, defesa civil, defesa do consumidor, segurança privada e mobilidade urbana, entre outros, a fim de embasar a tomada de decisão por parte de todas as instituições envolvidas.
08084.001522/2020-18	Serviço de Modernização de sala de reuniões	R\$ 4.188.284,72	A necessidade da contratação justifica-se, portanto, pela ausência de ambientes e equipamentos adequados para a realização de reuniões e videoconferências.

08004.000229/2020-78	Serviços de manutenção predial	R\$ 11.014.420,91	É de extrema importância a contínua manutenção preventiva dos sistemas e equipamentos disponíveis, bem como a manutenção corretiva para sanar defeitos impossíveis de serem previstos ou evitados nos imóveis e equipamentos deste Ministério. Tais serviços são imprescindíveis para assegurar a operacionalidade e segurança das edificações utilizadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e continuidade dos serviços prestados. Ademais, a constante ampliação das atividades do Ministério da Justiça e Segurança Pública, impõe a necessidade de serviços eventuais dos sistemas citados, de forma a adequar e atender a extensiva demanda de adaptação e modificação dos ambientes de trabalho e toda sua complexa envoltória.
08020.001354/2019-63	Pistola	R\$ 14.578.552,71	Uniformização do calibre 9x19 mm para as armas de porte da Força Nacional, assim como nas aquisições do Legado e Extra-legado destinadas aos entes federados conveniados com a SENASP, de forma a garantir todos os benefícios operacionais, logísticos e financeiros desta mudança.

08020.008738/2019-15	Análise balística	R\$ 148.556.372,54	Instrumentalizar os órgãos periciais para melhoria da eficiência e celeridade nos exames de comparação balística.
08020.000322/2020-84	Equipamentos para laboratório de DNA Forense	R\$ 19.801.356,28	Propiciará o intercâmbio de perfis genéticos de interesse da Justiça, obtidos em Laboratórios de Perícia Oficial, para subsidiar a apuração criminal e a identificação de pessoas desaparecidas.
08020.000512/2020-00	Maleta para perícia	R\$ 55.728.996,00	As amostras biológicas da RIBPG são compostas por vestígios biológicos coletados em locais de crimes, coletados de vítimas de crimes sexuais, ou ainda, amostras coletadas de condenados criminalmente.
08227.000957/2020-65	Aquisição unidade de armazenamento scale-out	R\$ 2.480.000,00	Aumento da capacidade de documentos digitalizados, permitindo ao órgão cumprir sua missão institucional.
08227.001464/2020-42	Aquisição de Estante deslizante	R\$ 1.593.030,00	Modernização dos locais de guarda dos documentos físicos.

08227.000344/2020-28	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de service desk e sustentação de infraestrutura de tecnologia	R\$ 1.281.441,08	Manter os equipamentos e sistemas em pleno funcionamento.
08227.000040/2019-27	Licenciamento de softwares e serviços Microsoft	R\$ 990.815,00	Atualizar os softwares de uso comum dos servidores.
08227.000019/2019-21	Aquisição de Solução de Proteção, Armazenamento e Gerenciamento de Dados (backup) e Manutenção	R\$ 612.380,00	Aumentar a proteção dos dados gerados no Arquivo Nacional.
08020.001354/2019-63	Pistola	R\$ 14.578.552,71	Uniformização do calibre 9x19 mm para as armas de porte da Força Nacional, assim como nas aquisições do Legado e Extra-legado destinadas aos entes federados conveniados com a SENASP, de forma a garantir todos os benefícios operacionais, logísticos e financeiros desta mudança.
08020.000322/2020-84	Equipamentos para laboratório de DNA Forense	R\$ 19.801.356,28	Propiciará o intercâmbio de perfis genéticos de interesse da Justiça, obtidos em Laboratórios de Perícia Oficial, para subsidiar a apuração criminal e a identificação de pessoas desaparecidas.

08020.000512/2020-00	Maleta para perícia	R\$ 55.728.996,00	As amostras biológicas da RIBPG são compostas por vestígios biológicos coletados em locais de crimes, coletados de vítimas de crimes sexuais, ou ainda, amostras coletadas de condenados criminalmente.
08227.000957/2020-65	Aquisição unidade de armazenamento scale-out	R\$ 2.480.000,00	Aumento da capacidade de documentos digitalizados, permitindo ao órgão cumprir sua missão institucional.
08227.001464/2020-42	Aquisição de Estante deslizante	R\$ 1.593.030,00	Modernização dos locais de guarda dos documentos físicos.
08227.000344/2020-28	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de service desk e sustentação de infraestrutura de tecnologia	R\$ 1.281.441,08	Manter os equipamentos e sistemas em pleno funcionamento.
08227.000040/2019-27	Licenciamento de softwares e serviços Microsoft	R\$ 990.815,00	Atualizar os softwares de uso comum dos servidores.

08227.000019/2019-21	Aquisição de Solução de Proteção, Armazenamento e Gerenciamento de Dados (backup) e Manutenção	R\$ 612.380,00	Aumentar a proteção dos dados gerados no Arquivo Nacional.
08664.001803/2018-17	Dispensa para continuação da obra da sede da Superintendência da PRF no Rio Grande do Norte	R\$ 22.226.086,01	A construção da Sede da Superintendência da PRF no Rio Grande do Norte é necessária para que seja possível prover o órgão com estrutura suficiente para atendimento e prestação de serviços adequados à sociedade, priorizando construções sustentáveis, reduzindo o impacto ambiental e os custos de manutenção. Para isso utilizou-se da etiquetagem" ENCE/PBE-Edifica, em que os maiores objetivos a serem alcançados com a consultoria será reduzir o consumo de energia de todo o conjunto arquitetônico, reduzir o efeito de ilha de calor comum nos centros urbanos, proporcionar maior conforto térmico e aumento da produtividade aos servidores e usuários, reduzir o custo operacional de manutenção predial, incentivar as inovações tecnológicas.

08650.0226222/020-06	Aquisição de pistolas de uso individual, de porte e semiautomáticas Cal 9x19mm, sendo estas novas e de primeiro uso, a fim de atender a necessidade da Polícia Rodoviária Federal.	R\$ 11.302.652,79	Em face ao crescimento contínuo da criminalidade em todas as áreas da sociedade, aliada com a crescente capacidade dessas organizações criminosas em se equipar constantemente com armamentos modernos de grande potencial bélico, é imprescindível que a Polícia Rodoviária Federal, como órgão de segurança pública nacional, ampare e proteja a sociedade, se atualizando com a aquisição de modernos equipamentos e constante capacitação profissional. Portanto, a PRF necessita de armamentos que atendam aos mais rígidos testes de confiabilidade, segurança e desempenho, minimizando as possibilidades de incidentes de disparos que por consequência comprometam a segurança, armamentos que diminuam a possibilidade de efeitos colaterais que ponham em risco a integridade dos cidadãos e dos próprios policiais, como também prejuízos ao patrimônio.

08650.032849/2020-51	Aquisição de munições operacionais e de treinamento	R\$ 18.583.572,50	A aquisição visa atender parcialmente a demanda de treinamento, capacitação e uso operacional da PRF para o ano de 2021. Provedo material para uso não só nas atividades ordinárias de policiamento e Operações de combate a criminalidade, mas também para as Operações especializadas.
08650.013250/2020-19	Serviços técnico-especializados na organização e realização de concurso público	R\$ 22.613.740,42	Contratação de organizadora do concurso para ingresso de 1.500 policiais, de forma a suprir a demanda de efetivo do órgão, para a garantia da prestação de serviços de qualidade à sociedade.
08650.003055/2020-81	Serviços de tecnologia da informação e comunicação em prol da sustentação do Programa de Radiocomunicação Digital da PRF	R\$ 49.602.600,00	A PRF atua em todo território nacional com unidades operacionais fixas (Postos Policiais) e móveis (Viaturas) que se comunicam localmente entre si por meio de um sistema de radiocomunicação próprio, agregado aos recursos disponíveis de telefonia pública para comunicação entre essas unidades e unidades administrativas (Delegacias e Superintendências).

08650.019145/2019-50	Contratação de serviços de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento, por meio de sistema informatizado, para fornecimento de combustíveis, óleos, filtros lubrificantes, serviços de lavagens e de borracharia, de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças/materiais.	R\$ 88.729.802,52	Considerando que os serviços pretendidos são imprescindíveis ao funcionamento, principalmente, da área operacional do DPRF e, também, que a atividade-meio é fundamental para o desenvolvimento das obrigações finalísticas do Órgão e para o atingimento das metas institucionais, os serviços pretendidos, por esta contratação, não possuem correlação com as atribuições dos cargos previstos no quadro de pessoal próprio, sendo certo que manutenção da frota, como o fornecimento de combustíveis, muitas vezes, demandam de informações e decisões que requerem qualificação técnica para um acompanhamento sistemático dos serviços realizados nos veículos, restando claro que não há nos quadros do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF/MJSP profissionais com essa especialização, sendo imperiosa a contratação de uma assessoria técnica para um suporte adequado ao fiscal técnico/gestor, serviço esse que vem a reboque do formato de contratação desejada.

08200.015111/2020-28	Bens Móveis, do Tipo Eletrodoméstico	R\$ 1.096.640,88	Atender diversas unidades da PF.
08200.014451/2020-31	Materiais Permanentes, do Tipo Mobiliário	R\$ 26.302.810,15	Atender diversas unidades da PF.
08200.001235/2020-26	Veículos Policiais	R\$ 290.658.450,00	Renovação da frota da PF.
08200.013703/2020-13	Transporte de Mudança	R\$ 8.782.396,84	Atender diversas unidades da PF.
08200.018446/2020-06	Concurso Público	R\$ 17.967.877,50	Reposição do efetivo policial.
08200.005862/2020-36	Munições	R\$ 4.226.600,00	Atender diversas unidades da PF.
08200.011649/2018-49	Locação de Imóvel Corporativo	R\$ 86.566.291,80	Nova Sede da PF.
08209.000047/2020-09	Equipamentos de Inteligência Policial	R\$ 15.441.115,20	Aumento da capacidade investigatória.
08200.017847/2020-31	Veículos Policiais, tipo sedã médio	R\$ 13.564.800,00	Renovação da frota da PF.
08200.022240/2019-39	Veículos Policiais	R\$ 114.905.000,00	Renovação da frota da PF.
08200.024923/2020-64	Estações de Trabalho de Alto Desempenho	R\$ 4.306.440,00	Aumento da capacidade investigatória.

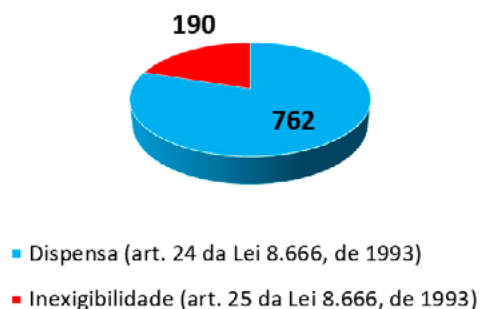
Cabe ressaltar as contratações de leiloeiros, iniciadas em 2019 e tendo como continuidade os Editais de Credenciamento nº 01, de 2020 e 02, de 2020, resultando, em 2020, em 111 (cento e onze) contratos para realização de leilões dos bens apreendidos do tráfico de drogas, que consolidou o avanço da SENAD, para o atendimento ao Planejamento Estratégico do MJSP, que possui como um dos objetivos o de “Promover a gestão e a alienação do produto de crimes de tráfico de drogas”.

CONTRATO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Diretriz e Materialidade)		
Nº do Contrato	Objeto	Valor
Nº 09/2019 (DPF)	Serviço de radiodifusão pública e serviços conexos para a SR/PF/RR, obedecidas às determinações contidas no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, no art. 8º, inciso VII, e §2º, inciso II, da Lei nº 11.652/08, na Lei nº 6.650/08, no Decreto nº 57.690/66, e nas demais normas complementares específicas, principalmente as diretrizes e orientações técnicas do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal - SICOM.	R\$ 6.663,64

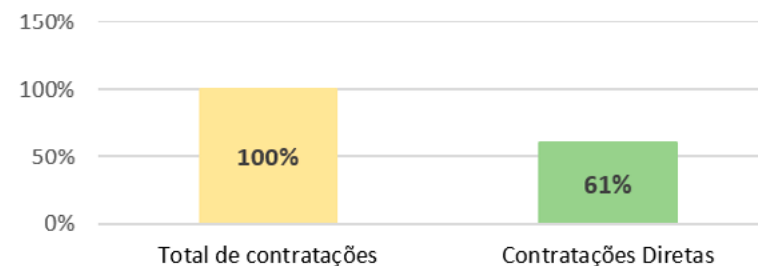
Contratações Diretas

No exercício de 2020, as unidades realizaram 952 procedimentos de contratação direta, o que representa 61% em relação a quantidade total de contratações levantadas. Desse percentual, constata-se que foram realizadas 762 contratações por dispensa de licitação (49%), 190 contratações por inexigibilidade (12%).

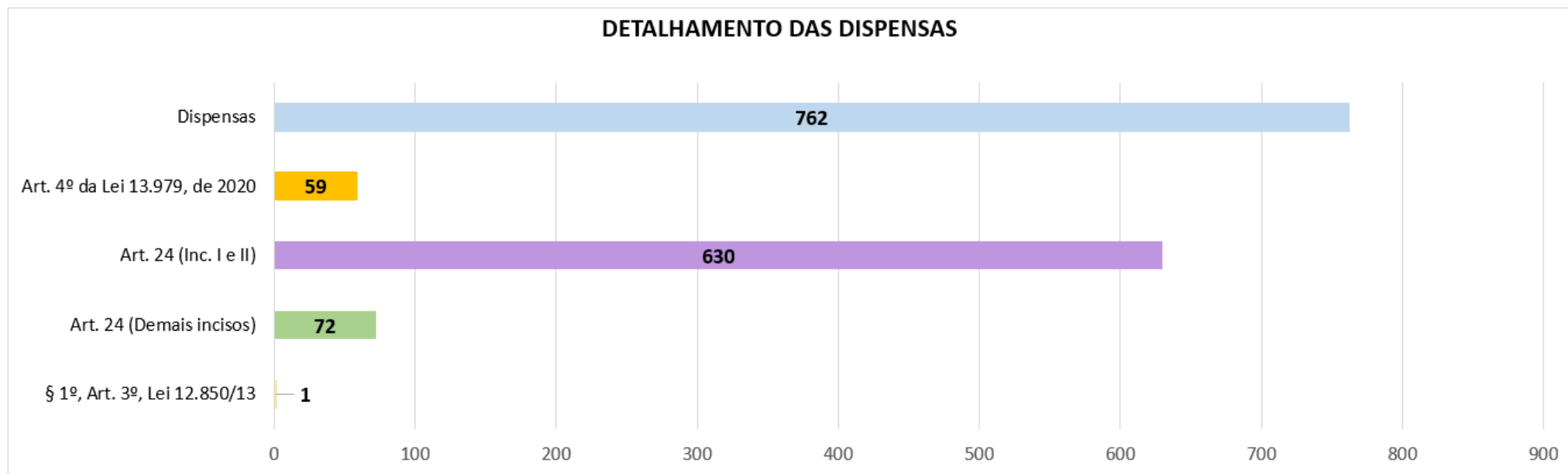
DETALHAMENTO DAS CONTRATAÇÕES DIRETAS



TOTAL DE CONTRATAÇÕES X CONTRATAÇÕES DIRETAS



DETALHAMENTO DAS DISPENSAS

**Avaliação dos reflexos da desoneração da folha de pagamento nos contratos**

Em razão da declaração de pandemia ocasionada por novo coronavírus (COVID-19), pela Organização Mundial de Saúde - OMS, em 11 de março de 2020, várias medidas de enfrentamento e prevenção foram tomadas pelo Governo Federal, em especial por este Ministério da Justiça e Segurança Pública para evitar a propagação da doença no ambiente de trabalho.

Dada a "Recomendação COVID-19" relacionada aos contratos de prestação de serviços terceirizados, publicada em 16/03/2020 e atualizada em 25/08/2020, no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/assuntos/combate-ao-COVID-19/recomendacoes-COVID-19-contratos-de-prestacao-de-servicos-terceirizados>, do Ministério da Economia, com amparo na Nota Técnica nº 66/2018 - Delog/Seges/MP, foram enviados ofícios às Contratadas, para que se manifestassem acerca da quantidade de prestadores que se enquadravam no grupo de risco e demais providências pertinentes ao caso.

Em decorrência, e diante da demonstração do efetivo custo adicional que a substituição, resultante da álea extraordinária, causou nas contratações, bem como da comprovação que as despesas foram de tal ordem que prejudicaram a execução contratual, especificamente, quanto aos fatos imprevisíveis que causaram o desequilíbrio econômico-financeiro, foram realizadas revisões nos seguintes contratos no âmbito da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública:

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA	PROCESSO
05/2018	Contratação de empresa especializada, com capacidade organizacional, estrutura e recursos disponíveis, para execução de forma contínua, ininterrupta e exclusiva de serviços de prevenção e combate a incêndio, abandono de área, primeiros socorros e atendimento de emergência em edificações por meio de “BRIGADISTAS DE INCÊNDIO - BOMBEIROS CIVIS”, conforme a Lei 11.901/09 e demais normas correlatas, com certificado de credenciamento emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF)	DEFENDER CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA (CNPJ: 09.370.244/0001-30)	08084.000388/2018-13
12/2017	Contratação de empresa especializada para a prestação exclusiva de serviços de Técnico em Secretariado, Secretariado Executivo, Secretariado Executivo Bilingue, Recepcionista e Contínuo, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência e neste Contrato, nas dependências do Ministério da Justiça e Segurança Pública e de suas unidades administrativas vinculadas, todas localizadas no Distrito Federal.	DEFENDER CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA (CNPJ: 09.370.244/0001-30)	08084.000429/2016-00
45/2019	Contratação de serviços especializados na prestação de serviços de limpeza e conservação, com o fornecimento de todo o material de limpeza e higiene, equipamentos e utensílios necessários à adequada execução dos serviços, para atender as unidades do Ministério da Justiça localizadas em Brasília, no Distrito Federal.	REAL JG SERVICOS GERAIS EIRELI (CNPJ: 08.247.960/0001-62)	08084.001934/2019-14

No tocante à desoneração da folha, no ano de 2020, houve a redução temporária, de 1º de abril de 2020 a 30 de junho de 2020, especificamente, para o Serviço Social da Indústria - Sesi, Serviço Social do Comércio - Sesc, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai, consoante a Medida Provisória nº 932, de 31 de março de 2020, alterou as alíquotas de contribuição aos serviços sociais autônomos (“Sistema S”).

As orientações sobre os impactos dessa redução, nos contratos administrativos, foram emitidas pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (link) e apreciadas pelo Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos da Advocacia-Geral da União conforme o Parecer n. 00036/2020/DECOR/CGU/AGU, até a superveniência do veto parcial contido na Lei nº 14.025, de 2020. No âmbito da Secretaria Executiva do MJSP, como exemplo, essa desoneração afetou dos seguintes contratos:

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA	PROCESSO
42/2015	Prestação de serviços de operação e manutenção dos sistemas de ventilação, exaustão, sistema central de ar condicionado do tipo VRF (Fluxo de Refrigerante Variável), recuperadores de energia com célula LOOSNAY, rede elétrica dos sistemas condicionadores de ar, monitoramento da qualidade do ar, análise gravimétrica de partículas, limpeza e higienização geral dos dutos condutores do ar refrigerado, com fornecimento de todos os materiais de consumo, peças de reposição e mão-de-obra, nas dependências administrativas do Ministério da Justiça e Segurança Pública	LIGA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. (CNPJ: 26.972.885/0001-84)	08008003078/2014-21
37/2019	Contratação de serviços continuados de copeiragem (copeira, garçom, operador de carga e descarga, auxiliar de encarregado e encarregado geral), com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.	REAL JG SERVIÇOS GERAIS EIRELI (CNPJ: 08.247.960/0001-62)	08084.000211/2019-90
44/2019	Contratação de serviços continuados de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados diversos com fornecimento de mão de obra de apoio operacional e atividades de carregador, almoxarife e motorista não abrangidos pelo Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, visando atender às necessidades institucionais nas dependências do órgão, em Brasília/DF.	R7 FACILITIES - SERVICOS DE ENGENHARIA EIRELI (CNPJ: 11.162.311/0001-73)	08084.000576/2019-14

Outras entregas relevantes da área de licitações e contratos

Com o objetivo de alcançar as metas presentes no Planejamento Estratégico 2020–2023 da Pasta, e com vistas a aprimorar a Gestão das Contratações no âmbito do MJSP, destacam-se algumas ações.

A Secretaria-Executiva reforçou o trabalho constante da padronização dos procedimentos licitatórios, focando na instrução dos processos. Desenvolveu fluxos e cronogramas para todas as modalidades de licitação, bem como tipificações de objetos a serem contratados. Para dar celeridade aos processos, também foi implementada metodologia de acompanhamento das contratações juntamente com as unidades requisitantes, o que melhorou significativamente a comunicação entre as áreas.

Além disso, é possível verificar a melhoria na qualidade nos documentos que compõem os processos de contratações, com a participação direta da unidade licitante no momento do planejamento das contratações, além do envolvimento dos servidores da área técnica e requisitante nessa fase, ainda que dispensada a formação da equipe de planejamento, principalmente, na elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP em Sistema digital, à luz da IN SEGES/ME nº 40, de 2020.

Por meio da novel Portaria GM/MJSP nº 405/2020, foi instituída a Comissão de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - CPGC, no âmbito do Ministério, que, dentre suas competências, listadas no artigo 6º da referida norma, destacam-se a consolidação e aprovação da proposta do Plano Anual de Contratações – PAC e do Plano de Contratações Compartilhadas - PCCom, com base nos Planos Setoriais de Contratações - PSCs, conforme as demandas lançadas no Sistema de Planejamento e Gerenciamento das Contratações – PGC pelas unidades vinculadas ao MJSP, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2019 do ME.

Destaca-se que o referido normativo, tem por objetivo regulamentar

os aspectos afetos à governança, às instâncias de planejamento e ao gerenciamento de contratações públicas de bens, serviços, obras, soluções de tecnologia da informação e comunicação. A par deste fim, traz comandos gerais, visando balizar a atuação do gestor público e estabelece um padrão de acompanhamento e monitoramento dos processos licitatórios, de dispensa e inexigibilidade de licitação, planejados, previamente, no PAC do exercício.

Dessa feita, entre os principais objetivos e diretrizes norteadores para o metaprocessos de contratação pública no âmbito do MJSP, nos termos do art. 3º da referida Portaria, estão: a promoção da inovação e do desenvolvimento nacional sustentável; a busca pela proposta mais vantajosa à Administração; a celeridade do rito e menor tempo médio do processo licitatório; o menor custo processual; a busca da qualidade de instrução processual, aliando-se à legalidade e à objetividade de seus elementos; o alinhamento ao Plano Estratégico Institucional, ao Programa de Integridade, ao Plano de Gestão de Logística Sustentável, ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação e ao Sistema de Governança; a promoção do compartilhamento ou centralização, sempre que possível; e a promoção da gestão por competências, estabelecendo responsabilidades dos atores envolvidos no processo das contratações e a necessária segregação de funções.

Notadamente, a Portaria abrange a adoção de procedimentos e mecanismos que estruturam o rito das contratações, estabelecendo o grau de complexidade e prioridade das demandas, bem assim apresenta orientações da instrução processual, as quais refletem na demonstração de indicadores de desempenho, com destaque ao tempo médio de contratação na modalidade pregão eletrônico, que passou a ser prioritário no atendimento da estratégia deste Ministério.

Nesse contexto, o subprojeto "Padronização e estabelecimento de Indicadores para as demais unidades licitantes do MJSP", ligado ao

Projeto Estratégico "Revisão e padronização do processo de Contratações Públicas", é coordenado pela Coordenação-Geral de Licitações e Contratos da Subsecretaria de Administração da Secretaria Executiva do MJSP (CGL), no bojo do planejamento estratégico 2020-2023. Assim, por meio do mapeamento e padronização de processos e da adoção de fluxos e cronogramas, foram criadas bases para sua implantação em todas as unidades e órgãos da Pasta, com foco no desempenho e na qualidade das contratações.

No que se refere à gestão dos contratos e à trilha de conhecimento na temática de licitações, destaca-se a realização do 4º Ciclo de Capacitação de Licitação e Contratos do MJSP, promovido pela Secretaria-Executiva, cuja edição de 2020 ocorreu nos dias 15, 16 e 17 de setembro e, devido à pandemia do COVID -19, foi realizado em formato 100% virtual, com as palestras transmitidas ao vivo pela plataforma Microsoft Teams.

O Ciclo foi divulgado para todos os órgãos do MJSP e para servidores dos órgãos da esplanada interessados. Desse modo, contou com a participação de nomes de relevância na temática, além de servidores da Secretaria-Executiva, da Consultoria Jurídica e da Assessoria Especial de Controle Interno desta Pasta, bem assim de outros órgãos, tais quais: CGU, TCU, Senado Federal e ME.

O Ciclo de Capacitação de Contratos do MJSP, tem se destacado como capacitação contínua de fiscais de contratos e agentes de licitação com o objetivo de fomentar a comunicação entre as unidades demandantes e licitantes para que, trabalhando em equipe, busquem atingir um padrão de excelência e sustentabilidade nas licitações e no processo de fiscalização contratual.

Houve o aprimoramento do espaço da intranet do MJSP, a fim de aproximar os setores de compras com os setores requisitantes, estabelecendo um canal de diálogo permanente; com divulgação de fluxos e cronogramas,

fomento a melhores práticas e o uso de ferramentas administrativas de planejamento e de gestão de compras. É possível acompanhar, ainda, o Planejamento Anual de Contratações, as contratações em andamento, os contratos firmados e demais informações gerenciais, as quais permitem identificar previamente as demandas e os esforços necessários, ao longo do exercício para a eficiência no atendimento.

Em destaque, também está a participação da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos (CGL/SAA) na equipe de negócio do sistema "COMPRASNET CONTRATOS", em parceria com a AGU e o Ministério da Economia, cuja formatação convergiu aos objetivos do subprojeto "Implantação de sistema informatizado de contratações públicas", integrante do Projeto Estratégico, denominado "Revisão do Processo de Contratações Públicas no âmbito do MJSP", no bojo do objetivo estratégico "Aprimorar a gestão da logística e a infraestrutura interna".

Dessa forma, essa ferramenta possibilitou facilitar a operacionalização dos responsáveis por contratos, bem como, munuiu a alta gestão da instituição com informações relevantes para as tomadas de decisões, sem custos relevantes de desenvolvimento e sustentação de sistemas próprios.

Principais desafios e ações futuras**DESAFIOS:**

- Redução do tempo médio dos procedimentos licitatórios;
- Aprimoramento da etapa de planejamento e elaboração dos artefatos da contratação, objetivando maior fluidez;
- Padronização das rotinas de gestão de contratos e licitações;
- Necessidade de adequação às restrições orçamentárias;
- Melhoria contínua da comunicação entre os atores envolvidos no processo de licitações e contratos;
- Força de trabalho reduzida para a gestão de contratações;
- Grande rotatividade de servidores mobilizados para a SENASP, lotados em unidades administrativas, acarretando a necessidade de constantes capacitações e o prejuízo no bom andamento dos trabalhos;
- Ampliação de capacitações especializadas na temática licitações e contratos, haja vista o trâmite legislativo do novo Projeto de Lei (PL 4.253/2020).

AÇÕES FUTURAS:

- Implementar o Projeto de reanálise e conferência de faturas para ordenação de despesas;

- Implementar o Programa de Integridade do MJSP nas contratações públicas;
- Implementar e internalizar o uso do COMPRASNET CONTRATOS no âmbito do MJSP e suas unidades;
- Aprimorar a gestão de riscos em licitações e contratos.

VI - GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

SISTEMA DE GESTÃO DE PATRIMÔNIO E MATERIAIS

UNIDADE	SISTEMA
Secretaria- Executiva	Sistema ASI-LinkData e em fase de implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads.
Polícia Federal	E-Log (Gestão Eletrônica de Administração e Logística)
Departamento Penitenciário Nacional	Até 2019, o sistema ASI-LinkData, no entanto, atualmente encontra-se em transição para o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads.
Arquivo Nacional	Sistema de Patrimônio desenvolvido pela COTIN/AN, no entanto, está em fase de implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads.
Polícia Rodoviária Federal	Sistema de Integrado de Patrimônio, Administração e Contas

Quantidade e o valor de bens ativos (móveis, imóveis e intangíveis)

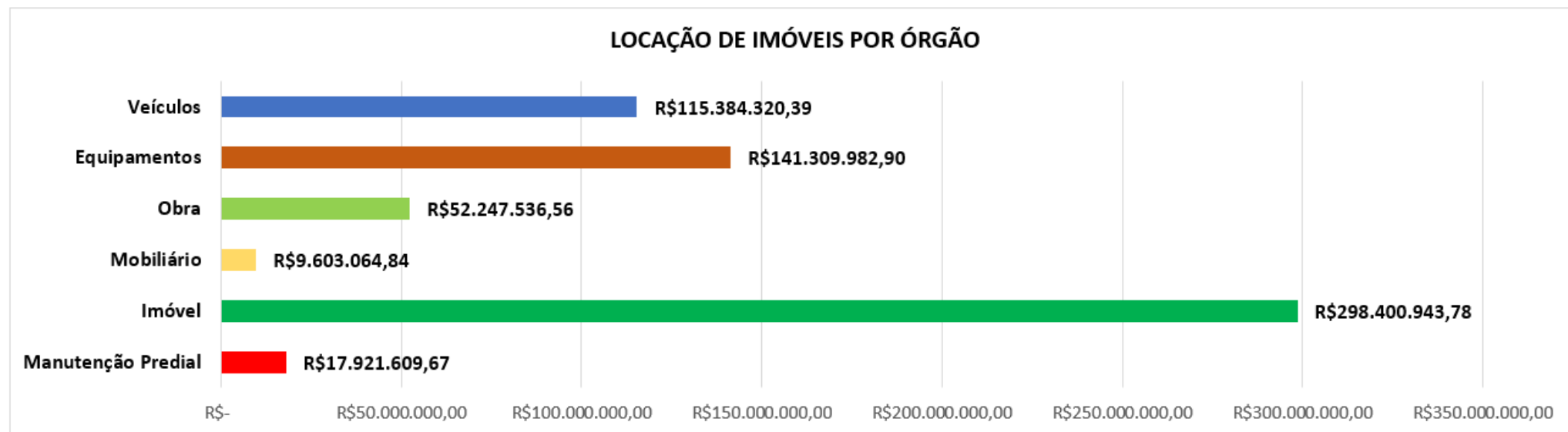
No contexto de gestão patrimonial, no que tange à SEGEN, DEPEN, AN, PRF e SE, o MJSP faz gestão de aproximadamente 449.047 (quatrocentos e quarenta e nove mil, quarenta e sete) itens de patrimônio que correspondem ao montante de R\$ 4.080.344.226,28 (quatro bilhões, oitenta milhões, trezentos e quarenta e quatro mil duzentos e vinte e seis reais e vinte e oito centavos), sendo distribuídos entre os órgãos da estrutura organizacional, conforme quadro a seguir:

UNIDADE	CLASSIFICAÇÃO	QTDE	VALOR
Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - SEGEN	Móveis	17.706	R\$ 246.823.879,41
	Imóveis	0	
	Intangíveis	0	
	Total	17.706	R\$ 246.823.879,41
Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN	Móveis	23.016	R\$ 73.902.438,55
	Imóveis	6	R\$ 163.944.713,10
	Intangíveis	1	R\$ 990,00
	Total	23.023	R\$ 237.848.141,65
Arquivo Nacional - AN	Móveis	12.572	R\$ 11.274.682,58
	Imóveis	2	R\$ 316.452.929,08
	Intangíveis	37	R\$ 518.180,00
	Total	12.611	R\$ 328.245.791,66
Polícia Rodoviária Federal - PRF	Móveis	334.012	R\$ 1.261.463.293,65
	Imóveis	446	R\$ 1.250.706.362,99
	Intangíveis	1.348	R\$ 21.487.976,33
	Total	335.806	R\$ 2.533.657.632,97
Secretaria-Executiva - SE	Móveis	59.865	R\$ 109.682.789,23
	Imóveis	5	R\$ 553.038.012,05
	Intangíveis	31	R\$ 71.047.979,31
	Total	59.901	R\$ 733.768.780,59
Ministério da Justiça e Segurança Pública	Total de bens	449.047	R\$ 4.080.344.226,28

SEQ.	UNIDADE	QTDE	VALOR
1	Polícia Federal	27.092	R\$15.445.930,93
2	Departamento Penitenciário Nacional	1.222	R\$390.655,37
3	Polícia Rodoviária Federal	24.659	R\$25.883.858,58
TOTAL		52.973	R\$41.720.444,88

Principais Investimentos de Capital

Em 2020, pode-se evidenciar que os investimentos mais relevantes de capital realizados pelas unidades administrativas da SEGEN, SE, PRF e AN, foram de aproximadamente de R\$ 634.867.458,14 (seiscentos e trinta e quatro milhões, oitocentos e sessenta e sete mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e quatorze centavos), sendo distribuídos entre os seguintes tipos de despesas: manutenção predial, imóveis, mobiliário, obras, equipamentos e veículos.



Informações sobre locação de imóveis e equipamentos

Atualmente, o Ministério da Justiça e Segurança Pública arca com o custo na ordem de R\$ 15.560.795,30 (quinze milhões, quinhentos e sessenta mil setecentos e noventa e cinco reais e trinta centavos), referente às unidades administrativas da SE e PRF, com imóveis e equipamentos alugados para o desenvolvimento das suas atribuições, sendo distribuídos pelas seguintes unidades administrativas:

LOCAÇÃO DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS			
UNIDADE	LOCADOR	ESTADO	VALOR ANUAL
Secretaria-Executiva - SE	Antônio Venâncio da Silva Empreendimentos Imobiliários LTDA	DF	R\$947.355,32
	Fotogravura Gramatic	DF	R\$746.750,00
TOTAL			R\$1.694.105,32
Polícia Rodoviária Federal - PRF	Locação de imóveis		R\$11.031.325,73
	Locação de máquinas e equipamentos		R\$2.835.364,25
TOTAL			R\$13.866.689,98
TOTAL GERAL			R\$15.560.795,30

Principais desafios e ações futuras

Dentre os principais desafios relacionados à gestão patrimonial e de infraestrutura, no âmbito do MJSP, podemos destacar a implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS, conforme determina a Portaria ME nº 232, de 2 de junho de 2020, que institui o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e empresas públicas dependentes do Poder Executivo Federal, bem como a implantação de solução R-FID para fins de aprimoramento da gestão patrimonial, no âmbito da Secretaria-Executiva, Departamento Penitenciário e Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública.

No que tange à Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, a gestão Patrimonial enfrenta grande desafio por ocasião do advento da Portaria nº 232/2020 do Ministério da Economia, que instituiu o SIADS. Ocorre que, ambas utilizam o SIPAC há mais de dez anos, o qual passou por diversas evoluções que não seriam abarcadas pelo SIADS. Por hora, optou-se pela continuidade da utilização do SIPAC, haja vista que uma migração seria de grande impacto operacional às Polícias.

Mudanças e desmobilizações relevantes

MUDANÇAS E DESMOBILIZAÇÕES RELEVANTES	
UNIDADE	MUDANÇAS
Polícia Federal	Mudança da nova sede da Polícia Federal. O imóvel localizado no endereço SCN, Quadra 4 - Bloco A, ainda não utilizado pela PF, mede 8.759,20 m2 (oito mil setecentos e cinquenta e nove e vinte centímetros quadrados), e tem como proprietário oficial a empresa Multi Construtora e Incorporadora Ltda (Escritura de Compra e Venda com Pacto Adjecto de Hipoteca de 26/12/2000, lavrada às fls. 090 do Livro nº 0260 dp 6º Ofício de Notas e Taguatinga-DF).
Polícia Rodoviária Federal	A adequação das edificações do Complexo Regional foram realizadas buscando melhorar os ambientes laborais dos servidores e da população ali atendida. Foram investidos R\$ 26.404.033,64 em infraestrutura de Sede da Superintendência Regional, Centro de Comando e Controle, Hangar, Nucleo de Operações Especiais e Estande de Tiros. (RJ)
	Foi iniciada a obra de reconstrução da Sede Regional da PRF no Rio Grande do Norte, com previsão de conclusão até o ano de 2022. Todo o complexo terá um investimento de R\$ 22.812.000,00. (RN)
	A Superintendência Regional da PRF no Rio Grande do Sul passou para uma edificação nova, que teve o investimento em melhorias de tecnologia, deixando de funcionar em edificação alugada e passando a ter uma Sede própria.

VII - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

Nas aquisições realizadas, foram observados sempre os critérios de sustentabilidade, como procedência dos materiais, conteúdo reciclável, fonte não poluidora, certificações de extração, emissão de radiação e nível de ruído. As contratações realizadas na modalidade pregão eletrônico também atenderam ao disposto no Decreto nº 7.746/2012, estabelecendo critérios tanto na especificação do objeto quanto nas obrigações das contratadas no sentido de obedecer a critérios e práticas de sustentabilidade. Sendo observado ainda o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Advocacia-Geral da União - AGU.

Todas as contratações inerentes à tecnologia da informação, respeitam às normas gerais de sustentabilidade ambiental e estão em conformidade com a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

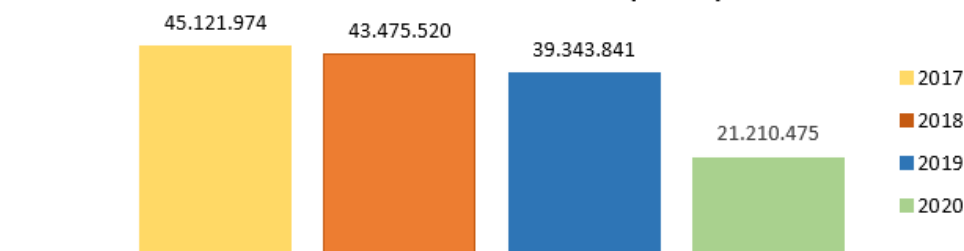
Ações para redução do consumo de recursos naturais

O MJSP vem implantando ações para a redução do consumo de recursos naturais, por meio de políticas de redução de papel, energia e água.

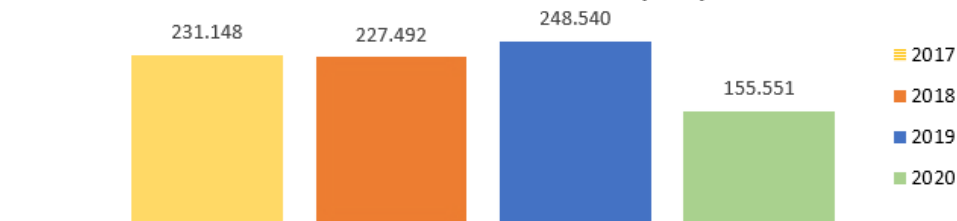
Em 2020, houve redução considerável no consumo dos recursos naturais, em razão da ampliação do trabalho remoto, bem como em função da substituição de aparelhos de climatização de modelos ineficientes por modelos ecológicos e com a classificação energética Procel A. Foram instaladas, ainda, 2.233 lâmpadas T18, 600 paflon e 240 refletores LED, em substituição às lâmpadas de vapor de mercúrio e fluorescentes.

Assim, segue quadro demonstrativo de redução de recursos naturais (energia, água e papel) comparando os anos de 2017, 2018, 2019 e 2020:

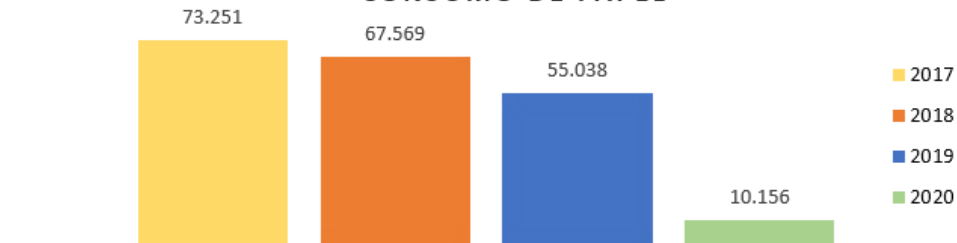
CONSUMO DE ENERGIA (KWH)



CONSUMO DE ÁGUA (M3)



CONSUMO DE PAPEL



Redução de resíduos poluentes

O MJSP continua promovendo ações sustentáveis com o objetivo de contribuir para a redução dos resíduos poluentes, dentre as quais se elenca as seguintes práticas: utilização do Sistema Eletrônico de Informação – SEI evitando o uso e desperdício de papel; programa de coleta seletiva de lixo e pilhas/baterias, em parceria com a cooperativa de catadores; acompanhamento contínuo da rede hidráulica, para evitar vazamentos; centralização da designação de viagens a serviço, visando reduzir o número de deslocamentos com viaturas e/ou aéreas; aquisição de sistema de correção do fator de potência da instalação elétrica predial, reduzindo o consumo de energia reativa, o que permitiu que o sistema elétrico geral dos prédios se tornasse mais eficiente; ainda foram substituídas 2.233 lâmpadas T18, 600 paflon e 240 refletores LED, em substituição às lâmpadas de vapor de mercúrio e fluorescentes.

Além disso, há ações de adoção de canecas e garrafas reutilizáveis, reduzindo o consumo de copos descartáveis pelo público interno; ações visando a destruição dos coletes balísticos vencidos (destinação final ambientalmente adequada), em atendimento a Lei 12.305 de 02/08/2010.

Entre os poluentes mais ofensores, no âmbito da Polícia Rodoviária Federal - PRF, pode-se considerar que sejam os decorrentes do uso de veículos à combustão, que somam mais de 2100 em operação. Em 2020, foram adquiridas 476 novas viaturas para renovação da frota da PRF, o que representa, aproximadamente, 22,6% do total dos veículos do órgão. Os veículos mais novos, além de possuírem tecnologias mais atuais, sendo mais eficientes, consomem menos combustível em comparação à frota mais antiga, devido ao nível de desgaste dos veículos.

Principais desafios e ações futuras

Os principais desafios da área meio do MJSP, são:

Realizar a conservação do Palácio da Justiça Raymundo Faoro, identificando possíveis pontos de desgaste da edificação e, sobretudo, buscando melhorar as instalações e a ergonomia de seus sistemas com relação às demandas dos servidores, colaboradores e público externo. Ressaltamos que, esta edificação compõem o complexo arquitetônico tombado da Capital Federal.

Outro desafio é intensificar a realização de campanhas com vistas à conscientização do público interno a utilizar os recursos naturais de forma mais sustentável, a exemplo da utilização racional de energia elétrica, água, uso de copos permanentes em detrimento aos descartáveis, na busca da contínua redução de custos e preservação dos recursos naturais.

Ações relativas ao enfrentamento da pandemia da COVID-19, que passa revisão de fluxos e procedimentos internos, remodelagem de contratos de serviços, monitoramento sobre a necessidade de novas aquisições e reanálise da ordem de prioridade de projetos internos.

Com relação à sede do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, observamos a realização de estudo de acessibilidade, atentando-se para as diretrizes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, com vistas a melhorar o acesso dos públicos interno e externo.

Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Foram realizadas diversas ações, no âmbito do MJSP, como a modernização do espaço do restaurante com vistas a melhorar a ergonomia e circulação no ambiente, a revitalização de salas de treinamento e seus trajetos, a substituição e atualização das placas de identificação de salas, e a modernização das garagens com efetiva melhoria do acesso, nova sinalização, iluminação e piso.

Dentre as principais iniciativas, no âmbito da Polícia Federal, podemos citar a manutenção preventiva e corretiva das instalações e equipamentos de

acesso, pequenas alterações nas instalações prediais tais como, construção de rampas, redução de declínios e degraus nas unidades nos estados.

No âmbito do Arquivo Nacional, foi instituída a Política de Acessibilidade e Inclusão, com os eixos: acessibilidade física, acessibilidade comunicacional e informacional, acessibilidade atitudinal e acessibilidade cultural. No tocante às instalações, foram realizadas pequenas modificações, uma vez que parte da sede do AN está situada em um prédio tombado. Dentre as modificações podem ser citadas a reserva de vagas no estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida e sanitários específicos. Além disso, a instituição conta com visita guiada especializada para os diversos públicos como idosos e pessoas com mobilidade reduzida.

OBJETIVO ESTRATÉGICO - FORTALECER O ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE, COM ENFOQUE EM CRIMES VIOLENTOS, ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS, CORRUPÇÃO E LAVAGEM DE DINHEIRO, INCLUSIVE COM ATUAÇÃO NA FAIXA DE FRONTEIRA

O enfrentamento à criminalidade, diante da diversificação do crime em escala internacional com o surgimento de novos produtos e modos de operação e o uso de novas tecnologias, requer o aprimoramento da atuação da área de segurança pública, especialmente nas atividades de inteligência e de integração entre os órgãos.

Frente aos desafios que envolvem a área de segurança pública no país, para a consecução deste objetivo estratégico, o MJSP vem elaborando e aperfeiçoando políticas públicas no intuito de contribuir para a criação de um ambiente mais seguro à sociedade, às empresas e ao próprio governo, de modo a mitigar a violência no país, reverter a sensação de insegurança e proporcionar melhoria na qualidade de vida cotidiana e da própria democracia.

Dentre as principais linhas de atuação do Ministério, destaca-se o uso inteligente da tecnologia e das informações disponíveis ao Estado, com ações voltadas para:

- i) a coordenação estratégica e a integração de dados, oferecendo inteligência analítica aos órgãos de segurança pública para uma tomada de decisão mais efetiva e eficaz quando da proposição de políticas baseadas em evidências;
- ii) o aprimoramento constante no controle sobre rotas de atuação do crime e na articulação internacional;
- iii) a modernização de soluções tecnológicas utilizadas nos órgãos do Ministério e compartilhadas em diversas Unidades da Federação, que contribuem na investigação criminal, na produção de provas, na

identificação de criminosos e na resolução de crimes, incluindo aqueles relacionados à lavagem de dinheiro;

iv) o aperfeiçoamento dos processos de produção e disseminação do conhecimento na área de inteligência, envolvendo a criação e disponibilização de canal seguro de informações e a capacitação de profissionais para o apoio no combate ao crime organizado; e

v) o fomento para a estruturação nas polícias civis de unidades exclusivas com vistas à prevenção e ao combate à corrupção, assim como o treinamento permanente de forças policiais relacionado à exploração, à análise e ao cruzamento de dados de difícil recuperação obtidos em investigações e operações policiais de combate a crimes e de corrupção.

Outro eixo de atuação do Ministério visa ao aprimoramento do controle de deslocamento de veículos em operações de combate ao roubo, ao furto e à clonagem de veículos em rodovias federais; à diminuição de crimes violentos, tais como homicídios, feminicídios e latrocínios em ações de prevenção social e de repressão policial; e à contenção de crimes transnacionais e delitos conexos às regiões de fronteira e divisas que apresentam elevados índices de criminalidade, violência e vulnerabilidade socioeconômica, com a intensificação de ações integradas e articuladas junto aos órgãos de segurança pública, de controle aduaneiro, de defesa e outras instituições afins.

OBJETIVO ESTRATÉGICO**FORTALECER O ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE, COM ENFOQUE EM CRIMES VIOLENTOS, ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS, CORRUPÇÃO E LAVAGEM DE DINHEIRO, INCLUSIVE COM ATUAÇÃO NA FAIXA DE FRONTEIRA****CADEIAS VINCULADAS AO OBJETIVO
ESTRATÉGICO****PREVENÇÃO E COMBATE À
CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE
DINHEIRO****GESTÃO DA POLÍTICA INTEGRADA
DE SEGURANÇA PÚBLICA****ENTREGAS PARA A SOCIEDADE****PREVENÇÃO E COMBATE À
CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE
DINHEIRO****PROTEÇÃO E SEGURANÇA DA
SOCIEDADE****CUSTO TOTAL DAS ENTREGAS À
SOCIEDADE**

R\$ 7.633.202.654,44

Proteção e Segurança da
SociedadePrevenção e Combate à
Corrupção e à lavagem de
dinheiro

R\$ 41.791.507,59

Objetivo Estratégico: Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira

Unidade	Indicador Estratégico	Meta Prevista	Meta Alcançada em 2020
PF	Quantidade de operações de polícia judiciária deflagradas pela Polícia Federal	4.484 operações*	6.885
PRF	Operações de combate à criminalidade	465 operações*	3.295
PRF	Vítimas mortas em acidentes de trânsito em rodovias federais	4.311	5.289
PRF	Taxa de mortalidade em acidentes de trânsito em rodovias federais	40,45	49,67
PRF	Taxa de acidentes graves em rodovias federais	166,90	163,37
SENASP	Quantidade de condenados cadastrados no Banco Nacional de Perfis Genéticos	65.000 condenados cadastrados	9.949
SENASP	Número de municípios com alto índice de violência que implantaram a metodologia de enfrentamento à criminalidade violenta	5 municípios	5
SENASP	Percentual de UFs integradas ao Sistema Nacional de Análise Balística - SINAB	100% até 2023	0%
SEMPI	Quantidade de operações integradas planejadas e coordenadas	20 operações integradas	27
SEMPI	Quantidade de operações integradas apoiadas	20 operações integradas apoiadas	109

*As metas previstas serão objeto de reavaliação visando um melhor dimensionamento nos quantitativos de operações a serem realizadas na vigência do Planejamento Estratégico 2020-2023 do Ministério, bem como para maior alinhamento ao PPA 2020-2023, a partir de ajustes previstos a serem implementados no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP no exercício de 2021 quando da primeira janela do ciclo de revisão do PPA 2020-2023.

Unidade	Projeto Estratégico
GM	Serpico
GM	Inteligência analítica aplicada no combate à corrupção, lavagem de dinheiro e em ações de segurança pública
PF	Brasil M.A.I.S.
PF	Banco Nacional Multibiométrico e Rede Integrada de Bancos Multibiométricos - ABIS Nacional
PF	Prometheus
PRF	Alerta Brasil 3.0
PRF	Programa Nacional de Redução de Mortes no Trânsito
PRF	Reorientação do policiamento baseado em inteligência
SENAJUS	Fomento à criação e à estruturação de unidades de combate à corrupção nas polícias civis
SENAJUS	Reestruturação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro – REDE-LAB
SENASP	Fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos
SENASP	Sistema Nacional de Análise Balística - SINAB
SENASP	Em Frente Brasil
SEOPI	Sistema Inteligente de Consciência Situacional
SEOPI	Programa de Apoio ao Combate ao Crime Organizado - PACCO

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO ESTRATÉGICO

Dentre os resultados alcançados no âmbito do objetivo estratégico “Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira”, destacam-se os seguintes resultados:

No âmbito das operações integradas das forças de segurança pública realizadas por meio da Secretaria de Operações Integradas - SEOPI, ao longo do ano de 2020, foram apoiadas 109 operações, referindo-se a todo auxílio prestado às forças de segurança pública no intuito de aperfeiçoamento das atividades desempenhadas. Outrossim, foram coordenadas, planejadas e executadas 27 operações integradas, dentre as quais tomam evidência as operações de enfrentamento: ao tráfico de drogas, ao contrabando de cigarros e de armas de fogo, à receptação (crimes transfronteiriços), a homicídios, ao porte e à posse ilegal de armas de fogo, a estelionatos em redes sociais, ao abuso ou à exploração sexual infantil, à pirataria digital, entre outros tipos de crimes. Duas dessas operações policiais (sobre exploração sexual infantil – Operação Luz na Infância – e pirataria digital – Operação 404) foram coordenadas para deflagração conjunta em cinco países distintos (Estados Unidos da América, Reino Unido, Argentina, Paraguai e Panamá), além do Brasil, onde estavam a maioria dos alvos. Destacam-se ainda as operações de segurança por ocasião do ENEM, desenvolvida em todos os Estados da Federação, bem como às relativas ao transporte de material radioativo e a Operação monitoramento da COVID19. Ainda, o Programa VIGIA vem sendo desenvolvido em onze Estados de fronteira (AC, AM, MT, MS, PR, RS, RO, RR e SC) e dois de divisas (GO e TO), com expressiva apreensão de maços de cigarros, além de armas de fogo, veículos e outros, bem

como realizadas prisões em flagrante. A propósito, a Operação VETUS contou com quase 10 mil policiais civis das 27 unidades da Federação para atendimento a 13,9 mil idosos vítimas de violência no Brasil, operação essa promovida em parceria entre o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e o MJSP.

Outro resultado importante foi a elaboração da lista de Procurados Nacional do MJSP, que consiste na relação de criminosos com mandados de prisão pendentes de cumprimento identificados por sua atuação proeminente em organizações criminosas que agem mediante emprego de violência e ultrapassam os limites territoriais de um Estado-membro. A intenção é apontar as lideranças criminosas com atuação nacional e eventualmente internacional, para que suas prisões, somadas a outras medidas, possam auxiliar na desarticulação do Crime Organizado de interesse nacional.

Nesse sentido, a obtenção da Lista de Procurados Nacional se deu a partir de metodologia específica do MJSP, tendo como premissas: mandado de prisão aguardando cumprimento; envolvimento em crimes graves e violentos; participação direta ou indireta em organização criminosa e outros. A Lista de Procurados Nacional é divulgada no site do Ministério, para que o cidadão possa colaborar, com denúncias e informações, através dos números de Disque-Denúncia das Secretarias de Segurança Pública dos Estados-membros. O Projeto tem como escopo o combate ao crime organizado, redução da letalidade violenta, captura de lideranças criminosas com atuação nacional e eventualmente internacional, para que suas prisões, somadas a outras medidas, possam auxiliar na desarticulação do Crime Organizado de interesse nacional. Atualmente a lista possui 24 nomes e foram realizadas neste ano oito capturas por profissionais de diversos órgãos que compõem o Sistema Único de Segurança Pública - Susp.

Cabe destacar também a contribuição da PF para o alcance do objetivo por meio de ações que visam fortalecer o enfrentamento à criminalidade, por meio da desarticulação das organizações criminosas, o combate a crimes cibernéticos, à corrupção, à lavagem de dinheiro, contra a humanidade, entre outros. No ano de 2020, a PF alcançou o total de 6.885 operações deflagradas, destacando-se os seguintes resultados:

- a) 8.329 Mandados de Busca e Apreensão cumpridos;
- b) 3.122 Mandados de Prisão cumpridos;
- c) 6.149 Flagrantes realizados;
- d) R\$ 9,5 bilhões aproximadamente em bens e valores apreendidos;
- e) aumento de 18% no número de operações no combate ao crime contra o meio-ambiente e o patrimônio histórico, quando comparado ao exercício de 2019;
- f) R\$ 155.305.555,00 de potencial prejuízo evitado à União, em se tratando de crimes previdenciários;
- g) cerca de R\$ 1,2 bilhão em apreensão e sequestro de bens ligados ao tráfico de drogas, armas e facções criminosas;
- h) 270 análises investigativas de possíveis fraudes no Auxílio Emergencial;
- i) 225 operações de combate à pornografia e ao abuso sexual infantil;
- j) 506 vítimas resgatadas em crimes contra os Direitos Humanos;

k) 14 operações deflagradas contra crimes afetos às comunidades indígenas; e

l) cerca de R\$ 6,1 bilhões em bens e valores apreendidos em operações deflagradas no âmbito do combate à corrupção. Para tanto, visando reprimir a criminalidade no âmbito dos crimes contra o sistema financeiro nacional e mercado de capitais, foram deflagradas 90 operações de polícia judiciária em 20 estados da federação (AC, AM, CE, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PE, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE e SP), com o cumprimento de 322 mandados de busca e apreensão evitando-se um prejuízo total de R\$ 1.586.870.562,81.

Nas investigações de polícia judiciária conduzidas pela Polícia Federal os criminosos causaram um prejuízo total de R\$ 1.493.918.125,17. Ao todo 40 pessoas foram presas e foi efetivamente apreendido o valor total de R\$ 1.624.559.130,43.

A operação destaque da área de repressão a crime financeiro foi a Operação Fundo Fake, da Delegacia da Polícia Federal de Vilhena/RO, que investigou fraude de R\$ 500 milhões em regimes próprios de previdência social em vários Estados do Brasil.

Abaixo, segue quantitativo de operações policiais afetas aos crimes que compõem o espectro de atuação da Divisão de Repressão à Corrupção, bem como os dados referentes a medidas judiciais cumpridas em decorrência das investigações levadas a cabo pela Polícia Federal nessa seara.

QUANTITATIVO DE OPERAÇÕES POLICIAIS NA ÁREA DE REPRESSÃO À CORRUPÇÃO

CATEGORIA	QUANTIDADE
Especial	210
Comum	36
Simple	34
Total	280

Fonte: Polícia Federal – Sistema Palas – Dados referentes ao ano de 2020

MEDIDAS JUDICIAIS CUMPRIDAS EM DECORRÊNCIA DAS INVESTIGAÇÕES

CATEGORIA	QUANTIDADE
Mandados de Busca e Apreensão	2924
Mandados de Prisão Preventiva	141
Valores Apreendidos	R\$ 743.035.369,85
Prejuízo Evitado à União	R\$ 14.275.060.764,91

Fonte: Polícia Federal – Sistema Palas – Dados referentes ao ano de 2020

Registre-se, por oportuno, que somente no que diz respeito à temática relacionada a desvios de recursos públicos destinados ao enfrentamento da pandemia COVID-19, foram deflagradas, em um período de aproximadamente 9 meses, 67 operações especiais de Polícia Judiciárias, as quais resultaram no cumprimento de 1.104 mandados de busca e apreensão, 146 mandados de prisão (entre prisões temporárias e preventivas), sendo objeto de apuração, nesses trabalhos investigativos, contratos cujo montante totaliza R\$ 2,13 bilhões.

Acerca do Auxílio Emergencial, houve 270 Análises Investigativas de possíveis fraudes; R\$3.823.841,00 em bloqueios preventivos de possíveis pedidos irregulares; as seguintes Operações relativas à primeira parcela:

04 Mandados de Prisão e 12 mandados de Busca e Apreensão, assim como Operações relacionadas à segunda parcela: 07 Mandados de Prisão, 43 Mandados de Busca e Apreensão, 13 sequestros de bens, e Bloqueios de Ativos na ordem de R\$600.000,00.

Em se tratando de combate a Crimes Eleitorais, houve a modernização das ferramentas de investigação, utilizando os recursos tecnológicos mais recentes e eficazes para combater as práticas criminosas na área eleitoral. Ao todo foram 109 municípios de diferentes regiões do Brasil que tiveram uma equipe da PF operando as Aeronaves Remotamente Pilotadas, no 1º turno, e todos os 57 municípios em que foram realizadas eleições em 2º turno. Ademais, drones sobrevoaram as principais zonas eleitorais locais ajudando a fiscalizar e combater crimes como boca de urna e transporte irregular de eleitores.

Em consequência, deflagrou-se grande quantitativo de Operações Policiais na temática eleitoral no ano de 2020. Foram realizadas 47 operações, sendo 26 operações para investigar corrupção eleitoral, das quais 14 foram deflagradas na semana do 1º turno das eleições e 7 na semana do 2º turno. Destacam-se 5 operações de enfrentamento à desinformação eleitoral (conhecido popularmente como "fake news" eleitoral) e operações no Rio de Janeiro e no Mato Grosso contra milícias que visavam eleger representantes no executivo e no legislativo.

Por fim, destaca-se a Operação Voo da Madrugada, a qual visou combater o derramamento de "santinhos" na véspera da votação. Na ocasião, foram lavrados 13 procedimentos e mais de 30 pessoas foram conduzidas para as Delegacias para prestarem esclarecimentos, dentre essas, 5 candidatos a vereadores e 1 candidato a vice-prefeito.

A PF apoiou as Delegacias de Controle de Segurança Privada - DELINST e Delegacias Descentralizadas em ações de polícia judiciária, referentes

a combate de crimes contra os Direitos Humanos. Trata-se de campo de atuação que inclui o combate aos trabalhos forçados (art. 149 do CPB), tráfico de pessoas (art. 149A do CPB) e a promoção de migração ilegal (art. 232A do CPB), entre outros.

Foram deflagradas um total de 60 Operações Policiais referentes a crimes contra os direitos humanos e o resgate de vítimas desse tipo de criminalidade que rouba a dignidade humana. Abaixo, seguem os números das ações do ano de 2020:

RESULTADO DAS OPERAÇÕES POLICIAIS CONTRA CRIMES DE DIREITOS HUMANOS	
CATEGORIA	QUANTIDADE
Especial	16
Comum	15
Simples	29
Total	60

Vítimas resgatadas	506

Fonte: Polícia Federal – Sistema Palas – Dados referentes ao ano de 2020

Estruturou-se, ainda, junto com a Interpol, uma Unidade de Controle Operativo, que foi a sede da Operação Turquesa II, reunindo 32 países, em três diferentes continentes, em uma ação internacional coordenada no combate ao tráfico de pessoas, contrabando de migrantes e crimes conexos. No país, 17 pessoas foram presas por envolvimento neste tipo de criminalidade, apenas nessa ação. No mundo, esse número chegou a mais de 200 prisões, graças ao trabalho coordenado em solo brasileiro. Durante o trabalho, 3.500 migrantes irregulares foram identificados nas Américas.

Cabe destacar também, a disseminação do conhecimento sobre o crime contra os direitos humanos, com a entrega de cerca de 5 mil passaportes a cidadãos contendo um folder de combate ao tráfico de pessoas. O site da PF, na sessão passaporte, ganhou publicidade preventiva nesse sentido. A PF disponibilizou, para todo o país, um curso EAD, com mais de dois mil inscritos sobre combate ao tráfico de pessoas e contrabando de migrantes.

No âmbito da repressão aos crimes fazendários, foi apresentada proposta de interlocução entre o Estado-Maior das Forças Armadas e o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, a fim de incluir a temática nas ações da Operação Ágata. Também, promoveu-se a difusão dos cursos sobre propriedade intelectual na plataforma <https://college.iipcic.org/#/public-dashboard>, e solicitou-se à Interpol verificar a possibilidade de disponibilização de forma gratuita, de outros cursos em língua portuguesa, além da participação de reuniões técnicas do Grupo de Trabalho para implementação do Protocolo da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco - CQCT para discussão sobre propostas de indicadores para monitorar o comércio ilícito de produtos de tabaco e de fortalecimento de leis e infrações, indicadas na Parte IV do Protocolo da CQCT.

Ressaltam-se as seguintes ações: a) criação do Grupo de Trabalho de avaliação e desenvolvimento de novos parâmetros do Índice de Produtividade Operacional – IPO – para contemplar os casos de contrabando, pirataria e propriedade intelectual; b) a participação no compartilhamento de Informações no âmbito do "Programa de bens ilícitos e saúde global" e da "Operação Pangea" (**Illicit Goods & Global Health Programme - Operation Pangea**) da Secretaria-Geral da Interpol sobre venda de medicamentos na internet, para o mercado brasileiro, durante a COVID-19; c) parceria via Interpol para se ter acesso a base de dados disponibilizada pelo Escritório Europeu de Luta contra a Fraude (OLAF);

d) difusão do “Guia de meios de pagamento” elaborado no âmbito do CNCP junto às Unidades de Repressão à Crimes Cibernéticos e de Polícia Fazendária; e e) cumprimento de mandado de busca e apreensão, em parceria com a ANVISA, em empresa no Rio de Janeiro que pratica o golpe da vacina por meio da promessa de comercialização da vacina da Universidade de Oxford e do laboratório AstraZeneca.

Abaixo, seguem alguns dados relevantes relativos ao exercício de 2020:

INQUÉRITOS REFERENTES A CRIMES FAZENDÁRIOS

Inquéritos instaurados	Inquéritos Encerrados	Inquéritos em andamento - Saldo
23.662	6.124	17.538

Fonte: Polícia Federal – Sistema Palas – Dados referentes ao ano de 2020

APREENSÕES

Quantidade de itens em Depósito	Itens apreendidos	Valor Estimado Apreendido	Procedimentos	Apreensões
4.289.297	29.947	R\$264.613.465,69	6.477	7.913

Fonte: Polícia Federal – Sistema Palas – Dados referentes ao ano de 2020

OPERAÇÕES 2020

CATEGORIA	QUANTIDADE
Especial	104
Comum	87
Simples	2.521
Apoio	182
Total	2.894

Fonte: Polícia Federal

PRISÕES

TIPO	QUANTIDADE
Flagrante	3.170
Temporária	59
Preventiva	463
Total	3.692

Fonte: Polícia Federal

MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO

CATEGORIA	QUANTIDADE
Especial	779
Comum	183
Simples	76
Apoio	0
Total	1.038

Fonte: Polícia Federal

PREJUÍZOS

Causados	Evitados
Especial: R\$ 81.764.755.298,50	Especial: R\$ 89.851.720.284,80
Comum: R\$ 3.896.282,74	Comum: R\$ 5.486.950,76
Simples: R\$ 2.704.187.756,80	Simples: R\$ 801.904.967,36
Apoio: R\$ 0,00	Apoio: R\$ 0,00
Total: R\$ 84.472.839.328,80	Total: R\$ 90.659.112.202,92

Fonte: Polícia Federal

No âmbito das rodovias federais, destaca-se ainda a atuação da PRF que, por meio do policiamento ostensivo nas rodovias e áreas de interesse da União, exerceu sua função institucional fornecendo pronta resposta federal a eventos e demandas de segurança pública, colaborando diretamente para o aumento de apreensões de ilícitos, com consequente diminuição de circulação de drogas, armamentos e outros produtos ilegais, promovendo maior retorno de bens furtados e roubados à população, dentre outras entregas, além de contribuir para o aumento da sensação de segurança dos usuários das rodovias federais e das áreas de interesse da União.

O ano de 2020 foi muito profícuo no combate à criminalidade nas rodovias federais. Foram realizadas pela PRF, em todo o país, 1.655 operações no primeiro semestre e 1.640 operações no segundo, totalizando 3.295 operações. Dentre os resultados obtidos, destacam-se:

a) apreensão de 30,4 toneladas de cocaína/cloridrato de cocaína e 652.727 toneladas de maconha, representando mais que o dobro da quantidade apreendida em 2019;

b) apreensão de 121,2 milhões de pacotes de cigarros descaminhados;

c) foram detidas mais de 47 mil pessoas;

d) 2.241 armas, 90.347 munições e mais de R\$ 45,2 milhões em espécie, foram retirados de circulação, diminuindo os recursos das organizações criminosas, minimizando confrontos armados e saturando áreas estratégicas, seja pela presença ostensiva das forças de segurança ou pelo controle por meio de recursos tecnológicos; e

e) foram recuperados e devolvidos aos seus proprietários mais de 9 mil veículos objeto de furto ou roubo, 10,27% a mais que no exercício de 2019.

Alinhada à agenda de biodiversidade, e em apoio às ações para combate à extração ilegal ou excessiva de fauna e flora silvestres, em 2020, foram resgatados, em fiscalizações nas rodovias federais, mais de 34 mil animais silvestres e exóticos e apreendidos, aproximadamente, 40 mil m³ de madeira em situação irregular.

Ainda no âmbito das rodovias federais, esforços focaram especialmente os pilares de fiscalização e infraestrutura, buscando reduzir de forma rápida e eficaz a violência no trânsito. Ressalta-se que vários fatores e contextos impactam esses indicadores. Contudo, nas rodovias federais é possível observar que o número de mortes e lesões no trânsito foi reduzida, em relação ao ano anterior. O número de pessoas mortas em acidentes nas rodovias federais em 2020 foi de 5.289, sendo menor que 2019, com número de 5.322 e a taxa de mortalidade em acidentes de trânsito em rodovias federais foi de 43,41 em 2020, contra 51,6 de 2019. Quanto à taxa de acidentes graves em rodovias federais em relação à frota nacional, o resultado de 2020 foi de 163,37, ficando abaixo da meta estabelecida para o período que foi de 166,90 e menor que o resultado do ano de 2019, quando a taxa chegou a atingir 175,83.

PRINCIPAIS RESULTADOS DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS EM 2020**Projeto Estratégico: Serpico**

O projeto “Serpico” foi criado com o intuito de aperfeiçoar e padronizar os órgãos de controle interno e corregedorias nos órgãos policiais, a partir de uma atuação coordenada pelo MJSP, a fim de identificar atos de corrupção, bem como possibilitar o registro, o acompanhamento e a avaliação, em âmbito nacional, dos órgãos de correição dos integrantes operacionais do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, nos termos do Decreto nº 9.489, de 2018, art. 8.º, §1º. Além disso, o projeto pretendia também garantir a independência dos órgãos policiais de controle, habilitando as corregedorias para realizar sindicâncias patrimoniais e ter acesso às informações de operações financeiras atípicas, aperfeiçoando, assim, o combate ao enriquecimento ilícito de policiais.

Assim, visando estimular a uniformização de estruturas, definir indicadores e metas para promover o aperfeiçoamento das unidades de correição, viabilizar o acompanhamento e a avaliação dos resultados, propor medidas para o aperfeiçoamento das atividades dos órgãos de segurança pública e defesa social e impulsionar a capacitação dos profissionais que atuam nas corregedorias, o projeto previu também a criação do Fórum Nacional de Corregedorias dos Órgãos Integrantes do SUSP, com Coordenação Executiva exercida pela Corregedoria-Geral do MJSP.

No ano de 2020, o referido projeto foi dado como concluído, apresentando os seguintes resultados:

a) Criação do Fórum Nacional de Corregedorias do SUSP – CorSUSP – com a criação do referido fórum, entende-se ser possível alcançar melhores

resultados na apuração de responsabilidade de agentes de segurança pública de todo o país, conferindo maior integridade às instituições envolvidas.

b) Edição e publicação do Guia de Boas Práticas – com a disponibilização do guia, será possível determinar um monitoramento dos ganhos das corregedorias envolvidas, visando ao acompanhamento e promoção de iniciativas pelo Fórum e MJSP.

c) Elaboração e disponibilização do curso de “Investigação e Análise Patrimonial” – curso voltado à capacitação de agentes de segurança pública na detecção de possível enriquecimento ilícito e condução de investigações patrimoniais, destinados à identificação de servidores relacionados a infrações disciplinares.

Projeto Estratégico: Prometheus

O projeto Prometheus, busca inovar na gestão das informações criminais para redução da criminalidade, visando aumentar a eficiência da Polícia Federal no combate ao crime organizado fazendário, ambiental, previdenciário e cibernético, contribuindo para a desarticulação de Organizações Criminosas que atuam nesses tipos de delitos.

No ano de 2020, o projeto obteve resultados relevantes para o país. No caso, foram recuperados cerca de R\$ 138 milhões em fraudes detectadas no seguro defeso em trabalho conjunto com a Secretaria da Pesca e a DATAPREV, assim como, em trabalho conjunto com a Secretaria da Pesca e a DATAPREV,

evitando-se por volta de R\$ 1 bilhão de prejuízo anualmente àquele órgão.

Ademais, iniciou-se a integração de bases de dados relativas a Registro de Pescador (SisRGP), concessão de benefícios previdenciários (Maciça) e concessão de seguro-desemprego e defeso, bem como foram desenvolvidas ferramentas de análise para melhor detecção de crimes previdenciários e treinamento de pessoal para sua utilização.

Os principais números relativos ao ano de 2020 foram:

Operações Policiais Especiais	Prejuízo Evitado	Prejuízo Causado	Mandados de Busca e Apreensão	Mandados de Prisão Preventiva
30	R\$155.303.555,00	R\$168.620.578,00	158	23

*Dados referentes tão somente às operações policiais. Fonte: Polícia Federal - DICOR/PF

DADOS DE INQUÉRITOS POLICIAIS 2020	
Instaurados	3.595 (redução em relação aos 5.974 de 2019)
Relatados	4.502 (relação de 125,2% sobre inquéritos instaurados)
Flagrantes	43
Itens Apreendidos	698
Valor Estimado – Itens Apreendidos	R\$2.224.409,93

Fonte: Polícia Federal - DICOR/PF

Em relação a crimes cibernéticos, a Polícia Federal deflagrou 225 Operações Policiais, cujas principais operações no âmbito do projeto Prometheus, foram:

- Operação Dois Fatores – de combate a fraudes bancárias eletrônicas, teve por objetivo desarticular um grupo suspeito de desviar R\$ 18 milhões de prefeituras, por meio de fraudes eletrônicas via internet banking.
- Operação Boleto Real – de combate a fraudes bancárias pela internet, a operação resultou no cumprimento de três mandados de busca e apreensão. Os criminosos usavam contas das vítimas para fazer pagamento de impostos estaduais e federais, transferências e compras pela internet, tendo movimentado mais de R\$ 2 milhões durante a fraude. Foram usadas contas de 22 pessoas da Caixa Econômica Federal, pertencentes a pessoas físicas e jurídicas de diferentes cidades do país. A operação foi um desdobramento da força-tarefa Tentáculos, de repressão a fraudes bancárias eletrônicas, e que envolve a cooperação de instituições bancárias.

c) Força-Tarefa da Operação Tentáculos - criada em novembro de 2019, conta com a participação de Policiais Federais, Policiais Civis, Secretaria de Operações Integradas do MJSP e representantes das instituições bancárias. A Operação Tentáculos é o resultado do Acordo de Cooperação Técnica entre a PF e a Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN, resultante do sucesso da parceria entre a PF e a Caixa Econômica Federal -CEF, no combate às fraudes bancárias eletrônicas. Os casos investigativos são mapeados a partir da Base Nacional de Fraudes Bancárias Eletrônicas - BNFBE e com apoio das Instituições Bancárias participantes da Força-Tarefa.

Vale destacar que a PF tem utilizado a BNFBE como ferramenta de auxílio a investigações. Uma das formas de utilizá-la é com a produção de relatórios de análise com base nos correlacionamentos encontrados entre as diferentes ocorrências de fraude. Os relatórios fazem parte do novo modelo investigativo iniciado por ocasião da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre PF X CEF. Além do investimento em um conjunto probatório mais robusto, a PF tem trabalhado na produção desses relatórios diretamente em seu órgão central. Para cada relatório, é instaurado o respectivo Inquérito Policial, o qual pode gerar a deflagração de operações policiais onde se cumprem mandados de busca e apreensão e/ou mandados de prisão temporária ou preventiva, ou mesmo apenas resultar em indiciamento dos investigados. Destaca-se que a BNFBE também é utilizada como fonte de consulta para a constatação de fraudes e obtenção de materialidade delitiva nas investigações realizadas, gerando Informações Policiais que fazem parte da instrução dos Inquéritos Policiais.

No ano de 2020, foram produzidos os seguintes relatórios:

Total de Relatórios Produzidos	Total de Fraudes Correlacionadas	Valor Total Montante Inicial	Locais de destino
35	1.512	R\$11.445.044,25	DF, ES, GO, MG, PA, RJ, RS, SC, SP, TO

d) Operação Unplugged, de combate à pornografia infantil e abuso sexual infantil que resultou em uma prisão e o cumprimento de vários mandados de busca e apreensão em Porto Velho.

Em relação aos crimes cibernéticos de pornografia infantil e abuso infantil, cabe destacar as ações desenvolvidas no âmbito da Força-Tarefa ICSE BRASIL, grupo de trabalho formado por Policiais Federais e Civis, criado com o objetivo de organizar os trabalhos a serem desenvolvidos com o uso da ferramenta **International Child Sexual Exploitation image database** – ICSEdb. Tal ferramenta da International Criminal Police Organization - Interpol foi criada com o objetivo de identificar abusadores sexuais e as crianças-vítimas por meio da análise das imagens compartilhadas pela internet (em especial na **deepweb**). Os objetivos do grupo mostram a grandeza do projeto Força-Tarefa ICSE BRASIL e sua indiscutível relevância no cenário mundial: identificar e prender abusadores sexuais de crianças e resgatá-las da referida situação. Importa repisar que, estamos tratando de criminosos dotados de elevado conhecimento de informática, o qual é usado para servir a uma concatenação de condutas criminosas hediondas gravíssimas: estupros de vulneráveis (muitas vezes de tenra idade e com requintes de crueldade que o homem médio não é capaz de elucubrar), devidamente registrados (fotos, vídeos) e compartilhados à exaustão na internet, em

especial na **deepweb**, e com amparo em técnicas avançadas de anonimização cibernética. De acordo com os dados extraídos do ICSEdb, fornecidos pela PF, os resultados de 2020 foram: a) 18 (dezoito) abusadores identificados; e b) 78 (setenta e oito) vítimas identificadas.

O projeto está em rota de expansão, tendo como meta para 2021, a confecção de diversos Acordos de Cooperação Técnicas entre a PF e as Polícias Civis de modo a aprimorar e fortalecer a força de trabalho, com reflexos positivos diretos na qualidade e na quantidade dos resultados obtidos.

Soma-se a esse esforço de combate à pornografia infantil, as ações da PF com o apoio da **National Center for Missing and Exploited Children** – NCMEC, uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que recebeu apoio do Governo norte-americano para estabelecer um mecanismo centralizado de recebimento de “denúncias” sobre crimes relacionados a abuso sexual infantil e desaparecimento de crianças. Nos Estados Unidos, os prestadores de serviços (de conexão/internet) são obrigados por lei a relatarem suspeita de exploração sexual infantil que trafeguem em suas redes. Logo, tais provedores (facebook, instagram, whatsapp, flickr, twitter, google, microsoft, etc.) reportam o armazenamento, a disseminação e a divulgação de conteúdo alusivo a abuso sexual infantojuvenil de que tiverem conhecimento, detectados nos seus sistemas, a partir de suas ferramentas. Esses dados são centralizados pelo NCMEC, que os processa, gerando “reports” (relatórios confeccionados na língua inglesa), os quais se constituem notícias de crime sobre a conduta criminosa (materialidade e indicativos de autoria).

Em relação aos suspeitos possivelmente alocados no Brasil, o NCMEC disponibiliza as notícias de crime à PF para investigação ou distribuição às autoridades estaduais com atribuição para o caso. Em média, por mês, são disponibilizados cerca de 30 (trinta) mil reports ao Brasil. Diante disso, para o tratamento adequado desses dados, a PF criou um software chamado RAPINA, o qual encontra-se atualmente na fase de testes para ser lançado oficialmente em 2021. O RAPINA é, portanto, um banco de dados pesquisável

e um sistema automatizado de análise de correlações de dados dos reports do NCMEC associados à exploração sexual infantojuvenil nacional. O sistema RAPINA busca oferecer uma visão gerencial e sistêmica, que correlacione informações, para uma atuação policial proativa e, sobretudo, efetiva (seletividade).

Em 2020 foram elaborados 438 Relatórios de Análise de Polícia Judiciária - RAPI's. Trata-se de documento que contém dados relevantes, bem como análise aprofundada, acerca da materialidade e autoria delitiva dos crimes de exploração sexual de crianças e são remetidos às unidades descentralizadas da PF para instauração de Inquérito Policial, dando azo à deflagração de centenas de operações policiais.

PROJETO ESTRATÉGICO: PROMETHEUS

Principais inovações e melhorias implementadas

- Desenvolvimento/aprendizado de técnicas de análise das informações para detecção de fraudes.
- Criação da Base Nacional de Fraudes ao Auxílio Emergencial - BNFAE, destinada a atuar na detecção de fraudes estruturadas relativas ao Auxílio Emergencial, Benefício-Emergencial e FGTS Emergencial (inovação e desafio).
- Realização de treinamentos e reuniões virtuais.

Principais inovações e melhorias a serem implementadas

- Obtenção de outros bancos de dados que auxiliem na investigação de fraudes em contribuições sociais previdenciárias, em benefícios previdenciários e seguro-desemprego.
- Melhoria no recebimento de tratamento de dados e informações relativos aos crimes previdenciários em geral.
- Aumento do número de operações policiais, aumento dos números relativos a recursos recuperados para a União e aumento dos números relativos a prejuízos evitados ao erário.

Principais desafios enfrentados no exercício

- Criação da Base Nacional de Fraudes ao Auxílio Emergencial-BNFAE, de forma a obter resposta rápida às fraudes em massa e estruturadas em detrimento ao Benefício Emergencial.
- Readequação na realização de treinamentos e reuniões em razão da pandemia.
- Readequação do trabalho presencial e na deflagração de operações policiais em razão da pandemia.
- Falta de infraestrutura de TI para o desenvolvimento, manutenção e sustentação de bancos de dados e ferramentas de análise que auxiliam na detecção de fraudes previdenciárias.
- Dificuldades junto a órgãos públicos na obtenção de bancos de dados e informações necessários à apuração de crimes previdenciários.

Principais desafios a serem enfrentados

- Aumento de recursos humanos para desenvolvimento, treinamento, manutenção e sustentação de bancos de dados e ferramentas de análise que auxiliam na detecção de fraudes previdenciárias.
- Criação de infraestrutura de TI para o desenvolvimento, manutenção e sustentação de bancos de dados e ferramentas de análise que auxiliam na detecção de fraudes previdenciárias.
- Obtenção de bancos de dados necessários à apuração de crimes previdenciários, junto a outros órgãos públicos.
- Desenvolvimento de técnicas investigativas que acompanhem o novo modelo de requerimento e concessão de benefícios previdenciários (INSS Digital).

Riscos

- Desinteresse do público interno na utilização das novas ferramentas de investigação e análise por ineficácia da ferramenta ou pelo seu não desenvolvimento em tempo hábil.
- Perda de apoio de órgãos parceiros.

Perspectivas para o futuro

- Redução na instauração de inquéritos com pouca ou menor relevância e, em consequência, aumento do número de operações policiais destinadas a combater fraudes previdenciárias de maior relevância.
- Dispor de ferramentas de análise que auxiliem na detecção de fraudes previdenciárias em massa e estruturadas.
- Possibilitar mais agilidade na condução das investigações de crimes previdenciários (redução na duração de tempo das investigações).

Projeto Estratégico: Inteligência analítica aplicada no combate à corrupção, lavagem de dinheiro e em ações de segurança pública

O projeto tem por objetivo criar, no âmbito do MJSP, um ambiente contido no segmento tecnológico Big Data Analytics, com a disponibilização de plataforma para análise, curadoria, descoberta, mineração e integração de grande volume de dados, que possa atender todo o Ministério e órgãos que o integram, bem como as forças de segurança estaduais e municipais.

Nas etapas iniciais do projeto está prevista a capacitação stricto sensu dos servidores e a implementação de modelo piloto de big data.

PROJETO ESTRATÉGICO: Inteligência Analítica Aplicada no Combate à Corrupção, Lavagem de Dinheiro e em Ações de Segurança Pública	
Principais inovações e melhorias implementadas	Principais inovações e melhorias a serem implementadas
Não identificado.	Disponibilização de serviços relacionados a tratamento de dados de interesse dos órgãos que integram o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP.
Principais desafios enfrentados no exercício	Principais desafios a serem enfrentados
- Carência de servidores de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC. - Dificuldade para negociar bases de dados. - Inexistência de um modelo para acesso a dados governamentais custodiados em empresas públicas de Tecnologia da Informação e Comunicação do Governo Federal	- Contratação das empresas públicas TIC do Governo Federal para acesso a dados governamentais. - Retenção de servidores temporários de TIC tendo em vista os baixos salários comparados com a iniciativa privada e a inexistência de carreira atrativa (ou mesmo de um horizonte de contratação de novos servidores) na Administração Pública Federal.
Riscos	Perspectivas para o futuro
- Não compartilhamento de bases de dados no âmbito do MJSP. - Quadro de pessoal da Tecnologia da Informação do MJSP insuficiente. - Resistência dos demais órgãos para liberação de acesso a seus dados. - Não aprovação das alterações legislativas necessárias para acesso a dados. - Contingenciamento orçamentário. - Ausência de infraestrutura tecnológica adequada no MJSP. - Não implantação do programa de formação de especialistas em dados.	Reorganizar o projeto com a realidade atual de servidores e às bases de dados disponibilizadas.

Projeto Estratégico: Brasil M.A.I.S

Instituído por meio da Portaria MJSP nº 534, de 2020, o Programa Meio Ambiente Integrado e Seguro - Brasil MAIS, tem sua finalidade e objetivos relacionados às competências e atribuições da área de segurança pública. Trata-se de ferramenta que permitirá às unidades de segurança do MJSP e, posteriormente, as forças de segurança locais e outros órgãos interessados, aperfeiçoarem suas investigações e operações com base em imagens de satélite de alta resolução.

No ano de 2020, diversas operações de polícia judiciária, foram aprimoradas com o emprego da plataforma do Projeto Brasil MAIS, melhorando sua eficiência e eficácia, tanto no planejamento quanto na sua execução. Entre as operações de maior destaque encontram-se:

- 1) desmatamento ilegal, incluindo corte seletivo de madeira, principalmente na Amazônia, onde ocorre o transporte em grandes balsas: Operação Caiçara I e ações de flagrante de transporte ilegal de madeira, utilizando tanto as imagens diárias quanto alertas diários;
- 2) queimadas, principalmente na Amazônia, cerrado e Pantanal: Operação Mataá, onde foi possível, utilizando as imagens diárias, identificar a origem de diversos incêndios no Pantanal;
- 3) mineração irregular, principalmente na Amazônia, com poluição de rios, aumento da lavagem de dinheiro e da evasão de divisas: Operação Bezerra de Ouro II e Minamata, utilizando tanto as imagens diárias quanto alertas diários;
- 4) fraudes em manejo florestal, que colocam em risco a imagem do Brasil e dos exportadores brasileiros de madeira que trabalham na legalidade:

Operação Arquimedes, utilizando, entre outras tecnologias, tanto imagens diárias quanto alertas diários e semanais; e

5) plantio de ilícitos, em especial no nordeste brasileiro e em áreas de fronteira: Operação Muçambê, utilizando os alertas de plantio de ilícitos e as imagens diárias.

Nas etapas iniciais do projeto está prevista a capacitação stritu senso dos servidores e a implementação de modelo piloto de big data.

PROJETO ESTRATÉGICO: BRASIL M.A.I.S

Principais inovações e melhorias implementadas

- Não identificado.

Principais inovações e melhorias a serem implementadas

- Disponibilização de plataforma integrada para visualização e download de imagens e produtos satelitais de alta resolução de todo território nacional.
- Disponibilização de alertas diários e semanais conforme perfil da instituição.

Principais desafios enfrentados no exercício

- Realização de palestras e divulgação do projeto e do programa Brasil MAIS.
- Gestão do programa e das contratações decorrentes frente ao efetivo disponível.
- Processamento dos pedidos de adesão das instituições.
- Demandas de aprimoramentos da plataforma, imagens e produtos disponibilizados.
- Integração da plataforma ao SINESP.

Principais desafios a serem enfrentados

- Processamento dos pedidos de adesão das instituições federais, estaduais e municipais.
- Capacitação dos usuários e criação de conteúdo que fomente a efetiva utilização da plataforma pelos usuários em suas atividades rotineiras.
- Aprimoramento das ferramentas de gerenciamento da plataforma e de gestão do projeto e programa Brasil MAIS.
- Contratação e integração da plataforma de imagens de altíssima resolução e coordenação com as instituições integrantes do programa.

Riscos

- Baixa adesão dos órgãos ao projeto/programa Brasil MAIS.
- Pouca utilização das plataformas disponibilizadas.
- Baixa aplicação dos produtos e serviços disponibilizados.

Perspectivas para o futuro

- Maior adesão ao projeto/programa diante dos resultados obtidos e melhor divulgação, inclusive no portal do MJSP.
- Potencializar os benefícios diretos e indiretos do projeto/programa, em especial o aumento da eficácia e eficiência das instituições, por meio da disponibilização de novas plataformas de imagens e geoprocessamento de interesse da Administração Pública.

Projeto Estratégico: Banco Nacional Multibiométrico e Rede Integrada de Bancos Multibiométricos - ABIS Nacional

O projeto consiste na contratação de um Sistema Automatizado e Multibiométrico de Identificação Biométrica - ABIS, com capacidade de armazenamento e processamento de informações biométricas para 50,2 milhões de pessoas, haja vista a necessidade de substituir a plataforma, atualmente em uso na Instituição. A contratação da solução ABIS, possibilitará a adoção de padrões abertos e interoperáveis, viabilizando a integração com outros serviços da PF e também com serviços providos por órgãos parceiros.

A solução ABIS deverá ser composta por licenças de software de uso permanente, Serviços Técnicos Especializados para a Implantação da solução ABIS e conjunto de hardwares (periféricos) necessários à implementação.

No ano de 2020, foi realizada a contratação de empresa para implantação da solução de Sistema Automatizado de Identificação Biométrica – ABIS. Através do Pregão Eletrônico nº 4-2020 DTI/PF sagrou-se vencedor o CONSÓRCIO IAFIS-IDEMIA, composto pelas empresas: IAFIS SYSTEMS DO BRASIL, CNPJ05.742.247/0001-05 (EMPRESA LÍDER) e a empresa IDEMIA IDENTITY & SECURITY FRANCE S/A Inscrição 440 305 282 R.C.S Nantere no valor total negociado de R\$ 39.970.099,33.

PROJETO ESTRATÉGICO: Banco Nacional Multibiométrico e Rede Integrada de Bancos Multibiométricos - ABIS NACIONAL**Principais inovações e melhorias implementadas**

- Não identificado.

Principais inovações e melhorias a serem implementadas

- Escalabilidade para suportar o registro de 50,2 milhões de pessoas pelos próximos 04 (quatro) anos.
- Melhoria na acurácia do Sistema, com a utilização de algoritmos mais eficientes e a introdução de novos tipos de biometria.
- Melhoria no processo de gestão do Sistema, com previsão de transferência de conhecimento da infraestrutura do Sistema para a PF.
- Aumento na interoperabilidade do Sistema, com a introdução de novas formas de integração.
- Expansibilidade a mais de 200 milhões de pessoas sem necessidade de troca da Solução.
- Autenticações biométricas escaláveis a 100 mil/dia.
- Gerenciamento de licenças sem trava de hardware (hardlock/dongle).
- Estações web.
- Estações portáteis com pesquisa local e remota (VERO).

Principais desafios enfrentados no exercício	Principais desafios a serem enfrentados
• Disponibilização de recursos orçamentários. • Processos administrativos de impugnação do edital. • Processo judiciário de suspensão da licitação. • Processo de auditoria do TCU com pedido de suspensão.	• Operacionalização do ABIS nacional. • Implantação efetiva nos Estados. • Treinamento de operadores e administradores em todo país. • Operação simultânea dos sistemas AFIS e ABIS durante a fase de implantação. • Integrações, adaptações e otimizações do Sistema.
Riscos	Perspectivas para o futuro
• Atraso na Publicação do Edital. • Judicialização do processo licitatório. • Pedidos de impugnação. • Negociação de orçamento para itens de periféricos não licitados em 2020.	• Realização de acordos de Cooperação com todas as Unidades da Federação e com órgãos governamentais com interesse de uso biométrico. • Expansão da base biométrica à totalidade da população biometrizável.

Projeto Estratégico: Alerta Brasil 3.0

O Alerta Brasil 3.0 possibilitou integrações do sistema Alerta Brasil já existente com outros pontos de passagem de veículos que pertencem ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e às Concessionárias de Rodovias. O projeto inicialmente tinha como escopo a integração de 100 pontos de monitoramento em cada um dos 12 estados selecionados. No entanto, alterou-se o planejamento e definiu-se que seriam priorizados os parceiros estratégicos supracitados, por seus pontos de monitoramento estarem em rodovias federais e naturalmente englobando boa parte do território nacional. Foram integrados ao sistema 6.282 pontos de monitoramentos, incluindo também algumas rodovias estaduais e pontos importantes de cidades.

Consequentemente, houve significativa expansão do monitoramento de pessoas e veículos em todos estados da federação, fortalecendo o sistema e aumentando a segurança e assertividade das abordagens. Na prática, percebeu-se um grande aumento nas apreensões de drogas, armas, recuperação de veículos objeto de furto e roubo, além do fortalecimento da integração com outros órgãos de segurança pública.

PROJETO ESTRATÉGICO: ALERTA BRASIL 3.0	
Principais inovações e melhorias implementadas	Principais inovações e melhorias a serem implementadas
- Melhoria nas funcionalidades de pesquisa implementadas no sistema, otimizando a análise de alvos. - Descentralização das integrações nos estados (superintendências regionais) e municípios (delegacias) facilitando a efetivação das integrações e o seu acompanhamento, sendo essa capilaridade uma boa prática observada, constatando que a PRF consegue estar presente a qualquer momento em qualquer local do país.	- Buscar outros meios de análise de padrão de comportamentos criminais, sendo necessário planejar quais instituições parceiras e quais bases de dados importantes para ampliar as quantidades de dados e informações. - Aprimorar a capacidade de processamento e armazenamento de dados e novas otimizações baseadas em inteligência artificial.

Principais desafios enfrentados no exercício	Principais desafios a serem enfrentados
- A necessidade de habilidades específicas dos gestores, pois o projeto demanda articulação com outras instituições, soluções de tecnologia e informações sensíveis, tudo voltado para a atuação policial, o que evidencia a transversalidade do tema. - Dificuldade de comunicação e efetivação de ações integradas das instituições de segurança pública, o que demanda habilidade dos interlocutores, credibilidade da instituição e do sistema ofertado. - Os gestores técnicos e negociais desenvolverem a competência necessária para a expansão de um sistema estável e ao mesmo tempo atual e inovador. - Escolha das instituições que farão parte do projeto, pois o sistema contém informações sensíveis e que merecem uma estrutura de governança robusta.	- Planejar quais parceiros, bases de dados e pontos de monitoramento de veículos e pessoas são prioridade para a continuidade da ampliação do campo de conhecimento e análise. - Articulação coordenada para a integração das informações, e a contratação de serviços de TI com inteligência artificial e capacidade de infraestrutura para suportar os dados e informações integrados.
Riscos	Perspectivas para o futuro
- Há o risco de que outros órgãos não queiram trocar dados e informações com o sistema da PRF, uma vez que alguns órgãos têm projetos com objeto similar que dificultam as integrações articuladas tendo em vista que parceiros importantes já podem ter ferramenta similar, ou parceria com outro órgão, mesmo em sistema com menos funcionalidades e pontos estratégicos integrados. - Outro risco observado é a ampliação da capacidade de recebimento e armazenamento dos dados e informações.	O projeto Alerta Brasil 3.0 já está com 95% do seu escopo concluído. No entanto, uma nova fase para evolução do sistema já está sendo elaborada para ampliação do conhecimento e análise de alvos. A perspectiva é de um maior engajamento da PRF para ampliar a integração com outros entes públicos e privados e utilização massiva de inteligência artificial para detecção de padrões suspeitos. Espera-se um aumento exponencial nas apreensões de drogas, armas e contrabando nos próximos anos.

Projeto Estratégico: Reorientação do policiamento baseado em inteligência

Por compreender seu papel estratégico na prevenção de crimes, a Polícia Rodoviária Federal - PRF, com sua capilaridade, é uma das únicas instituições no país com a capacidade para monitorar e intervir na logística e mobilidade das organizações criminosas. Dessa forma, busca-se atuar mais na prevenção e não apenas na repressão ao crime. Ao interromper o fluxo logístico dessas organizações e inviabilizar suas estruturas, especialmente nas fronteiras e divisas, a PRF enfraquece o poder de influência da criminalidade.

A estratégia deste projeto foi utilizar a experiência de mais de uma década em tecnologias de monitoramento de veículos e aplicar técnicas de análise de inteligência policial e artificial, observando padrões de comportamento de ilicitude que permitam prescrever uma atuação assertiva do policiamento, ou seja, “policiamento orientado por inteligência”.

O projeto está atualmente em fase de planejamento. Em 2020, realizou-se imersão para compreender o problema a ser solucionado, passando por um processo de ideação e criação de um protótipo das medidas a serem aplicadas. Esse protótipo ou projeto ficou conhecido como Operação Tamoio. A Operação Tamoio aplicou a nova metodologia de “policiamento orientado por Inteligência”, buscando a integração entre as áreas de Policiamento, Inteligência e Tecnologia da Informação em um ambiente de Comando e Controle. Foram 09 (nove) fases da operação em 2020, com um impacto econômico nas organizações criminosas de aproximadamente R\$ 803 milhões. Além disso, observaram-se diversos outros resultados. Entre eles, o aperfeiçoamento de sistemas para uso nesse tipo de operação, a integração efetiva nas centrais de alvos, o envolvimento das unidades estaduais da PRF no processo de acompanhamento dos resultados e a promoção efetiva da consciência situacional das ações através de sistema da governança das operações. A partir dessa experiência, o projeto será desenvolvido, em 2021, com a expectativa de otimizar a atuação da PRF no cenário de enfrentamento à criminalidade.

PROJETO ESTRATÉGICO: REORIENTAÇÃO DO POLICIAMENTO BASEADO EM INTELIGÊNCIA**Principais inovações e melhorias implementadas**

- Não identificado.

Principais inovações e melhorias a serem implementadas

- Otimização do processo de análise de inteligência e policiamento.
- Criação de um Centro Nacional de Alvos, com analistas altamente capacitados para análise de cenário e alvos, e uma equipe atuando no comando e controle das ações, operando “24/7” (24 horas, 7 dias por semana).
- Incremento de técnicas de entrevista e fiscalização minuciosa.
- Acompanhamento da evolução das ferramentas tecnológicas, orientadas a grande volume de dados e a identificação de padrões de comportamento, utilizando machine learning e inteligência artificial

Principais desafios enfrentados no exercício	Principais desafios a serem enfrentados
O amadurecimento do modelo, a validação dos processos de trabalho e a preparação de ferramentas de gestão e governança.	Transformação da cultura organizacional, partindo de um modelo de policiamento orientado por resultados, para um modelo que enfatize a aplicação de inteligência.
Riscos	Perspectivas para o futuro
A escolha de uma equipe que não possua capacidade técnica necessária, nem habilidade em gestão de pessoas e credibilidade com os demandantes e patrocinadores para que a articulação entre as áreas seja harmoniosa e efetiva.	Com o aprendizado organizacional obtido no projeto piloto (Operação Tamoio), espera-se escalonar o modelo para os processos rotineiros de atuação da PRF.

Projeto Estratégico: Programa Nacional de Redução de Mortes no Trânsito

O Programa Nacional de Redução de Mortes no Trânsito realizou diversas ações ao longo de 2020 para o atingimento da meta de redução de mortes estabelecida pelo Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – Pnatrans, como, por exemplo, a realização da Operação VITA - Operação Temática de Diagnóstico de Pontos Críticos de Acidentalidade, que teve como objetivo o mapeamento e diagnóstico de fatores de riscos nos trechos de maior criticidade para a acidentalidade nas rodovias federais.

Durante a referida operação foram realizadas inspeções técnicas viárias em 174 (cento e setenta e quatro) segmentos de 10 km críticos em acidentalidade, entre os quais 100 (cem) foram previamente identificados pela PRF com base em dados estatísticos. Dentro desses trechos críticos foram inspecionados e diagnosticados 623 (seiscentos e vinte e três) pontos críticos. Para o levantamento dos dados nos trechos definidos, foram empregados cerca de 300 (trezentos) Policiais Rodoviários Federais, todos integrantes de Grupos de Investigação de Acidentes de Trânsito - GIAT ou de Centros de Investigação de Acidentes de Trânsito – CIAT. Com isso, houve a criação de método de controle de comunicações das falhas com órgãos rodoviários.

Além dela, foi realizada a segunda Operação Nacional de Segurança Viária II - ONSV II, que consistiu em intensificar as ações de policiamento e fiscalização orientada por análise de acidentalidade resultante da Operação Vita, visando incrementar a presença policial em trechos críticos e reduzir a quantidade de acidentes graves, mortos e feridos. Como resultado, houve uma redução de 14,08% nos acidentes graves e de 15,75% nos feridos em comparação com o mesmo período de 2019, nos trechos críticos.

Ademais, foi iniciada a parceria da PRF com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas em projeto para implantação de tecnologias para detecção de substâncias psicoativas no trânsito (drogômetro). Além disso, foi realizada a extensão do Projeto Perícia em 5 polos (SE, SC, ES, GO e BA), com descentralização de recursos para realização de cursos. É importante mencionar, também, a participação da PRF no Grupo de Trabalho do Contran para Consolidação das Resoluções deste Conselho, a fim de desburocratizar a legislação de trânsito, revogando normas ultrapassadas e incorporando normas semelhantes, facilitando a compreensão por parte do cidadão.

Outra ação importante foi o início da Operação Rodovida 2020/2021, com ações planejadas para enfrentamento às condutas mais lesivas, especificamente executadas em trechos críticos. E por fim, a mobilização de diversos órgãos (Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério do Turismo, Casa Civil, Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, Denatran e Senasp) para a integração de estratégias voltadas à redução da acidentalidade e mortes no trânsito.

PROJETO ESTRATÉGICO: PROGRAMA NACIONAL DE REDUÇÃO DE MORTES NO TRÂNSITO

Principais inovações e melhorias implementadas

- Criação de um Dashboard no Business Intelligence - BI da PRF (Sistema de Informações Gerenciais da PRF - Siger) para acompanhamento das demandas de infraestrutura nos trechos críticos mapeados.
- Criação de uma metodologia de mapeamento de falhas de infraestrutura em rodovias - Ficha de Registro de Fatores de Riscos de Acidente - e a realização da Operação Vita, para operacionalização da metodologia, com foco nas seguintes ações: a) identificação do trecho crítico; b) informação ao órgão competente (acompanhamento pelo painel Siger); c) monitoramento da intervenção (acompanhamento pelo painel Siger); e d) monitoramento pós intervenção (acompanhamento pelo painel Siger).
- Divulgação e melhoramento do portal Dados Abertos no site da PRF, com informações estatísticas de acidentes e mortes para uso de pesquisadores e sociedade em geral.

Principais inovações e melhorias a serem implementadas

- Parceria com o Ministério da Educação para inclusão de temas voltados à segurança no trânsito na grade curricular obrigatória do ensino básico, através o projeto Educar PRF.
- Proposição de alterações legislativas voltadas à segurança no trânsito, como a fiscalização por Velocidade Média.
- Realização de uma Prova de Conceito - PoC com a Fundação FiTec que irá desenvolver algoritmos de inteligência artificial, utilizando diversos dados históricos, para projeto piloto de predição de acidentes em trechos das regionais de Pernambuco e Brasília.
- Proposta de cooperação para cobrança judicial dos custos decorrentes de acidente de trânsito, principalmente dos acidentes envolvendo veículos de carga (mais de 40% dos acidentes com mortes envolvem veículos de carga), como forma das empresas reverem seus processos e políticas de transporte.

Principais desafios enfrentados no exercício	Principais desafios a serem enfrentados
Necessidade de melhor atendimento à capacidade e inovação em TI. A fiscalização de trânsito está cada vez mais ligada ao sensoriamento remoto e à aplicação de regras evidenciadas em inteligência artificial. Nesse sentido e considerando a defasagem de infraestrutura de TI entre os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, inúmeras iniciativas não encontram, ainda, ambiente para implementação.	- Ampliação do projeto Perícia 3.0, com capacitação do efetivo na análise científica das causas de acidentes. - Desenvolvimento de parceria com Ministério da Educação para incorporação do projeto Educar PRF, visando maior conscientização sobre segurança no trânsito, desde a infância. - Integração de sistemas de consulta no Mercosul, para fins de segurança viária, inobstante a clara contribuição, também, para identificação de veículos envolvidos em ilícitos. - Ampliação da cooperação internacional, notadamente com os países fronteiriços. - Conciliação dos sistemas de registro de acidentes e procedimentos de fiscalização entre os países fronteiriços.
Riscos	Perspectivas para o futuro
- Possível rotatividade dos gestores nacionais e regionais, gerando prejuízos na condução do projeto em virtude da perda de capital intelectual, com o consequente gap para capacitação de novos gestores. - Dificuldade de interoperabilidade de sistemas das diversas agências de segurança viária, dificultando a implantação de tecnologias de monitoramento de fluxo, disponíveis em escala. - Possível contingenciamento de recursos, inviabilizando operações focadas na redução de acidentes.	- Cooperação com órgãos de persecução, para cobrança judicial dos custos decorrentes de acidente de trânsito, principalmente dos acidentes envolvendo veículos de carga. - Homologação do Drogômetro. - Majoração da utilização de inteligência artificial para ações de policiamento guiadas. - Retorno das ações de fomento da cultura de responsabilidade no trânsito, com foco na sociedade civil (seminários). - Retomada das ações de educação para o Trânsito, sobretudo em ambientes educacionais. - Retorno das operações temáticas, conforme calendário anual e planejamentos acessórios.

Projeto Estratégico: Em Frente Brasil

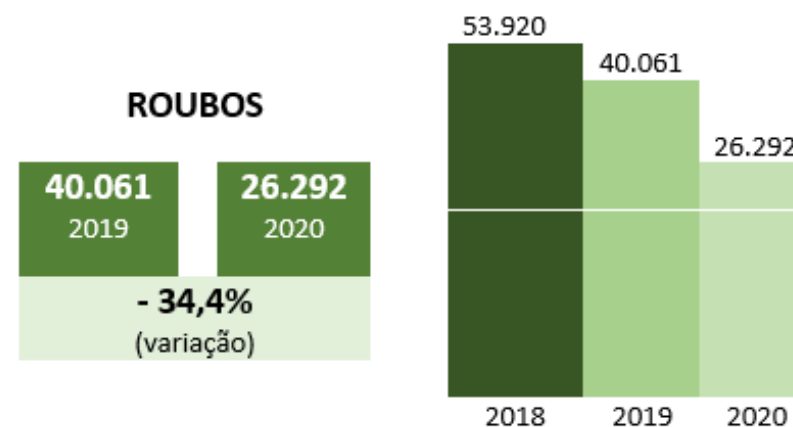
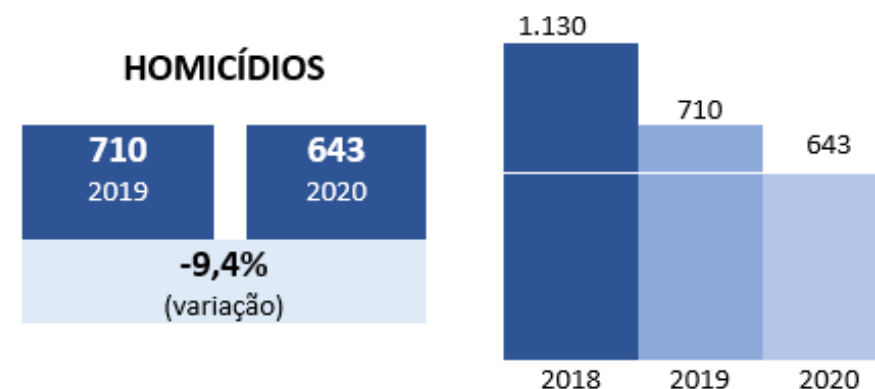
O Projeto Piloto "Em Frente Brasil" que tem por objetivo o enfrentamento à criminalidade violenta, com foco em homicídios, em territórios que apresentem altos índices do referido indicador criminal, através da implementação de ações multidisciplinares, interministeriais e interfederativas de repressão qualificada e de prevenção socioeconômica. No ano de 2020 a metodologia do projeto piloto foi aplicada em cinco municípios do território nacional (Ananindeua-PA, Cariacica-ES, Goiânia-GO, Paulista-PE e São José dos Pinhais-PR), sendo que, para cada um dos citados municípios, foi elaborado um Plano Local de Segurança, construído coletivamente com os respectivos governos, estaduais e municipais, além dos demais ministérios partícipes. Os citados planos são constituídos por ações das três esferas federativas visando combater as subcausas do macroproblema da criminalidade violenta em diversas áreas temáticas, tais como: educação, saúde, justiça e segurança pública e emprego.

Ao longo de todo o ano de 2020, também perduraram as ações relativas à Fase 1 do projeto piloto, que compreende a atuação de uma Força-Tarefa integrada de segurança pública, com a participação das forças de segurança federais, estaduais e municipais, além da mobilização da Força Nacional de Segurança Pública para atuação nos territórios, possibilitando a investigação de diversos crimes praticados por organizações criminosas, com a identificação de autoria e materialidade delitiva, o que resultou em prisões e prevenção de outros crimes correlatos.

Verifica-se, pelo gráfico a seguir, que houve uma redução geral de 2019 para 2020 de 9,4% nos índices de homicídios e de 34,4% nos índices de roubo. Ainda, desde o início do programa observou-se uma redução de homicídios de 32,5% e uma redução de roubos de 39%.

DADOS CONSOLIDADOS DO PROJETO – EFB

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro – 2018/2019/2020



Fonte: MJSP – Secretaria Nacional de Segurança Pública – Diretoria de Gestão e Integração da Informação

Também foi mensurada a produtividade das forças tarefa de acordo com as tabelas abaixo:

MUNICÍPIO	REPRESSÃO QUALIFICADA									
	INQUÉRITOS INSTAURADOS	INQUÉRITOS RELATADOS	MANDADOS EXPEDIDOS FT	MANDADOS CUMPRIDOS FT	CRIMINOSOS IDENTIFICADOS	DROGAS APREENDIDAS (KG)	PESSOAS PRESAS	VEÍCULOS RECUPERADOS	ARMAS APREENDIDAS	MUNIÇÕES APREENDIDAS
Ananindeua - PA	86	67	153	136	59	965	1.204	103	65	295
Cariacica - ES	2.344	1.507	476	345	53	974	1.214	354	294	5.083
Goiânia - GO	3.031	301	42	183	31	15.571	417	153	70	1.741
Paulista - PE	160	118	218	160	86	321	753	69	55	409
São José dos Pinhais - PR	50	15	104	278	22	2.327	1.292	334	88	1.029
TOTAL	5.671	2.008	993	1.102	251	20.158	4.880	1.013	572	8.557

Fonte: SEOPI/DIOP (PowerBI) - Data da consulta 14/01/2021

MUNICÍPIO	AÇÕES PREVENTIVAS					DATA DE ATUALIZAÇÃO
	PESSOAS ABORDADAS	VEÍCULOS ABORDADOS	BLOQUEIOS/BAR REIRAS/BLITS	AÇÕES EM ESTABELECIMENTO S	OPERAÇÕES INTEGRADAS	
Ananindeua - PA	223.444	153.468	938	1.390	218	17/12/2020
Cariacica - ES	251.693	79.691	10.041	2.860	45	
Goiânia - GO	73.123	36.395	2.171	3.734	24	
Paulista - PE	280.380	125.491	1.766	2.572	117	
São José dos Pinhais - PR	73.847	19.505	180	333	70	
TOTAL	902.487	414.550	15.096	10.889	474	

Fonte: SEOPI/DIOP (PowerBI) - Data da consulta 14/01/2021

Para além dos resultados acima citados, ressalta-se que os municípios e estados pertencentes ao projeto piloto receberam investimentos em 2020 na ordem de R\$25.647.971,22 descentralizados na forma de convênios para as instituições de segurança pública estaduais e municipais.

Em 2020, os Planos Locais de Segurança foram finalizados para implementação da fase 2 nos territórios e foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica Internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com vistas à implementação nos territórios do Programa Nacional de Enfrentamento aos Homicídios e Demais Crimes Violentos.

PROJETO ESTRATÉGICO: EM FRENTE BRASIL	
Principais inovações e melhorias implementadas	Principais inovações e melhorias a serem implementadas
Não identificado.	- Acordo de Cooperação Técnica com o PNUD visando dar celeridade e escalabilidade à confecção de diagnósticos e planos locais nos novos territórios selecionados e à implementação de ações nestes novos territórios e nos territórios piloto. - Selecionar municípios para o programa por meio de edital de chamamento público que visa dar mais clareza ao processo de seleção e garantia de engajamento por parte do ente candidato.
Principais desafios enfrentados no exercício	Principais desafios a serem enfrentados
Dificuldade de articulação e engajamento com os demais ministérios envolvidos no projeto, devido a pandemia da COVID-19.	- Seleção de novos municípios para o programa. - Operacionalização do PRODOC efetivado com o PNUD. - Reengajamento dos demais ministérios parceiros do projeto.
Riscos	Perspectivas para o futuro
- Dificuldade no efetivo monitoramento das ações e resultados da Fase 1. - Remanejamento do efetivo empregado nos municípios piloto para responder a cenário emergencial. - Diagnósticos Locais de Segurança com dados e informações desatualizados e/ou discordantes dos governos locais. - Definição de ações (PLS) sem relações com fatores crimínógenos. - Inexecução de ações dos Planos Locais de Segurança.	Lançamento do Programa Nacional de Enfrentamento aos Homicídios e demais Crimes Violentos.

Projeto Estratégico: Fomento à criação e à estruturação de unidades de combate à corrupção nas polícias civis

Trata-se de projeto que tem como objetivo a institucionalização de Delegacias de Polícia Civil especializadas no combate à corrupção, nos 27 Estados da Federação e no Distrito Federal. Os órgãos operacionais do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP que possuem maior protagonismo no combate à corrupção são a Polícia Federal e as Polícias Civis, daí a necessidade dessas instituições possuírem estrutura administrativa mínima para o atendimento das exigências inerentes ao SUSP no que toca ao enfrentamento efetivo da corrupção.

Nesse sentido, busca-se institucionalizar e aparelhar as Delegacias de Polícia Civil especializadas no combate à corrupção, de forma que tenha melhor estrutura e capacidade operacional de combater a corrupção nos Estados.

A escolha pelo critério de criação e efetivo funcionamento na Polícia Civil voltada exclusivamente para o combate à corrupção tem como objetivo fomentar a gênese em cada um dos Estados da Federação e no Distrito Federal de uma estrutura básica que viabilize a prevenção e repressão a um dos principais problemas da segurança pública, assim reconhecido expressamente no Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, nos termos do Decreto nº 9.630, de 26 de dezembro de 2018. Trata-se do primeiro passo para a consolidação de uma rede de unidades de combate à corrupção nas Polícias Civis.

No ano de 2020, os principais resultados alcançados pelo projeto foram:

- Criação de 45 unidades de combate à corrupção nas polícias civis em 26 Estados e no Distrito Federal.
- Obtenção de 25,6 milhões de reais para estruturação das unidades.
- Capacitação de agentes públicos da polícia civil na temática combate à corrupção e cooperação internacional em matéria penal
- Diagnóstico para análise da situação atual das Polícias Civis após a criação das unidades exclusivas de combate à corrupção.

PROJETO ESTRATÉGICO: Fomento à Criação e à Estruturação de Unidades de Combate à Corrupção nas Polícias Civis**Principais inovações e melhorias implementadas**

- Não identificado.

Principais inovações e melhorias a serem implementadas

- Capacitação de agentes públicos da polícia civil na temática combate à corrupção e cooperação internacional em matéria penal.
- Criação da Rede Nacional de Unidades de Polícia Judiciária Contra a Corrupção (RENACCOR)
- Integração das Polícias Civis com órgãos de controle e detentores de bancos de dados de interesse para o combate à corrupção.

Principais desafios enfrentados no exercício

- Recursos financeiros para a estruturação das unidades de combate à corrupção nas polícias civis criadas.
- Impossibilidade de realização de cursos presenciais em decorrência da pandemia.
- Efetivação da integração entre as Polícias Civis e demais órgãos de combate à corrupção.

Principais desafios a serem enfrentados

- Recursos financeiros para a estruturação das unidades de combate à corrupção nas polícias civis criadas.
- Incerteza acerca da possibilidade de realização de cursos presenciais em curto espaço de tempo.
- Dificuldade para o estabelecimento de integração entre os órgãos para o compartilhamento de dados.

Riscos

- Recursos financeiros para melhorar a estruturação das unidades de combate à corrupção nas polícias civis criadas.

Perspectivas para o futuro

- Ampliar a articulação das polícias civis dos Estados e do Distrito Federal no combate à corrupção.

Projeto Estratégico: Reestruturação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro – REDE-LAB

O projeto de reestruturação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro - REDE-LAB envolve ações e investimento que abrangem 3 eixos: sistemas, infraestrutura e capacitação.

No eixo de sistemas, destacam-se os seguintes resultados: diagnóstico das soluções tecnológicas utilizadas pelas unidades de laboratório de tecnologia contra a lavagem de dinheiro (Lab-LD); implantação de um hub para divulgação, difusão e disponibilização de tecnologias; celebração de convênios “guarda-chuva” para utilização de bases de dados do INSS (CNIS), Banco Central (CCS) e notários (CENSEC e CANP); obtenção da ferramenta “ContÁgil Lite” da Receita Federal do Brasil, para tratamento de dados fiscais.

Já no eixo de infraestrutura, realizou-se um piloto em nuvem pública da Microsoft (Azure), com o apoio da DTIC do MJSP, com o objetivo de verificar e comparar (benchmarking) o desempenho, a usabilidade e os custos relacionados a infraestruturas própria (on-premises) e em nuvem (cloud). Os resultados do piloto são promissores e contemplam a etapa de análise de viabilidade para a disponibilização de ambiente em nuvem para os Lab-LD.

Quanto ao eixo de capacitação, dado o cenário de pandemia em escala global no ano de 2020, intensificou-se a utilização de tecnologias de videoconferência para a qualificação dos integrantes da Rede-Lab. Foram 19 eventos, no formato de webinários, com um público médio de 200 participantes por evento. Ciência de Dados, Corrupção, Lavagem de Dinheiro, Ferramentas Colaborativas, Computação em Nuvem e Bases de Dados foram alguns dos temas debatidos. Adicionalmente, foram firmadas parcerias com órgãos e instituições de ensino para a disponibilização de cursos para os Integrantes das unidades de Lab-LD.

Ressalta-se que o projeto de reestruturação prevê maior integração e colaboração entre as unidades de Lab-LD. Por sua vez, tais unidades encontram-se em órgãos distintos, tais como polícias judiciárias e ministérios públicos, constituindo um grande desafio para a cooperação e a sinergia. Dessa forma, a existência de soluções tecnológicas que permitam a cooperação - a exemplo de composição de base de conhecimento interativa e a realização de trabalhos colegiados – representa aspecto relevante para romper barreiras da integração de fato. A disponibilização de ferramentas colaborativas foi estruturada em 2020 e está prevista para o ano de 2021.

PROJETO ESTRATÉGICO: Reestruturação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro – REDE-LAB**Principais inovações e melhorias implementadas**

- Realização do piloto em nuvem pública da Microsoft (Azure).
- Implantação de um hub para divulgação, difusão e disponibilização de tecnologias.

Principais inovações e melhorias a serem implementadas

- Aumento a capacidade de processamento e de armazenamento de dados por meio de infraestrutura em nuvem.
- Difusão, divulgação e disponibilização das tecnologias e soluções desenvolvidas pelas unidades de Lab-LD, softwares públicos ou ferramentas **open source**.
- Intensificação da disponibilidade e da interoperabilidade de dados para fins de análise de operações suspeitas pelas unidades de Lab-LD.
- Implementação de ferramentas colaborativas.
- Implementação do plano de capacitação continuada para os integrantes das unidades de Lab-LD, com o intuito de ampliar a capacidade de análise e a identificação de tipologias criminais.
- Implantação de um ambiente estruturado e indexado com informações de interesse dos trabalhos desenvolvidos pelas unidades de Lab-LD.
- Formação de **clusters** de laboratórios de tecnologia por soluções tecnológicas a fim de desenvolver suporte técnico responsivo e novas regras de negócio.
- Utilização de ferramentas tecnológicas e programas de capacitação de terceiros, mediante parcerias estratégicas firmadas com órgãos e instituições de ensino.

Principais desafios enfrentados no exercício

- Carência de pessoal qualificado.
- Dificuldade de articulação com outros órgãos e unidades.

Principais desafios a serem enfrentados

- Desenvolvimento de um software - suíte integrada - contendo as principais tecnologias utilizadas pelas unidades de Lab-LD.
- Obter tecnologias disponíveis, captação das bases de dados e pessoal qualificado para o mapeamento e para a função de **Project Owner** (PO).

Riscos	Perspectivas para o futuro
- Capacidade da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC em atender demandas das áreas negociais. - Orçamento para a sustentação do ambiente em nuvem para as unidades de Lab-LD. - Ausência de um plano de ampliação, do ponto de vista financeiro e operacional, para o ambiente em nuvem para a Rede-Lab. - Bases de dados não disponibilizadas à Rede-Lab.	Tornar-se referência para a identificação de tipologias criminais (particularmente àquelas relacionadas à lavagem de dinheiro), bem como para o desenvolvimento de metodologias e da identificação de melhores práticas de análise de dados de operações suspeitas

Projeto estratégico: Fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos

No ano de 2020, por meio do projeto de Fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos, mesmo com severas restrições de acesso aos presídios, foram cadastrados mais 9.949 condenados no Banco Nacional de Perfis Genéticos. Foram entregues três plataformas totalmente automatizadas para processamento de amostras de vestígios sexuais, onze plataformas automatizadas de grande porte para extração de DNA, com mais duas adquiridas para serem entregues em 2021. Foi criado o Centro Multiusuário de Processamento Automatizado de Vestígios Sexuais (CeMPA-VS), uma parceria entre a SENASP e a PF que tem como objetivo auxiliar os estados sem esses equipamentos a processarem milhares de vestígios sexuais armazenados. No ano de 2020, a RIBPG alcançou a marca de 1.977 investigações criminais auxiliadas por meio dos bancos de perfis genéticos.

PROJETO ESTRATÉGICO: Fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos	
Principais inovações e melhorias implementadas	Principais inovações e melhorias a serem implementadas
Não identificado.	Articulação com os dirigentes do sistema penitenciário para intensificar a coleta de DNA por ocasião do ingresso dos presos no sistema, das saídas temporárias e progressão de regime e, ainda, quando possível, capacitando os próprios profissionais do sistema penitenciário a realizarem a coleta.

Principais desafios enfrentados no exercício	Principais desafios a serem enfrentados
Em função das incertezas decorrentes da pandemia, as unidades da federação foram bastante resistentes em assumir metas mais ousadas, que seriam necessárias para os objetivos finais do projeto.	- Articulação com as unidades federativas para o alcance dos objetivos do projeto, uma vez que quem efetivamente processa as amostras são os laboratórios periciais das unidades federativas. - Retomar a produtividade nos anos 2021 e 2022 após a diminuição no número de condenados cadastramento no Banco de Perfis Genéticos ocorrida em 2020 em função da pandemia. - Aumentar o número de peritos criminais em algumas unidades da federação.
Riscos	Perspectivas para o futuro
Falta de adesão ou de compromisso das unidades federativas.	É aumentar cada vez mais o número de crimes solucionados a partir da identificação de criminosos por meio dos bancos de perfis genéticos.

Projeto estratégico: Sistema Nacional de Análise Balística – SINAB

Para atingir o objetivo estratégico é necessário realizar a contratação da solução que envolve aquisição de Sistemas de Identificação Balística (SIB) e Licença de **Software** de Servidor de Correlação, Armazenamento e Gerenciamento para implementação do Sistema Nacional de Análise Balística (SINAB) com o Banco Nacional de Perfis Balísticos (BNPB).

Para assegurar a capacidade técnica da empresa a ser contratada, a EPC estabeleceu a realização de Prova de Conceito a ser realizada com a melhor empresa classificada na fase dos lances. A empresa ScannBi apresentou a melhor proposta na fase de lances e indicou como local de realização das Provas, São Peterburgo, na Rússia. Foi realizado todo o trâmite de afastamento do país para que os integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação pudessem realizar essa etapa. Entretanto, em razão da pandemia da COVID-19, o Ministério das Relações Exteriores - MRE (Embaixada do Brasil na Rússia) recomendou o cancelamento/adiamento da missão e a embaixada Russa solicitou o cancelamento da viagem. Como alternativa para prosseguir com o certame, foi necessário adiar a prova de

conceito e realizá-la no Instituto Nacional de Criminalística, o que exigiu tempo para configuração dos equipamentos e ajustes necessários. A fase de realização da Prova de Conceito foi prevista para janeiro de 2021, no Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal em Brasília-DF.

PROJETO ESTRATÉGICO: Sistema Nacional de Análise Balística – SINAB	
Principais inovações e melhorias implementadas	Principais inovações e melhorias a serem implementadas
Não identificado.	Aquisição da solução e implementação do SINAB e do BNPB para aumento da eficiência em exames de comparação balística e a criação de um Banco Nacional de Perfis Balísticos – BNPB, que possibilitará intercâmbio de informações entre os entes federativos e um aumento do indicativo de autoria em crimes cometidos com uso de arma de fogo.
Principais desafios enfrentados no exercício	Principais desafios a serem enfrentados
- Complexidade da solução a ser adquirida, que envolve conhecimentos da área de balística forense e de TI, requerendo uma equipe multidisciplinar e um processo aquisitivo complexo. - Existência de poucas soluções tecnológicas disponíveis no mercado e ausência de interoperabilidade entre diferentes fabricantes. - Atraso no cronograma.	Realização de vistorias e avaliações técnicas das instituições que serão contempladas com as doações dos equipamentos, elaboração de procedimentos, protocolos, criação de comitê gestor, padronização, elaboração de cursos, capacitações, monitoramento e avaliação dos resultados.
Riscos	Perspectivas para o futuro
- Instituição não atingir as metas estabelecidas pela SENASP. - Falta de infraestrutura adequada nos laboratórios de balística forense. - Restrição orçamentária que inviabilize a implementação e expansão do SINAB e do BNPB.	Criação e implementação do SINAB e do BNPB.

Projeto estratégico: Sistema Inteligente de Consciência Situacional

O Sistema Inteligente de Consciência Situacional tem por objetivo a busca de dados, análise, produção de conhecimento e difusão no âmbito do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, produzindo alertas, para a área de inteligência operacional de acordo com o conteúdo e finalidade.

No exercício de 2020, o projeto apresentou os seguintes resultados:

- Desenvolvimento de API (**Application Programming Interface**) para consumo dos dados;
- Desenvolvimento de Frontend para visualização dos dados;
- Integração do sistema a plataforma de autenticação Sinesp Segurança 2.0;
- Indexação textual das bases de dados integradas; e
- Testes em ambiente real.

PROJETO ESTRATÉGICO: Sistema Inteligente de Consciência Situacional	
Principais inovações e melhorias implementadas	Principais inovações e melhorias a serem implementadas
• A indexação das bases de dados possibilitou a disponibilização da pesquisa textual utilizando qualquer campo da base de dados como parâmetro de busca.	• Melhorar o desempenho do sistema.
Principais desafios enfrentados no exercício	Principais desafios a serem enfrentados
• Carência de infraestrutura tecnológica.	• Realizar o repasse da solução desenvolvida a DTIC/MJSP e evoluir a solução. • Definir novos rumos e estratégias para o Sistema.
Riscos	Perspectivas para o futuro
• Não ter suporte tecnológico necessário para implementação do sistema.	• A redefinição da estratégia do sistema e alinhamento com a área técnica do MJSP fará com que haja de fato a entrega de sistema para o usuário final.

Projeto estratégico: Programa de Apoio ao Combate ao Crime Organizado - PACCO

O Programa de Apoio ao Combate ao Crime Organizado – PACCO visa fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira e é composto por 06 (seis) projetos, que são acompanhados internamente pela SEOPI/MJSP cujos resultados impactam diretamente no projeto estratégico PACCO. São eles:

- Projeto EXCEL - Extrator de Dados de Dispositivo Móveis.
- Projeto Ação Integrada de Inteligência Financeira (AINTI/INTELF).
- Projeto ORCRIM - Sistema Nacional de Inteligência de Apoio no Combate ao Crime Organizado.
- Projeto Rede Cronos.
- Projeto Produção de Conhecimento.
- Projeto Capacitação.

Tais projetos auxiliam os órgãos de segurança pública com a melhoria dos processos de produção de conhecimento, com a capacitação de profissionais na área de inteligência, com a base de dados sobre Organizações Criminosas (Projeto ORCRIM), com a criação e disponibilização de um canal de informação seguro e criptografado (Rede Cronos), com a extração de dados de dispositivos móveis (Projeto EXCEL), bem como com Ações Integradas entre a Diretoria de inteligência - DINT/SEOPI e outros órgãos.

No exercício de 2020, os projetos apresentaram os principais resultados abaixo especificados:

a) Projeto EXCEL - Extrator de Dados de Dispositivo Móveis.

Principais Resultados 2020

- Formalização dos critérios para adesão e utilização das ferramentas disponibilizadas aos Estados pela DINT, por intermédio da publicação da Portaria nº 26 da SEOPI, no dia 16/07/2020, possibilitando a adesão ao Projeto Excel com a assinatura de Termo de Adesão pela Secretaria de Segurança Pública Estadual e consequente aprovação em treinamento realizado pela DINT de servidor estadual indicado para ser o responsável por operar os equipamentos disponibilizados.
- Entrega de equipamentos nos Estados do Acre, Mato Grosso do Sul, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Roraima, Pará e a entrega de um segundo equipamento no Rio Grande do Norte devido à grande demanda nesse Estado.
- Mobilização e treinamento de servidora para operar o equipamento em Goiás.
- Realização do Curso de Extração Avançada.
- Nivelamento de conhecimentos e treinamento de dois policiais civis da Agência de Inteligência do RN.
- Realização de vídeos conferências para alinhamento de posturas com os mobilizados nos Estados.
- Realização de Força Tarefa em Natal-RN com o envio de servidores técnicos para auxiliar nas extrações de dados de dispositivos móveis em “fila” devido ao grande número de pedidos feitos pelo Estado. O Estado atingiu até final de outubro cerca de 605 aparelhos autorizados para extração dos dados, nos termos do protocolo, com aumento gradativo daquele número em razão de demanda diária de pedidos, tendo sido de suma importância a força tarefa para normalização do fluxo de trabalho.
- Criação do Laboratório Avançado de Extração de Dados, na sede

da DINT em Brasília, que dispõe de outros softwares e técnicas que possibilitam tentativas de extrações de dispositivos bloqueados e com criptografias avançadas que não foram suportados pelas ferramentas disponibilizadas aos estados.

- Início da integração dos dados compartilhados com o sistema I2, via software próprio, chamado “SETH” (conversor de planilhas), que possibilita a análise de vínculos existentes entre as extrações compartilhadas.
- Realização pelos mobilizados e pontos focais nos estados aderentes de aproximadamente 2.640 extrações de dados de dispositivos móveis de envolvidos em organizações criminosas.

b) Projeto Ação Integrada de Inteligência Financeira (AINTI/INTELF).

Principais Resultados 2020

- Aumento da capacidade de produção de conhecimento em Inteligência Financeira, por meio da mobilização e treinamento de mais servidores policiais. O efetivo passou de 5 para 9 em 2020.
- Maior efetividade das investigações sobre lavagem de dinheiro relacionada às organizações criminosas, por meio do aperfeiçoamento da produção de conhecimento em inteligência financeira e celeridade no envio dos relatórios para as autoridades competentes.
- Aumento do envio de Relatório de Inteligência Financeira (RIF) para as Polícias Cíveis do país, já no primeiro trimestre de 2020, em mais de 50% em relação ao ano de 2019.
- Indicação de padrões e fluxos para a evolução do sistema de investigação de crimes de lavagem de dinheiro praticados por organizações criminosas.
- Compartilhamento e intercâmbio de dados em Inteligência

Financeira - a DINT compartilhou com o COAF 37 documentos, envolvendo 712 CPFs e 93 contas bancárias com indícios de lavagem de dinheiro relacionados às organizações criminosas.

- Intercâmbio de conhecimento em Inteligência Financeira através da realização de quatro eventos, por meio de videoconferência, voltados para a Polícia Judiciária e ao Subsistema de Inteligência de Segurança Pública - SISP, com temas sobre as tipologias de lavagem de dinheiro e criptoativos.
- Consolidação dos canais de comunicação e a interação entre os órgãos responsáveis pela investigação de crimes de lavagem de dinheiro praticados por ORCRIMs, por intermédio das assessorias técnicas prestadas aos Estados pelos policiais mobilizados no projeto. Em 2020, foram realizadas 177 assessorias beneficiando 17 estados no combate à lavagem de dinheiro praticada por ORCRIMs.

c) Projeto ORCRIM - Sistema Nacional de Inteligência de Apoio no Combate ao Crime Organizado.

Principais Resultados 2020

- Normatização do Sistema ORCRIM, com portarias que regulamentaram o uso do sistema.
- Apresentação do sistema a todas as Agências de Inteligência das Unidades da Federação, com reuniões realizadas de forma presencial (anterior a pandemia) e posteriormente por videoconferência.
- Continuidade do desenvolvimento de novas rotinas e funcionalidades no Sistema ORCRIM, com levantamento de requisitos, desenvolvimento e implantação das Sprints 21 até a 30.
- Efetuada a formalização de adesão de 36 Agências de Inteligências estaduais e 01 Agência de Inteligência Federal (DEPEN).

- Encaminhado a todas as Agências de Inteligência das Unidades da Federação Normativos e Termo de Adesão ao Sistema ORCRIM, por intermédio do OFÍCIO-CIRCULAR Nº 5/2020/DINT/SEOP/MJ.

- Contratação, por meio da DTIC/MJSP de nova empresa de desenvolvimento de sistemas (Fábrica de Software), dentre os quais se encontra o Sistema ORCRIM, com aumento do quantitativo de profissionais de TIC para cada projeto.

- Disponibilização do sistema para uso das Agências de Inteligência que concluíram a adesão, com o início da alimentação, sendo que atualmente constam mais de 100 Organizações Criminosas e mais de 5000 faccionados cadastrados.

d) Projeto Rede Cronos.

Principais Resultados 2020

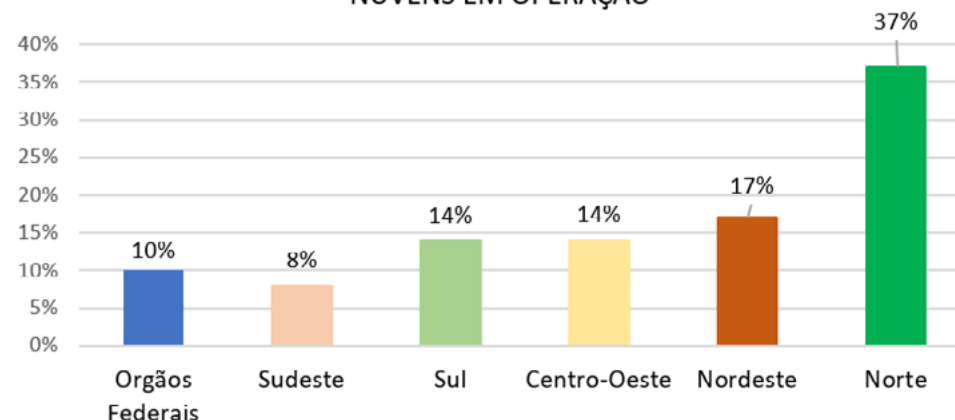
O Projeto Rede Cronos possui como indicadores:

- A quantidade de agências aderentes e integradas à Rede Cronos;
- Capacitação e padronização de implantação; e
- Fornecimento de suporte e apoio com infraestrutura às agências de inteligência.

No ano de 2020, atendeu à 22 (vinte) pedidos de máquinas virtuais, solicitados por diversos órgãos de inteligência dos estados, para o uso da Cronos na infraestrutura do MJSP. Contudo foram entregues, efetivamente, 20 (vinte) nuvens e 02 (duas) aguardam a resolução de pendências operacionais para a implantação.

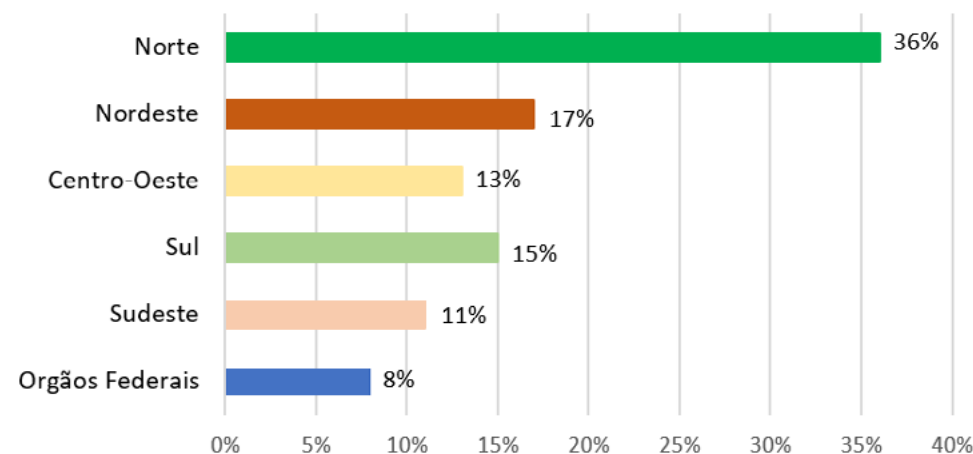
Atualmente o projeto conta com mais de 47 (quarenta e sete) nuvens distribuídas em todo país, todas em operação e integradas com as demais nuvens locais, conforme gráficos que demonstram seu percentual distribuído pelas regiões do país:

NUVENS EM OPERAÇÃO



Fonte: CGCI/DINT/MJSP

NUVENS FEDERADAS

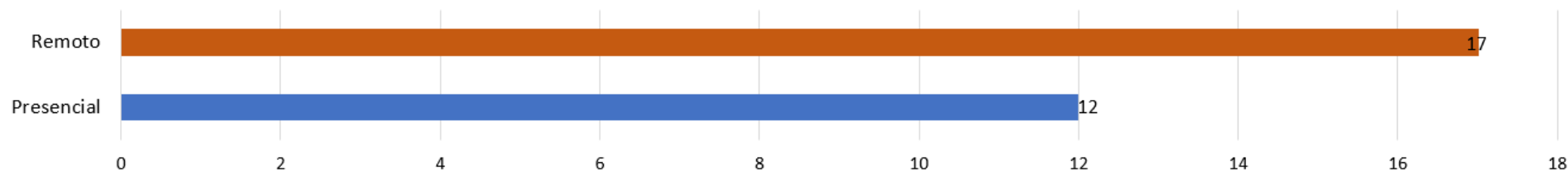


Fonte: CGCI/DINT/MJSP

O referido Projeto conta com o apoio de servidores mobilizados da DINT para operar e auxiliar diretamente no desenvolvimento, na implementação e na capacitação de servidores dos demais órgãos de inteligência dos estados.

Durante o exercício foram ministrados 05 (cinco) treinamentos da Cronos, de forma presencial, os quais contemplaram 12 (doze) colaboradores de diversos estados interessados na implantação da plataforma em suas respectivas instituições. Além de capacitar, na modalidade EAD, mais de 17 (dezessete) colaboradores, que solicitaram apoio sobre as mais diversas informações e dúvidas da usabilidade, erros e atualizações da ferramenta.

CAPACITAÇÃO



Fonte: CGCI/DINT/MJSP

- Produção, manutenção e atualização de 12 (doze) painéis de Gestão (Power BI).
- Produção de 15 (quinze) infográficos informacionais sobre eventos críticos.
- Reunião com representantes da Diretoria de Inteligência Policial da Polícia Federal - DIP/PF - para construção conjunta da matriz de risco Riscos de Segurança Pública, em decorrência da COVID-19, para atender demanda do Centro de Coordenação de Operações do Comitê de Crise da COVID-19 (CCOP).
- Vídeoconferência com os coordenadores dos CIISPR-SUL, CIISPR-NORDESTE E CIISPR-NORTE para apresentação da Matriz de Riscos de Segurança Pública, em decorrência da COVID-19, para ser enviada às Agências de Inteligências em suas respectivas regiões para alinhamento

da realização da Análise de Risco estadual.

- Vídeoconferência com os chefes de Inteligência das Agências Centrais do SUDESTE e CENTRO-OESTE para apresentação da Matriz de Riscos Segurança Pública em decorrência da COVID-19, para alinhamento da realização da Análise de Risco estadual.
- Representação na Célula de Inteligência do CCOP da Casa Civil da Presidência da República, mediante a participação diária de um analista (incluindo plantões e sobreavisos nos finais de semana e feriados).
- Realização de 38 (trinta e oito) vídeoconferências, com a participação de representantes das inteligências das Agências/Órgãos (ABIN, ANTT, DEPEN, PF, PRF, CONPORTOS, FORÇA NACIONAL), para atualização da Análise de Riscos à Segurança Pública, em decorrência da Pandemia COVID-19, e atualização do painel de gestão (POWER BI) para

assessorar a célula de inteligência do CCOP e as Agências de Inteligência do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP).

- Vídeoconferência com os Chefes de Inteligências das Agências dos estados da região SUDESTE para retomada das tratativas para implantação do CIISPR-SE.
- Realização de vídeoconferência com os coordenadores e analistas do CIISPR-SUL, CIISPR-NORDESTE E CIISPR-NORTE para apresentação do novo fluxo de documentos, organização de pastas, divisão temática, orientação de produção de conhecimentos, entre outros.
- Reunião de coordenação da Rede CIISP.
- Padronização de procedimento de uso e diagramação da ferramenta de Análise de Vínculos I2 e IBASE USER.
- Participação em 11 (onze) reuniões do Grupo de Trabalho para realização de estudos e elaboração do projeto de cooperação em Prevenção ao Roubo e Rastreabilidade de Cargas e Produtos.
- Colaboração ativa no projeto “Projeto em Frente Brasil” com a participação em força tarefa e elaboração e análise de relatórios de inteligência.
- Aprovação, pelo Gabinete do Ministro, do Projeto de constituição de grupo de trabalho para construção da Metodologia de Análise de Risco de Segurança Pública.
- Aprovação, pelo SEOPI/MJSP, do Projeto de Padronização de Elaboração e Uso de Dashboards de Gestão.
- Elaboração de clipping diário de notícias (fontes abertas) relacionadas às Organizações Criminosas.
- Participação, no Centro Integrado de Comando e Controle Nacional (CICCN), para acompanhamento do primeiro e do segundo turno das

eleições municipais de 2020.

- Participação na Força Tarefa Internacional de Combate ao Tráfico de Armas e Munições.

Cabe destacar que o Laboratório de Extração Avançada e Análise de Dados (DATA LAB/CGI/DINT/SEOPI) apresentou os seguintes resultados:

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	QTDE
Apoio técnico aos estados para extração avançada	7
Apoio técnico para extração comum de dados de celular	518
Treinamentos de extração de dados	4
Reuniões no âmbito da Seopi para melhores práticas para análises de dados	1
Apoio ao projeto EXCEL (protocolos, modelos de documentos padrão, tratamento de dados, prospectação de ferramentas, análises, etc)	6

Foram produzidos e difundidos pela AISP/CGI/DINT/SEOPI/MJSP documentos de inteligência perfazendo um total de:

DOCUMENTOS DE INTELIGÊNCIA CGI/ DINT/SEOPI/MJSP	PRODUZIDOS/TOTAL 2020	DIFUNDIDOS/TOTAL 2020
	503	4.401

Resultados não alcançados

No exercício de 2020, não foi possível realizar o 1º Seminário de ORCRIMS e temas afins para aprimorar os conhecimentos específicos dos analistas da DINT/SEOPI/MJSP, em razão das restrições decorrentes da pandemia da COVID-19.

Também não foi realizada a atualização situacional sobre ORCRIM com as unidades da federação por região (videoconferências e visita aos CIISPs) - Fase 2, prevista para o ano de 2020, devido à impossibilidade de realização das visitas devido às restrições decorrentes da pandemia da COVID-19.

Ainda considerando o cenário da pandemia que atingiu a todos os estados do Brasil, o projeto reduziu sua atuação junto ao “Projeto em Frente Brasil” devido ao foco que o enfrentamento à COVID-19 exigiu de todos. Sendo assim, no 2º semestre do ano de 2020 houve uma redução considerável nas ações operacionais e na produtividade de inteligência dos municípios atendidos.

f) Projeto Capacitação

Principais Resultados de Janeiro à Junho de 2020

A capacitação de profissionais de inteligência envolvidos nos projetos que integram o PACCO, através do aprimoramento e desenvolvimento de competências, qualifica os profissionais de inteligência e os profissionais que integram os órgãos de segurança pública que operam diretamente no combate à criminalidade organizada para atuar com eficiência.

Com a entrada em vigor, em 08 de junho de 2020, do Decreto 10.379, de 28 de maio de 2020, que alterou o Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, a Coordenação de Doutrina e Capacitação em Inteligência, que até então pertencia à DINT, passou a integrar a Diretoria de Ensino e Pesquisa da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública (DEP/SEGEN).

Considerando as peculiaridades da atividade de Inteligência de Segurança Pública – ISP, a Coordenação de Doutrina e Capacitação em Inteligência – CDCI/DEP/SEGEN, continuará realizando suas ações de capacitação em parceria com a Diretoria Inteligência – DINT/SEOPI, Agência Central do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, que tem a atribuição de propor ações de capacitação relacionadas com a atividade de inteligência de segurança pública.

Nesse sentido, a CDCI tem por objetivo capacitar os agentes de ISP para que possam operar as ferramentas acessórias e desenvolver a atividade de inteligência, trazendo maior segurança, efetividade, respeito, promoção dos direitos individuais e transparência aos processos empregados.

Encontram-se institucionalizado cursos presenciais nas seguintes temáticas: produção de conhecimento, segurança orgânica, operações de inteligência, inteligência cibernética, inteligência financeira, inteligência de sinais, entrevista na atividade de inteligência e análise de risco.

Para o ano de 2020, foram planejados 34 (trinta e quatro) cursos presenciais. Em razão da Pandemia de COVID-19 e visando cumprir as orientações dos órgãos de saúde pública, a execução dos cursos foi afetada.

A fim de atender a atribuição de desenvolver estudos e pesquisas para o aprimoramento e a atualização da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública – DNISP, de competência da DEP/SEGEN, foi constituído Grupo de Trabalho, por meio de Portaria nº 463, de 26 de agosto de 2020, do Ministro da Justiça e Segurança Pública. Em razão da temática, tal GT foi presidido pelo Diretor de Inteligência, visando à instituição da Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública – PNISP, da Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública – ENISP e para a elaboração do Plano Nacional de Inteligência de Segurança Pública – PLANISP.

Esses documentos foram construídos com ampla participação do SISP, o que propiciou formulação abrangente de como alcançar os objetivos

estratégicos propostos na ENISP, que foram orientados pela PNISP. Ademais, com o compartilhamento de responsabilidades e de meios pretende-se garantir eficácia na execução das ações previstas no Plano e, por meio da convergência de esforços e da complementaridade de competências, apresentar soluções para o aperfeiçoamento da atividade de inteligência de segurança pública, com o aumento de sua efetividade, de modo a ampliar a contribuição para o alcance dos objetivos nacionais.

Assim, diante das mudanças ocorridas na estrutura do MJSP com a publicação do Decreto nº 10.379, de 28 de maio de 2020, que alterou o Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, os demais dados referentes à capacitação constarão no relatório apresentado pela SEGEN.

PROJETO ESTRATÉGICO: Programa de Apoio ao Combate ao Crime Organizado - PACCO

Principais inovações e melhorias implementadas

- Criação de núcleo de apoio a investigações sobre criptoativos, atuando subsidiariamente em ações e investigações policiais provendo apoio técnico especializado.
- Criação de grupo em mídia social, visando conceber rede de combate ao crime organizado com integrantes de unidades de polícia judiciária civil especializadas na repressão de Orcrim que atuam mediante emprego de violência.
- Preparação para implantação de novas forças tarefa.
- Apoio para realização de encontro sobre combate ao crime organizado e lavagem de dinheiro na região norte entre profissionais de unidades de polícia judiciária civil especializadas na repressão de ORCRIM.
- Melhor integração entre os mobilizados da coordenação.
- Ferramenta de monitoramento e segurança pública (cercamento eletrônico) dentro da Plataforma CÓRTEX.

Principais inovações e melhorias a serem implementadas

- Fomentar a criação de laboratórios de operações cibernéticas nas 5 regiões do país.
- Implantar novas forças tarefa de combate ao crime organizado.
- Implementar programa para o combate ao crime organizado.
- Realização de aquisições de equipamentos inovadores para investigações criminais de organizações criminosas.
- Capacitações em lavagem de capitais e recuperação de ativos, estimulando integração pessoal entre profissionais.
- Nivelar os integrantes de forças tarefa designados para atuação no combate ao crime organizado.
- Realização de encontro sobre combate ao crime organizado e lavagem de dinheiro nas regiões, sul, sudeste, centro oeste e nordeste, bem como encontro nacional entre profissionais de unidades de polícia judiciária civil especializadas na repressão de Organizações Criminosas.
- Expansão da integração de sistemas de Estados e Municípios na ferramenta CÓRTEX CERCAMENTO ELETRÔNICO.
- Aquisição de equipamentos para a implementação de 12 novos Centros e Comando e Controle Estaduais, permitindo que todas as unidades da federação sejam contempladas.
- Ampliação do efetivo da SEOPI.

Principais desafios enfrentados no exercício	Principais desafios a serem enfrentados
- Restrições impostas pela pandemia COVID-19, que limitou ações de operações integradas junto aos Estados e seus órgãos, devido a problema de indisponibilidade de efetivo e restrições de deslocamento. - Necessidade de adequação das metas a da disponibilidade orçamentária. - Carência de pessoal. - Atraso no cronogramas de implantação dos sistemas de radiocomunicação nos estados do Amazonas e Paraná, em razão dos efeitos provocado pelo SARS-Cov-2. Esse atraso foi maior no Estado do Amazonas, uma vez que o transporte fluvial ficou interditado por cerca de três meses. - Necessidade de reestruturação do Procedimento Administrativo Padrão do Centro Integrado de Operações de Fronteira-CIOF.	- Especificações de datas para realização de capacitações, em virtude da imprevisão do término da pandemia. - Criação de novas forças tarefas. - Conclusão dos processos de compras previstos. - Superaração das restrições impostas pela COVID-19. - Integração dos sistemas federais, estaduais e municipais na ferramenta CórteX. - Criação de um calendário anual de operações integradas em parceria com as Ufs. - Delimitação e priorização dos processos de aquisições dentro do Planejamento Estratégico e limitações orçamentárias. - Unificação dos processos de aquisição para que haja uniformidade e celeridade nos processos. - Articulação para a continuidade do processo de implantação e/ou ampliação de projetos de radiocomunicação digitais, com vistas a dotar as regiões de fronteira e divisas com as mínimas condições de comunicação. - Celebração de acordos de cooperação entre a Seopi e os estados de fronteira e divisas.
Riscos	Perspectivas para o futuro
- Carência de pessoal qualificado necessário para o projeto considerando a volatilidade dos integrantes da coordenação, dada a condição de mobilizados, e da dificuldade de realização de mobilização de novos integrantes. - Designação da equipe para grupos de trabalho, ponto focal e compromissos na área meio em temas distintos do combate a organizações criminosas. - Indisponibilidade orçamentária para apoio de operações integradas nos estados e municípios. - Redução na realização de cursos de capacitação planejados para o ano de 2021, em razão dos efeitos provocados pelo SARS-Cov-2. - Redução de recursos financeiros destinados às compras de equipamentos do projeto.	- Realização de novas forças Tarefas e novas mobilizações. - Fortalecimento de ações integradas de segurança pública com estados e municípios. - Conversão do Projeto de Expansão dos Centros Integrado de Comando e Controle (CICCE) em Programa Estratégico. - Fomento à implantação de bases aeropolíciais integradas. - Ampliação de investimentos em inovação tecnológica.

Projeto estratégico: Programa VIGIA

O Programa Nacional de Vigilância das Fronteiras e Divisas - VIGIA, de combate ao crime organizado e à repressão aos crimes transfronteiriços, tem por objetivo aumentar a presença do Estado e a efetividade do controle nas fronteiras e divisas, a partir da integração das atividades de inteligência e operacionais das instituições de Segurança Pública federais, estaduais e municipais, de defesa de fiscalização e controle que atuam na faixa de fronteiras e divisas do País.

No ano de 2020, no âmbito do Programa VIGIA, tem-se as seguintes realizações:

a) Operação Hórus, desencadeada em onze Estados de fronteira (AC, AM, MT, MS, PR, RS, RO, RR e SC) e dois de divisas (GO e TO);

b) todas as operações que foram planejadas e coordenadas, a partir de um ambiente comum, bem como aquelas que foram gerenciadas ou apoiadas por órgãos de segurança pública, sejam eles federais, estaduais e/ou distritais;

c) operações integradas para apoiar as ações de repressão às drogas da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, em alusão à Semana Internacional de Combate às Drogas, celebrada em junho;

d) capacitados 222 profissionais que atuam nas regiões de fronteira e divisas;

e) apreensão de 72.574.328 maços de cigarros; 688.087,41 Kg de drogas, 1.352 armas de fogo, 72.845,20 Kg de agrotóxicos; 627 veículos e 13 embarcações recuperadas;

f) apreensão de 3.261 veículos e 282 embarcações apreendidos; R\$ 2.206.623.097,72 de prejuízo provocados aos criminosos; R\$ 347.513.961,50

de prejuízos evitados aos cofres públicos; 5.186 pessoas presas em flagrante.

Sobre os produtos dos projetos estratégicos, destaca-se:

a) aquisição de equipamentos optrônicos e de proteção balística para a Fase I de aparelhamento das bases integradas do Programa VIGIA;

b) aquisição de viaturas para os estados de MT e MS;

c) aquisição e doação de Equipamentos de Proteção individual (prevenção ao SARS-Cov-2) a profissionais que atuam nas operações integradas Hórus do Programa VIGIA;

d) aquisição de materiais para Atendimento Pré-Hospitalar TáticoAPH; e

e) implantação de sistemas de radiocomunicação digital nos estados do Amazonas e do Paraná.

Dentre as operações realizadas em 2020, merece destaque a Operação Vetus, cujo objetivo foi combater crimes de violência contra a pessoa idosa. Contou com quase 10 mil policiais civis das 27 unidades da Federação para atendimento a 13,9 mil idosos vítimas de violência no Brasil, operação essa promovida em parceria entre o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH e o MJSP.

Mencionam-se, ainda, operações de transporte de material nuclear em apoio ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR.

Importante destacar, também, outras relevantes operações integradas coordenadas, planejadas e executadas pela SEOPI, especialmente:

OPERAÇÃO	DESCRIÇÃO
Operação Tarquínio	Deflagrada no dia 22/01/2020. Teve como objetivo identificar suspeito de estupro virtual, que vitimou diversas mulheres no Brasil. Resultou em 02 prisões em flagrante, sendo uma no Estado de Minas Gerais e a outra no Estado de Pernambuco, com o apoio do Ciberlab. Abrangência: nacional.
Operação Luz da Infância fase 6	Deflagrada no dia 08/02/2020 pelo Ciberlab. Teve como objetivo identificar autores de crimes de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes praticados na internet. Foram 112 mandados de busca e apreensão no Brasil e em mais 04 países (Estados Unidos, Colômbia, Panamá e Paraguai) e 47 presos em flagrante. Abrangência: internacional.
Operação Tânatos - Escritório do Crime	Deflagrada no dia 30/06/2020 com integrantes da força tarefa no Rio de Janeiro/RN junto ao MPRJ. Foram 24 mandados cumpridos e 02 presos no Estado do Rio de Janeiro. Abrangência: estadual.
Operação Smoke Route	Deflagrada no dia 29/07/2020 com integrantes da força tarefa em Mossoró/RN junto à PF. Teve como objetivo combater o contrabando de cigarros no Estado do Rio Grande do Norte. Foram cumpridos 03 mandados de prisão preventiva, 10 mandados de busca e apreensão. Status: Abrangência: estadual.
Operação Flash Back II	Deflagrada no mês de julho de 2020 com integrantes da força tarefa em Alagoas junto ao MPAL. Resultou em 180 mandados de prisão expedidos, 112 cumpridos, 121 mandados de busca e apreensão cumpridos, 112 coletas de material genético realizadas em alvos da operação, tendo atuação em 11 Estados (Alagoas, Ceará, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Sergipe, Paraíba, Paraná, São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Piauí). Status: entrega contínua e abrangência: nacional.
Operação APOScalipse	Deflagrada no dia 26/08/2020. Teve como objetivo desarticular organização criminosa especializada na prática de fraudes eletrônicas. A Operação ocorreu nos Estados de São Paulo e Minas Gerais com o apoio do Ciberlab. Foram cumpridos 10 mandados de busca e apreensão. Abrangência: nacional.
Operação Data Broker	Deflagrada no dia 04/09/2020. Teve como objetivo desarticular organização criminosa especializada na prática de mensageria. Foram cumpridos 07 mandados de busca e apreensão. Abrangência: nacional.

Operação Falsos Heróis	Deflagrada no dia 27/10/2020 com integrantes da força tarefa em Mossoró/RN junto à PF. Teve como objetivo desarticular organização criminosa voltada à prática de contrabando de cigarros e produtos falsificados, com atuação nos Estados do Rio de Janeiro, Pará e São Paulo. Foram 34 mandados cumpridos e 07 pessoas presas. Abrangência: nacional.
Operação 404. fase 2	Deflagrada no dia 05/11/2020 pelo Ciberlab. Teve como objetivo reprimir crimes praticados contra a propriedade intelectual na internet. A ação envolveu as Polícias Cíveis de 10 Estados: Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e São Paulo, além de agências do Reino Unido e dos Estados Unidos. Foram cumpridos 25 mandados de busca e apreensão, bloqueio e/ou suspensão de 252 sites e 65 aplicativos de streaming ilegal de conteúdo, desindexação de conteúdo em mecanismo de busca e remoção de perfis e páginas em redes sociais, bem como resultou em 5 presos em flagrante. Abrangência: internacional.
Operação Luz na infância fase 7	Deflagrada no dia 06/11/2020 pelo Ciberlab. Teve como objetivo a identificação de autores de crimes de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes praticados na internet. Foram 137 mandados de busca e apreensão no Brasil e em mais 4 países (Argentina, Estados Unidos, Paraguai e Panamá) e 113 presos em flagrante. A ação contou com a participação da Polícia Civil de 10 Estados: Alagoas, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Abrangência: internacional.
Operação Smoke Route - Entrepasto	Deflagrada no dia 18/11/2020 com integrantes da força tarefa em Mossoró/RN junto à PF. Investigou atividades de organização criminosa voltadas à prática de contrabando de cigarros no Estado do Rio Grande do Norte. Foram cumpridos 4 mandados de busca e apreensão e 4 mandados de prisão preventiva, além de ter sido determinado o sequestro judicial de valores depositados em contas bancárias dos investigados. Status: entrega final e abrangência: estadual

Há ainda as Operações Integradas Apoiadas, que correspondem ao apoio específico em ações policiais às Forças de Segurança, especialmente estaduais. Dentre as várias ações de apoio realizadas no decorrer do ano de 2020, registram-se as seguintes:

- Apoio ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na remoção de páginas de sites, os quais continham anúncios de ofertas de produtos cuja comercialização é proibida, conforme Instrução Normativa nº 55, de 1º de dezembro de 2011.
- Apoio à Embaixada dos Estados Unidos na identificação em ambiente cibernético de usuário brasileiro no instagram, o qual realizou ameaças contra o Governo Americano.
- Apoio à Polícia Civil de Porto Alegre/RS na localização de foragido acusado de homicídio qualificado.
- Apoio à Polícia Civil do Paraná na identificação em ambiente cibernético de usuário no instagram, o qual realizou ameaças contra o Governador do Estado.
- Apoio à Polícia Civil de Cuiabá/MT na análise cibernética de dados do WhatsApp sobre investigação de chacina ocorrida em Cuiabá no mês de julho/2020
- Apoio à Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa -DHPP da Policia Civil de Alagoas na localização do acusado de homicídio qualificado encontrado na cidade de Girau de Ponciano/AL.
- Apoio à Polícia Civil do Mato Grosso na utilização do programa Autopsya para auxilio da coleta de materialidade na elucidação de crimes cibernéticos.
- Apoio à Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa da Polícia Civil do

Estado do Paraná na localização de foragido faccionado acusado de homicídio qualificado. O suspeito foi preso no dia 11/11/2020 na cidade de Sinop/MT.

- Apoio à Divisão de Inteligência e Captura - Dicap e Secretaria de Justiça e Cidadania de Roraima com fornecimento de dados. A ação culminou com o cumprimento de mandado de prisão preventiva em Boa Vista de um suspeito de participar na morte de radialista.
- Apoio à 9ª Delegacia Regional de Polícia de Santa Cruz/RN e Delegacia Especializada em Capturas e Polínter de Natal na captura de foragido da justiça condenado por tráfico de drogas. Foram apreendidos 01 (um) revólver calibre 38 e 06 (seis) munições do mesmo calibre.
- Apoio à Polícia Civil de São Paulo na identificação de usuário suspeito de pedofilia em ambiente cibernético.
- Apoio à Polícia Civil do Estado do Ceará na identificação de sites de leilões falsos, os quais fizeram diversas vítimas no referido estado.
- Apoio ao Departamento de Delitos Cibernéticos de Assunção Paraguai na identificação de usuário de perfil no Instagram investigado por Estelionato virtual.
- Apoio à Polícia Civil de Parnamirim/RN na captura, ocorrida no Parque das Nações, de membro de facção criminosa que estava foragido. Foram apreendidos 02 (dois) revólveres calibre 38 e 43 (quarenta e três) munições do mesmo calibre.
- Apoio à Policia Civil de Itariri/SP na localização de vítima desaparecida, a qual foi encontrada, com o auxílio da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso, na cidade de Cuiabá/MT.
- Apoio à Polícia Civil e Militar de Campo Redondo/RN em ação que resultou na prisão de suspeito de tráfico e apreensão de 01 (um) revólver calibre .38 e 06 (seis) munições do mesmo calibre.

PROJETO ESTRATÉGICO: PROJETO VIGIA

Principais inovações e melhorias implementadas

- Não identificado.

Principais inovações e melhorias a serem implementadas

- Aparelhamento das bases integradas do Programa Vigia com equipamentos optrônicos, com elevado grau de tecnologia embarcada, que irão aprimorar a fiscalização e o controle das regiões de fronteira e divisas. Os equipamentos deverão ser entregues no primeiro semestre de 2021.

Principais desafios enfrentados no exercício

- Dificuldade na celebração dos acordos de cooperação com os estados aderentes ao Programa Vigia.
- Dificuldade na publicação da portaria de institucionalização do Programa Vigia.

Principais desafios a serem enfrentados

- Atendimento às demandas de materiais, equipamentos e custeio das instituições integrantes do Programa Vigia por meio da cooperação e apoio da cadeia logística do Comando de Logística do Exército Brasileiro-COLOG.

Riscos

- Não aplicação do uso dos planejamentos estratégicos operacionais, de forma integradas entre os órgãos de segurança pública.
- Necessidade de adequação das metas a da disponibilidade orçamentária.

Perspectivas para o futuro

- Celebração de acordos de cooperação com entes federados, gerando empoderamento institucional para o Programa VIGIA.

OBJETIVO ESTRATÉGICO - PROMOVER O ACESSO À JUSTIÇA E PROTEGER OS DIREITOS DO CIDADÃO

A Constituição Federal de 1988 estabelece, dentre os direitos e garantias fundamentais previstos ao cidadão brasileiro no ordenamento jurídico, a garantia do acesso à justiça para todas as pessoas de modo amplo e irrestrito.

No intuito de disponibilizar o acesso à justiça para a sociedade e solucionar efetivamente seus problemas em um prazo razoável, o MJSP reputa como estratégico o estímulo à conciliação e à resolução de conflitos antes de sua judicialização, a fim de modernizar e aperfeiçoar o sistema de justiça e promover a cidadania.

Dentre as diversas ações de proteção de direitos desempenhadas pelo Ministério, destacam-se a preocupação com os estrangeiros no território nacional no objetivo de reduzir o tempo de análise e decisão para solicitações de naturalização, de reconhecimento da condição de refugiado e de autorização de residência para fins laborais e de investimento requeridas pelos diversos atores que compõem o contexto migratório nacional. A partir da implantação e do aperfeiçoamento de soluções e ferramentas estruturantes, a otimização na análise desses pedidos permite maior economia, celeridade e transparência ao processo, além de possibilitar a formulação mais adequada e eficiente de políticas de gestão relacionadas ao estrangeiro e à avaliação do impacto de sua implementação no desenvolvimento do País.



Objetivo Estratégico: Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão

Unidade	Indicador Estratégico	Meta Prevista	Meta Alcançada em 2020
SENAJUS	Processos de naturalização decididos	47% de processos de naturalização decididos	117,44%
SENAJUS	Percentual de obras analisadas	100% de obras analisadas	100%
SENAJUS	Solicitações de autorização de residência para fins laborais e de investimento decididas	Decidir 83% das solicitações de autorização de residência para fins laborais e de investimento	80%
SENAJUS	Processos de reconhecimento da condição de refugiado decididos	Decidir 30.000 processos	67.012
SENAJUS	Tempo médio de decisões de processos de naturalização	Decidir ou encaminhar em até 8 dias úteis processos de naturalização	3,29

Unidade	Projeto Estratégico
SENAJUS	Sistema para Processamento de Solicitações de Reconhecimento da Condição de Refugiado - SISCONARE
SENAJUS	Modernização e ampliação do escopo da Escola Nacional de Mediação e Conciliação - ENAM, para transformar-se na Escola Nacional de Prevenção e Solução de Conflitos - ENAPRES
SENAJUS	Tratamento do passivo e modernização do processo de naturalização
SENAJUS	Observatório de Políticas de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública - OBJUS

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO ESTRATÉGICO

Dentre os resultados alcançados no âmbito do objetivo estratégico “Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão”, destaca-se a atuação do MJSP que, por meio da Secretaria Nacional de Justiça - Senajus, buscou alcançar suas metas previstas no Planejamento Estratégico.

Em um ano de Pandemia ocasionada pelo Coronavírus, foi um desafio o alcance da meta pretendida de “Decidir 83% das solicitações de autorização de residência para fins laborais e de investimento”, cujo resultado atingido em 2020 foi de 80%, ou seja, quase a totalidade prevista.

Embora tenham sido impostas restrições à entrada de imigrantes no País e de serem suspensos os atos relacionados à publicação de decisões sobre as solicitações de autorização de residência (Portaria DEMIG nº 01, de 25 de março de 2020), os processos continuaram a ser analisados, sem prejudicar o fluxo de entrada das solicitações, mas os atos das decisões ficaram paralisados no período de março a julho de 2020. Cabe esclarecer que, uma solicitação está decidida quando a unidade responsável pela análise do pedido emite uma manifestação definitiva, com consequente publicação no Diário Oficial da União. Desse modo, após a revogação da portaria ocorrida em julho, houve a publicação dos atos decisórios, trazendo uma certa normalidade no cumprimento da meta prevista, e para o exercício de 2021, espera-se o pleno atingimento do índice.

Em 2020, foram concedidas 20.700 autorizações de residência para fins laborais e de investimento no País, destacando-se duas atividades principais: prestação de serviços de assistência técnica e transferência de tecnologia, que representa 31% do total de autorizações e a atividade marítima, com 6.670 autorizações (32,22%), indicando, para esta atividade, uma alta de

5% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Destaca-se, ainda que, enquanto o país passava por inúmeras restrições em decorrência da Pandemia da COVID-19, as autorizações de residência para fins laborais e de investimento continuavam sendo analisadas no âmbito da Senajus, 95% solicitações recebidas mensalmente.

No tocante à concessão de autorização de residência, as fundamentadas na Resolução Normativa nº 6, de 2017, que trata da concessão de autorização de residência para atuação como marítimo a bordo de embarcação ou plataforma de bandeira estrangeira, na Resolução Normativa nº 3, de 2017, que dispõe sobre a prestação de serviço de assistência técnica e na Resolução Normativa nº 11, de 2017, que disciplina a concessão para imigrante administrador, gerente, diretor ou executivo com poderes de gestão, para representar sociedade civil ou comercial, grupo ou conglomerado econômico representaram mais da metade (56%) das autorizações concedidas. Além disso, é importante enfatizar o percentual relacionado a nacionais das Filipinas que representam 35% das concessões fundamentadas na Resolução Normativa nº 6, de 2017.

Além disso, o Conselho Nacional de Imigração - CNIg, em 2020, decidiu um total de 1.474 pedidos de autorizações de residência, com base na Resolução Conjunta nº 1, de 2018, que dispõe sobre a concessão de autorização de residência, associada à questão laboral, à solicitante de reconhecimento da condição de refugiado junto ao Comitê Nacional para os Refugiados - Conare e na Resolução Normativa nº 23, de 2017, que disciplina os casos especiais para a concessão de autorização de residência associada às questões laborais e casos especiais não previstos expressamente no Decreto nº 9.199, de 2017.

No âmbito do Ministério, a Senajus é responsável pela publicação das decisões referente aos processos da sua área de competência e do CNIg; monitora e processa a perda e cancelamento de autorizações de residência laboral e de investimento, além de realizar as comunicações oficiais aos demais órgãos públicos que compõem o cenário migratório nacional. Nesse sentido, foram expedidos à Divisão de Controle Migratório do Ministério das Relações Exteriores, 413 ofícios comunicando as autorizações concedidas para fins de emissão de visto temporário. Ao final, as decisões proferidas pela Senajus, foram publicadas em 74 edições do Diário Oficial da União.

Em 2020, a Câmara Especializada do Conselho Nacional de Imigração, instituída pela Resolução Administrativa nº 3, publicada em 7 de outubro de 2019, teve como competências estabelecidas: a) levantar informações sobre as áreas estratégicas para desenvolvimento nacional; b) realizar diagnóstico sobre o déficit de competências profissionais no País; e c) apresentar proposta de simplificação dos procedimentos de concessão de visto temporário e de autorização de residência para fins de trabalho em áreas estratégicas para o País. Considerando que os trabalhos restaram prejudicados pela declaração de emergência em saúde pública, em decorrência da infecção humana pelo Coronavírus SARS-CoV-2, o objeto de estudo da Câmara foi readequado visando focar na delimitação das áreas estratégicas para o País.

Os resultados das pesquisas realizadas no âmbito da Câmara, na fase de levantamento dos estudos e legislações, identificaram áreas potencialmente estratégicas para o desenvolvimento nacional, não podendo ser consideradas exaustivas e carecendo de um aprofundamento metodológico e detalhado em 2021. Entre elas, pode-se citar: tecnologia da informação e comunicação, energia, infraestrutura, transporte e logística e educação.

No tocante às questões de imigração laboral, destaca-se o projeto Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra, instituído a partir de um termo de cooperação em 2013 entre o extinto Ministério do Trabalho - MTb, por meio do CNIg e a Universidade de Brasília - UnB. Com a extinção do MTb em janeiro

de 2019, o MJSP assumiu as competências do antigo Ministério referente à temática de migração laboral, incluindo o CNIg. Com isso o OBMigra passou a cooperar diretamente com o MJSP.

O OBMigra tem como meta desenvolver continuamente o conhecimento sobre as migrações internacionais no Brasil, mediante pesquisas quantitativas (análises estatísticas) e qualitativas com estudos teóricos e empíricos, e apontar estratégias para a inovação social de políticas públicas que objetivem as migrações internacionais no Brasil.

Para realizar essa tarefa propõe-se analisar progressivamente três cenários que afetam o Brasil:

I - A imigração internacional no Brasil na atualidade.

II - A emigração brasileira para outros países nas últimas décadas.

III - Os projetos migratórios de retorno dos emigrantes brasileiros pós-crise econômica mundial.

Os produtos elaborados pelo OBMigra foram apresentados no Webinário “Imigração e Refúgio no Brasil – Desafios para Políticas Migratórias, com transmissão via Youtube, no dia 17 de dezembro de 2020. No evento foram apresentados os seguintes produtos:

- Relatório Anual - Relatório temático com análises de dados sobre a imigração e o refúgio no Brasil, com textos que abordam tanto aspectos sociodemográficos, quanto socioeconômicos dos imigrantes no país. O texto também possui um capítulo sobre os impactos da pandemia de COVID-19 no registro e na empregabilidade dos imigrantes e solicitantes de refúgio no Brasil;
- Relatório da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS com dados sobre a inserção dos imigrantes qualificados no mercado formal de trabalho brasileiro; e

- **Refúgio em Números (5ª Edição)** - Publicação seriada do Conare, neste ano elaborada pelo OBMigra, sobre o fenômeno do refúgio no Brasil, com análises sociodemográficas sobre pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio no país. O documento conta com uma seção dedicada à empregabilidade dos solicitantes de refúgio e refugiados no país.

Ademais, durante o ano de 2020, o Conare analisou 67.012 processos, entre pedidos de determinação da condição de refugiado, extensões dos efeitos da condição de refugiado e demais decisões que não envolvem a análise de mérito. Tal número representa um aumento de 223% em relação à meta inicialmente proposta para o ano, de analisar 30.000 processos. Representa também a maior quantidade de processos resolvidos em um único ano, mostrando que medidas recentes, como aprimoramento de fluxos e atualizações normativas, vêm sendo bem-sucedidas em tornar a Administração Pública mais responsiva ao público-alvo da política pública.

Ainda na esfera do Objetivo Estratégico de Promover o Acesso à Justiça e Proteger os Direitos do Cidadão, cumpre destacar a entrega do Fluxo Geral da Escuta Especializada e do Depoimento Especial no Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, no âmbito do Pacto Nacional pela Implementação da Lei nº 13.432, de 4 de abril de 2017 (“Pacto pela Escuta Protegida”), assim como a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre Senajus/MJSP e a Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp/MJSP, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, Universidade Federal do Ceará - UFC e Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, para o desenvolvimento de pesquisa e diagnóstico quanto aos impactos e à extensão de atuação de “grupos reflexivos de homens” e “cursos de conscientização em gênero e violência doméstica e familiar contra a mulher”, nas dimensões criminal, socioeconômica, familiar e de exercício da cidadania – entrega inserida no âmbito do Pacto pela Implementação de Políticas Públicas de Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres (“Pacto pelas Mulheres”).

Destaca-se ainda a atuação do Ministério, por meio da Senajus, na gestão da qualificação de entidades como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, que teve como principais resultados em 2020, os seguintes números:

- 78 entidades devidamente qualificadas como OSCIP;
- 290 certidões de regularidade de qualificação como OSCIP expedidas; e
- 61 entidades tiveram declarada a perda de sua qualificação como OSCIP após processo de gestão e acompanhamento.

Com o objetivo de proteger crianças e adolescentes de possíveis danos causados pela exposição a conteúdos inadequados para suas faixas etárias, seja na TV, no cinema ou nos jogos eletrônicos o MJSP, no âmbito de sua competência de exercer a classificação indicativa, de acordo com normas da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, conseguiu cumprir sua meta prevista para o ano de 2020 em analisar 100% das obras encaminhadas para exame do Ministério, apresentando os seguintes resultados:

TOTAL DE OBRAS ANALISADAS

100%

1571
OBRAS ANALISADAS

 Processos inscritos a pedido
ou de ofício

8010
OBRAS ANALISADAS

Aplicativos pelo sistema IARC


6370
RELATÓRIOS

de classificação indicativa

Ainda em 2020, foram recebidos pelo MJSP cerca de 137 (cento e trinta e sete) processos administrativos, tendo sido analisados cerca de 90 (noventa) processos de provimento e vacância de cargos cuja competência para nomeação incumbe ao Presidente da República, a exemplo de ministros de tribunais superiores, desembargadores e juízes de tribunais regionais e conselheiros do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP. Os referidos processos visam concretizar a articulação entre os Poderes da República, observando o princípio constitucional da separação de funções estatais, nos exatos contornos delineados pela Constituição da República. Na execução da tarefa, o MJSP, por meio da Senajus, tem sua atuação pautada pelas diretrizes e modelo ético estabelecidos pela Instituição, visando conferir transparência, eficiência e segurança das suas atividades.

Seguindo esse modelo, buscou-se otimizar as ações do setor por meio de melhorias nos procedimentos adotados para entrega dos seus produtos, como o aperfeiçoamento da interlocução institucional e a utilização de ferramentas administrativas disponibilizadas pela Instituição. Assim, a Senajus tem desenvolvido suas atribuições regimentais de forma adequada, e tem buscado, por meio de medidas gerenciais, tornar mais eficientes as atividades que lhe são submetidas.

PRINCIPAIS RESULTADOS DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS EM 2020**Projeto Estratégico: Sistema para Processamento de Solicitações de Reconhecimento da Condição de Refugiado – SISCONARE**

O projeto estratégico Sisconare tem por objetivo possibilitar que todas as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, no Brasil, sejam processadas por meio de sistema, permitindo maior celeridade no processamento dessas solicitações. Ademais, entende-se que a utilização de uma mesma plataforma por todos os agentes governamentais envolvidos permitirá ganhos em termos de eficiência e de segurança da informação.

O sistema também visa a melhoria do serviço prestado ao público-alvo em dois aspectos principais: facilitar na comunicação com a Administração Pública, em consonância com o processo de desburocratização que vem ocorrendo no serviço público ao longo dos anos, e permitir que o solicitante acompanhe remotamente a evolução do seu pedido, promovendo-se, assim, maior transparência ao processo.

O principal resultado alcançado nesse projeto foi a implantação da funcionalidade de renovação de protocolo de refúgio (com e sem correção de dados). Também foi desenvolvido o primeiro serviço de integração com o Sistema SISMIGRA, da Polícia Federal, para solicitação da emissão do Documento Provisório de Registro Nacional Migratório - DPRNM.

Resultados não alcançados

Para o ano de 2020, estavam previstas outras entregas que não foram possíveis de serem implementadas devido a atrasos no desenvolvimento do sistema. Nesse sentido, algumas entregas que deviam ter sido finalizadas, estão agora previstas para 2021, entre elas estão:

- Término da funcionalidade de reuniões do Conare, que permitirá o julgamento dos processos dentro do próprio sistema.
- Funcionalidade de recurso.
- Integrações com o Sistema SISMIGRA, da Polícia Federal, para intercâmbio de informações de registro de refugiados e solicitantes.

Cabe ressaltar que, no final de 2020, foi contratada uma nova empresa e o projeto encontra-se em fase de migração para a nova fábrica de TI.

PROJETO ESTRATÉGICO: Sistema para Processamento de Solicitações de Reconhecimento da Condição de Refugiado – SISCONARE**Principais inovações e melhorias implementadas**

- Implantação da funcionalidade de renovação de protocolo de refúgio.
- Desenvolvimento do primeiro serviço de integração com o Sistema SISMIGRA, da Polícia Federal.

Principais inovações e melhorias a serem implementadas

- Implementação da funcionalidade de Plenária – que permitirá o julgamento dos processos dentro do próprio sistema.
- Implementação da funcionalidade de emissão de certidões – que automatizará a emissão de certidões de status migratório para refugiados e solicitantes de refúgio
- Integrações com o sistema SISMIGRA, para intercâmbio de informações de registro de refugiados e solicitantes de refúgio.

Principais desafios enfrentados no exercício

- Entrega total das novas funcionalidades do Sistema.

Principais desafios a serem enfrentados

- Entrega total de todas funcionalidades no próximo exercício de forma consistente e com qualidade.

Riscos

- Não utilização total do sistema, prejudicando a garantia de melhores resultados para política e as entregas de serviço público à sociedade, de forma consistente, com qualidade e segurança das informações.

Perspectivas para o futuro

- Espera-se que o Projeto Estratégico Sisconare consiga avançar em seu desenvolvimento com a chegada da nova empresa de TI, de forma consistente, assegurada a qualidade e a segurança das informações.

Projeto Estratégico: Modernização e ampliação do escopo da Escola Nacional de Mediação e Conciliação - ENAM, para transformar-se na Escola Nacional de Prevenção e Solução de Conflitos – ENAPRES

O projeto estratégico tem por objetivo reestruturar a Escola Nacional de Prevenção e Solução de Conflitos - ENAPRES, devido à considerável ampliação de abordagens de prevenção e de soluções de conflitos que conferem maior efetividade ao amplo sistema da justiça brasileira e moderniza o acesso à justiça, por meio de: a) ampliação das competências; b) disseminação dos novos métodos de prevenção e solução de conflitos; e c) adição de públicos alvo.

Nesse sentido, a Enapres vem progredindo através do “Projeto Acordando na Escola”, cujo principal pilar é a ampliação do acesso à justiça, que requer ações destinadas à disseminação dos métodos de prevenção e solução de conflitos e tem por objetivo a realização de encontros, palestras e outros eventos, destinados à criação de ambiente propício ao intercâmbio de conhecimentos e experiências acerca de métodos de prevenção e solução de conflitos.

Tal Projeto foi idealizado em 2019 e contou com três eventos presenciais no ano de 2019 e dois webinários no ano de 2020. O primeiro webinário, ocorreu em agosto de 2020, com o lançamento do livro "Curso de Formação de Instrutores - Negociação, Mediação e Conciliação" e o segundo, em setembro de 2020, teve como tema "O Gerenciamento de Casos sob a Ótica do Acesso à Justiça".

Além desses webinários, a Enapres realizou, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, a seleção de um consultor para realização de estudos, pesquisas, análises e diagnóstico de definição do público-alvo, identificação de órgãos, entidades e a quantidade potencial de alunos e pessoas a serem alcançadas pelas vindouras ações educacionais da Enapres, incluindo, ainda, a sugestão do consultor sobre cursos a serem oferecidos, com seus respectivos conteúdos e modalidades.

Com a disseminação dos métodos de prevenção e solução de conflitos, pretende-se que seja assegurado aos cidadãos um amplo cardápio de processos ou métodos, que possa ser acessado por todos para a realização da escolha do mais adequado método para sanar diferentes tipos de situações conflituosas em seu contexto.

Hoje se percebe o acesso à justiça como um sistema que efetivamente assegure a satisfação aos indivíduos, apto a garantir que as pessoas possam apresentar ou reivindicar seus direitos e/ou resolver seus conflitos e que deve ser igualmente acessível a todos, além de produzir, em tempo razoável e menores custos, os resultados que sejam individual e socialmente justos.

PROJETO ESTRATÉGICO: Modernização e ampliação do escopo da Escola Nacional de Mediação e Conciliação - ENAM, para transformar-se na Escola Nacional de Prevenção e Solução de Conflitos – ENAPRES**Principais inovações e melhorias implementadas**

- Webnário

Principais inovações e melhorias a serem implementadas

- Desenvolvimento de plataforma on line própria para oferta de cursos em modalidade de educação a distância (EAD) na área de prevenção e solução de conflitos.
- Produção de conteúdos para cursos e capacitações na área de prevenção e solução de conflitos.
- Instituição de “Câmara de Prevenção e Solução de Conflitos” no âmbito do MJSP.
- Concurso de Melhores Práticas sobre Prevenção e Solução de Conflitos.
- Seleção de mais servidores do MJSP, interessados e comprometidos no trabalho desenvolvido pela ENAPRES.
- Realização de cursos de capacitação de multiplicadores e formação dos demais operadores do sistema.
- Realização de concursos de seleção de melhores práticas, que visem incentivar a adoção das práticas autocompositivas e adversariais.
- Realização de conferências, encontros e outros eventos que possibilitem a divulgação, a agregação de conhecimento e a troca de experiências nacionais e internacionais.
- Realização de eventos e ações direcionadas à divulgação dos diversos métodos disponibilizados à escolha das pessoas físicas e jurídicas, para melhor atendimento das suas necessidades.
- Publicação e divulgação de obras sobre o tema.
- Criação de banco de dados junto ao MJSP, por meio da ENAPRES, de profissionais capacitados.
- Atuar como Escola de Governo na aplicação e efetividade da Resolução CNE/CES 5/18 (MEC).
- Realização de pesquisas de diagnóstico de atuação direcionada à demanda.

Principais desafios enfrentados no exercício	Principais desafios a serem enfrentados
- Dificuldade para realização de encontros e articulação de projetos e ações devido a Pandemia do COVID-19. - Trocas de gestão sem o repasse de conhecimento acumulado. - Reduzido número de servidores para atender as demandas crescentes da ENAPRES.	- Expansão e manutenção das atividades referentes ao projeto. - Promover o engajamento de stakeholders (partes interessadas) quanto às parcerias firmadas, no que diz respeito ao cumprimento de responsabilidades pactuadas em Acordos de Cooperação Técnica.
Riscos	Perspectivas para o futuro
- Execução de serviço com qualidade aquém daquela pactuada previamente com a empresa a ser contratada para desenvolver e disponibilizar a plataforma on line, apesar de supervisão. - Elaboração dos cursos com qualidade aquém do esperado e previamente pactuado com os consultores contratados para produção de conteúdos, apesar de supervisão.	Ampliar a presença da Enapres enquanto Escola de Governo, expandindo a quantidade e qualidade de sua atuação no fomento e disseminação de métodos de prevenção e solução de conflitos.

Projeto Estratégico: Tratamento do passivo e modernização do processo de naturalização

No início de 2019, conforme a série histórica, no âmbito do MJSP, o tempo médio da primeira avaliação de um pedido de naturalização ultrapassava 500 (quinhentos) dias, contados da data de protocolo nesta Pasta. Tal demora, além da insatisfação pela deficiência na prestação do serviço, originava inúmeras demandas judiciais. Por conseguinte, os requerentes levavam mais de dois anos para obter a cidadania brasileira.

O contexto desfavorável e o sistema de análise demandavam mudanças urgentes, compatíveis com o tempo razoável do processo e com a prestação eficiente do serviço público. As soluções implantadas envolveram a

descentralização de decisões por meio de portaria de subdelegação, o compartilhamento dos sistemas e bancos de dados de imigração e o redimensionamento da mão de obra, notadamente com remoções e implementação de mutirão (com servidores do Demig/Senajus e da Polícia Federal), o gerenciamento de prazos com utilização de sistemas, inclusive ferramentas de Business Intelligence-BI, a utilização prioritária de notificações eletrônicas e o lançamento, em outubro de 2019, do sistema Naturalizar-se na plataforma GOV.BR do Brasil Cidadão.

Em todo o ano de 2018 foram analisados 1.983 processos. O mutirão para análise de processos de naturalização pendentes foi iniciado em julho de 2019 e, naquele ano, contabilizou mais de 10.000 processos decididos. A média histórica de análises aumentou de 171 processos por mês para mais de 1.900

processos mensais, no segundo semestre de 2019.

A meta foi atingida ao longo do mês de novembro de 2019, com prazo de processamento de novos processos inferiores a cinco dias, e vem sendo mantida no âmbito do Demig ao longo de 2020, sendo a série histórica dos processos analisados por ano, a seguinte: 2015: 1.515; 2016: 3.083; 2017: 1.769; 2018: 1.983; 2019: 10.332; 2020: 4.844.

O Sistema Naturalizar-se passou a ser, a partir de 3 de novembro de 2020, o meio exclusivo de recebimento dos pedidos de naturalização, expandido a todas as unidades da Polícia Federal, tornando os procedimentos mais ágeis e simplificados. No dia 17 do mesmo mês, foi editada a Portaria MJSP nº 623, que, dentre outros temas atinentes à nacionalidade, atualizou os procedimentos sobre naturalização. O sistema, junto das outras medidas adotadas para eliminação do passivo de solicitações e redução do tempo de análise dos pedidos, contribui fortemente para o plano de desburocratização do Governo Federal.

A implementação do Naturalizar-se representa um grande avanço na modernização do processamento dos pedidos de naturalização, possibilitando o uso da mesma plataforma digital por todos os agentes governamentais envolvidos, além do próprio requerente. A solução tecnológica permite maior celeridade na tramitação, eficiência nas comunicações e segurança da informação, além de facilitar a integração com outros bancos de dados.

O requerente inicia o procedimento por meio 100% digital, sendo necessária sua presença na Polícia Federal, uma única vez, após agendamento, para coleta biométrica e conferência dos originais. Esse novo fluxo evita idas desnecessárias à repartição pública, contribuindo com a gestão do atendimento presencial, mais rápido e eficiente.

A Unidade da PF, responsável pelo recebimento do processo, é definida automaticamente pelo Sistema, a partir do endereço informado pelo

requerente. Essa unidade fará a análise preliminar do pedido, podendo eventualmente solicitar a complementação da instrução processual. Todas as comunicações e notificações são feitas pela plataforma, unificando os canais e simplificando o serviço. Após a instrução da PF, o processo é remetido eletronicamente à Divisão de Nacionalidade e Naturalização do MJSP, para decisão. Os processos iniciados antes da implementação da nova plataforma continuarão sua tramitação normalmente, sem necessidade de migração para o novo sistema, tendo em vista a economia processual.

Assim, com a implementação do sistema Naturalizar-se e a superação do passivo, todas as tarefas previstas para o projeto foram satisfatoriamente concluídas. Entretanto, considerando uma perspectiva de melhoria contínua, o sistema continuará em processo de desenvolvimento para implementação de novas versões atualizadas e, além disso, continuarão sendo feitas ações de capacitação para aperfeiçoamento dos processos e do pessoal.

Projeto Estratégico: Observatório de Políticas de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública - OBJUS

O projeto estratégico OBJUS tem por objetivo a construção de bases de informação acessíveis e atuais, que permitam a avaliação sobre as condições de acesso à justiça no Brasil, suficientes para a promoção de políticas públicas e o desenvolvimento permanente e contínuo de um estado de não litigância e pacificação social, independente da ação do Poder Judiciário.

Acredita-se que, na construção do OBJUS, serão aproveitadas as melhores experiências internacionais, inclusive, a utilizada para desenvolver os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Organização das Nações Unidas - ONU, a partir do que deve ser desenhado.

No ano de 2020, iniciou-se o trabalho de gerenciamento do Projeto de Cooperação Técnica Internacional junto à UNESCO que pretende mapear,

extrair e consolidar dados e informações relativos a políticas de justiça no Brasil, possibilitando a produção de conhecimento e favorecendo a replicação de boas práticas, bem como formulação inovadoras de políticas públicas mais eficientes, eficazes e efetivas.

PROJETO ESTRATÉGICO: Observatório de Políticas de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública - OBJUS	
Principais inovações e melhorias implementadas	Principais inovações e melhorias a serem implementadas
Não identificado.	Construção efetiva do Observatório.
Principais desafios enfrentados no exercício	Principais desafios a serem enfrentados
- Mudanças de gestão em nível gerencial sem a devida transferência de conhecimento. - Articulação com atores governamentais e não-governamentais em período pandêmico (COVID-19).	- Implementação de novo sistema informatizado e as curvas de aprendizado inerentes. - Gestão orçamentária em cenário de execução de 70% até julho de 2021.
Riscos	Perspectivas para o futuro
- Mudança de gestão em nível gerencial. - Alta complexidade na implementação do pretendido novo sistema informatizado. - Articulações entre atores importantes aos processos e projetos prioritários. - Inexistência de priorização de pautas, processos e projetos frente ao excesso de demandas externas.	- Desenvolvimento de modelos de implementação e gestão de observatórios locais e regionais de políticas de justiça. - Fomento à criação de observatórios locais e regionais de políticas de justiça. - Formatação de rede de observatórios locais e regionais de políticas de justiça. - Implementação do Observatório Nacional de Políticas de Justiça.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO - APERFEIÇOAR A COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA E A INTEGRAÇÃO DOS
ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Como uma das formas de reduzir a violência, o MJSP tem defendido a integração das forças policiais e ressaltado a importância do Governo Federal ter iniciativas referentes ao combate à criminalidade e à violência urbana.

Nesse sentido, o MJSP busca o aperfeiçoamento constante da coordenação estratégica e a articulação e a integração dos órgãos de segurança pública, sendo essa a essência do trabalho desenvolvido por meio da valorização profissional, da capacitação dos recursos humanos e da atuação conjunta com os demais entes federativos.

Destacam-se, ainda, a criação e a utilização de sistemas e de redes para integrar os mais diversos órgãos de segurança pública, no intuito de facilitar a troca de informações e a disponibilização da tecnologia necessária ao desempenho de atividades de inteligência. Além disso, o Ministério tem se empenhado em estabelecer novas formas de gestão, que precisam ser desenvolvidas e regulamentadas, não apenas em âmbito federal, mas também estadual, distrital e municipal, sendo necessária a elaboração de parâmetros que garantam a equidade de condições aos entes federativos a fim de que possam desenvolver políticas de segurança pública mais eficientes e eficazes.

Outro foco de atuação é a implementação de nova infraestrutura de radiocomunicação digital, com a finalidade de melhorar o aporte de recursos em segurança pública, que além de buscar o saneamento das dificuldades encontradas no serviço de comunicação analógica, pretende oferecer características técnicas para aumentar a capacidade de tráfego e modernizar as formas de atendimento e de atuação das forças de segurança, implicando no aumento da eficiência no atendimento de ocorrências, da segurança da comunicação e principalmente da integração de ações dos órgãos de segurança pública.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

APERFEIÇOAR A COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA E A INTEGRAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

CADEIAS VINCULADAS AO OBJETIVO ESTRATÉGICO

GESTÃO DA POLÍTICA INTEGRADA DE
SEGURANÇA PÚBLICA

APERFEIÇOAR A COORDENAÇÃO
ESTRATÉGICA E A INTEGRAÇÃO DOS
ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

ENTREGAS PARA A SOCIEDADE



PROTEÇÃO E SEGURANÇA DA
SOCIEDADE

CUSTO TOTAL DAS ENTREGAS À SOCIEDADE

R\$ 7.633.202.654,44



Proteção e Segurança da Sociedade

Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública

Unidade	Indicador Estratégico	Meta Prevista	Meta Alcançada em 2020
SENASP	Quantidade de normas técnicas publicadas de equipamentos de segurança com padrões mínimos de qualidade e desempenho	2 normas técnicas publicadas	2
SEOPI	Quantidade de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública implantados	Implantar 2 centros regionais até 2023	0
SEOPI	Percentual de Agências de Inteligência de Segurança Pública - AISP's integradas à Rede de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública	Integrar 100% das AISP's do país à Rede até 2023	70%

Unidade	Projeto Estratégico
GM	Projeto piloto para instituição da comissão compartilhada de compras internacionais em segurança pública
SEGEN	ComprasSUSP - Estratégia de Compra Nacional do Sistema Único de Segurança Pública
SENASP	Pró-Segurança
SENASP	Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública - Pró-Vida
SENASP	SINESP big data e inteligência artificial
SEOPI	Rede de Centros Integrados de Inteligência

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO ESTRATÉGICO

No âmbito do objetivo estratégico de “Aperfeiçoar a Coordenação Estratégica e a Integração dos Órgãos de Segurança Pública”, destaca-se a atuação da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública – Segen/MJSP que, por meio do ComprasSUSP, projeto estratégico que visa a realização de aquisições na área de segurança pública de forma conjunta e em grande escala, preferencialmente por sistema de registro de preços, melhorando a qualidade dos equipamentos adquiridos, reduzindo custos de contratações e evitando desperdício de tempo e de recursos públicos.

Por meio da Portaria MJSP nº 669, de 15 de dezembro de 2020, o Ministério Instituiu o Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública – ComprasSusp, com finalidade precípua de realizar compras e

aquisições de bens e serviços, de forma mais eficiente, em benefício das instituições e órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública – Susp.

No ano de 2020, foram publicadas várias atas de registros de preços e concluídos 46 processos de aquisição no âmbito do ComprasSUSP. Com essa ação, a Pasta trabalha para apoiar os entes federados na execução mais célere e econômica dos recursos destinados à segurança pública. Cabe ressaltar que, a instituição e a operação do ComprasSusp não implicam em quaisquer embaraços à autonomia de realização de compras e aquisições da competência das instituições e órgãos integrantes do Susp.

Com o intuito de estabelecer padrões mínimos de qualidade e de desempenho

de equipamentos de segurança pública, o Ministério, por meio do projeto estratégico Pró-Segurança, conseguiu atingir sua meta prevista para 2020 de publicar 2 Normas Técnicas de equipamentos de segurança com padrões mínimos de qualidade e desempenho (Norma Técnica SENASP nº 001/2020, por meio da Portaria SENASP nº 130, de 15 de abril de 2020 e Norma Técnica SENASP nº 002/2020, por meio da Portaria SENASP nº 197 de 23 de novembro de 2020).

Destaca-se ainda a atuação do MJSP, por meio da Seopi, na implantação dos Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública. Em que pese os desafios enfrentados pela área para dar andamento ao cronograma estabelecido para o projeto em meio à pandemia ocasionada pela COVID-19, o Ministério apresentou resultados importantes no âmbito da integração da comunidade de inteligência no país, da ampliação da produção de Infográficos e de **Business Intelligence/** Geointeligência de temas de interesse da segurança pública, das melhorias realizadas nos CIISPR, com a instalação de laboratórios de análise de vínculos e do fortalecimento das Agências de Inteligência de Segurança Pública. No entanto, por causa das medidas sanitárias implementadas para o enfrentamento à COVID-19, não foi possível realizar a inauguração do Centro Integrado de Inteligência Regional Centro-Oeste - CIISPR-CO, como estava previsto para o período.

Quanto à meta de integração das Agências de Inteligência de Segurança Pública - AISPs à Rede de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública, o ano de 2020, fechou com um percentual de 70% de conclusão.

PRINCIPAIS RESULTADOS DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS EM 2020

Projeto Estratégico: ComprasSUSP - Estratégia de Compra Nacional do Sistema Único de Segurança Pública

O projeto estratégico ComprasSUSP tem por objetivo estruturar uma estratégia de compras na área de segurança pública para o desenvolvimento, a proposição e a implementação de modelos, de mecanismos, de processos e de procedimentos para aquisição, contratação, alienação e gestão centralizadas de bens e serviços de uso em comum pelos órgãos e pelas entidades da área de segurança pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

No ano de 2020, o projeto apresentou os seguintes resultados:

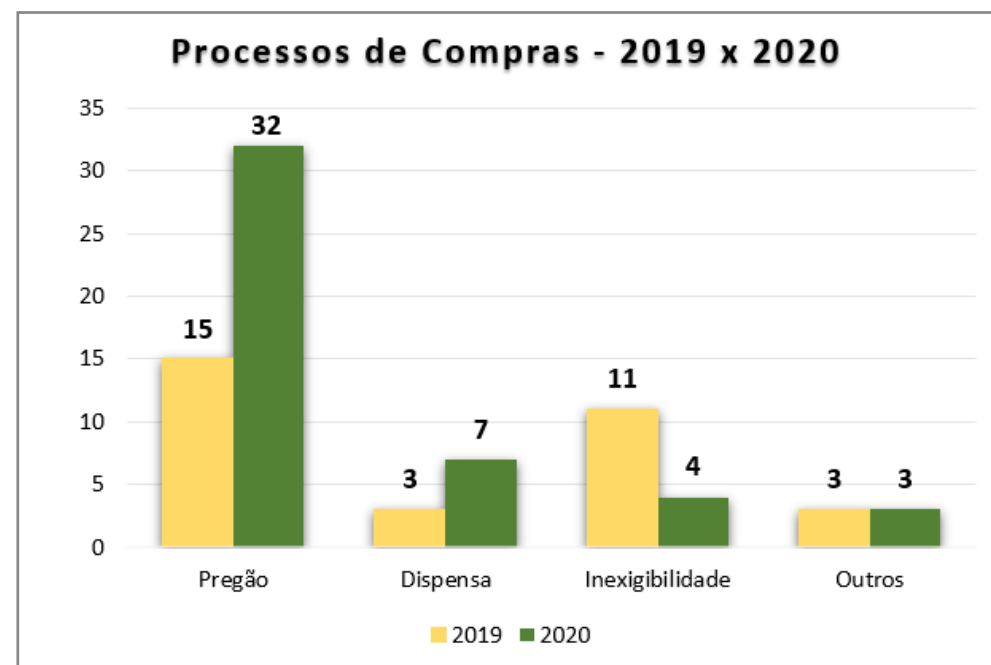
- Publicação da Portaria MJSP nº 669 de 15 de dezembro de 2020, que instituiu o Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública – ComprasSusp.
- Conclusão de 46 processos de aquisição, sendo:

PROCESSOS DE AQUISIÇÃO CONCLUÍDOS PELO COMPRASSUSP

TIPO	QUANTIDADE
Inexigibilidade	4
Dispensas	7
Concorrência	1
Participações em SRP	2
Pregões eletrônicos	32
Atas de Registro de Preços acessíveis aos integrantes do SUSP	52

- As contratações realizadas ou empenhadas para contratação totalizam um investimento em segurança pública de aproximadamente R\$ 458,46 milhões.
- A abrangência das Atas, seja por intermédio de participação ou adesão, alcançou as Secretarias SENASP e SEOPI, além de vários estados integrantes do SUSP.
- Dentre os avanços na busca da modernização de equipamentos e tecnologias previstas no programa ComprasSusp, ressalta-se a Ata de Registro de Preço da Pistola Beretta APX full size 9x19mm 17 + 1, com potencial de execução de até R\$ 1,2 bilhões.
- Otimização dos processos de contratação, racionalização da aplicação dos recursos públicos, tornando-os céleres, efetivos e econômicos, e por consequência, liberando recursos humanos das áreas finalísticas, Senasp, Segen e estados para a atividade fim de Segurança Pública.

Ressalta-se que, em comparação com o ano de 2019, a quantidade de processos de compras concluídos evoluiu em 43,75%, com um acréscimo de 32 (2019) para 46 (2020). Adiciona-se que houve um aumento de 46,67% de pregões e redução de 21,43% nas dispensas e inexigibilidades de licitação, conforme evidencia o gráfico abaixo:



Fonte: MJSP

Na perspectiva de valores contratados ou empenhados para contratações, o ano de 2020 fechou com aumento de 233%, saindo de aproximadamente R\$ 137,58 milhões em 2019, para cerca de R\$ 458,46 milhões em 2020.

A quantidade de Atas de Registro de Preços e de novos Contratos do exercício de 2020 em relação a 2019 aumentou, respectivamente, 271,43% (de 14 para 52) e 60,00% (de 65 para 104).

PROJETO ESTRATÉGICO: ComprasSUSP - Estratégia de Compra Nacional do Sistema Único de Segurança Pública**Principais inovações e melhorias implementadas**

- Instituição de reuniões mensais para tratar das demandantes de contratações, no intuito de monitorar a execução orçamentária, bem como o andamento dos processos de contratação.
- Instituição de reuniões para consolidação do PAC, na busca de unificar as aquisições racionalizando os processos de aquisições no âmbito das secretarias SENASP e SEOPI.
- Criação de uma metodologia de priorização das aquisições.
- Pactuação dos cronogramas de aquisições entre as demandantes e a SEGEN.
- Aumento da capacidade de contratação.
- Aumento no número de Atas de Registro de Preço disponíveis para participação ou adesão.

Principais inovações e melhorias a serem implementadas

- Implementação de solução de TI para gerir o ciclo completo de aquisição de bens e contratação de serviços no âmbito do Programa CompraSusp.

Principais desafios enfrentados no exercício

- Alteração dos fluxos de trabalho com a criação da Segen.
- Mudança da cultura das contratações.
- Convocação de Pregoeiros e mobilizados para atuarem no âmbito da SEGEN.
- Instituição do Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública – ComprasSusp.

Principais desafios a serem enfrentados

- Criação de modelos de compras e contratações;
- Definição de um fluxo de compras e contratação de serviços que atenda a todas as esferas do governo de forma sustentável, com eficiência administrativa e economicidade.
- Realização do diagnóstico da demanda (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).
- Criação da Estratégia unificada de Compras na área de segurança pública;
- Atas de Registro de Preço Nacionais.
- Definição de Kits de equipamentos, armamentos e veículos para segurança pública; e
- Desenvolvimento de plataforma digital para aquisição de equipamentos e contratação de serviços afetos aos órgãos de segurança pública.

Riscos	Perspectivas para o futuro
- Atraso na especificação técnica dos itens a serem adquiridos. - Número de servidores na função de pregoeiro insuficiente para atender a demanda. - Dificuldade de comunicação com os participantes. - Distanciamento entre quem compra e quem participa. - Não priorização do projeto frente a outras iniciativas. - Atraso na definição de competências das unidades administrativas responsáveis pelas aquisições. - Atraso na instituição de comitê para auxiliar a Alta Administração em decisões relativas às aquisições. - Resistência à mudança do modelo de compra pelos entes federados. - Não execução em sua plenitude do orçamento previsto para o exercício 2021.	- Estruturar uma estratégia de compras na área de segurança pública para o desenvolvimento, a proposição e a implementação de modelos, de mecanismos, de processos e de procedimentos para aquisição, contratação, alienação e gestão centralizadas de bens e serviços de uso em comum pelos órgãos e pelas entidades da área de segurança pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. - Atender as demandas estratégicas das instituições de segurança pública, por meio do planejamento de compra centralizada, especialmente sobre a padronização e estimativa de quantitativos a serem adquiridos, com o intuito de firmar um instrumento contendo a garantia de preços e qualidade para os itens a serem contratados pelos integrantes do SUSP. - Tornar o processo de aquisição, com a implementação de solução de TI, mais ágil e de fácil controle, alcançando com isso grande parte dos objetivos traçados.

Projeto Estratégico: Pró-Segurança

O projeto estratégico Pró-Segurança tem por objetivo estabelecer padrões mínimos de qualidade e de desempenho de equipamentos de segurança pública, de modo a permitir a certificação desses produtos, contemplando ensaios de acordo com requisitos técnicos, para garantir a segurança, a qualidade e a confiabilidade dos produtos utilizados pelos profissionais da área. Esses padrões estarão estabelecidos em normas técnicas que subsidiarão as aquisições públicas, levando em consideração as peculiaridades de cada região geográfica e especialização operacional. Esse trabalho irá: fortalecer a coordenação, a cooperação e a colaboração dos órgãos e de instituições de segurança pública; reduzir a burocracia nas aquisições públicas; e fomentar a pesquisa e o diagnóstico em segurança pública.

Nesse sentido, no ano de 2020, o Ministério, por meio do projeto Pró-Segurança, publicou duas normas técnicas:

- Portaria SENASP nº 130, de 15 de abril de 2020, foi publicada a Norma Técnica SENASP nº 001/2020 - Pistolas calibre 9 x 19mm e .40 S&W.
- Portaria SENASP nº 197 de 23 de novembro de 2020, foi publicada a Norma Técnica SENASP nº 002/2020 - Armas Eletroeletrônicas de Incapacitação Neuromuscular (AINM), sendo esta a primeira do gênero no mundo.

Tais normas técnicas passaram por todas as fases tidas como prerrogativa de um fórum normatizador, como Audiência Pública (com transmissão ao vivo pelo Facebook e YouTube, com mais de 1.600 visualizações) e Consulta Pública de 30 dias, para que sua construção fosse participativa, democrática e transparente, contando com a participação de profissionais de segurança

pública de todo o Brasil, cidadãos comuns, profissionais do setor industrial, importadores e entidades representativas.

Foi realizado também o chamamento público, através do Edital nº 3/2020, que se refere ao fomento quanto ao aparelhamento e à capacitação de laboratórios de órgãos de segurança pública ou públicos especializados que já realizam ensaios em equipamentos de segurança pública, através do estabelecimento de convênios para aferir a adequação do conteúdo das Normas Técnicas - Senasp, recém elaboradas através dos ensaios em seus escopos, somando a isso, o subsídio à acreditação desses laboratórios com consultoria especializada, sendo possível fomentar o reconhecimento internacional dos resultados dos ensaios realizados nesses laboratórios brasileiros com foco em equipamentos de segurança pública, contribuindo para o desenvolvimento e acurácia científica, bem como no acesso de

produtos com conformidade avaliada aqui comercializados em mercados mais exigentes. Foram contemplados dois projetos de órgãos de segurança pública, com o aporte por convênios no total de R\$ 902.923,41.

Outra meta atingida foi o PROCAD Segurança Pública e Ciências Forenses, ação do pilar de tecnologia do Pró-Segurança, publicado através do Edital nº16/2020, para o qual foram recebidos 156 projetos de pesquisa na maioria das linhas temáticas propostas com ênfase em tecnologia aplicada, sendo habilitados 129 projetos e contemplados o total de 23. O aporte foi através de Termo de Execução Descentralizada - TED, no valor de R\$ 6.000.000,00, em quatro parcelas de R\$1.500.000,00 anuais, que disporá de fomento para bolsas de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

PROJETO ESTRATÉGICO: PRÓ-SEGURANÇA

Principais inovações e melhorias implementadas	Principais inovações e melhorias a serem implementadas
Realização de ata de registro de preços de serviços de Ensaio Iniciais de Viaturas no escopo do Projeto de Norma Técnica Senasp de Veículos Leves para aplicação em segurança pública, tendo como objetivo avaliar, dentro dos critérios e requisitos estabelecidos, as viaturas já empregadas em órgãos de segurança pública e de veículos de montadoras, de forma voluntária, que possam vir a ser candidatos em processos aquisitivos, nos moldes do que já ocorre há mais de 50 anos com a Michigan State Police (Police Vehicle Evaluation) e o Los Angeles County Sheriff's Department, os quais conciliam as demandas dos órgãos policiais com o desenvolvimento de soluções junto às montadoras	Realização de ensaios em oito veículos para aferir a adequação do conteúdo do Projeto de NT-Senasp, avaliando a atual situação de desempenho, segurança e ergonomia de veículos já aplicados em segurança pública, calibrando eventuais parâmetros da futura NT-Senasp e para demonstrar às montadoras, com critério e metodologia, as reais necessidades de adequação de seus produtos para a aplicação policial.
Principais desafios enfrentados no exercício	Principais desafios a serem enfrentados
Diminuição do ritmo de andamento dos trabalhos devido à pandemia.	- Manter o ritmo de produção, considerando que o quadro de pessoal da Senasp é composto na maioria por profissionais mobilizados. - Evitar a perda de capital intelectual.

Riscos	Perspectivas para o futuro
- Regulamentação técnica em vigor em conflito com os requisitos que serão estabelecidos nas Normas Técnicas Senasp. - Especificação de produtos (estado da arte) serem produtos inviáveis economicamente. - Não adesão às normas pelas instituições policiais. - Ausência na participação da construção das normas.	- Publicação de mais duas normas técnicas: NT-Senasp de Coletes de Proteção Balística e a NT-Senasp de Armas Portáteis- Carabinas e Fuzis, que tiveram suas Consultas Públicas finalizadas em 16/12 e 27/12, respectivamente. - Publicação da norma técnica NT-Senasp de Veículos Leves para Aplicação em Segurança Pública, com a etapa de Câmara Técnica concluída e que se encontra sob apreciação técnica e política por associações do setor automotivo (ANFAVEA e ABEIFA). - Iniciar as construções de 06 NT-Senasp: Granadas, Atendimento Pré-Hospitalar (APH) - Tático, Submetralhadoras, Estandes de Tiro - Padrões Construtivos (demanda extra-agenda), Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Respiratória (EPR), estas duas últimas para Bombeiros Militares. - Concluir, junto ao Inmetro, o Programa de Acreditação de Produtos de Segurança Pública, par a acreditação de organismos e laboratórios.

Projeto Estratégico: Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública - Pró-Vida

O projeto estratégico Pró-Vida tem por objetivo estruturar o Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública, por meio da elaboração, implementação, apoio, monitoramento e avaliação dos projetos de qualidade de vida, valorização profissional, saúde e segurança dos profissionais de segurança pública e defesa social.

Nesse sentido, no ano de 2020, o Pró-Vida atingiu os seguintes resultados:

- Conclusão da minuta de alteração do Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018, que regulamentará o Programa Nacional de Segurança

Pública (Pró-Vida). O trabalho foi concluído, com parecer favorável da Conjur, e no momento encontra-se em trâmites finais para a assinatura e respectiva publicação do Decreto. Destaca-se que o conteúdo da minuta do Decreto, em grande parte, é fruto do Encontro Técnico Pró-Vida (2019), que contou com a participação de representantes do Pró-Vida dos 26 estados e do DF.

- Elaboração de portaria que regulamenta o funcionamento das Câmaras Temáticas, as quais servirão como base técnica orientadora para a construção de ferramentas auxiliares às políticas do Pró-Vida. Acredita-se que a portaria será publicada no primeiro semestre de 2021. Tais Câmaras serão realizadas com a participação e contribuição de especialistas em áreas correlatas ao Pró-Vida e profissionais de segurança pública que trabalham

nos diversos órgãos de segurança do país, diretamente ligados às atividades de qualidade de vida dos profissionais de segurança pública.

- Doação de 81 veículos aos centros de apoio biopsicossociais ou similares dos 26 estados e do DF, especificamente para as Polícias Cíveis, Militares e Corpos de Bombeiros Militares, sendo 3 (três) veículos por unidade da federação. Os automóveis servirão para o apoio ao atendimento médico/psicológico dos Profissionais de Segurança Pública. A entrega contribuiu, também, para o fortalecimento do Pró-Vida nas capitais do país.
- Implementação do Curso de saúde mental para os Profissionais de Segurança Pública, em 1º de setembro de 2020 (Setembro Amarelo), com o objetivo de contribuir na prevenção, intervenção e pós-venção ao suicídio entre os Profissionais de Segurança Pública.
- Elaboração da ementa da disciplina de Qualidade de Vida para os Profissionais de Segurança Pública a ser ministrada nos cursos de formação, habilitação e educação continuada, nas diversas escolas formadoras de profissionais de Segurança Pública.
- Execução da Pesquisa Diagnóstico da Segurança Pública, idealizada para obter indicadores que orientarão a formulação futura de políticas públicas voltadas para a valorização profissional e melhoria da qualidade de vida dos profissionais de segurança pública. A pesquisa será realizada em âmbito nacional, com o objetivo precípuo de levantar aspectos relacionados à saúde, segurança, valorização e qualidade de vida na Segurança Pública e Defesa Social, sob as óticas individuais e institucionais, alcançará cerca de 600 mil profissionais das instituições de segurança pública das 27 Unidades Federativas, sendo objetos da pesquisa as Polícias Militares, os Corpos de Bombeiros Militar, as Polícias Cíveis, as Polícias Técnico Científicas e as Polícias Penais.
- Realização das lives do Projeto “Pró-Vida Talks” com o objetivo de

compartilhar ideias, conhecimentos, boas práticas e ações relacionadas à qualidade de vida dos Profissionais de Segurança Pública. As lives ocorrem mensalmente, desde setembro de 2020, com a participação de palestrantes de diversos órgãos de segurança pública, havendo concreta integração dos profissionais.

- Efetivação do Programa Habite-Seguro, idealizado para diminuir o déficit habitacional dos agentes de segurança pública, ofertando condições diferenciadas de crédito e financiamento imobiliário ao operador de segurança pública. O programa contará com aporte financeiro do FNSP, que permitirá subvenções e isenções de taxas imobiliárias para algumas categorias salariais. Atualmente, o MJSP encontra-se em tratativas avançadas com Caixa Econômica Federal, que estuda e planeja as melhores condições de tarifas para a aquisição de imóveis (novos e usados) e construção.

PROJETO ESTRATÉGICO: Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública - PRÓ-VIDA**Principais inovações e melhorias implementadas**

- Elaboração da proposta de alteração do Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018, que regulamentará o Programa Nacional de Segurança Pública (Pró-Vida), inovação que servirá como norte legal do Programa.
- Execução da Pesquisa Diagnóstico da Segurança Pública, que será o grande norteador e resultará em melhoria no direcionamento das políticas de segurança pública voltadas à qualidade de vida dos profissionais de segurança pública.

Principais inovações e melhorias a serem implementadas

- Publicação do decreto regulamentador do Pró-Vida.

Principais desafios enfrentados no exercício

- Implementar os projetos vinculados ao Pró-Vida, em especial o Habite-Seguro e a tramitação referente à publicação do decreto regulamentar do Pró-Vida, devido às medidas sanitárias de enfrentamento à COVID-19.

Principais desafios a serem enfrentados

- Elaboração de Portaria que complemente as lacunas constantes no decreto regulamentador do Pró-Vida, no sentido de auxiliar os entes federativos no alinhamento ao Programa.
- Regulamentar o Programa Nacional de Habitação para os Profissionais de Segurança Pública (Habite-Seguro) para integrar o Pró-Vida (projeto estruturante do Programa Nacional).

Riscos

- Regulamentação do Pró-Vida, via decreto, não abordar todos os elementos necessários para fins de estruturação do Programa.
- Lançamento do normativo criador do Habite-Seguro não conter regulamentação suficiente para sua efetivação.

Perspectivas para o futuro

- Publicação do Decreto que regulamenta o Pró-Vida e sua respectiva Portaria complementar, proporcionando meios necessários à estruturação do Programa Nacional de Qualidade de Vida para os Profissionais de Segurança Pública em âmbito nacional.
- Lançamento do normativo instituidor do Programa Nacional de Habitação para os Profissionais de Segurança Pública (Habite-Seguro), bem como de sua completa regulamentação via Decreto.
- Publicação da Portaria regulamentadora das Câmaras Temáticas, tendo como resultado entregas técnicas dentro dos eixos do Pró-Vida.
- Conclusão da pesquisa diagnóstico - Pesquisa Nacional sobre Valorização do Profissional de Segurança Pública, cujo resultado servirá como matriz norteadora das políticas do Pró-Vida.

Projeto Estratégico: Rede de Centros Integrados de Inteligência

O projeto estratégico “Rede de Centros Integrados de Inteligência”, tem por objetivo viabilizar a produção qualificada e oportuna de conhecimento acerca do crime organizado, possibilitando assessoramento eficiente aos órgãos de segurança pública e aos tomadores de decisão.

Nesse sentido, a Seopi atua com o projeto, vinculado a ações na Cadeia de Valor do MJSP, associadas ao processo de trabalho "Gerir Conhecimento e Ações de Inteligência em Segurança Pública".

O processo "Gerir Conhecimento e Ações de Inteligência em Segurança Pública" tem por objetivo gerir o desenvolvimento de metodologia de produção de conhecimento de Inteligência de Segurança Pública e o realizar o assessoramento na produção de conhecimento das Agências de Inteligência de Segurança Pública e no processo decisório dos gestores de segurança pública.

O referido processo está estritamente ligado ao objetivo estratégico “aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública” visto que tem como um de seus objetivos, o assessoramento no processo decisório dos gestores de segurança pública, fortalecendo a integração e a gestão dos órgãos de Segurança Pública.

A atuação da Seopi possibilita o desenvolvimento de ações e projetos que ampliam a capacidade das Agências de Inteligência de Segurança Pública – AISP, integrantes do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública - SISP, desenvolvendo e compartilhando informações estratégicas e de inteligência de forma eficaz, eficiente e inovadora, a fim de auxiliar no enfrentamento à criminalidade, com enfoque em organizações criminosas, tráfico de drogas e armas, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira, contribuindo para o atingimento dos objetivos e metas do MJSP.

No exercício de 2020, o Projeto apresentou os resultados abaixo especificados:

- Maior integração da comunidade de inteligência no país, por meio da adesão de novas Agências de Inteligência de Segurança Pública - AISPs estaduais, federais e afins à Rede CIISP - totalizando 15 (quinze) novas agências integrantes.
- Ampliação da produção de Infográficos e de Business Intelligence/ Geointeligência de temas de interesse da segurança pública - 366 (trezentos e sessenta e seis) no Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública – Regional Nordeste - CIISPR-NE, 8 (oito) no Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública – Regional Sul - CIISPR-S e 13 (treze) no Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública – Regional Norte - CIISPR-N.
- Instalação de Laboratórios de Análise de Vínculos no CIISPR-NE e CIISPR-S, cada um com ao menos duas licenças do software.
- Fortalecimento das AISPs do país à Rede com o intercâmbio efetivo de informações, por meio da produção de 1.437 (mil quatrocentos e trinta e sete) documentos de inteligência na Rede CIISP, difundidos para aproximadamente 10.482 agências.
- Repactuação do planejamento da estrutura de inteligência no âmbito do Centro Integrado de Operações de Fronteiras - CIOF, vinculada ao CIISPR-S, por meio do Procedimento Administrativo Padrão – PAP.
- Revisão e finalização da segunda versão do Plano Estratégico da Rede CIISP (Documento com estrutura básica da Rede e que visa regulamentar a criação prevista no Ato Normativo já mencionado).
- Protocolo de Fluxo de Documentos de Inteligência – Rede CIISP.
- Produção de relatório que subsidiou a criação de força-tarefa no Paraná para acompanhamento de manifestações sociais.

- Auxílio aos estados na captura de foragidos da justiça.

Ressalta-se que não foi possível realizar a inauguração do Centro Integrado de Inteligência Regional Centro-Oeste - CIISPR-CO devido à pandemia da COVID-19.

PROJETO ESTRATÉGICO: Rede de Centros Integrados de Inteligência	
Principais inovações e melhorias implementadas	Principais inovações e melhorias a serem implementadas
• Atendimento de todas as Agências de Inteligência de Segurança Pública do país, com alcance em todos os Estados da Federação, através do fortalecimento da estrutura e dos serviços prestados – aporte metodológico, tecnológico e capacitação. • Aumento de Bases/Sistemas de dados federais e estaduais disponibilizados para a Rede (acesso a mais 15 sistemas). • Melhoria e celeridade nos processos de produção de conhecimento de inteligência a nível nacional, constituindo instrumento eficaz de assessoramento aos gestores de Segurança Pública e maior eficiência das ações de segurança pública, por meio do fortalecimento e da integração das agências de inteligência. • Adequação da identidade visual dos Centros. • Visita Técnica da equipe AINTI, CGSISP e CGCI da DINT, aos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, a fim de auxiliar no planejamento para as instalações dos CIISPR-SE e CIISPR-CO. • Reuniões técnicas, por meio de videoconferência e presenciais, com os chefes de AISPs das regiões Sudeste e Centro-Oeste para tratar do processo de implantação dos CIISPR-SE e CIISPR-CO. • Realização de reuniões periódicas com o efetivo dos CIISPR-NE, CIISPR-S e CIISPR-N, a fim de promover o alinhamento, a integração e a padronização entre a DINT e os CIISPs. • Realização de reuniões e Visitas Técnicas realizadas pelos CIISPR-NE, CIISPR-S e CIISPR-N com representantes de agências e órgãos parceiros, a fim de atender às necessidades da atividade de ISP de cada região. • Inauguração na sede do CIISPR-S de sala de acompanhamento de organizações criminosas na Região Sul.	• Aumento do efetivo dos Centros, através da mobilização de servidores dos estados que compõem a rede. • Trabalho integrado entre os Centros de todas as regiões. • Realização de capacitações regulares, tendo os centros integrados como base avançada da Diretoria de Inteligência do MJSP nas regiões, promovendo e mantendo uma relação próxima e de confiança com as agências dos estados. • Aquisições diversas para a Rede CIISP, tais como equipamentos de contrainteligência, soluções tecnológicas de análise de vínculos e pesquisas em fontes abertas, equipamentos audiovisuais e de informática etc., totalizando aproximadamente seis milhões de reais.

Principais desafios enfrentados no exercício	Principais desafios a serem enfrentados
Conquista da confiança e colaboração das agências dos estados partícipes, buscando a sedimentação da integração como prática regular na atividade de Inteligência.	Ampliação do espectro de agências nos Centros, realizando trabalhos integrados, como a produção regular de conhecimento no âmbito regional, considerando aspectos e informações de agências federais, buscando fazer complementação e análise de temas com a colaboração dos centros das outras regiões.
Riscos	Perspectivas para o futuro
- Falta de apoio dos estados na manutenção de servidores mobilizados para os Centros. - Não envolvimento das agências convidadas. - Falta de manutenção nos espaços destinados aos Centros.	Implantação de células integradas em locais estratégicos, como regiões de fronteira - Venezuela, Paraguai e Bolívia – e, ainda, em grandes centros urbanos, como o Rio de Janeiro.

OBJETIVO ESTRATÉGICO - APERFEIÇOAR A GESTÃO DO SISTEMA PRISIONAL

A situação prisional é questão complexa da realidade social brasileira, principalmente quanto ao déficit de vagas que desafia o sistema de justiça penal e as políticas criminal e de segurança pública, impactando na situação da violência e na sensação de insegurança da sociedade.

A fim de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão do sistema prisional e garantir o controle do Estado sobre as prisões brasileiras, o MJSP prioriza ações de investimento e de inteligência para combater a atuação de facções e organizações criminosas dentro dos presídios do país, modernizando o sistema penitenciário nacional e qualificando a estrutura e a segurança orgânica de suas unidades prisionais.

Com o objetivo de diminuir a lotação dos estabelecimentos penais, o Ministério tem atuado no fomento e no auxílio às obras penitenciárias das Unidades Federativas – UFs, incluindo a padronização de projetos de edificação e o incentivo às alternativas penais. Esta última é considerada uma das principais estratégias do MJSP junto ao Sistema de Justiça Criminal para contribuir com a racionalização do sistema prisional e com a promoção da cidadania e atenção ao preso e ao egresso. Tal promoção se concretiza por meio de políticas de reintegração social, trabalho, educação, saúde, participação social na execução penal e de apoio a grupos específicos.

Outra frente envolve a expansão da inteligência penitenciária com a integração de bases de dados e de conhecimentos em repositório único para possibilitar o intercâmbio de informações úteis e oportunas e subsidiar estratégias de melhorias do sistema prisional e de combate ao crime organizado dentro das unidades prisionais. Abrange ainda a avaliação individualizada de todos os presos brasileiros e de detalhes de

seus históricos carcerários, com vistas a mapear a realidade prisional e, consequentemente, elaborar políticas públicas mais adequadas.

Além disso, o MJSP vem realizando ações voltadas para:

- i) a retomada do controle das unidades penais que estejam em crise ou na eminência de eventos críticos, pela Força de Cooperação Penitenciária, diretamente nas UFs;
- ii) o fortalecimento dos sistemas prisionais estaduais, abarcando a implantação do manual de procedimentos de segurança e de assistência dos estabelecimentos federais às unidades estaduais, de acordo com a realidade dos estados beneficiários;
- iii) a gestão das penitenciárias federais com equipamentos de segurança que garantam a plena segurança e vigilância local, desarticulando a cadeia de comando das organizações criminosas dentro e fora dos estabelecimentos prisionais;
- iv) a ampliação e o aperfeiçoamento de atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos; e
- v) a valorização do servidor penitenciário (capacitação, saúde e qualidade de vida).

OBJETIVO ESTRATÉGICO
APERFEIÇOAR A GESTÃO DO SISTEMA PRISIONAL**CADEIAS VINCULADAS AO OBJETIVO
ESTRATÉGICO****GESTÃO DA POLÍTICA INTEGRADA DE
SEGURANÇA PÚBLICA****PROTEÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS
DO CIDADÃO****ENTREGAS PARA A SOCIEDADE****GARANTIA DE DIREITOS DO CIDADÃO,
DO MIGRANTE, DO REFUGIADO E DOS
POVOS INDÍGENAS****PROTEÇÃO E SEGURANÇA DA
SOCIEDADE****CUSTO TOTAL DAS ENTREGAS À
SOCIEDADE**

R\$ 7.633.202.654,44

Proteção e Segurança da
Sociedade

R\$ 225.987.426,14

Garantia dos Direitos do
Cidadão, do Migrante, do
Refugiado e dos Povos Indígenas**Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar a gestão do sistema prisional**

Unidade	Indicador Estratégico	Meta Prevista	Meta Alcançada em 2020
DEPEN	Quantidade de operações realizadas pela Força de cooperação penitenciária	3 operações	3
DEPEN	Oferta de atividades educacionais para as pessoas privadas de liberdade	110 mil pessoas em atividades educacionais	114.351
DEPEN	Pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades laborais	170 mil pessoas em atividades laborais	119.000
DEPEN	Pessoas atendidas por alternativas penais diversas da prisão	55 mil pessoas atendidas por alternativas penais diversas da prisão	188.530
DEPEN	Geração de vagas	25 mil vagas geradas	21.819

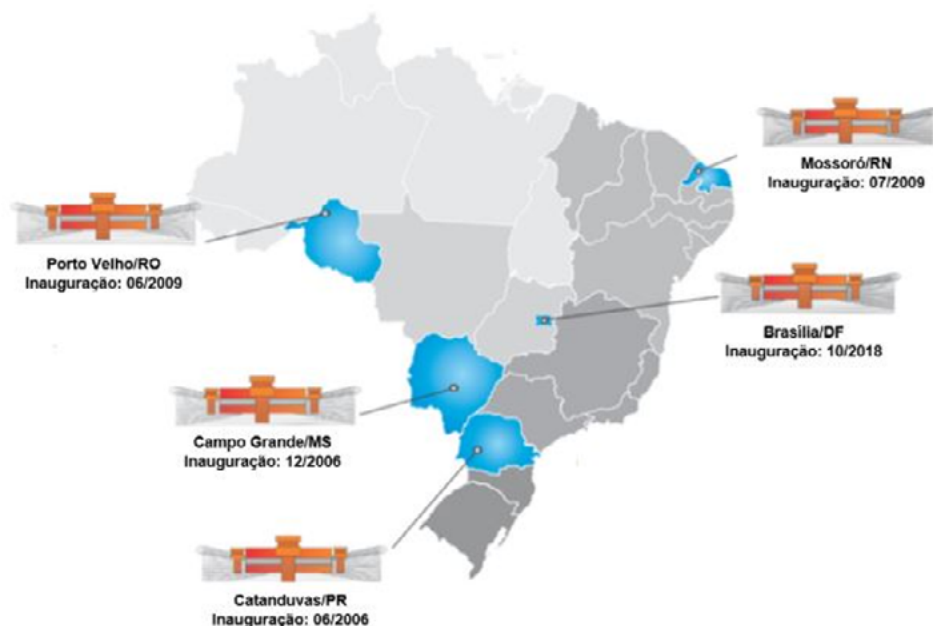
Unidade	Projeto Estratégico
DEPEN	Rede Nacional de Inteligência Penitenciária - RENIPEN
DEPEN	Aprimoramento do monitoramento das visitas no Sistema Penitenciário Federal
DEPEN	Maximização da geração de vagas em unidades prisionais
DEPEN	Desenvolvimento de projetos padronizados para unidades penais, desenvolvimento e implementação do Building Information Modeling - BIM
DEPEN	Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - SISDEPEN
DEPEN	Força de cooperação penitenciária
DEPEN	Fomento ao trabalho remunerado no sistema prisional
DEPEN	Videoconferência para audiências judiciais no sistema prisional

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO ESTRATÉGICO

O Sistema Penitenciário Federal é a materialização da regulamentação do art. 86, § 1º, da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, e é regulamentado pelo Decreto nº 6.049/2007.

Os estabelecimentos penais federais têm por finalidade promover a execução administrativa das medidas restritivas de liberdade dos internos provisórios ou condenados cuja inclusão se justifique no interesse da segurança pública ou do próprio preso e também abrigar presos, provisórios ou condenados, sujeitos ao regime disciplinar diferenciado, previsto na Lei de Execução Penal, conforme estabelecido nos artigos 3º e 4º do Decreto 6.049/2007.

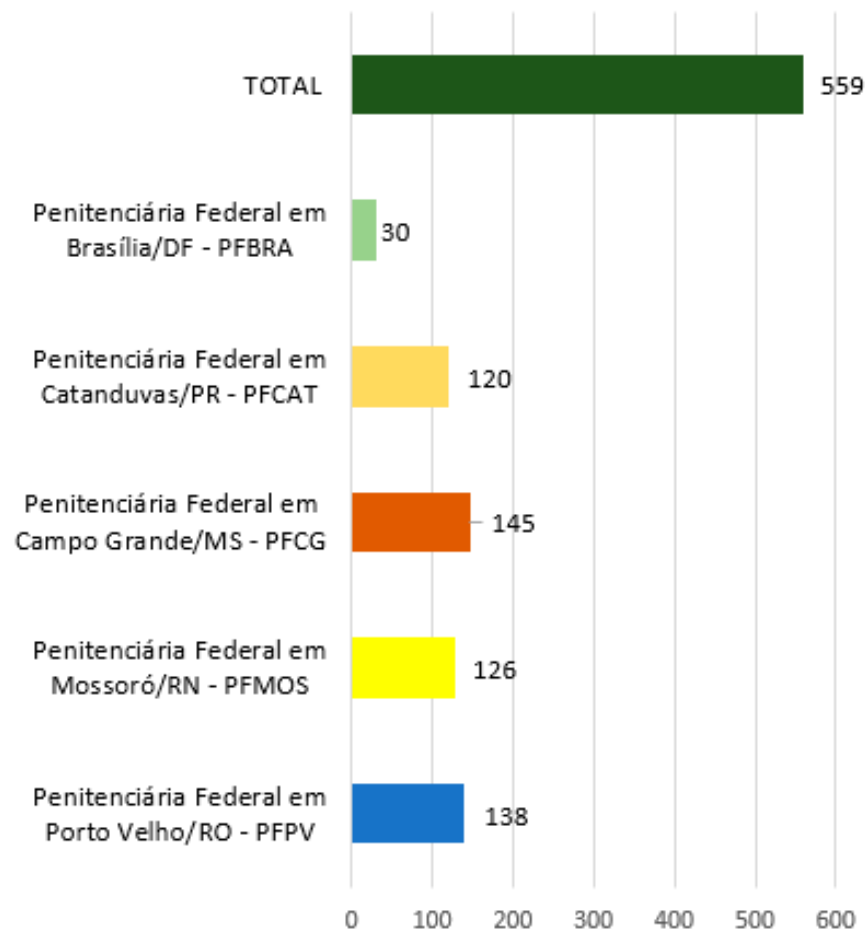
O Sistema Penitenciário Federal possui atualmente cinco Penitenciárias Federais em funcionamento, as quais estão localizadas em Campo Grande/MS, Catanduvas/PR, Porto Velho/RO, Mossoró/RN e Brasília/DF.



Cada Penitenciária Federal possui capacidade para custodiar 208 presos em celas individuais (artigo 6º, II, do Decreto nº 6049, de 2007). Desta forma, a capacidade atual do Sistema Penitenciário Federal é de 1.040 (um mil e quarenta) presos. As inclusões de presos nas Penitenciárias Federais são regulamentadas pela Lei nº 11.671, de 08 de maio de 2008 e pelo Decreto nº 6.877, de 18 de junho de 2009.

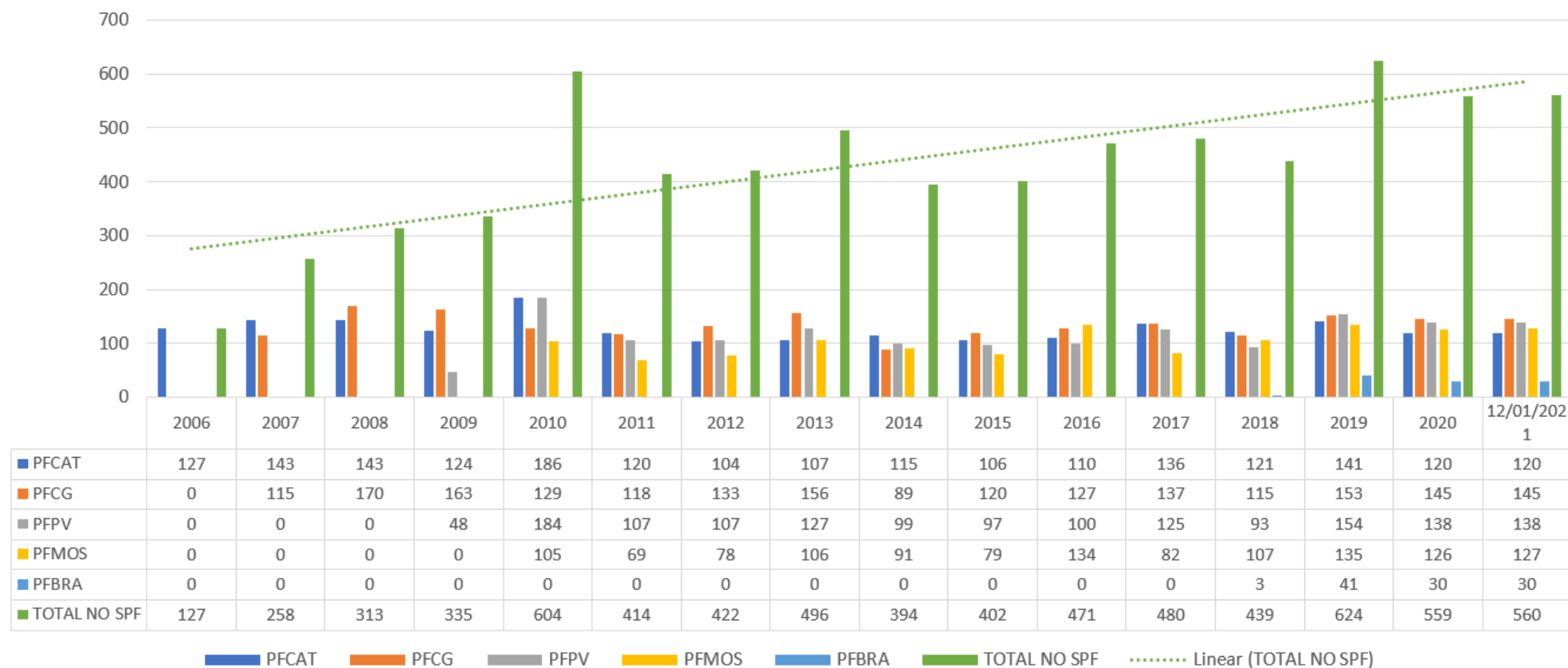
No final de 2020, a população carcerária do Sistema Penitenciário Federal registrou 559 presos, distribuída conforme gráfico a seguir:

**População Carcerária no Sistema
Penitenciário Nacional, em 31/12/2020**

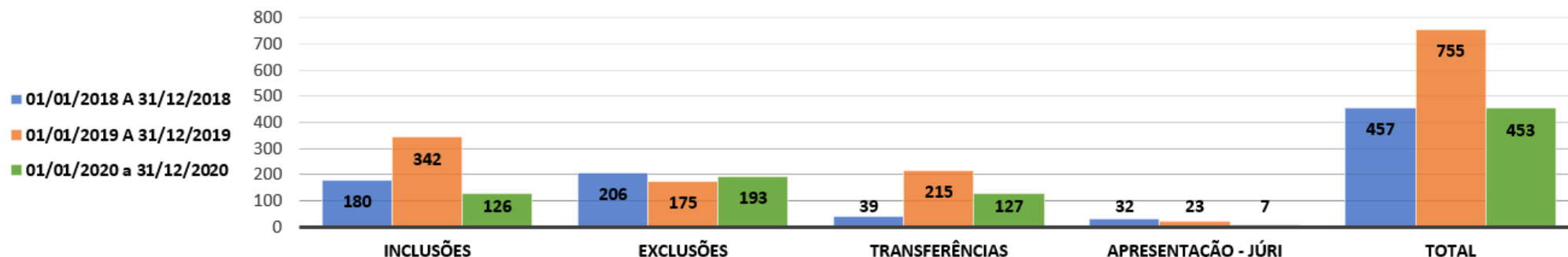


Fonte: DEPEN/MJSP

Evolução da População Carcerária do SPF



Em 2020, com restrições sanitárias decorrentes da pandemia do novo coronavírus, houve dificuldades para compra de passagens aéreas visando ao cumprimento de determinações legais dentro dos prazos judiciais estabelecidos para inclusão, transferência e devolução de presos, considerando os cancelamentos e diminuição de voos e frota de aeronaves pelas empresas aéreas objetivando diminuir a possibilidade de propagação da doença. Nesse sentido, a movimentação de internos, no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, caiu consideravelmente no período em comparação aos anos anteriores, conforme demonstrado no gráfico:

MOVIMENTAÇÕES NO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL
2018 - 2019 - 2020

Fonte: DEPEN/MJSP

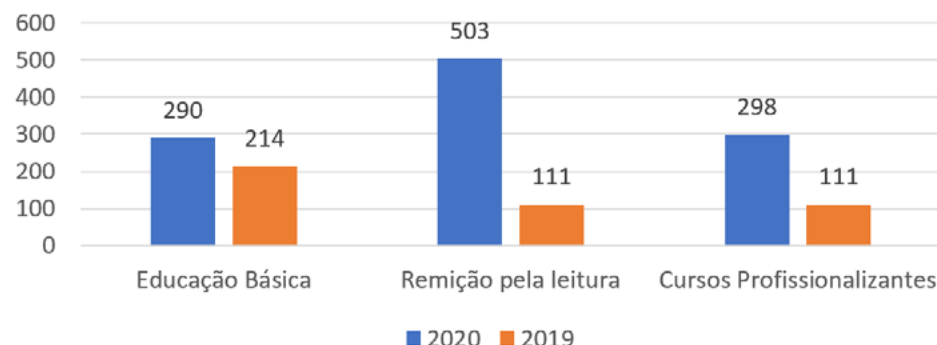
Ressalta-se que, ainda em razão das medidas de proteção para o enfrentamento à pandemia e com a edição do Decreto nº 6 de março de 2020, que reconheceu o estado de calamidade pública no país, os prazos judiciais em relação ao cumprimento de decisões de inclusão de presos no Sistema Penitenciário Federal e decisões de devolução ao Estado de Origem foram suspensos, inicialmente por 60 dias, com posteriores renovações. Além disso, atos normativos do Departamento Penitenciário Nacional e da Diretoria do Sistema Penitenciário Federal foram editados visando evitar a disseminação da COVID-19 entre os presos do Sistema Penitenciário Federal, servidores, visitas, advogados, magistrados, autoridades e população brasileira em geral, e no intuito de resguardar uma possível crise prisional em âmbito federal pela disseminação do vírus.

No âmbito das ofertas de atividades educacionais para as pessoas privadas de liberdade e presos envolvidos em atividades laborais nas penitenciárias federais, o resultado em 2020 foi de 114.351 presos, superando em torno de 4% a meta prevista para o período, que era de 110 mil presos envolvidos em atividades educacionais. O Ministério, por meio do DEPEN, buscou expandir

a experiência do projeto piloto em execução na Penitenciária Federal em Mossoró, com oferta da educação formal, cursos de iniciação profissional e as atividades de remição pela leitura, além de desenvolver ações e estudos sobre a temática. No entanto, a tarefa não é simples, uma vez que o Sistema Penitenciário Federal possui particularidades bem singulares em razão do perfil e periculosidade dos presos custodiados, motivo pelo qual a implantação de qualquer prática de trabalho ou atividade laboral pressupõe detida análise de cunho intersetorial com as áreas de segurança, inteligência e assistências da unidade que visam verificações e estudos quanto à finalidade, estrutura, adequações de materiais, ferramentas, dentre outras necessidades, de forma a garantir todos os procedimentos de segurança empregados nas penitenciárias federais, ressalte-se, essenciais ao exitoso modelo de segurança e gestão prisional.

A assistência educacional no Sistema Penitenciário Federal apresentou, no ano de 2020, os seguintes resultados: 503 presos participaram da remição pela leitura, 290 foram incluídos na educação formal e 298 realizaram cursos profissionalizantes.

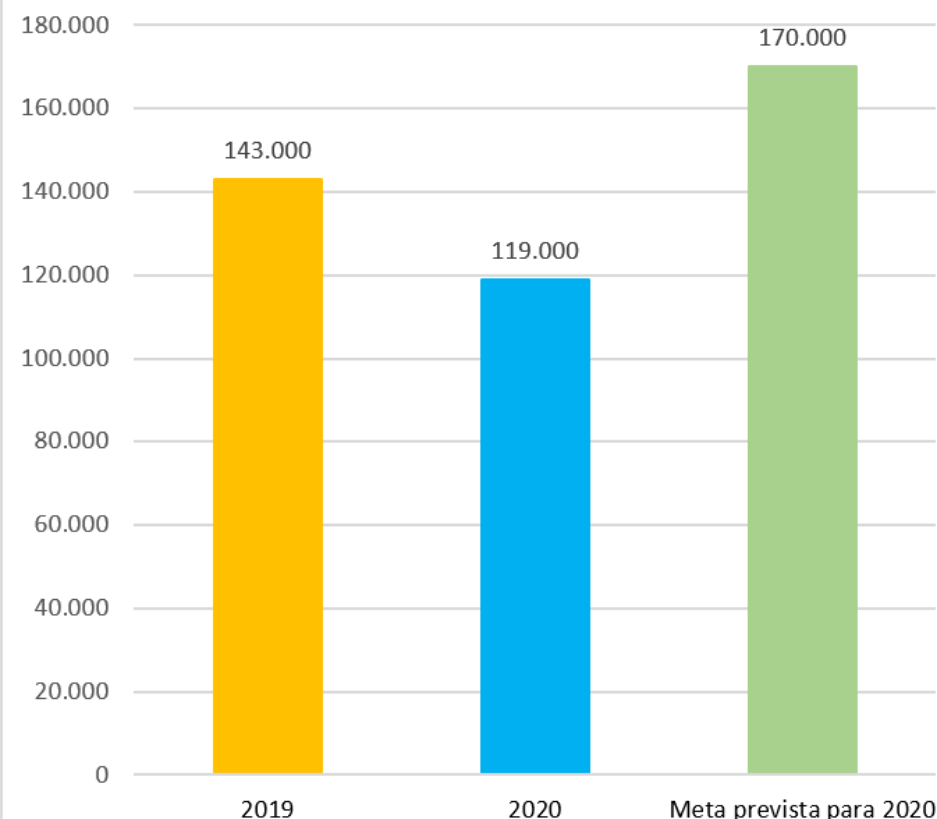
Assistência educacional - 2019 e 2020



Em relação aos postos de trabalho voltados para pessoas privadas de liberdade, a fim de qualificá-las profissionalmente para o retorno à sociedade, mesmo com as dificuldades enfrentadas, devido às medidas restritivas implementadas para preservar a saúde dos presidiários frente à pandemia ocasionada pela COVID-19, os resultados foram satisfatórios. Cabe salientar, que no ano de 2020, foi expedida recomendação expressa da suspensão ou redução das atividades laborativas por parte do MJSP, conforme previsto na Portaria MJSP nº 135 de 18 de março de 2020, que estabeleceu padrões mínimos de conduta a serem adotados em âmbito prisional visando à prevenção da disseminação da COVID-19, ato que foi acompanhado por diversas Unidades Federativas, que também estabeleceram normativos impedindo ou reduzindo a realização do trabalho ou capacitação profissional dentro e fora dos estabelecimentos penais. Mesmo não tendo alcançado a meta estipulada para 2020 e fechado o ano com resultados inferiores aos de 2019, devido às razões anteriormente pontuadas, o Ministério alcançou resultados expressivos, fechando o ano com 119 mil presos envolvidos em atividades laborais.

Ressalta-se que, após resolvida a questão da vacinação dos presidiários,

entende-se ser possível restabelecer os níveis atingidos dos exercícios anteriores, inclusive com superação das metas programadas.

PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE ENVOLVIDAS
EM ATIVIDADES LABORAIS

Fonte: DEPEN/MJSP

Ainda no cenário de pandemia da COVID-19, em 2020, o Sistema Penitenciário Federal incorporou a telemedicina como inovadora modalidade de assistência à saúde no sistema prisional e importante ferramenta tecnológica, que viabilizou a ampliação da cobertura assistencial, com qualidade e eficiência, nas especialidades de cardiologia, ortopedia, pneumologia, urologia, dermatologia e psiquiatria, além de implementar melhorias a fim de garantir o cumprimento das decisões judiciais num prazo igual ou menor a 45 dias.

Destacam-se ainda os esforços do Governo Federal na indução de políticas públicas capazes de promover alternativas penais diversas da prisão. Durante o ano, foram analisadas 26 propostas de novos convênios cuja questão se restringiu ao campo técnico das propostas, para verificar assim a viabilidade dos objetos à luz da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016.

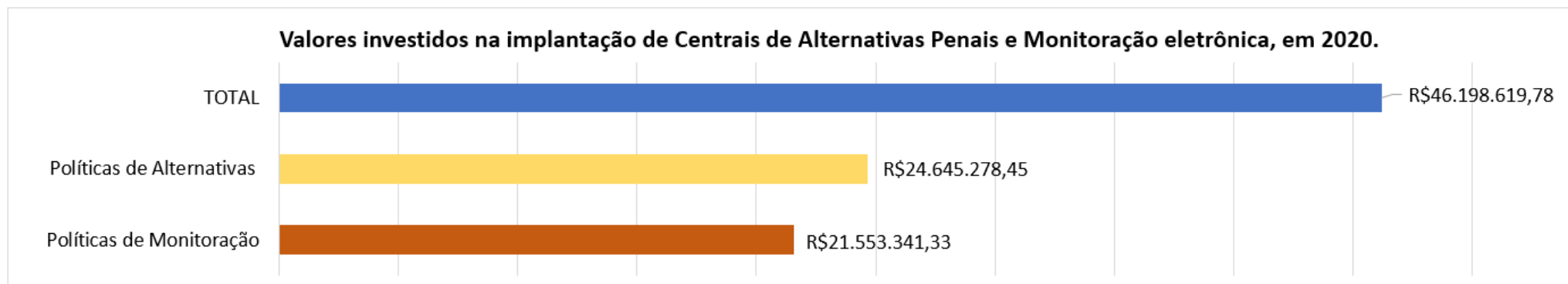
Quanto à meta estipulada para o aumento do número de pessoas atendidas por alternativas penais diversas da prisão, destacam-se os desafios enfrentados para o atendimento da meta diante das restrições ocasionadas pela pandemia da COVID-19 e das dificuldades de adequar o projeto aos protocolos para retomada dos cursos e das atividades nas Centrais de Alternativas Penais,

além dos desafios listados a seguir:

- Divulgação das Centrais de Alternativas Penais e Monitoração Eletrônica sobre as vantagens de um acompanhamento psicossocial para um cumpridor da medida, bem como da efetiva fiscalização das medidas.
- Priorização de gastos.
- Descrédito da sociedade para a política de Alternativas Penais e monitoração eletrônica.
- Falta de padronização nas decisões e de resposta do Poder Judiciário.

Mesmo com todas as dificuldades, no ano de 2020, 188.530 pessoas foram atendidas por alternativas penais diversas da prisão, superando a meta programada para o exercício de 2020, sendo disponibilizados mais recursos orçamentários para investimentos, na execução e implantação de Centrais de Alternativas Penais e Monitoração eletrônica e/ou na qualificação dos serviços no âmbito do Poder Executivo das Unidades da Federação, conforme apresentado no gráfico abaixo.

Valores investidos na implantação de Centrais de Alternativas Penais e Monitoração eletrônica, em 2020.



Fonte: DEPEN/MJSP

Ressalta-se que, no ano de 2019, o quantitativo de pessoas monitoradas eletronicamente girou em torno de 60 mil. Atualmente o referido indicador passou a incorporar alternativas penais para além da monitoração eletrônica.

Com o objetivo de diminuir a lotação de unidades prisionais, o DEPEN/MJSP e os estados trabalharam para aumentar a execução e aperfeiçoar a aplicação de recursos e o acompanhamento das obras de unidades penais, financiadas pelo Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), por meio de transferências voluntárias e obrigatórias. As iniciativas de construção e ampliação de unidades prisionais geraram, 21.819 vagas em 2020, superando o número de vagas geradas em 2019, ocasião em que foram geradas o número de 19.784 vagas.

Na esfera das operações realizadas pela Força de Cooperação Penitenciária – FOCOPEN, ressaltam-se em 2020, as ações realizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Pará, que marcaram a presença do Estado pela retomada do controle de unidades prisionais em situações críticas, cessando os registros de mortes violentas, rebeliões ou motins e neutralizando ações criminosas no ambiente carcerário, contribuindo para a redução dos índices de criminalidade do país. Nesse sentido, as principais ações desenvolvidas pela FOCOPEN em 2020 foram:

- Ações educacionais visando a formação de servidores penitenciários estaduais, sobretudo em estados nos quais estão sendo criados cargos

penitenciários efetivos.

- Atuação dialogada com os poderes públicos visando melhorias estruturais, normativas de assistências em benefício dos direitos fundamentais da população carcerária, bem como em recursos humanos.
- Estabelecimento de procedimentos operacionais de segurança eficazes em unidades prisionais estaduais.
- Implantação de procedimentos operacionais padrão em unidades específicas.
- Isolamento de lideranças criminosas.
- Realizações de visitas técnicas e inspeções de segurança em unidades prisionais estaduais.
- Retomada do controle de unidades prisionais estaduais atendidas.
- Significativa redução de homicídios nas regiões de emprego da Força de Cooperação Penitenciária.
- Reformas estruturais nas penitenciárias em parceria com os respectivos Estados. Um ambiente salubre é imprescindível à humanização da pena.

Ainda foram realizadas outras ações importantes no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional, quais sejam:

AÇÕES	DESCRIÇÃO
ESCOLTAS	O DEPEN recebe demandas nacionais diárias para a organização e realização de escoltas de elevada periculosidade, envolvendo a movimentação de presos de alto risco, líderes de facções criminosas e com grande poderio financeiro, entre os estados e o Sistema Penitenciário Federal. Em 2020 foram realizadas cerca de 20 ações em conjunto com outras forças de segurança, como por exemplo, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança Pública, entre outras.

NORMATIVOS EM SEGURANÇA PENAL	Considerando a necessidade de uniformização de técnicas, estruturas, procedimentos e ações empregados no Sistema Penitenciário Federal (SPF) foram realizadas reuniões dos Chefes de Segurança e Disciplina para discussões técnicas e compilação de material para reedição do Manual de Procedimentos de Segurança e Rotinas no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, Portaria nº 38, de 10 de fevereiro de 2014, resultando na Minuta do Manual de Procedimentos de Segurança do Sistema Penitenciário Federal (SPF) contendo as propostas de alterações necessárias.
GRUPO DE TRABALHO PARA REAVALIAÇÃO DE DIRETRIZES DO USO DA FORÇA PELOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA	Visando à atualização e à reavaliação da Portaria Interministerial nº 4226, de 31 de dezembro de 2010, que trata sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública - diretrizes sobre o emprego de instrumentos de menor potencial ofensivo e armas de fogo - foi instituído por meio da Portaria MJSP nº 58/2020, grupo de trabalho composto por representantes da Assessoria Especial de Assuntos Legislativos, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Secretaria de Operações Integradas, Departamento Penitenciário Nacional, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal.
NORMATIZAÇÃO DO GRUPO DE AÇÕES ESPECIAIS PENAIS	Trata-se de Minuta de Portaria confeccionada que dispõe sobre o Grupo de Ações Especiais Penais (GAEP) com finalidade de atuar em ações policiais especializadas voltadas à prevenção e resposta a eventos críticos, empregando equipamentos, táticas e técnicas especiais em operações de alta relevância, urgência ou complexidade, bem como em ações que exijam mobilidade, disciplina e integridade tática.
AÇÕES EDUCACIONAIS E TREINAMENTOS DE SEGURANÇA PENAL	Refere-se à oferta de Ação Educacional ao Sistema Penitenciário Paraguaiano, visando à transmissão e ao alinhamento de conhecimento na doutrina penal básica executada com excelência pelo Sistema Penitenciário Federal do Brasil. O roteiro do curso, inicialmente a ser realizado em 40 (quarenta) horas-aula inclui as matérias de Escolta Armada, Defesa Pessoal e Segurança e Rotinas Penitenciárias.

Também foram realizados treinamentos em abordagem policial, armamento e tiro, intervenção tática prisional e patrulha rural e treinamento sobre a aplicação de cães na atividade policial penal.

Os treinamentos contaram com a presença de militares da Força Nacional de Segurança Pública – FNSP e serviram para aprimorar as habilidades táticas e operacionais do Grupo de Ações Especiais Penais - GAEP, a fim de que esteja suficientemente qualificado e em condições para atuar de forma rápida, precisa e eficiente em situações de crise.

PRINCIPAIS RESULTADOS DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS EM 2020

Projeto Estratégico: Rede Nacional de Inteligência Penitenciária - RENIPEN

A Rede Nacional de Inteligência Penitenciária – RENIPEN tem por objetivo a integração das Agências de Inteligência Penitenciária de todo país, bem como a equipagem dessas, de forma a permitir o incremento do planejamento estratégico e da melhoria das comunicações restritas com os demais órgãos de segurança pública, resultando na inibição de crises nos sistemas prisionais e desarticulação das organizações criminosas.

Com o intuito de atingir seus objetivos, a RENIPEN atua em três frentes principais:

- Integração dos sistemas de gestão das unidades federativas com a federal (SISDEPEN Indivíduos) para posterior compartilhamento das informações de forma nacional (via Sistema Palas).
- Implementação de sistema único para tramitação de documentos de inteligência (Cronos).
- Aquisição de equipamentos para aparelhar as agências de inteligência, tanto federais, quanto das unidades federativas.

Apesar das particularidades e restrições impostas pela pandemia da COVID-19, no ano de 2020 houve um considerável sucesso no atingimento da meta estipulada referente à integração dos sistemas de gestão das unidades federativas com a federal, sendo alcançado 49% de interoperabilidade entre os sistemas de gestão das unidades federativas e o federal. A rápida adesão do Estado com a maior população carcerária do País, contribuiu significativamente para esse resultado, servindo como o principal impulsionador para as demais adesões.

De igual forma, no que concerne à implementação de sistema único para tramitação de documentos de inteligência, também foi procedida à implementação do sistema Cronos em 22 das 27 unidades federativas.

Quanto aos processos de aquisição de equipamentos para aparelhar as agências de inteligência, alguns processos de aquisição de bens, também tiveram um avanço na seara administrativa e tem expectativa de conclusão em 2021.

PROJETO ESTRATÉGICO: Rede Nacional de Inteligência Penitenciária - RENIPEN**Principais inovações e melhorias implementadas**

- Disponibilização de ferramentas para comunicação segura entre as Agências de Inteligência Penitenciária dos estados com a Agência Central de Inteligência Penitenciária (DIPEN/DEPEN) e, entre todas.
- Centralização da base de dados relacionada à população prisional do país no Departamento Penitenciário Nacional.

Principais inovações e melhorias a serem implementadas

- Realização das licitações necessárias à aquisições de bens e equipamentos destinados à doação às Agências de Inteligência Penitenciária dos estados.
- Implementação célere da interoperabilidade entre o sistema de gestão penitenciária federal com os demais de todas as unidades federativas faltantes.

Principais desafios enfrentados no exercício

- Restrições impostas pela pandemia da COVID-19.
- Baixo quantitativo do quadro de pessoal em contraposição à grande quantidade de atribuições da Diretoria responsável.

Principais desafios a serem enfrentados

- Implementação célere da interoperabilidade entre o sistema de gestão penitenciária federal com os demais de todas as unidades federativas faltantes.

Riscos

- Contingenciamento orçamentário.
- Não incremento do quadro de pessoal.

Perspectivas para o futuro

- Melhoria das comunicações restritas aos demais órgãos de segurança pública, resultando na inibição de crises nos sistemas prisionais e desarticulação das organizações criminosas.

Projeto Estratégico: Aprimoramento do monitoramento das visitas no Sistema Penitenciário Federal

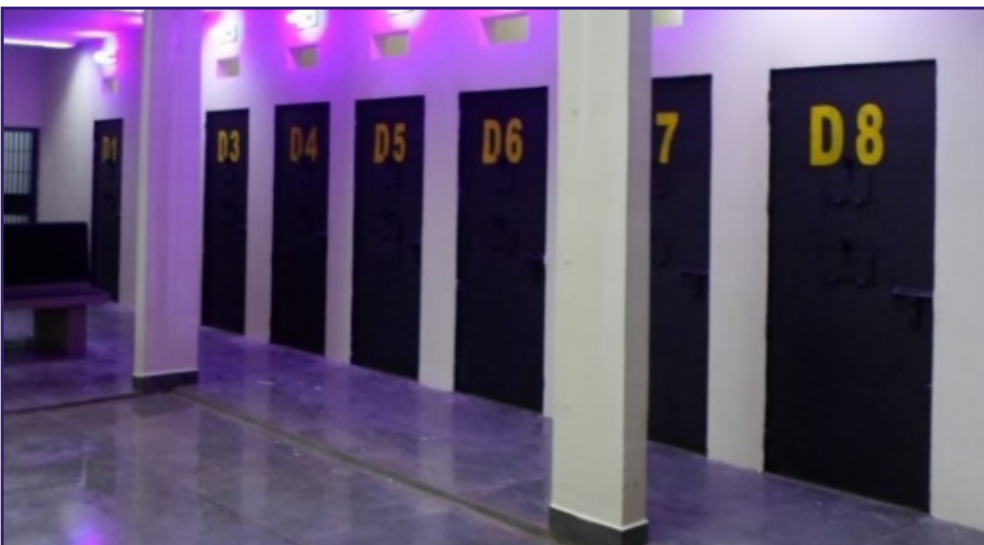
O projeto estratégico tem por objetivo impedir a comunicação criminosa por meio do contato físico de presos com visitantes sem o devido monitoramento em parlatório. Assim, visando um maior controle das comunicações dos presos, bem como, o aumento da segurança das Unidades Prisionais Federais e da sociedade, deu-se início ao projeto de construção de novos parlatórios - locais destinados aos atendimentos jurídicos e às visitas presenciais no Sistema Penitenciário Federal.

Cabe ressaltar que, a realização de visitas no Sistema Penitenciário Federal sempre foram monitoradas, exceto aquelas com seu defensor, em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, salvo expressa autorização judicial em contrário.

Atualmente encontram-se finalizadas a construção dos parlatórios das Penitenciárias Federais em Catanduvas (Paraná), em Campo Grande (Mato Grosso do Sul) e em Mossoró (Rio Grande do Norte).



*Imagens da obra finalizada na Penitenciária Federal em Catanduvas/PR



Não obstante o atraso decorrente da pandemia, o cronograma para a finalização dos parlatórios das Penitenciárias Federais, em Brasília e em Porto Velho, encontra-se dentro do previsto.

- Já foi concluído o Processo de aquisição de Solução de Parlatório do Sistema Penitenciário Federal.
- Já foi concluída a contratação da Solução de Parlatório do Sistema Penitenciário Federal.

PROJETO ESTRATÉGICO: Aprimoramento do monitoramento das visitas no Sistema Penitenciário Federal**Principais inovações e melhorias implementadas**

- Ampliação estrutural para facilitar o acompanhamento da comunicação dos presos custodiados no Sistema Penitenciário Federal.
- Maior organização no fluxo de visitas nas Penitenciárias Federais com aumento da quantidade de parlatório existentes.
- Melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo DEPEN à sociedade, com adoção das melhores práticas de mercado incorporadas à solução tecnológica que se pretende adquirir.
- Alinhamento estratégico com as iniciativas do DEPEN, garantindo a entrega de valor para que as áreas finalísticas consigam atingir seus objetivos específicos;
- Hospedagem e gerência dos sistemas de monitoramento de vistas de presos das Penitenciárias Federais.
- Implantação e integração da Solução de Parlatórios, bem como soluções robustas de inteligência que apoiem o combate ao crime organizado e crimes conexos.
- Apoio tecnológico na integração e na interoperabilidade da solução de parlatórios entre as Penitenciárias Federais e da sede do DEPEN.

Principais inovações e melhorias a serem implementadas

- Adequado funcionamento e integridade, disponibilidade e segurança da Solução de Parlatórios.
- Garantir suporte técnico do ambiente seguro, para a infraestrutura da Solução de Parlatório visando à disponibilidade dos serviços de monitoramento de visitas de preso nas Penitenciárias Federais.
- Garantir disponibilidade dos serviços em casos de queda de energia e outras ameaças ao bom funcionamento dos equipamentos, tais como variações de tensão, descargas elétricas nas redes de energia, dentre outros.

Principais desafios enfrentados no exercício

- Suspensão da execução dos serviços de construção dos parlatórios nas Penitenciárias Federais em Porto Velho/RO e Brasília/DF devido às restrições sanitárias decorrentes da pandemia do Sars-Cov2.
- Insuficiência de servidores para o planejamento da contratação.
- Alteração do escopo dos serviços e da modalidade a serem contratados.
- Atraso no processo administrativo de contratação.

Principais desafios a serem enfrentados

- Obstáculos sanitários e de saúde decorrentes da pandemia do Sars-Cov2.
- Pesquisa de mercado e de preços por se tratar de solução inovadora no mercado.

Riscos	Perspectivas para o futuro
• Insuficiência de servidores para o planejamento da contratação. • Alteração do escopo dos serviços a serem contratados. • Impactos da pesquisa de preços. • Indeferimento da contratação por parte da SGD/ME. • Não aprovação dos artefatos do planejamento. • Atraso no processo administrativo de contratação. • Ausência de recursos orçamentários ou financeiros. • Inadequação ao Edital. • Impugnação da licitação. • Licitação Fracassada ou Deserta. • Recursos Administrativos. • Não cumprimento à Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 - Aperfeiçoar a legislação penal e processual penal.	• A conclusão das obras proporcionando mais segurança para a sociedade. • Possibilidade de contratação da Solução de Parlatório na modalidade de Registro de Preço, fazendo com que o processo seja finalizado e a licitação realizada sem necessidade inicial de previsão orçamentária. • Cumprimento integral da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 – que aperfeiçoa a legislação penal e processual penal.

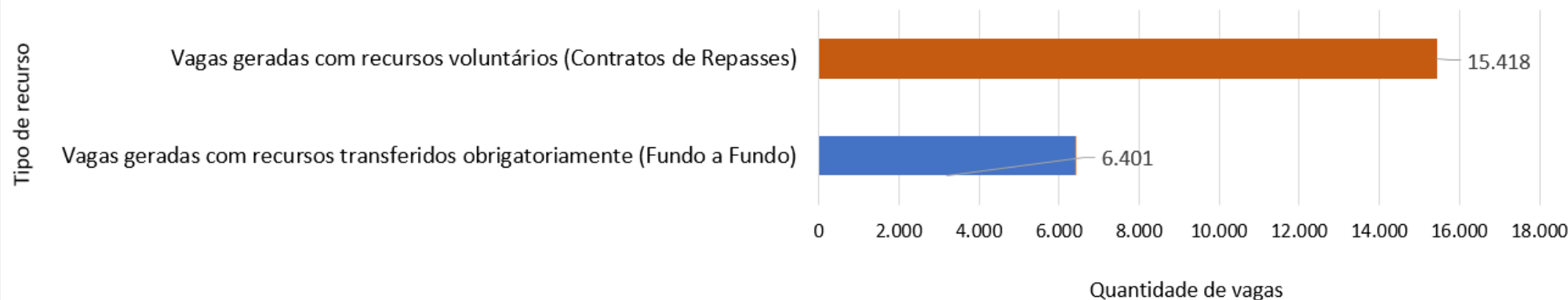
Projeto Estratégico: Maximização da geração de vagas em unidades prisionais

O projeto estratégico tem por objetivo diminuir a lotação de unidades prisionais, aumentar a execução e aperfeiçoar a aplicação e o acompanhamento das obras de unidades penais financiadas com o recursos federais, por meio de transferências voluntárias e obrigatórias, além de criar vagas nos presídios por meio de fomento à criação de unidades com metodologia da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado - APAC.

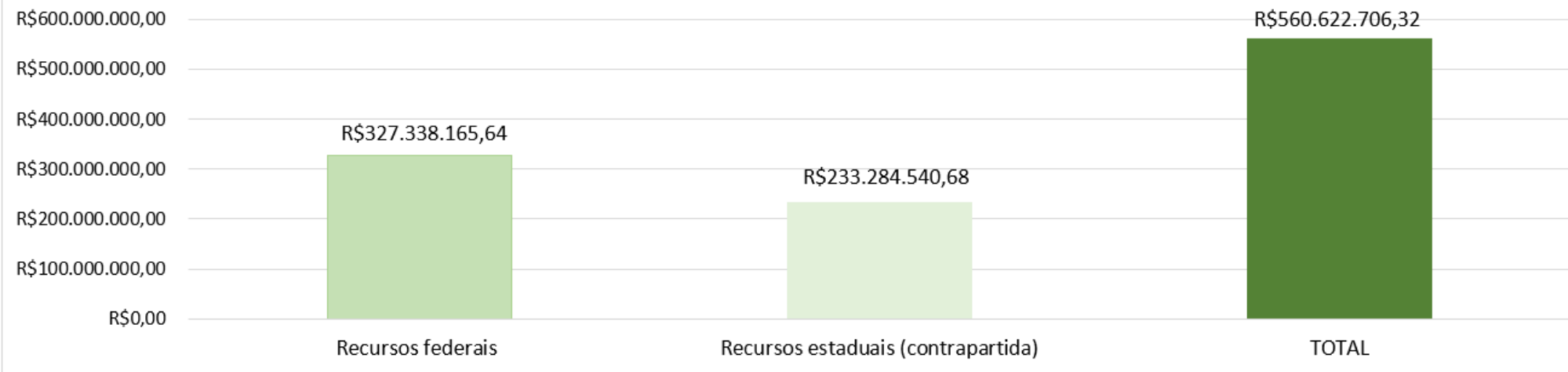
Assim, as iniciativas de construção e ampliação de unidades prisionais geraram, em 2020, 21.819 vagas para o sistemas prisional, um número 9,3% superior ao alcançado em 2019 que foi de 19.784 vagas.

Vale ressaltar que esses números englobam as vagas geradas também com recursos estaduais.

Abaixo seguem os resultados do projeto quanto ao número de vagas geradas para o sistema prisional, bem como os investimentos aplicados no ano de 2020.

Quantidade de vagas geradas no sistema prisional em 2020

Fonte: DEPEN/MJSP

Investimentos na Geração de Vagas no Sistema Prisional em 2020

Fonte: DEPEN/MJSP

Também cabe destaque ao cumprimento das metas de elaboração de diagnóstico das obras e da conclusão das análises dos pleitos de ampliações, reformas ou aprimoramentos, estando todos os pleitos analisados pelo menos uma vez, desde que a unidade federativa tenha remetido as documentações técnicas para o DEPEN.

No Diagnóstico das Obras, verifica-se que mensalmente as Divisões de Engenharia Regionais, emitem relatórios por unidade federativa com a situação documental, física e financeira das obras que receberam recursos federais.

Outro fator impactante, no não alcance deste resultado foi a pendência no atendimento das requisições realizadas junto aos Correios, UnB e INSS para a vinda de engenheiros mecânicos, eletricitas e civis, além das dificuldades de monitorar e dar andamento às obras devido às restrições sanitárias decorrentes da pandemia.

PROJETO ESTRATÉGICO: Maximização da geração de vagas em unidades prisionais	
Principais inovações e melhorias implementadas	Principais inovações e melhorias a serem implementadas
• Início nos trabalhos de desenvolvimento de um Sistema de Controle de Engenharia e Obras Prisionais (SISCOENA). • Procedimentos padronizados e Manuais técnicos elaborados para a equipe de engenharia e arquitetura do DEPEN utilizar em seus trabalhos.	• Treinamento e capacitação célere e eficaz dos servidores temporários a serem contratados.
Principais desafios enfrentados no exercício	Principais desafios a serem enfrentados
• Realização do monitoramento das obras, conforme situações de saúde pública devido à COVID-19. • Recebimento de reforços de engenheiros conforme pedidos de requisições. • Licitação da obra de fortificação do perímetro externo da Penitenciária Federal de Segurança Máxima Especial de Brasília/DF. • Captação de recursos públicos federais para fomentar a execução de mais obras com os projetos referenciais desenvolvidos no âmbito do Termo de Execução Descentralizada nº 01/2018.	• Realização das viagens técnicas de engenharia, conforme situações de saúde pública devido à COVID-19. • Fiscalização e gestão da obra de fortificação do perímetro externo da Penitenciária Federal de Segurança Máxima Especial de Brasília/DF. • Captação de recursos públicos federais para fomentar a execução de mais obras com os projetos referenciais desenvolvidos no âmbito do Termo de Execução Descentralizada nº 01/2018. • Licitação da obra referente à Penitenciária Federal de Segurança Máxima Especial de Charqueadas/RS. • Continuidade nos desenvolvimentos dos trabalhos técnicos de engenharia voltados para a criação do Sistema de Controle de Engenharia e Obras Prisionais (SISCOENA).

Riscos	Perspectivas para o futuro
- Licitações desertas para os objetos estratégicos do Órgão. - Redução da equipe de engenheiros requisitados para o DEPEN. - Novos protocolos de isolamento, impedindo a realização das visitas in loco para o monitoramento das obras prisionais com recursos federais. - Mudança completa dos planejamentos estratégicos em andamento devido a alterações nas gestões do Órgão. - Falta ou não execução orçamentária.	- Conclusão das obras ou contratos de engenharia e arquitetura prisional sob gestão do DEPEN. - Realização das visitas in loco para o monitoramento das obras prisionais com recursos federais. - Ampliação da equipe de engenheiros requisitados para o DEPEN. - Obtenção de recursos para implementar os projetos referenciais desenvolvidos no âmbito do Termo de Execução Descentralizado nº 01/2018. - Execução orçamentária com produtos e processos de qualidade técnica.

Projeto Estratégico: Desenvolvimento de projetos padronizados para unidades penais, desenvolvimento e implementação do Building Information Modeling - BIM

O projeto estratégico tem por objetivo o desenvolvimento padronizado de projetos de engenharia e arquitetura prisional de cadeias públicas e penitenciárias de segurança média a serem disponibilizados para os Estados.

Nesse sentido, o DEPEN em parceria com a Universidade de Brasília - UnB desenvolveu os projetos de "Cadeia Pública" e "Penitenciária de Segurança Média", ambos com capacidade para 800 vagas cada um. Os dois projetos poderão ser implementados em áreas de 28 mil a 55 mil metros quadrados e a área construída é de aproximadamente 11.700 metros quadrados.

De acordo com a Estratégia BIM BR, instituída pelo Decreto nº 9.983, de 2019, a previsão é que em 2021, o Governo Federal passe a adotar o BIM em projetos piloto e em 2024 de forma mais ampla nas demais obras. O DEPEN se antecipou a essa importante inovação de projetos e construções de obras e já implementou seus projetos referenciais em BIM. Isso garantirá maior sobrevida aos projetos, bem como contribuirá, dentre os resultados esperados pela Estratégia BIM BR, para um incremento na qualidade das obras

públicas. Outrossim, os projetos são balizados de acordo com os conceitos da Flexibilidade arquitetônica, da Racionalização arquitetônica e construtiva, da Industrialização de processos e produtos, da Economia operacional do estabelecimento penal e da Garantia da condição humana das pessoas e das condições de trabalho no estabelecimento penal.

Outro projeto importante em desenvolvimento pela UnB dentro do Termo de Execução Descentralizada nº 01/2018 tem como objetivo o fortalecimento e a ampliação do nível da segurança do perímetro externo das cinco penitenciárias federais de segurança máxima especial, estando todos os projetos executivos e cadernos técnicos entregues para a fortificação da Penitenciária Federal de Brasília/DF, obra a qual já se encontra licitada e em fase de execução para o ano de 2021.

Ressalta-se que a execução do projeto sofreu impacto direto das medidas sanitárias necessárias ao enfrentamento à pandemia da COVID-19 no Brasil, que dificultou o andamento dos trabalhos técnicos e impossibilitou a realização de reuniões técnicas com visitas in loco em estabelecimentos prisionais. Dessa forma, a entrega parcial do projeto referencial de estabelecimento penal do tipo semi aberto (Colônia Agrícola ou Industrial) foi adiada e encontra-se em desenvolvimento.

PROJETO ESTRATÉGICO: Desenvolvimento de projetos padronizados para unidades penais, desenvolvimento e implementação do Building Information Modeling - BIM

Principais inovações e melhorias implementadas	Principais inovações e melhorias a serem implementadas
Projetos referenciais de Cadeia Pública, Penitenciária de Segurança Média desenvolvidos em BIM e cedidos às unidades federativas.	Treinamento e capacitação célere e eficaz dos servidores temporários a serem contratados.
Principais desafios enfrentados no exercício	Principais desafios a serem enfrentados
- Realização das monitoramento das obras, conforme situações de saúde pública devido à COVID-19. - Recebimento de reforços de engenheiros conforme pedidos de requisições. - Licitação da obra de fortificação do perímetro externo da Penitenciária Federal de Segurança Máxima Especial de Brasília/DF. - Captação de recursos públicos federais para fomentar a execução de mais obras com os projetos referenciais desenvolvidos no âmbito do Termo de Execução Descentralizada nº 01/2018.	- Realização das viagens técnicas de engenharia, conforme situações de saúde pública devido à COVID-19. - Fiscalização e gestão da obra de fortificação do perímetro externo da Penitenciária Federal de Segurança Máxima Especial de Brasília/DF. - Captação de recursos públicos federais para fomentar a execução de mais obras com os projetos referenciais desenvolvidos no âmbito do Termo de Execução Descentralizada nº 01/2018. - Licitação da obra referente a Penitenciária Federal de Segurança Máxima Especial de Charqueadas/RS. - Continuidade nos desenvolvimentos dos trabalhos técnicos de engenharia voltados para a criação do Sistema de Controle de Engenharia e Obras Prisionais (SISCOENA).
Riscos	Perspectivas para o futuro
- Licitações desertas para os objetos estratégicos do Órgão. - Redução da equipe de engenheiros requisitados para o DEPEN. - Novos protocolos de isolamento, impedindo a realização das visitas in loco para o monitoramento das obras prisionais com recursos federais. - Mudança completa dos planejamentos estratégicos em andamento devido a alterações nas gestões do Órgão. - Falta ou não execução orçamentária.	- Conclusão das obras ou contratos de engenharia e arquitetura prisional sob gestão do DEPEN. - Recepção de candidatos aptos no processo seletivo de contratação temporária. - Realização das visitas in loco para o monitoramento das obras prisionais com recursos federais. - Ampliação da equipe de engenheiros requisitados para o DEPEN. - Obtenção de recursos para implementar os projetos referenciais desenvolvidos no âmbito do Termo de Execução Descentralizada nº 01/2018. - Execução orçamentária com produtos e processos de qualidade técnica.

Projeto Estratégico: Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN

O projeto estratégico SISDEPEN tem por objetivo implantar um sistema de gestão prisional que possibilite a formação do Cadastro Nacional dos Custodiados (banco de dados unificado), em todas as unidades prisionais do sistema brasileiro, bem como o acompanhamento de execução de penas, de prisão cautelar e de medidas de segurança, visando ao mapeamento da realidade prisional, o que possibilitará a elaboração de políticas públicas mais adequadas.

Nesse sentido, um dos grandes resultados alcançados em 2020, no âmbito do projeto, foi a construção e divulgação em painéis interativos na plataforma PowerBI dos dados coletados, por meio do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. O referido painel disponibiliza, entre outras informações, os dados sobre o quantitativo de presos em cada penitenciária do país, além de informar o número de presos pelo tipo de regime de execução da pena.

Os dados mais recentes podem ser consultados por meio do link:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiMjU3Y2RjNjctODQzMj00YTE4LWEwMDAtZDZlNWQ5YmZlMzk1IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>

Quanto à internalização do SISDEPEN, ou seja, a migração da base de Dados e Software do SERPRO, para o MJSP, por meio da Fábrica de Software do Ministério, pode-se considerar que o alcance do objetivo do projeto está 85% concluído.

PROJETO ESTRATÉGICO: Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN	
Principais inovações e melhorias implementadas	Principais inovações e melhorias a serem implementadas
- Criação e divulgação das Informações Penitenciárias dos presos em Monitoração Eletrônica, por meio do painel interativo PowerBI, implementado a partir da coleta do primeiro semestre de 2020 (Janeiro-Junho). - Criação e divulgação das Informações Penitenciárias relativas aos presos em cumprimento de pena no Regime Domiciliar. Será divulgado a partir da coleta referente ao segundo semestre de 2020 (Junho-Dezembro).	Implementar melhorias no PowerBI para tornar as Informações Penitenciárias dos presos mais acessíveis e fidedignas.
Principais desafios enfrentados no exercício	Principais desafios a serem enfrentados
- Restrições impostas pela pandemia da COVID-19. - Quadro de pessoal insuficiente em contraposição à grande quantidade de atribuições da área.	Realização da internalização do SISDEPEN e sua homologação por parte do DEPEN.

Riscos	Perspectivas para o futuro
- Equipe insuficiente e incapacidade técnica de fiscalizar adequadamente o Termo de Execução Descentralizada; - Sanções Administrativas e financeiras ao DEPEN por parte de Órgãos Fiscalizadores (TCU), por descumprimento de Acórdãos – Implantação plena do SISDEPEN; - Prejuízos administrativos e financeiros ao DEPEN, por não fiscalizar adequadamente os Termos de Execução Descentralizada, por falta de conhecimento técnico necessário.	- Melhoria da comunicação com objetivo de assistir, tecnicamente, os Estados e Distrito Federal quanto ao uso do sistema (SISDEPEN) de modo que haja uma melhora qualitativa e quantitativa dos dados da Coleta de Informações Penitenciárias; - Articular juntos aos Estados e Distrito Federal a criação de equipes especializadas na coleta dos dados penitenciários, a exemplo do que já ocorre, nos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Projeto Estratégico: Força de cooperação penitenciária - FOCOPEN

O projeto estratégico “Força de cooperação penitenciária”, tem por objetivo atuar em estabelecimento penais que estão em situações precárias nas áreas de segurança e assistência, por meio das seguintes ações:

- Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária - FTIP, no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional, em apoio aos Governos de Estado, em caráter episódico e planejado para fortalecimento da segurança.
- Realização de ações de cidadania e de saúde, documentação pessoal básica, assistência religiosa, levantamento de demanda educacional e profissional e reorganização de fluxos de atendimentos das assistências.
- Restabelecimento de assistência jurídica, por intermédio de força tarefa da Defensoria Pública, composta por Defensores Públicos estaduais e federais voluntários, visando promover o atendimento concentrado de pessoas presas em caráter definitivo ou provisório em Unidades Federativas específicas, adotando as medidas judiciais e administrativas cabíveis para a garantia de seus direitos.

- Realização de capacitações e treinamento básicos e avançados em favor dos servidores penitenciários que atuam junto aos sistemas prisionais estaduais.

Desde a implementação do projeto foram realizadas ações da Força de Cooperação Penitenciária – FOCOPEN – interventivas ou preventivas nos estados Rio Grande do Norte (FTIP-RN), Ceará (FTIP-CE), Amazonas (FTIP-AM), Roraima (FTIP-RR), Distrito Federal (FTIP-DF), Pará (FTIP-PA), Rio Grande do Sul (FTIP-RS), Espírito Santo (Defensoria sem Fronteiras) além de Pernambuco, na cidade de Itaquitinga.

A meta estratégica prevê a realização de três operações anuais. Muito embora algumas ações tenham sido sobrestadas, canceladas ou encerradas em decorrência da pandemia advinda da COVID-19, em 2020 as Forças de Cooperação Penitenciária realizaram operações nos seguintes estados: Rio Grande do Sul, Roraima e Pará.

Na operação realizada pela Força de Cooperação Penitenciária no Rio Grande do Sul, foram realizadas ações educacionais para a qualificação dos servidores por meio de treinamento de revista de celas, noções básicas em intervenção

prisional e de instrumentos de menor potencial ofensivo e extração, imobilização e algemamento. No curso das atividades de capacitação, a requerimento da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, foi efetuada, na Penitenciária Estadual de Santana do Livramento, a operação de revista geral com a finalidade de tomada de galeria fechada, extração para transferência de presos, extração ao pátio de sol e contenção, em que encontrados: drogas, armas brancas, celulares e respectivos carregadores.

Também foram realizadas ações em conjunto com as forças de segurança pública, das quais são destacáveis:

- Ação Presença em todas as 12 unidades prisionais da região, inibindo a prática de atos de subversão e indisciplina da massa carcerária;
- Acompanhamento dos procedimentos do cotidiano prisional, auxiliando no procedimento de segurança e inibindo prática de atos de subversão e indisciplina da massa carcerária; e
- Orientações realizadas pelos Agentes Federais de Execução Penal aos servidores, visitantes e presos acerca das medidas de proteção contra a COVID-19.

A ação realizada na Penitenciária Estadual de Santana do Livramento/RS, resultou na apreensão de 54 celulares, 25 facas, além de drogas e balança de precisão.

A operação realizada pela Força de Cooperação Penitenciária em Roraima teve foco na retomada do controle das unidades prisionais, bem como nas ações educacionais, de atendimento à saúde e de assistência jurídica, além das ações realizadas com as forças de segurança pública com vistas à redução da criminalidade.

Até dezembro de 2020, foram contabilizados 335 servidores, atuando entre mobilizações e desmobilizações, com auxílio das demais Unidades Federativas,

uma vez que a Força-Tarefa é composta de Policiais Penais Federais, estaduais e distritais.

No âmbito das ações educacionais estão:

- 1º curso de atendimento Pré-Hospitalar Tático – APHT. Participaram do curso a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, as Polícias Civil, Militar, Penal e Bombeiro do estado de Roraima e Guarda Municipal da cidade de Boa Vista;
- 6º curso de Sobrevivência e Autoproteção Policial - COSAP, ministrado pela Polícia Militar e pelos servidores da Força-Tarefa e Policiais Penais estaduais;
- Curso de Cinotecnia - agosto e setembro de 2020;
- I Curso Feminino de Práticas e Rotinas Prisionais - agosto de 2020;
- I Curso de Ações do Estado de Roraima - I CAP/RR - outubro de 2020;
- Curso de bastão PR24 (TONFA) - dezembro de 2020; e
- Curso de Desmontagem/Montagem de Armamento (Pistola – Espingarda Cal. 12 – fuzil) - dias 14 a 17 de dezembro de 2020.

Igualmente foram desenvolvidas ações na área de atendimento à saúde e assistência jurídica, alcançando os seguintes resultados:

ATENDIMENTOS/AÇÕES EM RR	QTDE em unidades
Assistência à saúde (médico, enfermagem, odontológico)	65.234
Entrega de medicamentos aos Presos	81.405
Assistência Jurídica	31.852

Ainda em 2020, foram realizadas ações com as forças de segurança pública, das quais são destacáveis:

- Ação Saturação em conjunto com o Batalhão de Operações Especiais - BOPE, na qual fora realizada revista geral na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, em virtude de informações repassadas pela Polícia Civil de Roraima. A ação contou com 42 agentes;
- Ação Happy Birthday em conjunto com as Polícias Militar e Penal de Roraima; e
- I Encontro do Sistema Brasileiro de Inteligência - SISBIN, em Boa Vista, fomentado pela Força-tarefa de Intervenção Penitenciária e realizado pelo Governo de Roraima, por meio da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJUC, e em parceria com Agência Brasileira de Inteligência - ABIN.

Em decorrência das ações realizadas pela Força-tarefa de Intervenção Penitenciária, foram apreendidos 126 celulares e 15 facas na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo/RR.

Com a operação realizada em Roraima, que contou com o isolamento das lideranças, implementação de Procedimento Operacional Padrão, dentre outros procedimentos de segurança, bem como com o auxílio das forças de segurança locais, a redução média da criminalidade, durante o período de atuação da Força-tarefa de Intervenção Penitenciária, alcançou os seguintes números: redução de 36% em relação ao cometimento de homicídios e uma redução de 32% no número de crimes violentos letais e intencionais, em todo o estado, segundo o Núcleo de Estatística e Análise criminal da PC-RR (NEAC-PC/RR), mostrando a contribuição das ações da Força-tarefa de Intervenção Penitenciária para a redução da criminalidade violenta no estado.

No Pará, a atuação da Força de Cooperação Penitenciária teve foco na retomada do controle dos presídios e ocorreu em 13 (treze) Unidades Prisionais.

Durante a missão no estado do Pará, o DEPEN realizou 371 mobilizações de servidores. Estiveram presentes 19 Policiais Penais Federais e 352 Policiais Penais estaduais das mais diversas Unidades Federativas.

Dentre as ações educacionais realizadas pela operação estão:

- Curso de manutenção e manuseio de armamentos –maio de 2020;
- I Curso de Técnicas Prisionais - maio de 2020;
- II Curso de Técnicas Prisionais - entre maio e junho de 2020;
- III Curso de Técnicas Prisionais - junho de 2020;
- IV Curso de Técnicas Prisionais - junho de 2020;
- V Curso de Técnicas Prisionais - junho de 2020; e
- I Curso de Ações Prisionais em parceria com a SEAP-PA - entre junho e julho em regime de internato.

Também foram realizados atendimentos à saúde e de assistência jurídica, conforme apresentado no quadro abaixo:

ATENDIMENTOS/AÇÕES NO PA	QTDE em unidades
Assistência à saúde (médico, enfermagem, odontológico)	62.769
Entrega de medicamentos aos Presos	74.977
Assistência Jurídica	30.716

Dentre as ações desenvolvidas junto com as forças de segurança pública, são as mais relevantes:

- Ação Jano, que consistiu na realização do procedimento de revista geral em várias Unidades Prisionais do Pará; e
- Ação Cronos, a fim de promover a segurança pública no Pará, através de ações nas unidades prisionais de modo a dissuadir possíveis conflitos de motins, rebeliões, fugas e resgates. A Força-tarefa de Intervenção Penitenciária e o Comando de Operações Especiais participaram da incursão.

O saldo das apreensões feitas a partir das ações realizadas nas unidades prisionais foram:

- Celulares: 1.146 unidades;
- Cartões de memória: 117 unidades;
- Chips de celular: 1330 unidades;
- Dinheiro: R\$ 29.491,60;
- Pistolas: 11 unidades;
- Revólveres: 2 unidades; e
- Munições: 114 unidades.

Cabe ressaltar que o objetivo primordial da Força Cooperação Penitenciária é a redução da criminalidade violenta. Nesse sentido, a sua atuação no Pará, mais precisamente da Região Metropolitana de Belém, contribuiu para resultados positivos, como é possível observar pelos índices abaixo:

- redução de 40% no número de crimes violentos letais e intencionais; e
- redução de 41% no cometimento de homicídios (dados da Secretaria

Adjunta de Inteligência e Análise Criminal – SIAC. Índices referentes aos dados de homicídios e crimes violentos letais e intencionais ocorridos no mesmo período do ano anterior).

Os resultados e benefícios para a sociedade com a atuação da Força são diversos: no ambiente carcerário, cessaram os registros de mortes violentas, rebeliões ou motins, já na segurança pública, o impacto fica por conta da redução nos índices da criminalidade, com a neutralização das ações criminosas, mediante aplicação da disciplina e procedimento operacional padrão, tal como os aplicados no Sistema Penitenciário Federal, além disso, estão sendo realizadas ações de combate à criminalidade violenta.

No âmbito da fortificação das penitenciárias federais, por meio do “Projeto Muralha e Fortificação das UPFs”, em parceria com a UnB, buscou-se intensificar o nível de segurança dos perímetros externos das Penitenciárias Federais, seguindo as seguintes diretrizes:

- O reforço da barreira perimetral.
- O reforço da vigilância externa.
- O reforço da capacidade de resposta a ataques externos.
- O reforço da proteção aos funcionários.
- O reforço do acesso intramuros do estabelecimento.
- A introdução de uma infraestrutura com capacidade de absorver tecnologias relevantes no futuro.

Em decorrência do projeto, originou-se processo em avançado estágio para a contratação de empresa para a obra na Penitenciária de Brasília que abrange a construção ou reforma de muro, passarela, torres de vigilância, casa de força e posto de controle.

Também foram realizados investimentos em recursos materiais destinados ao Sistema Penitenciário Federal, com os seguintes objetivos:

- Aparelhamento e modernização do parque bélico do DEPEN.
- Incremento do acervo de menor potencial ofensivo.
- Realização do Curso de Formação Profissional (CFP)-2021.
- Aprovisionamento de equipamentos diversos.

Destaca-se ainda a parceria realizada com o Exército Brasileiro, que permitiu à Penitenciária Federal em Brasília um reforço na segurança por meio do aporte de carros blindados para uso em ambiente civil (URUTUS). O equipamento é usado em ações de segurança no perímetro da unidade, bem como em exercícios de defesa. Agentes Federais de Execução Penal foram treinados pelos militares para utilização desses veículos.

Além disso, a Operação Garantia da Lei e da Ordem - GLO na PFBRA, conduzida pelas Forças Armadas, de cunho militar, foi determinada pelo Presidente da República de forma excepcional face ao cenário de risco enfrentado por essa unidade.

Ainda em 2020, diante dos desafios trazidos pela pandemia, foi estabelecido o Plano de Contingência do Coronavírus, com o objetivo de determinar padrões de conduta a serem observados por todos os servidores do Sistema Penitenciário Federal, visando à adequação de procedimentos de segurança penitenciária para a redução de contato entre as pessoas, com a adoção de medidas coletivas de prevenção e proteção das Unidades Penais Federais (UPF) em relação à transmissão da COVID-19, especialmente em ambientes confinados.



PROJETO ESTRATÉGICO: Força de cooperação penitenciária - FOCOPEN**Principais inovações e melhorias implementadas**

- Otimização dos atendimentos jurídicos, inclusive do Projeto “Defensoria sem Fronteiras” mediante apoio logístico da FOCOPEN.
- Melhoria da segurança do sistema prisional estadual de Roraima que desde o FOCOPEN/RR não apresentou registros de fugas e rebeliões e reestruturou o sistema com o aumento da execução de recursos repassados pelo DEPEN, a exemplo 03 (três) obras em fase de contratação e 05 (cinco) obras em andamento.
- Realização de atividades de conscientização da população e segurança junto à Secretaria de Justiça e Segurança Pública da cidade por meio da entrega de 50 cestas básicas realizadas pela FTIP na cidade Bagé/RS junto à Defesa Civil.
- Orientação à população em Porto Alegre/RS realizada pela FTIP acerca das medidas de proteção contra a COVID-19.

Principais inovações e melhorias a serem implementadas

- Implementação de procedimentos e rotinas nos estados atendidos pelo FOCOPEN a fim de permitir a retomada dos serviços de assistência aos presos por meio de ações proporcionais, suficientes e necessárias, orientadas pela aplicação dos normativos pertinentes.

Principais desafios enfrentados no exercício

- Suspensão de atividades e restrições sanitárias decorrentes da pandemia do novo coronavírus.
- Crise no Sistemas Prisionais Estaduais auxiliados pela FOCOPEN.

Principais desafios a serem enfrentados

- Obstáculos sanitários e de saúde decorrentes da perpetuação da pandemia do novo coronavírus e suas mutações.
- Recuperação da ordem nos estados auxiliados pela FOCOPEN.
- Permanência de controle das unidades penais estaduais por meio da doutrina e procedimentos disciplinares pelos agentes penitenciários estaduais após o encerramento da FOCOPEN.
- Continuidade das melhorias assistenciais e das edificações implementadas pela FOCOPEN por parte da administração pública estadual.

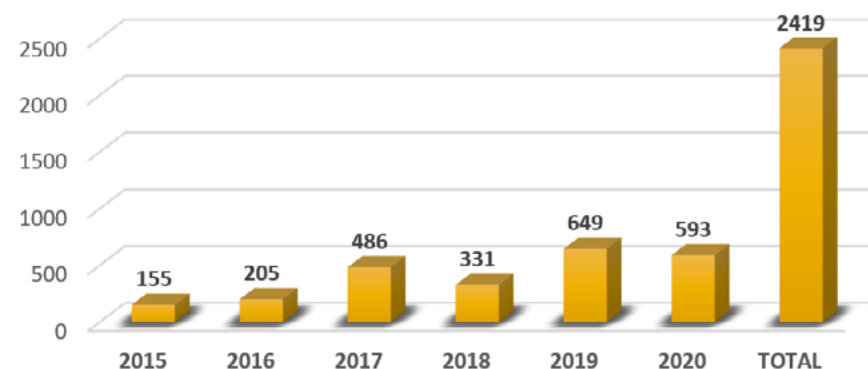
Riscos	Perspectivas para o futuro
Redução de recursos humanos por afastamentos médicos em decorrência da COVID-19 nas ações da FOCOPEN.	- Retomada e finalização da FOCOPEN/ITAQUITINGA-PE. - Realização de no mínimo 03 (três) operações anuais da FOCOPEN em outros estados. - Capacitação de servidores prisionais do estado em que se encontra mobilizado. - Estabelecimento de Procedimentos Operacionais Padrão em outros sistemas prisionais estaduais. - Consolidações de manuais e doutrinas do Sistema Penitenciário Federal. - Aquisição de submetralhadoras, fuzis e metralhadoras, veículos semiblandados, de VBL e blindados regulares para as Penitenciárias Federais, GAEP e FTIP e de uniformes operacionais do DEPEN, GAEP E FTIP.

Projeto Estratégico: Videoconferência para audiências judiciais no sistema prisional

O presente projeto estratégico, tem por objetivo fomentar a utilização de videoconferência para audiências judiciais no sistema prisional, permitindo a redução de custos, a otimização da mão de obra, a diminuição de riscos de escoltas, além da ampliação de assistência jurídica.

No ano de 2020, devido, principalmente, às restrições impostas pela pandemia, pouco se avançou nas tratativas com os estados, não alcançando assim, os resultados previstos para o período no planejamento estratégico. Ainda assim, durante o ano, foram realizadas 593 (quinhentas e noventa e três) audiências por sistema de videoconferência.

**TOTAL DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS POR VIDEOCONFERÊNCIAS
2015 A 2020**



Fonte: DEPEN/MJSP

PROJETO ESTRATÉGICO: Videoconferência para audiências judiciais no sistema prisional**Principais inovações e melhorias implementadas**

- Licitação executada pelo DEPEN, de modo a garantir a execução financeira imediata, quando do fechamento do convênio.

Principais inovações e melhorias a serem implementadas

- Não identificados.

Principais desafios enfrentados no exercício

- Dificuldade de realizar tratativas com os estados.
- Falta de verba.
- Restrições impostas pela pandemia.

Principais desafios a serem enfrentados

- Patrocínio para o projeto.
- Falta de verba.

Riscos

- Pouca adesão dos estados.
- Falta de orçamento.

Perspectivas para o futuro

- Implementar o projeto de modo a cumprir as metas estabelecidas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO - PROMOVER A GESTÃO E A ALIENAÇÃO DO PRODUTO DE CRIMES

A atuação para controle sobre drogas dos diversos órgãos de segurança pública no país, vem obtendo significativo impacto no combate à criminalidade ao asfixiar o poder econômico dos traficantes. As operações de combate ao tráfico de drogas resultam, muitas vezes, na apreensão de bens que ficam à disposição da União no aguardo de destinação. Nesse contexto, há desafios a serem enfrentados, como a imprecisão de dados e ausência de integração entre atores e sistemas envolvidos, bem como a morosidade na alienação dos itens apreendidos, os quais se espalham na Justiça e se acumulam por pátios de polícias em todo o Brasil, deteriorando os bens e reduzindo o valor de venda. Além do ônus para Estados com manutenção de pátios, essa demora resulta em menores fontes de recursos retornados à sociedade.

Para reverter tal cenário, o MJSP vem atuando para a administração mais eficiente de ativos apreendidos, a partir de oportunidades geradas pela reformulação e expansão do modelo de alienação de ativos e pela automatização do fluxo de informações entre atores, tornando o procedimento uniforme em todo o país com a criação de rotinas eletrônicas para recebimento de informações sobre bens perdidos, criação de comissões de alienação, avaliação dos ativos e contratação de leiloeiros em todos os Estados do Brasil. A realização de leilões, por sua vez, tem como objetivo alienar esses patrimônios de forma célere e sem custo para a Administração Pública, desonerar as forças policiais de gastos com armazenamento, reduzir o problema ambiental afeto ao abandono de veículos em pátios por vários anos, bem como gerar receita nova e aplicá-la em políticas públicas sobre drogas, de prevenção e de tratamento de dependentes químicos, além de reforçar os repasses para investimentos em segurança dos Estados.

O Ministério buscará, ainda, produzir estudos e análises sobre tendências e ameaças representadas pelos diferentes tipos de tráficos de ilícitos e pelo crime organizado transnacional, além de trabalhar na divulgação dessas informações para parceiros governamentais, da sociedade civil e da imprensa nacional e internacional.

OBJETIVO ESTRATÉGICO
PROMOVER A GESTÃO E A ALIENAÇÃO DO PRODUTO DE CRIMES
**CADEIAS VINCULADAS AO OBJETIVO
ESTRATÉGICO**
ENTREGAS PARA A SOCIEDADE
**CUSTO TOTAL DAS ENTREGAS À
SOCIEDADE**
**GESTÃO DE ATIVOS E DA POLÍTICA
SOBRE DROGAS**

**GESTÃO EFETIVA E EFICIENTE DE
RECURSOS APREENDIDOS DO CRIME
PARA FINANCIAMENTO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS**

 Gestão efetiva e eficiente de
recursos apreendidos do crime
para financiamento de políticas
públicas

R\$ 6.433.573,75
Objetivo Estratégico: Promover a gestão e a alienação do produto de crimes

Unidade	Indicador Estratégico	Meta Prevista	Meta Alcançada em 2020
SENAD	Percentual de ativos destinados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas	33% de ativos destinados	52,29%
SENAD	Quantidade de ativos leiloados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas	4.000 ativos leiloados	4.424
SENAD	Receita total líquida do Fundo Nacional Antidrogas	R\$ 200 milhões	R\$ 134.196.822,85

Unidade	Projeto Estratégico
SENAD	Alienação de ativos em todo o Brasil
SENAD	Centro de Excelência sobre Redução da Oferta de Drogas - CdE

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO ESTRATÉGICO

Em 2020, a descapitalização patrimonial das organizações criminosas e a aplicação dos recursos oriundos de bens apreendidos do crime resultaram em valor recorde arrecadado para o Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD, cujos recursos foram investidos no fortalecimento da segurança pública do país e em políticas de prevenção às drogas.

Nesse sentido, o Ministério, por meio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD desenvolveu suas atividades com foco nas metas estabelecidas e conseguiu destinar 52,29% dos ativos oriundos de crimes, superando a meta estabelecida para o ano de 33%.

No decorrer do exercício, foram realizados 124 leilões e 1 venda direta, alcançando todos os Estados da Federação, o que permitiu a venda de 4.424 ativos, superando a meta estabelecida para o ano de 2020 de 4.000 ativos vendidos, bem como o quantitativo de 493 ativos leiloados em 2019. A arrecadação do montante líquido em 2020 foi de R\$ 134.196.822,85 para o FUNAD que, apesar de não alcançar a meta prevista de R\$ 200 milhões para o período, obteve resultado superior em 46% ao arrecadado em 2019 e 200% superior quando comparado com valor arrecadado em 2018.

A Secretaria destinou recursos do FUNAD a projetos de fomento à política de drogas, de formação e de pesquisas na área da redução da oferta de drogas. Por meio do Banco de Projetos, foi possível apoiar 9 órgãos de segurança pública, por meio de 11 projetos voltados ao fortalecimento das instituições de segurança e da política de redução da oferta de drogas.

No entanto, mesmo com os avanços, o FUNAD encerrou o exercício com a arrecadação líquida inferior à meta prevista que era de R\$ 200 milhões. Isso se deu devido às incertezas no cenário econômico nacional que dificultaram a venda de ativos de alto valor agregado, a exemplo do leilão deserto de uma fazenda, em Mato Grosso, avaliada em R\$ 30 milhões. Além disso, as dificuldades operacionais na regularização de imóveis não permitiram a realização de dezenas de leilões.

Ressalta-se que, com as alterações na estrutura da Política Nacional sobre Drogas - PNAD no Brasil, a SENAD passou a ocupar um papel de destaque, com um conjunto de ações divididas em quatro eixos: coordenação da Política de Drogas, em especial por meio da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD; fomento à política sobre drogas no que tange às ações de redução da oferta de drogas por meio do Banco de Projetos; ações de capacitação e formação profissional

para a redução da oferta de drogas e realização de pesquisas e projetos especiais vinculados à política de drogas; e ações de cooperação internacional.

Como principais resultados, destacam-se:

- Implantação do CONAD e a realização de 2 reuniões ordinárias e 2 extraordinárias, com índice médio de presença dos conselheiros nas reuniões de 93%.
- Aprovação do Regimento do CONAD, de 1 Recomendação, de 1 Moção e de 5 Resoluções.
- Captação de projetos de 25 unidades da Federação, por meio do Banco de Projetos da SENAD.
- Habilitação de 58 projetos, totalizando 155 planos de trabalho compondo o Banco de Projetos da SENAD, dos quais 11 foram selecionados para celebração em 2020.
- Apoio a 9 organizações vinculadas à redução da oferta de drogas, por meio da celebração de 11 parcerias.
- Capacitação de 87 peritos criminais oficiais dos estados e do Distrito Federal, no âmbito do Projeto Minerva, em 2020.
- Celebração de parcerias para desenvolvimento do curso “Investigação e Análise Patrimonial: Noções Básicas” e do programa de Mestrado Profissional em Economia.
- Publicação do relatório com análises das políticas sobre drogas no orçamento federal entre os anos de 2005 a 2019, decorrente da parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- Implementação do projeto do Serviço Voluntário de Pesquisas – SVP.
- Celebração de parceria com a Universidade de São Paulo - USP, no bojo do Projeto Thanatus, para realização de pesquisas destinadas a estimar a prevalência do uso de álcool, em combinação ou não com outras drogas ilícitas, entre vítimas de mortes violentas necropsiadas nos Institutos Médicos Legais de 5 capitais (e outras cidades com altas taxas de mortalidade por causas

externas) em 5 diferentes regiões do Brasil.

- Encerramento, em abril de 2020, das atividades do 1º Grupo de Trabalho criado no âmbito do projeto de implantação de equipamentos para detecção do uso de substâncias psicoativas (SPAs) – Drogômetro, com a apresentação do modelo de implantação dessas tecnologias no Brasil.
- Criação do 2º Grupo de Trabalho, no âmbito do Projeto Drogômetro, com a finalidade de acompanhar o programa e implantar o uso de tecnologias para detecção de SPAs no trânsito. Os resultados deste projeto, no ano de 2020, incluíram: assinatura do Termo de Execução Descentralizada nº 02/2020, que tem como objeto a proposição de recomendações técnicas para uso de tecnologias na detecção de SPAs em amostras de saliva de motoristas, com base em estudo elaborado para teste de equipamentos em operações de fiscalização; publicação do Edital de seleção de equipamentos para detecção de substâncias psicoativas, cedidos voluntariamente para uso na pesquisa conduzida junto ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA; e aprovação de Plano de Trabalho junto à PRF, visando possibilitar o treinamento de policiais rodoviários e a operacionalização das coletas de amostras de saliva de cerca de 10.000 motoristas, em rodovias de dez cidades brasileiras, com intuito de oferecer os subsídios necessários à supracitada pesquisa.
- Celebração de parceria com a Universidade de Brasília - UnB, cujo objetivo é a realização de pesquisas para estimar o consumo de drogas via análise de esgotos em cidades e regiões metropolitanas relevantes do Brasil, sob diferentes escalas temporais e espaciais, no bojo do Projeto Cloacina.
- Conclusão do II Relatório Brasileiro sobre Drogas, estudo desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. O relatório final está em análise pela SENAD, com perspectiva de publicação em 2021.
- Seleção de instituição parceira para a execução do projeto piloto intitulado “Trabalho Orientado para o Desenvolvimento Econômico e Biopsicossocial por meio da Oferta de Alternativas – Tô de Boa”, a partir da Convocação nº 01/2020.

PRINCIPAIS RESULTADOS DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS EM 2020**Projeto Estratégico: Alienação de ativos em todo o Brasil**

O projeto estratégico “Alienação de ativos em todo o Brasil” tem por objetivo expandir o modelo de alienação de ativos, baseado na criação de rotinas eletrônicas para recebimento de informações sobre bens perdidos, criação de comissões de alienação, avaliação dos ativos e contratação de leiloeiros em todos os Estados do Brasil. Além disso, o projeto envolve a criação das rotinas de conversão de moedas estrangeiras apreendidas e de alienação de bens imóveis sequestrados e perdidos.

Nesse sentido, o Ministério, por meio da SENAD consolidou várias iniciativas visando à melhoria da gestão de ativos no Brasil, o que resultou em um aumento expressivo no número de bens alienados, em 2020, com relação à média de anos anteriores.

Dentre as iniciativas realizadas no ano, destacam-se: (i) contratação de leiloeiros em todo o território nacional para alienação do passivo de bens que se encontram nos pátios das delegacias e para apoiar o poder judiciário em procedimentos de alienação antecipada de bens de grande valor; (ii) instituição de acordos de cooperação técnica como meio de ampliar a força de agentes concentrados nessa tarefa; (iii) implantação do “Projeto Check-In”, como um rápido canal de comunicação com as forças policiais, especialmente no que diz respeito à remessa de informação sobre a existência de bens apreendidos e armazenados; e (iv) ações de integração de dados entre sistemas informatizados dos principais atores estratégicos do Governo Federal.

Com isso, a arrecadação do Fundo Nacional Antidrogas, compreendida em mais de R\$ 134 milhões em 2020, deve avançar para centenas de milhões de reais nos próximos exercícios, à medida que o Poder Judiciário ampliar o número de pedidos de apoio da estrutura oferecida pelo Governo Federal para alienações antecipadas, no prazo de 30 dias, a contar da apreensão dos bens.

Cabe destacar, que os recursos provenientes dos leilões de bens apreendidos do narcotráfico, são sistematicamente investidos na Política Nacional de Drogas, tanto no que tange à redução da oferta quanto na demanda de drogas. Desde a mudança da legislação sobre gestão de bens apreendidos, ocorrida em 2019, foram investidos R\$ 78,5 milhões, dos quais R\$ 40 milhões apenas em 2020, por meio de 17 projetos. Para o ano de 2021, estão previstos R\$ 60 milhões em investimentos.

A alienação dos bens tem permitido um melhor reaparelhamento das forças de segurança pública para atuação contra o tráfico, bem como a capacitação de professores para lidar com temas relacionados à saúde, à segurança, às drogas nas escolas e às novas formas de detecção de uso de substâncias psicoativas. A possibilidade de subtrair do crime mais que o dobro do que vinha sendo arrecadado e a aplicação dos recursos no enfrentamento ao tráfico pelas forças de segurança pública, têm aumentado a apreensão de drogas e a capacidade de investigação e desbaratamento de organizações criminosas. Assim, prenunciam uma correção de rumos na garantia do controle das drogas e na repressão do narcotráfico.

PROJETO ESTRATÉGICO: Alienação de ativos em todo o Brasil**Principais inovações e melhorias implementadas**

- Celebração de Acordos de Cooperação com várias instituições, a fim de tornar a gestão mais eficiente.
- Realização de parcerias internacionais.

Principais inovações e melhorias a serem implementadas

- Celebração de Acordo de Cooperação com a CEF para alienação judicial de bens imóveis, em razão da experiência daquela instituição bancária em leilão de imóveis, bem como a celebração de contrato para conversão de moeda estrangeira apreendida.
- Conclusão da integração dos sistemas Processo Judicial Eletrônico - PJe/Poder Judiciário e Gestão de Ativos - GFUNAD/SENAD, a fim de simplificar o peticionamento por alienação antecipada pelas varas criminais.

Principais desafios enfrentados no exercício

- Atraso no aprimoramento do Sistema de Gestão de Ativos, dificultando a gerência de informações, bem como a tomada de decisão.
- A não regularização de veículos pelos órgãos de trânsito dos estados da federação, após leilão, em descumprimento aos dispositivos legais, gerando inúmeras reclamações por parte dos compradores junto à SENAD.
- Não compatibilidade do volume de atividades com a força de trabalho disponível.
- Ausência de integração de sistemas entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e as unidades do Poder Judiciário, a fim de facilitar a comunicação e agilizar a alienação antecipada de ativos.
- Baixo número de determinações judiciais de venda antecipada, frente ao volume de apreensões realizadas pelas forças policiais.
- Ausência de mapeamento e de controle informatizado sobre moedas estrangeiras apreendidas por tipo de crime, custodiadas em inúmeras instituições bancárias.
- Dificuldade de articulação com as unidades federativas, ante a necessidade de distanciamento social decorrente da pandemia da COVID-19.
- Dificuldade de adaptação ao trabalho remoto por consequência da crise de saúde causada pela pandemia.

Principais desafios a serem enfrentados

- Regulamentação que dispõe sobre a regularização de imóveis junto à Secretaria do Patrimônio da União - SPU que permita a venda de centenas de imóveis pertencentes ao FUNAD.
- Conclusão do aprimoramento do Sistema de Gestão de Ativos que permitirá o melhor gerenciamento das atividades.
- Formalização de parceria com a Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) para desenvolvimento Web e oferta do curso Gestão de Ativos na modalidade EAD, com alcance nacional, com o objetivo de capacitar os operadores do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.

Riscos	Perspectivas para o futuro
- A não regularização de veículos pelos Estados da Federação, após o leilão realizado. - O atraso na conclusão dos aprimoramentos do Sistema de Gestão de Ativos.	Consolidar a gestão de ativos apreendidos por meio de sistemas e procedimentos eficientes e efetivos, a fim de alienar com agilidade todo e qualquer tipo de ativo.

Projeto Estratégico: Centro de Excelência sobre Redução da Oferta de Drogas – CdE

O projeto estratégico CdE tem por objetivo instituir, em caráter piloto, um Centro de Excelência para Redução da Oferta de Drogas e fortalecer a cooperação regional para a redução da oferta de drogas no Brasil.

No ano de 2020 o projeto celebrou parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes - UNODC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, no âmbito do Projeto BRA/15/009, com o objetivo de implantar, em caráter piloto, o Centro de Excelência sobre a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas - CdE.

Como resultado, a primeira entrega foi realizada em julho de 2020 e a segunda entrega está prevista para janeiro de 2021, com o lançamento oficial do referido Centro.

PROJETO ESTRATÉGICO: Centro de Excelência sobre Redução da Oferta de Drogas – CdE	
Principais inovações e melhorias implementadas	Principais inovações e melhorias a serem implementadas
- Início das atividades do projeto-piloto do Centro de Excelência sobre Redução da Oferta de Drogas – CdE. - Implementação do Serviço Voluntário de Pesquisas.	Realizar o III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira.
Principais desafios enfrentados no exercício	Principais desafios a serem enfrentados
Adaptação ao trabalho remoto por consequência da crise de saúde causada pela pandemia.	Não identificado.
Riscos	Perspectivas para o futuro
Eventual prejuízo aos projetos de capacitação e pesquisa devido ao prolongamento das restrições decorrentes da pandemia da COVID-19.	Fomentar os projetos que compõem o Banco de Projetos da SENAD.

OBJETIVO ESTRATÉGICO - AMPLIAR A ESCALA E A EFETIVIDADE DAS AÇÕES DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA E DO CONSUMIDOR

Para a efetivação deste objetivo, a proteção e a defesa da concorrência e do consumidor vêm sendo prioridades no âmbito do MJSP, com foco na integridade e na satisfação das relações entre fornecedores e consumidores, com vistas ao fomento e à utilização de recursos tecnológicos disponíveis, bem como o aumento da celeridade das investigações de infrações contra a ordem econômica e a manutenção da agilidade na análise de atos de concentração. O Ministério vem atuando no sentido de fomentar o uso de meios digitais para reduzir os litígios e aperfeiçoar os métodos autocompositivos de solução de conflitos e o estabelecimento de orientações e boas práticas para o comércio eletrônico; de buscar reduzir a burocracia e aprimorar os procedimentos de informações a respeito dos recalls de produtos oferecidos ao consumidor, no âmbito dos diversos agentes públicos e privados que operam no Sistema Nacional de Defesa do Consumidor; de integrar o Fundo de Defesa de Direitos Difusos aos diversos segmentos sociais interessados, inclusive a aproximação com a sociedade civil, para que essa participe ativamente da fiscalização dos projetos fomentados; e de aumentar a efetividade do combate a ilícitos concorrenciais em licitações públicas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO**AMPLIAR A ESCALA E A EFETIVIDADE DAS AÇÕES DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA E DO CONSUMIDOR****CADEIAS VINCULADAS AO OBJETIVO
ESTRATÉGICO****PROTEÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS
DO CIDADÃO****DEFESA DA CONCORRÊNCIA E DO
CONSUMIDOR****ENTREGAS PARA A SOCIEDADE****GARANTIA DE DIREITOS DO
CIDADÃO, DO MIGRANTE, DO
REFUGIADO E DOS POVOS
INDÍGENAS****DEFESA DA CONCORRÊNCIA E DO
CONSUMIDOR****CUSTO TOTAL DAS ENTREGAS À
SOCIEDADE**

R\$ 225.987.426,14

R\$ 19.597.377,20

Garantia de direitos do cidadão,
do migrante, do refugiado e dos
povos indígenasDefesa da concorrência e do
consumidor

Objetivo Estratégico: Ampliar a escala e a efetividade das ações de defesa da concorrência e do consumidor

Unidade	Indicador Estratégico	Meta Prevista	Meta Alcançada em 2020
SENACON	Percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br	70% de média resolutividade no Consumidor.gov.br	78%

Unidade	Projeto Estratégico
SENACON	Dinamização da plataforma Consumidor.gov.br, com foco na desjudicialização
SENACON	Fortalecimento do Fundo de Defesa de Direitos Difusos junto à sociedade
SENACON	Disponibilização do sistema Recall.gov.br

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO ESTRATÉGICO

Nos últimos anos, as relações de consumo têm se intensificado devido à facilidade nas transações e, sobretudo, em função da tecnologia, cada dia mais presente na vida do cidadão. Diante desse contexto, o Governo tem trabalhado fortemente no sentido de acompanhar essas mudanças e garantir os direitos do consumidor. A plataforma digital Consumidor.gov.br é um exemplo disso. Trata-se de um serviço público para solução alternativa de conflitos de consumo, por meio da internet, que permite a interlocução direta entre consumidores e empresas, fornecendo ao

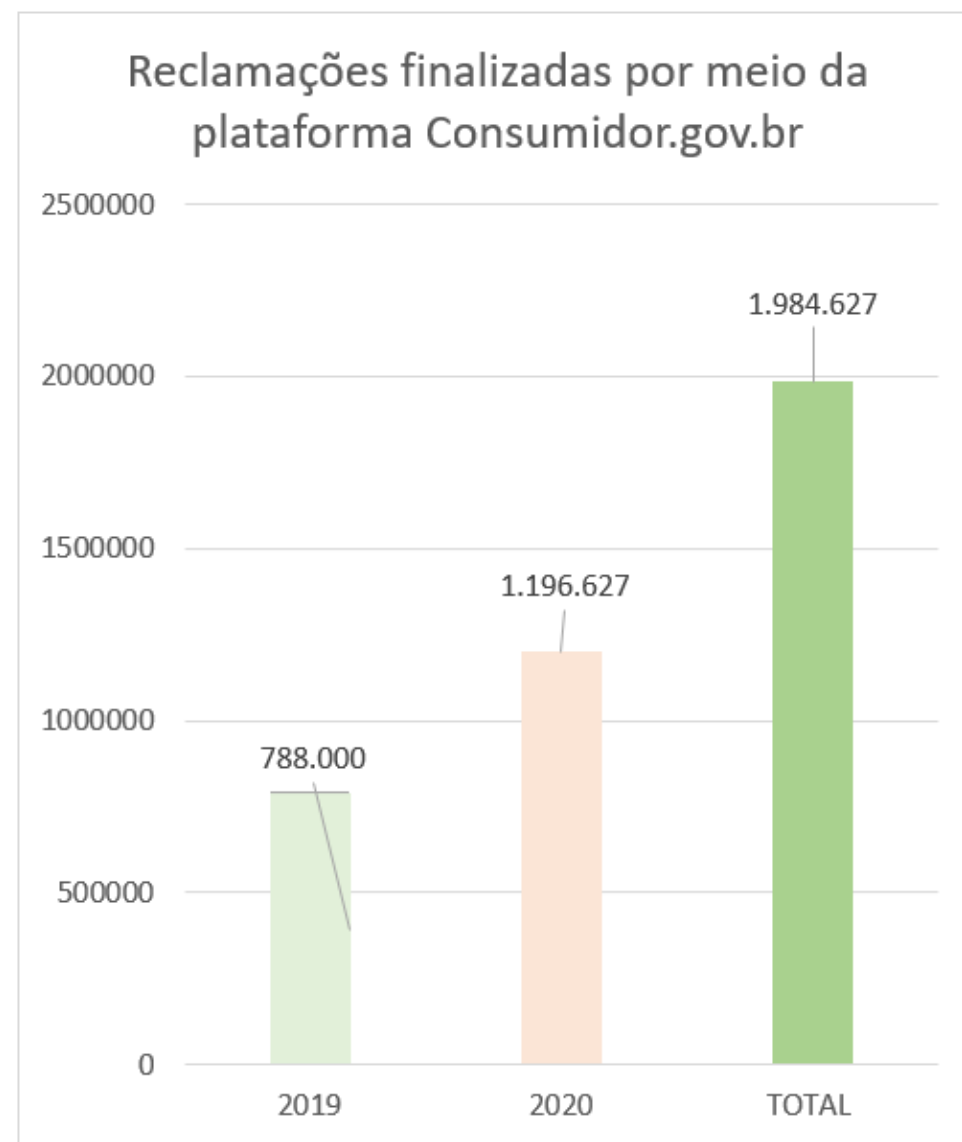
Estado informações essenciais à elaboração e implementação de políticas públicas em defesa dos consumidores. A plataforma viabiliza o recebimento e o tratamento das reclamações de consumidores que eventualmente não foram resolvidas por meio dos canais tradicionais de atendimento, evitando que se transformem em litígios administrativos ou judiciais.

Em 2020, em decorrência da pandemia da COVID-19 e com foco na prevenção do agravamento dos conflitos de consumo que eventualmente não possam ser superados adequadamente em razão da necessidade da

imposição do isolamento social, o MJSP, por meio da Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON editou a Portaria SENACON nº 15, de 27 de março de 2020, que torna obrigatória a participação de alguns grupos de empresas no Consumidor.gov.br, quais sejam:

- os fornecedores com atuação, em âmbito nacional ou regional, em setores que envolvam serviços públicos e atividades essenciais, conforme definidos no Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020;
- as plataformas digitais de atendimento pela internet dedicadas ao transporte individual ou coletivo de passageiros ou à entrega de alimentos, ou, ainda, à promoção, oferta ou venda de produtos próprios ou de terceiros ao consumidor final; ou
- agentes econômicos listados entre as 200 empresas com maior número de reclamações, no ano de 2019, no Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Em 2020, foram finalizadas 1.196.627 reclamações por meio da plataforma Consumidor.gov.br e essa comunicação direta entre consumidores e empresas promovida pelo sistema permitiu uma média de resolatividade de 78% dessas reclamações, superando a meta de 70% estabelecida para o período. No ano de 2019, esse percentual chegou a 81%.



Fonte: Consumidor.gov.br

Ainda no âmbito da defesa e proteção dos direitos do consumidor, em 2020, a SENACON publicou a Portaria nº 20, de 25 de junho de 2020, com o objetivo de disciplinar a apresentação de relatórios periódicos das campanhas de chamamento de recall perante o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor. A partir da referida Portaria, a petição de encaminhamento dos relatórios de recall deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- o número do procedimento gerado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI;
- a quantidade total de produtos afetados;
- a quantidade total de atendimentos realizados no período de referência;
- a quantidade total de atendimentos realizados durante toda a campanha; e
- o índice de comparecimento da campanha.

A medida faz parte das ações para aprimorar os procedimentos de comunicação da nocividade ou periculosidade de produtos e serviços após sua colocação no mercado de consumo e tem por objetivo aumentar a eficiência do Estado no seu papel de garantidor dos direitos dos consumidores, em especial no que tange à proteção da vida, da saúde e da segurança dos cidadãos brasileiros.

No combate à pirataria e à sonegação fiscal dela decorrente, bem como dos atos delitivos contra a propriedade intelectual, destacam-se as ações desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Combate à Pirataria – CNCP, órgão colegiado e consultivo, integrante da estrutura básica do MJSP, vinculado à SENACON e composto por integrantes do alto escalão do Governo e de entidades representativas da sociedade civil.

Considerando que atualmente, o acesso aos bens piratas estão ocorrendo majoritariamente pelo meio eletrônico, a atenção para esses canais

precisa foi intensificada. No ano de 2020, o CNCP investiu em medidas educacionais no país para o combater a pirataria no ambiente online, buscando ampliar a adesão de empresas que atuam no comércio digital e de consumidores aos Guias de Boas Práticas e Orientações às Plataformas de Comércio Eletrônico. Nesse sentido, os principais resultados alcançados em 2020 foram:

- Lançamento do “Guia de boas práticas e orientações às plataformas de comércio eletrônico para implementação de medidas de combate à venda de produtos piratas, contrabandeados ou, de qualquer modo, em violação à propriedade intelectual”.
- Lançamento do “Guia de boas práticas e orientações para a implementação de medidas de combate à pirataria pelo Poder Público, pelos Titulares de Direito, pelas Associações e pelos Provedores de Serviços de pagamento - PSPs, com o intuito de inviabilizar ou dificultar o recebimento de receitas oriundas da venda de bens, dispositivos e serviços, em violação à propriedade intelectual”.
- Apresentação do “Estudo Analítico Propositivo em Matéria de Proteção à Propriedade Intelectual para diagnóstico do cenário brasileiro”, em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.
- Assinatura de Memorando de Entendimento entre o CNCP e o **United States and Trademark Office – USPTO**.
- Início efetivo da cooperação entre o CNCP e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI, com o envio da primeira listagem de websites que suscitam razoáveis suspeitas de infringir deliberadamente ou de facilitar a infração de direitos de propriedade intelectual e de direitos conexos, conforme análise prévia realizada pela Agência Nacional de Cinema – ANCINE.

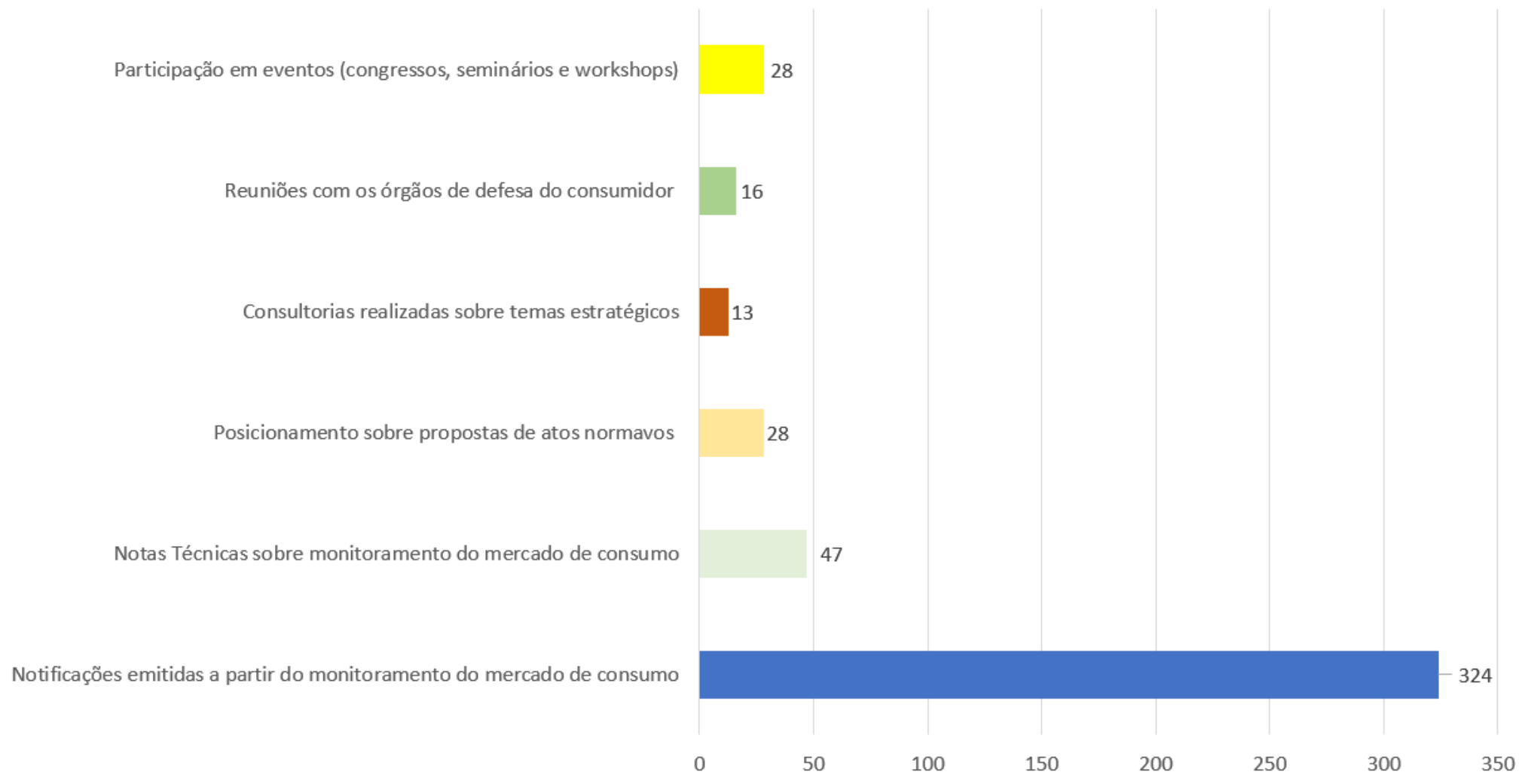
Ainda em 2020, o CNCP realizou assembleia extraordinária para selecionar as instituições representativas da sociedade civil que irão compor o colegiado. Na oportunidade, os conselheiros definiram dez instituições dentre as doze habilitadas por meio de votação eletrônica a partir do edital de chamamento público.

Por fim, ressaltam-se as ações educacionais realizadas em 2020 pela Escola Nacional de Defesa do Consumidor - ENDC, que tem por objetivo promover a formação e capacitação técnica dos agentes e técnicos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC em todo o Brasil, bem como proporcionar a construção do conhecimento específico no tocante às relações de consumo, fundamental para a elaboração de políticas públicas.

- Lançamento de cinco novos cursos na ENDC: Práticas Abusivas, Vício do Produto e Serviço, Elaboração de Projetos, Crime contra as Relações de Consumo e É da sua Conta Etapa Básica.
- Atualização da plataforma EAD da Escola Nacional de Defesa do Consumidor (moodle) da versão 3.6 para a versão 3.8.
- Realização de pesquisa para avaliar os fatores que levaram a evasão nos cursos ofertados no 1º semestre de 2020.
- Atualização da página descritiva dos cursos no Portal Defesa do Consumidor (<https://www.defesadoconsumidor.gov.br/escolanacional/cursos/cursos-endc>).
- Publicação do Regimento Interno do Colégio de Ouvidores do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (OUVCON).
- Instituição do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor – CNDC, por meio do Decreto nº 10.417, de 7 de julho de 2020.
- Criação formal das Comissões Especiais no âmbito do Conselho

Nacional de Defesa do Consumidor, a partir da publicação da Resolução nº 1, de 29 de setembro de 2020.

- Adesão aos documentos do Acervo Legal (Acquis) do Comitê de Políticas do Consumidor - CCP da OCDE.
- Assinatura de Memorando para Adesão à Plataforma Econsumer.
- Inclusão do Brasil no Comitê de Políticas do Consumidor - CCP da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico.
- Projeto de Cooperação Técnica Multilateral com a Alemanha: **“Dialogue on Digital Consumer Protection with Emerging Markets”**.
- Realização de Termo de Execução Descentralizada - TED para atuação do Ministério das Relações Exteriores - MRE na Conferência de Haia para promoção do Projeto Consumidor Turista.
- Entregues 7 Produtos da Consultoria contratada do PNUD para fornecer Subsídios à Adesão do Brasil ao CCP da OCDE.

Resumo dos Principais Ações da Senacon no âmbito dos Direitos do Consumidor, em 2020

Fonte: SENACON/MJSP

PRINCIPAIS RESULTADOS DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS EM 2020**Projeto Estratégico: Dinamização da plataforma Consumidor.gov.br, com foco na desjudicialização**

O projeto estratégico tem por objetivo reduzir os litígios judicializados por meio do uso da plataforma Consumidor.gov.br e aperfeiçoar métodos auto compositivos. Nesse sentido, a Secretaria Nacional do Consumidor buscou a formalização de parcerias com outros atores, notadamente Procons, Defensorias Públicas, Poder Judiciário, Ministério Público e Agências Reguladoras, visando dinamizar a plataforma. Por meio dessas parcerias, foi possível ampliar o acesso ao Consumidor.gov.br através de iniciativas de divulgação, incluindo a criação de espaços destinados à utilização do serviço dentro da estrutura física desses influentes parceiros. Pretende-se com isso, que a plataforma funcione como uma alternativa aos canais clássicos de composição de litígios, sobretudo ao já abarrotado Poder Judiciário.

Cabe ressaltar que, a participação no Consumidor.gov.br é voluntária, exceto para os casos descritos na Portaria SENACON nº 15, de 27 de março de 2020, normativo publicado em 2020, que torna obrigatória a participação de vários grupos de empresas na plataforma, visando à prevenção do agravamento dos conflitos de consumo que eventualmente não pudessem ser superados adequadamente em razão da necessidade da imposição do isolamento social ocasionada em decorrência da pandemia da COVID-19. Em virtude da Portaria, no ano de 2020, foram cadastradas 358 empresas, frente às 131 em todo o ano de 2019.

Tendo como objetivo o compartilhamento da plataforma brasileira para a utilização pelo órgão uruguaio de proteção e defesa do consumidor, foi firmado em 2020 o Convênio Interinstitucional com o Uruguai para

utilização do código fonte do Consumidor.gov.br.

Outro avanço do Consumidor.gov.br foi a sua inclusão no Portal de Serviços do Governo Federal, site desenvolvido no âmbito dos projetos governamentais estratégicos, que visam à disseminação e ao aprimoramento do governo digital, para melhorar a jornada do cidadão na interação com o Estado.

Neste cenário de fortalecimento da plataforma, na linha da desburocratização, da racionalização dos canais de atendimento ao cidadão e da digitalização dos serviços oferecidos pelo Governo Federal, foi publicado, em 2 de janeiro de 2020, o Decreto Presidencial nº 10.197, de 2020, que altera o Decreto nº 8.573, de 19 de novembro de 2015, estabelecendo o Consumidor.gov.br como plataforma oficial da administração pública federal direta, autárquica e fundacional para a autocomposição nas controvérsias em relações de consumo.

No que tange aos resultados alcançados pela plataforma Consumidor.gov.br em 2020, têm-se:

AÇÕES CONSUMIDOR.GOV.BR	RESULTADOS EM 2020
Reclamações Finalizadas	1.196.627
“Fale Conosco” respondidos	56.795
Recusas analisadas	47.526
Empresas cadastradas	358

PROJETO ESTRATÉGICO: Dinamização da plataforma Consumidor.gov.br, com foco na desjudicialização

Principais inovações e melhorias implementadas	Principais inovações e melhorias a serem implementadas
• Publicação da Portaria SENACON nº 15, de 27 de março de 2020. • Inclusão da plataforma Consumidor.gov.br no Portal de Serviços do Governo Federal.	• Desenvolvimento de inteligência artificial para auxiliar na resposta às demandas de Fale Conosco da plataforma Consumidor.gov.br. • Evolução do Consumidor.gov.br (web e mobile) com funcionalidades para gestão e melhoria na usabilidade para o usuário. • Aumento do nível de acessibilidade da plataforma Consumidor.gov.br (web e mobile). • Formatação de implantação online do Treinamento do ProConsumidor para que os Procons e Defensorias Públicas de todo o país possam utilizar o sistema. • Reuniões por setor com as empresas integrantes do Consumidor.gov.br para novas adesões ao Projeto Capacitação.
Principais desafios enfrentados no exercício	Principais desafios a serem enfrentados
• Migração do Consumidor.gov.br do ambiente de TI da BB Tecnologia e Serviços para o ambiente de TI do MJSP.	• Ampliação dos Segmentos e Credenciadas na integração PJE e Consumidor.gov.br. • Troca de informações e adesões das Agências Reguladoras ao Consumidor.gov.br.
Riscos	Perspectivas para o futuro
• Não manutenção do Sistema Consumidor.gov.br no ambiente tecnológico do MJSP, tendo em vista a recente migração do ambiente de infraestrutura e sustentação da aplicação envolvida nos serviços. Integração do Consumidor.gov.br com o Pje em todos Tribunais de Justiça e TRFs que utilizem esse sistema, bem como a ampliação da integração para todos os segmentos da plataforma. • A implantação de inteligência artificial para o Consumidor.gov.br para auxiliar na resolução de dúvidas e dificuldades que o usuário tenha de uma forma automática e sustentável.	• Integrar o Consumidor.gov.br com o PJE em todos Tribunais de Justiça e TRFs que utilizem esse sistema, bem como a ampliação da integração para todos os segmentos da plataforma. • Implementar inteligência artificial para o Consumidor.gov.br para auxiliar na resolução de dúvidas e dificuldades que o usuário tenha de uma forma automática e sustentável.

Projeto Estratégico: Fortalecimento do Fundo de Defesa de Direitos Difusos junto à sociedade

O presente projeto estratégico tem por objetivo desenvolver a integração do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD aos diversos segmentos sociais interessados, direta ou indiretamente, em sua atuação, por meio de ações de sensibilização junto ao Ministério Público, em suas esferas Federal e Estadual, de capacitação dos interessados em apresentar projetos ao Fundo e de aproximação com a sociedade civil, para que essa participe ativamente da fiscalização dos projetos fomentados.

Nesse sentido, e buscando fortalecer o FDD junto à sociedade, a Secretaria Nacional do Consumidor, por meio do Departamento de Projetos e de Políticas de Direitos Coletivos e Difusos, empreendeu esforços para conscientizar o Ministério Público sobre a importância do Fundo e a relevância do aporte de recursos oriundos de acordos judiciais em Ações Cíveis Públicas.

O principal resultado alcançado nessa ação foi a assinatura de dois Acordos de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional do Ministério Público e com a Escola Nacional do Ministério Público. Vale destacar que foi desenvolvido, junto à Escola Nacional de Defesa do Consumidor, um curso na modalidade à distância para capacitar os interessados na elaboração e apresentação de projetos ao Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - CFDD, com carga horária de 60 horas/aula, disponível ao público em geral. Foi ainda elaborado um manual com a mesma temática, disponível no website do Fundo.

Além disso, a página do FDD foi restaurada com o objetivo de facilitar a conscientização da sociedade civil quanto à importância do Fundo e para fornecer mais informações sobre a sua atuação junto à sociedade, bem como o papel do Departamento de Projetos e de Políticas de Direitos Coletivos e Difusos na fiscalização da execução dos projetos aprovados

pelo CFDD. Uma inovação nesse sentido foi a disponibilização de link para denúncias sobre irregularidades na execução dos projetos apoiados pelo Fundo.

Ademais, foi elaborado Plano Geral de Gestão e Fiscalização de convênios e instrumentos congêneres para o acompanhamento da carteira de projetos.

PROJETO ESTRATÉGICO: Fortalecimento do Fundo de Defesa de Direitos Difusos junto à sociedade**Principais inovações e melhorias implementadas**

- Desenvolvimento do curso EAD, permitindo que os proponentes tenham acesso a informações sobre o que é necessário para o desenvolvimento de projetos a serem submetidos ao FDD.

Principais inovações e melhorias a serem implementadas

- Elaboração do manual operacional das rotinas relacionadas à gestão dos projetos patrocinados com recursos do FDD.
- Atualização do Regimento Interno do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - CFDD.
- Otimização da forma de trabalho do Departamento de Projetos e de Políticas de Direitos Coletivos e Difusos, por meio da realização de benchmarking com outros fundos que possuam temáticas de atuação similar ao FDD.
- Melhoria da “Plataforma+Brasil”, com criação de um módulo específico para gestão do Fundo com capacidade de fornecimento de relatórios gerenciais e até a implementação de um Plenário Virtual.

Principais desafios enfrentados no exercício

- Suspensão das atividades coletivas e o desestímulo a viagens em virtude da pandemia da COVID-19.
- Criação de instrumentos normativos para lidar com os desafios inéditos criados pela interrupção de serviços em razão da pandemia da COVID-19 e das medidas de isolamento social.
- Limitação dos recursos organizacionais do DPDD para desenvolver rotinas de acompanhamento mais próximo aos projetos patrocinados com recursos do FDD.

Principais desafios a serem enfrentados

- Adequação da disponibilidade orçamentária (LOA/2021) às necessidades de recursos para manutenção dos projetos em curso e para contratação de novos projetos.
- Desenvolvimento de uma política estruturada para a avaliação e assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta - TACs, considerando o aumento exponencial de pedidos e a complexidade dos casos.

Riscos

- Insuficiência do orçamento para execução dos projetos do FDD.

Perspectivas para o futuro

- Tornar o FDD um fundo de referência nacional, agregando cada vez mais valor para a sociedade.

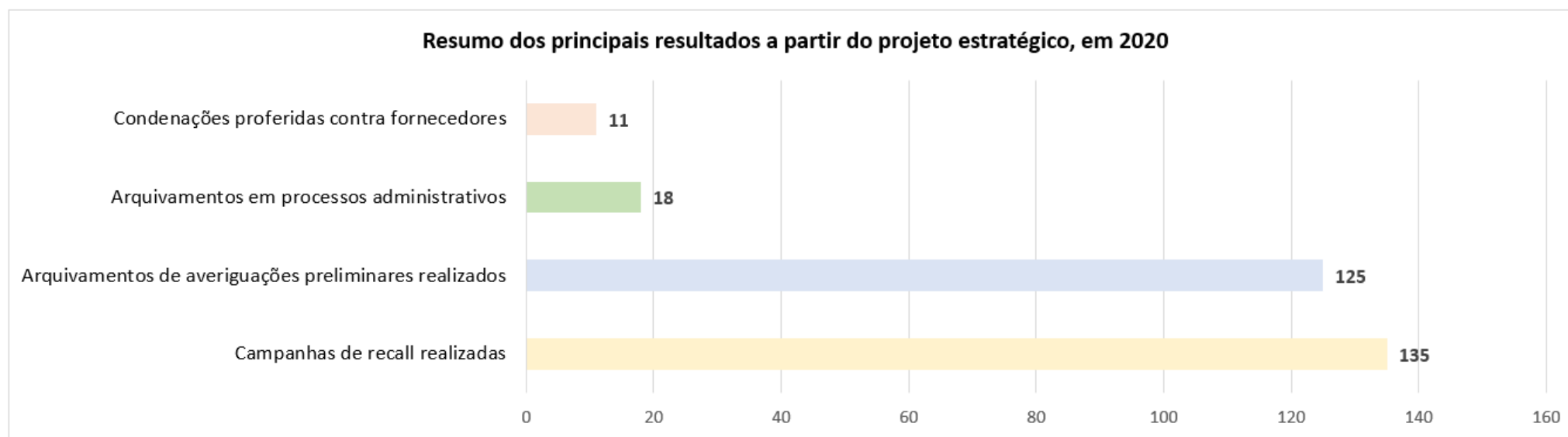
Projeto Estratégico: Disponibilização do sistema Recall.gov.br

O projeto estratégico de “Disponibilização do sistema Recall.gov.br” tem por objetivo promover o aprimoramento da gestão dos procedimentos de recall (campanhas de chamamento) no Brasil, que visam à correção de produtos inseguros inseridos no mercado de consumo, com implementação do Sistema Recall.gov.br. Busca-se ainda reduzir a burocracia e tornar intuitivos o fornecimento e a obtenção de informações a respeito dos recalls de produtos oferecidos ao consumidor no âmbito dos diversos agentes (públicos e privados) que operam no Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

Para 2020, estava previsto o aprimoramento do Sistema Nacional de Alertas Rápidos de Recall, com a introdução de novas funcionalidades para a realização do monitoramento dos acidentes de consumo, a partir da utilização de inteligência artificial para apontar eventuais descumprimentos das disposições do Código de Defesa do Consumidor.

O projeto estratégico, que é desenvolvido em parceria com a Universidade de Brasília – UnB, apresentou avanços com o aprimoramento do Sistema Nacional de Alertas Rápidos de Recall, a partir da introdução de novas funcionalidades para a realização do monitoramento dos acidentes de consumo, sendo utilizada inteligência artificial que indica eventuais descumprimentos das disposições do Código de Defesa do Consumidor.

Nesse sentido, em 2020, foram identificados os focos de reclamação dos consumidores, sendo os resultados alcançados os apresentados a seguir:



Cabe ressaltar que o Ministério mantém em seu site o sistema online de recalls (<http://portal.mj.gov.br/recall>), com as campanhas informadas ao DPDC desde 2002. Ao acessar o sistema, é possível localizar o recall referente ao produto pesquisado, com informações sobre o período de fabricação do produto, lotes afetados, data de comunicação do recall, aviso de risco, entre outras.

No caso de automóveis, desde 2011, também é possível acessar o site do Departamento Nacional de Trânsito – Denatran (www.portalservicos.denatran.serpro.gov.br) para verificar se o veículo pesquisado é objeto de recall.

PROJETO ESTRATÉGICO: Disponibilização do sistema Recall.gov.br	
Principais inovações e melhorias implementadas	Principais inovações e melhorias a serem implementadas
Implantação de inteligência artificial no sistema para auxiliar na identificação dos focos de reclamação dos consumidores.	Não identificados
Principais desafios enfrentados no exercício	Principais desafios a serem enfrentados
Introdução de novas funcionalidades no sistema para a realização do monitoramento dos acidentes de consumo.	Cumprir os prazos para a disponibilização do sistema Recall.gov.br.
Riscos	Perspectivas para o futuro
Não ocorrer as melhorias necessárias ao aprimoramento da Estrutura de Governança da Política de Segurança de Produtos de Consumo e de Recalls.	Lançar e divulgar ao público do sistema recall.gov.br.

OBJETIVO ESTRATÉGICO - APRIMORAR MECANISMOS DE GESTÃO DO CONHECIMENTO E DA PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DA MEMÓRIA ARQUIVÍSTICA NACIONAL

O fomento ao acesso e ao reuso da informação pública, por cidadãos e pela própria Administração Pública, e à transparência das ações governamentais tem sido fortalecido pela adoção de princípios, diretrizes, objetivos e instrumentos que consideram dever do Poder Público a gestão de documentos e arquivos como apoio às ações governamentais, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e de informação na defesa de direitos.

Para ampliar o alcance ao acervo e à disseminação de informações públicas via internet, há crescente investimento em processos de digitalização de documentos, e a integração entre diversas bases de dados temáticas, por meio de parcerias. Garantir a preservação e o acesso de longo prazo, a autenticidade, a integridade e a segurança dos documentos digitais da Administração Pública demanda atuar em soluções tecnológicas inovadoras e, ao mesmo tempo, em sintonia com preceitos legais e com as boas práticas no campo da Arquivologia. Ações relativas à promoção de eventos e educativas, culturais e técnico-científicas; lançamento e distribuição de publicações impressas e digitais; elaboração de exposições presenciais e virtuais; atendimento personalizado ao usuário e criação de conteúdo informativo e interativo para a Internet, são necessárias para promover a aproximação da instituição arquivística com a sociedade.

Com foco em gestão do conhecimento, o MJSP vem atuando, em especial, na oferta de cursos, presencias e à distância, para os mais variados públicos. Algumas capacitações são voltadas para os atores participantes das políticas públicas, como aqueles dirigidos ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC, empresas participantes da plataforma

Consumidor.gov, órgãos e instituições parceiros que lidam com a defesa do consumidor e os relacionados à formação e à capacitação contínuas de professores, instrutores e agentes de pacificação social que tenham interesse em utilizar técnicas consensuais de solução de conflitos promovendo a disseminação e a consolidação dos métodos de prevenção e solução de conflitos, proporcionando ampliação do acesso à justiça. Outra linha de ação refere-se à gestão do conhecimento como forma de especialização e de valorização de agentes públicos das diversas esferas governamentais, como a educação profissional, em todos os níveis, para o desenvolvimento das atividades de inteligência e de operações integradas, bem como, a identificação e o fomento a iniciativas voltadas à pesquisa e à valorização dos profissionais de segurança pública e defesa social, e na temática de combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao crime organizado transnacional, além da oferta de cursos abertos à sociedade em temas como defesa do consumidor, combate à corrupção e segurança pública.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

APRIMORAR MECANISMOS DE GESTÃO DO CONHECIMENTO E DA PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DA MEMÓRIA ARQUIVÍSTICA NACIONAL

CADEIAS VINCULADAS AO OBJETIVO
ESTRATÉGICO

ENTREGAS PARA A SOCIEDADE

CUSTO TOTAL DAS ENTREGAS À
SOCIEDADEPREVENÇÃO E COMBATE À
CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE
DINHEIROPREVENÇÃO E COMBATE À
CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE
DINHEIROPROTEÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS
DO CIDADÃOGARANTIA DE DIREITOS DO CIDADÃO,
DO MIGRANTE, DO REFUGIADO E DOS
POVOS INDÍGENASPRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA
NACIONAL

ACESSO À INFORMAÇÃO

DEFESA DA CONCORRÊNCIA E DO
CONSUMIDORDEFESA DA CONCORRÊNCIA E DO
CONSUMIDORGESTÃO DA POLÍTICA INTEGRADA DE
SEGURANÇA PÚBLICAPROTEÇÃO E SEGURANÇA DA
SOCIEDADECOOPERAÇÃO GOVERNAMENTAL E
INTERSETORIALPARTICIPAÇÃO E SUPORTE À TOMADA
DE DECISÃO DO GOVERNO FEDERALParticipação e suporte à tomada de
decisão do Governo Federal

R\$ 85.204.137,20

Proteção e segurança da sociedade

R\$ 7.633.202.654,44

Defesa da concorrência e do
consumidor

R\$ 19.597.377,20

Acesso à informação

R\$ 47.967.777,43

Garantia de direitos do cidadão, do
migrante, do refugiado e dos povos
indígenas

R\$ 225.987.426,14

Prevenção e combate à corrupção e à
lavagem de dinheiro

R\$ 41.791.507,59

Objetivo Estratégico: Aprimorar mecanismos de gestão do conhecimento e da preservação e difusão da memória arquivística nacional

Unidade	Indicador Estratégico	Meta Prevista	Meta Alcançada em 2020
AN	Documentos acessados do acervo	2.200.000 documentos acessados	2.308.586
AN	Percentual de usuários atendidos para acesso ao acervo	100% de usuários atendidos	100%
AN	Acessos às bases de dados sobre o acervo	10.000.000 acessos às bases de dados	10.939.151
AN	Percentual de órgãos e entidades do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivo - SIGA com Código de Classificação de Documentos - CCD e Tabela de Temporalidade e Destinação - TTD de documentos de arquivos das atividades-fim aprovados	37,5% de órgãos e entidades do SIGA com CCD e TTD de documentos das atividades-fim aprovados	38,61%
AN SENACON SENAJUS SEGEN DEPEN PF	Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo	140.730 vagas preenchidas AN: 1.650 SENACON: 20.000 SENAJUS: 3.500 SEGEN: 100.000 DEPEN: 5.000 PF: 10.580	258.121 vagas preenchidas AN: 384 SENACON: 38.487 SENAJUS: 7.707 SEGEN: 161.703 DEPEN: 8.236 PF: 41.604

Unidade	Projeto Estratégico
SENACON	Dinamização da plataforma Consumidor.gov.br, com foco na desjudicialização
SENACON	Fortalecimento do Fundo de Defesa de Direitos Difusos junto à sociedade
SENACON	Disponibilização do sistema Recall.gov.br

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO ESTRATÉGICO

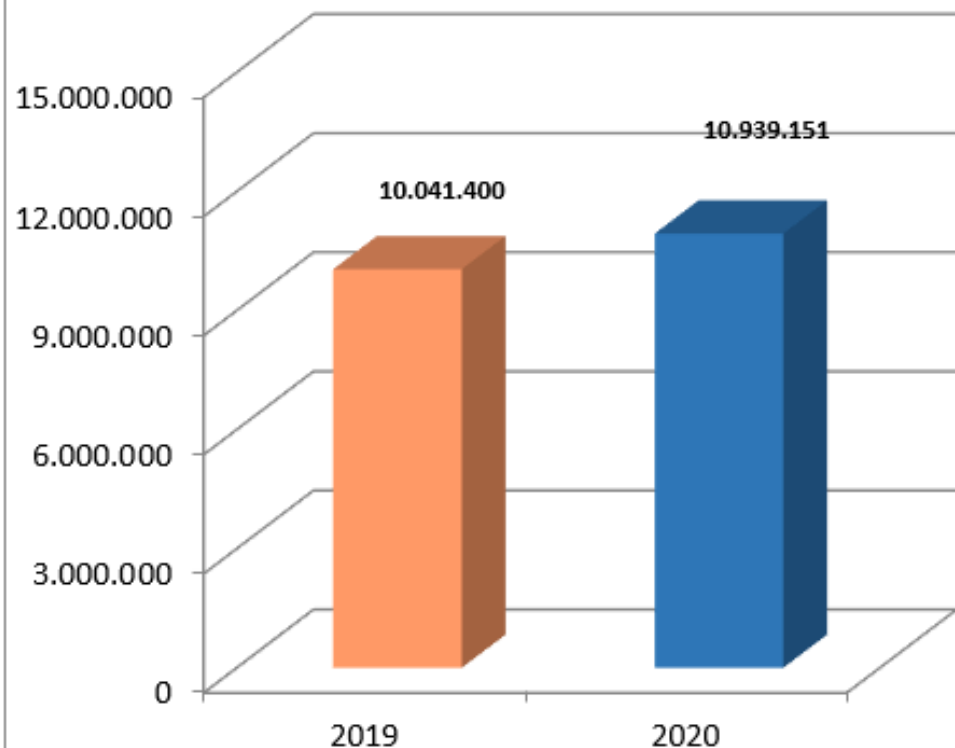
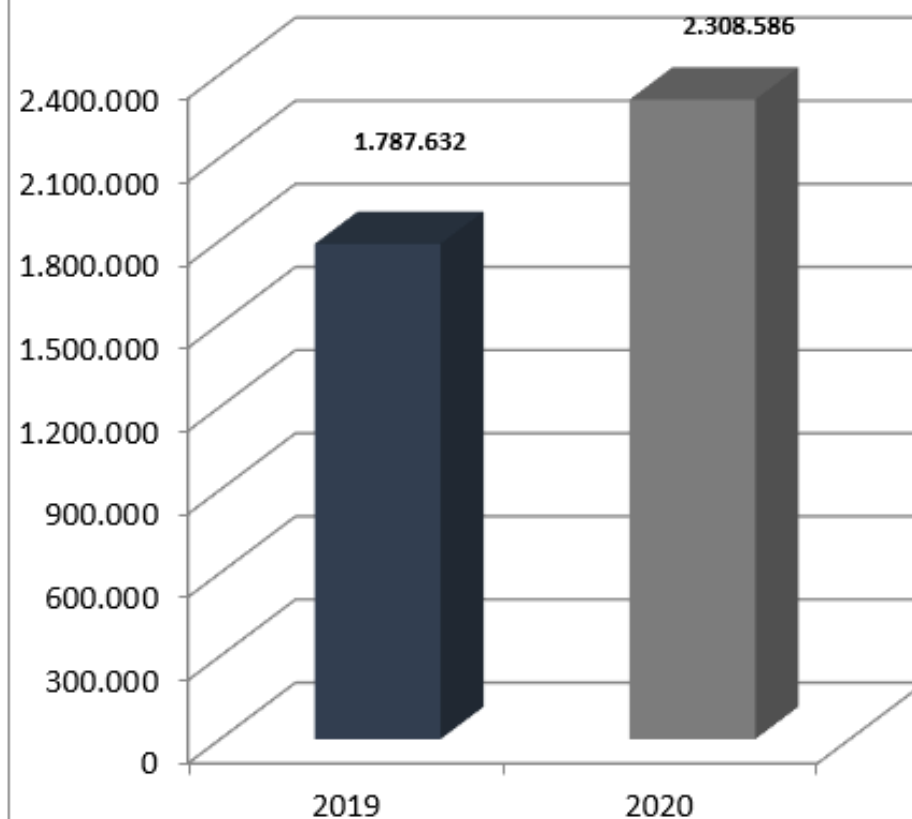
O MJSP possui, dentre suas competências, a gestão da política nacional de arquivos, conforme inciso X do art. 1º do Anexo I do Decreto nº 9.662 de 1º de janeiro de 2019.

Compete ao Arquivo Nacional - AN, nos termos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda, e acompanhar e implementar a política nacional de arquivos. O AN atua no recolhimento dos documentos de guarda permanente com vistas ao tratamento técnico; à preservação e difusão, de forma a garantir o acesso pleno à informação, em apoio às decisões governamentais de caráter político-administrativo e ao cidadão na defesa de seus direitos; e ao incentivo da produção de conhecimento científico e cultural.

No intuito de subsidiar o planejamento das ações de tratamento técnico dos documentos e a adequação dos serviços prestados, quanto ao atendimento ao cidadão, o AN realiza o acompanhamento dos usuários

atendidos e da quantidade de acessos ao seu acervo e de documentos acessados pelos usuários. Nesse sentido, foram estabelecidas, para o AN as metas de atender 100% de seus usuários e de ter 2.200.000 documentos acessados.

Em 2020, o AN alcançou a meta estabelecida para o período atendendo 100% das demandas dos usuários, nas modalidades presencial e à distância. Ressalta-se que, devido à pandemia, houve uma diminuição de 58% nesse tipo de demanda em relação a 2019. Por outro lado, os acessos ao acervo do AN por meio do Sistema de Informações do Arquivo Nacional - SIAN e as demais bases de dados de consulta ao acervo teve um aumento expressivo, totalizaram 10.939.151 acessos (aumento de 8,9% em comparação ao ano de 2019). Foram consultados 2.308.586 documentos, por meio eletrônico (2.302.195 documentos digitais) ou presencialmente (6.391 documentos originais). Em comparação com o ano de 2019, houve um aumento de 29% de documentos consultados.

**Acessos às bases de dados de consulta ao acervo
do Arquivo Nacional****Número de documentos arquivísticos acessados**

Fonte: Arquivo Nacional/MJSP

Com o objetivo de monitorar a implantação de programas de gestão de documentos nos órgãos e entidades do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, e subsidiar a revisão e a proposição de ações e diretrizes do AN, como órgão central do SIGA, foi proposto o indicador estratégico “Percentual de órgãos e entidades do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivo - SIGA com Código de Classificação de Documentos - CCD e Tabela de Temporalidade e Destinação - TTD de documentos de arquivos das atividades-fim aprovados”, com meta estabelecida para 2020 de 37,5% de órgãos e entidades do SIGA com CCD e TTD de documentos das atividades-fim aprovados.

Neste ano, o AN alcançou um percentual de 38,61% superando essa meta definida para 2020.

Ressalta-se que, com um cenário atípico no ano de 2020, a meta 1.650 vagas em cursos de capacitação para o público externo foi prejudicada pelas medidas de isolamento social decorrentes da epidemia da COVID-19, o que impossibilitou a realização dos cursos Módulo I- Noções Básicas de Arquivo; Módulo II- Gestão de Documentos e Módulo III - Documentos Digitais Gestão; Preservação de Documentos Arquivísticos Digitais; Curso de RDC-Arq e as Oficinas: Oficina de classificação de documentos de arquivo e Oficina de avaliação, que são realizados na modalidade presencial. Os cursos e oficinas seriam realizados no eixo Rio de Janeiro e Brasília e demais estados, por meio de parcerias com Universidades, órgãos e entidades do Poder Público Federal, demandando o deslocamento dos técnicos das Equipes de Gestão de Documentos do Arquivo Nacional responsáveis pela capacitação, inviável devido à pandemia. Em um esforço para atingir a meta programada, o AN disponibilizou cursos adaptados para a modalidade EaD.

No que concerne à Política Nacional de Arquivos, o AN supervisionou a conclusão da adequação do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ ao Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extinguiu e estabeleceu

diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal.

Em cumprimento do Decreto nº 10.148 de 2 de dezembro de 2019, que alterou a estrutura e funcionamento do Conselho, foi realizado o processo de seleção pública para vagas de conselheiros do CONARQ, importante instrumento de transparência e incentivo à participação da sociedade civil na definição da política nacional de arquivos públicos e privados.

Dentre as ações que foram realizadas em apoio ao CONARQ, cabe mencionar a prestação de 126 orientações técnicas a órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR e inseridas 24 novas instituições no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (Codearq). Com relação aos acessos ao sítio eletrônico do CONARQ, foram 743.194 acessos. Ainda, o Conselho revisou 03 normas.

Também foi realizado o evento Encontro dos Arquivos Públicos Estaduais e do Distrito Federal, em dezembro de 2020, na modalidade virtual, como forma de promover a integração e a disseminação de boas práticas de gestão entre os arquivos públicos. Participaram 17 dos 25 arquivos públicos estaduais e o Distrito Federal instituídos no país, correspondendo a 68% do público-alvo. Com a transmissão pelo Facebook do CONARQ, foram 7.950 pessoas alcançadas pelo evento.

No âmbito da oferta de vagas para capacitações voltadas ao público externo, ressalta-se que o indicador envolve várias unidades, quais sejam: o AN, a Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON, o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, a Polícia Federal – PF e a Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública – SEGEN. Nesse sentido, destacam-se os seguintes resultados:

a) O AN preencheu 384 vagas para cursos voltados à gestão de documentos para servidores públicos de órgãos e entidades do SIGA, número inferior à

meta estabelecida para o período que era de 1.650. Tal redução ocorreu devido à impossibilidade da realização dos cursos presenciais previstos, em razão das medidas de restrição impostas pela pandemia e à dificuldade em adaptar os referidos cursos para a modalidade à distância.

Ressalta-se que o não alcance da meta pelo AN não prejudicou a meta total estabelecida para o indicador de preencher 140.730 vagas de capacitação para o público externo. Considerando que o indicador envolve o resultado de várias outras unidades, cujos resultados foram bastante expressivos. O resultado alcançado nesse indicador foi, aproximadamente, 85% maior que a meta estabelecida para o período, totalizando 258.121 vagas preenchidas.

b) A SENACON lançou, em 2020, cinco novos cursos pela Escola Nacional de Defesa do Consumidor – ENDC com as seguintes temáticas: Práticas Abusivas, Vício do Produto e Serviço, Elaboração de Projetos, Crime contra as Relações de Consumo e É da sua Conta Etapa Básica. Além disso, com o intuito de melhorar a interface do seu sistema com os usuários, foi realizada a atualização da plataforma EaD da ENDC (moodle) da versão 3.6 para a versão 3.8. Como resultado desses avanços foram preenchidas 38.487 vagas em cursos de capacitação promovidos pela Secretaria em sua área de atuação. Um número superior ao estabelecido para meta do ano, que foi de 20 mil e maior que o resultado de 2019, quando 27 mil pessoas estiveram matriculadas em cursos (EaD/Presencial) na temática de defesa do consumidor

c) Em 2020, o DEPEN, por meio da Escola de Formação e Aperfeiçoamento Penitenciário e de parcerias com a Fundação Pitágoras e a Rede EaD SEGEN, preencheu o quantitativo de 8.236 vagas, superando em cerca 64,6% a meta estabelecida para o ano, que era de 5.000.

d) Por intermédio da Academia Nacional de Polícia – ANP, a PF atua no fomento e na disseminação dos conhecimentos afetos à segurança pública

para a comunidade brasileira, órgãos de segurança pública e entidades parceiras por meio da plataforma de ensino a distância ANP Cidadã (ead.dpf.gov.br). Cabe ressaltar que, além do atendimento à comunidade por meio dos cursos à distância, a PF promove também treinamentos presenciais, utilizando as instalações da ANP, em que a participação da comunidade brasileira se dá por meio da oferta de vagas em cursos próprios e em treinamentos exclusivos e fechados para órgãos públicos e entidades de segurança pública.

Nesse sentido, visando à capacitação de pessoas externas ao órgão nos diversos cursos ofertados, foi estabelecida para a PF a meta de preencher 10.580 vagas de capacitação em 2020. No entanto, o resultado alcançado pela PF ultrapassou cerca de 295% a meta estabelecida. Em 2020 foram preenchidas 41.604 vagas em capacitações disponibilizadas ao público externo por meio da plataforma ANP Cidadã e em cursos na modalidade presencial, representando um incremento significativo de cerca 91,4% em relação ao exercício 2019, quando foram preenchidas 21.744 vagas.

ANO	PÚBLICO EXTERNO À PF	Meta MJSP	Atingimento da meta %
2020	41.604	10.580	295%
2019	21.744	9.200	236%
2018	8.266	13.000	63%
2017	8.489	13.000	65%

Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo.

Na modalidade EaD, em 2020, a PF capacitou 41.226 pessoas na plataforma ANP-Cidadã, em diversos tipos de capacitação, tendo como público alvo, empresas que trabalham com produtos químicos controlados, a comunidade em geral, bem como, órgãos de segurança pública, dentre outros. Na modalidade presencial, em 2020 a PF capacitou 378 pessoas externas ao seu quadro de servidores, dentre convidados de outras entidades ou forças de segurança, nacionais e internacionais. Tal situação decorreu, em especial, em função das restrições de mobilidade e das ações de isolamento provocadas pela pandemia referente à COVID-19, o que levou à uma busca maior por eventos à distância em detrimento dos eventos presenciais, favorecendo o acesso à plataforma ANP Cidadã.

e) No âmbito das capacitações voltadas para o combate à corrupção e à Lavagem de Dinheiro, promovidas pela SENAJUS, as capacitações presenciais que estavam previstas para o ano tiveram que ser adaptadas para o formato virtual tendo em vista a pandemia. A procura maior por cursos à distância acabou alavancando o número de vagas de capacitação preenchidas por pessoas externas. Assim, no ano de 2020, foram capacitados 7.707 agentes públicos na temática de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, superando em cerca de 120% a meta estabelecida para o período que foi de preencher 3.500 e maior também que o total de capacitados nas modalidades presencial e EaD no ano de 2019, que foi de 2.814.

f) A SEGEN, foi criada no âmbito da estrutura do Ministério, no ano de 2020, pelo Decreto nº 10.379, de 2020, que alterou o Decreto nº 9662, de 2019, com o objetivo de apoiar os órgãos do Ministério que atuam na área de segurança pública por meio da coordenação das atividades relacionadas à gestão dos recursos de segurança pública e da promoção da valorização, do ensino e da capacitação dos profissionais de segurança pública.

Nesse sentido, a referida Secretaria passou a concentrar as atividades de relacionadas à capacitação e realização de cursos, para que as demais Secretarias pudessem focar em sua atuação relacionada à elaboração e execução das políticas públicas voltadas para segurança pública.

Para o ano de 2020, foi estabelecida para a SEGEN a meta de preencher 100.000 vagas em capacitações disponibilizadas ao público externo. Apesar dos desafios impostos pela pandemia, o resultado alcançado foi de 61,7% maior que a estipulada para o período, chegando a preencher 161.703 vagas de capacitações.

PRINCIPAIS RESULTADOS DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS EM 2020

Projeto Estratégico: Aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA

O presente projeto estratégico tem por objetivo fortalecer o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal - SIGA e sua atuação como sistema estruturador das atividades de gestão de documentos de arquivo da Administração Pública Federal. O projeto prevê a construção de cenários prospectivos para a gestão documentos e arquivos na administração pública federal e a reestruturação de sistema de governança do SIGA, bem como a instituição da Política e a implementação do Programa de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal e o desenvolvimento de sistema informatizado estruturante para o SIGA, de acordo com os requisitos do Modelo e-ARQ Brasil SIGAD. Busca-se, com o projeto, aperfeiçoar a

prestação de serviços aos órgãos e entidades do SIGA pelo AN e ampliar o grau de desenvolvimento em gestão de documentos e arquivos dos órgãos e entidades do Sistema.

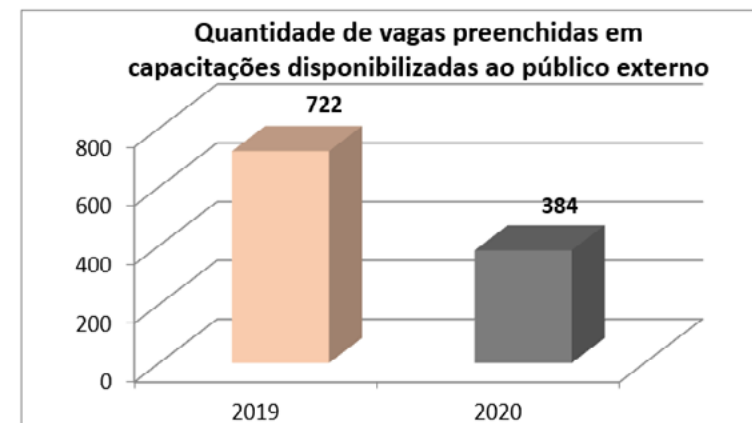
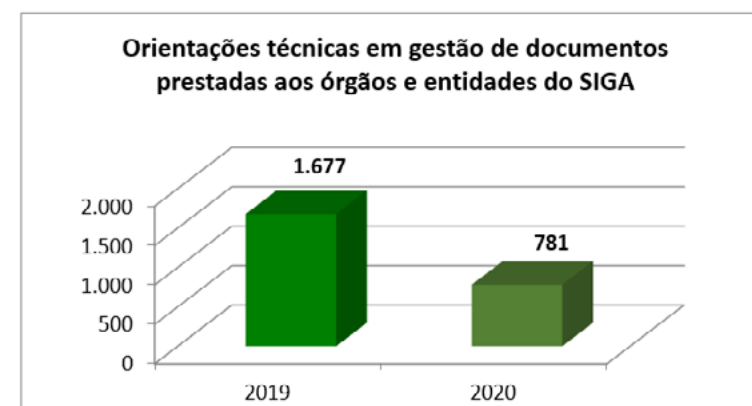
O SIGA consiste em um sistema estruturador que organiza as atividades de gestão de documentos e arquivos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com a finalidade de racionalizar a produção, reduzir os custos operacionais e de armazenagem e garantir, de forma ágil e segura, o acesso aos documentos de arquivo, bem como preservar o patrimônio documental arquivístico da Administração Pública Federal.

O AN, como órgão central do SIGA, tem como competências orientar e acompanhar, junto aos órgãos e às entidades integrantes do sistema, a implementação da política de gestão de documentos e arquivos nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, em conjunto com a Comissão de Coordenação do SIGA. Dessa forma, atua na definição e disseminação de instrumentos normativos, diretrizes e recomendações, na aprovação de instrumentos técnicos de gestão de documentos, na prestação de orientação técnica e na capacitação dos órgãos e das entidades integrantes para a implantação de programas de gestão de documentos, bem como na promoção de cooperação técnica com instituições e sistemas afins.

A atuação do AN, na gestão de documentos, é essencial para a definição dos documentos que serão preservados como patrimônio documental do Poder Executivo Federal, assim como para o aprimoramento dos mecanismos e instrumentos de acesso à informação e transparência ativa e passiva e para a racionalização da produção, classificação, tramitação, uso, avaliação, preservação e arquivamento de documentos, informações e dados da Administração Pública Federal.

Nessa toada, no ano de 2020, o AN prestou 781 orientações técnicas à 164 órgãos e entidades integrantes do SIGA. No âmbito das capacitações, foram preenchidas 384 vagas em capacitações disponibilizadas ao público externo

em gestão de documentos para servidores públicos de órgãos e entidades do SIGA, abordando os procedimentos de protocolo, os princípios da gestão de documentos, a gestão de documentos produzidos em sistemas informatizados e a gestão e a preservação de documentos arquivísticos digitais, observando as normativas emanadas do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ e do AN.



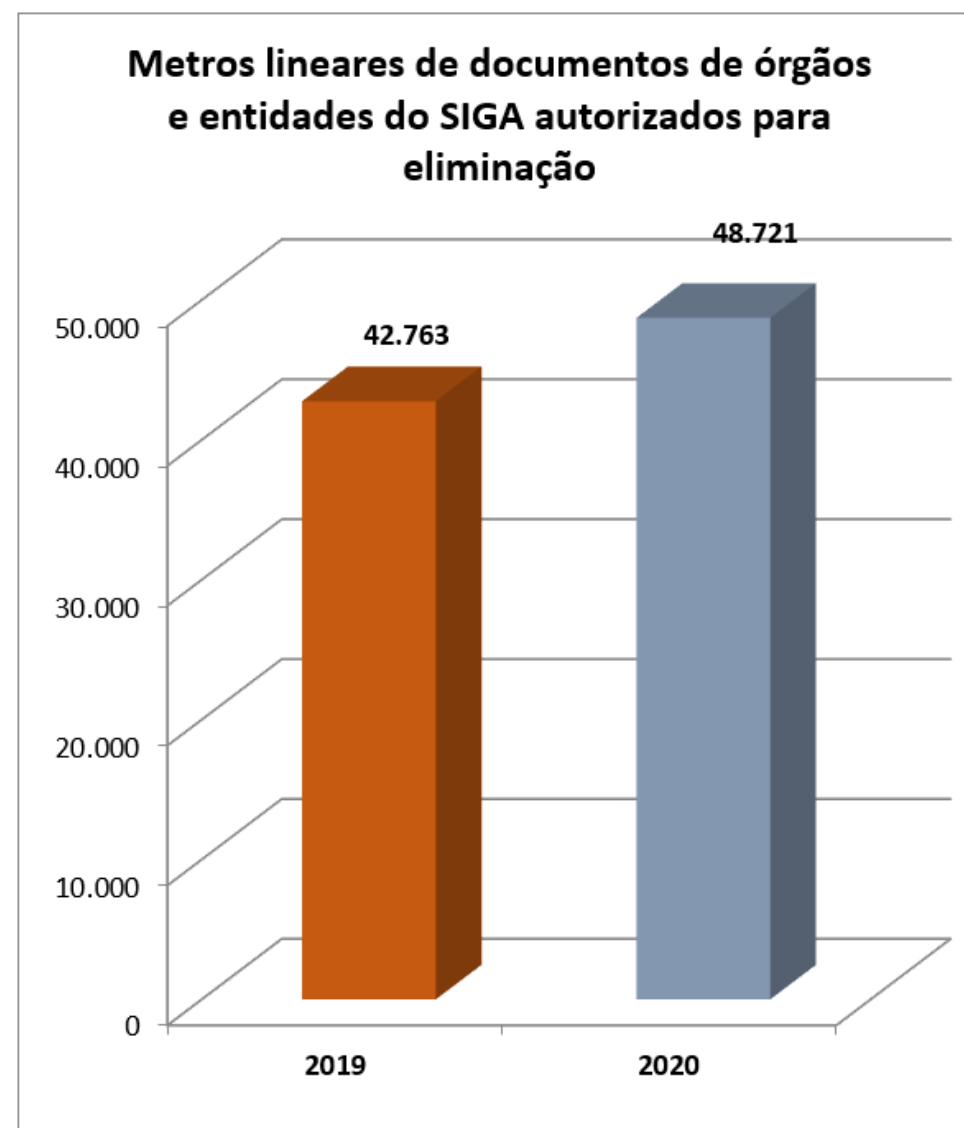
Fonte: Arquivo Nacional/MJSP

O percentual de 38,61% de órgãos e de entidades do SIGA com Código de Classificação de Documentos - CCD e Tabela de Temporalidade e Destinação - TTD de documentos de arquivos das atividades-fim aprovados superou a meta de 37,5% definida para 2020. A finalidade desse indicador é monitorar a elaboração de Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de documentos das atividades-fim nos órgãos e entidades do SIGA, subsidiando a revisão e a proposição de ações e diretrizes do AN como órgão central do SIGA, tais como orientação técnica e capacitação.

A eliminação de documentos pelos órgãos e entidades integrantes do SIGA deverá ocorrer depois de concluído o processo de avaliação e seleção conduzido pelas respectivas Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos – CPAD. O AN, até dezembro de 2019, autorizava a eliminação de documentos quando eram cumpridos os procedimentos estabelecidos na Resolução nº 40, de 9 de dezembro de 2014, que substituiu a Resolução nº 7, de 20 de maio de 1997, do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, ambas revogadas.

A partir da publicação do Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019, a eliminação de documentos deverá ser efetuada por meio da elaboração de Listagem de Eliminação de Documentos pela CPAD, de acordo com a Resolução nº 44, de 14 de fevereiro de 2020, a ser submetida para aprovação do titular do órgão ou entidade produtor ou acumulador do arquivo. Atualmente, o AN faz o monitoramento da publicação dos editais de ciência de eliminação dos órgãos e entidades integrantes do SIGA. Foram publicados no DOU 106 Editais de Ciência de Eliminação de 72 órgãos e entidade e esses elaboraram 38 listagens de eliminação de documentos.

De janeiro a dezembro de 2020, os órgãos e entidades integrantes do SIGA, informaram sobre a eliminação de 48.721 metros lineares de documentos (cerca de 341 milhões de páginas), o que corresponde a um aumento de cerca de 13% em relação a 2019.



Fonte: Arquivo Nacional/MJSP

Em 2020, o AN, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – Ipea, deu início ao projeto de construção de cenários prospectivos para o SIGA, que visa identificar possíveis cenários para o futuro do Sistema na Administração Pública Federal. Já com a Universidade Federal Fluminense – UFF está desenvolvendo cursos de capacitação na modalidade de educação a distância para disponibilização na Escola Virtual de Governo (ENAP) nos assuntos relacionados à gestão e preservação de documentos voltados a servidores públicos federais. Os cursos que serão disponibilizados no primeiro trimestre de 2021 são: Introdução às práticas arquivísticas – 27 h/aula; Procedimentos e Práticas Arquivísticas – 73 h/aula; e Gerenciamento de Serviços Arquivísticos – 15/aula.

Destaca-se, ainda, a realização de outras iniciativas empreendidas para aprimoramento do SIGA como a consulta pública de Decreto da PGDeARQ que define a Política de Gestão de Documentos e Arquivos do Poder Executivo Federal, revisão de instrumentos normativos do SIGA (Portaria nº 47, de 2020 que atualizou a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos - TTD de atividades-meio; Portaria nº 272, de 2020 que regulamentou o Plano de Destinação de Documentos para eliminação de conjuntos documentais; e o desenvolvimento do Sistema de Governança do SIGA.

Em abril de 2020, o AN aderiu ao Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado – TransformaGov que teve como uma de suas ações a elaboração de Termos de Referência para contratação centralizada de serviços arquivísticos para atender aos órgãos e às entidades do SIGA, em parceria com a Central de Compras/SEGES/ME, abrangendo os seguintes temas:

- i) processamento e tratamento técnico do acervo;
- ii) desenvolvimento de estudos para elaboração de Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos das Atividades-

fim dos integrantes do SIGA;

iii) digitalização de documentos;

iv) contratação, construção ou adaptação de locais e equipamentos de guarda de documentos físicos; e

v) realização de diagnóstico arquivístico para apoiar a elaboração de Planos de Gestão de Documentos e Arquivos pelos órgãos da APF.

Ademais, segue em desenvolvimento o Sistema de Informações Gerenciais do SIGA, o SIG-SIGA, em produção com a fábrica de software do MJSP, a partir da utilização da metodologia Scrum e a solução para recolhimento dos documentos de sistemas de negócios dos órgãos e entidades do SIGA ao repositório digital do AN, em parceria firmada com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT.

Em parceria com a Advocacia Geral da União – AGU, a Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES/ME) e a Secretaria Especial de Modernização do Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República, o AN está desenvolvendo o SUPER.BR que é uma plataforma de integração dos órgãos e entidades para aprimoramento da gestão de documentos e processos de forma eletrônica para toda a Administração Pública. O SUPER.BR está sendo desenvolvido para atender as especificações técnicas e funcionais do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil), aprovado pelo CONARQ. O lançamento oficial do SUPER.BR foi realizado em 26 de novembro de 2020 pela Presidência da República.

PROJETO ESTRATÉGICO: Aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA**Principais inovações e melhorias implementadas**

- Ampliação e melhoria da infraestrutura tecnológica para guarda e preservação do acervo (aquisição de storages).
- Implementação do RDC-ARQ e melhoria dos sistemas de segurança da informação.
- Redistribuição de GISTEs/SIGA para estruturação e fortalecimento dos órgãos setoriais do sistema (unidades de gestão) e das subcomissões de coordenação do SIGA (instâncias de governança).
- Consolidação de parcerias com outros sistemas estruturadores da APF no desenvolvimento de projetos afins à área.
- Incremento das exposições virtuais do AN.
- Incremento dos eventos técnicos-científicos por meio de plataformas digitais ampliando alcance de número de participantes.

Principais inovações e melhorias a serem implementadas

- Consolidação da metodologia utilizada pelo AN na elaboração de instrumentos de gestão de documentos.
- Elaboração do manual de procedimentos de gestão de documentos e arquivos para adoção pelos órgãos setoriais e seccionais do SIGA.
- Criação de um laboratório para digitalização e restauração digital de imagens fixas e em movimento.
- Aquisição de novos escâneres para ampliação da capacidade de reformatação do acervo.
- Aprimoramento da comunicação entre os órgãos do SIGA.
- Implementação do Plano de Gestão de Documentos nos órgãos integrantes do SIGA.

Principais desafios enfrentados no exercício

- Prejuízo na articulação com os órgãos e entidades do SIGA, devido à falta de adaptação dos processos de trabalho às condições impostas pelas medidas de enfrentamento à epidemia da COVID-19, principalmente, nos primeiros meses do ano de 2020.
- Quadro deficitário de servidores e estagiários nas equipes em função da rotatividade, afastamentos e aposentadorias.

Principais desafios a serem enfrentados

- Aumento do número de órgãos e entidades integrantes do SIGA com instrumentos técnicos de gestão de documentos relativos às atividades-fim aprovados tendo em vista que este é um pré-requisito para o desenvolvimento de planos de gestão de documentos).
- A articulação com os órgãos do SIGA.
- Permanência das medidas restritivas de prevenções e enfrentamento da COVID-19.

Riscos

- Diminuição ou interrupção de algumas atividades presenciais em função de piora da pandemia.
- Redução na capacidade de atendimento do AN junto aos órgãos e entidades integrantes do SIGA por insuficiência de pessoal técnico-especializado, bem como de recursos tecnológicos e orçamentários.
- Insuficiência na evolução dos órgãos e entidades integrantes do SIGA em Gestão de Documentos.
- Prejuízo no desenvolvimento das atividades de orientação técnica, que é realizada por meio de parcerias.

Perspectivas para o futuro

- Publicação da Política de Gestão de Documentos e Arquivos, implantação do Programa de Gestão de Documentos (PROGED) com consequente ampliação dos Planos de Gestão de Documentos desenvolvidos pelos órgãos setoriais e seccionais do SIGA.
- Disponibilização para os órgãos do Sistema de Informações Gerenciais do SIGA, o SIG-SIGA.
- Publicação dos resultados dos Cenários Prospectivos do SIGA.
- Fortalecimento do SIGA e maior efetividade como sistema estruturador da Administração Pública Federal.

PRINCIPAIS RESULTADOS DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS EM 2020**Projeto Estratégico: Fortalecimento do Arquivo Nacional Digital**

O projeto estratégico tem por objetivo o fortalecimento do AN como entidade custodiadora nacional, permitindo exercer o protagonismo no recolhimento, custódia e preservação da documentação digital, especialmente a documentação permanente da Administração Pública Federal. Prevê ainda o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Informações do AN - SIAN e a ampliação da disponibilização do acervo em meio digital, com vistas à ampliação da capacidade de recolhimento, custódia e preservação e do acesso aos documentos da Administração Pública Federal.

O AN é responsável por coordenar as atividades de preservação, acesso e difusão dos documentos sob a sua custódia, um valioso patrimônio documental que imprime aspectos históricos, sociais e culturais da sociedade brasileira, bem como da administração do Estado desde o Império aos dias atuais, além da documentação colonial cuja mais antiga data do séc. XV. Integram o acervo do AN, em sua Sede no Rio de Janeiro e na sua Coordenação Regional em Brasília, mais de 60 km de documentos textuais, além de documentos iconográficos, cartográficos, audiovisuais, sonoros e uma coleção de livros raros. O acervo digital ocupa, atualmente, 559,50 terabytes do repositório digital. A preservação dos documentos é feita por meio de ações de controle, processamento técnico, conservação, restauração e reformatação dos documentos para a disponibilização de informações ao cidadão. O AN também presta orientação técnica e realiza capacitação de instituições custodadoras de acervos arquivísticos, principalmente a órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Os documentos sob a custódia da instituição podem ser acessados por meio das bases de dados disponibilizadas no portal da instituição, especialmente

o SIAN. Além disso, o AN realiza atendimentos presenciais e à distância para promover o acesso público ao acervo documental, orientando os usuários na utilização das bases de dados e instrumentos de pesquisa produzidos pela Instituição, além de supervisionar a consulta aos originais.

Ressalta-se que o atendimento à distância que se destinava a facilitar o acesso à informação às pessoas físicas de fora da cidade do Rio de Janeiro, às pessoas com restrições motoras, às solicitações objetivas de produtoras culturais, para fins jornalísticos e para órgãos públicos de qualquer localidade, na pandemia, foi estendido a todos.

Dentre as ações de difusão do acervo, o AN realiza exposições presenciais e virtuais, promove eventos culturais e técnico-científicos (seminários, mesas-redondas, exposições) e também oferece visitas guiadas. A Sede no Rio de Janeiro e a Coordenação Regional no Distrito Federal estão abertas à visita do público em geral. Também realiza a difusão do acervo e a divulgação dos serviços institucionais por meio da edição de publicações, da implementação do programa editorial e da produção de material gráfico e de conteúdo nos sítios institucionais. Realiza ainda ações educativas que promovem a aproximação com as práticas arquivísticas em diferentes setores da sociedade contribuindo para a percepção do documento de arquivo como parte integrante do nosso patrimônio documental. Com isso, promove o diálogo com as instituições de ensino desde a educação básica ao ensino superior, oferecendo sessões de cinema educativo, oficinas especializadas, visitas ao arquivo, material de apoio aos professores, e também promove e participa de cursos, encontros e seminários na área.

No que se refere às ações de Preservação do Acervo, o AN atuou em 174 fundos documentais melhorando a disponibilização de informações ao

cidadão, por meio das seguintes ações: i) processamento técnico de 54.143 documentos; ii) reformatação de 502.785 documentos; iii) conservação de 20.882 documentos; iv) restauração de 597 documentos; e v) emissão de 628 certidões probatórias.

Importante destacar que em dezembro de 2019, o Repositório Arquivístico Digital Confiável - RDC-ARQ do AN entrou em operação e durante o ano de 2020 promoveu-se a preservação de 2.066.009 documentos digitais.

Além disso, foram prestadas 15 orientações técnicas e capacitadas 162 pessoas de diversas instituições custodiadoras de acervos. Foram inseridos no SIAN, 379.956 novos registros de informações sobre o acervo custodiado, bem como disponibilizados 1.462.349 documentos digitais para acesso online ao público no sistema, representando um aumento de 190,9% em relação ao ano anterior.

Visando à ampliação da capacidade de armazenamento e preservação do acervo físico e digital do acervo, o AN instalou arquivos deslizantes com a capacidade para armazenamento seguro de 3.720 metros lineares de documentos. Foi habilitado, pelo Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, o projeto “Preservação do Patrimônio Documental Nacional: tecnologias para armazenamento seguro, digitalização e difusão do acervo do Arquivo Nacional”, que prevê a aquisição de infraestrutura tecnológica de ponta para o armazenamento seguro do acervo físico e digital.

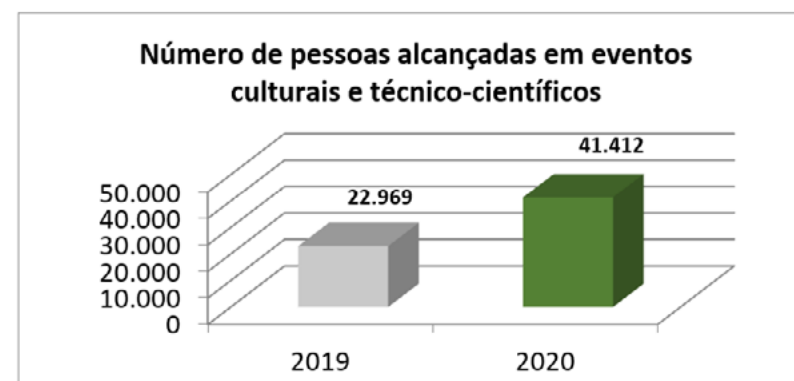
Em 2020, houve a adesão de 66 entidades custodiadoras de acervos arquivísticos ao Diretório Brasil de Arquivos - DIBRARQ. O Diretório possibilita a pesquisa e promove a difusão dos fundos arquivísticos brasileiros e, ainda, é um instrumento de acompanhamento do AN, especialmente, dos acervos arquivísticos da Administração Pública Federal, em um processo de custódia compartilhada entre o AN e os órgãos produtores desses acervos, bem como de identificação de todos os acervos arquivísticos brasileiros. Para isso, o AN e o Conselho Nacional de Arquivos disponibilizam um aplicativo de descrição

arquivística integralmente voltado para web, com base nas normas do Conselho Internacional de Arquivos - CIA.

Importante destacar o Acordo de Cooperação Técnica com a Associação Brasileira da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias para organização, digitalização e disponibilização dos acervos mais consultados do AN, referentes a registros de imigração, e o início do desenvolvimento do novo Sistema de Informações do AN, com vistas à melhoria do atendimento ao cidadão.

Quanto às ações de Difusão do Acervo, foram editadas 20 publicações técnico-científicas (uma publicação a mais, comparativamente a 2019) e realizados 23 eventos técnico-culturais. O público alcançado em eventos culturais e técnico-científicos foi de 41.412 (aumento de 80,3% em comparação ao ano de 2019).

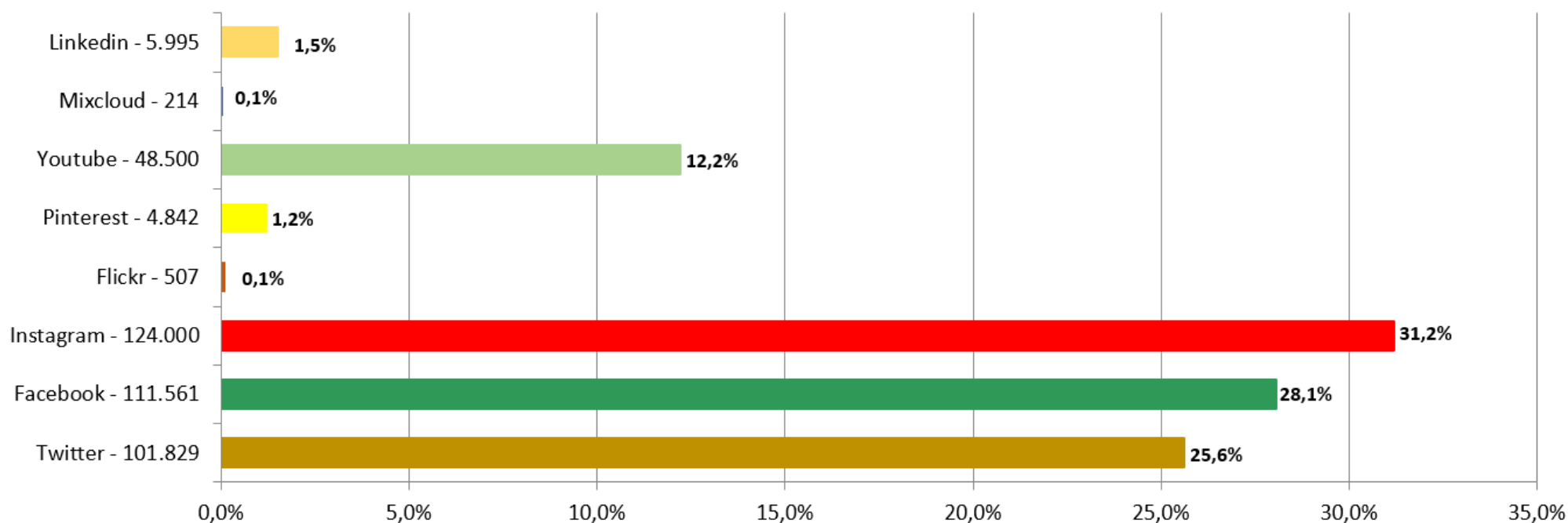
Esse aumento expressivo se deve ao maior investimento do AN em eventos técnico-científicos virtuais em decorrência da suspensão dos eventos presenciais, a partir de março, causadas pela pandemia da COVID-19 e consequentes medidas de distanciamento social. Por outro lado, as medidas restritivas acabaram impactando as ações educacionais realizadas pelo AN.



Fonte: Arquivo Nacional/MJSP

Os sítios eletrônicos de difusão do acervo registraram 6.616.476 acessos e as redes sociais alcançaram 397.448 seguidores ao final de 2020 (aumento de 47,8% comparativamente a 2019). Destacam-se as páginas do Arquivo Nacional no Instagram e Facebook como o maior e a 5ª maior, respectivamente, perfil de instituições arquivísticas nessas mídias sociais no mundo.

Quantidade de seguidores nas Redes Sociais do Arquivo Nacional



Fonte: Arquivo Nacional/MJSP

No ano de 2020, foram digitalizados 159.530 documentos arquivísticos. O resultado, que fica 20,2% abaixo da meta para o ano no indicador estratégico do AN “Documentos arquivísticos digitalizados”, reflete a dinâmica de enfrentamento à pandemia da COVID-19 que priorizou a destinação dos recursos humanos às atividades que poderiam ser desenvolvidas de forma remota, mantendo as atividades presenciais, como o processamento técnico e preservação de documentos físicos, em um mínimo estritamente necessário para a segurança do acervo documental e garantia do acesso aos documentos pelo cidadão.

PROJETO ESTRATÉGICO: Fortalecimento do Arquivo Nacional digital**Principais inovações e melhorias implementadas**

- Implementação de melhorias em seus processos e procedimentos de trabalho; especialmente aprimoramento de instrumento de pesquisa, reorganização de equipes e aperfeiçoamento do SIAN e dos mecanismos de atendimento ao usuário.
- Inclusão no plano geral de contratações, do serviço de transporte para a realização de eventos e exposições.
- Edição das Portarias AN/MJSP nº 262 e 263, ambas de 19 de outubro de 2020, que estabelecem os procedimentos para transcrição de documentos e emissão de certidões nato-digitais por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI do AN.
- Desburocratização do processo de autorização para eliminação de documentos pelos órgãos e entidades do poder executivo federal sem prejuízo das boas práticas arquivísticas e da efetiva avaliação pelas respectivas CPADs.
- Medidas de segurança institucional e de proteção ao acervo: CFTV, obras de prevenção e combate a incêndio.

Principais inovações e melhorias a serem implementadas

- Aprimoramento do SIAN para melhoria de suas funcionalidades técnicas, da navegabilidade para o usuário e para o recolhimento automatizado de documentos nato digitais.
- Aprimoramento do mapeamento e estabelecimento de fluxos dos processos trabalho.
- Priorização e aperfeiçoamento dos eventos virtuais.
- Adoção de mais soluções digitais para as ações educativas: visitas técnicas virtuais, visita de realidade virtual (360º) ao prédio do AN; oficinas de professores virtuais; materiais digitais para professores com recursos multimídia e de acessibilidade; jogos educacionais eletrônicos, etc.
- Instrumentalização para captação de recursos através das políticas de incentivos culturais para realização do festival Arquivo em Cartaz.

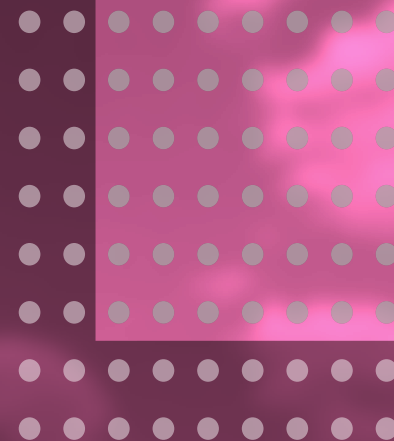
Principais desafios enfrentados no exercício

- Interrupção das atividades presenciais imposta pelas medidas restritivas de prevenção e enfrentamento à COVID-19.
- Necessidade de adaptação à modalidade de trabalho remoto.
- Suspensão de oficinas e cursos presenciais em gestão de documentos afetando o programa de capacitação em gestão de documentos.
- Falta de capacitação em tecnologias digitais para a equipe EDARQ.
- Necessidade de financiamento para projetos educacionais que usam tecnologias digitais.

Principais desafios a serem enfrentados

- Reestruturação do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR
- Readequação das atividades de preservação e processamento técnico após a pandemia.
- Adoção de mais soluções digitais para as ações educativas: visitas técnica virtual, visita realidade virtual 360º ao prédio tombado; oficinas de professores virtuais; materiais digitais para professores com recursos multimídia e de acessibilidade; jogos educacionais eletrônicos, etc;

Riscos	Perspectivas para o futuro
• Não implementação da política nacional de arquivos pelos órgãos do SINAR. • Não cumprimento da missão do CONARQ de definição e implementação da política nacional de arquivos devido à baixa institucionalidade do SINAR. • Descontinuidade de prestação de serviço em atividades de apoio ao processamento técnico e preservação e a suspensão temporária de acordos de cooperação técnica. • Eliminação de documentos pelos órgãos e entidades sem o devido processo de avaliação e seleção.	• Fortalecimento das competências do CONARQ. • Alteração da forma de atuação do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR. • Melhoria dos processos de trabalho finalísticos e gerenciais do Arquivo Nacional.



CAPÍTULO
05

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Ministério da Justiça e Segurança Pública



MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis – DCONs do Ministério foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBCT SP do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP - 8ª edição e o Manual SIAFI, referente ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

As DCONs foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 30000 – MJSP.

As estruturas e a composição das DCONs, de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, são compostas por:

Balanço Patrimonial – BP.

Demonstração das Variações Patrimoniais –DVP.

Balanço Orçamentário – BO.

Balanço Financeiro –BF.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido –DMPL.

Notas Explicativas – NE.

Em observância à Decisão Normativa TCU nº 187, de 09 de setembro de 2020, Anexo I, no qual estão relacionadas as Unidades Prestadoras de Contas – UPCs do MJSP, para fins de consolidação do Relatório de Gestão do exercício de 2020, destacamos:

1) O órgão SIAFI “Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal” foi desativado, portanto, não apresentou movimentação financeira, orçamentária e patrimonial em 2020. O controle de toda a execução é realizada na UG Tesouro, sendo identificada por meio dos programas de trabalho, fontes de recursos e planos internos.

2) Devido a limitações do SIAFI, não foi possível extrair as demonstrações contábeis do MJSP sem espelhar as UPCs FUNAI e CADE. No entanto, nas notas explicativas apresentadas, onde houve composição de saldos, foram segregados os valores das contas contábeis por órgão, com o fim de melhor adaptação deste relatório às regras de consolidação estabelecidas para Relatório de Gestão do exercício de 2020.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MJSP, levando-se em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira devem ser

convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Atualmente, não existem saldos em moeda estrangeira no MJSP.

Caixa e equivalentes de caixa

Expressam dinheiro em caixa na conta única, demais depósitos bancários e aplicação de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria, conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872, de 1986, é mantida no Banco Central do Brasil e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive do fundo e da fundação. No MJSP, ela é representada pela Conta Única Recursos Tesouro Nacional.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, no MJSP, com dívida ativa não tributária. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Atualmente, não são constituídos ajustes para perdas dos créditos. Compreendem, ainda, outros direitos a receber, a curto prazo, relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos da folha de pagamento dos servidores; (ii) créditos por dano ao patrimônio;

(iii) créditos a receber decorrentes de infrações; e (iv) adiantamentos de repasse por termos de execução descentralizada. Os estoques, por sua vez, são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, principalmente com: (i) dívida ativa não tributária; (ii) créditos a receber decorrentes de infração e (iii) crédito por dano ao patrimônio. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original, porém não são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Não são realizados os ajustes para perdas.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Esses reconhecidos, a princípio, com base no valor de aquisição, construção ou produção e, posteriormente, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se tais gastos não gerarem benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I - Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II - Reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; e
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema

sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, no MJSP são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Não são deduzidos os saldos da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) em razão de limitações no sistema de gestão patrimonial.

Apuração do resultado

No modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; e (iii) demais obrigações.

Apuração do resultado

No modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

1 Patrimonial

A confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e das Variações Patrimoniais Diminutivas - VPDs implica a apuração do resultado patrimonial. As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

2 Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964. Desse modo, compõem o exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit ou déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

3 Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR DO MJSP



Sérgio Rodrigues da Silva
Contador do MJSP

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2020 do MJSP, refletindo a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas na referida data, e pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, presente no Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2020, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320, de 1964, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com o Manual SIAFI, exceto quanto aos assuntos mencionados a seguir:

Bens Móveis

Durante o exercício financeiro de 2020, houve avanços quanto aos desafios em busca da melhoria no controle do acervo patrimonial, em especial, relativos aos bens móveis. O principal objetivo, em relação a 2019, era a implementação do Sistema Integrado de Administração de Serviços – Siads.

O Siads é um sistema de gestão patrimonial de estoques de materiais, bens patrimoniais e serviços de transporte, sob a gestão da STN do Ministério da Economia – ME, integrado com o SIAFI, voltado a permitir o controle permanente dos registros dos bens, da depreciação, da realização de inventários e automação do registro contábil.

O Siads foi implementado:

- Na Coordenação-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais – CGDS, da Subsecretaria de Administração da Secretaria-Executiva do MJSP, que realiza a gestão dos bens patrimoniais das unidades: Fundo de Defesa dos Direitos Difusos – FDD e Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD

(excetuando-se os bens apreendidos e perdidos); Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN.

- No Arquivo Nacional – AN, onde está em fase de conferência e acerto contábil dos registros patrimoniais.
- No Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, que passou a dispor de gestão própria do acervo patrimonial.
- No Fundo Penitenciário Nacional – Funpen, que também passou a dispor de gestão própria do acervo patrimonial.

Cabe registrar que a Polícia Federal – PF e a Polícia Rodoviária Federal – PRF não farão adesão ao sistema em razão dos seguintes motivos:

- A PF já possui um sistema de gestão patrimonial que contém especificações e funcionalidades não disponíveis no Siads. Uma eventual migração ao sistema referenciado poderia acarretar na perda de controle efetivo do acervo patrimonial. Além disso, há bens adquiridos sob o bojo do sigilo de investigação, cujas informações devem constar em cadastro restrito, a fim de não prejudicar sua gestão estratégica.
- A PRF também possui um sistema de gestão patrimonial com especificações e funcionalidades não disponíveis no Siads. A migração traria prejuízos ao controle patrimonial, reduzindo a transparência das informações existentes, e à gestão de equipamentos de uso controlado, que são integrados a um planejamento logístico.

A CGDS passou a constituir uma Unidade Gestora Executora no Siafi, onde ocorrem atualmente os registros dos atos e fatos administrativos ligados à gestão do acervo patrimonial sob sua responsabilidade. Durante o exercício de 2020, houve esforço no sentido de regularizar os registros contábeis com o Siads. Restam pendentes os procedimentos de reavaliação de bens móveis.

O AN não passou por procedimentos de inventário ou reavaliação de bens móveis.

Na PF não foi concluído o inventário de 15,1% do total dos bens registrados em “móveis” no órgão.

A PRF não concluiu o procedimento de inventário, sendo que passaram pelos procedimentos de avaliação, em 2018, apenas os veículos de tração mecânica, que representam 38% de seus bens móveis.

Bens Imóveis

Em consulta ao SPIUnet, verificou-se que 64,31% (R\$ 74,84 bilhões) do total em bens imóveis contabilizados no MJSP estão com os prazos dos laudos das avaliações fora da validade, o que prejudica a fidedignidade da representação monetária desses bens no Balanço Patrimonial.

A FUNAI, apesar de se tratar de uma Unidade Prestadora de Contas que não integra este Relatório de Gestão, concentra 98,19% desses valores, tendo em vista não ser possível realizar essa segregação nas Demonstrações Contábeis, conforme descrito anteriormente na “Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis”.

Cumprir informar que a reavaliação é definida com base em laudo específico por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. As Unidades dependem de interação com a SPU para a realização dos procedimentos de reavaliação.

O FUNAD possui como recursos bens apreendidos ou sequestrados em decorrência do tráfico de drogas de abuso, ou de qualquer forma utilizados em atividades ilícitas de produção ou comercialização de drogas abusivas, ou, ainda, que foram adquiridos com recursos provenientes do referido tráfico, e perdidos em favor da União. Dentre eles, bens imóveis que não

possuem registro patrimonial no SIAFI ou registrados com valores que não refletem sua real representação. A STN apresentou proposta de roteiro de contabilização voltado à evidenciação desses bens, nas contas contábeis. A proposta encontra-se em apreciação no âmbito deste MJSP.

Brasília-DF, 29 de janeiro de 2021.

SÉRGIO RODRIGUES DA SILVA

Contador do Ministério da Justiça e Segurança Pública

CRC nº 021.289/O-9

GESTÃO CONTÁBIL

Atuação da Coordenação-Geral de Contabilidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública

A Coordenação-Geral de Contabilidade – CGCONTAB, que integra o Sistema de Contabilidade Federal – SCF como Unidade Setorial de Contabilidade, atuou alinhado ao órgão central do Sistema, –a STN, prestando assistência, orientação e apoio técnicos aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações do MJSP.

Com o objetivo de aprimorar a apresentação das DCON, buscou-se melhorias nas seguintes características das informações: representação fidedigna; conteúdo relevantes; compreensibilidade; tempestividade; comparabilidade; e verificabilidade.

Estrutura Administrativa e de Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

Cumprir esclarecer que, a composição do órgão MJSP no SIAFI não necessariamente reflete a estrutura organizacional prevista no Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.379, de 28 de maio de 2020.

Sua organização espelha a estruturação de unidades administrativas com autonomia de gestão dos respectivos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais, de maneira a otimizar a execução de suporte, manutenção e entrega das políticas públicas à sociedade. Cada órgão possui um código específico no SIAFI, conforme quadro a seguir:

Composição no SIAFI do MJSP no SIAFI			
Órgão Superior MJSP 30000	30000	Secretaria Executiva – SE Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN Arquivo Nacional – AN	MJSP
	30108	Polícia Federal – PF*	
	30802	Polícia Rodoviária Federal – PRF	
	30905	Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD	
	30911	Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP	
	30907	Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN*	
	30912	Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD	
	30202	Fundação Nacional do Índio – FUNAI *	
	30211	Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE*	

*Órgãos subordinados que possuem seccional de contabilidade ou contador responsável

Registro Mensal da Conformidade Contábil

A aderência das DCON do MJSP às normas vigentes é atestada pelos procedimentos de Conformidade Contábil. Esta consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados no SIAFI, com base na análise dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, que tem por base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, a Conformidade de Registro de Gestão e o Manual SIAFI.

Como resultado da Conformidade Contábil, foram elaborados com periodicidade mensal os relatórios de conformidade, que contém o registro formal das inconsistências e dos erros detectados na informação contábil. Neles foram descritos os grupos de contas mensalmente analisados, indicando se estão em conformidade com a legislação vigente, evidenciando erros, distorções e alertas. Representaram o trabalho de controle e supervisão desta Unidade Setorial de Contabilidade em relação às suas unidades gestoras.

Durante o exercício de 2020, foram emitidos 577 relatórios, referentes a 48 Unidades Gestoras Executoras – UGs no SIAFI, subordinadas diretamente a esta setorial.

Atendimento e Apoio Técnico às Unidades Gestoras

O atendimento e apoio técnico às UGs da despesa no MJSP ocorreram em caráter permanente, durante todo o exercício financeiro de 2020, resultando no atendimento de todas as demandas de natureza contábil ocorridas no ano. Esse suporte é viabilizado principalmente por: contato telefônico; mensagens via sistema SIAFI; e-mail; e processo SEI.

A CGCONTAB realizou o acompanhamento direto de 48 unidades executoras de despesa pública, sendo 35 da PRF e 13 do MJSP. Além dessas unidades, foi

dado suporte técnico às atividades das seccionais de contabilidade:

- da PF, que consta com 35 unidades;
- do DEPEN, com 14 unidades;
- da FUNAI, com 48 unidades;
- da Renda do Patrimônio Indígena, com 70 unidades; e
- do CADE, com 1 unidade;

No exercício de 2020, foram encaminhadas 1.552 mensagens pelo SIAFI, contendo alertas e orientações às UGs.

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

<https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias>

Com base no processo de Conformidade Contábil, são elaboradas, com periodicidade trimestral, as Notas Explicativas – NEs às DCONs do MJSP. As NEs são partes integrantes das DCONs e são inseridas no SIAFIWeb, complementando as Demonstrações do Órgão de maneira a abordar aspectos relacionados à composição e aos critérios de mensuração dos elementos patrimoniais, incluindo informações sobre contas a pagar, execução contratual, bens imobilizados e despesas com pessoal, dentre outras.

As informações elaboradas subsidiam a consolidação do Balanço Geral da União – BGU, pela STN, e se caracterizam em instrumentos tanto para tomada de decisão dos gestores quanto para a instrumentalização do controle social.

Em 2020, foram elaboradas 4 Notas Explicativas, sendo a primeira referente ao exercício encerrado de 2019 e as demais, relativas ao primeiro, segundo e terceiro trimestres de 2020.

Habilitação de usuários nos Sistemas Estruturantes

É realizado o atendimento envolvendo concessão de acesso aos sistemas estruturantes: SIAFI, (Operacional, Web, Tesouro Gerencial), SIASG (Comprasnet, Comprasnet Contrato, Siads, Reuse, Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC, Sistema de Informações Banco Central – SISBACEN (banco de dados do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin), SENHA-REDE (Hod) e Plataforma +Brasil (Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal – Siconv).

Foram realizados 5.471 atendimentos durante o exercício de 2020, referentes a habilitações de usuários e cadastradores de unidade nos sistemas estruturantes. O encaminhamento e resposta às demandas se dão prioritariamente via sistema SEI, sendo apenas esses contabilizados. É realizado ainda o atendimento às demandas de órgãos que possuem cadastradores parciais e locais, quais sejam: CADE, FUNAI, AN, PF e PRF.

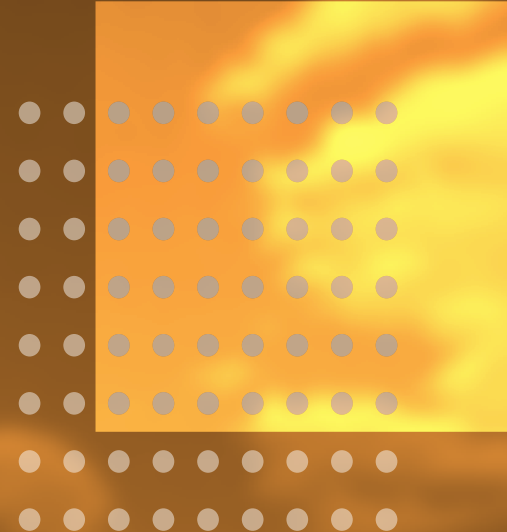
Tomada de Contas Especial

A CGCONTAB tem atuação nos processos de Tomada de Contas Especiais – TCE, efetuando registros dos responsáveis pelos débitos apurados, verificando o cálculo dos débitos e realizando a baixa contábil pelo recebimento ou cancelamento da dívida.

No exercício financeiro de 2020, foram realizados 37 registros contábeis referentes a processos de TCE, reconhecendo valores relativos à apuração do dano ao erário dos agentes qualificados na instauração da TCE e do reconhecimento do direito a receber, após o julgamento do TCU.

A apuração dos valores dos débitos, sob os quais incidam atualização

monetária, multa e juros de mora, é realizada pelo Sistema de Atualização de Débitos do TCU.



CAPÍTULO
06

ANEXOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública



MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL

ANEXO I - DECLARAÇÃO DO SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

David de Lima Freitas
Subsecretário de Planejamento e
Orçamento do MJSP

A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO é o braço da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP que atua diretamente, como órgão setorial junto aos sistemas estruturantes federais de organização e inovação institucional, de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade e de custos.

Suas competências regimentais estão estabelecidas no Decreto nº 9.662 de 1º de janeiro de 2019, e na Portaria MJSP nº 1.222, de 21 de dezembro de 2017, e demandam uma articulação constante com as unidades integrantes da estrutura do MJSP e os órgãos centrais dos supracitados sistemas, aos quais se sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica, estando relacionadas no Mapa Estratégico do MJSP aos temas da perspectiva “Fundamentos”, uma vez que o planejamento e execução do orçamento são determinantes para a concretização das políticas públicas a serem entregues para a Sociedade.

As ações da SPO estão vinculadas diretamente ao objetivo estratégico de “Aprimorar e integrar a gestão e a governança institucional”, sendo responsável por planejar e coordenar no âmbito do MJSP o processo de elaboração do Plano Plurianual –

PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias da União – LDO e da Lei Orçamentária da União - LOA; atua diretamente nos processos de planejamento, modernização organizacional, apuração de custos, execução orçamentária, financeira e contábil, tem papel estratégico no sistema de governança do Ministério no que tange à gestão estratégica e de políticas públicas, programas de riscos e controles internos e na coordenação do processo de elaboração dos Relatórios Governamentais, dentre tantos outros processos que possuem impacto direto na gestão e governança da Pasta.

Em 2020, ano de grande desafio para os gestores públicos, é imperioso destacar a atuação da SPO no sentido de viabilizar o maior repasse da história para apoio a ações de segurança pública, onde foram transferidos R\$ 1.257.697.385,00 para os fundos de segurança estaduais e Distrital, a partir de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, a serem utilizados pelos estados e Distrito Federal em ações vinculadas ao Eixo Valorização dos Profissionais de Segurança Pública e ao Eixo Enfrentamento à Criminalidade Violenta.

Percebe-se que o Ministério vem otimizando seu processo de gestão, o que é refletido pela evolução do índice de execução, que foi de 97,34% em 2020.

	2018	2019	2020
Soma de Dotação Atual	4.471.793.163,00	5.577.410.984,00	5.614.828.765,00
Soma de Empenhado	3.748.083.375,35	5.044.720.266,51	5.465.598.937,75
% de execução	83,82%	90,45%	97,34%

Os dados contemplam o orçamento do órgão superior 30000, exclusive o crédito extraordinário de combate à pandemia da COVID-19, exclusive as despesas de pessoal e benefício da folha de pessoal, exclusive reserva de contingência (recurso indisponível para a execução), inclusive emendas parlamentares e as despesas conexas às entidades da administração indireta vinculadas ao MJSP, quais sejam, Fundação Nacional do Índio e Conselho Administrativo de Defesa Econômica, que não integram esse Relatório de Gestão Integrado.

Para dar cumprimento ao Acórdão nº 2823/2015-TCU-Plenário, TC 010.827/2015-3º do Tribunal de Contas da União – TCU que propôs ao Governo Federal o desenvolvimento de ações com intuito de reduzir o estoque de Restos a Pagar, a SPO anualmente implementa um Projeto de Mapeamento e análise da integridade dos restos a pagar, com o objetivo geral de tornar a gestão do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP mais eficiente, buscando o equilíbrio fiscal e a integridade da inscrição dos empenhos em restos a pagar, com vistas à possível redução de seu estoque. O resultado do projeto em 2020 foi o cancelamento de R\$ 549.509.962,69 de restos a pagar, aqui incluídos os valores referentes às entidades da administração indireta vinculadas ao MJSP, quais sejam, Fundação Nacional do Índio e Conselho Administrativo de Defesa

Econômica, que não integram esse Relatório de Gestão Integrado.

No que concerne aos impactos causados pela COVID-19, tais como a dificuldade momentânea de acesso a determinados produtos, a necessidade de adequação do planejamento de aquisições e contratações de forma a atender tempestivamente às demandas de enfrentamento ao novo Coronavírus (COVID-19), esta Subsecretaria teve atuação no desenvolvimento de ações e estratégias no sentido de prover os recursos orçamentários necessários para atuação das áreas finalísticas no enfrentamento à pandemia.

Nessa toada, foi realizado um mapeamento no âmbito do MJSP das necessidades de recursos adicionais, por parte das unidades finalísticas,

para atuação na prevenção e combate à COVID-19, que culminou com a publicação de duas Medidas Provisórias (MPV) que abriram Créditos Extraordinários a favor do MJSP. Os recursos foram utilizados na aquisição e distribuição de Equipamentos de Proteção Individuais – EPIs, grande parte enviada aos profissionais de segurança pública dos 26 estados e do Distrito Federal e ao Sistema Penitenciário, dentre outras despesas necessárias para a prevenção e combate à pandemia por parte do MJSP.

No sentido de comunicar aos órgãos de controle e à sociedade sobre as ações desenvolvidas pelo Ministério no enfrentamento à pandemia, também foi disponibilizado no site do MJSP (<https://www.gov.br/mj/pt-br>), um painel contemplando um Relatório Situacional – COVID-19, por meio do qual é possível monitorar a execução orçamentária e outras medidas adotadas para o enfrentamento da crise.

A atuação da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento junto aos órgãos centrais dos sistemas de planejamento e orçamento possibilitaram a manutenção de um orçamento robusto no Ministério apesar de todas as dificuldades carreadas pela pandemia causada pela COVID-19.

No que tange, ainda, aos aspectos orçamentários, a SPO coordena o processo de elaboração da Cartilha de Emendas Parlamentares do MJSP, documento que congrega os principais programas e projetos do Ministério e tem o condão de apresentar ao Congresso Nacional um cardápio de políticas passíveis de serem financiadas a partir da alocação de emendas ao orçamento. A Cartilha é uma importante ferramenta de convencimento dos parlamentares no sentido de direcionarem recursos para as políticas prioritárias do Ministério, o que, inclusive, contribui para o processo de execução da despesa. A Cartilha de Emendas Parlamentares elaborada para 2021 inovou ao contemplar dois documentos, um mais extenso e que detalha os objetivos do projeto que se pretende apoiar e outro contendo infográficos com informações resumidas e didáticas acerca das entregas pretendidas para fins de aperfeiçoar a comunicação do Ministério com os parlamentares.

A Subsecretaria atuou, ainda, no acompanhamento de 216 unidades gestoras executoras - UGs de despesa pública, sendo 13 do núcleo central do MJSP, 35 da Polícia Rodoviária Federal, 35 da Polícia Federal, 14 do Departamento Penitenciário Nacional, 48 da Fundação Nacional do Índio, 70 da Renda do Patrimônio Indígena e 1 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Nessesentidosãoefetuadosdiariamenteajustescontábeis, descentralizações de créditos e repasses financeiros e movimentações patrimoniais voltados à execução da despesa pública. Além de atendimentos e apoio técnico a todas as UGs que integram o MJSP, via telefone, e-mail, mensagem SIAFI, bem como por meio da emissão de relatórios de conformidade contábil, totalizando 592 relatórios encaminhados às unidades para correção das inconsistências contábeis identificadas.

Com base no processo de Conformidade Contábil das unidades que integram o MJSP foram elaboradas, com periodicidade trimestral, as notas explicativas às demonstrações contábeis do órgão, com relevante atuação nos processos de Tomada de Contas Especiais - TCE, efetuando-se registros dos responsáveis pelos débitos apurados, verificando o cálculo desses débitos e efetuando a baixa contábil pelo recebimento ou cancelamento da dívida.

Outrossim, atuamos no atendimento e concessão de acesso aos sistemas estruturantes, no âmbito das unidades que integram o MJSP, quais sejam: SIAFI, (Operacional, Web, Tesouro Gerencial), SIASG (Comprasnet, Sicaf, Scp), SISBACEN (Cadin), SENHA-REDE (Hod), Plataforma +Brasil (Siconv) SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento). Ao todo, foram mais de 5,4 mil atendimentos voltados a cadastros e trocas de senhas.

Em 2020 o Ministério da Justiça e Segurança Pública ocupou a posição de 2º colocado no ranking de Desempenho Qualidade da Informação de Custos das Setoriais do Poder Executivo. O resultado foi apresentado durante o "X Encontro de Gestão de Custos", promovido pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia.

No que tange aos aspectos da governança do Ministério, importa destacar a realização da Revisão do Planejamento Estratégico 2020-2023 coordenada por esta Subsecretaria no âmbito do sistema de governança deste Ministério. As Reuniões de Avaliação da Estratégia – RAE foram oportunidades de reflexão sobre os grandes resultados da estratégia e de identificação de necessidade de ajustes nesse plano e tiveram como foco de avaliação, no alto nível, os resultados institucionais, sobretudo, no que tange resultado, focados na sociedade.

Ainda nesta seara, ao longo de 2020, avançamos no detalhamento das políticas, com base no manual governamental ex ante de avaliação de políticas públicas, na padronização de procedimentos e na oferta de capacitação em análise e avaliação de políticas. O monitoramento das políticas públicas desta Pasta é realizado no âmbito da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica – CT-CGE, disciplinada no Anexo X da Portaria MJSP nº 86/2020.

Atualmente, essas políticas estão consolidadas em lista exaustiva e possuem integração com informações do planejamento estratégico 2020-2023 (projetos e indicadores estratégicos), com o Plano Plurianual 2020-2023 (programa temático), com a Cadeia de Valor (macroprocessos) e com a Lei Orçamentária Anual (ações e planos orçamentários).

No que concerne ao processo de elaboração e consolidação dos relatórios governamentais relativos às atividades do MJSP, que tem como o objetivo evidenciar o resultado da gestão dos órgãos integrantes da estrutura regimental deste Ministério, foi publicado no site do Ministério, em dezembro de 2020, um painel Business Intelligence – BI (disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas> contendo informações, que serão atualizadas continuamente, sobre: o planejamento e a gestão do Ministério, incluindo os principais objetivos, metas, indicadores e resultados, com apresentação dos valores alcançados no período e acumulados no exercício, além de

informações referentes a: execução orçamentária e financeira, convênios, transferências, licitações, contratos, pessoal, demonstrações contábeis, entre outras. O referido painel visa permitir aos órgãos de controle e à sociedade, transparência ativa e fiscalização contínua da gestão pública, democratização do acesso às informações, além do fortalecendo do controle social, em atendimento à Instrução Normativa-TCU 84, de 22 de abril de 2020, que estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da Administração Pública Federal.

Dessa forma, a presente declaração é uma demonstração dos esforços envidados no intuito de aprimoramento das atribuições desempenhadas pela SPO, mediante implementação das boas práticas de governança, com vistas a proporcionar o devido suporte para a entrega de resultados à sociedade, mediante a prestação adequada de serviços e da execução de políticas públicas sob responsabilidade do MJSP.

Concluindo, **DECLARO** que os padrões de gestão do MJSP atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste Relatório, no que compete às competências desta Subsecretaria.

ANEXO II - DECLARAÇÃO DO SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO



Rogério Xavier Rocha
Subsecretário de Administração
do MJSP

A Subsecretaria de Administração - SAA integra a estrutura da Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública, tendo entre suas competências principais a de supervisionar e coordenar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de pessoal civil, de serviços gerais e de gestão de documentos de arquivo, no âmbito do Ministério, tendo a função de órgão setorial, promovendo a articulação das unidades internas com os respectivos órgãos centrais.

Dada a relevância desta atuação, o direcionamento estratégico da unidade está devidamente alinhado ao Mapa Estratégico e à Cadeia de Valor do Ministério. Suas rotinas administrativas, ainda em processo de aprimoramento, estão fortemente balizadas pelas melhores práticas de controle e gestão. Ademais, vem atendendo tempestivamente a todas as recomendações, determinações, notificações e solicitações de auditoria vinculadas aos processos de gestão interna do Ministério, encaminhadas pelos órgãos de controle interno e externo.

Das ações realizadas em 2020, podemos destacar:

Na área de Serviços Gerais, além da gestão dos principais contratos de suporte administrativo do MJSP, é importante destacar que, ao longo do exercício de 2020, foi implementada a Central de Serviços Internos, canal de comunicação inovador em que servidores e colaboradores tem acesso de forma rápida e segura às informações sobre serviços, normas, comunicados, entre outros. São mais de 127 serviços catalogados, abrangendo Manutenção Predial, Gestão de Pessoas, Serviços Gerais e de Tecnologia da Informação e Comunicação. Em 2020, foram registradas 11.573 visualizações da página da Intranet, 8.256 mensagens recebidas e 8.111 mensagens enviadas pela ferramenta.

No que concerne à gestão documental, o lançamento da Plataforma Dspace permitiu a melhor gestão e disponibilização eletrônica do acervo normativo do Ministério. Trata-se de ferramenta criada para armazenar, preservar e disponibilizar documentos oriundos do MJSP entre outros relacionados à Pasta. A aprovação e publicação das tabelas de temporalidade das atividades finalísticas também foi um avanço, que permitirá uma ampliação na capacidade de eliminação de documentos que, junto com a ampliação da infraestrutura de arquivo, gerará melhoria substancial na gestão arquivística. Os serviços de Biblioteca também foram aperfeiçoados com o lançamento de plataformas digitais que disponibilizam normas da ABNT, periódicos digitais (doutrina, julgados, legislação atualizada, notícias da Agência Reuters e acórdãos comentados) e e-books (livros eletrônicos).

Em relação à gestão patrimonial, no escopo do projeto de regularização patrimonial, foi implantado o Sistema Integrado Administração e Serviços - SIADS, que permite uma melhor gestão do patrimônio do MJSP; além de se ter obtido avanços significativos nos esforços para tratamento do percentual de bens patrimoniais não localizados nos últimos inventários, bem como a identificação dos 113.388 bens ativos com a padronização de seus códigos e descrições de acordo com os dados do Cadastro de materiais do SIADS (CADMAT). Ainda no bojo da regularização patrimonial, houve também o esforço na descentralização que culminou no total de 61.706 bens transferidos a órgãos da Administração, no valor de R\$ 244.148.997,96; doações de materiais de consumo no montante de 61.978 itens no valor de R\$ 411.186,00; e doações de materiais permanentes no montante de 6.489 itens no valor de R\$ 7.518.382,46.

No que tange às principais medidas de manutenção predial, espaços físicos internos e externos foram renovados e otimizados. A conservação do complexo de edificações do Ministério, que conta com mais de 175 mil m² de áreas edificadas, exige uma grande articulação de diversos contratos

administrativos e esforços de melhoria dos ambientes de trabalho, de eficiência energética e sustentabilidade ambiental. Iniciadas ações de modernização das salas de reunião e áreas de auditórios. Externamente, foi realizada limpeza da fachada do Edifício Sede e a readequação de sua iluminação, o que permitiu maior valorização da riqueza estrutural e arquitetônica da edificação.

Ciente da importância do processo de Contratação Pública para a gestão, por se tratar do caminho para implementar as políticas públicas e cuidar da sua infraestrutura e que, se bem planejada e conduzida traz grande economia de recursos e celeridade na entrega à sociedade, o MJSP tem atuado no sentido de estruturar governança e conceder padronização e maior controle para suas contratações.

Nesse contexto, foi publicada e amplamente divulgada a Portaria MJSP 405/2020 (12155344), que dispõe sobre a governança, o planejamento e o gerenciamento das contratações e dá diretrizes para o compartilhamento e a centralização de compras no âmbito da Pasta. A portaria institui a Comissão de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (CPGC), composta por autoridades de todas as macrounidades do Ministério, cuja atribuição, dentre outras, é a elaboração e o acompanhamento do Plano Anual de Contratações (PAC) do órgão.

Ao longo do exercício foi monitorado o Plano Anual de Contratações - PAC 2020, que reuniu inicialmente cerca de 9.480 itens a serem contratados, bem como elaborado o PAC 2021, que reuniu 10.078 itens a serem contratados por todas as unidades do MJSP.

Do Planejamento de Contratações 2020, que contemplou objetos finalísticos, de logística, de infraestrutura e tecnológica da informação, foram concluídos, no âmbito da unidade, um total de 61 processos licitatórios foram concluídos com êxito, dos quais 24 foram concretizados por meio de Pregão Eletrônico, alcançando 24% de economia em relação aos valores estimados das contratações.

Importante avanço na modernização da gestão contratual foi dado com a implementação do Sistema Comprasnet Contratos, fomentado pelo Ministério da Economia, seu desenvolvimento contou com a colaboração ativa de equipe do MJSP, que faz parte do Grupo Negocial da ferramenta. O sistema permitirá que a gestão administrativa dos contratos de bens e serviços seja monitorada de forma padronizada pela alta administração e é uma ferramenta relevante que facilitará a gestão e fiscalização contratual.

Ademais, importa destacar a realização do 4º Ciclo de Capacitação e Licitações e Contratos do MJSP, realizado pela Secretaria-Executiva, de forma remota pela Plataforma Teams, que contou com Palestrantes renomados e alcançou mais de 5,5 mil participantes, levando o Ministério a ser reconhecido como um órgão de destaque na capacitação sobre a temática.

Em relação às políticas de gestão de pessoas no âmbito do MJSP, a Pasta tem como objetivo estratégico “Promover a valorização e o desenvolvimento dos servidores”. Neste contexto, diversas iniciativas de capacitação da força de trabalho desta Pasta foram desenvolvidas, implementadas e monitoradas em conformidade com Plano Anual de Capacitação - PDP 2020.

Foram promovidas 89 (oitenta e nove) ações de desenvolvimento pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, com 5.750 (cinco mil setecentas e cinquenta) participações nas ações promovidas, sendo 1.227 (um mil duzentas e vinte e sete) dessas participações foram de servidores pertencentes ao quadro do MJSP e unidades vinculadas à Pasta.

Ademais, houve a estruturação e implementação de metodologia de gestão por competências no MJSP, aprimorando o dimensionamento e desenvolvimento do corpo funcional da Pasta, que irá minimizar a discrepância entre as competências técnicas, comportamentais e gerenciais necessárias para a consecução dos objetivos organizacionais.

Importante salientar os esforços da gestão no enfrentamento da Pandemia do COVID-19, em que foram necessárias medidas de proteção e a garantia da segurança sanitária nos ambientes do órgão. Para tanto, foi implementado em caráter temporário e excepcional o trabalho remoto dos servidores. Ademais, foram intensificadas ações de higienização de todos os ambientes do Ministério, a desativação das catracas biométricas e a adoção do crachá para sua liberação. O intuito maior foi a preservação da saúde da força de trabalho do Ministério e a mitigação dos impactos da doença no âmbito da Pasta.

Mais que uma declaração, o presente enunciado é uma demonstração dos esforços envidados na superação dos desafios e obstáculos, na busca pela gestão baseada na excelência de valores, no aprimoramento do desempenho organizacional, no desenvolvimento de parcerias com o foco em resultados orientados para a satisfação da sociedade.

Concluindo, **DECLARO** que os padrões de gestão do Ministério da Justiça e Segurança Pública atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.

EQUIPE TÉCNICA

Deborah Botelho
Zenaide Vaz
Edna Barbosa

EQUIPE DE COLABORADORES

Aline Roriz
Bruna Moreira
Bruno Almeida
Cássia Polliana Mendes
Devair Balena
Elisa Petro
Fabiano Brandão
Juliana Antero
Leonardo Costa
Márcia Rique
Matheus Fernandes

DIAGRAMAÇÃO

Ryone Oliveira

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Esplanada dos Ministérios, Bloco T
Palácio da Justiça, Edifício sede
CEP 70064-900 / Brasília-DF
61 2025-3000



www.gov.br/mj

MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

André Luiz de Almeida Mendonça

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Tercio Issami Tokano

SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO

Washington Leonardo Guanaes Bonini

CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO

Rodrigo Sorrenti Hauer Vieira

CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA-EXECUTIVA

Eduardo Benevides Bomfim

ASSESSOR ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO

Cláudio Antônio de Almeida Py

SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

David de Lima Freitas

COORDENADORA-GERAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA E INOVAÇÃO INSTITUCIONAL

Claudete Terezinha Trapp

COORDENADORA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Bruna Ignácio Moreira

CHEFE DA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO INSTITUCIONAL

Déborah Lúcia Siqueira Botelho